

O SACERDOTE E O FEITICEIRO



A Ditadura Encurralada

ELIO GASPARI

COMPANHIA DAS LETRAS

O SACERDOTE E O FEITICEIRO

A Ditadura Encurralada



<http://groups.google.com/group/digitalsource>

ELIO GASPARI

A Ditadura Encurralada

Copyright © 2004 by Elio Gaspari

PROJETO GRÁFICO E CAPA
Raul Loureiro

ASSISTÊNCIA DE PRODUÇÃO
Rita da Costa Aguiar

FOTOS DA CAPA

Capa: Manifestação estudantil, Rio de Janeiro, 1977 (Agência O Globo)

Lombada: Ernesto Geisel, Festa da Uva, Porto Alegre, 1978 (Ricardo Chaves/Editora Abril)

Quarta capa: Destroços do automóvel de d. Adriano Hypólito, bispo de Nova Iguaçu, em frente a sede da CNBB, setembro de 1976 (Agência O Globo)

EDIÇÃO DE TEXTO
Márcia Copola

PESQUISA ICONOGRÁFICA

Companhia da Memória

Coordenação: Vladimir Sacchetta

Pesquisa: Carlito de Campos (SP) e Ricardo Braule Pereira (RJ)

Apoio: Dedoc — Departamento de Documentação da Editora Abril

ASSISTÊNCIA EDITORIAL

Miguel Said Vieira

Marcelo Yamashita Salles

Yumi Hirai

Aline Montenegro

Michely Jabala Mamede Vogel

Luiz Henrique Ligabue F. Silva

Ildfonso Garcia

ÍNDICE REMISSIVO

Silvia Penteado

Miguel Said Vieira

REVISÃO

Isabel Jorge Cury

Beatriz de Freitas Moreira

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Gaspari, Elio

A ditadura encurralada / Elio Gaspari. — São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

Bibliografia.

ISBN 85-359-0509-X

1. Brasil - História - 1964-1985 2. Ditadura - Brasil. I. Título.

04-2899

CDD-981.08

Índice para catálogo sistemático:

1. Brasil: História, 1964-1985 981.08

2004

Todos os direitos desta edição reservados à

EDITORA SCHWARCZ LTDA.

Rua Bandeira Paulista 702 cj. 32

04532-002 — São Paulo — SP

Telefone (11) 3707-3500

Fax (11) 3707-3501

www.companhiadasletras.com.br

Para Ailton

SUMÁRIO

Abreviaturas e siglas

Explicação

PARTE I A crise de 1975

Recuo rápido, gradual e seguro

A ópera de Salzburgo

O descolamento de Golbery

Uma zona de sombra

A comunidade da indisciplina

Com as tropas de Fidel

Mataram o Vlado

“Escolham lá um presidente”

Mágica besta

PARTE II O murro na mesa

Uma noite de cão

A campanha do regresso

O terror de casa

O Buraco Negro

Abaixo a ditadura

PARTE III A cama de Alice

A surpresa de Alice

A tortura da pessoa jurídica

Um país empacotado

Bye, bye, Brother

A rachadura do Planalto

A geração de 1977 vai para a rua

O jogo da tensão

PARTE IV A hora de Ernesto Geisel

Figa mostra um rosto

Habeas Faoro

“Um dos dois vai ter que sair”

Um saiu

APÊNDICE Breve nomenclatura militar

Cronologia

Fontes e bibliografia consultadas

ABREVIATURAS E SIGLAS

Abreviaturas utilizadas

AA	Arquivo do Autor
AEG/CPDOC	Arquivo de Ernesto Geisel/CPDOC
APEG	Arquivo Privado de Ernesto Geisel
APGCS/HF	Arquivo Privado de Golbery do Couto e Silva/Heitor Ferreira
BLBJ	Biblioteca Lyndon B. Johnson
DEEUA	Departamento de Estado dos Estados Unidos da América

Siglas gerais

AAB	Aliança Anticomunista Brasileira
ABI	Associação Brasileira de Imprensa
AP	Ação Popular
Arena	Aliança Renovadora Nacional
Cebrap	Centro Brasileiro de Análise e Planejamento
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CPDOC	Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, da Fundação Getulio Vargas
DCE	Diretório Central dos Estudantes
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos
DINA	Dirección de Inteligencia Nacional (Chile)

FGV	Fundação Getulio Vargas
FIESP	Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
FNLA	Frente Nacional de Libertação de Angola
Frelimo	Frente de Libertação de Moçambique
IPÊS	Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MPLA	Movimento Popular de Libertação de Angola
MR-8	Movimento Revolucionário 8 de Outubro
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
OEA	Organização dos Estados Americanos
ONU	Organização das Nações Unidas
PC do B	Partido Comunista do Brasil
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PIB	Produto Interno Bruto
PUC	Pontifícia Universidade Católica
RFA	República Federal da Alemanha
UNE	União Nacional de Estudantes
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
VAR	Vanguarda Armada Revolucionária
VPR	Vanguarda Popular Revolucionária

Siglas governamentais

AI	Ato Institucional
BNDE	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico
CIA	Central Intelligence Agency (EUA)
DASP	Departamento Administrativo do Serviço Público
DOPS	Delegacia de Ordem Política e Social
DSI	Divisão de Segurança e Informações
FBI	Federal Bureau of Investigation (EUA)
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
ISEB	Instituto Superior de Estudos Brasileiros
MEC	Ministério da Educação e Cultura
PIDE	Polícia Internacional e de Defesa do Estado (Portugal)

PND	Plano Nacional de Desenvolvimento
Serpro	Serviço Federal de Processamento de Dados
SNI	Serviço Nacional de Informações
Sunaman	Superintendência Nacional da Marinha Mercante
UnB	Universidade de Brasília
USP	Universidade de São Paulo

Siglas militares

Cenimar	Centro de Informações da Marinha
CIE	Centro de Informações do Exército
CISA	Centro de Informações e Segurança da Aeronáutica
CODI	Centro de Operações de Defesa Interna
CPOR	Centro de Preparação de Oficiais da Reserva
DOI	Destacamento de Operações de Informações
EME	Estado-Maior do Exército
EMFA	Estado-Maior das Forças Armadas
ESG	Escola Superior de Guerra
ESNI	Escola Nacional de Informações
FAB	Força Aérea Brasileira
FEB	Força Expedicionária Brasileira
IPM	Inquérito Policial Militar
PE	Polícia do Exército
PM	Polícia Militar
RI	Regimento de Infantaria
RM	Região Militar
STM	Superior Tribunal Militar

EXPLICAÇÃO

No dia 15 de julho de 1975 o ex-presidente Juscelino Kubitschek almoçava no restaurante da diretoria do *Jornal do Brasil*. Pediram-lhe um prognóstico para a situação política, e ele respondeu: “A eleição do ano passado soltou o monstro. Tudo dependerá dele. Ele influenciará tudo. Ele está em todos os lugares”.

Para conferir a onipresença do “monstro”, curvou-se, olhando embaixo da mesa, como se o procurasse.

Quem é o monstro?

“A opinião pública”, disse JK.¹

O resultado da eleição de 1974 encurralou a ditadura. O MDB vencera as disputas para senador em dezesseis dos 21 estados, indicando que dentro de quatro anos conquistaria a maioria no Senado. Um ano depois do almoço de JK no *Jornal do Brasil*, o “monstro” soltou-se no Rio de Janeiro e em Brasília. Cantando “Peixe vivo”, o povo voltou à rua, enterrando o ex-presidente com afeto e lamento.

A ditadura militar estava economicamente robusta. Num regime de pleno emprego, a economia crescia, na média, a taxas de quase 7% ao ano. Também tinha prestígio internacional. Faltava só a Argentina para que toda a América do Sul abaixo do Equador fosse governada por generais. Em março de 1976 uma junta instalou-se na Casa Rosada, e acabou-se a exceção.

Entre as últimas semanas de 1974 e a jornada de 12 de outubro

de 1977, quando Ernesto Geisel demitiu o ministro do Exército, general Sylvio Frota, a anarquia militar e o poder republicano do presidente enfrentaram-se. Era o confronto que o regime evitava desde 1964. À noite, quando Frota transmitiu o cargo ao seu sucessor, Fernando Bethlem, a anarquia estava enquadrada. Coube ao general Ernesto Geisel a defesa do poder constitucional. Logo ele, que participara das desordens militares de 1922, 24, 30, 37, 45, 61, 64, 65, 68 e 69.²

De 12 de outubro de 1977 até o dia em que se escreveu esta Explicação, passaram-se 26 anos. Nunca, na história da República, se viveu tanto tempo sem desordem militar digna de registro. Quando o general Ernesto Geisel morreu, em 1996, sabia a extensão desse legado. Orgulhava-se dele, mas não gostava de discutir o assunto. Temia fazer uma das coisas que mais detestava: falar bem de si próprio.

Este livro conta a história desses anos. Para escrevê-lo, tive a ajuda decisiva de dois dos grandes personagens do período. Ernesto Geisel e Golbery do Couto e Silva deram-me longas, sinceras e pacientes entrevistas. Se deixei respostas sem perguntas, a culpa foi minha. Golbery, chefe do Gabinete Civil e principal articulador político de Geisel, cedeu-me também o arquivo pessoal dele. Eram 25 caixas que estavam guardadas em sua garagem, num sítio de Luziânia, nas cercanias de Brasília. Nelas há de tudo. Desde panfletos anônimos (de autoria conhecida) até um telex do general Luiz Gonzaga de Andrada Serpa, de janeiro de 1976, dissociando-se, como comandante da 7ª Região Militar, de uma articulação de solidariedade para com a criminalidade do DOI-CODI paulista. Se Golbery não tivesse guardado uma cópia desse telex, a mais corajosa manifestação de um general em função de comando contra a anarquia delituosa dos DOIS dormiria entre os papéis da burocracia militar.

Esse arquivo sobreviveu graças a Heitor Ferreira e seu sentido de preservação da história. Heitor foi assistente de Golbery de 1964 a 1967 no Serviço Nacional de Informações e secretário particular de Geisel de

1972 a 1979, na Petrobrás e na Presidência da República. Em 1964, aos 28 anos, Heitor caiu no centro de poder de uma ditadura. Manteve um diário que, na forma de um livro como este, teria 1500 páginas. É o melhor retrato do poder já feito no Brasil, e não custa desejar que um dia venha a ser publicado. Heitor deu-me cópias do manuscrito e transcrições do período que vai de 1964 a 1976. Daí em diante, forneceu-me excertos e, em alguns casos, vista do texto. Colaborador decisivo na pesquisa, tornou-se um leitor distanciado. Nunca discutiu uma opinião ou análise. Limitou-se a corrigir o que julgou vocabularmente incorreto (na versão que lhe enviei, *bagual* significava “cafajeste”) ou factualmente incompleto (nessa mesma versão, em 1977 Geisel jogou-lhe o telefone porque fizera uma piada). Acima disso tudo, Heitor Ferreira deu-me trinta anos de amizade.

Tive também a amizade e a ajuda de Humberto Barreto, o fiel amigo de Geisel, seu secretário de Imprensa entre 1974 e 1977. Humberto foi um personagem discreto e fundamental em quase todas as grandes crises do governo de Geisel. Passeava pelas ansiedades alheias com uma calma sertaneja que por vezes parecia temerária. Ela se amparava na fé que tinha no amigo. Passados trinta anos, Humberto não manifesta emoção alguma quando lhe contam que, em 1976, tentaram fritá-lo com uma transcrição de grampo de seu telefone: “Eu nunca deixei de dizer o que achava. A gente sabia que eles ouviam. Ia-se fazer o quê? Parar de falar?”.

São muitas as gratidões que estão no caminho deste livro. É um prazer percorrê-las.

Devo à generosidade de Amaury Müller, Antonio Carlos Magalhães, Antonio Delfim Netto, Célio Borja, Franco Montoro, José Papa Júnior, José Sarney, Leite Chaves, M. F. do Nascimento Brito, Miro Teixeira, Ovídio de Melo, Paulo Brossard, Paulo Egydio Martins, Raymundo Faoro e Thales Ramalho a reconstrução de inúmeros episódios do período. Americo Mourão, médico de Castello Branco,

Golbery e Geisel, confiou-me lembranças cuja importância sempre soube medir.

Meus amigos Dora Henrique da Costa (mulher de meu saudoso companheiro Ailton), Armênio Guedes, Givaldo Siqueira, João Guilherme Vargas Netto e Luiz Mário Gazzaneo permitiram-me entender a situação do PCB entre 1974 e 1977. Os generais Gustavo Moraes Rego, Leonidas Pires Gonçalves, Newton Cruz e Reynaldo Mello de Almeida ajudaram-me a conhecer alguns aspectos da questão militar. O coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra explicou-me a ação do Centro de Informações do Exército em 1977. Ayrton Baffa cedeu-me cópias de reveladores documentos do SNI.

Devo a Mario Sergio Conti o entendimento da questão estudantil a partir de 1975, ao professor Kenneth Serbin indicações que enriqueceram a pesquisa, e ao seu colega Timothy Power o acesso ao seu excepcional estudo sobre a crise diplomática Brasil-Estados Unidos de 77. Carlos Heitor Cony cedeu-me uma cópia do *Diário de JK*, e Dirceu Brisola deu-me uma coleção da *Tribuna Metalúrgica*, o jornal do Sindicato de São Bernardo. José Aníbal conseguiu-me uma coleção da *Conjuntura Brasileira*, que editou em Paris a partir de 1974.

Lili Schwarcz, Maria Emília Bender, Claudio Haddad, Fernando Lottenberg, Márcio Thomaz Bastos, Marco Antonio Villa, Mário Magalhães e Wanderley Guilherme dos Santos leram os originais com a vista de mestres.

Um livro que dependeu de pesquisas em acervos públicos e privados deve muito aos profissionais que passam seus dias preservando-os. Quase sempre eles estão ameaçados por predadores, certos de que seus planos de cortes de custos valem alguma coisa e o passado do país onde vivem, nada. Neste caso, a dívida está com o Dedoc da Editora Abril e com os arquivos da *Folha de S. Paulo*, d'O *Estado de S. Paulo*, d'O *Globo* e do *Jornal do Brasil* Também com os do Arquivo Nacional, do Estado de S. Paulo, da Biblioteca Nacional, do CPDOC da FGV e do IBGE.

Vladimir Sacchetta, Carlito de Campos e Ricardo Pereira são os

responsáveis pela qualidade dos cadernos de fotografia. Com o livro pronto, fica-se com a impressão de que a coisa foi fácil. A escolha de 81 fotos exigiu que os pesquisadores de Vladimir percorressem pastas onde havia pelo menos 4 mil imagens. (Dispuseram de uma mãozinha de Orlando Brito, um fotógrafo que registrou a ditadura com o fino olhar de um democrata.) Na primeira seleção, sobraram perto de mil. Raul Loureiro foi o autor do projeto gráfico do livro e da paginação dos álbuns. Rita da Costa Aguiar colaborou na organização desse trabalho.

Miguel Said Vieira, Luiz Henrique Ligabue F. Silva, Michely Jabala Mamede Vogel e Aline Montenegro conferiram cada nota de pé de página. Yumi Hirai especializou-se na checagem de estatísticas econômicas. Renato Cancian esclareceu dúvidas no arquivo do DOPS paulista e foi atrás do destino de 1205 estudantes presos nos arrastões de Ibiúna, em 1968, e da PUC paulista, em 1977. Sabendo-se que houve casos em que a nota de pé de página indicava que a notícia estava numa edição de jornal de 2 de agosto de 1975 e acabaram achando-a na edição de 3 de agosto de 1976, percebe-se o tamanho da encrência. Todos estudantes, é de justiça que recebam crédito público pelo seu trabalho. E também para que se possa dar o justo valor à qualificação dos jovens alunos das universidades públicas brasileiras.

Na equipe que acompanhou a edição do texto, o principal agradecimento é devido a Márcia Copola, responsável pela ordem e pela disciplina do trabalho. Durante mais de um ano ela releu os originais pelo menos cinco vezes. A cada nova versão e novas emendas, sugeriu novas correções. Deve ter feito umas mil. Além disso, coordenou todos os assuntos relacionados com a escrita, das mudanças nas notas de pé de página à grafia certa dos nomes. Depois de tudo isso, é dela o seguinte lembrete: em todas as citações de documentos fizeram-se apenas correções ortográficas. A pontuação ficou por conta dos autores. Os erros só foram mantidos quando se tornaram informativos. O uso da palavra *distenção*, por exemplo.

Essas facilidades foram-me dadas por Luiz Schwarcz e pela Companhia das Letras. Mencioná-los é uma obrigação, mas, acima de

tudo, um reconhecimento ao profissionalismo da editora e de cada um dos colaboradores metidos na empreitada.

Com tanta ajuda, ainda sobram erros e defeitos. São todos meus.

Finalmente, devo à paciência e ao rigor de Dorrit Harazim o melhor curso para diversos momentos da pesquisa. A sua perseverante indignação continua sendo uma baliza que o tempo não abate.

1 Para a data, *Diário de JK*. Para a frase, lembrança do autor.

2 Em 1922 e em 1924 Geisel apoiou as revoltas do Forte de Copacabana e de São Paulo. Esteve nas mobilizações de 1930, 37, 45, 61 e 64. Participou da desordem de 1965, quando se baixou o AI-2. Apoiou as de 1968, com o AI-5, e de 69, quando os ministros militares se transformaram numa junta e usurparam o poder do vice-presidente Pedro Aleixo depois do acidente vascular cerebral que incapacitou o marechal Costa e Silva. Geisel opôs-se às desordens de 1931, quando a guarnição do Recife se rebelou, e à revolta comunista de 35. Por certo, foi contrário à revolta dos sargentos de 1963 e à dos marinheiros de 64.

PARTE I A crise de 1975

Recuo rápido, gradual e seguro

Os censores d'O *Estado de S. Paulo* foram embora como chegaram, sem dizer uma palavra. Na noite de 2 de janeiro de 1975 suprimiram vinte centímetros de texto na notícia sobre a sessão especial da Academia Brasileira de Letras em homenagem ao centenário do jornal. Como se tornara hábito, o trecho cortado foi substituído por um pedaço do poema *Os lusíadas*. Terminava assim:

*Ao duro sacrifício
se oferece:
Continua¹*

O poema continua, mas a censura ao *Estadão* tinha acabado.

O processo de distensão política de Geisel dera um passo à frente. Pela primeira vez, desde 1968, a ditadura reduzira seu raio de alcance, abrindo mão, publicamente, de um instrumento de arbítrio. O *Estadão* passaria a publicar aquilo que seu diretor-responsável, Julio de Mesquita Neto, bem entendesse. Para Golbery, seria melhor assim. Havia anos sustentava que o fim da censura n'O *Estado de S. Paulo* não libertaria as forças incontroláveis do liberalismo: “Sairá o jornal conservador que ele é. Mais conservador que eu”.²

Geisel ia para o segundo ano de sua presidência com um acervo indecifrado de mudanças. Enterrara o triunfalismo do Milagre Econômico e aceitara uma derrota eleitoral sem precedentes na história

republicana. Ao lado disso, no porão torturava-se e matava-se. Em 1974 foram assassinadas cerca de cinquenta pessoas, a maioria nas matas e nos cárceres militares do Araguaia. Nas cidades, o aparelho de repressão da ditadura exterminava o que sobrara da militância armada e avançava sobre o Partido Comunista. As 67 denúncias de tortura apresentadas nas auditorias deram ao ano um aspecto de trégua parecida com a do fim do governo Castello Branco (66 denúncias em 1966). A Fundação Getulio Vargas estimava que o país crescera 9,6%, enquanto as grandes economias mundiais gramavam a estagnação provocada pela crise do petróleo. Embora tendo sofrido o impacto de um aumento de 116% no preço dos combustíveis, a economia safou-se com uma taxa de inflação de 35%, um terço acima do índice real do ano anterior. (A inflação americana e a européia — exclusive a da Alemanha — estavam entre 13% e 25%.)³ A dívida externa, financiadora do salto, passara de 12,5 para 17,2 bilhões de dólares.

Algo havia mudado na vida política do país, mas em janeiro de 1975 era difícil saber o que as mudanças significavam para o futuro. Geisel dizia a Heitor Ferreira que “essa fórmula das prisões indiscriminadas tem que mudar”. Ao governador de São Paulo, Paulo Egydio Martins, contava que se pedisse a ficha de Jesus Cristo aos serviços de informação, “ai dele”.⁴

A devolução da liberdade a um grande jornal prenunciava a abolição gradual da censura. Três semanários e um diário (*Veja*, *Opinião* e *O Pasquim*, e a *Tribuna da Imprensa*) continuavam com censores trabalhando em cima dos textos da redação. Os demais órgãos de comunicação tinham de respeitar as ordens contidas nas pequenas notas da Polícia Federal. Mesmo aí sucederam mudanças. Para onze novas proibições específicas expedidas no primeiro mês do mandato, o governo fecharia janeiro de 1975 com apenas uma.⁵ Era alguma coisa, mas não era tanto, pois persistiam todas as restrições genéricas, que iam do silêncio a respeito do porão ao olvido da existência de d. Helder

Câmara.

Geisel decidira suspender a censura do *Estado* seguindo uma costura de Golbery, conselhos de Humberto Barreto, conversas com Paulo Egydio Martins, e até mesmo sugestão do comandante do II Exército, general Ednardo D'Ávila Mello.⁶ O presidente não entendia por que a família Mesquita mantinha jornalistas de esquerda na sua redação.

— Como é que esses camaradas, que são conservadores, quatrocentões, se entregaram a jornalistas comunistas? — perguntou numa conversa com Paulo Egydio.

— Por uma razão, general. Eles [...] para manter aquela seqüência liberal, quer dizer, da democracia liberal, eleições diretas etc., eles consideram que talvez a esquerda hoje, não uma esquerda terrorista, mas a esquerda intelectual, seja um aliado momentâneo. [...] Eles são profundamente conservadores, como o senhor falou é quatrocentões, clubistas. [...] O fato da censura, deles estarem publicando *Os lusíadas* tem um efeito psicológico bastante profundo, não pode ser levado assim na brincadeira, ou na gaiatice. Eu verifico, se o senhor me perguntar, em São Paulo, o que é que eu vejo como um, vamos dizer, elemento potencial sério no panorama de hoje, eu acho que o *Estado* precisa uma visão, precisa um cuidado todo especial.⁷

O primeiro cuidado especial fora a expedição, por ordem expressa de Geisel, de um convite a Julio de Mesquita Neto para a cerimônia de sua posse. Temia ofendê-lo: “No fim o troço vem em cima de mim. Achando que sou eu que não quero”.⁸ Na sua fase de saltos atrás das linhas inimigas, Armando Falcão tivera alguns encontros com o diretor do *Estado* e, em pelo menos uma ocasião, remetera a Geisel amostras do material que era censurado.⁹

A paz com o *Estadão* significava um desejo de restabelecimento da ordem nas relações entre o regime e uma parte do conservadorismo liberal, alijado do poder desde 1968. Supô-la tranqüila seria

romantismo. Eram muitas as divergências do jornal com o governo. Iam da sobrevivência do AI-5 à política econômica, julgada excessivamente centralizadora, estatizante e perdulária. Tudo isso cabia no livre debate, mas havia uma questão diante da qual talvez surgissem até espaços de tolerância, nunca um acordo: o porão. (Enquanto os censores estiveram na redação, suprimiram 223 notícias relacionadas a prisões, torturas, mortes e desaparecimentos.)¹⁰

Sem terroristas para caçar e com o Araguaia devolvido ao silêncio da floresta, o Centro de Informações do Exército avançara novamente sobre o Partido Comunista. Essa ofensiva, lançada no início de 1975, abriu a primeira crise militar do governo Geisel.

No dia 13 de janeiro o CIE estourou a capa de proteção do PCB e localizou a gráfica clandestina onde se imprimia o jornal a *Voz Operária*, no subúrbio carioca. Ela funcionava num subterrâneo, num sítio. Chegava-se à impressora por um alçapão existente no fundo de uma caixa-d'água, que era esvaziada para que os trabalhadores descessem.¹¹ A *Voz* submergira em 1964, mas reaparecera um ano depois, circulando mensalmente. Com a gráfica, sumiu mais um pedaço da cúpula do Partidão. Um dos responsáveis pelas máquinas, Elson Costa, desapareceu no dia 14 de janeiro. Dirigente experimentado, já passara em silêncio por duas cadeias. Segundo um sargento do DOI, mataram-no numa casa do CIE, na periferia de São Paulo.¹² Outro, o gráfico Alberto Aleixo, de 72 anos, foi formalmente preso. Dois meses depois, os policiais internaram o velho comunista, com quinze quilos a menos, no hospital Souza Aguiar. Era irmão de Pedro Aleixo, o vice-presidente de Costa e Silva, de quem se distanciara. Pedro morreu em março, sabendo que seu irmão estava preso. Em agosto, morreu Alberto.¹³

Era a *Operação Radar*. Ela mostrou que o PCB, longe de estar neutralizado, tinha uma gráfica de filme, recebia cerca de 200 mil dólares anuais de Moscou e participava das articulações do MDB e da campanha de 1974.¹⁴ A *Radar* teria sua maior vitória às onze horas da

manhã de sábado, dia 18 de janeiro, quando *Jacques*, o homem mais poderoso do Partido Comunista, estacionou numa rua do Engenho de Dentro, na Zona Norte carioca. Ia pela avenida Dias da Cruz, ao encontro do operador da gráfica, a quem entregaria o editorial da próxima *Voz*. Duas horas depois deveria chegar a Copacabana, para almoçar com a mulher, Terezinha. No domingo à noite, entraria numa casa do Méier onde, na manhã seguinte, se reuniria toda a cúpula do partido, inclusive o secretário-geral, Giocondo Dias.

Não chegou a cumprimentar seu interlocutor. Teve tempo de gritar: “Estão prendendo o deputado Marco Antônio Coelho!”.

Jacques acumulava duas das cinco secretarias do PC, a de finanças e a de agitação e propaganda. Além disso, coordenava os principais contatos políticos do partido. Homem de poucas palavras e voz serena, parecia um mestre. Em 1962 fora eleito deputado federal pelo Rio de Janeiro. Nas 24 horas do golpe de 1964 fora o grande capapreta de Brasília. Liderara o bloqueio de comunicações da capital e se recusara a fornecer ao chefe do Gabinete Civil, Darcy Ribeiro, militantes comunistas para a formação de um comando paramilitar.¹⁵ Estava condenado a sete anos de prisão.

Já eram mais de duas da tarde quando Terezinha Coelho percebeu que *Jacques* não viria para o almoço. Tamanha demora significava que o haviam capturado. Ela passaria os próximos dias tentando furar a barreira da censura, para tornar pública a prisão do marido.

Marco Antônio estava no DOI da Barão de Mesquita. Espancaram-no de tal maneira que lhe ficou a impressão de não ter sido interrogado: “Foi uma coisa de uma brutalidade indescritível”.¹⁶ Transferido para São Paulo três dias depois, passou a ser metodicamente inquirido e torturado. Mantiveram-no incomunicável, nu, com quatro colheres de arroz, uma caneca de café e outra de água por dia. Emagreceu 25 quilos num só mês e chegou a beber de um urinol sujo. Os choques elétricos no interior do ouvido lesaram-lhe um tímpano. Segundo uma amostra parcial da documentação que o DOI reuniu a seu respeito, em 37 dias

submeteram-no a pelo menos dezenove interrogatórios. O mais longo durou catorze horas. Na média, duravam cinco.¹⁷ As torturas e as perguntas estavam de tal forma sincronizadas que um bilhete com instruções para a “turma do Coelho” (“Atenção — Forçar a barra, porém sem deixar marca”) se misturou com o texto dos depoimentos e foi parar nos autos do processo.¹⁸

O advogado pernambucano Marcos Freire, que acabara de ser eleito senador pelo MDB, impediu que Marco Antônio Coelho se tornasse um desaparecido. Na terça-feira foi a um almoço no Clube dos Repórteres Políticos, no Rio, e lá, em meio às críticas habituais de um opositor, mencionou a prisão do dirigente do PC, ressaltando que seus familiares não sabiam onde ele se encontrava.¹⁹

Os interrogadores do DOI estavam obstinadamente interessados em remontar a rede de entendimentos do PCB com a oposição legal. Essa conduta significava uma reviravolta na metodologia da repressão. Enquanto lidou com organizações da esquerda armada compostas de quadros clandestinos, naturalmente voltadas para dentro, a máquina policial buscava o desmantelamento do aparelho, eviscerando-o. Esse mesmo procedimento dera-se em todas as ofensivas anteriores contra o partido. Tratara-se de implodir a organização. Agora pretendiam explodi-la. Queriam atingir os políticos que tinham contato com os comunistas. Não se queria neutralizar o PCB. Pelo contrário, desejava-se propagar sua importância, transformando-a num fator de contágio.

Estabeleceram-se conexões que ligavam o PCB a Ulysses Guimarães, Franco Montoro, Orestes Quêrcia e quatro deputados federais do MDB.²⁰ Em quase todos os estados, a ajuda do Partidão fora relevante pela capacidade de mobilização de seus quadros, mas não pelo peso do eleitorado comunista. Exceto em São Paulo, onde elegeu o advogado Santista Marcelo Gatto para a Câmara, com surpreendentes 100 mil votos, marca superada na Arena apenas por dois candidatos. Reelegeu para a Assembléia Legislativa o engenheiro Alberto Goldman, em segundo lugar na lista dos mais votados, com 75 mil votos, enquanto o arenista mais bem colocado tivera somente 48 mil.²¹ Para

descobrir que o PCB apoiara Quércia e elegera Gatto e Goldman, não era necessário prender nem torturar. Teria bastado ouvir os informantes da Arena e, caso necessário, confirmar suas denúncias nos bares da noite paulista. Um agente não levaria nem uma semana para dar conta desse serviço.

Ao buscar conexões com o MDB, o CIE buscava o desmantelamento da oposição que emergira das eleições. Tratava-se, novamente, de reconstruir o estratagema que, em 1965, produzira o AI-2. Castello fora emparedado porque a linha dura associou a derrota dos candidatos governistas ao apoio que os comunistas deram aos adversários do regime.

O CIE queria provar que o PCB ajudara a eleger Quércia em São Paulo, Paulo Brossard no Rio Grande e Roberto Saturnino no Rio. Logo, a vitória do MDB seria uma vitória dos comunistas, uma ameaça à Revolução que só poderia ser conjurada com um expurgo. Não se pretendia cassar os três senadores. Bastava desencadear um processo que terminasse em meia dúzia de punições. Seria o suficiente para estabelecer que Geisel não era um presidente constitucional obrigado a respeitar um resultado eleitoral, mas um delegado do poder revolucionário, obrigado a defendê-lo com as armas da ditadura.

Quando Giocondo Dias chegou ao aparelho do Méier e deu pela ausência de *Jacques*, cancelou o encontro e mandou que o secretariado se dispersasse. Em Brasília, nessa mesma manhã, iniciou-se outra reunião. O Alto-Comando das Forças Armadas estava de novo no palácio do Planalto, a convite de Geisel. Eram dez pessoas: o presidente e o vice, mais os três ministros militares com os chefes de seus estados-maiores, os chefes do EMFA e do Gabinete Militar. Ao contrário do que acontecera em junho do ano anterior, agora haveria uma sessão de perguntas.

Geisel começou sua exposição pela situação internacional. Mostrou “um quadro de crise”, com inflação e desemprego no mundo

desenvolvido. Os Estados Unidos, “numa etapa de absoluto desprestígio”, praticamente submetidos a “uma ditadura de legislativo”. A Europa, sofrendo um avanço da esquerda, sob o receio de a União Soviética “abandonar a sua política de distensão e lançar um golpe de força” sobre a Europa Ocidental.²² Em menos de um ano, a ditadura brasileira assistira a um refluxo do conservadorismo no mundo. Desmoralizado pelo caso Watergate, o presidente Richard Nixon renunciara em agosto. Em novembro o Partido Democrata ganhara 36 governos de estado e uma bancada de 352 x 181 no Congresso. Os trabalhistas tomaram o gabinete inglês em março. Sete meses depois fizeram maioria no Parlamento, impondo aos conservadores a pior votação do século. Portugal ia ladeira abaixo. O general Antônio de Spínola, que em abril de 1974 derrubara o salazarismo, caíra em setembro. No início de janeiro o segundo funcionário na hierarquia do serviço diplomático português procurara o embaixador brasileiro, em busca de ajuda e abrigo, certo da iminência de um golpe comunista em seu país.²³

Simbolicamente, pior notícia viera da Grécia. No poder desde abril de 1967, um grupo de coronéis produzira um regime em que havia “milagre econômico”, cassações, torturas, banimentos e projetos grandiloqüentes (como a reconstrução do Colosso de Rodas, com noventa metros de altura). Ruíra em apenas uma semana, depois de um golpe fracassado em Chipre. Pior: os coronéis estavam todos na cadeia.

“Agora, vamos rapidamente ver qual é a nossa situação no quadro interno”, anunciou Geisel, começando a conversa que interessava.

Acho que, de um modo geral, sobretudo se nós quisermos comparar com outros países, o nosso panorama interno é bom.

No quadro político, o grande problema que surgiu é o das eleições de novembro. O que essas eleições tiveram de importante para nós é que serviram de alerta para o governo. O governo vivia muito tranqüilamente neste quadro político. [...] Mas, por baixo, nós não sabíamos o que estava acontecendo. [...] É muito melhor

a gente conhecer o problema, mesmo que ele não seja favorável, do que desconhecer e continuar embaído num comodismo que poderia levar a desastres maiores no futuro.

A Arena é um partido extremamente fraco. [...] O governo despreocupou-se muito com a política. [...] Agora, ou nós cuidamos desse problema, ou então continuamos a não gostar de política e vamos sonhar com uma ditadura, que eu acho a pior solução.

Falou das eleições vindouras, da infiltração esquerdista na imprensa, dos radicais da oposição, das dificuldades da previdência, da inoperância da saúde pública e dos atritos com a Igreja, até que pisou fundo:

Aí temos o problema da subversão. [...] Não existe nenhum foco no país de subversão interna ativa, vamos dizer. [...] Não sei, hoje em dia, sobretudo tendo em vista esse resultado das eleições, etc., se a esquerda está ainda empenhada em subversão propriamente dita, subversão armada.

Acho que nós devíamos, inclusive, fazer uma nova análise completa de todo este problema da esquerda para ver se há mudanças ou não. Porque se houver mudanças, nós também devemos mudar. Nós devemos, com inteligência, encontrar os métodos, os processos para combatê-los, de acordo com a orientação que eles seguem. Nós não podemos cristalizar o nosso sistema de repressão. Quer dizer, no ano de 1969 foi feito isso, no ano de 1970 foi feito isso. Não quer dizer que em 75 ou 76 se continue a fazer aquilo!

Nós continuamos a ter um grande fator negativo, sobretudo no âmbito interno, que são alguns setores internos que nos acusam de arbitrariedade, de torturas, de procedimentos ilegais. Isto é um fator muito negativo para o governo, e nós temos que examinar, ver até onde nós podemos ir para atender a este problema que se apresenta aí, dos direitos da pessoa humana e

não sei mais o quê. Não sou um fetichista nessa história, mas acho que nós temos que ter cuidado para que isso não vire um bumerangue contra nós.

Poucos minutos depois, Geisel retomou sua louvação da unidade militar, um “milagre”. Temia que um esgarçamento das bases, influenciadas pelo exemplo dos capitães portugueses, levasse os jovens oficiais a acreditar que “no Brasil está tudo errado, que nós somos uns velhos ultrapassados e que os tenentes e capitães é que têm que fazer isso”.

Aliás, isso não é novo, não. Isso também nós fizemos em 1930. Fizemos a Revolução de 30 nessa base, não é? Os generais e os coronéis eram os comodistas. [...] Há trabalhos nesse sentido, há trabalho de gente de esquerda, inclusive. Querendo apoiar o governo. Apoiar o governo! Então eles vêm a certas áreas militares insistindo com essa bandeira falaz, não é? Há trabalhos. Um dos grandes argumentos do MDB, a grande bandeira que o MDB levanta agora é o estado de direito, a luta contra o AI-5, contra outras coisas, outros poderes que o governo tem. Bom, eu não estou dizendo que isso não seja um objetivo remoto que nós devemos procurar atingir, mas antes de atingir o estado de direito nós temos que nos preocupar em manter a ordem no país. Eu posso ir ao estado de direito e, no dia seguinte, ter uma bagunça na rua, não é verdade? Então eu prefiro ser mais realista, não ter o estado de direito por enquanto na sua plena integridade, e ter a ordem no país. Mas a luta pelo estado de direito é uma das que vai se encadear, a partir de março, no Congresso. [...] Nós temos que nos vacinar um pouco contra ele.

Concluiria com um convite: “Agora, vamos debater. Essa história de liberdade de expressão... Se quiserem emitir opiniões a respeito disso, podemos fazer algum comentário. Alguma coisa?”.

O debate durou mais que a exposição. O primeiro a falar foi o

ministro da Marinha, almirante Geraldo Henning. Nada tinha de radical, nem de expressivo:

No campo interno o que se sente é que os meios de divulgação estão sendo usados no sentido de desfigurar o governo, diminuir a importância do poder executivo e dar a impressão mesmo de inversão de posições. Isto é, o Executivo seria corrupto e a moralização estaria no poder legislativo. [...] Nós sentimos que a lei de segurança nacional precisava ser revista para dar flexibilidade maior aos tribunais militares, permitindo um maior rigor porque o que se sente, ultimamente, é um abrandamento das punições aos que conspiram contra a segurança nacional. E, também, ao abrandamento da censura à imprensa deveria corresponder um rigor maior na lei de imprensa.

A resposta de Geisel, na íntegra: “É”.

Adiante, Henning mencionou a insatisfação dos jovens oficiais com os salários. Geisel: “É”.

O almirante lembrou que os salários baixos impediam os oficiais de comprar casa própria.

“É.”

“Obrigado”, fechou Henning.

“Quem quer dizer mais alguma coisa?”, perguntou Geisel.

Não se sabe quem pediu a palavra. Sabe-se apenas o que disse: “No campo político, Vossa Excelência se referiu às eleições. Está me parecendo que o partido que se mantém dez anos no poder à sombra do poder revolucionário está falho. Além disso, os líderes estão envelhecidos, estão acomodados [...] e essa eleição serviu para assustar um pouco — mas é a renovação. E a mocidade está votando”.

Geisel completou: “[...] Você tem razão, um partido que está no governo há dez anos, se ele não tiver muita imaginação para se renovar, ele cansa. Quer dizer, é possível que muitos elementos do povo tenham votado contra a Arena porque estão cansados de ouvir falar em Revolução”.

Foi mais fundo:

Revolução, Revolução, Revolução, bom, mas qual é a idéia nova que nós trazemos? O que nós queremos realmente? Não podemos viver com o quadro que nós sentimos de dez anos atrás, mas que a massa do povo não sentiu. Quantos jovens estão aí que são eleitores, que votam, que não viveram o regime do Jango, não viveram o regime daquela inflação galopante, que não viveram os desregramentos que se praticaram? Então, falar isso a eles, não adianta nada. Ele está vivendo o problema de hoje: “Qual é o meu salário?”, “Quanto é que eu ganho?”. É o caso dos tenentes. “Como é que eu vivo? Como é que a previdência me atendeu? Como é o problema da casa própria? Como é o problema da carne?” Então, eles vivem isso. Agora, nós temos que criar. Eu acho que nós, se não lançarmos certas idéias novas de ação, o organismo deve cair. É o caso do Paraguai que eu estou citando aí, está com vinte e tantos anos de governo, o pessoal está cansado. É o caso da Espanha e foi o caso de Portugal.

Aquele governo do Salazar foi ótimo numa determinada fase, depois, não soube evoluir; e cristalizou. Cristalizou e não criou nada de novo. Ora, se nós não criarmos nada de novo, nós vamos ter o mesmo destino.

A discussão deslizou para assuntos militares, até que o ministro do Exército, general Sylvio Frota, recolocou-a nos trilhos políticos.

Eu tinha algumas observações que, aliás, não ia trazer à baila porque achava que não eram relacionadas diretamente com o meu setor, mas que tem sobre ele às vezes alguma repercussão. [...] Uma delas, é o problema do abrandamento da Justiça Militar no julgamento da subversão. Eu acho isso, desculpe, não querendo discordar, não é um problema de legislação, é um problema subjetivo de julgamento. No ano passado [referia-se a 1973] nós tivemos, embora os casos fossem diferentes, duzentas

condenações em trezentos casos. Este ano [referia-se a 1974] estas condenações desceram para cem e, em casos muito mais perigosos. É um problema, me parece, de mentalidade, que está se criando na Justiça Militar. E fala-se mesmo, em certos setores, que há o propósito de se fazer uma anistia branca. Sabe, este problema tinha sido notado também. [...] Eu não penso que seja um problema de lei. Eu lidei muito com a lei e...

Dessa vez Geisel, com sua experiência de ex-ministro do Superior Tribunal Militar, detalhou a resposta:

O advogado faz a defesa e procura destruir a pouca prova que aparece, inclusive fabrica testemunhas e uma série de coisas. E o promotor [...] via de regra, ele não se interessa pelo processo. Ele acompanha o processo mas não se preocupa em provar aquilo que ele alegou quando deu a denúncia. Então, o processo chega ao fim, vai se examinar, não tem provas. As provas que aludia o inquérito, no processo não foram reavivadas e não foram confirmadas. E fica você neste drama de consciência. Você tem a convicção de que aquele sujeito é criminoso, e que o inquérito está certo, mas o inquérito não vale como prova judicial, e a prova judicial não existe. Então se cria este grande drama de julgar o processo. [...]

Eu tive vários casos assim. Houve casos em que eu condenei, tal era a minha convicção, apesar da deficiência de provas do processo. Mas há outros que você não pode condenar, a não ser que você queira ser irracional, mas é errado.

Frota insistiu no tema: “[...] Os chavões apresentados pelos defensores dos subversivos, são sempre os mesmos, e são aceitos com uma ingenuidade que eu não posso compreender, e isso traz, realmente, no Exército, não digo uma descrença, uma irritabilidade contra... um desencanto”.

Geisel também insistiria:

Agora veja. Nós tiramos esse processo da área da justiça civil. Trouxemos para a área da Justiça Militar, a duras penas. Não queira saber a luta que se travou no tempo do governo do presidente Castello Branco, para poder atribuir à Justiça Militar o julgamento do civil dos crimes de segurança. Bom, porque nós partimos do princípio que os militares seriam severos e dedicados aos problemas de segurança. Bom, depois do funcionamento de alguns anos, nós chegamos a uma conclusão um pouco melancólica, não é?

Frota: “[...] Há também uma preocupação de certos juizes de se transformarem em encapuzados dos direitos humanos, não é? [...]”.

A conversa escorregaria para o porão, mas o general Antonio Jorge Corrêa, chefe do EMFA, pediu a palavra, mudou de assunto e reconduziu-a à agenda militar, e daí ao final.

Poucos dias depois, quando se falou na possibilidade de uma nova reunião do Alto-Comando, Geisel rebateu: “Não vou fazer, todo mês, uma pastoral para o Exército”.²⁴

Nem todo mês, nem nunca mais. Aquela fora a última.

Nos primeiros meses de 1975 o governo vagou entre posições opostas. Ao mesmo tempo que o porão patrocinava uma nova onda de prisões, desaparecimentos e torturas, outra banda procurava acelerar a distensão. Ora de um lado, ora de outro, ficava Geisel.

Golbery tentava tirar os censores da revista *Veja*. Não podia, porque Geisel se aborrecera com o conteúdo de um artigo sobre a censura. O texto, cortado da revista, fora-lhe remetido pela Polícia Federal.²⁵ Geisel permitira o retorno do professor Darcy Ribeiro, para que se operasse de um câncer de pulmão, mas proibiu-o de visitar a Universidade de Brasília, que fundara.²⁶ Desestimulou uma aproximação do SNI com a DINA chilena, mas endossou o veto do Serviço à matrícula do senador José Sarney na Escola Superior de Guerra.²⁷

Estimulava os contatos de Armando Falcão com os militares, mas indicou o liberal Célio Borja para a presidência da Câmara.

Esses sinais contraditórios refletiam o tipo de controle que Geisel procurava manter sobre o processo político. Colocando-se na posição de árbitro do gradualismo, estava a um só tempo descomprimindo o processo e cristalizando na sua vontade o arbítrio da ditadura. Queria a distensão, desde que tivesse a prerrogativa de dizer qual, como e quando. Queria menos ditadura tornando-se mais ditador. Abrindo o regime, exercia sobre ele uma pressão maior que aquela usada por Medici para mantê-lo fechado. A arbitragem dos ditadores é eficaz, e é fácil administrá-la quando avança sobre as liberdades públicas. Nesses casos, o ditador acumula poder a cada volta do parafuso, restringindo e esterilizando o campo de ação do adversário. Girando no sentido inverso, além de diminuir seu poder, coisa com a qual eventualmente pode até concordar, abre espaço para o surgimento de problemas que não pode controlar nem sequer prever. Esse grau de incerteza era parte do estratagema, mas transformara-se, para Geisel, numa fonte de ansiedade e cautela. Se é possível arriscar, sabia a direção, mas não conhecia o caminho.

O divisor de águas continuava onde sempre estivera: a tortura, encruada na questão dos desaparecidos. O MDB resolvera convocar o ministro da Justiça ao plenário da Câmara para prestar esclarecimentos. Além disso sua bancada fornecera 138 assinaturas (35 acima do mínimo exigido pelo regimento) pedindo a instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar casos de violações de direitos humanos. Eram 22 os nomes dos desaparecidos.²⁸ (A falta de informações, o silêncio que envolvia o paradeiro dos guerrilheiros do Araguaia e o medo contribuíram para que essa lista fosse imprecisa e magra. No fim de janeiro de 1975, na realidade, os desaparecidos eram cerca de 130.) O líder do governo na Câmara rebateu, acusando mais de vinte deputados da oposição de terem recebido o apoio do PCB. Uma coisa nada tinha a ver com a outra.

Na semana seguinte à reunião do Alto-Comando, Geisel quis

enfrentar o problema dos desaparecidos. Disse a Golbery que cuidasse do texto de uma nota oficial, mais ou menos assim: “Havendo notícias de desaparecimento de pessoas, determino ao Falcão investigar, etc.”. Na primeira hora parecera que se conseguiria colocar um civil à frente das investigações.²⁹

Golbery produziu um tratado de oito páginas e levou-o ao presidente. Com um dossiê à mão, reviram o texto.³⁰ Atacava a imprensa nacional e estrangeira, a Igreja, o “intelectual esquerdista inglês Bertrand Russel” e organizações defensoras dos direitos humanos, como a Anistia Internacional. Enquadrava as denúncias na “campanha difamatória contra o Brasil no exterior, como parte integrante da Guerra Psicológica planejada pelo Movimento Comunista”. Lançava todas as suspeitas possíveis sobre os desaparecidos (inclusive a de terem desertado suas organizações ou de terem sido por elas executados), mas eram só três os parágrafos vitais:

A política do Governo é a de expor todas as questões de segurança com clareza, de forma a que, a segurança do Estado, a preservar sempre, não seja comprometida por atos que desabonem o respeito devido aos cidadãos brasileiros, em sua integridade física e em sua dignidade humana. [...]

Assim tem procedido o Governo — e continuará persistentemente a fazê-lo — não só por compreender bem a justa ansiedade de familiares e amigos, a par dos problemas legais resultantes, mas, sobretudo por considerar o problema de inegável significação política que jamais poderia obscurecer. [...]

Por ato de compreensão humanitária, a partir da data em que recebeu a citada lista o Governo do Presidente Ernesto Geisel vem se empenhando — e continuará assim procedendo — em averiguações destinadas a esclarecer no maior número possível o destino dos que estão relacionados.³¹

Queriam tirar os cadáveres do armário, mas iam além, enunciando um compromisso com a averiguação. Passo audacioso, uma

vez dado, bloquearia o porão, negando-lhe a inimizabilidade.

Estavam as coisas assim quando o ministro da Justiça pediu uma audiência a Geisel. Heitor Ferreira anotou os acontecimentos em seu *Diário*, na ordem em que soube deles.

Primeiro, a suspeita: “Falcão vem hoje às 14:30 para trazer duas ‘ponderações’ que Golbery acha que são do Frota. [...]”.

Depois, a sua confirmação: “Golbery a Falcão: ‘O que o chefe acha é que ele não pode ignorar os fatos’. [...] Falcão levantou a questão da investigação ‘reservada’. [...] Falcão, na verdade, está com receio de uma investigação. [...]”.

Finalmente, o desfecho: “Desceram para falar com Geisel. [...] Chegaram à fórmula do Falcão de dar uma nota após o Carnaval, explicando a posição de cada um dos 22 desaparecidos. E, se necessário, os jornais não falam mais no assunto. [...] Para não correremos o risco, vamos ficar numa solução atamancada. [...] Ficou-me a sensação de que o Falcão conseguiu bloquear o negócio. Não consegui falar direito com Golbery”.³²

(Nesse dia desapareceu, no Rio de Janeiro, Jayme Amorim de Miranda, ex-secretário de organização do PCB. Acabava de voltar de Moscou. Teria sido visto no DOPS de São Paulo. Foi assassinado no aparelho do CIE em Itapevi.)³³

Heitor conseguiu falar com Golbery na manhã seguinte. Encontrou-o desalentado e convencido de que não seria divulgada nota alguma. Pior: chegara ao palácio uma nova denúncia de torturas e choques elétricos contra um casal, era São Paulo. Geisel estava a caminho da sala das reuniões para presidir os trabalhos do Conselho de Desenvolvimento Social. Vinha com Hugo Abreu. Esbravejava: “Repressão com brutalidade é burrice. Ninguém abre a janela, ninguém pensa. O Medici é um deus, o Orlando é um deus. O *Miltinho*³⁴ é um deus. E eu sou uma besta”.

Hugo parou diante do elevador, para retornar ao seu gabinete,

mas o presidente insistiu: “Por que não fazem uma ditadura bem botocuda? E me botam para fora! Porque eu não vou ficar quatro anos aqui agüentando as besteiras dos coronéis, maiores e capitães. [...] Depois a gente reclama quando dizem que há governo paralelo. E há mesmo!”.³⁵

O general Hugo tentara retardar a divulgação de qualquer nota sobre os desaparecidos, lembrando a Geisel que não se deveria subestimar a reação militar a uma eventual convocação do ministro da Justiça pela Câmara: “Poderia ser o primeiro passo de um processo de contestação, de conseqüências imprevisíveis”.³⁶ A essa altura, a CPI estava sepultada, pois 108 deputados retiraram a assinatura do requerimento de convocação.

O chefe do Gabinete Militar ressuscitara o trabuco da “contestação”. Derivava da regra segundo a qual se podia fazer oposição ao regime mas não se podia contestá-lo. O truque estava no fato de faltar definir o que fosse contestação. Mesmo admitindo-se que a denúncia de torturas passadas fosse inaceitável, podia-se supor que Geisel tentasse chegar a um arranjo semelhante ao que resultara, em 1964, da sua visita às prisões do Nordeste: o feito feito está, desde que não se volte a fazer. Esse acordo, obtido no governo do marechal Castello Branco, tornara-se impossível no seu. A anarquia militar expandira-se e mudara de qualidade. Em 1964, os torturadores do Recife praticavam malfeitorias a mais de mil quilômetros do palácio. Em 1975, o tenente-coronel Pedrozo, que lhe expusera a lógica do extermínio no Araguaia, chefiava o serviço de segurança da Presidência. Para que a transação da pedra limpa prevalecesse, era necessária uma de duas condições: a boa vontade da “tigrada” ou o medo de sanções disciplinares. Não existia nem uma nem outra. Desde 1969 todos os chefes militares que confrontaram a “tigrada” se viram remetidos ao canil. Invicta, ela podia acreditar que tudo aquilo não passava de fingimento, bravata.

No mesmo dia em que conferiu a redação da nota de Golbery, Geisel soube, numa conversa com o general Sebastião Ramos de Castro,

chefe interino do SNI, de treze mortes ocorridas em 1973. Nessa lista estava Joaquim Pires Cerveira, um ex-major do Exército, seqüestrado em Buenos Aires e visto, arrebitado, no DOI-CODI do Rio.³⁷ Nos mesmos dias em que o Planalto falava em buscar o paradeiro dos desaparecidos, uma equipe da FAB exumava cadáveres dos guerrilheiros do PC do B no Araguaia coletando-os pelas matas do sul do Pará. A *Chica* (Suely Yomiko Kanayama), que estudara alemão na Universidade de São Paulo, foi capturada na mata, levada para a prisão da Bacaba e assassinada em setembro de 1974. Sepultaram-na perto do cárcere. Os militares que a desenterraram se surpreenderam com sua conservação.³⁸ O piloto de um dos helicópteros que participaram dessa missão estimou que, ao longo de duas ou três semanas, entre quarenta e 45 corpos foram levados para a serra das Andorinhas. Lá, os incineravam em piras de pneus encharcados de gasolina.³⁹ Providenciava-se o desaparecimento dos desaparecidos.

O texto de Golbery foi para o lixo da história, e Armando Falcão divulgou uma nota oficial de seis páginas, com um preâmbulo de 51 palavras e pequenos verbetes sobre o suposto paradeiro de 27 cidadãos.⁴⁰ Nada dizia. Verdadeira salada. Em alguns casos, cometia erros atemorizadores. Listava quatro pessoas que jamais haviam sumido.⁴¹ Acusava uma delas, o professor Paul Singer, de carregar a suspeita “de ser elemento de ligação com o exterior do Movimento Comunista Internacional”, sem que o sereno economista do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento, o Cebrap, pudesse sequer saber o que isso significava. Sustentava que o governo perdera o rastro de Joaquim Cerveira em 1970, quando ele foi banido para a Argélia. Falso. Não só o general Castro sabia o que lhe acontecera, mas o SNI e a Polícia Federal haviam plotado o ex-major dois anos depois, numa reunião com Miguel Arraes em Santiago do Chile. Nem se poderia dizer que essas informações não chegavam ao Ministério da Justiça. O chefe do SNI encaminhara um relatório do encontro ao antecessor de Falcão.⁴² Uma barbaridade.

Golbery divertia-se dizendo que “no bojo de toda vitória está embutida uma derrota, e no bojo de toda derrota está embutida outra derrota”. No caso dos desaparecidos, fora derrotado.

No dia 20 de fevereiro, Terezinha Coelho conseguiu entrar no DOI. Esteve com o marido por dez minutos e saiu em busca de um lugar para gritar. Acabou batendo na redação d’*O Estado de S. Paulo*. Contou o que viu a Ruy Mesquita. O jornalista ligou, na hora, para Armando Falcão, narrando-lhe o que ouvira.⁴³

Daí em diante as coisas sucederam com rapidez.

Heitor Ferreira registrou:

Falcão disse ao Golbery que a mulher e a filha do Marco Antônio Coelho o visitaram e o encontraram muito maltratado. Golbery desce e diz a Geisel. Geisel teve uma explosão, furioso: “E eu sou obrigado a acobertar o cretino que fez isso! Sadismo! E nós na banana. [...]”. Geisel gritava: “Que coisa! Como está esse Exército! Nossas providências são inócuas. Fico falando aqui e não adianta! Qualquer dia eu largo isto e vou embora! Entrego a esse coronel de São Paulo. [...]”. Ele estava absolutamente fora do normal.

Heitor saiu, deixou os dois conversando: “Esperei Golbery subir. Disse-me: ‘Nada’”.⁴⁴

Golbery desdenhava explosões emocionais. Costumava ouvi-las impassível, tentava até mudar de assunto. Todos sabiam que Marco Antônio estava sendo torturado. Sabiam também que o CIE relutara em reconhecer sua prisão. O general sabia isso e muito mais. Desde o início do governo criara uma rede de informantes que lhe davam notícias e levavam denúncias do que sucedia no porão. Com o deputado Célio Borja, acertara um mecanismo semelhante ao que propusera ao cardeal de São Paulo, d. Paulo Evaristo Arns. Recebia as queixas, desde que não lhe fossem cobradas providências imediatas nem resultados espetaculares. Nesses dias, pedira a Célio que fizesse vazar para a imprensa a informação de que se preparava uma onda de prisões contra

o Partidão.⁴⁵

O próximo lance estava marcado para o dia seguinte, quando o general Sylvio Frota teria sua audiência rotineira com Geisel. O presidente procurou se documentar, pedindo ao SNI informações sobre Marco Antônio.

Frota trouxe consigo uma nota oficial e um laudo de exame de corpo de delito feito na véspera. Examinado pelo médico Harry Shibata, Marco Antônio mostrara-se “bem nutrido” e em “plena integridade física”.⁴⁶ Heitor anotou: “E agora?”.⁴⁷

Era uma palavra contra outra. A de um preso, ou da mulher, contra a do ministro do Exército. Nesse episódio o general Sylvio Frota marcou uma posição que haveria de caracterizar sua presença no governo: tornara-se patrono do porão. Tudo aquilo que Geisel dissera na reunião do Alto-Comando soara bem, mas não se aplicava ao caso, pois o ministro do Exército considerava improcedente a queixa. Esse tipo de atitude nem nova era. Em 1964, Golbery chamara as notícias de tortura de “balão propagandístico”.⁴⁸ Geisel condenara “o deliberado interesse de torcer, deturpar ou exagerar os fatos conforme a conveniência”.⁴⁹ Retornava-se à construção segundo a qual, como as denúncias se destinavam a enfraquecer o governo e a solapar o regime, e como ambos não admitiam uma coisa nem outra, os fatos denunciados eram inadmissíveis. Por inadmissíveis, inverossímeis. Por inverossímeis, inverídicos.

Nesse encontro com Frota, na tarde de 25 de fevereiro de 1975, Geisel recuou. Não fazê-lo, nas circunstâncias em que o ministro do Exército colocara a questão, exigiria que denunciasse o laudo, contraditasse a nota e enquadrasse o general. Tudo em benefício daquilo que parecia ser apenas a integridade física de um comunista.

Tendo recuado, trocou de posição. Em vez de reclamar dos torturadores do DOI, passou a reclamar de Célio Borja, que anunciara à imprensa sua intenção de levar Terezinha Coelho ao gabinete de Golbery.⁵⁰ É bastante provável que, a essa altura, Geisel já tivesse lido a carta que ela lhe escrevera e que Célio entregara a Golbery.

Em seguida, o presidente cuidou do funeral de sua explosão anterior. O governoalaria por meio de uma nota oficial do ministro da Justiça. Golbery deveria instruir Falcão, mencionando o laudo médico e desmentindo o conteúdo da carta, uma “inverdade”.

A derrota no caso dos desaparecidos tinha, embutida, outra derrota. Geisel e Golbery estavam tratando dos detalhes da nota oficial quando Heitor Ferreira entrou na sala e ouviu o presidente: “O mal que o Getúlio fez com aquela ditadura! Hoje todo mundo pensa que eu posso resolver tudo com uma penada”.⁵¹

Reconhecia que não conseguira resolver o caso mas chegara a um final patético. Um cidadão apanhava no DOI, e a conta fechava com dois culpados: Getúlio, por ditador, e a mulher da vítima, por contar que torturavam seu marido.

O Ministério da Justiça anunciou que tudo não passava de “mais um capítulo na insidiosa campanha que se move, dentro e fora do País, contra as autoridades brasileiras”.⁵² Mais: o Exército levou uma equipe do *Jornal Nacional* ao quartel-general do Ibirapuera para que filmasse, de longe, Marco Antônio Coelho caminhando no pátio.

Entre a hora da divulgação das patranhas e a madrugada seguinte, quando *O Estado de S. Paulo* começou a chegar às bancas, o porão tinha feito cabelo, barba e bigode. Dera-se o desfecho de sempre: o preso apanha, a família reclama, mas não há nada a fazer.

O caso de Marco Antônio Coelho não terminou assim, porque o *Estadão* publicara, junto ao texto da nota oficial, uma “Carta a Geisel”. Eram as “inverdades” de Terezinha Coelho, vistas no DOI no mesmo dia em que *Jacques* teria sido visitado pelos dois legistas:

O que vi foi o bagaço de um homem descarnado pela tortura [...] Seus braços — que os algozes nem me procuraram esconder, como se houvesse o propósito de aniquilar-me [...] — apresentam-se roxos e inchados, tais e tantas marcas visíveis dos golpes e picadas da tortura; estão desarticulados e as mãos insensibilizadas pelos choques elétricos. [...]

Isto, Senhor Presidente, o que me foi dado ver nos dez minutos que me concederam o II Exército e as autoridades do DOI, em São Paulo.

E debaixo de ameaças tais como: seu marido sabe muito senhora, e ele vai ter que contar tudo o que sabe; a senhora não diga nada lá fora para não ficar pior.

[...]

Matem o meu marido, mas não o torturem! Não o aviltem, pelo amor de Deus!⁵³

Os torturadores de Marco Antônio perceberam que se encontravam diante de uma nova modalidade de vitória. Tinham sido obrigados a provar que um preso estava vivo. Ademais, a imprensa tratara regularmente do caso. Falava em “sevícias” “maus-tratos” e “violências”, e usava até mesmo a palavra maldita: *torturas*. Tiveram de fingir que o preso não fora torturado. Não era muito, mas já era demais. “Isso é coisa do Golbery” queixaram-se a *Jacques*.⁵⁴

Terezinha Coelho reclamou do espetáculo e pediu a quebra da incomunicabilidade do marido para que se pudessem ver as marcas do pau-de-arara em seus braços.⁵⁵ A notícia saiu no *Jornal de Brasília*. No dia seguinte, o ministro Armando Falcão mandou que a Polícia Federal abrisse inquérito para apurar a responsabilidade pelas “referências caluniosas e infamantes a órgãos de segurança”.⁵⁶ Era coisa do general Sylvio Frota.

1 *O Estado de S. Paulo*, 3 de janeiro de 1975, p. 4 (*Os lusíadas*, Canto III, 131).

2 Golbery do Couto e Silva, 1973, e “O fabricante de nuvens” em *Veja* de 19 de março de 1980, p. 28.

3 Ernesto Geisel, *Mensagem ao Congresso Nacional*, 1975, <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/ul336/000010.html>> e <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/ul336/000011.html>>. O crescimento do PIB em 1974 foi revisto para 8,15%.

4 *Diário de Heitor Ferreira*, 6 de janeiro de 1975, e Paulo Egydio Martins, junho de 1988.

5 Paolo Marconi, *A censura política na imprensa brasileira — 1968/1978*, pp. 276-8 e 293.

6 Para a gestão do general Ednardo D'Ávila Mello, *Diário de Heitor Ferreira*, 14 de maio de 1975, e Ernesto Geisel, abril de 1995.

7 Reunião de Geisel com Paulo Egydio Martins, 4 de janeiro de 1974. APGCS/HF.

8 Conversa de Geisel com Golbery, Moraes Rego e Heitor Ferreira, 7 de março de 1974. APGCS/HF.

9 Maço de papéis com uma folha de *O Estado de S. Paulo* anotada por Heitor Ferreira, Geisel e Armando Falcão. Um bilhete de Falcão e duas outras folhas de xerox, de 23 de maio de 1974. APGCS/HF.

10 *O Estado de S. Paulo*, 13 de dezembro de 1998, p. D2.

11 Henrique Cordeiro, dezembro de 2002.

12 Entrevista do sargento Marival Chaves Dias do Canto a Expedito Filho em *Veja* de 18 de novembro de 1992, pp. 24-5.

13 Nilmário Miranda e Carlos Tibúrcio, *Dos filhos deste solo*, pp. 334-5. José Carlos Brant Aleixo, agosto de 1999. A morte de Alberto Aleixo só foi publicamente denunciada vinte anos depois, pelo Grupo Tortura Nunca Mais.

14 Para os dólares, discurso do general Ednardo D'Ávila Mello, em *O Estado de S. Paulo* de 1º de abril de 1975, p. 7. Vadim Zagladim, funcionário do departamento internacional do Partido Comunista Soviético, afirmou que a subvenção era de 300 mil dólares anuais. *Veja*, 8 de janeiro de 1992, p. 23.

15 Marco Antônio Coelho, agosto de 1988.

16 Idem, janeiro de 1998.

17 *Relatório Especial de Informações nº 1/76*, do DOI-CODI do II Exército, intitulado *A Subversão Comunista em São Paulo*, carimbado “reservado”, de abril de 1976, 119 folhas. AA.

18 Marco Antônio Tavares Coelho, *Herança de um sonho*, p. 525.

19 *Jornal do Brasil*, 23 de janeiro de 1975, p. 12. Para a data de 21 como dia da denúncia, *Informação nº 0362/S-102/A5-CIE*, do CIE, de 11 de março de 1975, p. 9. AA.

20 *Relatório Especial de Informações nº 1/76*, do DOI-CODI do II Exército, intitulado *A Subversão Comunista em São Paulo*, carimbado “reservado”, de abril de 1976, 119 folhas. AA.

21 *Dados estatísticos*, vol. 11: *Eleições federais e estaduais realizadas no Brasil em 1974*, pp. 171, 173-4 e 177.

22 Todas as citações referentes à reunião baseiam-se num maço de folhas datilografadas intitulado *Segunda Reunião do Alto-Comando das Forças Armadas*, 20 de janeiro de 1975. Trata-se de uma gravação, revista por Heitor Ferreira, que a chamou de *Segunda Versão*. Não se conhece a primeira versão. Nas citações respeitou-se o texto da gravação, salvo em poucos casos, quando a revisão de Heitor foi irrelevante para o sentido e essencial para a compreensão. APGCS/HF.

23 *Diário de Heitor Ferreira*, 5 de janeiro de 1975.

24 *Diário de Heitor Ferreira*, 13 de fevereiro de 1975.

25 Anotação de Golbery numa nota enviada por Heitor Ferreira, de 29 de janeiro de 1975. APGCS/HF.

26 *Diário de Heitor Ferreira*, 20 de março de 1975.

27 Idem. Para a DINA, 10 de janeiro de 1975 e, para Sarney, 10 de dezembro de 1974.

- 28 *Diário de Heitor Ferreira*, 30 de janeiro de 1975.
- 29 Idem, 30 e 31 de janeiro de 1975.
- 30 Idem, 3 de fevereiro de 1975.
- 31 Oito folhas datilografadas, sem data nem assinatura. APGCS/HF.
- 32 *Diário de Heitor Ferreira*, 4 de fevereiro de 1975.
- 33 *Dossiê dos mortos e desaparecidos políticos a partir de 1964*, p. 312. Para sua passagem pelo DOPS, relatório da Marinha à Comissão Externa da Câmara dos Deputados, p. 4172, AA. Para a execução, entrevista do sargento Marival Chaves Dias do Canto a Expedito Filho em *Veja* de 18 de novembro de 1992, p. 25. Para o retorno de Moscou, João Falcão, *Giocondo Dias*, p. 308.
- 34 Orlando era seu irmão, ministro do Exército de outubro de 1969 a março de 74. *Miltinho* era o apelido do general Milton Tavares de Souza, ex-chefe do CIE.
- 35 *Diário de Heitor Ferreira*, 5 de fevereiro de 1975.
- 36 *Informação para o Sr. Presidente*, de Hugo Abreu, carimbada “secreto”, sem data. APGCS/HF.
- 37 *Diário de Heitor Ferreira*, 3 de fevereiro de 1975.
- 38 Para o testemunho de que *Chica/Suely* chegou viva à Bacaba, depoimento de José Veloso de Andrade a Romualdo Pessoa Campos Filho e Gilvane Felipe. Para o local da sepultura, “O fim da guerra no fim do mundo”, por Rinaldo Gama, em *Veja* de 13 de outubro de 1993, p. 16.
- 39 Depoimento do coronel da FAB Pedro Correa Cabral a *Veja* de 13 de outubro de 1993, p. 19, “O fim da guerra no fim do mundo”, por Rinaldo Gama, e à Comissão de Direitos Humanos da Câmara, em 23 de maio de 2001. As operações começaram no dia 30 de janeiro e duraram dez dias.
- 40 Nota de seis folhas datilografadas, assinada por Armando Falcão e visada por Geisel, de 6 de fevereiro de 1975. APGCS/HF.
- 41 A professora Maria Nilde Mascellani, Maria Margarida da Rocha Melo, Maria da Conceição Sarmiento Coelho da Paz e o economista Paul Singer. Ver carta de d. Aloísio Lorscheider a Geisel, de 24 de setembro de 1975. APGCS/HF.
- 42 *Informação nº 2106*, da Polícia Federal, de junho de 1972, em *O Estado de S. Paulo* de 5 de abril de 1998, p.A14.
- 43 Marco Antônio Coelho, julho de 1998.
- 44 *Diário de Heitor Ferreira*, 24 de fevereiro de 1975.
- 45 Célio Borja, julho de 1998.
- 46 Para o *Lauda* nº 1961, de 24 de fevereiro de 1975, *O Globo*, 28 de fevereiro de 1975, pp. 1 e 5. Nota do Ministério da Justiça, em *O Estado de S. Paulo* de 28 de fevereiro de 1975, p. 15.
- 47 *Diário de Heitor Ferreira*, 25 de fevereiro de 1975.
- 48 *Impressão Geral nº 5*, do SNI, de 14 de setembro de 1964. APGCS/HF.
- 49 Duas folhas datilografadas, intituladas *Algumas Idéias para o “Esclarecimento”*, APGCS/HF.
- 50 Para a reclamação de Geisel, *Diário de Heitor Ferreira*, 26 de fevereiro de 1975. Para o anúncio de Célio, Mário Simas, *Gritos de justiça*, p. 277, citando *O Estado de S. Paulo*, o *Jornal de Brasília* e o *Correio Braziliense*, edições de 26 de fevereiro de 1975.
- 51 *Diário de Heitor Ferreira*, 26 de fevereiro de 1975.
- 52 Nota do Ministério da Justiça, em *O Estado de S. Paulo* de 28 de fevereiro de 1975, p. 15.

53 *O Estado de S. Paulo*, 28 de fevereiro de 1975, p. 15.

54 Marco Antônio Coelho, julho de 1998.

55 *Jornal de Brasília*, 4 de março de 1975, citado em Mário Simas, *Gritos de justiça*, pp. 280-1.

56 Nota do ministro da Justiça, de 4 de março de 1975, em *Jornal de Brasília* de 5 de março de 1975, citado em Mário Simas, *Gritos de justiça*, p. 281.

A ópera de Salzburgo

O desempenho econômico do primeiro ano de governo foi um estuário de frustrações. Mario Henrique Simonsen aceitara o cargo supondo que seria possível segurar a inflação de 1974 nos 20%.¹ Em junho, Geisel esperava contê-la nos 25%.² Fechou o ano com 35%. Estimava um déficit comercial de 1,5 bilhão de dólares, resultou o triplo. A conta foi paga com a perda de 18% das reservas internacionais e um crescimento de 37% da dívida externa. Os números desmentiram as expectativas de austeridade dos primeiros meses, mas conseguiu-se o essencial: o crescimento do Produto Interno ficou em 9,6%,³ mantendo-se nas vizinhanças dos números mágicos do Milagre. Era isso que importava.

Num governo preocupado com o custo das importações de petróleo, uma das melhores notícias da história nacional acabara confundida com um espasmo propagandístico. Em julho de 1974, um navio da Petrobrás começou a furar o poço 1-RJS-9A, a 3130 metros de profundidade, na plataforma continental do norte do Rio de Janeiro.⁴ Perseguia o lençol de petróleo que o Padre Eterno deveria ter jogado no Brasil mas que, por alguma razão, caíra no mar. Duas semanas antes da eleição, Geisel fora informado de que se achara petróleo. Reuniu-se no Alvorada com técnicos da Petrobrás, e eles recomendaram prudência. A sonda batera em rochas de calcário impregnadas de óleo, mas ainda não havia garantia de que se tratasse de uma formação produtiva. O presidente temeu que um anúncio prematuro fosse

denunciado como manobra eleitoral.⁵ Duas semanas depois da eleição, quando os testes estavam praticamente concluídos, Geisel viu-se na primeira página dos maiores jornais, contemplando uma pequena garrafa escura, cheia de petróleo. A Petrobrás descobrira o campo de Garoupa e uma das grandes províncias petrolíferas do mundo. O barril a dez dólares viabilizava a exploração da área.

A derrota eleitoral, a tradição triunfalista e algumas projeções exageradas levaram a bacia de Campos a entrar na história pela porta dos fundos. Tendo atrelado a legitimidade da ditadura ao desempenho econômico, o governo buscou no êxito da Petrobrás um prenúncio do fim das dificuldades comerciais do país. A Assessoria de Imprensa do Planalto chegou a considerar tímida a previsão de que, com a produção de Campos, o Brasil saltaria, em dois anos, de 200 mil barris por dia para 1 milhão, ultrapassando o consumo nacional.⁶

Durante a euforia do Milagre, semelhante descoberta haveria de render ao regime a confirmação de sua onipotência. Agora, mal rendia fé, pois quem desconfiava do exagero acabava duvidando da própria realidade. Geisel queria impor sua racionalidade ao projeto do governo, zelando para que o otimismo do delfinato não fosse substituído por uma descrença nos fundamentos da sua administração. Alterara a essência da gestão econômica. Tirara as decisões da mesa do ministro da Fazenda, levando-as para a sua. O Brasil era governado por um general convencido de que “a iniciativa privada não se interessa pelo real desenvolvimento do país”, e, por isso, “o Estado tem que dirigir”.⁷ O presidente não queria ser apenas um supervisor da economia, pretendia comportar-se como seu indutor.

Para as empresas que conseguiam créditos no BNDE, havia dinheiro premiado. Prosperaram debaixo da proteção de um teto de 20% no cálculo da correção monetária de suas dívidas. Com uma inflação de 34,5%, isso significava um subsídio de 14,5%. O banco duplicara sua capacidade financeira, emprestando, só em 1974, 1 bilhão de dólares a esses empreendedores afortunados.⁸ Aos demais, crise de liquidez.

Em novembro de 1974, Geisel e Golbery travaram um rápido

debate com Sérgio Barcelos, um jovem diretor da Petrobrás que condenava o sistema de financiamentos do governo. Fizeram isso à moda do palácio, respondendo com curtas anotações à margem de um documento que ele lhes enviara.

Barcelos reclamava que o dinheiro do BNDE acabava nas mãos de “uns poucos privilegiados [...] isto é, as grandes indústrias”. Geisel rebateu: “E que interessam mais ao desenvolvimento do país”.

Como Simonsen, Barcelos preferia que o dinheiro fosse para o mercado de capitais.

“La bête noire”, respondeu Golbery.

O procedimento, segundo o diretor da Petrobrás, demonstrava que o governo não acreditava nas bolsas.

“Quem acredita, hoje?”

Isso abria o flanco para os críticos que condenavam o excesso de interferência do Estado na economia, advertia Barcelos.

“E daí!” anotou Golbery.⁹ (A bolsa estourara em 1972. Depois de uma alta real de 180,9% em 1971, estava no terceiro ano de queda, com perdas em torno de 30%.)¹⁰

Formara-se um novo estilo de governo. Simonsen “arrancava os cabelos” com a inflação. Reis Velloso preponderava.¹¹ Depositário da ortodoxia teórica do regime, o ministro da Fazenda transformara-se num brilhante e respeitado contador. Já o seu colega do Planejamento, irrelevante no currículo, tornara-se instrumento do projeto de poder do presidente. Zelava pelas prerrogativas de tesoureiro, queixava-se dos ministros que o atropelavam, tratando de seus projetos diretamente com Geisel.¹²

Eram personalidades opostas. Dissimulado na modéstia, Velloso podia permitir que o serviço de divulgação do Ministério do Planejamento informasse que fora agraciado com a grã-cruz da Ordem Estadual Renascença do Piauí.¹³ Simonsen, na sua extroversão, divertia-se com as maledicências que o perseguiram: “O poder é tão embriagador que passei a considerar o uísque supérfluo”.¹⁴

Golbery queixava-se de que enquanto “o Simonsen é praticamente

o único que se preocupa com a inflação”, ele próprio “não tinha ingerência na parte econômica”.¹⁵ Convivia bem com Velloso, mas percebia que o projeto de predomínio de Simonsen falhara. Na economia, como na política, mandava o presidente.

Para se ter uma idéia do que significava esse macrocomando, podem-se percorrer as decisões tomadas ou anunciadas por Geisel num só mês, o de janeiro de 1975.

Dia 9. Resolveu construir uma grande siderúrgica em Minas Gerais. Segundo um documento do Gabinete Militar, as importações de ferro e aço estavam em mais de 3,5 bilhões de dólares anuais, tendo-se tornado o primeiro item de consumo de divisas.¹⁶ (Esse empreendimento chamou-se Açominas. Veio a ser montado no vale do Paraopeba, perto do lugar onde ficou exposto, debaixo de uma gameleira, o quarto inferior direito de Tiradentes. Deveria ter custado 1,8 bilhão de dólares e entrado em funcionamento em 1980. Custou 7 bilhões e operou em 1986. Sete anos depois, falida, a siderúrgica foi privatizada por 598,5 milhões de dólares.)¹⁷

Dia 13. Interessado em reter no campo a população da zona do cerrado, “que só vive da construção civil”, patrocinou a expansão do sistema de crédito rural existente para a região, cobrindo uma área de 3 milhões de hectares.¹⁸ (Denominado Polocentro, o programa foi lançado dezesseis dias depois, prevendo investimentos de 265 milhões de dólares entre 1975 e 1977. Em 1976 Geisel visitou uma plantação de soja no cerrado goiano. No final do século a savana do Brasil central respondia por 30% da área ocupada pela produção agropecuária do país.)¹⁹

Dia 20. Contou ao Alto-Comando das Forças Armadas que estava adiantado nas negociações de um acordo nuclear com a França ou com a Alemanha. O governo desejava importar tecnologia e equipamentos para implantar uma indústria nuclear: “Eu não estou dizendo que o propósito do Governo seja este, de procurar fazer arma nuclear, mas

nós temos que nos preparar, tecnologicamente, etc., e ficarmos em condições de podermos prosseguir nesse caminho, conforme as circunstâncias”.²⁰ (Em junho assinou um acordo nuclear com a Alemanha. Resultou no anúncio da compra de 2 bilhões de dólares em equipamentos.)

Dia 21. Informou que pretendia criar a Radiobrás.²¹ (Formada em 1976, a rede estatal de emissoras ainda existe.)

Dia 28. Tratou, em sigilo, da idéia de divisão do estado de Mato Grosso e do desmembramento do norte de Goiás, com a criação de um território federal.²² (Mato Grosso foi dividido dois anos depois. Desde 1988 o norte de Goiás tornou-se o estado do Tocantins.)

A listagem dos temas de uma só reunião das 9h, quando Geisel começava o dia de trabalho encontrando-se com a equipe palaciana, retrata as microdecisões dessa mesma presidência. Numa das vezes em que presenciou a conversa, Heitor Ferreira anotou todos os trinta tópicos tratados. Uma seleção deles:

— Remeter aos governadores recorte sobre bactérias em xícaras de bar.

— Ferrovia central do Paraná.

— Padrões de açúcar em conservas.

— Adalberto²³ cobra o regulamento interno da vice-presidência. Não há vice-presidência. Há vice-presidente.

— Por que se aumentou um oficial na Subchefia da Aeronáutica (do Gabinete Militar)?

— Geisel disse que ninguém o obedece.

— Não vai emitir dinheiro para as rodovias do Dyrceu.²⁴ Não é o Jango.²⁵

Um presidente que mandasse não estava nos planos da plutocracia que a ditadura cevava.

Durante a campanha eleitoral gaúcha, o empresário Jorge Gerdaupeter resolveu acender um altar à Arena e uma vela ao MDB. Crescera no delfinato, comprara a Companhia Siderúrgica da

Guanabara e, aos 38 anos, era um dos ícones da burguesia industrial do Milagre. Imponente figura germânica, franco nas conversas e ágil nos movimentos, vira-se num dilema quando Paulo Brossard, seu colega no tempo de estudante da Faculdade de Direito, decidiu disputar a cadeira de senador. Dera-lhe ajuda. Pela sua narrativa, uma camionete Veraneio. Pelos murmúrios da Arena derrotada e ressentida, meio milhão de cruzeiros. O passo custou caro. Sentira-se malfalado no governo gaúcho. Heitor Ferreira dissera-lhe que andara “fazendo bobagens contra nós”. A maledicência chegara ao próprio presidente. Diante disso, Gerdau explicou-se ao tribunal de última instância do regime: o SNI. Não foi recebido pelo poderoso chefe do Serviço, general João Baptista Figueiredo, mas conseguiu quem o ouvisse.

Contou que atendera a um pedido de ajuda do amigo e emprestara a camionete, numa atitude “frequente e normal nos meios empresariais que não devem e não podem adotar posições políticas radicais para não ficarem submetidos a pressões que podem levar a questões sindicais, trabalhistas e de indisciplina entre os operários”. Figueiredo anotou à margem do relatório da conversa: “Retrato do empresariado...”

Segundo o registro do SNI, Gerdau abriu o coração:

Declarou que não fez este empréstimo propriamente em função do seu relacionamento com Brossard [...] mas premido pela função de “cabeça” de uma empresa com responsabilidades em vários estados e recentemente interessando-se também em implantar o setor de mercado de capitais, tudo conduzindo à extrema necessidade de contar com elementos de cúpula em todas as áreas políticas, capazes de lhe prestar informações valiosíssimas antes do grupo se empenhar em contratos que, frequentemente, envolvem a aplicação de somas superiores a Cr\$ 10 milhões.²⁶ [...] Em síntese, o seu ato [...] visou especificamente resguardar uma fonte segura de contatos com áreas empresariais sob influência de lideranças do MDB.

Se essa explicação parecesse insuficiente, o industrial tinha mais a contar: “Ele próprio e seus parentes da diretoria deram à Arena uma quantia superior a Cr\$ 350 mil, sendo cerca de Cr\$ 180 mil no Rio Grande e o restante na Guanabara e em Recife, havendo apenas uma parcela menor dada diretamente a dois deputados da Arena, pois o grosso da contribuição foi sempre entregue às direções partidárias”.

O documento do SNI informava que seu pleito era simples: “Pedi encarecidamente que este relato fosse levado ao conhecimento do general Figueiredo, com a maior brevidade, com o apelo de que mandasse apurar em profundidade a verdade e as origens do boato, a fim de que o senhor Presidente pudesse receber uma informação do SNI, acabando uma distorção que pode causar imprevisíveis prejuízos à sua empresa, mercê da confiança que sempre mereceu na presidência”.

O auto-de-fé foi a Geisel, que não gostou do fecho e anotou: “Se a Presidência sou eu, não é verdade que tenha merecido a alegada confiança. Pelo contrário, nunca teve”.²⁷

Estava suja a barra de Gerdau.

Não há documentação capaz de permitir a conclusão de que se aplicou esse tipo de pressão a outros empresários que ajudaram o MDB. O caso de Gerdau é ilustrativo pela maneira como o SNI registrou sua reação. A desproporção entre a ajuda que deu a Brossard e a que entregou à Arena era uma boa amostra da preferência do patronato. Já a desproporção da contrariedade do governo indica a perplexidade de uma ditadura que via o empresariado estacionar uma Veraneio no pátio oposicionista. Gerdau não se associara a nenhuma idéia liberal de Brossard. Como bem explicou, esperava do MDB gaúcho, no máximo, alguma proteção.

O grande empresariado convivera bem com a ditadura enquanto ela foi previsível na sua intolerância. Sentia-se desorientado diante de um presidente ditatorial, porém imprevisível. Se alguém pudesse explicar o que significava, quanto custava e como terminaria a “lenta,

gradativa e segura distensão”, ele poderia fazer sua escolha. Se fosse possível antever a exata direção da política econômica, também seria possível escolher. Sempre que o empresariado brasileiro soube ao que devia aderir, aderiu. A que aderir? Às idéias de Simonsen? Às práticas de Velloso?

Nem o próprio Geisel tinha essas respostas. Abria aqui e fechava ali, expandia a economia e contraía o crédito, exaltava o PND e anunciava freios. Ao lado disso, baixava o chanfallo no sistema financeiro. Com um mês de governo, rompera a escrita segundo a qual banco não podia quebrar. Interviera no Halles, do Rio de Janeiro, e tentara manter sob rédea curta três outras casas que estavam com as contas em desordem.²⁸ Quatro meses depois, sem estrondo, acertou a primeira. O Banco União Comercial, do Rio de Janeiro, viu-se obrigado a fundir-se com o Itaú. Nem o socorro do Banco Central, que lhe abrira perto de 1,5 bilhão de cruzeiros na carteira de redescontos, conseguira salvá-lo. Nele Roberto Campos tivera a sua primeira (e única) experiência com as belezas e as maldades do mercado.²⁹ As duas outras casas (Aurea e Crecif) duraram alguns meses, até que se extinguíram.

A previsibilidade do delfinato fora substituída por uma paradoxal mistura de ambigüidade e centralização. Sintetizando-a, disse um empresário: “O diálogo é fácil, só que não se sabe o que será feito”.³⁰ Em março de 1975, diante de uma súbita queda das reservas internacionais, seguida de um aperto monetário, Reis Velloso passara alguns dias em São Paulo. Regressara com um balde de queixas. Sebastião Camargo, o maior empreiteiro do país, e Olavo Setubal, dono do banco Itaú, reclamavam do aperto. Setubal chegara a dizer que se atravessava uma crise de liquidez sem paralelo.

Grandes banqueiros ou industriais conseguiam ouvidos de ministros. Santos menores recorriam aos contatos que tinham com os coronéis do SNI. Na Associação Comercial do Rio, os empresários diziam que nada impedia a manutenção das altas taxas de crescimento. Se isso parecia difícil, o problema derivava da “falta de confiança nas intenções ministeriais” e da má gerência dos ministros. Sustentavam também que

o governo alimentava “um certo clima de pessimismo” ao registrar que herdara otimismo de mais e inflação oficial a menos. Remetida a minuta dessa informação a Geisel, ele a fulminou: “Saudades do Delfim?”.³¹

Foi sob essa mistura de saúde e incerteza que o empresariado nacional se acomodou a uma das mais brilhantes estratégias de sua história. Precisava de uma bandeira que lhe permitisse lutar pela liberdade sem lutar pela democracia, reclamar do governo sem se confundir com uma oposição acusada de flertes com o esquerdismo. A palavra mágica foi *estatização*. Estava em desuso desde o início dos anos 60, quando fizera parte do vocabulário da propaganda contra João Goulart.

Nos quinze anos seguintes ela aparecera aqui e ali, mas nunca chegara a se transformar numa bandeira mobilizadora. A ditadura sacramentara a estatização da infra-estrutura econômica do país sem ouvir queixas. Em 1962 só doze das trinta maiores empresas pertenciam ao Estado. Em 1971 elas eram dezessete.³² No final do delfinato o Estado detinha 45,8% do patrimônio líquido das 5257 principais empresas não agrícolas.³³ Em 1972, durante as grandes festas do Milagre, o Estado era dono de 46 das cem maiores empresas não financeiras do Brasil, e de nove das cem maiores empresas manufactureiras (contra sete em 66). No delfinato a participação do setor público na indústria passara de 8% em 1966 para 15% em 72.³⁴

Por mais que esse crescimento tenha sido acompanhado por expansões oportunistas, ridículas até, do aparelho do Estado, ele se dera, no essencial, porque faltavam capitais e confiança aos investidores privados nacionais e estrangeiros interessados em projetos necessários para o desenvolvimento do país. Nenhum dos três primeiros governos militares reverteu essa expansão, muito menos se viu pressionado a fazê-lo, e em nenhum momento o prometeu. A ditadura que o empresariado tanto louvava avançara sobre a economia sem que se ouvisse grande reclamação. Entre 1964, com o início do consulado do marechal Castello Branco, até o final de 73, no ocaso do delfinato, a ditadura produziu os seguintes resultados econômicos:

1. A carga tributária saltou de 17% do PIB em 1964 para 25% do produto em 73.

2. Os gastos fiscais de todas as administrações públicas (federal, estaduais e municipais) aumentaram de 20,4% do PIB em 1964 para 24,7% em 70, embora tenham sido reduzidos para a casa dos 21% do PIB no biênio 73-74.

3. Os investimentos das empresas estatais federais, um relevante indicador do peso da atividade empresarial, também subiram no mesmo período — a formação bruta de capital fixo delas saiu de uma percentagem de 1,4% do PIB em 1964 para chegar a 3,9% em 74.

Geisel planejava e desejava uma expansão das despesas e dos investimentos do Estado. Ela ocorreria a partir de 1975 e 76. Nesses anos, os gastos fiscais das três esferas de governo subiriam para um patamar acima de 23% do PIB, e a taxa de investimento das empresas estatais pularia para 4,5% e 6,5% do produto, respectivamente. Pelo lado da divisão dos recursos entre essas três esferas, o biênio marca o período de maior concentração do poder nas mãos do governo federal desde o início da ditadura: a União responde por 59,7% e 62,6% da despesa primária consolidada de todos os governos em 1974 e 75; para uma idéia do efeito centralizador, em 68 essa proporção era inferior a 54%.³⁵

A plutocracia combatia um futuro que não lhe Convinha fazendo de conta que não percebera o passado estatizante que lhe conviera.

Poucos avanços do Estado sobre a economia brasileira foram tão exemplares como o da telefonia, ocorrido no governo Castello Branco. Confrontara dois personagens que haveriam de se tornar paradigmas no debate econômico nacional da segunda metade do século XX. De um lado estivera o ministro do Planejamento, Roberto Campos. Defendia uma solução privada e contava com a simpatia do presidente. Do outro, o general Ernesto Geisel, chefe do Gabinete Militar, sustentando a criação de um monopólio estatal. Castello dera razão a Campos e pediu-

lhe que fosse ao mercado buscar empresários interessados no negócio. Geisel apostou no fracasso do colega. Mais tarde, perguntaria: “O capital privado se interessou?”.³⁶

A resposta está nas memórias de Campos:

Um de meus desapontamentos no governo Castello Branco foi não ter sido capaz de manter no setor privado a telefonia. [...] Durante cerca de quatro meses [...] Octávio Bulhões e eu procuramos incentivar grupos privados a se mobilizarem para operar na telefonia. Foram ouvidos vários empresários [...] sem que se conseguisse formalizar um grupo comprador. O vulto da transação, mais de US\$ 90 milhões, num mercado de capitais quase inexistente, e com a pouca densidade do nosso capitalismo da época, tornava difícil a mobilização de recursos. Seria necessário apoio governamental maciço aos empresários privados, o que, aos olhos dos militares estatizantes, invalidava a tese privatista.³⁷

Havendo “apoio governamental maciço”, haveria telefonia privada? Petroquímica, não houve. Enquanto estive na presidência da Petrobrás, Geisel decidiu o futuro do setor petroquímico nacional. Durante o governo Costa e Silva estabeleceu-se que essa indústria ficaria com o setor privado. Seria tocada pelo grupo União, um consórcio liderado pela Phillips Petroleum e por alguns dos maiores empresários nacionais. Juntava Walther Moreira Salles (Unibanco), Pery Igel (Ultra), Soares de Sampaio (Capuava) e Monteiro Aranha. Mal começara o jogo, a multinacional americana, que detinha 40% da sociedade, foi-se embora. Os acionistas convenceram-se de que oferecer participação minoritária aos grupos estrangeiros “era pura perda de tempo”. Não acreditavam que poderiam lucrar produzindo no Brasil aquilo que podiam vender aos brasileiros. O buraco aberto pela Phillips foi preenchido com um aumento de 5% no capital de cada sócio brasileiro e o apoio governamental maciço da Petrobrás, que ficou com 25% do negócio. Assim, em 1967, pela deserção de uma multinacional, os empresários

nacionais patrocinaram a criação da Petroquisa. Um veterano diretor da Capuava participou, com dois diretores da Petrobrás, da primeira redação do decreto que criou a nova empresa estatal.³⁸

Inaugurada em 1972, a petroquímica entrou em operação com 25 milhões de dólares em dívidas de curto prazo na rede bancária.³⁹ Depois viu-se que a central de matérias-primas construída em São Paulo custara 50% acima do previsto (120 milhões de dólares). Finalmente a companhia tornou-se deficitária, os sócios desentenderam-se, não quiseram colocar mais dinheiro no negócio, e a iniciativa entrou em colapso. Numa solução capitalista, a Petroquímica União deveria ir à garra, sendo arrematada por quem lhe desse preço. Os notáveis plutocratas juntaram-se e foram a Geisel, pedindo que a Petrobrás aumentasse sua participação na sociedade. Ele exigiu o controle da empresa.⁴⁰

Fechado o acordo, em junho de 1973 Geisel recebeu o banqueiro Moreira Salles. Disse-lhe que se preocupava com “essa estatização forçada”.

— Eu lhe faço justiça. Sei o quanto o senhor lutou para evitar isso — respondeu o banqueiro.

— É. O caso está no vulto do dinheiro. Eu não abro mão dessa minha posição intransigente por causa do volume do investimento e da minha responsabilidade perante os acionistas, perante a Petrobrás, o Governo.

— Lhe dou toda razão.

— Eu tenho que ficar com as rédeas na mão. Mais adiante, passamos de novo para a iniciativa privada — encerrou o general.⁴¹

Estava estatizada a petroquímica. Geisel entregou a presidência da empresa a um veterano da Petrobrás. Ele começou sua administração suspendendo a distribuição de 3% do lucro da companhia entre os diretores (cinco ou seis) e de 6% entre os empregados (cerca de 1500).⁴² Surpreendeu também os compradores da

produção de eteno. (O eteno está para a indústria química assim como o aço para o setor automotivo.) Reuniu-os numa sala do Conjunto Nacional, em São Paulo, com os contratos de fornecimento sobre a mesa: “Os senhores sabem o valor desses contratos? É este”. E passou a rasgá-los. No fim do encontro o eteno era vendido a um preço 80% mais alto.⁴³ (A empresa sustentava que pedira, sem sucesso, aumento de preços ao governo.)

Se a estatização das telecomunicações resultou do desinteresse da iniciativa privada, a da petroquímica foi consequência do interesse do empresariado em preservar uma parte do valor de seus investimentos. Os sócios da Petroquímica União induziram a estatização de um setor sensível da indústria com o propósito de salvar um patrimônio mal gerido. Sem a entrada da Petrobrás, teriam perdido o investimento.

No seu trabalho sobre as relações do empresariado com o governo Geisel, o professor Sebastião Velasco e Cruz situa o nascimento da campanha contra a estatização com dia e lugar certo: 12 de dezembro de 1974, nos salões do hotel Glória, durante o discurso do professor Eugênio Gudín ao receber o título de Homem de Visão daquele ano. (A tribuna do pronunciamento de Gudín resultava de uma privatização de última hora. O conselho editorial da revista *Visão* fizera primeiro uma opção estatal e elegera o general Golbery. Ele recusara o prêmio.)⁴⁴

Com 88 anos de vida e mais de meio século de militância na ortodoxia econômica liberal, Gudín repetira idéias que o empresariado aplaudia mas não propagava. Dessa vez elas se transformariam num ingrediente de ação política:

Vivemos, em princípio, em sistema capitalista. Mas o capitalismo brasileiro é mais controlado pelo Estado do que o de qualquer outro país, com exceção dos comunistas. Setores industriais, como os de energia elétrica, siderurgia, petróleo, navegação,

portos, estradas de ferro, telefones, petroquímica, álcalis e grande parte do minério de ferro, que nos Estados Unidos estão em mãos privadas, foram no Brasil absorvidos pelo Estado. Bem assim, em grande parte, a rede bancária que controla o crédito para as empresas privadas.⁴⁵

O tiro seguinte veio d'O *Estado de S. Paulo*. Na segunda metade de fevereiro de 1975 o jornal publicou uma série de onze reportagens intitulada *Os caminhos da estatização*. Refletindo o clima da época e o tipo de relações do patronato com a ditadura, exaltava a iniciativa privada, sem que houvesse em nenhum dos textos uma única frase de empresário defendendo seus interesses, muito menos criticando o governo. O *Estado* justificava o anonimato das fontes como um estímulo à franqueza, mas reconhecia: “A busca desse sigilo, por si só, é bastante representativa da situação de dependência em que vivem esses empresários”.⁴⁶

Cada reportagem cobriu um setor, da banca à mineração, da telefonia aos transportes. O conjunto seguia duas vertentes. Primeiro, constatava o crescimento da participação do Estado na economia. Depois, demonstrava que a expansão das atividades básicas levava as empresas estatais a se meter em negócios que nada tinham a ver com seus propósitos. A Vale do Rio Doce, por exemplo, surgira em 1942 para explorar minério no quadrilátero ferrífero de Minas Gerais. Tornara-se uma das maiores mineradoras do mundo, dona de uma empresa de transporte marítimo. Até aí, era uma história de sucesso no ramo de negócios em que nascera, mas o último relatório da companhia revelava uma constrangedora diversificação de atividades. Estava no mercado de flores, fertilizantes e celulose, além de gerir uma fazenda que industrializava e vendia carne de boi. Depois de ver na distorção uma simples busca de lucros, a reportagem informara: “Parece que essa é a principal inspiração da empresa, pois sempre se recusou a participar de projetos falidos, como ainda recentemente ocorreu, no caso do projeto do cobre de Caraíba, na Bahia”.⁴⁷

Por mais que as críticas à expansão das indústrias estatais estivesse bem documentada (quase sempre com números de 1973, anteriores ao governo Geisel), não eram acompanhadas de propostas privatizantes. O centro da questão estava em outro lugar: “A maior preocupação dos empresários reside na verdadeira escalada do governo na área financeira e de crédito [...]. Essa escalada iniciou-se, mais efetivamente, com o fortalecimento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, que absorveu os recursos do Programa de Integração Social — PIS, e do Programa de Formação do Patrimônio dos Servidores Públicos, Pasep”.⁴⁸

A Federação das Indústrias do Estado de São Paulo resumiria essa proposição no título de um documento — *O Processo de Estatização da Economia Brasileira: O Problema do Acesso aos Recursos para Investimentos*.⁴⁹ Em 1974 o PIS e o Pasep haviam arrecadado 7,1 bilhões de cruzeiros, e seus cofres acumulavam 16 bilhões, cifra equivalente a cerca de 8% do investimento bruto fixo feito na economia naquele período.⁵⁰ Era o que Golbery chamara de “um repassão de poder”.⁵¹

O Jornal do Brasil juntou-se ao debate com um novo articulista, o almirante da reserva José Celso de Macedo Soares Guimarães, ex-superintendente do programa de marinha mercante (Sunaman). Entrou batendo forte. Num artigo intitulado “Comunismo e seu novo nome: capitalismo de Estado”, iluminou o caminho que permitiria ao empresariado criticar o governo sem desonrar o compromisso anticomunista do regime. Baseado na lista das duzentas maiores empresas brasileiras, denunciou que 66,15% do seu patrimônio estava na mão do Estado. No ano anterior (durante o delfinato) a percentagem ficara em 63,8%. A diferença de 2,35 pontos percentuais não era grande coisa. O almirante projetou-a para concluir que, nesse ritmo, o empresariado nacional desapareceria em sete anos, substituído pelo governo ou por empresas estrangeiras.⁵²

Por maiores que fossem os sentimentos privatistas do empresariado, a campanha contra o estatismo tinha um objetivo e uma

esperteza. O objetivo era restabelecer o sonho do predomínio de Simonsen sobre Velloso. Traduzida em dinheiro, a controvérsia girava em torno do acesso aos recursos públicos. O governo avançara na sua política de unificação do caixa, restringira a autonomia dos estados e municípios tanto nos gastos como nas dívidas e fortalecera a caixa do BNDE. Desde maio, discretamente, o banco irrigava o mercado de capitais com algumas centenas de milhões de cruzeiros.⁵³ Em setembro de 1975 o ministro da Fazenda teve sua grande vitória. O BNDE passou a aplicar uma pequena parte dos 23 bilhões de cruzeiros do PIS/Pasep no mercado de capitais. O decreto que autorizou esses investimentos não fixava tetos nem condições. Informava apenas que os critérios seriam “eminentemente técnicos”.⁵⁴ A medida foi recebida com naturalidade pelo empresariado. A única condenação veio do senador oposicionista Roberto Saturnino: “Estão satisfeitos e alvoroçados os corretores e os especuladores das Bolsas de Valores. Desta vez, não clamaram contra a chamada presença estatizante do BNDE porque essa estatização, agora, lhes interessa e muito”.⁵⁵

Não houve na mobilização privatista a consistência ideológica que pressupunha conter. Nem oposição ao governo, muito menos ao regime. Eram apenas reclamações. Pena, porque foi entre 1974 e 1975, numa época de refluxo mundial do conservadorismo, que surgiram os primeiros sinais da revolução liberal que haveria de varrer o final do século XX.

Um, simbólico, viera de Estocolmo, com a divisão do Prêmio Nobel de Economia entre o austríaco Friedrich von Hayek e o sueco Gunnar Myrdal. Este, socialista, era um dos pais da teoria do desenvolvimento econômico, e seu livro fora editado pelo ISEB em 1963. Em 1967 o Itamaraty desaconselhara a presença dele no Brasil para uma série de conferências.⁵⁶ Hayek era um adorador da liberdade de mercado e considerava o planejamento econômico um “caminho para a servidão” (título do livro que publicara em 1944). Julgava-se subestimado pela

comunidade acadêmica do pós-guerra. Vivia em Salzburgo, numa pequena casa que comprara com o dinheiro da venda de sua biblioteca. Tinha por vizinhos um bombeiro e um ferreiro aposentados.⁵⁷ Myrdal era fava contada para o Nobel. A novidade estivera no reconhecimento de Hayek e na divisão da láurea entre duas concepções praticamente antagônicas. Ele e Myrdal mal se falaram durante a cerimônia de entrega do prêmio.⁵⁸

Em meados de 1974, disposto a acabar com “trinta anos de moda socialista” e a reorganizar o pensamento conservador inglês, sir Keith Joseph fundara em Londres o Centre for Policy Studies, uma “enzima política” que fazia almoços e circulava papéis.⁵⁹ Era um homem inquieto e combativo. Chegara à conclusão de que os verdadeiros conservadores não deviam se alinhar com formas brandas de intervenção do Estado. Deviam quebrar o consenso dentro do partido, guinar à direita e, a partir daí, combater a esquerda. Em fevereiro de 1975, a vice-presidente de seu pequeno centro de debates tornou-se a primeira mulher a liderar a oposição e o Partido Conservador. Filha de um pequeno comerciante, chamava-se Margaret Thatcher.

Em Washington, com apenas um ano de vida, a Heritage Foundation acabara de passar o chapéu junto ao empresariado. Seria a primeira brigada de combate intelectual do conservadorismo na cidade. Seu presidente era um ex-secretário do governo da Califórnia, colaborador de um político republicano de 65 anos, considerado velho de corpo e alma. Ex-ator de cinema, esse político chamava-se Ronald Reagan.⁶⁰

O empresariado e o conservadorismo brasileiros estavam noutra, a da atração de capitais e empréstimos externos. A campanha contra a estatização foi afogada num lance teatral. Chamou-se I Seminário Internacional sobre Investimentos no Brasil, ou Salzburg-75. Um sucesso. No final de maio baixaram na pequena cidade austríaca de Salzburgo 2 mil empresários e banqueiros americanos, europeus e japoneses.⁶¹ Um casal Matarazzo não achou quarto nos hotéis lotados e dormiu na casa do motorista. O maestro Herbert von Karajan teve de

interromper seus ensaios da Filarmônica de Viena para liberar a sala da Konzerthaus. Todas as grandes casas bancárias do mundo mandaram diretores. Vieram os presidentes da Volkswagen, da Mercedes, da Brown Boveri e um Agnelli da Fiat. Mais o presidente da agência de investimentos do Kuwait, e os ministros da Economia da Alemanha e das Finanças da Áustria. A conta foi rateada entre noventa entidades das classes produtoras brasileiras. A delegação nacional tinha três ministros e trezentas pessoas. O Banco do Brasil enviara onze representantes. A caravana incluía 33 jornalistas.⁶²

A idéia, a montagem e o espetáculo foram produto da imaginação e da agilidade do novo presidente da Associação Nacional de Fabricantes de Veículos Automotores, a Anfavea. Aos 37 anos, Mario Garnero chegara à posição pelo casamento com uma herdeira da família Monteiro de Carvalho, acionista da Volkswagen. Tinha vocação de palaciano, o gosto por eventos e a aparência dos grã-finos que sempre parecem ter saído do barbeiro. Viera da militância estudantil do início dos anos 60. Organizando eventos, conhecera Carlos Lacerda, Leonel Brizola e Juscelino Kubitschek, do qual se tornaria amigo fiel. Haveria de se transformar em dono de um banco de investimentos. Alavancou a festa com audácia: “Nem Mozart deve ter levado, num só dia, tanta gente à Konzerthaus como o Brasil levou”.⁶³

Admitindo-se que cada um dos 2 mil empresários que compareceram à ópera financeira de Salzburgo tenha gastado 2 mil dólares para marcar sua presença e que cada entidade patronal brasileira tenha pingado outros 10 mil, a récita custou perto de 5 milhões de dólares. A Heritage Foundation arrecadara 413 mil dólares no empresariado americano. Sir Keith trabalhava com um orçamento de 160 mil dólares.⁶⁴ Em três dias, a festa brasileira consumira oito vezes mais dinheiro que as duas instituições ao longo de um ano.

Assim como no Império, dançava-se sobre hipotecas. Ou, na feliz expressão de Donald Coes: “Os dirigentes autoritários dos anos 70 pareceram acreditar que o Brasil poderia virar uma superpotência com empregada doméstica”.⁶⁵ Com petrodólares abundantes, o presidente do

Banco Central, Paulo Lira, conclamava os empresários a se endividarem, pois a dívida externa “demonstra a capacidade que o país tem de crescer além dos limites impostos pelo nível de poupança interna”.⁶⁶ “O BNDE começou a tomar emprestado por telex. Recebiam-se vinte, trinta telex por dia, oferecendo dinheiro a vários prazos, a várias taxas”, recordaria o conselheiro Marcílio Marques Moreira.⁶⁷ O Citibank resolvera romper o teto dos empréstimos brasileiros, fixado em 5% do total da carteira mundial. Algumas casas armaram os primeiros, e inéditos, empréstimos para financiamento de compras de petróleo pelo Brasil.⁶⁸ A linda negociadora do Wells Fargo em San Francisco reclamava à Vale do Rio Doce, mostrando que apesar de o banco ter 40 milhões de dólares para emprestar, o consulado brasileiro não acompanhava o seu ritmo.⁶⁹

O Zaire não conseguia pagar o serviço dos 500 milhões de dólares que devia aos bancos privados. A estatal de petróleo indonésia estourara num espeto de 10 bilhões, no meio do qual estava uma dívida reconhecida por um general que assinara o nome numa caixa de fósforos de boate.⁷⁰ O dinheiro abundante sugeria que casos como esses eram meros acidentes de percurso.

Nada adiantaria que o ex-ministro Octávio Gouvêa de Bulhões escrevesse a Geisel advertindo-o do “endividamento da economia brasileira que impede acelerar o desenvolvimento e cria obstáculos ao desaceleramento inflacionário, com reflexos negativos sobre o equilíbrio do balanço de pagamentos”.⁷¹

Graças ao esfriamento da economia e às restrições que impusera às importações, Geisel fechou 1975 com um déficit comercial de 3,5 bilhões de dólares e um buraco de 7 bilhões nas transações correntes.⁷² Foram resultados melhores que os do ano anterior, mas cobraram dois preços. De um lado, derrubaram o crescimento do PIB para 5,2%.⁷³ De outro levaram a dívida externa a 21,2 bilhões de dólares. Entre 1973 e 1975 a América Latina e o Caribe duplicaram seu endividamento. O Brasil também.⁷⁴

- 1 Reunião de Geisel com Mario Henrique Simonsen, 29 de janeiro de 1974. APGCS/HF.
- 2 Maço de quarenta folhas com a gravação da fala de Geisel na reunião com o Alto-Comando das Forças Armadas, de 10 de junho de 1974. APGCS/HF.
- 3 Revisto, o PIB cresceu 8,15%. IPEA <<http://www.ipeadata.gov.br>>, Série “PIB — var. real anual”.
- 4 Artigo de L. A. Horta Nogueira, “Produção e processamento de petróleo e gás natural no Brasil: perspectivas e sustentabilidade nos próximos 20 anos”, <<http://libdigi.unicamp.br/document/?view=18>>. Nota de Sebastião Henriques Vilarinho, de 14 de janeiro de 1998, AA. Vilarinho estava na equipe de perfuração no litoral norte do Rio de Janeiro em 1974.
- 5 *Diário de Heitor Ferreira*, 4 e 5 de novembro de 1974. Ernesto Geisel, 1995.
- 6 A produção brasileira só chegou a 1,2 milhão de barris/dia em março de 2000. A bacia de Campos, em março de 2002. Para a previsão, *Folha de S.Paulo* de 30 de novembro de 1974, p. 1.
- 7 *Ernesto Geisel*, organizado por Maria Celina d’Araujo e Celso Castro, pp. 251 e 253.
- 8 Ernesto Geisel, *Discursos*, vol. 2: 1975, p. 23. Para a duplicação da capacidade financeira do BNDE, Carlos Lessa, *A estratégia de desenvolvimento 1974-1976*, p. 224.
- 9 Cinco folhas de Sérgio Barcelos para Heitor Ferreira, visadas e anotadas por Geisel e Golbery, de 22 de novembro de 1974. APGCS/HF.
- 10 O Índice da Bolsa de Valores, IBV, caiu 35,1% em 1972, 32,9% em 73 e 28,4% em 74. John H. Welch, *Capital markets in the development process — The case of Brazil*, p. 93.
- 11 Para Simonsen arrancando cabelos, *Ernesto Geisel*, organizado por Maria Celina d’Araujo e Celso Castro, p. 293. Para Velloso em posição preponderante, idem, p. 298.
- 12 *Diário de Heitor Ferreira*, 14 de abril de 1975.
- 13 *Comunicado Interno Extra*, da Secretaria do Planejamento, de fevereiro de 1975, anotado por Heitor Ferreira e visado por Geisel. APGCS/HF.
- 14 *Diário de Heitor Ferreira*, 25 de abril de 1975.
- 15 Idem, 3 de fevereiro de 1975.
- 16 Para o dado do aço, treze folhas com sugestões para a fala de Geisel na 2ª reunião do Alto-Comando das Forças Armadas, marcadas por Heitor Ferreira: “Do Hugo, +- 10 Jan 75”. Em 1974 as importações de produtos siderúrgicos ficaram em 1,8 bilhão de dólares, abaixo do petróleo e das máquinas e equipamentos. *Anuário estatístico do Brasil — 1977*, p. 516.
- 17 *IstoÉ*, 21 de abril de 1993, p. 50. Artigo de Antônio do Monte Greco (PUC-Minas) e Carlos Sidnei Coutinho (Cedeplar-UFMG), *Anais do x Seminário de Economia Mineira, “Açominas: um exemplo polêmico de privatização”*, <<http://cedeplar.ufmg.br/diamantina2002/textos/D49.PDF>>.
- 18 *Diário de Heitor Ferreira*, 13 e 21 de janeiro de 1975.
- 19 Ernesto Geisel, *Discursos*, vol. 2: 1975, p. 36. *Cronologia do Governo Geisel*, de Heitor Ferreira, 29 de janeiro de 1975 e 9 de abril de 1976. APGCS/HF.
- 20 *Segunda Reunião do Alto-Comando das Forças Armadas*, 20 de janeiro de 1975. APGCS/HF.
- 21 *Diário de Heitor Ferreira*, 21 de janeiro de 1975.
- 22 Idem, 28 de janeiro de 1975.

- 23 General Adalberto Pereira dos Santos, vice-presidente da República.
- 24 General Dyrceu de Araujo Nogueira, ministro dos Transportes.
- 25 *Diário de Heitor Ferreira*, 1º de abril de 1975.
- 26 Em dólares de fevereiro de 1975, quantia equivalente a 1,3 milhão.
- 27 Xerox de três folhas do SI/GAB do SNI, de 5 de fevereiro de 1975, intituladas *Sr. Jorge Gerdau Johannpeter — Grupo Gerdau*, anotadas por Geisel, Figueiredo e Heitor Ferreira. APGCS/HF.
- 28 Memorando de Mario Henrique Simonsen a Geisel, em *Correio Braziliense* de 9 de fevereiro de 1991, p. 5.
- 29 Roberto Campos, *A lanterna na popa — Memórias*, p. 899. Ver também Ari Cesar Minella, *Banqueiros — Organização e poder político no Brasil*, pp. 374 e 432.
- 30 Renato Raul Boschi, *Elites industriais e democracia*, p. 157.
- 31 Duas folhas, com anotação de Geisel, da *Informação nº 073/18/AC/75*, intitulada *Nível das Atividades Econômicas*. APGCS/HF.
- 32 Donald V. Coes, *Macroeconomic crises, policies, and growth in Brazil — 1964-90*, p. 63.
- 33 Antonio Paim, *A querela do estatismo*, citando uma pesquisa de Gilberto Paim, p. 141.
- 34 Richard S. Newfarmer e Willard F. Mueller, *Multinational corporations in Brazil and Mexico*, pp. 106-9.
- 35 Devo essas informações ao economista José Roberto Afonso. Suas fontes primárias foram as Contas Nacionais, cujas séries históricas o IBGE sistematizou em sua publicação *Estatísticas do século XX* de 2003.
- 36 *Ernesto Geisel*, organizado por Maria Celina d'Araujo e Celso Castro, p. 248.
- 37 Roberto Campos, *A lanterna na popa — Memórias*, p. 520.
- 38 Carlos Eduardo Paes Barreto, *A saga do petróleo brasileiro*, pp. 68-9 e 87.
- 39 Idem, pp. 67-72 e 86-98.
- 40 Ernesto Geisel, setembro de 1994. Para os aportes de capital da Petrobrás e para a recusa dos sócios a aumentar seus investimentos, *Ernesto Geisel*, organizado por Maria Celina d'Araujo e Celso Castro, p. 246.
- 41 *Diário de Heitor Ferreira*, 27 de junho de 1973.
- 42 Para o corte das bonificações, Carlos Eduardo Paes Barreto, *A saga do petróleo brasileiro*, p. 100.
- 43 Paulo Cunha, dezembro de 1999. Ver também Carlos Eduardo Paes Barreto, *A saga do petróleo brasileiro*, p. 100.
- 44 *Diário de Heitor Ferreira*, 16 de outubro de 1974.
- 45 Sebastião C. Velasco e Cruz, *Empresariado e Estado na transição brasileira*, p. 33.
- 46 *O Estado de S. Paulo*, 16 de fevereiro de 1975, p. 28. A série de onze reportagens foi até o dia 2 de março.
- 47 *O Estado de S. Paulo*, 21 e 22 de fevereiro de 1975, p. 17.
- 48 Idem, 16 de fevereiro de 1975, p. 28.
- 49 Sebastião C. Velasco e Cruz, *Empresariado e Estado na transição brasileira*, p. 59.
- 50 II PND, p. 23. O total do investimento bruto foi de 186 bilhões de cruzeiros.
- 51 Conversa de Geisel com Golbery, 3 de janeiro de 1974. APGCS/HF.

52 José Celso Macedo Soares Guimarães, *Temos pressa*, p. 106, referindo-se ao artigo publicado no *Jornal do Brasil* de 1º de agosto de 1975.

53 *Diário de Heitor Ferreira*, 22 de maio de 1975.

54 *Folha de S.Paulo*, 27 de setembro de 1975, com a íntegra do decreto. Em junho de 1975, 23 bilhões de cruzeiros equivaliam a 2,9 bilhões de dólares.

55 Discurso do senador Roberto Saturnino, de 29 de outubro de 1975, em Saturnino, *Política econômica e estatização*, p. 93.

56 *Diário de Heitor Ferreira*, 12 de janeiro de 1967.

57 Alan Ebenstein, *Friedrich Hayek*, pp. 152 e 253.

58 Daniel Yergin e Joseph Stanislaw, *Commanding heights — The battle between government and the marketplace that is remaking the world*, p. 141.

59 Margaret Thatcher, *The path to power*, p. 252.

60 Lee Edwards, *The power of ideas — The Heritage Foundation at 25 years*, pp. 13-4. Para uma história do surgimento da Heritage Foundation, ver também John B. Judis, *The paradox of American democracy*, pp. 122-7.

61 *Diário de Heitor Ferreira*, com a narrativa de Reis Velloso, 28 de maio de 1975.

62 Mario Garnero, *Jogo duro — O caso Brasilinvest e outras histórias de velhas e novas Repúblicas*, pp. 83-8, e *Seminário de Salzburgo*.

63 Mario Garnero, *Jogo duro — O caso Brasilinvest e outras histórias de velhas e novas Repúblicas*, p. 87.

64 Para o orçamento da Heritage Foundation, Lee Edwards, *The power of ideas — The Heritage Foundation at 25 years*, p. 14. Para o orçamento do CPS, Andrew Denham e Mark Garnett, *Keith Joseph*, p. 244.

65 Donald V. Coes, *Macroeconomic crises, policies, and growth in Brazil — 1964-90*, p. 165.

66 *Veja*, 15 de outubro de 1975, em Carlos Lessa, *A estratégia de desenvolvimento 1974-1976*, p.211.

67 Depoimento de Marcílio Marques Moreira, em *Mário Henrique Simonsen — Um homem e seu tempo*, organizado por Verena Alberti, Dora Rocha e Carlos Eduardo Sarmiento, p. 183.

68 Phillip L. Zweig, *Wriston*, pp. 428 e 426.

69 Telex de Jessica Palmer, do banco Wells Fargo, à Vale do Rio Doce, de 9 de setembro de 1975, acompanhado de uma folha de Shigeaki Ueki a Golbery, com anotações deste e de Geisel. APGCS/HF.

70 Phillip L. Zweig, *Wriston*, pp. 502 e 426.

71 Carta de Octávio Gouvêa de Bulhões a Geisel, de 22 de dezembro de 1975. APGCS/HF.

72 Banco Central, “Economia e Finanças”, “Séries Temporais”, <<http://www.bc.gov.br>>, Séries 2301 e 2302.

73 Banco Central, “Economia e Finanças”, “Séries Temporais”, <<http://www.bc.gov.br>>, Série 7326.

74 Idem, Série 3560.

O descolamento de Golbery

Foram muitas as incompreensões da política de distensão de Geisel no meio militar. De todas, a mais simples era uma cedilha.

Em fevereiro de 1975 começou a circular pelos quartéis um panfleto que se autodenominava *Novela da Traição* e viria a se tornar o primeiro de uma série. Tinha a clareza dos documentos anônimos:

Os atos de traição se desencadearam numa seqüência cronológica constante, tendo como pano de fundo a tal “abertura” ou “distenção”.¹

Trataram logo de afastar as forças militares do combate à subversão e à corrupção. Isto feito, os comunistas e corruptos passaram a mandar de novo neste país. [...]

Aonde estão os bravos revolucionários?

Será que vão colaborar na escavação de suas próprias sepulturas? Será que está faltando coragem aos nossos Chefes Militares e Cíveis para darem um basta a tanta traição! Quanto mais tempo passar mais difícil será reagir! É preciso mobilizar as forças revolucionárias para reação que deve ser imediata!²

Os manifestos eram contra Golbery. No terceiro capítulo da *Novela* era considerado o responsável por “uma tal ‘abertura’, ‘distenção’ — ou que outro nome tome a traição”.³ Acusavam-no de ter urdido o desastre eleitoral de 1974 para articular sua candidatura a presidente,

tramando uma anistia, a formação de um novo partido trabalhista e a abertura de uma CPI contra “nossos bravos Órgãos de Segurança, sentinelas indormidas da Pátria e por isso mesmo alvo do ódio comunista e de seu aliado Golbery”. Isso no campo político. No pessoal, chamavam-no de “Joaquim Silvério desonesto”, diziam que “arrendou-se aos trustes americanos, tornando-se o Presidente para a América do Sul da Dow Chemical Corporation, recebendo em paga trinta mil (dinheiros?) US\$ mensais”.⁴

Quando uma das cópias do primeiro capítulo da *Novela* chegou ao general, ele anotou: “Intriga em marcha”.⁵ Já circulava uma nova produção, intitulada *Manifesto dos Voluntários da Pátria*. Sua essência era a mesma, mas a peça inovava no estilo. Classificava uma parte dos militares que estavam no governo como “gorilas de rabo branco” e acusava Golbery, transformado em “advogado dos comunistas-terroristas e comunistas de batina”, de “manobrar uma rede particular de espões”.⁶ Outra panfletagem, dos *Sentinelas do Brasil*, advertia: “Se persistirem as traições, não restará aos soldados da Revolução outra alternativa que não seja fazer sentir aos traidores e comunistas o peso de suas armas”.⁷

Insultos à parte, os panfletos estavam mais certos que errados. Jânio Quadros vinha dizendo que esperava retornar à política, ora com o apoio do general, a quem chamava de “mestre”, ora por conta do enfraquecimento do regime. Rede particular de informantes era coisa sem a qual Golbery não conseguia viver. Além das notícias que recebia do SNI, coletava informações sobre o porão ouvindo ministros, parlamentares e jornalistas. Era um descrente da mitologia revolucionária. Numa de suas conversas com Heitor Ferreira, coçando o olho, o general dissera: “Se eles querem continuar com a Revolução, vão ter que ir para a ditadura”.⁸

Os primeiros manifestos surgiram durante o período em que Golbery disputou (e perdeu) a questão dos desaparecidos. Eram a parte estridente de um ressentimento militar contra o general. Ampliara-se de tal forma que o encarregado da seção política do consulado americano

em São Paulo dissera a um oficial que a desavença unira os quatro comandantes de exércitos contra o chefe do Gabinete Civil.⁹ Golbery recebeu um papel que atribuía ao chefe do CIE, general Confúcio Danton de Paula Avelino, o comando de uma campanha para destruí-lo.¹⁰

Geisel já mandara um recado a Confúcio, para que “não me aporrinhe a mim, pensando que está aporrinhando o partido comunista”.¹¹ O presidente suspeitava que, por trás de um dos manifestos, estivesse um coronel que servira no SNI: “Esse pessoal do Exército que vai ler e acreditar”.¹² Preocupou-se com o caso mais pelo irracionalismo do que pela gravidade. Com relação a Golbery, preocupação mesmo só mostrou quando lhe perguntou como iam seus olhos. O general respondeu que teria de trocar as lentes.¹³ Afora algumas enxaquecas, aos 63 anos ele tinha boa saúde.

Triunfante desde o episódio da nota dos desaparecidos, a “tigrada” servia-se na grande caçada ao Partido Comunista. Em março, o CIE produziu uma lista de 54 parlamentares contaminados por contatos com o PCB. Ia de Tancredo Neves e Ulysses Guimarães ao deputado estadual (e militante comunista) Alberto Goldman (MDB-SP). Incluía arenistas de convicções moderadas, como José Sarney, e radicais descontentes, como Cantídio Sampaio, ex-secretário de Segurança de São Paulo, que enfrentara o MDB nos debates parlamentares de 1970, racionalizando a universalidade da tortura.¹⁴

A manipulação das confissões dos comunistas e os ataques a Golbery faziam parte de uma manobra ofensiva. Tendo recuado no caso dos desaparecidos e tendo derrubado a convocação do ministro da Justiça à Câmara, Geisel tivera razões para supor que alcançara um novo equilíbrio. Não se mexia no passado, mas mudava-se a metodologia da repressão. Dissera a Frota que não abrisse “em leque” o IPM do PCB, procurando pegar apenas “dois ou três”. Soubera que o inquérito já tinha setenta indiciados e, por experiência própria, previa que não iria a lugar algum.¹⁵

Aberto, o leque criava constrangimentos insuperáveis. No dia 3 de março havia sido preso no Rio o engenheiro Pedro Celestino da Silva Pereira Filho. Era um quadro intermediário do PCB e operava na seção de entendimentos políticos.¹⁶ Tinha vida legal, e prenderam-no quando voltava da praia. Seu pai, general da reserva, vinha de uma das grandes famílias de Mato Grosso e fora ajudante-de-ordens do marechal Lott. A mãe era neta do coronel Sena Madureira, ativista do golpe republicano, historiador da Guerra do Paraguai.¹⁷ Ambos apoiavam o governo e tiveram do comandante do I Exército a garantia de que a integridade física do filho seria respeitada. Quando conseguiram vê-lo, tinha manchas roxas no rosto, curativo no pé e marcas nos dedos. Descreveu o que passara com uma só palavra: “Terror”. O general foi a Brasília, disposto a contar a Geisel o que acontecera. Hugo Abreu recebeu-o. Num passo valente, o general Pedro Celestino da Silva Pereira escreveu uma carta a Ulysses Guimarães, lida pela liderança do MDB no plenário da Câmara. Terminava assim: “Este relato tem em vista pôr fim a este estado de coisas, para evitar que outros Pedros sofram o que o nosso Pedro sofreu”.¹⁸

Filtrada pelo CIE e pelos DOIS, a lista dos parlamentares ligados de alguma maneira ao PCB ficou com 23 nomes. No dia 17 de março de 1975, chegaram à mesa de Geisel dois documentos. O primeiro, intitulado *Inquietação na Área Militar*, era um expediente secreto encaminhado pelo general Hugo Abreu. Ecoava três descontentamentos, baixos salários, insegurança da “tigrada” e Golbery. Reconhecia que a *Novela da Traição* obtivera “certa ressonância” e relatava que o comandante da Brigada Pára-Quedista do Rio de Janeiro já tinha sido ultrapassado por oficiais indisciplinados que faziam reuniões políticas no quartel. Seu ponto central era o seguinte:

Foi sentida maior inquietação, e há queixas, entre os elementos ligados aos órgãos de informações. Estes sentem-se inseguros. Os pedidos de informações sobre presos políticos que lhe são dirigidos por órgãos do Governo, são por eles encarados como

manifestações de fraqueza. Queixam-se também de falta de informações, não entendem até onde irá a “abertura política” do Governo e julgam que o MDB está se transformando em instrumento do PCB. Havia, inclusive, o boato de que os órgãos de informações (CIE, Cenimar e CISA) teriam sua atuação restringida.¹⁹

O segundo documento fora uma carta de uma pessoa ameaçada. Vinha de São Paulo. Geisel teve uma nova explosão, diante de um Golbery impassível: “Têm que acabar esses DOIS, CODIS. São organizações espúrias. [...] Se querem continuar, venham sentar aqui. O Exército usa farda para um monte de sujeiras e é uma instituição de honra?! Vão à merda, Frota, generais, coronéis e o diabo. Um bando de covardes. [...] Me derrubem. Tão fácil. [...] Uma das soluções para mim é ir embora daqui, mas é uma solução covarde. [...] E me mentem”.²⁰

Nesse desabafo enunciou um desejo: “Estou convencido de que vou ter que tirar o Ednardo d’Avila Mello de lá. Só não sei quem botar. [...] O Ednardo é uma criança grande. Uma possibilidade no II Exército é o Dilermando”.

Dilermando Gomes Monteiro era o general que Geisel escolhera para a chefia do Gabinete Militar e que fora dispensado às vésperas da posse, quando quebrara a perna.

Ednardo, a criança grande, era um velho e estimado conhecido. Comandava o II Exército. Fora colega de Geisel e Golbery no EME. No curto governo de Jânio Quadros, chefiara o Serviço Federal de Informações e Contra-informação. Tivera jurisdição sobre o fichário que Golbery tanto cultivava. Fizera fama de bom sujeito, jogador de basquete. O “dispositivo militar” do janguismo o remetera para o 15º Regimento de Infantaria, na Paraíba. Passara anos despercebido, o que resultava mais de um temperamento retraído que dos acontecimentos verificados no quartel que comandava. Em 1964, nos primeiros dias da

nova ordem, dois lavradores, militantes do PCB, entraram presos no 15º RI. Libertados meses depois, foram embarcados numa camionete da polícia. Seus corpos mutilados acabaram numa beira de estrada.²¹

O general chegara à quarta estrela apesar dos votos contrários de quatro dos dez generais do Alto-Comando e assumira o II Exército no final do governo Medici, substituindo Humberto Mello, patrono da política de extermínio em São Paulo. Geisel achava difícil a escolha, pelo receio de “mandar um banana” para o serpentário paulista. Diante da indicação de Ednardo, resignara-se: “Ele não é mau sujeito, ele vai ser fracote”.²² Golbery também condenara a idéia, argumentando que Ednardo “é muito bom, mas não é homem para São Paulo”. Considerava-o um “moleza”.²³ Por mais pacato que fosse, Ednardo não escondia sua hostilidade ao chefe do Gabinete Civil. Acreditava que fora parar em João Pessoa porque Golbery preferira passar para a reserva a aceitar o comando na Paraíba.

Seus bons modos impressionaram o cardeal Arns. D. Paulo levava-lhe duas denúncias de tortura de jovens presas e conseguira que fossem soltas. Ednardo chamou-o de “bom samaritano”, mas esclareceu que, como general, tinha uma missão: “a guerra, a limpeza do Brasil”.²⁴ No segundo semestre de 1974, o general infletira na postura e na retórica. Numa conferência banal, atacara os “frustrados” que “se cobrem do manto do liberalismo, não tomam posições e acendem uma vela a Deus e outra ao diabo”. Produzira o seguinte enunciado: “A ideologia, embora pareça uma opinião, dela difere completamente e, por isso, deve ser destruída”.²⁵

A “tigrada” estava em combate. Tinha o apoio explícito da maioria dos comandantes e dos ministros militares, mas, apesar disso, ruíam duas das precondições de sua existência, o controle total da imprensa e a inibição dos debates parlamentares. No caso de Marco Antônio Coelho, por conta do noticiário dos jornais, o DOI vira-se obrigado a encenar uma farsa para demonstrar que ele não fora torturado. Pior: o SNI fizera uma *Apreciação Sumária* sugerindo, com luvas de pelica, uma rediscussão da tortura. Falava da “gradual deformação no enfoque dado

ao trato com os prisioneiros”, mas reconhecia que essas variações do “grau de respeito à legislação vigente” decorriam das “enormes tensões” dos agentes e dos “ardis adotados pelos subversivos e terroristas”. Indo ao centro da questão, informava: “Medidas que já obtiveram amplo sucesso e foram recebidas com certa naturalidade em épocas de grandes agitações e atos terroristas, hoje são contraproducentes e tendem a radicalizar posições contestatórias”.

O documento do SNI apontava para a indisciplina existente nos DOIS, cujos quadros, “dispondo de já larga experiência e liberdade de ação, sabe [m] também usá-las, quando necessário, para livrar-se do eficiente controle dos escalões superiores, o que, nos últimos dois anos, tem conduzido a situações delicadas até ao nível Presidencial”.²⁶

Para bom torturador, meia palavra basta. Começava a faltar cumplicidade ao porão.

Poucos dias depois de sua posse no palácio dos Bandeirantes, Paulo Egydio Martins tinha convidados para jantar na ala residencial. Iam pelo café. Tocou o telefone, e a guarda informou que um casal de amigos queria vê-lo. Eram Eurico Prado Lopes, presidente do Instituto de Arquitetos, e a mulher, Marilena, sobrinha do marechal Ademar de Queiroz. Subiram, e Marilena pediu a Paulo Egydio para vê-lo a sós. A polícia invadira e varejara o Instituto de Arquitetos. Seu marido tinha sido intimado e deveria se apresentar às oito da manhã no DOI. O pai de Marilena, general da reserva e diretor da Mercedes-Benz, fora ao DOI, e disseram-lhe que nada havia a fazer. Era quase meia-noite. O governador de São Paulo acordou Golbery. Falou também com o marechal. No início da manhã, o arquiteto soube que a intimação estava suspensa.²⁷

Foi grande a confusão armada por Paulo Egydio, pois na reunião das 9h do dia seguinte Geisel trataria do assunto com surpreendente frieza. De um lado, reclamou do CIE: “O Confúcio não quer seguir a minha orientação. [...] Prisão do arquiteto, sem razão, sem objetivo”.

De outro, reclamou do governador: “O Paulo Egydio é um nervoso. Eu várias vezes disse que tinha dúvidas. Nervosinho”.²⁸

Paulo Egydio tomou o troco durante a festa do aniversário da Revolução. O dia 31 de março continuava a servir de tribuna para a verbalização da hegemonia militar. O comandante do II Exército aproveitou a oportunidade e, na ordem do dia lida para a tropa, atacou os defensores de subversivos que atrapalhavam o serviço dos órgãos de segurança. Para que não houvesse dúvidas, voltou a discursar no Círculo Militar e, com o governador ao seu lado, foi aos detalhes:

Diariamente são feitas acusações aos elementos da segurança. Telefonam para Brasília, falam com o Governador do Estado, com o Ministro do Exército, de que estamos cometendo barbaridades aqui em São Paulo. Ainda outro dia, quando eu estava em Brasília, um general recebeu um telefonema daqui falando da prisão de um arquiteto. Telefonei para São Paulo e soube que não houve prisão alguma. Quando voltei, fiquei sabendo dos detalhes. Tinham telefonado para o Governador e para o general Golbery falando sobre a prisão e ninguém, nem a Polícia, tinha pensado na prisão deste arquiteto. Mas, alguém foi lá, como se caracterizado de policial, para assustar este arquiteto. Vejam bem de que maquinações estes homens são capazes.²⁹

Havia alguém maquinando alguma coisa. A teoria do falso alarme não se sustentava, porque o sogro do arquiteto fora ao DOI e não conseguira suspender a intimação. De duas uma: ou o general mentia, com uma riqueza de detalhes despropositada e rara (nesse nível), ou alguém lhe mentira. Em qualquer dos casos, Ednardo festejava um refluxo da distensão:

Ultimamente nós temos tido ataques violentíssimos à Revolução. [...] Sente-se que há um comando nesta ação psicológica contra a Revolução. Sente-se mesmo que ela recebe orientação estrangeira, tal a sua pertinácia e organização. A tônica hoje em dia é dizer

que o terrorismo já foi dominado, que não há mais subversão, que tudo está em calma, e que, em consequência, precisamos fazer uma distensão. Eu digo que isto é uma balela.³⁰

O general tinha razões para dizer o que dizia. Discursando de improviso, no mesmo dia, Geisel dera um recado parecido a uma platéia de políticos governistas: “Falo, neste momento, dizendo que fui e continuo a ser um dos participantes responsáveis por esta Revolução. E desejo sinceramente reafirmar-lhes que ela continuará”.³¹

O conceito de permanência da Revolução significava uma coisa muito simples: a ditadura continua. Geisel fez em 1975 exatamente o discurso que evitara um ano antes, quando foi à televisão com a lembrança dos riscos da “trágica noite do naufrágio”, da qual o país se livrara num “momento fulgurante”. Em 1974 falara era “alvorada de fé cívica e convicção democrática”.³² Agora, pedia à Arena que se inspirasse “na ideologia da Revolução, da segurança e do desenvolvimento integrado”.³³

A nova retórica de Geisel sugeria que Golbery estava batido. Na Semana Santa, ele almoçara com um amigo na pérgola da piscina da granja do Ipê e o surpreendera com três observações que, pela contundência, nem faziam seu estilo.

Colocado diante de um caso de tortura que estava enlouquecendo a vítima, deixou cair: “Vou ver, mas não sou mais governo”.

Depois, explorou a personalidade do presidente: “Geisel não é aquele tipo de homem de que fala o poema ‘Se’, capaz de jogar tudo numa mão de cartas”.³⁴

Referia-se ao seguinte trecho do famoso poema de Rudyard Kipling, que começa com o mote “Ês um homem, se”:

*Se és capaz de arriscar numa única parada
Tudo quanto ganhaste em toda a tua vida,
E perder e, ao perder, sem nunca dizer nada,
Resignado, tornar ao ponto de partida*³⁵

Resignado, Golbery pensava em voltar para Jacarepaguá. Já despachara algumas caixas de livros.³⁶

Da guarnição do Rio de Janeiro vinham críticas à abertura política.³⁷ Do Gabinete Militar, sugestões de nomes para a presidência da Arena.³⁸ Do SNI, o general Figueiredo trazia ecos da “carga dos generais contra o Golbery”.

Heitor Ferreira, que havia tempo colecionava relatos de ataques ao seu amigo, criara um hábito. Sempre que alguém lhe contava as queixas, pedia que reconstruísse a conversa. Sustentava que era impossível haver a fogueira sem que houvesse um interlocutor acendendo-a ou, pelo menos, alimentando-a. Assim, teve o seguinte diálogo com Figueiredo:

— Mas quem?

— Ontem, no almoço lá no Murgel,³⁹ me cercaram e malharam o Golba.

— Sim, mas quem, especificamente?

— O Ariel.⁴⁰ Se aproximou e me disse: “O Geisel está certo, vocês vão bem, mas o Golbery é culpado de todas essas coisas de ruim”.

— Que coisas?

— Ah, isso é o que está nesses boletins anônimos, aberturas, etc.

— Bem, o Ariel tem razões para isso.

— Mas não foi só ele.

— Quem mais?

— Os outros não falavam. Alguns assentiam com a cabeça.

— Não há de ter sido o Murgel.

— Não, o Murgel não.

— Mas também ninguém defendeu.

— Não. Nem acusavam nem rebatiam. Alguns concordavam com a cabeça. Batiam no ombro do Ariel.

— O senhor deve contar isso ao Presidente.

— Mas, falar mal de um companheiro...

— Ué, ele não está falando mal de um companheiro? E que companheiro!

— Isso é. Eu sou muito mais amigo do Golbery que do Ariel.⁴¹

Estava na rua o quarto capítulo da *Novela da Traição*. Golbery tornara-se o “Gregório Branco da Revolução”, numa referência ao negro Gregório Fortunato, chefe da guarda pessoal de Getúlio Vargas e organizador do atentado contra Carlos Lacerda, em 1954. O “inteligentíssimo laçao da Dow” era acusado de proteger a corretora de valores Laureano, do Rio de Janeiro, onde se empregara o seu filho. Esse foi um panfleto ilustrado. Mostrava-o pendurado numa corda, com uma legenda escrita no patíbulo: “Castigo de Traidor é a Força”.⁴²

O desenho foi obra do coronel Alberto Fortunato. Como Golbery, estivera nas conspirações dos anos 50 e no levante de 1964. Pegava pesado. Em 1962, amarrara dez bananas de dinamite a um despertador e explodira um pedaço da Exposição Soviética montada no Pavilhão de São Cristóvão. Passara para a reserva em 1966 e, beneficiado por uma prerrogativa concedida à confraria de antigos conspiradores, iniciara uma nova carreira na Comunidade de Informações. Trabalhara nas DSIS do Ministério do Interior e do Banco Nacional de Habitação. Entre 1968 e 1969, integrando o condomínio terrorista anexo ao CIE, participara de seis de seus 21 atentados a bomba. Estava no serviço de informações do Ministério de Minas e Energia.⁴³

É possível que todos os panfletos da *Novela* tenham sido feitos no mesmo lugar, o apartamento do general Octávio Moreira Borba. Ele deixara o Exército como coronel e também estivera na DSI do Ministério do Interior. Fixara-se na assessoria de segurança da Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias (Embrapa). No grupo havia pelo menos dois oficiais lotados na Agência Central do SNI. Um deles, o coronel Luiz

Helvecio da Silveira Leite, participara da silenciosa batalha dos corredores do Ministério da Guerra, na tarde de 31 de março de 1964, e da barulhenta tomada do QG da Artilharia de Costa, no dia seguinte. Sócio fundador do CIE, estivera em quatro atentados a bomba.⁴⁴ Passando para a reserva, diplomara-se analista de informações na ESNI e, desde julho de 1974, ocupava uma Subchefia de informações internas da Agência Central. Era uma das pontes do CIE com o Serviço.

Entre fevereiro e julho, colecionaram-se doze panfletos emitidos por quatro grupos.⁴⁵ O CIE descobriu que “a autoria dessa panfletagem parece não ser esquerdista”, e a atribuiu a “grupos inconformados [...] provavelmente de militares da ativa ou da reserva, conhecedores de informes e informações versando sobre as personalidades citadas”. Onde havia indisciplina, insolência e insultos, entendeu que “o assunto desenvolvido é o abandono pelo Governo dos objetivos revolucionários”.⁴⁶

Não há registro de providência destinada a identificar os autores dos panfletos. Pelo contrário, atribuiu-se ao ministro do Exército um desinteresse em identificá-los, “para que o episódio rendesse o mínimo possível”.⁴⁷

Isso num governo que, naqueles dias, com a ajuda da interceptação telefônica, identificara o jornalista que surrupiara da mesa do ministro da Fazenda uma minuta da Lei das Sociedades Anônimas.⁴⁸ Ou que, grampeando um general cassado, descobrira um ardil do teatrólogo Dias Gomes, que transformara uma peça proibida (*Berço de herói*) em novela da TV Globo (*Roque Santeiro*).⁴⁹ Num palácio onde o presidente determinava ao ministro da Justiça, por sugestão de Reis Velloso, que investigasse a naturalidade da família Civita, dona da editora Abril, bem como suas relações com estrangeiros.⁵⁰ Tudo sob a vigilância de uma máquina de repressão que plantava projetos de guerrilha para incriminar o exilado Leonel Brizola.⁵¹

Também não há registro de um só funcionário que tenha procurado saber de onde saíam os panfletos. O Erário pagava salários aos três censores que perscrutaram a letra da canção “Como eu queria

ficar com você”, de Roberto e Erasmo Carlos. Eles descobriram uma “narração somática e visceral de um encontro sexual” em versos que diziam:

*Como eu queria ficar com você
Sempre beijar seus lábios.
Apertá-la em meus braços,
Eternamente deslizar as mãos pelo seu corpo
E ver seus cabelos se misturando com os meus do peito.
Ah! Como eu queria...*⁵²

No dia 28 de abril Golbery teve um expediente rotineiro. Não era uma tarde qualquer. Em Saigon, uma rádio do governo dos Estados Unidos transmitia a cada quinze minutos a canção “White Christmas”, na voz de Bing Crosby. Era o sinal para que os americanos evacuassem o Vietnã.⁵³ Treze anos depois de entrar em combate com os primeiros assessores militares enviados pelo presidente John Kennedy, um tanque do exército do Vietnã do Norte arrebentou o portão do palácio presidencial, abrindo o caminho para os novos governantes do país.⁵⁴

O mais recente capítulo da *Novela da Traição* dizia: “Nós não seremos um novo Vietnam, traído e jugulado pelos sanguinários aliados e protegidos de Golbery!”.

No palácio do Planalto, o general discutira as dificuldades da indústria cearense, tratara das despesas dos estados com Reis Velloso e saíra à tarde, para uma consulta com o oculista. Voltou informando que estava com um descolamento da retina do olho esquerdo.⁵⁵

1 Essa grafia consta desse panfleto e de dois outros, intitulados *Traição à Revolução de 1964* e, posteriormente, englobados na série *Novela da Traição*. A citação refere-se a um panfleto de maio de 1975. Há outro, capturado pelo CIE em setembro de 1975, saído da PM do Rio. Em outubro de 1976 o CIE falaria em “refrear os mecanismos de distensão”, num informe sobre o PCB. A “distensão” aparece também no texto de um de seus defensores, o marechal Juarez Távora. Carta a Geisel, de 2 de julho de 1975, APGCS/HF.

2 *Novela da Traição*, primeiro capítulo, sem data nem autor, cerca de fevereiro de

- 1975, colecionado numa pasta do SNI, de 29 de julho de 1975. APGCS/HF.
- 3 *Novela da Traição*, terceiro capítulo. APGCS/HF.
- 4 *Novela da Traição*, primeiro capítulo. APGCS/HF. NO sexto capítulo a remuneração de Golbery foi baixada para 15 mil dólares mensais.
- 5 Anotação de Golbery no panfleto em que o senador José Sarney foi posto como remetente. APGCS/HF.
- 6 *Manifesto dos Voluntários da Pátria*, sem data nem autor, cerca de fevereiro de 1975, colecionado numa pasta do SNI, de 29 de julho de 1975. APGCS/HF.
- 7 *Manifesto das Sentinelas do Brasil*, cerca de abril de 1975, colecionado numa pasta do SNI, de julho de 1975. APGCS/HF.
- 8 *Diário de Heitor Ferreira*, 3 de fevereiro de 1975.
- 9 Carta do tenente-coronel Eury Magalhães a Golbery, de 21 de fevereiro de 1975, narrando uma conversa com o diplomata Andrew Donald. APGCS/HF.
- 10 Uma folha, sem data nem autoria, intitulada *Fatos que Comprovam uma Campanha Organizada para Destruir a Figura do Ministro Golbery do Couto e Silva*. APGCS/HF.
- 11 *Diário de Heitor Ferreira*, 3 de março de 1975.
- 12 Idem, 10 de março de 1975.
- 13 Idem, 6 de março de 1975.
- 14 Para a lista, *Informação nº 0362/S-102-A5-CIE*, do CIE, intitulada *Atividades do Partido Comunista Brasileiro/Participação do PCB no Pleito de Nov 74*, carimbada “pessoal — secreto”, de 11 de março de 1975. AA. Para Cantídio Sampaio, em debate com o deputado Oscar Pedroso Horta, *O Estado de S. Paulo* de 18 de junho de 1970, p. 7.
- 15 *Diário de Heitor Ferreira*, 13 e 17 de fevereiro de 1975.
- 16 *Informação nº 0362/S-102-A5-CIE*, do CIE, intitulada *Atividades do Partido Comunista Brasileiro/Participação do PCB no Pleito de Nov 74*, carimbada “pessoal — secreto”, de 11 de março de 1975. AA.
- 17 Para a prisão e os laços familiares, Pedro Paulo de Sena Madureira, maio de 1990.
- 18 Carta do general Pedro Celestino da Silva Pereira a Ulysses Guimarães, lida na Câmara pelo deputado Laerte Vieira em 20 de março de 1975. *Diário do Congresso Nacional*, 21 de março de 1975, seção I, p. 688. Ata da 13ª Sessão.
- 19 *Informação para o Sr. Presidente*, de Hugo Abreu, intitulada *Inquietação na Área Militar*, carimbada “secreto”, de 17 de março de 1975. APGCS/HF.
- 20 *Diário de Heitor Ferreira*, 17 de março de 1975.
- 21 Depoimento do deputado Otavio de Queirós, em *O Momento*, de João Pessoa, 4 a 10 de novembro de 1979, citado por Regina Reyes Novaes em *De corpo e alma — Catolicismo, classes sociais e conflitos no campo*, p. 93.
- 22 Conversas de Geisel com Golbery, Moraes Rego e Heitor Ferreira, 22 de novembro e 6 de dezembro de 1973.
- 23 Conversas de Geisel, Golbery, Moraes Rego e Heitor Ferreira, 21 e 22 de novembro e 6 de dezembro de 1973, e 11 de janeiro de 1974. APGCS/HF.
- 24 *O Estado de S. Paulo*, 8 de setembro de 1996, p. A30.
- 25 Conferência do general Ednardo D’Avila Mello na ADESG de São Paulo, em 4 de julho de 1974, em *Jornal do Brasil* de 5 de julho de 1974, p. 3.
- 26 *Apreciação Sumária nº 06/Gab/75 — Campo Interno*, do SNI, carimbada “secreto”,

- de 29 de setembro de 1975. AEG/CPDOC.
- 27 Paulo Egydio Martins, junho de 1988.
- 28 *Diário de Heitor Ferreira*, 26 de março de 1975.
- 29 *O Estado de S. Paulo*, 1º de abril de 1975, p. 7.
- 30 *O Estado de S. Paulo*, 1º de abril de 1975, p. 7.
- 31 Ernesto Geisel, *Discursos*, vol. 2: 1975, p. 54.
- 32 Idem, vol. 1:1974, p. 61. Maço de 22 folhas, com minutas e manuscritos desse discurso, de Golbery e Geisel. Uma folha com bilhete de Geisel a Heitor Ferreira, informando que o texto final foi “calcado, todo ele, na minuta do Golbery”. APGCS/HF.
- 33 Ernesto Geisel, *Discursos*, vol. 2: 1975, pp. 53-4.
- 34 Golbery do Couto e Silva, Páscoa de 1975.
- 35 Discurso de Golbery aos formandos de direito de Anápolis, da qual foi paraninfo, provavelmente em dezembro de 1983. APGCS/HF. Nesse discurso, feito depois de sua saída do governo, em 1981, ele recitou todo o texto do “Se” numa tradução de Guilherme de Almeida.
- 36 Golbery do Couto e Silva, 1978.
- 37 *Diário de Heitor Ferreira*, 7 de abril de 1975.
- 38 *Informação para o Sr. Presidente*, do general Hugo Abreu, intitulada *Direção da ARENA — Sugestões*, de 17 de abril de 1975. APGCS/HF.
- 39 Coronel Edmundo Adolpho Murgel, chefe da Agência Rio do SNI.
- 40 General Ariel Pacca da Fonseca, comandante da 2ª Região Militar.
- 41 *Diário de Heitor Ferreira*, 24 de abril de 1975.
- 42 *Novela da Traição*, quarto capítulo, manifesto postado em 14 de agosto de 1975. Pasta do SNI, com uma coleção de onze panfletos. APGCS/HF.
- 43 José Amaral Argolo e outros, *A direita explosiva no Brasil*, pp. 204, 289, 291, 237, 240, 256, 258, 278-9 e 299.
- 44 Idem, pp. 312, 310, 307, 238, 239 e 240.
- 45 O SNI produziu uma pasta com onze reproduções, e o coronel Newton Cruz enviou-a a Heitor Ferreira no dia 29 de julho. APGCS/HF. O CIE capturou outro texto, assinado pelo grupo *Patriotas*. *Informação 1158*, do CIE, de 30 de junho de 1975, em Juarez Pires, “A panfletagem militar. Os documentos da direita”, em *Jornal de Brasília* de 25 de fevereiro de 1979, pp. 29-30.
- 46 *Informação 1158*, do CIE, de 30 de junho de 1975, em Juarez Pires, “A panfletagem militar. Os documentos da direita”, em *Jornal de Brasília* de 25 de fevereiro de 1979, pp. 29-30.
- 47 Murilo Mello Filho, “A penosa marcha da abertura”, em *Manchete* de 24 de maio de 1975, p. 22.
- 48 *Diário de Heitor Ferreira*, 24 e 26 de fevereiro de 1975.
- 49 Intercepção de um telefonema de Dias Gomes ao general Nelson Werneck Sodré, 8 de maio de 1975, em Ayrton Baffa, *Nos porões do SNI*, pp. 124-7. *Roque Santeiro*, proibida em 1975, foi ao ar dez anos depois.
- 50 *Diário de Heitor Ferreira*, 11 de abril de 1975.
- 51 Idem, 13 de janeiro de 1975.
- 52 Adriana Barsotti e Berenice Seara, “Pérolas brilhando no escuro”, em *O Globo* de 18 de maio de 1997, 2º caderno, pp. 1 e 4.

53 Phillip L. Zweig, *Wriston*, p. 492.

54 Henry Kissinger, *Crisis — The anatomy of two major foreign policy crises*, p. 544.

55 *Diário de Heitor Ferreira*, 28 de abril de 1975.

Uma zona de sombra

Golbery internou-se no dia seguinte. Foi operado numa clínica da avenida W-3 Norte, em Brasília. Chegara-se a cogitar a transferência do general para um renomado centro médico de Belo Horizonte, onde já passara por duas operações de catarata.¹ Ele preferiu continuar sob os cuidados do oculista que o examinava em Brasília.

Numa cirurgia que durou duas horas, recebeu disparos de raios laser no olho. Eles funcionariam como pontos de solda, selando as áreas lesadas. Pela localização do descolamento, acreditava-se que seu olho esquerdo teria a visão preservada. O quadro clínico evoluiu bem. Golbery passou por alguns delírios irrelevantes, ouviu música e cantarolou. Heitor Ferreira visitou-o, disse-lhe que parecia bem melhor, mas ele fez um gesto com a mão: “Mais conformado...”.² Voltou para casa uma semana depois.

Saíra da cena o “pára-raios a atrair as reações contrárias à distensão”, e abrira-se um mercado de boatos. O SNI chegou a registrar um, em Belém, de que houvera uma ameaça de fechamento do Congresso e, no meio de uma discussão, o general fora agredido fisicamente.³ Outros garantiam que ele não voltava ao palácio. Golbery mantinha uma relação curiosa com boatos. Sustentava que, ao contrário da verdade, que nunca pode ser integralmente captada, eles traem o real desejo de quem os inventa e, às vezes, de quem os sopra. No caso, haveria alguém querendo o Congresso fechado e, decerto, vê-lo

apanhando.

Durante sua convalescença aconteceram coisas estranhas. Quando Geisel foi visitá-lo, a segurança do Planalto impediu que ele fosse fotografado chegando à clínica.⁴ A conduta de Figueiredo mudou. A um ministro que lhe perguntou como ia a “onda” militar contra o general, o chefe do SNI respondeu: “Ah, essa é irreversível”.⁵ Desde que assumira o Serviço, repetindo um hábito de seu fundador, ficava fora das comitivas presidenciais. Em maio, quis acompanhar o presidente numa viagem ao Rio de Janeiro, para as festas militares comemorativas do quadragésimo aniversário da vitória dos Aliados na Europa. Desejo natural num ex-combatente, porém bizarro para um oficial que fizera a guerra em paz.⁶ Voltou contando que a imagem do ministro do Exército, general Sylvio Frota, “modificou-se da água para o vinho”.⁷

Habitualmente refratário a manifestações dos temores e ansiedades da “tigrada”, Figueiredo alterou-se quando recebeu a cópia de um manifesto de presos políticos da ilha Grande. Havia começado a nona greve de fome dos presídios nos últimos cinco anos.⁸ Entre os signatários estavam dois condenados à prisão perpétua, três seqüestradores e um participante do assassinato de um inocente marinheiro inglês.

O chefe do SNI produziu o seguinte diálogo com o documento:

OS PRESOS: Nós, presos políticos [...].

FIGUEIREDO: Por que presos políticos?

OS PRESOS: Os fatos relatados a seguir só poderão ser entendidos levando-se em conta o terrível significado deste longo período no cárcere, marcado pelas violências e maus tratos que sofremos [...]. Este duro aprendizado demonstrou que estes áspersos anos constituem um prolongamento das torturas sofridas após nosso aprisionamento.

FIGUEIREDO: O duro aprendizado não se coaduna com o aprendizado fácil e rápido para seqüestrar, roubar e matar!

OS PRESOS: O presídio da Ilha Grande ocupa um lugar

especial, pois as brutalidades praticadas contra presos políticos e comuns há cerca de meio século lhe garantiram a fama de presídio-castigo e tornaram este local conhecido como “Ilha do Diabo”.

FIGUEIREDO: Não é verdade! As informações a que se chegou são até elogiáveis quanto ao tratamento dispensado. As falhas ou deficiências não decorrem da vontade expressa dos carcereiros e não se constituem em brutalidades.

OS PRESOS: A alimentação é de péssima qualidade, não suprimindo nossas necessidades básicas.

FIGUEIREDO: Se não supre as necessidades básicas, pelo tempo que estão presos, já muitos teriam morrido...

OS PRESOS: Nossos familiares têm de empreender uma longa viagem, utilizando ônibus, barcas de pescadores alugadas e caminhões, gastando cerca de vinte horas, no percurso de ida e volta, para permanecer conosco somente três horas. Isto configura uma punição às nossas famílias e uma pena acessória para nós.

FIGUEIREDO: Jamais pensaram nas suas famílias! Casos houve de romperem totalmente os laços familiares!

[Desde o ano anterior os presos pediam que os transferissem para alguma prisão do continente.]

FIGUEIREDO: Só mesmo na ditadura militar fascista do Brasil seria possível os condenados escolherem as prisões onde devem cumprir as penas! [...] Parece até que os presos é que são autoridades!⁹

Geisel viu esse documento e o visou com lápis azul. No vigésimo dia da greve, durante uma conversa telefônica com o almirante Faria Lima, governador do Rio de Janeiro, concordou em tirar os presos da ilha Grande, dispersando-os pelas prisões fluminenses: “Ceder a uma greve é duro, mas eu prefiro ceder”.¹⁰

O SNI viu a coisa assim:

O último episódio da transferência dos presos terroristas e subversivos, do Presídio da Ilha Grande para outras prisões, obtida por meio de greve de fome, apoiada por pressões dos comunistas e simpatizantes na Igreja, nos meios políticos e na imprensa, foi mais um fato no conjunto da solerte campanha desencadeada pelos terroristas para a desmoralização e descrédito dos Órgãos de Segurança e do Governo. Esta campanha liderada pelo Partido Comunista Brasileiro — PCB — e endossada pelos políticos de esquerda do MDB, procura apresentar, à opinião pública, os Órgãos de Segurança e seus agentes militares e civis, como criminosos [...].¹¹

É dessa época uma nota de Heitor Ferreira a Geisel e Golbery:

Estou acompanhando os informes do SNI, as sínteses e conclusões, etc., e vejo que há um bom bocado de companheiros que é fascista e não sabe.

Estão repetindo fórmulas e caminhos que deram em água de barreira não poucas vezes.

“Nativistas”, nacionalistas, duros, pára-quedistas, radicais, ultras. Só falta aparecer o general Massu.¹² E há candidatos, lá isso não falta.

Ambos responderam.

Golbery: “Certo”.

Geisel: “De acordo!”.¹³

No dia 14 de maio de 1975, Geisel teve uma surpreendente conversa com Heitor Ferreira. Começou reclamando das pressões do MDB, que pedia uma definição de sua atitude em relação ao AI-5, e desbordou para a conduta dos defensores da imutabilidade do regime: “O que querem é uma ditadura, o Congresso fechado. A campanha contra o Golbery é desprimorosa! Eu não tenho nenhum complexo em relação ao Golbery. Podíamos estar em posição invertida, ele Presidente e eu seu chefe do gabinete civil. Há uma identificação entre nós dois

que vem de muitos e muitos anos. Eles realmente atingem a mim”.¹⁴

Dois dias depois, numa sexta-feira, visitou Golbery no Ipê. Conversaram, a sós, durante duas horas, coisa que não acontecia desde o tempo do largo da Misericórdia. Do que conversaram, não sobreviveu narrativa. Na tarde de sábado o presidente fez uma caminhada com Heitor Ferreira pelos jardins do Riacho Fundo. Nova surpresa:

A minha sucessão, por exemplo, coisa que eu precisava ir mais ou menos cultivando, está complicada. A esta altura, sem saída. Indiscutivelmente, o homem mais categorizado, a pessoa a quem eu passaria confiante a Presidência, é claro que é o Golbery. Mas... difícil. Complicado. Esse negócio nos olhos, a idade, e sobretudo a reação que desperta no meio desse bando de boçais e invejosos. Um homem que se mata trabalhando, e fica essa turma de vagabundos, que não têm o que fazer, a fofocar contra ele... Claro que vai depender das condições em que chegarmos lá, mas no momento é uma solução difícil. Muita reação. O Figueiredo é o outro, mas também tem suas coisas. Cardíaco, negócio da coluna,¹⁵ e além disso não sei, não me parece... interessado nas coisas... Podia produzir muito mais. Podia ter feito muito mais no tempo do Medici, no gabinete militar, e podia fazer muito mais agora, no SNI. Não é interessado... Não sei, será uma solução medíocre. [...] Não há um nome mais moço em condições de assumir isto. Veja que nós estamos assumindo cada vez mais velhos. O Castello tinha 64 anos, o Medici assumiu mais velho, eu mais velho que o Medici, o Golbery assumiria mais velho que eu!¹⁶

Interesse em ser sucedido pelo amigo ou necrológio da hipótese? Há motivos para supor que prevalecera a segunda alternativa. Geisel já fizera cinco referências à sua sucessão. Na primeira, em dezembro de 1973, durante uma conversa com Golbery, dissera que “uma das hipóteses” era a escolha de Figueiredo.¹⁷ Na outra, três dias antes da posse, contara a Heitor Ferreira que via em Figueiredo “o único” em

condições de vir a ser o próximo presidente.¹⁸ Voltou ao assunto em três outras ocasiões, sempre fixando-se no chefe do SNI como a opção do momento.¹⁹ Referiu-se a Golbery pelo menos duas vezes. Uma, certamente antes das panfletagem, numa conversa com o general Reynaldo Mello de Almeida, comandante do 1 Exército.²⁰ Outra, em outubro de 1974, registrando a hostilidade militar ao chefe do Gabinete Civil. Classificou-o como o caminho “mais difícil”.²¹

Golbery era candidato a presidente da República? Há aí uma zona de sombra. Não se comportava como tal, mas numa ditadura isso tinha pouca importância. Seus adversários diziam que sim. Heitor Ferreira listou-o em primeiro lugar num exercício de maio de 1974 em que havia 31 outros nomes, de Delfim Netto a Medici e Sylvio Frota. No final, escreveu: “Hoje, meu palpite — e meu desejo — é a dupla Golbery-Figueiredo, em qualquer das posições de presidente e vice”.²²

Poucos dias depois do demorado encontro com Geisel na granja do Ipê, Golbery protagonizou um dos mais misteriosos episódios da história do período, narrado pela primeira vez pelo repórter Luiz Gutemberg no livro *Moisés, codinome Ulysses Guimarães — Uma biografia*. Entrevistou-se secretamente, por quase três horas, com Ulysses e Thales Ramalho, secretário-geral do MDB.²³ Conversaram no apartamento da filha do general. As cortinas da sala estavam cerradas, e havia uma bandeja com gelo e uísque à mão.

A reunião fora urdida por Thales e pelo marechal Oswaldo Cordeiro de Farias. Um convenceu Ulysses e o outro, a Golbery. Meses antes, discursando num banquete, o velho marechal de 74 anos, cuja primeira insurreição remontava a 1922, condenara o radicalismo de esquerda e o de direita, dizendo-se disposto a combatê-los, “mesmo que fique de muletas ou numa cadeira de rodas”.²⁴ De bengala, o marechal tramava uma candidatura civil à Presidência da República. Seu primeiro nome era o do governador Paulo Egydio Martins.²⁵ Cordeiro passou o endereço e a hora do encontro a Thales Ramalho numa caixa

de fósforos de restaurante.²⁶

Foi o próprio Golbery que abriu a porta do apartamento. Disse-lhes que os recebia com o conhecimento de Geisel, a quem logo relataria a conversa. Há duas narrativas da cena. Uma, de Ulysses a Luiz Gutemberg.²⁷ Outra, de Thales Ramalho.

Segundo Thales, a conversa foi dominada pela proposta inicial de Golbery, de que ela seria apenas a primeira de uma série:

O general não ofereceu nada. Levantou temas. A realização de eleições diretas para os governos estaduais [como determinava a Constituição]. O estabelecimento de um sistema de voto distrital misto, parecido com o alemão. Deixou mais ou menos implícita a idéia de uma reorganização partidária. Lembrou que, sem os votos da oposição, o governo perdera a capacidade de aprovar emendas constitucionais e, por isso, queria abrir um canal de negociação. Não mencionou o AI-5, mas a idéia do seu fim esteve no ar. Eu lhe falei da anistia, e ele respondeu que se devia começar pela revisão de alguns casos de inegáveis injustiças. Feito isso, ia-se acabar numa anistia. A conversa foi longa, porém genérica. O mais importante, para ele, era iniciar as conversas. Nessa linha, o encontro foi uma típica preliminar.²⁸

A narrativa de Ulysses é mais impressionista. Nela, Golbery diz: “O país está suficientemente sofrido. Precisamos apressar o processo de redemocratização. Mas sem virar estátua de sal, como a mulher de Ló. Não podemos nos perder olhando para trás”.

Oferecia o fim do AI-5, em troca de um sistema de salvaguardas constitucionais. Explicou que o presidente via no Ato Institucional um bumerangue que ameaçava sua autoridade. Falando em nome de Geisel, informou: “Quer apenas salvaguardas, mas não deseja usar estreptomicina para tratar resfriados, nem fazer lobotomias para extirpar verrugas. Restauremos a razão. Gripe é gripe, pneumonia é pneumonia”.

Propunha também o fim do bipartidarismo, que poderia ser

substituído por um regime de cinco partidos. No centro da construção de Golbery havia uma constatação: “Tudo isso só será possível com a ajuda dos senhores. Porque os senhores têm o apoio das ruas. Em 1964, nós tínhamos as ruas. Agora, vocês é que têm”.²⁹

Golbery não oferecia uma aliança, mas mesmo dizendo que não buscava o apoio do MDB, estava implícito que, sem alguns de seus votos, não iria a lugar nenhum. A criação de novos partidos permitiria a baldeação de um pedaço da oposição para a linha auxiliar do governo.

Ouvindo-o, Thales viu uma negociação que levaria o governo e o MDB à mesa, o bipartidarismo à morte e o AI-5 ao fim. Para ele, o ponto mais importante do encontro fora a decisão de se voltar a conversar. Ulysses ouviu a mesma coisa, mas ouviu diferente. Percebeu que o general queria implodir o partido, desmontando sua provável vitória na eleição de 1978, quando certamente conseguiria a maioria no Senado e, quem sabe, na Câmara.

O estratagema proposto pelo general prometia resultar na revogação do AI-5 em questão de meses, talvez um ano, mas exigiria do MDB dois sacrifícios. O primeiro seria a solidariedade com um projeto de reforma do governo. Dependendo do projeto, isso poderia ser razoável. Golbery falava em quatro ou cinco partidos, de esquerda ou de direita, mas tudo o que o governo buscava era um reordenamento que lhe permitisse capturar as 44 cadeiras que faltavam para recompor sua maioria de dois terços do Congresso. Para o MDB, o preço da manobra seria a autodestruição de uma força parlamentar que começara a construir em 1974.

Os dois visitantes foram repassar a conversa numa mesa de restaurante. No relato de Ulysses, estavam “absolutamente deslumbrados e detentores de informações tão extraordinárias como aparentemente delirantes”. Ao se despedir, Golbery pediu-lhes que mantivessem o encontro e sua agenda em segredo. Ulysses viria a comentar: “Um pedido tranquilizador, porque passaríamos por loucos se descrevêssemos nossa experiência”.³⁰

A reunião produziu um único efeito: deu a Ulysses Guimarães um

conhecimento seguro do projeto do governo.

(Esse encontro foi mantido em sigilo por cinco anos. Em 1980, Thales Ramalho revelou-o à revista *Veja*, sem contar o que se discutiu. Heitor Ferreira soube que ele aconteceu, mas não o lançou no *Diário*. Geisel, que teve o relato de Golbery, não o mencionou em suas memórias.)³¹

Mesmo autorizada por Geisel, a iniciativa não teve uma contrapartida no seu comportamento. Para que tamanho passo pudesse ser dado, seria necessário que tanto ele como Ulysses tivessem meios e tempo para sinalizar uma rota de negociação. Ambos estavam amarrados pelo sigilo, mas deviam evitar o aquecimento de pequenas crises. Pouco depois do encontro, chegou ao presidente um informe do SNI. Avisava que o MDB estava prestes a apresentar um projeto de aumento para a oficialidade, “calcado em estudos comparativos, ressaltando as diferenças entre os atuais vencimentos dos postos mais altos com os dos assessores dos ministros”.³² A aproximação entre a oposição e a oficialidade era uma das principais preocupações de Geisel.

Nada indicava que a cúpula do MDB estivesse metida na iniciativa. A confiabilidade do informe (B-2) era apenas razoável.³³ Os quartéis estavam envenenados por comparações dos vencimentos dos militares com os salários da burocracia estatal. Um general-de-divisão ganhava 16 mil cruzeiros por mês, o que não era pouco, levando-se em conta que um ministro recebia 19 mil. A distorção aparecia na comparação com a folha de pessoal das empresas estatais. O presidente da Companhia Brasileira de Dragagem ganhava 22 mil cruzeiros e o do Mobral, 23 mil. O da República, 31 mil, um terço do que embolsava o do Banco do Brasil.³⁴ Na sua reunião com o Alto-Comando, em janeiro, o tema que mais tempo tomara aos debates fora a associação dos vencimentos dos militares às dificuldades para comprar, ou pagar, uma casa própria.³⁵

Geisel aborreceu-se e jogou uma espécie de cobrança na direção de Golbery:

Eu não vou arrebentar o país dando aos militares 30 ou 40% de aumento que não posso dar! Como é que vamos evitar? Aconselhar eles a não se meterem nisso? [...] Daqui a pouco acabo fechando o Congresso! É um processo indecoroso, de quererem comprar os militares. Se apresentarem a emenda vou à televisão e denuncio!... Vou falar com o Falcão e com Petrônio para avisarem os líderes que não se metam nisso. Eles não querem distensão não, Golbery. Eles querem precipitar os acontecimentos. Não viram ainda que esse troço só pode ir devagarzinho... A coisa estoura em cima deles e do país.³⁶

No dia seguinte, outro estampido. A capital acordou com uma ruidosa manchete no *Correio Braziliense*. “Geisel também é contra o AI-5”.³⁷ Nada a ver com a reunião da Superquadra 111. O próprio Geisel percebeu o que tinha acontecido: “Outro dia recebi os vice-líderes, e aqui está uma nota para responder. [...] Os sem-vergonha pegaram isolado”. Havia enunciado a possibilidade da revogação do AI-5 como um objetivo remoto, sem mostrar determinação ou compromisso. Sentindo-se logrado, quis uma contradição absoluta. Pouco depois o presidente decidiu chamar o chefe do EMFA e o ministro do Exército para informá-los de que aumentaria imediatamente os vencimentos dos militares.

A nota, que seria assinada pelo líder da Arena na Câmara, avisava que Geisel “não pretende abrir mão dos poderes que o AI-5 lhe confere em benefício da ordem, da tranquilidade e do desenvolvimento da vida nacional”.³⁸

Golbery não estava se sentindo bem. Dez dias depois de ter retornado ao palácio, voltou ao oculista. Às dezoito horas, Geisel tocou o telefone para Heitor Ferreira:

— Você sabe que o problema do Golbery voltou, não é?

— Como é?

— O problema do olho. [...] Agora parece que não é na periferia, há um descolamento na parte central. Bom, e aí não dá para fazer o tal tratamento laser. [...] Um azar danado, não é?³⁹

Heitor correu para o Ipê, ajudou seu amigo a calçar sapatos (não queria chegar ao hospital de chinelos) e ouviu-o preocupado em “salvar a outra vista”.⁴⁰ Golbery foi novamente operado, dessa vez a bisturi. As rupturas eram três, mas não haviam comprometido a mácula. O médico acreditava que a visão seria preservada.⁴¹ A recuperação ia no bom caminho. O general voltou a enxergar com o olho esquerdo, até que teve uma febre de 38,5° C, complicações pulmonares e uma parada renal que durou dez horas.⁴² Delirou, procurando livros, e convulsionou-se a ponto de ficar sentado na cama.⁴³ Quando o médico soube da cena, pôs as mãos na cabeça: “Vai descolar de novo. É quase certo”. Tinha razão. A retina assemelhava-se a um pano puído, surgira outra ruptura, e o nervo óptico estava ameaçado.⁴⁴

A equipe médica passou a ser comandada pelo chefe do serviço de saúde da Presidência. O coronel Americo Mourão raramente vestia farda. Homem de modos suaves e longos silêncios, tinha a saúde do regime na memória. Castello Branco, sentindo-se mal, dissera-lhe: “Se for enfarte, não esconda, porque renuncio hoje mesmo”.⁴⁵ Diagnosticara a arteriosclerose circulatória e cerebral do marechal Costa e Silva, o tifo de Orlando Geisel e a cardiopatia de Figueiredo.⁴⁶ Sua intimidade com o presidente era tamanha que ele morava na granja do Riacho Fundo. Achava que Golbery devia ir para um hospital com mais recursos.⁴⁷

O agravamento do quadro pôs uma nova carta na mesa. Golbery seria levado para a clínica Barraquer, em Barcelona, considerada uma das melhores do mundo. Mourão contou ao general a gravidade do seu estado e sugeriu a viagem. Ele não decidiu na hora. Quis ouvir a opinião do médico que o operara e, sobretudo, a da mulher, Esmeralda. Heitor Ferreira reforçou a proposta:

— Bem, o Presidente acha que o senhor deve ir para Barcelona.

— Pois é, vamos ver — encerrou Golbery.⁴⁸

Seu médico tentou convencê-lo a viajar. Mesmo assim, o general insistiu em conversar com a mulher. Anos depois, Golbery revelaria que, nesses dias, Esmeralda cismara que estavam tentando matá-lo. A

escolha do médico e da clínica tinha sido dele. Mourão só entrara no circuito quando a situação se complicou, mas o casal Couto e Silva acreditava em bruxas, e bruxas havia. Do que aconteceu nos corredores da casa de saúde onde Golbery estava internado, são duas as narrativas, ambas de Mourão.

Uma, ao autor: “Dois sujeitos me disseram, mais ou menos com as mesmas palavras: ‘Deixa ele morrer’. Era gente da linha dura. Não digo os nomes”.⁴⁹

Outra, a Heitor Ferreira, que assim registrou a essência da conversa de um tenente-coronel, narrada por Mourão: “Passou a manhã me cantando. ‘Deixa esse cara morrer. Deixa esse cara morrer’”.⁵⁰

Golbery embarcou para a Espanha no dia 21 de junho. Ocupou um compartimento num avião da Varig que pousou especialmente em Brasília. Subiu as escadas amparado pelo governador Paulo Egydio Martins e atado a uma garrafa de soro carregada por Heitor Ferreira.⁵¹ Levava consigo Esmeralda, três médicos, um diplomata e o motorista da família. Na Espanha, teria à disposição seis agentes de segurança, que se revezariam, dois a dois, era turnos de 24 horas.

Enquanto o general voava, Ulysses Guimarães deu um sinal reflexo da conversa que tiveram: “Lamentamos que tenha sido atingido pela doença um homem que luta pelo restabelecimento da democracia no país. As informações que temos dão conta de que o general Golbery é um homem de profundas convicções democráticas. Sua doença aumenta nossas apreensões”.⁵²

Não só as apreensões da oposição. Desde a isquemia de Costa e Silva, nenhum problema da saúde dos hierarcas causara tanta ansiedade. Quando Golbery chegou a Barcelona, havia na cidade enviados especiais e equipes de todos os principais jornais e emissoras brasileiras. Passavam o dia atrás de notícias sobre o seu olho. Os governadores de São Paulo, Minas Gerais e do Rio Grande do Sul, reunidos em Belo Horizonte, divulgaram uma nota oficial,

solidarizando-se com Geisel, em benefício da distensão.⁵³ Paulo Egydio foi além, dizendo que, com a doença de Golbery, o presidente estava “perigosamente só”.

O governador de São Paulo tivera inúmeras conversas com Golbery, advertindo-o do recrudescimento das ações militares. Numa delas chegara a mencionar a existência de um complô contra Geisel. Esse risco foi considerado pelos governadores durante a reunião de Belo Horizonte. O chefe de Casa Militar de Paulo Egydio entendera-se com o comandante da PM mineira, acertando a possibilidade de resistência contra uma eventual tentativa de golpe. Ele recordaria: “Nós sabíamos que PM não segura golpe, mas queríamos que os responsáveis pelo complô soubessem que do outro lado também se estava conversando. Que Minas, São Paulo e o Rio Grande do Sul estavam unidos”.⁵⁴

Para personagens que tinham vivido as crises das duas décadas anteriores, surgira um novo fator de preocupação. Carlos Lacerda, o jornalista cujas campanhas levaram Getúlio Vargas ao suicídio e contribuíram para a deposição de Jango, começara a escrever sobre assuntos políticos. Desde 1968, quando o cassaram, tornara-se colaborador d’O *Estado de S. Paulo*, onde escrevia sobre arcanas questões internacionais. Ele pulara a cerca, estendendo sua colaboração à revista *Manchete*, metendo-se na crise portuguesa e atacando a política externa do governo. Durante a rápida conversa que tivera com Geisel em maio, Golbery pressentira o tamanho do problema: “É uma imprudência deixá-lo escrever. Vai avançando aos poucos”.⁵⁵

Corca, o “fritador de bolinhos” dos anos 50, tinha motivos para se preocupar. Um mês depois, o *Corvo* passaria a assinar um artigo semanal no *Jornal do Brasil*. Conseguira o espaço com a ajuda do empresário Armando Daudt d’Oliveira, bom amigo do general Sylvio Frota.⁵⁶ A *Ave* estava de volta, propagando uma versão bem-educada — e bem escrita — dos panfletos:

Do jeito que vai, a distensão significa a volta do país ao que estava antes de 31 de março de 1964. [...] A rigor, houve pouca

revolução, e não revolução de mais. [...] Do jeito em que vai a distensão, degenera em distorção. Propor, em nome do restabelecimento do “estado de direito”, que o país se desarme e se entregue à desordem, é uma forma de suicídio coletivo. [...] Parece que vamos num plano inclinado que, a partir de certa altura, imprime à descida um impulso incontível. Desta vez, convém notar, não haverá tempo nem meios de segurar o país antes que ele se despenhe, como se fez a 31 de março de 1964.⁵⁷

Em Barcelona, Golbery passou pelos primeiros exames, e Mourão mandou um telex a Heitor Ferreira, em Brasília: “Conforme combinado, viajarei para Portugal por umas horas. Tudo mais ou menos bem comigo. Avise Amélia. Ainda não preciso comunicação Banco do Brasil”.

O médico embarcara com uma folha de expressões codificadas. Na verdade, dizia o seguinte: “Vista esquerda praticamente sem recuperação. Vista direita mais ou menos boa. Ainda não há possibilidade de retorno rápido por melhoria geral”.⁵⁸

Três dias depois: “Encomenda chega quinta-feira”. (Tradução: “Paciente preocupa”).⁵⁹

O olho esquerdo estava perdido. O direito, ameaçado. A crise renal persistia. Descobrira-se uma úlcera perfurada, com hemorragia digestiva. A tudo isso somou-se um surto de Esmeralda do Couto e Silva. Da madrugada de Barcelona, Mourão telefonara a Heitor Ferreira, que resumiu a situação: “Úlcera. A comadre... e se ela entrar em loucura?...”.

Na mesma noite, Esmeralda telefonou ao genro, pedindo que acertasse com Geisel a volta de Golbery ao Brasil. Perdera a confiança nos médicos, tanto nos espanhóis como nos brasileiros.⁶⁰ Mourão, que estava tomando três comprimidos de Valium por dia, admitiu a possibilidade de interná-la.⁶¹

Desde o primeiro exame, o chefe da equipe médica espanhola dera-se conta de que seu paciente padecia de tantos problemas que o quadro oftalmológico se tornara secundário. Diagnosticara a hemorragia

intestinal por acaso, ao ver-lhe as fezes negras.⁶² Quis transferi-lo para outro hospital, onde tivesse melhor atendimento genérico, e chegou a relutar em operá-lo do olho direito antes que se restabelecesse. (No esquerdo, nada havia a fazer.) Como o novo descolamento podia se alastrar, arriscou, com êxito.

Passada uma semana, Mourão informou que “a encomenda chegará na terça-feira”. O general estava bem.⁶³ Usava um par de óculos com lente fosca para o olho esquerdo perdido e outra, negra, com um minúsculo furo central, que lhe permitia ver com o direito, sem forçar os movimentos. Desceu no Rio de Janeiro, indo convalescer no hospital dos Servidores do Estado. Internou-se na suíte presidencial do prédio da Gamboa no meio da madrugada do dia 8 de julho. Duas semanas depois, ainda de pijama, recebeu o dono do *Jornal do Brasil*, Nascimento Brito. Disse-lhe que devia mandar Lacerda passear.⁶⁴ No mês seguinte, Lacerda passeou.⁶⁵

Durante os 32 dias da segunda crise de Golbery, o presidente não deu sinal algum de que cogitasse substituí-lo. Um ano antes, por motivos estéticos, dispensara o general Dilermando Monteiro da chefia do Gabinete Militar, pois não queria tê-lo ao lado numa cadeira de rodas, com a perna quebrada. Agora, aferrara-se a um colaborador que tivera a saúde comprometida, perdera a visão de um olho e precisava cuidar do que lhe restara.

Enquanto Golbery estava em Barcelona, a sorte deixara sobre a mesa de Geisel o destino de um senador e uma oportunidade quase romântica de usar o AI-5. Em janeiro o *Jornal do Brasil* publicara a gravação de uma conversa do senador governista Wilson Campos com um pequeno empresário pernambucano, oferecendo-lhe sua influência para liberar um empréstimo, de um banco oficial, em troca de uma propina.⁶⁶ O industrial denunciava que se tratava de um pedágio de 1% sobre um financiamento de 20 milhões de cruzeiros. Campos pedira que o assunto fosse encerrado baixando-se sobre ele a tesoura da Censura.

Fracassou.⁶⁷ O caso poderia ser resolvido pelo próprio Senado, mas o plenário absolvera-o por 29 votos contra 21, dando por insuficiente a prova da fita. Geisel cassou o senador. Poucas vezes uma cassação ganhou tantos aplausos. Era a primeira de seu governo, fora fulminante, atingira um arenista e colocara o AI-5 na condição de defensor da moralidade pública, contra uma maioria de senadores que preferira proteger o colega. Um sucesso.

O sexto capítulo da *Novela da Traição* já estava nos quartéis. O coronel Fortunato atualizara a caricatura de Golbery, pintando de preto a lente esquerda de seus óculos.⁶⁸ Acusava-o de ter forjado “para os seus patrões da Wall Street [...] a existência de uma conspiração de direita que estaria sendo montada pelo ministro Armando Falcão com o apoio do ministro do Exército, o bravo e honrado General Frota”.⁶⁹ Conspiração, não havia. Havia predomínio.

Golbery voltou ao Planalto na manhã de 31 de julho. Na noite do dia seguinte, Geisel fez um pronunciamento ao país. Tratou das realizações do governo e foi ao ponto:

Após esta longa e possivelmente fastidiosa exposição, desejo ainda, antes de concluir, abordar tema político relacionado com o que se vem chamando de “distensão”.

[...] Muito se tem publicado e discutido sobre a “distensão”, atribuindo-se ao Governo — e notadamente ao Presidente da República — intenções, objetivos, avanços, recuos, submissão a pressões, etc. que, uns e outros, absolutamente não correspondem à realidade, mas constituem fruto da imaginação e, por vezes, além do que contêm de intriga e de ação negativista, representam apenas o desejo íntimo de seus autores.

A “distensão” é aí apresentada com uma conotação exclusivamente política, visando, pelo que se diz, ao indispensável restabelecimento do chamado “Estado de Direito”, mediante a

pura e simples supressão do AI-5 [...].

Mas a distensão não deve ser apenas política. [...] Constitui “distensão” a ação que se realiza na área social. As metas do II PND expressam, em suma, uma política de distensão. São expressões de distensão — perdoem-me a ênfase da repetição — a desvinculação do salário mínimo de implicações monetárias [...] a criação de esquemas para a casa própria [...] a distribuição gratuita de remédios [...] a regularização do abastecimento da população.⁷⁰

Terminava com o bordão: “O Governo não abrirá mão dos poderes excepcionais de que dispõe”.⁷¹

Geisel concluía o texto quatro dias antes. Pedira a Heitor Ferreira que mandasse cópias aos generais Figueiredo e Hugo Abreu, bem como a Falcão.

Figueiredo considerou “excelente a parte referente à ‘distensão’”. Fez cinquenta observações formais. Trinta referiam-se à colocação de vírgulas, cinco à acentuação, e uma solicitava que se grafasse “revolução” com inicial maiúscula.⁷² As sugestões de Falcão foram nove. Sete, superficiais, duas profundas. Numa aconselhou a qualificar o estado de direito. Geisel aceitou-a, daí o “chamado ‘Estado de Direito’”. Noutra, propôs que incluísse a “restauração plena do habeas corpus” entre as metas que o governo anatematizava. Geisel marcou ao lado: “N”.⁷³

Esse discurso viria a ser conhecido pelo nome de “Pá de Cal”.

Ulysses Guimarães resolveu responder. Parecendo cumprir o ritual da época, enunciou uma contradita burocrática. A ditadura dizia uma coisa, a oposição parlamentar dizia outra, e ia-se em frente, no ritmo imposto pelo regime. Numa só sentença, que não mostrou aos colegas da direção do MDB, Ulysses rebateu aquilo que Geisel chamara de “fórmulas ultrapassadas” de desenvolvimento político e explodiu a praxe: “É óbvio que a oposição não iria importar o modelo adotado por Idi Amin Dada, pois nada mais ultrapassado que o governo baseado na

força”.

Era uma construção hiperbólica. Não comparava Geisel ao sargento assassino que tiranizava Uganda, cuja figura balofa, teatral e primitiva se tornara caricatura dos ditadores militares. A insinuação, marota e deliberada, foi entendida como insulto. Estavam envenenadas as relações do presidente do MDB com o governo. Ulysses chegou a temer que o general o cassasse.⁷⁴

Geisel indignou-se, mas não usou o episódio para avançar sobre o adversário. Mais tarde, disse que não cassou o deputado porque “o ataque foi pessoal”.⁷⁵ É difícil que esse tenha sido o único motivo. Quase certamente, a cassação reprisaria a fúria punitiva que se seguiu à edição do AI-5. Sua principal vítima seria o presidente da República, não o do MDB. Na época, Ulysses teria atribuído o paralelo africano a “alguns uísques”.⁷⁶ Também é difícil que esse tenha sido o único motivo, pois se algumas doses a mais podem embriagar um parágrafo, seriam necessários tonéis para levá-lo a driblar escrupulosamente seus colegas da direção do partido, evitando que lessem o texto antes que o distribuisse aos jornalistas.

Outra frase da nota, abafada pelo toque pitoresco do parágrafo africano, explica melhor a raiz da hipérbole. Citando o filósofo quinhentista italiano Giordano Bruno (que acabou na fogueira), Ulysses Guimarães dissera: “Que ingenuidade a minha, ao pedir aos donos do poder a reforma do poder”.⁷⁷ Estava respondendo ao projeto que Golbery lhe expusera em segredo.⁷⁸

Ele percebera que se cozinhava a dissolução dos partidos, e não pretendia entregar o MDB (nem a liderança que exercia) numa sucessão de conversas em salas com persianas baixadas. Sabia que a manutenção do bipartidarismo custaria ao regime, no mínimo, a perda da maioria no Senado nas eleições marcadas para 1978. De fato, do palácio do Planalto ao gabinete do governador de São Paulo, conspirava-se a implosão do sistema partidário.⁷⁹

Não foi o parágrafo africano da nota de Ulysses que congelou o avanço político do governo. Fora Geisel quem o congelara, com seu

recuo e seu discurso, cujas raízes estavam nos conflitos internos da ditadura. Se os militares que combatiam a abertura condenavam o pouco que se havia progredido, esse problema era de Geisel com seu eleitorado.

Ulysses fechara a porta à manobra por meio da qual Golbery queria rearrumar as bancadas parlamentares, devolvendo ao governo a capacidade de contar com os dois terços necessários à aprovação de emendas constitucionais. Seu isolacionismo pode ser atribuído a uísques, vaidade ou egoísmo, mas, para efeitos práticos, demarcou uma linha que obrigava o governo a entender-se (ou desentender-se) primeiro com as dissidências da ditadura.

1 *Jornal da Tarde*, 30 de abril de 1975, p. 5, e *Jornal de Brasília*, 1º de maio de 1975, p. 1.

2 *Diário de Heitor Ferreira*, 3 de maio de 1975.

3 Carlos Castello Branco, “A distensão pratica-se”, em *Jornal do Brasil* de 2 de maio de 1975, p. 2. Para o boato, *Diário de Heitor Ferreira*, 14 de maio de 1975.

4 Bilhete de Heitor Ferreira a Geisel, que o respondeu, de 6 de maio de 1975. APGCS/HF.

5 *Diário de Heitor Ferreira*, 19 de maio de 1975.

6 *Idem*, 6 de maio de 1975.

7 Heitor Ferreira, junho de 1975.

8 Gilney A. Viana e Perly Cipriano, *Fome de liberdade — Relato dos presos políticos*, pp. 37-8.

9 Nove folhas, seis com abaixo-assinado de 33 presos da ilha Grande, de 5 de maio de 1975, e anotações de Figueiredo; duas com cópia dessas anotações. Uma com nomes dos signatários e uma introdução, da Agência Central do SNI. Geisel visou o documento. APGCS/HF.

10 *Diário de Heitor Ferreira*, 19 de maio de 1975.

11 *Apreciação Sumária nº10/75 — Campo Interno*, do SNI, carimbada “secreto”, de 17 de junho de 1975. AEG/CPDOC.

12 General Jacques Massu, comandante dos pára-quedistas franceses na Guerra da Argélia.

13 Nota manuscrita de Heitor Ferreira, anotada por Geisel e Golbery, sem data. APGCS/HF.

14 *Diário de Heitor Ferreira*, 14 de maio de 1975.

15 Em janeiro Figueiredo sentira dores na coluna e internara-se num hospital de Brasília. Voltou para casa e não se recuperou. Gessado do pescoço à virilha, começou a perder a sensibilidade motora numa das pernas. Geisel visitou-o e mandou-o tratar-

se no Rio de Janeiro. Foi operado de uma hérnia de disco no dia 6 de fevereiro e retornou ao trabalho no dia 28. *Diário de Heitor Ferreira*, 6 e 28 de fevereiro de 1975, e coronel-médico Americo Mourão, fevereiro de 1998.

16 *Diário de Heitor Ferreira*, 17 de maio de 1975. Medici assumiu aos 63 anos. Geisel, aos 66. Golbery assumiria com 67.

17 Conversa de Geisel com Golbery, 10 de dezembro de 1973. APGCS/HF.

18 Conversa de Geisel com Heitor Ferreira, 12 de março de 1974. APGCS/HF.

19 *Diário de Heitor Ferreira*, 15 de junho de 1974 e 19 de fevereiro de 1975. Bilhete de Heitor Ferreira a Geisel, que o respondeu, de 17 de outubro de 1974. APGCS/HF.

20 General Reynaldo Mello de Almeida, agosto de 1998.

21 Sete folhas manuscritas de Heitor Ferreira, intituladas *Presidente Geisel e HF em 12 de Novembro de 1974, na Secretaria Particular*. APGCS/HF.

22 *Diário de Heitor Ferreira*, 10 de maio de 1974.

23 Para as três horas, Thales Ramalho, julho de 1999. Segundo Ulysses, a conversa durou cinco horas.

24 *Jornal do Brasil*, 14 de março de 1976, Caderno Especial *Dois anos de Geisel: cronologia*, p. 2.

25 *Diário de Heitor Ferreira*, 24 e 25 de junho de 1975.

26 Thales Ramalho, julho de 1999.

27 Luiz Gutemberg, Moisés, *codinome Ulysses Guimarães*, pp. 145-55.

28 Thales Ramalho, julho de 1999.

29 Depoimento de Thales Ramalho a *Época* de 23 de agosto de 1999, p. 50.

30 Todas as citações do encontro, salvo quando houver outra indicação, estão em Luiz Gutemberg, Moisés, *codinome Ulysses Guimarães*, pp. 145-51.

31 Geisel nunca se deteve sobre a importância desse encontro. Demonstrou conhecê-lo e lembrou-se de que o assunto foi tratado na conversa que teve com Golbery no Ipê.

32 *Diário de Heitor Ferreira*, 4 de junho de 1975.

33 O informe baseava-se em notícias colhidas junto a um irmão do senador Benjamin Farah (MDB-RJ), parlamentar liderado pelo governador Chagas Freitas, pessoa da confiança do regime, dos militares e do governo. Para sua identificação, *Diário de Heitor Ferreira*, 9 de junho de 1975.

34 Para o general-de-divisão e o presidente da Companhia Brasileira de Dragagem, conversa de Figueiredo com Heitor Ferreira, 28 de maio de 1975. APGCS/HF. Para o Mobral, *Apreciação Sumária nº 16/Gab/75 — Campo Interno*, do SNI, de 9 de dezembro de 1975. AEG/CPDOC. Para o presidente do Banco do Brasil (salário de 92 mil cruzeiros), *Diário de Heitor Ferreira*, 4 de junho de 1975. Para o salário de Geisel, uma folha da Diretoria Administrativa da Presidência da República, com contracheque de fevereiro de 1976. Geisel recebia 25 mil cruzeiros de vencimentos e 6 mil como “gratificação de representação”. Descontados 4873 cruzeiros do imposto de renda na fonte, ficava com 26327. APGCS/HF.

35 Maço de folhas datilografadas intitulado *Segunda Reunião do Alto-Comando das Forças Armadas*, 20 de janeiro de 1975. APGCS/HF.

36 *Diário de Heitor Ferreira*, 4 de junho de 1975.

37 *Correio Braziliense*, 5 de junho de 1975, 1º caderno, pp. 1 e 3.

38 Uma folha manuscrita, de Geisel, de 5 de junho de 1975. APGCS/HF.

39 *Diário de Heitor Ferreira*, 6 de junho de 1975.

40 Idem.

41 Duas folhas de papel, manuscritas por Heitor Ferreira, de 9 de junho de 1975, sobre a cirurgia de Golbery em Brasília. Uma se intitula *Desenhos do Dr. Eugenio em 9/6/75*. Mostra que houve três rupturas na retina e indica onde foi feito o implante de silicone. APGCS/HF.

42 Para a recuperação, radiograma de Heitor Ferreira a Hugo Abreu, para ser entregue a Geisel, que estava em Livramento (RS), de 12 de junho de 1975. Para a parada renal, conversa de Heitor Ferreira com Geisel, 16 de junho de 1975, APGCS/HF, e *Diário de Heitor Ferreira*, 19 de junho de 1975. Para a complicação pulmonar, coronel-médico Americo Mourão, fevereiro de 1998.

43 Heitor Ferreira, junho de 1975.

44 *Diário de Heitor Ferreira*, 14 e 17 de junho de 1975.

45 Coronel-médico Americo Mourão, fevereiro de 1998.

46 Para Castello, Costa e Silva e Figueiredo, coronel-médico Americo Mourão, fevereiro de 1998. Para Orlando Geisel, Ernesto Geisel, julho de 1988.

47 Coronel-médico Americo Mourão, julho de 1975.

48 *Diário de Heitor Ferreira*, 18 de junho de 1975.

49 Coronel-médico Americo Mourão, fevereiro de 1998.

50 Nota manuscrita de Heitor Ferreira, de maio de 1991. AA.

51 *Jornal do Brasil*, 22 de junho de 1975, pp. 1 e 4.

52 Idem, 23 de junho de 1975, p. 16.

53 Idem, 14 de março de 1976, Caderno Especial *Dois anos de Geisel: cronologia*, p. 2.

54 Paulo Egydio Martins, junho de 1988.

55 *Diário de Heitor Ferreira*, 3 de maio de 1975.

56 Para a ajuda de Armando Daudt, John W. F. Dulles, *Carlos Lacerda — A vida de um lutador*, vol.2: 1960-1977, p. 588.

57 Carlos Lacerda, “Distensão e distorção”, em *Jornal do Brasil* de 30 de junho de 1975, p. 3.

58 Telegrama de Aírton Gil Diegues a Heitor Ferreira, de 23 de junho de 1975, transmitindo mensagem de Americo Mourão. Para o código, três folhas manuscritas por Heitor, cerca de 21 de junho de 1975. APGCS/HF.

59 Telegrama do diplomata José Nogueira Filho a Heitor Ferreira, de 26 de junho de 1975. APGCS/HF.

60 Nota apensa ao *Diário de Heitor Ferreira*, 25 de junho de 1975. APGCS/HF.

61 Para o surgimento da hipótese da internação, *Diário de Heitor Ferreira*, 25 de junho de 1975. Para o Valium, nota de Heitor Ferreira, de 29 de junho de 1975. APGCS/HF.

62 José Augusto de Aguiar, nefrologista que acompanhou Golbery a Barcelona, 1976.

63 *Diário de Heitor Ferreira*, 2 de julho de 1975.

64 Manoel Francisco do Nascimento Brito, agosto de 1975. No dia 12 de agosto Heitor Ferreira registrou na súmula que mantinha do governo Geisel: “Falcão diz que caso Lacerda, *JB*, Estado de S. Paulo, resolvido”. APGCS/HF.

65 John W. F. Dulles, *Carlos Lacerda — A vida de um lutador*, vol. 2:1960-1977, pp. 589-90. Lacerda morreu em maio de 1977, vitimado por uma infecção do endocárdio, sem ter recuperado a expressão política. Para as circunstâncias de sua morte, idem, pp. 613-7.

66 *Jornal do Brasil*, 4 de janeiro de 1975, pp. 1 e 3.

- 67 Armando Falcão, *Tudo a declarar*, pp. 373-4.
- 68 Para a autoria, José Amaral Argolo e outros, *A direita explosiva no Brasil*, p. 305. Para a caricatura, pasta do SNI, com onze panfletos. APGCS/HF.
- 69 Pasta do SNI, com onze panfletos. APGCS/HF.
- 70 Maço de 27 folhas datilografadas, com anotações manuscritas de Geisel, intitulado por Heitor Ferreira *2ª Versão do Pres Rep.* APGCS/HF.
- 71 Ernesto Geisel, *Discursos*, vol. 2: 1975, p. 155.
- 72 Seis folhas manuscritas de Figueiredo a Heitor Ferreira. APGCS/HF.
- 73 Três folhas manuscritas de Armando Falcão a Geisel, marcadas “confidencial”, de 30 de julho de 1975. APGCS/HF.
- 74 Luiz Gutemberg, *Moisés, codinome Ulysses Guimarães*, pp. 152-3. Thales Ramalho, 1984.
- 75 Ernesto Geisel, 1984.
- 76 Thales Ramalho, janeiro de 2000. Ulysses deu essa explicação ao marechal Cordeiro de Farias, na presença de Thales.
- 77 Antonio Carlos Scartezini, *Dr. Ulysses*, p. 89.
- 78 Essa é a opinião de Thales Ramalho, na época secretário-geral do MDB. Foi também a do marechal Cordeiro de Farias e do ministro Severo Gomes. Ver Luiz Gutemberg, *Moisés, codinome Ulysses Guimarães*, p. 153.
- 79 No *Diário de Heitor Ferreira* há pelo menos dois registros dessa manobra. Em 14 de abril de 1975, Humberto Barreto admitiu que lançou a idéia da dissolução dos partidos depois de ter sido autorizado por Geisel a “conversar e sondar”. Em 23 de junho de 1975, o governador Paulo Egydio Martins obteve o apoio do general Figueiredo. A *Apreciação* de 22 de setembro do SNI incluiu uma defesa da implosão do bipartidarismo. AEG/CPDOC. O CIE expôs a mesma idéia em seu *Informe* de 16 de junho. APGCS/HF.

A comunidade da indisciplina

A Comunidade de Informações, que a ditadura supusera ser um ingrediente de estabilidade, tornara-se fator de desordem e indisciplina. Nem comunidade era, pois os serviços de informação das três forças militares agiam sem supervisão, negando ao SNI função coordenadora. Enquanto se tratou de reprimir o terrorismo e a esquerda clandestina usando a tortura como instrumento de investigação e o extermínio como elemento dissuasório, ela seguiu um objetivo comum. Terminada a luta armada, jejuava. Diante da mudança política ocorrida com a eleição de 1974, vira-se obrigada a batalhar por um projeto que lhe preservasse a estrutura e o prestígio. Nessa hora, o policialismo mostrou sua essência primitiva, banal.

O sistema de espionagem interna do regime se descontrolara. Geisel tivera um exemplo dessa anomalia antes mesmo de tomar posse. No final de 1973, descobrira que o coronel José Luiz Coelho Netto, do Centro de Informações do Exército, recebia rotineiramente uma lista com os nomes das pessoas que iam visitá-lo na casa do Jardim Botânico, posta à sua disposição na fase de formação do governo. Ordenara ao tenente-coronel Pedrozo, quadro do CIE e chefe de sua segurança, que suspendesse o controle, pois não queria que se soubesse com quem conversava. Pedrozo concordou em reter a lista, mas advertiu o general-presidente-eleito:

— Se há mesmo esse interesse em controlar, quer dizer, eu posso

prender agora a relação, mas amanhã ele me chama: “Como é?” [...].

— Aí você diz: “Foi o general Ernesto que deu ordem, porque ele não admite que a vida dele seja espionada. [...] Pois é. Acabou. Proibiu”. [...] Se houver qualquer problema, tu podes dizer lá: “Foi ordem do general, acabou, foi ordem. Por quê? Por quê, não sei”. Pronto.

— Eu estou de pleno acordo, general. Mas eu não sou daqui, eu sou do CIE. Minha situação é esquisita. Por isso é que eu estou dizendo, lá é diferente. Eu sou oficial do CIE, SOU subordinado diretamente ao coronel Coelho Netto. Entendeu? Se ele disser: “Não, a relação vai”, a relação tem que ir.

— Não. Não vai, não. Não. Não. Não. Você está enganado, Pedrozo, está enganado. O Coelho Netto não manda nada nesta merda. Não manda nada! Nada! Nada! Nada! Quem manda sou eu!

— Ele não manda aqui, mas manda em mim — esclareceu Pedrozo.¹

Para os órgãos de informação o desembaraço e a ilegalidade eram uma contingência da eficácia. Xeretar a vida do presidente eleito vinha a ser o cume de uma construção cujas bases estavam no porão. Num documento de 1975, o SNI reconheceu que as Forças Armadas haviam derrotado a subversão agindo “fora dos trâmites normais da Justiça Militar”, e “muitas vezes ao arrepio da lei”.² Noutro, um informe do CIE, classificado como A-1, perguntava se o restabelecimento da independência do Judiciário “não viria provar ao menos o patrocínio efetivo das Forças Armadas e governos a ações que qualquer justiça do mundo qualificaria de crimes”.³

Até aí, tratava-se da antiga questão de que a ditadura atropelara as leis em nome do combate à subversão, mas o documento ia além. Mostrava que as leis deveriam ser atropeladas em defesa da corrupção: “E poderia a Justiça, crescendo a ‘abertura’, apurar também as faltas

por corrupção atribuídas até a governadores escolhidos pelos presidentes no regime revolucionário? Suportaria o povo o descrédito que isso lançaria ao próprio movimento de 64? Enfim, não seria, essa, mais uma arma bem eficiente que nós mesmos daríamos ao marxismo internacional, contra o Brasil?”.

A Comunidade transformara os “informes” numa espécie de foro de debates internos. Pelos manuais, esse tipo de documento destinava-se a canalizar informações genéricas, com alguns elementos de análise. Os “informes” contrapunham-se às “informações”, estas, sim, portadoras de matéria-prima pura. Como uma “informação” deveria ser necessariamente comprovável, com fonte e avaliação conhecidas, os informes se tornaram conduto de opiniões, boatos e maledicências.

Um exemplo dessa degenerescência ensaística pode ser encontrado no *Informe N° 209/S-102-A3*, do CIE.⁴ Intitulava-se *Estudo e Avaliação sobre a Revolução de 64*. Não tinha autor (sabe-se apenas que é um professor) nem endosso. Tecnicamente, apresentava-se como um documento de informações, mas no fim das contas era um panfleto de circulação restrita. Refletia uma forma de pensar. Nele, a ditadura brasileira fazia parte de uma luta mundial pela “POSSE DA MENTE HUMANA”,⁵ diante da capitulação do mundo ocidental, abatido pelo que acreditavam ser um processo de decadência dos Estados Unidos. Via no resultado eleitoral de 1974 uma tomada de pulso da opinião pública e julgava que o país vivia um dilema: “Entregar o poder ao MDB não é o mesmo que entregar o país ao comunismo internacional?”.

Descontando-se os aspectos grandiloqüentes e o português esquisito (“imprescimbilidade”, “maioritária”), o documento percebia a essência do processo político conduzido por Geisel: “Um impulso como esse dado pela ‘abertura possui dinâmica própria. Uma vez posto em movimento, avança por si mesmo [...]. A soma de carga emotiva que aciona, os interesses que desata só crescem, não diminuem por si mesmos. Chega ao ponto em que ficam incontroláveis e seguem as leis de sua própria mecânica”.

O informe do CIE sustentava que a abertura “já andou demais”,

que já era “o momento de envolvê-la em hábil entorpecimento”. Isso seria feito revitalizando-se o uso do AI-5, da censura, e explodindo-se os partidos. Em seguida, propunha uma suave conspiração, com grupos, chefes e sigilo. Sempre se poderia dizer que o *Informe* não representava a opinião do ministro do Exército. Interessava ao chefe do CIE, general Confúcio Danton de Paula Avelino, que ele circulasse, pois o distribuiu, rubricando-lhe todas as páginas.

A Comunidade queria controlar a abertura. Geisel também. No episódio da ofensiva contra o PCB, o presidente alinhara-se com a “tigrada”. Mas queriam-lhe administrar a extensão do alinhamento. Numa reunião com o presidente, Figueiredo contara que, afora o problema dos vencimentos, só a “escalada comunista” preocupava a oficialidade. Geisel explodiu: “Em 1978 chamem o Hitler para assumir o poder. Depois vão fofocar à beça para tirar o Hitler... [...] Eu não vejo esse espantelho do comunismo. Se algum oficial está tão preocupado com isso, que venha cá e tome conta. Sou *capaz* até de abrir a porta...”.⁶

Por mais que praguejasse quando se via desobedecido, Geisel tentava pôr de pé uma relação impossível com a máquina repressiva da ditadura. Queria controlá-la, continuando a se beneficiar politicamente dos procedimentos ilegais que a tornavam incontrolável. No dialeto do meio, era um de seus “clientes”.

Geisel e Golbery eram destinatários regulares e privilegiados da espionagem interna. As transcrições de conversas telefônicas, denominadas “dragões”, circulavam pelo Planalto sob normas de confidencialidade, com a regularidade dos papéis rotineiros. Figueiredo chegava a usar a expressão “conversas que eu tenho visto”.⁷ Golbery achava útil controlar o telefone de um coronel da reserva de quem não gostava e que futricava contra ele em São Paulo. Suspeitava que estivesse por trás dos panfletos que o atacavam e queria tê-lo “no bolso”.⁸ Essa era a parte que lhe Convinha, mas os adversários do

general julgavam útil ouvir as conversas de outro coronel, seu amigo, que futricava para beneficiá-lo, também em São Paulo.⁹

Os serviços de informação militares espionavam os familiares de presos políticos. Em quatro dias, grampeando o telefone da mãe de uma presa, o Centro de Informações da Aeronáutica capturou nove conversas. Em cinco delas havia referências a Golbery, sempre como estuário de reclamações, “contra tortura e sonegação de presos”.¹⁰ Associavam-no ao professor Candido Mendes de Almeida, presidente da Comissão de Justiça e Paz da CNBB e intermediário na transmissão das queixas.¹¹ As conversas informavam que havia mães buscando a ajuda dos poderes de Brasília para remediar a situação dos filhos e que um líder católico como o professor, com um irmão bispo e trânsito na Santa Sé, agia em defesa dos presos. Metabolizadas, transformavam-se em peças de acusação. O general Castro queixou-se do chefe do Gabinete Civil numa carta pessoal a Figueiredo: “O Sr., melhor do que eu, sabe que a aproximação do Ministro Golbery com os setores da Igreja, com o prof/ Candido Mendes são objeto de violentas críticas. [...]”.

Como a principal distorção do regime estava no entendimento de que o presidente da República era um delegado da Revolução e que a Revolução se encarnava nas Forças Armadas, o general Castro expressou, na mesma carta, as suas ansiedades: “O que é pior de tudo, embora o Presidente Geisel fique irritado e furioso, é que o pessoal começa a pôr em dúvida sua integração revolucionária”.¹²

A eficácia e o alcance da máquina policial da ditadura podem ser mais bem compreendidos quando se deixa de lado a questão da dissidência política. Com todos os seus vícios, ainda assim o aparelho construído para proteger o Estado poderia se mostrar eficiente na produção de informações para o governo.

Não era esse o caso. No início de 1975, Geisel soube pelos jornais que se dera em São Paulo uma das maiores concordatas da história do Brasil.¹³ Em julho de 1974 o SNI informara ao presidente que “notícias

alarmantes sobre a ocorrência de surtos de doenças graves e perigosas, tais como a meningite”, uma vez “exploradas pelos meios de comunicação”, poderiam intranquilizar o povo.¹⁴ Quando Geisel recebeu esse documento, São Paulo vivia o pico de uma epidemia de meningite que atingira 18 mil pessoas e matara cerca de duzentas. Duas semanas depois o governador Laudo Natel proibiu que se dessem informações à imprensa.¹⁵ Heitor Ferreira descobriu que podia muita coisa, mas não era capaz de saber o que sucedera a um geólogo holandês e barbudo, amigo seu, preso com quatro brasileiros quando viajava pela rodovia Transamazônica, voltando de uma prospecção.

Chamava-se Hein Robert Korpershoek e foi levado por uma patrulha para o 51º Batalhão de Infantaria da Selva, em Belém. Suspeitaram que não fosse apenas um geólogo e que seu trabalho funcionasse como “cobertura” para mais um dos misteriosos estrangeiros que povoam as fabulações amazônicas. Interrogado, deixaram-no incomunicável por quase uma semana. Solto, resolveu queixar-se ao amigo: “Não estou lhe escrevendo para reclamar da prisão em si [...] Eu sou a favor de medidas duras contra os subversivos e se eu próprio caio na rede por engano, azar, erros acontecem”.¹⁶

Protestava sobretudo porque “um oficial que é suposto ser um cavalheiro e, portanto, um homem de palavra” se comprometera a avisar sua mulher, bem como a embaixada da Holanda, e não o fizera. Heitor levou o caso ao presidente, e o SNI recebeu ordens para investigar o que acontecera. A resposta veio um mês depois. Esse texto não é conhecido, mas a análise, feita pelo coronel Newton Cruz, retratou a generalidade da situação:

Você quer mesmo a minha opinião? Pois bem... aí vai.

O documento anexo, a rigor, não é uma informação (na forma como, doutrinariamente, ela é definida). Aliás, também não são Informações quase todos os documentos assim denominados e que transitam no SNI. O que fazemos normalmente?

Perguntamos alguma coisa a A, A transfere a pergunta a B, B

pergunta a C, C faz a mesma indagação inicial a D. D responde a C, C responde a B, B encaminha a resposta a A, A nos remete, como se fosse sua, a resposta de B, que é a de C, que também é a de D. Trocando em miúdos e adaptando ao caso presente: o chefe do SNI pergunta à Agência Central (A), a Agência Central transfere a indagação à Agência de Belém (B), a Agência de Belém pergunta à 8ª Região Militar (C), a 8ª Região Militar faz a mesma indagação ao 51º Batalhão de Infantaria (D). O 51º Batalhão de Infantaria, que é parte interessada, responde através de meias verdades (o fato principal cercado de uma “história de cobertura”), a 8ª Região Militar passa adiante a resposta do 51º Batalhão de Infantaria, a Agência de Belém encaminha a mesma resposta e, finalmente, a Agência Central nos transmite as suas conclusões, que nada mais são que os dados originários de Altamira (51º Batalhão de Infantaria). [...] É o “samba-do-crioulo-doido”...¹⁷

Nem mesmo Geisel estava livre dessas empulhações. Um episódio banal, produto da indisciplina e da valentia cafajeste, ilustra essa cumplicidade entre a máquina de informações e a bagunça. O presidente soube, pelo *Correio do Povo*, que uma tropa da FAB invadira uma delegacia da polícia gaúcha e espancara um delegado que horas antes lavrara um flagrante contra um sargento. Mandou um bilhete a Figueiredo cobrando providências. O chefe do SNI pediu uma resposta urgente à chefia da agência de Porto Alegre e a teve em 55 minutos:

O filho de um Sargento da FAB foi preso, juntamente com outros rapazes, no decorrer de uma operação antitóxica; o pai foi à Delegacia e acabou sendo autuado por desacato. Inconformado, o Sargento conseguiu sensibilizar alguns elementos na Base Aérea. Formaram um “comando” sob a chefia de um Tenente, foram à Delegacia imobilizaram o delegado e “desmontaram” móveis e utensílios e se retiraram.

O Tenente e o Sargento estão presos. [...]

Não houve outras implicações fora do âmbito da FAB e da

Secretaria de Segurança Pública do Rio Grande do Sul e o noticiário da imprensa já arrefeceu.¹⁸

Em 97 palavras, o coronel Carlos Alberto Ponzi, chefe do SNI no Rio Grande do Sul, produziu uma peça inepta. Ela se destinava a informar o presidente da República, um general-de-exército, ex-ministro do STM. Ponzi contou o seguinte:

O sargento teve um filho preso, “foi à delegacia e acabou sendo autuado por desacato”. O que fez para que isso sucedesse não é da conta de ninguém. “Inconformado”, sensibilizou “alguns elementos na Base Aérea”. Quantos? Não interessa. Formaram um comando, marcharam sobre a delegacia, “desmontaram’ móveis e utensílios e se retiraram”. Cabia ao presidente da República a tarefa de decodificar o sentido do verbo *desmontaram*. O tenente e o sargento foram presos, o que significa dizer que os outros integrantes do comando foram deixados em paz. Finalmente, o assunto ficou entre a FAB e a polícia, pois “o noticiário da imprensa já arrefeceu”. Tanto esse caso como o da prisão do geólogo holandês revelam a extensão do espírito de corpo dos oficiais encarregados de investigar malfetorias de colegas. A capacidade do SNI de compor sambas-de-crioulos-doidos ia além disso.

Um caso que Figueiredo mandou investigar mostra a propensão de seu aparelho para substituir o trabalho da coleta de informações pela construção de teorias conspiratórias. Em outubro de 1974, uma professora demitida da Escola Corcovado (sustentada pela colônia alemã no Rio de Janeiro) enviou uma carta a um diplomata amigo, denunciando sua diretoria. O caso foi entregue ao aparelho de investigação do Serviço. Ele concluiu: “[A Escola] visa [...] preparar em seus bancos escolares, uma elite de brasileiros e alemães, para que em futuro próximo, constitua um grupo de defesa dos interesses políticos alemães no Brasil”.

Assombrado com “o grau de socialização” da República Federal Alemã, o Serviço suspeitava dos propósitos de uma campanha que ofereceria cursos grátis de alemão a crianças brasileiras.

Conclusão: “Pretende-se criar na América Latina [...] um foco de contrabando ideológico e de revolução pedagógica, incompatíveis com as diretrizes político-educativas nacionais”.¹⁹

Isso no governo de um general cujo pai falava alemão em casa.

Ao mesmo tempo que sugeria mais controle do Estado sobre as escolas estrangeiras, que nada custavam ao Erário e davam um ensino de primeira qualidade aos alunos, o SNI propunha-se a ressuscitar um empreendimento falido: a revista *O Cruzeiro*. Num e noutro caso, misturavam-se ideologia e conexões. Na Escola Corcovado, houvera a professora demitida e despeitada. No pleito da revista, o alvo era o Erário. O coronel Castro informou que as reivindicações vinham de “companheiros do Exército que, por razões específicas de seus encargos profissionais, acompanham os problemas de nossa imprensa”.²⁰

Glória da imprensa nacional, durante os anos 50 a revista chegara a vender 850 mil exemplares por semana, num Brasil com pouco mais de 50 milhões de habitantes.²¹ Canibalizada por diversas diretorias, agonizava, ao lado das outras 88 empresas daquilo que fora o maior império jornalístico do país, fundado pela figura telúrica de Assis Chateaubriand.²² Os “companheiros do Exército” davam como quase certo o fechamento da revista, impressa num “museu de ferro-velho”. Devia perto de 100 milhões de cruzeiros à previdência social, bancos, fornecedores e empregados.²³ Não pagava salários, virando-se com vales. Mais da metade dos funcionários não trabalhava, porque não havia o que fazer, e não podiam ser demitidos, porque a revista não tinha como lhes pagar os direitos trabalhistas. Perdia 1,5 milhão de cruzeiros por mês.²⁴

Lembrando seu passado combatente na “guerra editorial contra o Comunismo e suas larvas de desagregação socioeconômica”, os “companheiros” ofereciam-se para trazer *O Cruzeiro* de volta à trincheira, “dentro do leque conceitual da segurança nacional”. De quebra, prometiam lançar uma edição latino-americana da revista. Pediam o suave escalonamento das dívidas mais pesadas e um aporte de 4 ou 5 milhões de cruzeiros, por conta do BNDE. Até aí, repetiam a

proposta habitual das empresas jornalísticas quebradas. Mas inovavam na metodologia de busca de receitas:

Através dos Serviços de Segurança — fazer sentir às agências de publicidade, por meios diretos ou indiretos, e até diretamente aos grandes clientes das agências, a necessidade de programar campanhas publicitárias para *O Cruzeiro*, ao invés de só o fazerem para revistas de origens não nacionais. É preciso observar que muitos profissionais esquerdistas, banidos da imprensa diária e semanal, caíram nas agências e não vêem com bons olhos a revista *O Cruzeiro*. [...] Não seria necessário, aqui, enfatizar a eficiência do sistema de boicote das esquerdas, eficiência presente também no seu sistema promocional.²⁵

Castro mandou a documentação a Heitor Ferreira, dando por “válidas” as sugestões, pois “no momento em que existe uma forte campanha contra o Brasil, no exterior, dirigida por órgãos consciente ou inconscientemente a serviço do Movimento Comunista Internacional”.²⁶ Heitor passou a bola a Geisel, duvidando que a proposta viesse de “companheiros do Exército”.²⁷ Quando o caso foi a Golbery, Heitor lembrou: “Já deu bolo”.

“Tinha que dar. Ora, o BNDE emprestar aos Diários Associados!!!”, respondeu o general.²⁸

(Sete anos mais tarde, a conexão do SNI com a revista *O Cruzeiro* haveria de resultar no maior escândalo da história do Serviço. Alexandre von Baumgarten, um jornalista bem relacionado na Comunidade, conseguira transformar-se em plenipotenciário da ressurreição da revista, afundara em dívidas, vira-se abandonado pelos amigos militares e acabara assassinado durante um passeio de barco pela baía da Guanabara. A lancha em que ia com a mulher e um barqueiro se encontrou com outra, na qual Baumgarten reconheceu alguns amigos. Recebeu-os a bordo e foi metralhado.²⁹ Os assassinos planejavam sumir com a lancha e os três cadáveres. A sorte faltou-lhes duas vezes. O jornalista caiu na água e afundou. Dias depois o corpo foi

achado numa praia, com uma bala na cabeça. Ele entregara a pelo menos três amigos envelopes pardos, fechados, para serem abertos caso morresse em circunstâncias misteriosas. Pedia que o conteúdo fosse divulgado na imprensa. Nele, atribuía sua morte ao general Newton Cruz, chefe da Agência Central do SNI.)³⁰

As fichas do SNI, OU LDBS (Levantamento de Dados Biográficos), eram geralmente mediocres, mas, quando Convinha aos hierarcas do Serviço, eram também fraudulentas. Antes de assinar duas promoções no Itamaraty, Geisel pediu a Figueiredo que lhe mandasse os registros de dois ministros de segunda classe, João Cabral de Mello Neto e Paulo Cotrim. Lembrou: “Consta que foram demitidos por questões de segurança e que retornaram por via judicial”.³¹ Haviam sido postos em disponibilidade nos anos 50, sob a acusação de pertencerem ao Partido Comunista.³² Reintegrados por decisão do Supremo Tribunal Federal, estiveram numa lista de cassações em 1964.³³ Daí em diante, tomaram cursos diferentes. Cotrim tornara-se “elemento muito bem-conceituado na área militar”, com “trânsito livre nos órgãos de informação”. Sua ficha era seca: “Nada consta”.³⁴ Falso. Deveria constar o processo dos anos 50, corretamente relatado na LDB de João Cabral. O SNI via assim o poeta:

Autor de vários livros de poesia e da peça *Morte e Vida Severina*, na qual explora a situação psicossocial do Nordeste através de uma forte mensagem de incitamento à luta de classes.

[...] Embora não existam elementos que possam caracterizá-lo como militante comunista, os registros existentes sobre sua atuação e seus trabalhos literários, levam-nos a classificá-lo como elemento “simpatizante”, ou no mínimo, de tendências esquerdista.³⁵

(Geisel promoveu João Cabral e Cotrim.)

A Comunidade metia-se onde queria, fazia o que bem entendia e

acabava por construir um mundo próprio, ameaçado por barbudos, poetas e colégios. Buscava alianças com parasitas e cruzados de causas perdidas.

Causa perdida, o Serviço foi achar em Portugal. Na noite de 17 de junho de 1975 cinco senhores reuniram-se no Rio de Janeiro. Quatro eram oficiais da Agência do SNI.³⁶ O quinto era o general Antônio de Spínola, o legendário líder da Revolução Portuguesa de abril de 1974. Encantara o mundo ao precipitar a queda da ditadura salazarista com um livro, capa e monóculo. Eleito presidente da República, vira-se emparedado pela radicalização esquerdista do movimento que simbolizara. Tivera as convicções neocolonialistas atropeladas pelo desmoronamento do império d'além-mar. Por conservador, não conseguia manobrar a desordem. Encurralado pelo poder paralegal do Movimento das Forças Armadas, não conseguia manter a ordem. Como seu monóculo, passara de romântico a anacrônico, e renunciara em setembro, cinco meses depois de empossado.

Tentara um golpe no dia 11 de março de 1975 e fugira pateticamente para a Espanha. Uma semana depois, desembarcou no Rio de Janeiro com uma comitiva de dezesseis oficiais, na condição de asilado, comprometendo-se a abster-se de “atividades ou declarações políticas”. Deixara seu país era anarquia. As forças armadas tinham sido desestruturadas, o governo nacionalizara as indústrias e os bancos. Os latifúndios foram desapropriados ou invadidos. A oligarquia fugira. Milhares de portugueses haviam emigrado, trazendo para o Brasil alfaías de porcelanas e pratarias num volume só visto no tempo da chegada da família real, em 1808. Os comunistas, que tinham conseguido apenas 12,5% dos votos na eleição geral de abril (contra 37,9% dados aos socialistas e 26,4% aos neo-conservadores), chegaram a anunciar que a revolução começara. Como observou o historiador inglês Kenneth Maxwell em seu magnífico estudo do período, pagara-se a festa consumindo-se as reservas de 2,8 bilhões de dólares (perto da

metade em ouro) deixadas pelo salazarismo.³⁷

Uma ironia da história portuguesa levava Spínola a se hospedar num hotel de Copacabana pouco antes do primeiro aniversário do golpe que trouxera para o Rio (e para Copacabana) o presidente Américo Thomaz e o primeiro-ministro Marcello Caetano. Outra, da história do regime brasileiro, o trouxera como asilado, precisamente numa época em que Geisel reclamava da generosidade do governo de Lisboa para com a diáspora nacional, que restabelecia em Portugal, em ponto menor, a base perdida no Chile. Chegara a pensar em denunciar o tratado que permitia o movimento dos cidadãos entre os dois países.³⁸

Por maior que tenha sido o apoio dado pelos esquerdistas portugueses aos exilados brasileiros, não se compara em audácia, ilegalidade e subversão à conversa que Spínola teve com os cinco interlocutores do SNI.

O general expôs seus temores: o Ocidente não evoluíra o bastante para conter o Movimento Comunista Internacional, e era possível que os Estados Unidos tivessem concebido uma estratégia em que seu país seria sacrificado “para servir de vacina e anticorpos para o mundo ocidental”. Dito isso, informava que pusera em andamento um plano de invasão de Portugal. O ataque seria desfechado em até seis meses, a partir da Espanha. Contava com uma tropa de 5 mil combatentes recrutados na Rodésia, na África do Sul e no Zaire. Esperava receber armamento americano e não precisava de dinheiro. Pedia ao SNI que lhe conseguisse liberdade de movimento para viajar pelo mundo e uma “área de treinamento” onde pudesse alojar Seiscentos homens, por três meses. Seriam portugueses do Continente e de Angola, e outros já exilados no Brasil.³⁹

Geisel leu um relatório da conversa e fulminou-a: “Não podemos e nem devemos nos engajar!”.⁴⁰

Em tese, era o suficiente para que as conversas se encerrassem. Decisão semelhante fora tomada pelo embaixador dos Estados Unidos em Lisboa, Frank Carlucci. Ele não dava crédito a Spínola e chegara a captar ecos de seus projetos. Solicitara a todos os setores da

administração americana, dos serviços comerciais às missões militares, que evitassem qualquer contato com o general.⁴¹ A determinação de Geisel foi contornada. Duas semanas depois do encontro do Rio, Spínola esteve em Brasília e reuniu-se com o chefe da Agência Central do Serviço.⁴²

Spínola e os coronéis do SNI comprometeram-se a manter suas tratativas em segredo, mas, no dia 22 de julho, Helio Fernandes, na *Tribuna da Imprensa*, informou que o general acabara de regressar de um giro pela Europa. Viajara de óculos escuros, sem passar pelos balcões das companhias aéreas.⁴³ A *Tribuna* estava nas bancas quando Spínola voltou ao SNI. Narrou o sucesso de sua viagem e mudou a lista de pedidos. Já não queria um campo de treinamento, pois dizia tê-lo conseguido no Paraguai. A tropa precisaria apenas de algum apoio logístico, material de acampamento, comida e fardas. Se o governo brasileiro quisesse, poderia lhe vender armas, devidamente descaracterizadas. Pedia ainda uma base de transmissões clandestinas e um passaporte falso.

Ao processar as informações desse segundo encontro, o general Castro afastou-se da narrativa quase seca que a Agência do Rio remetera a Brasília em junho. Não se tratava mais de um relatório. Era uma *Informação* destinada a Figueiredo e intitulada *Apoio ao General Spínola para Reação em Portugal*.⁴⁴ Descrevia uma gestão. O SNI buscara informações com seus contatos americanos, paraguaios e alemães. Fontes do Departamento de Estado contaram que o general os procurara. A CIA não disse uma palavra. Os paraguaios confirmaram a possibilidade de ceder a área de treinamento, mas não estavam convencidos de que Spínola tivesse cacife para tamanha iniciativa. Os alemães mostraram-se interessados em alterar os rumos da crise portuguesa, com a condição de que pudessem fazê-lo sem deixar as impressões digitais. Também duvidavam da liderança do general. Estavam dispostos a conversar, desde que “houvesse uma decisão por parte do Brasil de apoiar veladamente a Spínola”. Se necessário, mandariam um funcionário, com identidade falsa, para falar com o SNI.

Castro encorpou seu serviço relatando dois outros contatos. O primeiro, com um coronel que se asilara junto com Spínola e acabara de passar alguns dias, como clandestino, em Portugal. Ele contava que a CIA aceitara fornecer granadas de mão, explosivos, espoletas e detonadores aos expedicionários. O segundo contato, com um português exilado no Brasil e um ex-hierarca da polícia secreta salazarista decididos a entrar em Portugal com cinqüenta homens, para “apoiar os grupos que têm reagido contra o atual Governo”. Precisavam de armas leves.⁴⁵

O SNI conversava com duas organizações irmãs, porém diversas. Spínola e sua força expedicionária encarnavam o Movimento Democrático para a Libertação de Portugal. O ex-policial estava mais próximo do Exército de Libertação de Portugal, organização chefiada pelo ex-subchefe da PIDE. Entre maio e agosto a radicalização portuguesa foi exacerbada por um surto terrorista que produziu 34 explosões e vinte incêndios. O ELP tinha bases nas colônias de salazaristas do Brasil, dos Estados Unidos, da Venezuela e da Espanha.⁴⁶

Jogo pesado, movido pela obstinação do general Castro. Ele levava dez dias refinando as informações que obtivera de Spínola. Quando as encaminhou a Figueiredo, seu chefe informou-o de que só Geisel poderia dizer o que fazer. O presidente registrou as instruções pessoais que deu ao chefe da Agência Central do SNI: “O Brasil não pode envolver-se”. Ainda assim, devia-se ouvir o enviado do serviço de inteligência alemão, que estava a caminho do Brasil para discutir a questão portuguesa. O agente chegou no dia 10 de agosto.⁴⁷ Aceitava ajudar, mas não queria que seu país fosse envolvido na confusão. Basicamente, queria trocar figurinhas, pois duvidava que a oposição dispusesse de um líder. Informou que um dos oficiais de Spínola, instalado em Salamanca, na Espanha, tinha entre 1200 e 1500 homens. Julgava possível uma invasão maciça, a partir da Espanha, mas sabia que os conspiradores preferiam agir infiltrando pequenos grupos de vinte ou 25 pessoas em Portugal. Oferecia dinheiro, armas e

contatos.⁴⁸

Numa nova construção, o SNI admitiu que a ajuda brasileira poderia limitar-se a um campo de treinamento, próximo aos aeroportos do Galeão ou de Viracopos, onde os combatentes passariam alguns dias, até embarcar em vôos de empresas que chegassem à Espanha sem escalas em Havana ou Lisboa. Castro sugeriu a Geisel que o Itamaraty desse aos portugueses um pouco de dinheiro (de 10 mil a 15 mil dólares) e de armamento. Seriam 34 submetralhadoras calibre 45, dezesseis pistolas e dois fuzis automáticos com bocais lançadores de granadas. Esclarecia que era equipamento velho, descaracterizado, apreendido antes de 1973. (O arsenal de todas as organizações terroristas de esquerda nunca teve 34 metralhadoras, muito menos fuzis equipados para lançar granadas. É possível que essas armas tenham vindo do braço terrorista do CIE.)⁴⁹ Sugeriu também que se usasse a rádio Jornal do Commercio, do Recife, para algumas transmissões clandestinas.⁵⁰

A documentação do episódio morreu aí. Os sonhos de Spínola e sua conexão com o radicalismo da colônia portuguesa no Brasil prosseguiram. O general deu uma entrevista a Carlos Lacerda, que vivia uma fase de assombro diante da esquerdização de Portugal, e nela produziu-se o seguinte trecho:

— Quando será o desembarque, meu general?

No seu rosto habitualmente triste, um sorriso se abre. É um segredo ou ainda não foi fixada uma data. Mas diz-me algo que me tranqüiliza e que um dia toda a gente saberá.⁵¹

O desembarque de Spínola tornara-se tão público quanto inútil. Quando a entrevista foi publicada no Brasil, a Revolução Portuguesa finara-se. A maioria profissional e moderada das forças armadas, disposta a conter a anarquia nos quartéis e o radicalismo esquerdista nas ruas, derrubara o governo do primeiro-ministro Vasco Gonçalves. No início de 1976 Spínola fechou sua casa no Rio e foi para a França. Tentou entrar na Espanha, onde supunha ter uma base de operações.

Foi expulso, devolvido à França e logo enxotado para Genebra. Em abril os suíços mandaram-no embora. Retornou ao Brasil sob o compromisso de aquietar-se.⁵² Era carta fora do baralho.

Em suas memórias, Geisel classificou a proposta de invasão de Portugal como “loucura” e “fantasia”, informando que os militares portugueses “foram francamente dissuadidos de qualquer ação dessa natureza”.⁵³ É certo que o presidente não estimulou o SNI. É provável que tenha considerado fantasiosa a iniciativa, mas não há registro de ação dissuasória do governo brasileiro sobre os subversivos portugueses.

Spínola continuou circulando com os papéis falsos que pedira ao SNI. Em dezembro de 1976 um funcionário da embaixada da Suíça em Brasília deixou sobre a mesa do encarregado da Divisão da Europa do Ministério das Relações Exteriores um documento sem timbre nem assinatura. Era um sussurro documentado. Informava que o general estava em seu país, com dois passaportes. Num, era o cidadão brasileiro Antonio Ribeiro. No outro, era português, e registrava-se sua identidade completa: Antônio Sebastião Ribeiro de Spínola. Com educação e ironia, o governo suíço perguntava ao Itamaraty se a supressão do sobrenome paterno (Spínola) para a construção da identidade de Antonio Ribeiro estava de acordo com as leis do país. Lembravam que havia uma denúncia de que o general usava um passaporte com identidade falsa. Finalmente, indagavam por que o governo entregara ao general dois documentos, um de estrangeiro e outro de brasileiro, com informações insuficientes.

Como e por que o general embaralhou os documentos e as identidades, não se sabe. Também é difícil entender por que Spínola se fazia passar por Ribeiro, pois em agosto de 1976 estivera ostensivamente em Lisboa, sem ser molestado. A anarquia militar portuguesa, iniciada em 1974, fora substituída por um governo constitucional, com assento no Conselho da Europa.

O chanceler Azeredo da Silveira informou a Geisel que haveria de providenciar a discreta apreensão do passaporte turbinado.⁵⁴

O SNI, que dera a Spínola dois passaportes (um deles fraudulento), centralizava o confisco desse mesmo documento aos cidadãos brasileiros que desejava punir. As embaixadas e os consulados tinham um *Fichário de Pessoas com Registro de Atividades Nocivas à Segurança Nacional*. Quaisquer solicitações feitas por esses cidadãos deveriam ser comunicadas a Brasília.⁵⁵

O ex-presidente português tinha passaportes de sobra, enquanto a ditadura passara doze anos negando-o ao ex-presidente brasileiro João Goulart. Ele viajava com um passaporte de favor, dado pelo ditador paraguaio Alfredo Stroessner. Quando dois ex-parlamentares uruguaiois que viviam exilados na Argentina foram seqüestrados e mortos, Jango avisou ao governo brasileiro que temia por sua vida. Enquanto a gestão tramitava em Brasília, apareceu outro cadáver em Buenos Aires. O ex-presidente boliviano general Juan José Torres foi achado embaixo de uma ponte, com os olhos vendados, um tiro na cabeça e dois no pescoço. Goulart recebeu o passaporte no dia 8 de junho, quatro dias depois da execução de Torres. Como ele fizera saber que pretendia visitar seu cardiologista, em Lyon, deram-lhe uma caderneta válida só para a França.⁵⁶

Ao mesmo tempo que o Serviço se metia em operações clandestinas com o general Spínola, o braço dissidente da Comunidade que operava debaixo de seu nariz procurava dismantelar iniciativas de Geisel com as quais não concordara. Fazia isso valendo-se dos métodos que o regime se habituara a utilizar. Na segunda semana de agosto de 1974 um coronel do SNI chegou ao Itamaraty para uma reunião. Seu propósito era colher uma prova de que o governo brasileiro oferecia concessões indevidas à delegação chinesa que negociava o reatamento de relações entre os dois países. Falhou.

Um quarto de século depois do surgimento da China Comunista,

passados trinta meses da entrada do presidente americano Richard Nixon na Cidade Proibida, o Brasil reconheceu o governo de Mao Zedong. Ele recuperara seu assento nas Nações Unidas em 1971 e já tinha relações diplomáticas com mais de cem países. Aquilo que poderia ter sido um ato natural numa nova ordem internacional, custara a Geisel tempo, costura e dissabores. O coronel e seus companheiros do SNI traziam uma guerra terminada para dentro da luta pelo poder no Brasil.

A China treinara perto de duas dezenas de militantes do PC do B, mas nunca armara encenacas semelhantes às dos soviéticos em 1935 ou dos cubanos nos anos 60. Em 1964 a ditadura prendera dois jornalistas e sete funcionários chineses que trabalhavam na missão comercial estabelecida no Rio a convite do presidente João Goulart. Carlos Lacerda chegara a propor ao Departamento de Estado que eles fossem trocados por americanos e ingleses presos na China.⁵⁷ O governo brasileiro votara sistematicamente contra o ingresso de Pequim na ONU. Embora o Brasil tivesse boas relações com uma dezena de países socialistas, Pequim era um tema proibido. Mesmo depois da reaproximação americana, ocorrida em 1971, Golbery preferia continuar reconhecendo em Taiwan a sede do Estado chinês.⁵⁸ Quando os Estados Unidos jogaram Taiwan ao mar, a ditadura brasileira viu-se pendurada na brocha.

A preservação do distanciamento que marcara uma posição pró-Occidente durante 25 anos, transformara-se numa excentricidade. Nem sequer seria característica da ortodoxia anticomunista das ditaduras latino-americanas da época, pois o Chile do general Pinochet mantinha aberta a embaixada em Pequim, instalada pelo governo socialista de Salvador Allende. Esse anacronismo fora facilmente rompido pelo embaixador Azeredo da Silveira na sua primeira conversa com Geisel, em fevereiro de 1974. *Silveirinha* estava certo de que “o senhor reconhece a China de graça”.⁵⁹

Engano. Os ministros militares opuseram-se à reaproximação. Frota, com ênfase. Henning com convicção. Araripe Macedo, com

reservas.

Todos vocalizavam restrições da oficialidade. Foi necessária uma reunião com os três. O presidente mostrou-lhes que o fato de a China ser um país comunista não era argumento suficiente: “Se vocês querem ser coerentes, então vamos cortar relações com a Rússia também e vamos nos isolar, vamos virar mesmo uma colônia dos Estados Unidos”.⁶⁰

Não bastou. Geisel teve de recorrer à oitiva do Conselho de Segurança Nacional e, contados os votos escritos, verificou que os sete representantes das Forças Armadas continuavam contra.⁶¹ Foi à luta e reverteu cinco votos. Não mudou a opinião do general Frota, que veria no episódio “imposições a rigor desabonadoras para a nossa soberania”.⁶² A decisão, tomada pouco antes da posse, foi retardada por quase seis meses. O ressentimento da dissidência panfletária do SNI fez-se ouvir no primeiro capítulo da *Novela da Traição*: “Reatamos as relações com a China comunista. E o que lucramos com isso? Respondam Golbery e *Silveirinha* seus leais servidores”.⁶³

A reação militar levou o governo a evitar aproximações conspícuas com Pequim. A vinda de um time chinês de vôlei foi congelada, e cancelou-se uma missão de empresários brasileiros.⁶⁴ O reatamento tornara-se uma das menores encrencas produzidas pela política externa de Geisel e Silveira. A maior afagaria a Comunidade de Informações, os militares, os grandes empreiteiros, a indústria pesada paulista e um pedaço da banca. Inicialmente, chamou-se política nuclear.

1 Conversa de Geisel com o tenente-coronel Germano Pedrozo, 24 de dezembro de 1973. APGCS/HF.

2 *Apreciação Sumária n° 06/Gab/75 — Campo Interno — Atividades contra a Subversão; Histórico; Práticas Antigas e Atuais*, “secreto”, em Ayrton Baffa, *Nos porões do SNI*, p. 82. *O Estado de S. Paulo*, 6 de dezembro de 1987, p. 5.

3 *Informe n° 209/S-102-A3-CIE*, intitulado *Estudo e Apreciação sobre a Revolução de 64*, de 16 de junho de 1975. AA.

4 *Informe n° 209/S-102-A3-CIE*, intitulado *Estudo e Apreciação sobre a Revolução de 64*, de 16 de junho de 1975. AA.

5 Ênfase no original.

6 *Diário de Heitor Ferreira*, 29 de julho de 1975.

7 Figueiredo a Heitor Ferreira, 4 de junho de 1975. APGCS/HF.

8 Era o coronel Natalino de Brito, diretor da VASP. *Diário de Heitor Ferreira*, 18 de fevereiro de 1975. Bilhete de Heitor Ferreira a Geisel, de 25 de junho de 1975, APGCS/HF.

9 Era o coronel Eury Magalhães. Bilhete de Heitor Ferreira a Geisel, de 25 de junho de 1975. APGCS/HF.

10 Duas folhas do CISA, recebidas pelo coronel Newton Cruz, carimbadas “secreto” e intituladas *Subsídio ao Projeto Altin*, de agosto, quase certamente de 1975. APGCS/HF.

11 Para uma visão das iniciativas de Candido Mendes, em nome da Comissão de Justiça e Paz, ver a ata da reunião de seu conselho nacional, de 17 de abril de 1975, em Candido Mendes de Almeida e Marina Bandeira, *Comissão Brasileira de Justiça e Paz — 1969-1995 (Empenho e memória)*, pp. 99-102.

12 Três folhas com xerox de uma carta do general Sebastião Ramos de Castro a Figueiredo, de 4 de junho de 1975. APGCS/HF.

13 *Diário de Heitor Ferreira*, 18 de fevereiro de 1975.

14 *Apreciação Sumária nº 8*, do SNI, de 15 de junho de 1974. AEG/CPDOC.

15 *O Estado de S. Paulo*, 12 de dezembro de 1993, p. D5.

16 Carta de Hein Robbert Korpershoek a Heitor Ferreira, de 27 de dezembro de 1975. APGCS/HF.

17 Nota do coronel Newton Cruz a Heitor Ferreira, marcada “pessoal”, de 20 de fevereiro de 1976. APGCS/HF.

18 Bilhete manuscrito de Geisel a Figueiredo, de 17 de julho de 1975, anotado por ele e por Heitor Ferreira, com uma nota vinda do SNI. APGCS/HF.

19 Pasta intitulada *Encaminhamento N/022/19/AC/75*, de 16 de janeiro de 1975, da Agência Central do SNI, com a *Informação 108/19/74/ARJ/SNI*, de 15 de outubro de 1974, em sete folhas marcadas “confidencial”. APGCS/HF.

20 Bilhete do coronel Sebastião Ramos de Castro a Heitor Ferreira, de 4 de setembro de 1974. APGCS/HF.

21 Accioly Netto, *O império de papel — Os bastidores de O Cruzeiro*, p. 123.

22 Para as dificuldades de *O Cruzeiro* em 1967, Fernando Moraes, *Chatô, o Rei do Brasil*, p. 676. Para o total de empresas, papel timbrado da Empresa Gráfica O Cruzeiro S. A., com a reportagem de Fernando Câmara Cascudo sobre Golbery, anexa a uma carta de Edmar de Souza, de 5 de março de 1974. APGCS/HF. Eram 34 jornais, 23 estações de rádio, doze de televisão, quinze revistas, uma agência de notícias, duas agências de publicidade e uma editora.

23 O equivalente a 14 milhões de dólares no câmbio oficial. *Banco Central*, “Economia e Finanças”, “Séries Temporais”, <<http://www.bc.gov.br>>, Série 3696.

24 Oito folhas, juntadas ao bilhete do coronel Sebastião Ramos de Castro, de 4 de setembro de 1974. APGCS/HF.

25 Oito folhas, juntadas ao bilhete do coronel Sebastião Ramos de Castro, de 4 de setembro de 1974. APGCS/HF.

26 Bilhete do coronel Sebastião Ramos de Castro a Heitor Ferreira, de 4 de setembro de 1974. APGCS/HF.

27 Bilhete manuscrito de Heitor Ferreira a Geisel, de 4 de setembro de 1974. APGCS/HF.

- 28 Bilhete manuscrito de Golbery a Heitor Ferreira, de 4 de setembro de 1974. APGCS/HF.
- 29 Informação dada por um oficial cujo nome fica preservado, janeiro de 2002.
- 30 “O dossiê do jornalista desaparecido”, em *Veja* de 2 de fevereiro de 1983 (capa), pp. 20-7. Nunca se fez prova de que Newton Cruz tenha tramado a morte do jornalista. Levado a júri, o general foi absolvido.
- 31 Bilhete de Geisel a Figueiredo, de 23 de maio de 1976. APGCS/HF.
- 32 Para esse episódio, ver o depoimento de Antonio Houaiss, em Zuenir Ventura, *3 Antonios e 1 Jobim — Histórias de uma geração*, pp. 141-2. Para o compromisso de João Cabral com o comunismo, carta a Carlos Drummond de Andrade, de 25 de novembro de 1951, em *Correspondência de Cabral com Bandeira e Drummond*, organizado por Flora Süssekind, pp. 227-8. Nela João Cabral refere-se a um poema “que seria uma espécie de explicação de minha adesão ao comunismo”.
- 33 Nota sem data nem assinatura, de abril ou maio de 1964. APGCS/HF.
- 34 Nota manuscrita de Figueiredo, intitulada *Informações Prestadas pelo General Castro, sobre o Ministro Cotrim*, de maio de 1976, e informação da Agência Central, manuscrita pelo general Sebastião Ramos de Castro, de 24 de maio do mesmo ano. APGCS/HF.
- 35 *Juízo Sintético n° 01/16/AC/76*, do SNI, rubricado pelo general Sebastião Ramos de Castro, de 20 de janeiro de 1976. APGCS/HF. Respeitada a ortografia do original.
- 36 Eram o coronel Waldir Alves Costa Muniz, chefe da Agência do SNI no Rio, o coronel Mario Orlando Ribeiro Sampaio, os tenentes-coronéis Sebastião Afonso Alves e Antonio Gomes Ribeiro, e o comandante Francisco Sérgio Bezerra Marinho.
- 37 Kenneth Maxwell, *The making of Portuguese democracy*, pp. 135-9. Para os resultados eleitorais, Hugo Gil Ferreira e Michael W. Marshall, *Portugal's Revolution*, p. 46.
- 38 *Diário de Heitor Ferreira*, 31 de outubro de 1974.
- 39 Cinco folhas do SNI, marcadas “pessoal — secreto”, *Relatório — Reunião com o Exmo. Sr. General Antônio Ribeiro Sebastião de Spínola*, de 17 de junho de 1975. APGCS/HF.
- 40 Nota manuscrita de Geisel em *Relatório — Reunião com o Exmo. Sr. General Antônio Ribeiro Sebastião de Spínola*, junho de 1975. APGCS/HF.
- 41 Frank Carlucci, maio de 1992.
- 42 *Diário de Heitor Ferreira*, 1° de julho de 1975.
- 43 Helio Fernandes, “Fatos e rumores”, em *Tribuna da Imprensa* de 22 de julho de 1975, p. 3.
- 44 *Informação n° 1272/60/AC/75*, do SNI, intitulada *Apoio ao General Spínola para Reação em Portugal*, marcada “secreto”, de 6 de agosto de 1975. APGCS/HF.
- 45 Idem.
- 46 Para o número de atentados, Coletivo das Edições Avante!, “*Dossier*” terrorismo, p. 26. Para as bases, Kenneth Maxwell, *The making of Portuguese democracy*, p. 154.
- 47 Nota manuscrita de Geisel, referindo-se ao encontro com o general Castro, no dia 8 de agosto de 1975. APGCS/HF.
- 48 *Informação n° 20/30/AC/75*, da Agência Central ao chefe do SNI, intitulada *Contato com Representante do Governo da RFA*, marcada “secreto”, de 13 de agosto de 1975. APGCS/HF.
- 49 Em seu depoimento publicado em José Amaral Argolo e outros, *A direita explosiva no Brasil*, p. 218, Gilberto Corrales conta que armas retiradas do parque de munições

de Paracambi, com o conhecimento do comandante, foram levadas para a casa do irmão, Hilário Corrales, e lá descaracterizadas: “Todos trabalharam, virando noites, removendo os números de série”. Segundo ele, essas armas deveriam ser mandadas para Portugal.

50 *Informação n° 20/30/AC/75*, da Agência Central ao chefe do SNI, marcada “pessoal — secreto”, de 13 de agosto de 1975. APGCS/HF.

51 *O Estado de S. Paulo*, 7 de setembro de 1975, p. 136, transcrevendo uma entrevista publicada na revista *Paris-Match*.

52 *Folha de S. Paulo*, 4 de fevereiro de 1976, p. 4, para a expulsão da Espanha para a França, e idem, 8 de fevereiro de 1976, p. 4, para a expulsão da França para a Suíça. Idem, 9 e 11 de abril de 1976, pp. 7 e 4, para a expulsão da Suíça e retorno ao Brasil.

53 *Ernesto Geisel*, organizado por Maria Celina d’Araujo e Celso Castro, p. 344.

54 Bilhete manuscrito de Azeredo da Silveira a Geisel, de 27 de dezembro de 1976, e nota, sem data nem assinatura, da embaixada da Suíça. APGCS/HF.

55 Para uma referência a esse fichário, ver a *Circular Postal n° 4262 — DCJ/DPP/DCN/DJ/DSI/007*, do Itamaraty, de 22 de outubro de 1975. APGCS/HF.

56 Raul Ryff, julho de 1976. Passaporte n° CA001858. Em Geneton Moraes Neto, *Dossiê Brasil*, p. 120. Jango solicitou a extensão da validade do passaporte, e ela foi concedida. Apesar de o passaporte ter sido datado de 8 de junho, no dia 14 de junho Silveira encaminhara um expediente a Geisel com o pedido de extensão da validade do documento. Esse expediente, visado por Geisel, foi anotado por Heitor Ferreira: “Falar com Fig. (do PR)” e respondido por Figueiredo: “H. Já providenciado. Sim”. Essas anotações não têm data. APGCS/HF.

57 Telegrama do secretário de Estado assistente Thomas Mann ao embaixador Lincoln Gordon, de 17 de novembro de 1964. BLBJ.

58 Bilhete manuscrito de Heitor Ferreira a Golbery, anotado por ele. Sem data, certamente posterior à ida de Nixon a Pequim. APGCS/HF.

59 Reunião de Geisel com Azeredo da Silveira, 28 de fevereiro de 1974. APGCS/HF.

60 *Ernesto Geisel*, organizado por Maria Celina d’Araujo e Celso Castro, p. 364.

61 Eram os três ministros militares, seus chefes de Estado-Maior e o chefe do EMFA. Para os sete votos, ver Hugo Abreu, *O outro lado do poder*, p. 40, transcrevendo Walder de Góes, *O Brasil do general Geisel*, p. 32.

62 *Nota para a Imprensa*, do general Frota, de 12 de outubro de 1977. APGCS/HF.

63 *Novela da Traição*, primeiro capítulo, sem data nem autor, cerca de fevereiro de 1975, colecionado numa pasta do SNI, de 29 de julho de 1975. APGCS/HF.

64 Para o time de vôlei, telegrama do Itamaraty à embaixada em Pequim, de 3 de abril de 1975. Para a missão de empresários, cartão de Dario Castro Alves a Heitor Ferreira, de cerca de junho de 1975. APGCS/HF.

Com as tropas de Fidel

Em 1968, apesar das pressões americanas, o marechal Costa e Silva se recusara a assinar o Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares, o TNP, pelo qual os países que ainda não tinham artefatos atômicos renunciavam ao direito de produzi-los. Parecia uma posição simplesmente declaratória. Juntando-se outras pistas, percebia-se que havia algo mais. Em sua visita ao Brasil, um ano antes, o chanceler alemão Willy Brandt mostrara-se interessado em ampliar a cooperação no campo da energia nuclear. Nos primeiros meses de 1969 desembarcaram no Rio três renomados físicos alemães, e o governo revelou que pretendia construir no Sul do país uma usina nuclear capaz de gerar quinhentos megawatts, ao custo de 350 milhões de dólares.¹ Seria uma central alemã.

O projeto foi arquivado. Em 1972, o Brasil retornou ao mercado nuclear, pela mão dos Estados Unidos. Medici comprou um reator da Westinghouse capaz de gerar 627 megawatts. Uma caixa-preta tecnológica, alimentada por urânio enriquecido do governo americano.² Foi contratada por 102 milhões de dólares e ficaria na praia de Itaorna, era Angra dos Reis.³ Deveria ser inaugurada em 1977.

Durante todo o tempo em que a indicação de Geisel esteve incubada, ele nunca aprofundou o tema da energia nuclear. Percebe-se que seu irmão Orlando discordou do rigoroso controle da tecnologia assegurado aos americanos pelo contrato assinado com a

Westinghouse. Heitor Ferreira registrou em agosto de 1973 que o futuro presidente achava possível ir em frente com a primeira usina, para depois corrigir os erros. Nas poucas vezes em que tratou da energia nuclear, Geisel manteve-se na moldura da produção de energia: “Eu não quero fazer bomba atômica”.⁴

No Planalto, endossou um plano da Eletrobrás que previa a construção, em seis anos, de oito ou nove usinas nucleares na Região Sudeste.⁵ Seria um negócio de pelo menos 4 bilhões de dólares. Dessa vez, os negociadores brasileiros não queriam comprar caixas-pretas. Refletindo uma posição do governo americano, que pretendia estimular a privatização do mercado de enriquecimento de urânio, a Westinghouse ofereceu um pacote em que, além das usinas, transferiria tecnologia e venderia uma licença para a fabricação do combustível.⁶ As conversações iam suaves, e, em junho de 1974, o governo brasileiro assinou com a agência de energia atômica americana um contrato de fornecimento de urânio para as futuras usinas. Chegou a depositar um adiantamento de 800 mil dólares.⁷

Por mais inocentes que fossem as negociações com a Westinghouse, o Gabinete Militar via a questão nuclear com outros olhos. No projeto de discurso que o general Hugo Abreu aprontou para a primeira reunião do Alto-Comando das Forças Armadas houve, além da preocupação de evitar a compra de novas caixas-pretas, o interesse em ir buscar algo além da energia elétrica: “Devemos ter presentes as vantagens estratégicas e políticas conseguidas por qualquer país que chegue à explosão nuclear, com maiores motivações para aqueles que necessitem restabelecer prestígio internacional e coesão externa com impactos desse vulto”.⁸

Não podia ser mais claro. A bomba atômica representaria a quintessência do “Brasil Grande”.

Geisel desprezou o aspecto propagandístico do raciocínio do general, mas refletiu-lhe a essência. Em sua fala à cúpula militar, mostrou-se interessado em desenvolver um projeto no fim do qual o governo tivesse o controle do combustível, inclusive porque acreditava

que os argentinos se haviam capacitado para “futuramente fazerem sua arma, seu engenho nuclear”. Limitou-se a sugerir a intensificação da pesquisa das jazidas nacionais de urânio, único caminho capaz de contornar as barreiras das salvaguardas internacionais. Chegando-se a um novo patamar, “então vê se a gente consegue desenvolver uma tecnologia para produzir arma nuclear como os outros têm”.⁹

Semanas depois dessa reunião, veio a surpresa. Pressionado pela crise do petróleo, o governo dos Estados Unidos decidiu proteger seus estoques, reviu sua política de exportação de urânio, recusou-se a garantir o fornecimento contratado para as futuras usinas e devolveu o adiantamento recebido.¹⁰ Já não se tratava apenas de impor as caixas-pretas, mas de tentar vendê-las sem assegurar o combustível que as faria funcionar. Isso aconteceu na pior ocasião. Os países desenvolvidos, já ameaçados pelo encarecimento do petróleo, viram-se diante da ameaça de uma proliferação de explosivos. A Índia acabara de detonar uma bomba atômica. Temia-se que o Paquistão detonasse outra. A Argentina estava concluindo o seu reator de Atucha, do qual poderia tirar o plutônio necessário para a construção de um artefato.

Geisel resolveu ir às compras. O Brasil não tinha lavras abundantes de urânio, nem centros de pesquisas atômicas capacitados, muito menos suporte industrial para produzir combustível. Projetou-se uma duplicação dos gastos em pesquisas com minérios nucleares, elevando-os de 304 milhões de cruzeiros em 1974 para 660 em 79.¹¹ Além disso, incentivaram-se núcleos de pesquisa no Instituto Militar de Engenharia (do Exército) e no Centro Tecnológico da Aeronáutica.¹² O pinote americano provocou o reinício das conversas com os alemães.

O mercado internacional de reatores nucleares crescera 7% ao ano desde meados da década de 60, mas sofrera uma queda abrupta no final de 1974.¹³ Os Estados Unidos, que tinham controlado 90% do seu comércio, vinham perdendo terreno, sobretudo para os alemães, cuja indústria tivera déficits em 1973 e 74 e operava com capacidade ociosa.¹⁴ O consórcio formado pela Siemens e pela AEG-Telefunken precisava exportar três reatores por ano para sair do prejuízo.¹⁵ Uma

encomenda brasileira de oito usinas seria o maior contrato de exportação já conseguido pela indústria alemã e geraria de 16 mil a 20 mil empregos.¹⁶

Poucas vezes na história do Brasil a influência de um só servidor público haveria de ser tão decisiva para a construção de um grande projeto nacional. A política nuclear da ditadura e o diplomata Paulo Nogueira Batista encontraram-se quase por acaso. PNB, como o chamavam no Itamaraty, era um pernambucano de 45 anos, audacioso, trabalhador, algo antiamericano, dotado de enorme capacidade de expor com clareza questões econômicas complexas. Tinha fé no seu poder de persuasão. Numa burocracia de poucas idéias, vivia procurando interlocutores para discutir as suas. Estivera na esquerda do Itamaraty, submergira por um tempo e reaparecera durante o governo Costa e Silva, como adversário intransigente da adesão do Brasil ao Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares. Participara das primeiras conversas com os alemães e fora ministro-conselheiro em Bonn. Nomeado para a chefia do Departamento Econômico do Itamaraty, a crise do petróleo o aproximara do ministro Shigeaki Ueki. A ousadia de Nogueira Batista e o voluntarismo de Ueki produziram uma idéia grandiosa e aceleraram os entendimentos com os alemães, dando-lhes velocidade inédita.

Inventaram uma nova estatal (a Nuclebrás) e colocaram sob sua jurisdição todos os projetos atômicos do governo. Nogueira Batista ficou com a presidência da empresa e o comando da operação. Em janeiro de 1975, o plano nuclear incluía duas novidades. Os reatores seriam construídos no Brasil, e a Alemanha venderia ainda uma fábrica de urânio enriquecido e uma usina de reprocessamento de combustível. Era uma reviravolta completa. Assim como o Iraque de Saddam Hussein, o Brasil fora ao mercado internacional no papel de candidato a sócio, não mais de cliente. Geisel procurou manter os militares longe dessas negociações, chegando a proibir a presença de um oficial do

Conselho de Segurança Nacional numa missão: “Os alemães são desconfiados, vão pensar em bomba atômica”. Vetou também a ida de seis oficiais da Marinha a Bonn na fase conclusiva das conversações.¹⁷

Atropelados num negócio bilionário, os americanos tentaram recuperar a encomenda perdida pela Westinghouse. A empreiteira Bechtel ofereceu um pacote em que, além das centrais, vendia uma usina de enriquecimento que poderia ficar na Amazônia. Mais tarde essa oferta foi considerada produto da precipitação de um vendedor.¹⁸ Custa crer. Nessa época, a presidente da Comissão de Energia Nuclear do governo americano sustentava que não eram as exportações nucleares que matavam gente, mas as de armas convencionais.¹⁹ De qualquer forma, a Bechtel chegara atrasada.

O primeiro rascunho do Acordo Nuclear ficou pronto no dia 13 de fevereiro de 1975. Uma semana depois, o governo alemão entregou uma cópia ao embaixador americano em Bonn. Em março, enquanto a Bechtel continuava conversando, o Departamento de Estado pediu aos alemães que esfriassem as negociações.²⁰ Em seguida, enviou quatro funcionários a Bonn. “Areia no Acordo Nuclear”, registrou Heitor Ferreira.²¹ Os Estados Unidos tentavam impedir que os alemães incluíssem as centrais de enriquecimento e reprocessamento no Acordo. A gestão tinha duas dificuldades. Numa, a Bechtel havia oferecido a mesma coisa. Noutra, tanto a Alemanha como o Brasil se mostravam dispostos a assumir todas as salvaguardas internacionais vigentes. Nessa fase, a pressão americana foi formal, porém pouco mais que protocolar.

Em junho, quando Geisel reuniu pela segunda vez o Alto-Comando das Forças Armadas, o Acordo estava praticamente concluído. No encontro com os generais, o presidente anunciou:

Estamos com negociações já muito adiantadas com a Alemanha [...], inclusive, para desenvolver energia nuclear e indústria nuclear dentro do país. [...] Eu não excluo a hipótese da chantagem da Argentina. [...] Eu não estou dizendo que o

propósito do Governo seja este, de procurar fazer arma nuclear, mas nós temos que nos preparar, tecnologicamente, etc., e ficarmos em condições de podermos prosseguir nesse caminho, conforme as circunstâncias.

O general Antonio Jorge Corrêa, chefe do EMFA, acrescentou: “Acho que só com o fato de o país estar em condições de produzir ele já tem outro prestígio, outro...”.

Geisel interrompeu-o: “Ah, claro, tem outro status. Inclusive, vejam o seguinte: internacionalmente eles nos atribuem uma possibilidade que nós estamos longe de ter. [...] Se nós desenvolvermos bastante a nossa tecnologia nuclear, nós vamos facilmente chegar a isso”.²²

No dia 17 de junho o embaixador americano foi ao Itamaraty e leu uma nota de três páginas. Em nome dos esforços contra a proliferação de armas nucleares, via no Acordo um precedente condenável e informava que, diante disso, os Estados Unidos pretendiam rever sua cooperação com o Brasil. Terminava com uma ameaça dissimulada: “Esperamos que o Brasil entenda que é do seu melhor interesse pensar seriamente nos passos que poderá dar para aplacar a preocupação de seus amigos”.²³

No dia 27 de junho de 1975, o chanceler Azeredo da Silveira fechou em Bonn o maior negócio nuclear da história e o maior contrato de transferência de tecnologia já assinado entre uma potência econômica e um país subdesenvolvido. A um custo estimado entre 2 e 8 bilhões de dólares, o governo brasileiro contratava até oito usinas e formava um conglomerado de sete empresas, cinco das quais com capital alemão. Esse conjunto dispunha-se a fazer o serviço completo, da pesquisa e lavra do urânio ao seu enriquecimento e reprocessamento. “Loucura nuclear”, denunciou o título de um editorial do *The New York Times*, que via no Acordo “uma tragédia para a Alemanha e para toda a humanidade”.²⁴ O chanceler soviético Andrei Gromyko convencera-se de que o Brasil estava atrás da bomba e se

queixou com o professor Kissinger em meados de julho, em Genebra. O secretário de Estado subestimou essa possibilidade, respondendo que, se o problema aparecesse, seria uma questão para o futuro.²⁵

O Acordo embutia duas transações. A primeira significava uma encomenda bilionária, pela qual o Brasil comprava as usinas. Esse contrato não sofria crítica ou oposição. Se haveria dinheiro para pagar os reatores e mercado para consumir a energia, a questão ficava para depois. A banca alemã comprava o risco. A outra transação, financeiramente secundária, era politicamente essencial. Em vez de se comprar uma caixa-preta, comprava-se o acesso ao ciclo do combustível nuclear, que dependeria da construção das fábricas de enriquecimento e reprocessamento de urânio. Se a Alemanha teria tecnologia e disposição para entregá-las, também era questão que ficava para depois. Por enquanto, tratava-se de garantir o negócio.

A cerimônia de Bonn, bem como seu impacto internacional, devolveu ao regime as tintas do “Brasil Grande”, com o desinteresse pelo debate e pela dissidência. De nada serviram as advertências da Sociedade Brasileira de Física, que julgava temerário tamanho compromisso nuclear por parte de um país que dispunha de 100 mil megawatts de potencial hidráulico.²⁶ Geisel anunciou o Acordo como um passo que influiria “decisivamente para o progresso nacional”.²⁷ Juscelino Kubitschek considerava-o um instrumento que “nos incluirá entre as nações diante das quais terão que se curvar amanhã as grandes potências”.²⁸ Cláudio Bardella, um dos barões da indústria pesada paulista, viu nas encomendas que ele geraria “o maior salto histórico da indústria brasileira”.²⁹ O Congresso aprovou-o por unanimidade, e o presidente chegou a qualificar o apoio recebido como expressão da “vontade nacional”.³⁰ As críticas ao que seria um projeto de nuclearização germano-brasileiro, vindas do governo americano ao soviético, pareceram confirmar o acerto do passo.

A tinta das assinaturas ainda não secara, e Shigeaki Ueki já tinha outro projeto. Queria fabricar navios de propulsão nuclear, com tecnologia alemã. Começaria produzindo um grande cargueiro e poderia

chegar a submarinos. Ao expor a idéia ao presidente, argumentou: “O interesse alemão se explica pelas limitações nesse campo a que está sujeita a República Federal da Alemanha em seu próprio território”.

Geisel arquivou a idéia: “É muito cedo para nos engajarmos no que o Ueki propõe”.³¹ Em Paris, numa conversa com o embaixador Delfim Netto, o presidente Valéry Giscard d’Estaing disse-lhe que os alemães não tinham mercadoria para entregar.³² Para o governo brasileiro, o coração do negócio estava na usina de enriquecimento, baseada num processo de ultracentrifugação denominado *jet nozzle*. Entre os processos conhecidos, era o que mais consumia eletricidade. Na teoria, funcionava como um empacotador de energia hidrelétrica, sugando a produção durante os horários de baixo consumo e transformando-a em pastilhas de urânio enriquecido. O processo alemão estava tecnicamente comprovado, mas ainda não demonstrara sua viabilidade comercial. Parecia ser verdadeira a piada: firmara-se um acordo em que a Alemanha oferecera uma tecnologia que não tinha, para enriquecer um urânio que o Brasil não achava.

Mesmo sendo festejado como um sinal da afirmação da soberania nacional, o Acordo Nuclear resumia-se à promessa de compras de equipamentos e serviços. Um bom negócio para a Alemanha, cuja produção industrial entrara no segundo ano consecutivo de retração, fato inédito desde o fim da guerra.³³ Como explicou Christian Lohbauer, em seu estudo sobre as relações entre os dois países: “Na situação de relativa crise econômica em que se encontrava a RFA em 1974, o governo alemão viu na ampliação dos negócios com o Brasil um instrumento apropriado para combater suas dificuldades econômicas. Por essa razão, um potencial conflito político entre objetivos econômicos, de um lado, e de política exterior e segurança, de outro, não foi sequer antecipado ou mesmo reprimido”.³⁴

Pelo lado do interesse econômico do governo brasileiro a transação foi apresentada como resposta a um futuro déficit energético, quando se destinava também a reduzir o déficit das contas externas. Ao mesmo tempo que era um capítulo da afirmação nacional, para produzir

mega-watts, era também um capítulo do processo de endividamento do país, para captar dólares.

Esse acordo viria a ser o maior e mais custoso erro do governo Geisel. Nascera de duas estimativas erradas. A Eletrobrás derrubara o potencial hidrelétrico nacional, calculando-o abaixo de 120 mil megawatts, quando era folgadoamente superior a 200 mil. Exageraram-se as projeções de consumo, imaginando-se uma demanda de 175 mil megawatts para o ano 2000, quando bastariam 100 mil.³⁵ As usinas eram desnecessárias.

No dia da sua assinatura, calculara-se o custo do pacote em 10 bilhões de dólares. Em 1979 foi a 15 bilhões e, em 82, a 18.³⁶ O custo do quilowatt de seu primeiro reator, estimado em quatrocentos dólares em 1975, passou a 1500 em 78 e, em 90, estava em 4353 dólares. Durante o governo de Geisel e na década seguinte, nenhuma usina foi terminada. Só em 1986 é que se acendeu a primeira lâmpada alimentada com energia de Angra 2, única central produzida pelo Acordo Nuclear.

Mesmo tendo sido desastroso, o Acordo com a Alemanha foi uma fonte ocasional de propaganda e demonstração de que o governo brasileiro seguia uma política externa própria. A reação tímida dos Estados Unidos parecia comprovar que a perplexidade americana diante da derrota no Vietnã era uma boa oportunidade para que as potências emergentes forçassem posições mais vantajosas na ordem mundial.

Assim como a entrada de Paulo Nogueira Batista no circuito das negociações nucleares fez as coisas acontecerem, a presença de um de seus colegas de turma no trato dos assuntos africanos do Itamaraty haveria de virar de cabeça para baixo a diplomacia nacional, produzindo, novamente, uma ferida nas relações com os Estados Unidos.

Ítalo Zappa era filho de um imigrante italiano que vendia livros e jornais em Barra do Piraí. O chanceler Azeredo da Silveira entregara-lhe

a chefia do Departamento da África, Ásia e Oceania do Itamaraty. Aos 49 anos, tinha a maior jurisdição geográfica da Casa, e nenhuma importância. Silveira não o indicou pelo que pensasse. Levava o nome a Geisel como segunda hipótese para o cargo.³⁷ Zappa trabalhava com um pé na disciplina e o outro na esquerda. Dava a impressão de que cabia no mundinho de um chefe de seção. Era impessoal, franzino e malvestido. Seus hábitos modestos escondiam um homem valente. Anos antes, como chefe-de-gabinete do ministro, tivera uma funcionária presa por conexões com a AP. Telefonou para a Marinha, onde a torturavam, informando que pretendia visitá-la. O oficial que o atendeu, impaciente com o pedido, perguntou-lhe como queria ser recebido no presídio da ilha das Flores. “Com as honras que o protocolo me concede”, respondeu. Talvez tenha sido a única vez em que se valeu do cerimonial para simbolizar autoridade. Dissimulava tudo, inclusive poder. Alguns de seus colegas diziam que se o ar cheirava a enxofre, Zappa estava por perto.³⁸

Geisel decidira se afastar do neocolonialismo português, que dominava a Guiné-Bissau, Angola e Moçambique, mas a imprevista Revolução dos Cravos subvertera-lhe as prioridades e diluíra a oportunidade. Desde a derrocada do salazarismo, em abril de 1974, o império estava se desmanchando em Lisboa, tornando praticamente irrelevante um novo papel brasileiro.

Das três colônias, duas tiveram o processo de independência rapidamente encaminhado. As negociações com a Guiné-Bissau, um naco de terra com poucos milhares de habitantes, começaram em maio.³⁹ O general Spínola quisera montar um processo gradualista, capaz de formar uma comunidade lusófona, mas perdera seu tempo. Uma guerrilha nascida nos anos 60 controlava quase todo o país e, mesmo antes da queda do salazarismo, era reconhecida por 54 nações (quase todas socialistas ou africanas). Com a ajuda de mísseis soviéticos, os rebeldes destruíram a superioridade aérea das tropas portuguesas. Em julho de 1974, dissociando-se de Spínola, o Brasil reconheceu a soberania da ex-colônia.

Assim como na Guiné-Bissau, a guerrilha de Moçambique estava articulada, controlava uma parte do território e dispunha de um partido político forte o suficiente para se proclamar senhor da terra. Era uma colônia rendosa, pois fornecia a Portugal algodão, açúcar e ouro sul-africano que entesourava à custa do aluguel de mão-de-obra nativa e barata. Portugal abandonou sua minoria branca à própria sorte, e, em junho de 1975, o enfermeiro Samora Machel tornou-se o presidente daquela que pretendia ser uma república marxista. Se o governo brasileiro tinha uma nova política para as ex-colônias portuguesas, Machel não lhe dava importância.

A confusão morava em Angola. Das três províncias, era a mais extensa, rica e populosa. Nela viviam 335 mil portugueses (a maior colônia branca do continente, depois da África do Sul) e 5 milhões de negros e mestiços. Primeira fornecedora de diamantes do mundo, tornara-se um dos cinco grandes plantadores de café. A província petrolífera de Cabinda, explorada pela Gulf Oil, rendia 172 mil barris de petróleo por dia (equivalentes a mais que o dobro da produção brasileira).⁴⁰

Ao contrário do que acontecera na Guiné-Bissau e em Moçambique, a resistência angolana não tinha sigla hegemônica e não controlava nenhuma área relevante do território. Chegara a ter mais de cinquenta organizações brigando pelo direito de falar em nome de sua guerrilha.⁴¹ Em abril de 1974, quando a metrópole entrou em colapso, três siglas de raízes tribais, desorganizadas e mal armadas, disputavam uma vitória que lhes cairia no colo por gravidade. A FNLA, Frente Nacional de Libertação de Angola, com quartel-general no Zaire e bases na região nordeste. A Unita, União Nacional pela Independência Total de Angola, que operava a partir da Zâmbia e se espalhava pelo planalto central da colônia. E, finalmente, o MPLA, Movimento Popular de Libertação de Angola, sem grandes bases regionais, mas poderoso nas favelas e nas rodas intelectuais de Luanda. Sua força estava na conexão com os comunistas e com o radicalismo militar de Lisboa.⁴² Tinha a aura de ser dirigida por um poeta que não sabia manusear uma arma, o

médico Agostinho Neto.

Entre abril de 1974 e o dia 11 de novembro de 1975, quando a bandeira portuguesa deixaria o mastro do palácio do governo de Luanda, todos os cavaleiros da Guerra Fria meteram-se na rivalidade das três facções angolanas. A União Soviética armou o MPLA com milhares de fuzis AK-47.⁴³ Americanos e chineses ampararam a FNLA. Washington triplicara sua mesada, elevando-a para 300 mil dólares anuais.⁴⁴ Pequim mandara-lhe 450 toneladas de armas e 120 instrutores militares, comandados por um general.⁴⁵ Até maio de 1975 a Unita não teve patrocinador ostensivo. Vivia de subvenções secretas do governo português.⁴⁶

Combinara-se que até o dia da independência o país seria governado, sob supervisão portuguesa, por representantes das três facções. Seria criado um Exército nacional com 24 mil homens (8 mil de cada grupo), e haveria eleições gerais. Quem ganhasse, levava. Ninguém acreditava nisso. Alguém ganharia, pelas armas. Restava saber quem.

Zappa obtivera a nomeação do ministro Ovídio de Andrade Melo, seu amigo e colega de colégio, para a chefia de uma representação brasileira junto ao governo de transição. Teria o título de cônsul-geral em Luanda e seria reconhecido pelos três movimentos, mantendo em relação a eles uma posição de neutralidade. Famoso entre os colegas por esquerdista e pela contundência de suas observações, Ovídio recebeu o posto nevrálgico sem contestação. Cumpria-se uma escrita do Itamaraty segundo a qual as convicções políticas dos diplomatas se tornam irrelevantes quando se trata de preencher posições fora do eixo Roma—Paris—Londres— Nova York. Ele trocara Londres por Luanda, nas terras do fim do mundo. Antes de seguir para o posto, procurara aprender alguma coisa sobre Angola enfurnando-se nos arquivos do Itamaraty. Afora livros de referência, encontrou apenas telegramas que refletiam décadas de apoio ao colonialismo português e desprezo pela luta dos nativos.⁴⁷

Chegou a Luanda em março, quando o MPLA e a FNLA já tinham começado a se matar pelo controle da cidade. Faltava comida, o porto

estava semiparalisado, e o comércio quase inativo. Perto de 300 mil brancos fugiram do país, desestruturando a economia e a máquina do Estado. O consulado brasileiro expedia 5 mil vistos por mês.⁴⁸

A guerra civil traçou uma linha divisória na discussão do futuro de Angola. De um lado ficava o MPLA, apoiado pelos russos. Do outro, os outros. O general Spínola escreveu a Geisel, alertando-o: “O controle do poder [...] pelos comunistas será fatalmente uma ameaça à segurança, à independência e à liberdade de todas as Nações do Atlântico Sul”.⁴⁹ Por “comunistas”, devia-se ler o MPLA.

Carlos Lacerda, transformado em porta-voz do colonialismo português exilado no Brasil, ia no mesmo caminho: “Uma nova nação está surgindo que pode ser nossa amiga ou nossa perigosa inimiga, nossa vizinha do outro lado da rua atlântica, porta que se abre para um grande Brasil chegar à África ou trampolim comunista para o salto sobre o Brasil — o trampolim que faltou em 1964 mas desta vez está sendo preparado sem que aqui se dêem conta”.⁵⁰

Lacerda sugeria algum tipo de apoio a uma aliança da FNLA e da Unita, contra o MPLA. Juntos, seriam mais fortes, tanto numa eleição como numa guerra. Mostrava simpatia pela Unita do imenso Jonas Savimbi, filho de um ferroviário, diplomado em ciência política pela Universidade de Lausanne: “Embora suspeitado de ter apoio da África do Sul, o dr. Savimbi tem da nova nação angolana uma concepção muito próxima da do Brasil, da convivência plurirracial, de brancos, mulatos e negros”.⁵¹ Nada a ver com Agostinho Neto, que chegara a assombrar o embaixador brasileiro em Lisboa com a notícia de que a nova nação aboliria o uso da língua portuguesa.⁵²

A proposta de Savimbi tinha aliados. Dizendo que falava em nome de quatro governantes africanos (era mentira), o presidente Kenneth Kaunda, da Zâmbia, defendera a idéia de uma aliança da FNLA com a Unita, colocando-se Savimbi na chefia do novo governo. Expusera o plano em abril ao presidente americano Gerald Ford. Parecia um caso clássico de dois-contra-um, e a perspectiva de afastar o MPLA (com sua urucubaca soviética) encantara o secretário de Estado Henry

Kissinger.⁵³ Desde 1971, quando se lançara na reaproximação dos Estados Unidos com a China, o ex-professor de Harvard tornara-se uma personalidade hollywoodiana na política internacional. Ele mandou dois diplomatas ao Zaire e, quando voltaram, perguntou-lhes:

— Dá para ganhar?

— Eles acham que dá.⁵⁴

Em julho, com o apoio das favelas e de mais armamento soviético, o MPLA expulsou a FNLA de Luanda. A cidade já não tinha serviços de limpeza pública, sofria cortes de energia e de água. Como todos os outros chefes de consulado (salvo o inglês), Ovídio manteve-se no posto, cuidando de evacuar os nacionais que viviam no país. Saíram trinta brasileiros, mas ficaram uns poucos. Em Luanda, vivia o filho do grande folclorista nordestino Câmara Cascudo, Fernando, que chefiara o escritório da Agência Nacional no Recife nos primeiros dias do regime. Chegara à cidade como orientador do jornal da FNLA, que adaptaria à guerra angolana um dos mais conhecidos slogans da ditadura brasileira: “Angola, ame-a ou deixe-a”.⁵⁵ O chefe de uma força-tarefa da Central Intelligence Agency, John Stockwell, encontrou brasileiros em Ambriz, no quartel-general da FNLA. Dois eram mercenários. O terceiro fardava-se como major do Exército.⁵⁶ Havia também *Falstaff*, um jornalista que, segundo Stockwell, estivera na folha de pagamento da CIA.⁵⁷

Os Estados Unidos tinham todas as razões para supor que o Brasil acompanharia sua política em Angola. Chegaram a mandar um emissário a Brasília, solicitando algum tipo de cooperação militar. Queriam sargentos negros, pois tinham a virtude de falar português. Geisel recusou o pedido.⁵⁸ Stockwell recordou esses dias:

O que o Brasil estava nos dizendo, essencialmente, era que simpatizava com o nosso programa, com a FNLA e com a nossa solução para Angola. Ao mesmo tempo, o cônsul-geral brasileiro em Luanda era claramente favorável ao MPLA e nós — a CIA —

estávamos pressionando o governo brasileiro e o Departamento de Estado para que pressionassem o cônsul brasileiro ou o retirassem, colocando alguém que cooperasse conosco.⁵⁹

Ovídio convencera-se de que a FNLA era uma maquinação americana e a Unita, um condomínio de sul-africanos com portugueses salazaristas. Defendera o reconhecimento do MPLA, cujo predomínio testemunhava. Era isso ou “tirar o time de campo”, em memorável vexame. Advertia que faltava espaço para astúcias. Em Moçambique tentara-se manter o consulado aberto, sem formalizar o reconhecimento do novo governo, e o resultado fora a expulsão do encarregado de negócios.⁶⁰

Não se sabe a data precisa, nem o percurso, das pressões americanas pela retirada de Ovídio. Dificilmente elas aconteceram antes da primeira quinzena de julho de 1975, pois até então o Departamento de Estado não se lançara abertamente na política concebida por Kissinger. No final de agosto, numa rápida passagem por Luanda, Zappa quisera fechar o consulado e sair daquela briga. Numa discussão que avançou pela madrugada, Ovídio insistiu em permanecer.⁶¹ Viajou em seguida para Brasília em busca de instruções, mas vagou por duas semanas pelo Itamaraty, sem que Silveira o recebesse. Quando o fez, de pé, limitou-se a dizer-lhe: “Vai chover em Angola”.⁶²

A ação dos Estados Unidos na encrenca angolana provinha de dois impulsos: uma antiga ligação com o general Mobutu, ditador do Zaire, e a recente oportunidade de bater os soviéticos juntando as forças da FNLA às da Unita. Kissinger seguiu esse curso contrariando o parecer dos africanistas do Departamento de Estado e até mesmo a visão da chefe da estação da CIA em Luanda.⁶³ O governo americano entregou 14 milhões de dólares em armas e dinheiro às duas organizações, esperando que capturassem a capital antes do dia marcado para a independência.⁶⁴ A FNLA tentou, mas sua ofensiva parou a 24 quilômetros da cidade. Por volta de agosto passara pelo Brasil e pela rede de amigos de Carlos Lacerda a poética figura de Dominique

De Roux, editor de Ezra Pound em Paris. Trazia consigo a idéia do apoio brasileiro à aliança anti-MPLA.⁶⁵ O plano havia engordado. Desde julho a África do Sul fustigava a fronteira angolana, armando e treinando a Unita. Tropas sul-africanas tinham entrado em Angola, sob o pretexto de garantir a segurança da hidrelétrica de Cunene, um projeto binacional financiado pelo governo de Pretória.⁶⁶ Em outubro, De Roux sabia que a FNLA e a Unita tentariam novamente a tomada de Luanda. Uma tropa viria do norte e a outra, do sul. Capturariam a cidade antes do dia 11 de novembro.⁶⁷

Parecia fácil. O Zaire hospedava a FNLA e pusera 1200 homens em Angola.⁶⁸ A África do Sul associara-se à Unita. Pela lógica, o MPLA estava frito. Era o mais fraco dos três movimentos e juntava contra si não só os dois outros, mas todos os países vizinhos. Da Zâmbia obtinha pouco além da passagem inocente para os comboios de tropas. Contava com o apoio russo, mas era difícil entender como Moscou poderia suprir regularmente um aliado tão distante. Havia recebido a promessa de ajuda cubana, mas o internacionalismo castrista vagara de discursos a fracassos. Ademais, Luanda ficava a 10 mil quilômetros de Havana.

Em outubro de 1975 deu-se em Angola uma das grandes surpresas da política mundial. No dia 14, uma coluna blindada sul-africana, composta de ex-oficiais do exército português e mil angolanos, invadiu a colônia pelo sudeste. Seu codinome era *Zulu*. Uma semana depois, 1500 soldados sul-africanos, apoiados por helicópteros de combate, entraram pelo sul.⁶⁹ Avançavam setenta quilômetros por dia.⁷⁰

Uma semana antes do vencimento da promissória de independência angolana, a CIA informava:

As armas dos nossos programas foram uma peça-chave, bem como a participação de pequenas unidades de combate do Zaire e, depois, do exército sul-africano. O MPLA controla a capital, mas só seis das quinze capitais de províncias. O MPLA perdeu a oportunidade de conseguir uma vitória rápida, e a FNLA e a Unita

sustentaram seu pleito de participar do governo de Angola que substituirá o regime português. O objetivo imediato das operações clandestinas dos Estados Unidos foi atingido.⁷¹

Cercado, o MPLA chegou a considerar a possibilidade de abandonar Luanda, mas ainda lhe restava a última carta.⁷² Chamava-se Fidel Castro.

O *Comandante* tinha planos em Angola. Em maio a CIA detectara a chegada ao país de um pequeno contingente de suas tropas.⁷³ Em meados de agosto começou-se a planejar em Havana uma operação de grande envergadura para desembarcar cubanos no além-mar.⁷⁴ Os veteranos da Sierra Maestra estavam de volta. Victor Schueg Colás, o *Ziwa*, que em 1965, aos 29 anos, fizera a humilhante travessia do lago Tanganica ao lado do Che, passara por Luanda em julho e retornara em setembro, como chefe do estado-maior cubano.⁷⁵

Como observa Fernando Andresen Guimarães, metódico e competente analista do episódio, “o calendário da intervenção cubana e sul-africana tornou-se um dos aspectos mais disputados da guerra civil angolana”.⁷⁶ Quem chegou primeiro? A melhor resposta parece ser simples: todos. O que diferenciou as diversas intervenções estrangeiras foi a determinação de cada uma. A maior foi a cubana.

Fica a impressão de que as aventuras latino-americanas levaram Fidel a sonhar, aos 48 anos, com uma guerra de verdade. Sem dúvida ele se preparou para ela. Na estimativa conservadora, em agosto havia 230 conselheiros militares cubanos em Angola.⁷⁷ Em duas semanas, a partir de 31 de outubro (dezessete dias depois da invasão sul-africana), a União Soviética mandou vinte aviões-cargueiros para Brazzaville e Luanda. Entregaram cerca de duzentos veículos blindados, entre os quais algo como cinquenta tanques, lançadores de foguetes, artilharia pesada e mais de 20 mil rifles.⁷⁸ Não se sabe quantos soldados de Fidel havia em Angola antes do dia 11 de novembro. Talvez só os 230 da primeira leva. Talvez 1500.⁷⁹ É certo que no dia 3 de novembro eles combateram, sem sucesso, a coluna invasora nas proximidades de

Benguela.⁸⁰ A presença cubana foi denunciada na segunda quinzena de outubro por jornais franceses.⁸¹ Embora inesperada, a expedição castrista não tinha o tamanho da invasão sul-africana.

À coluna de blindados *Zulu*, Fidel respondeu com a *Operação Carlota*. Armou uma ponte aérea, cujo primeiro avião decolou de Havana no dia 7 de novembro. Em uma semana desembarcou em Luanda 650 combatentes do batalhão de elite do Ministério do Interior.⁸² Seus aviões viram-se proibidos de pousar em Barbados para se reabastecer. Tentaram parar em Georgetown, mas lá a Texaco não lhes vendia combustível. Acabaram fazendo vôos temerários, indo de Havana a Cabo Verde, aonde chegavam com os tanques praticamente vazios.⁸³ A preocupação de Fidel Castro concentrara-se na imediata defesa das instalações petrolíferas (americanas) do litoral de Cabinda, um pequeno enclave em terras do Zaire, a poucos quilômetros da fronteira entre os dois países. Ele armou o MPLA local com instrutores, mísseis e blindados.⁸⁴ O *Comandante* passou a ter dois expedientes. Um, caribenho, ia até o início da tarde. Daí em diante tornava-se um combatente africano.⁸⁵ O estado-maior expedicionário tinha ordens de enviar-lhe dois relatórios por dia, mesmo que fosse para comunicar que nada havia de novo.⁸⁶ “Não havia ponto no mapa de Angola que ele não identificasse, nem acidente geográfico que não tivesse memorizado. [...] Ele falava das cidades, dos costumes e do povo de Angola como se tivesse passado a vida por lá”, lembraria o seu amigo Gabriel Garcia Márquez.⁸⁷ Diferentemente do que acontecera em todas as outras internacionalizações dos conflitos militares africanos, dessa vez um país socialista estava mandando combatentes. Foi Fidel quem arrastou a União Soviética para a guerra, e não o contrário. Os aviões russos decolaram de Havana sem que Moscou soubesse.⁸⁸

Certos de que a entrada de suas tropas em Luanda significaria um contra-senso político, os sul-africanos pararam a marcha, esperando que a FNLA, vinda do norte, tomasse a capital. Aquartelada a quinze quilômetros da cidade, a tropa de Holden Roberto jogou-se num audacioso ataque. A coluna desintegrou-se diante de baterias cubanas

que operavam lança-foguetes soviéticos, os chamados “órgãos de Stalin”.⁸⁹

Quem mandava em Angola, não se sabe, mas o MPLA mandava em Luanda. Estava combinado que à meia-noite de 10 de novembro os portugueses arriariam sua bandeira e, cinco séculos depois da chegada das caravelas, tomariam o caminho de volta. Aos poucos, todos os consulados estrangeiros fecharam suas portas. O francês deixou apenas o adido comercial que vendera os vinhos para a festa da independência.⁹⁰ Essa debandada, associada ao tom da imprensa mundial, sinalizava o desejo de não reconhecer o MPLA. Pressupunha que Angola se transformaria num campo de batalha, até que surgisse um vencedor.⁹¹ No Brasil, *O Estado de S. Paulo* advertia: “É evidente que o Kremlin está interessado em criar, em breve, um fato consumado em Angola”.⁹²

Dez quilos mais magro, Ovídio de Melo continuou em Luanda. Não tinha comida nem cigarros. A Varig acabara de fechar seu escritório na cidade, deixando-o sem notícias do Brasil. Ele se informava ouvindo a BBC. Desde janeiro, quando chegara, reunira-se com todos os chefes de facções, vendera fardamentos ao MPLA e à Unita. Fora mantido ao largo das pressões americanas. Nunca soubera do pedido de sargentos negros. Também não tivera notícia da presença de *Falstaff* na periferia do estado-maior da FNLA. Estava pronto para sair de Luanda. Já queimara os arquivos do consulado.⁹³ No dia 9 de novembro, recebeu um telegrama do Itamaraty autorizando-o a apresentar-se ao novo governo, no primeiro minuto do dia 11. Alguém poderia chegar junto, ninguém antes.

A República Popular de Angola foi proclamada numa praça, e Agostinho Neto empossou-se na sua presidência. Ovídio de Melo era um dos poucos chefes de missão estrangeira em Luanda. Os diplomatas acreditados junto ao regime colonial haviam partido, e o avião que decolara de Lisboa no início da tarde, trazendo as delegações de países socialistas, regressara por falta de condições de pouso. O motorista do cônsul, que esperara um passageiro no aeroporto, apavorou-se no

caminho de volta à cidade. Cruzou com um comboio de tropas e convenceu-se de que os sul-africanos haviam desembarcado em Luanda. Era a *Carlota*.⁹⁴

O Brasil estabeleceu relações diplomáticas com a nova república antes mesmo do bloco socialista. Nenhuma grande nação ocidental, nem sequer africana, acompanhou o gesto. Numa conversa com Silveira, Zappa dissera que aquele fora o maior feito da diplomacia brasileira nos últimos trinta anos.⁹⁵

A decisão de reconhecer o governo de Agostinho Neto fora tomada por Geisel no dia 6. Nesse mesmo dia a cabeça de Ovídio começara a descolar do pescoço.⁹⁶ Seria transferido por conta dos ressentimentos provocados pela tenacidade com que defendera sua posição dentro da burocracia do Itamaraty. Por enquanto, só isso, porque o pior estava por vir.

Geisel aceitara o argumento do Itamaraty de que, havendo um cônsul-geral em Luanda, não reconhecer a nova república seria um ato de hostilidade. Tratava-se, na essência, de capitalizar ou não a política que se concebera para a África. Se o cônsul tivesse partido uma semana antes da proclamação da República Popular, o Brasil teria se comportado como as demais nações ocidentais. Ficando em Luanda, assumia uma posição de independência, sobretudo em relação aos Estados Unidos. Sair depois de ter ficado seria acovardar-se ou, na melhor das hipóteses, admitir um erro.

O etnocentrismo do Estado brasileiro deformara a sua posição na África. A aproximação com os movimentos nativos que passariam a governar o ultramar português parecia um ato de generosidade. Vista da África, era uma incerta correção de rumo de uma diplomacia colonialista fracassada. Os dirigentes dos movimentos vitoriosos queriam cobrar ao Brasil a frustração que ele lhes impusera ao aliar-se, desnecessariamente, aos portugueses. Em fevereiro, numa carta protocolar a Geisel, Agostinho Neto lembrara que Angola estava a um passo da independência “conquistada ao longo duma dura luta armada contra o regime colonialista e fascista português e seus aliados”.⁹⁷

Três tentativas de aproximação com os moçambicanos, feitas em 1974, resultaram em nada.⁹⁸ Numa delas, Samora Machel dissera a Zappa que saudava a nova posição do Itamaraty mas se sentia obrigado a registrar a natureza tardia do gesto.⁹⁹ Duas outras, do próprio Ovídio, tiveram o mesmo desfecho. Numa, o Itamaraty solicitara que o governo dos guerrilheiros da Frelimo lhe mandasse uma lista dos produtos e equipamentos de que necessitava. Bastaria pedir, e o governo brasileiro veria em que podia ajudar. Marcelino dos Santos, ministro das Relações Exteriores, recusou-se a fornecer listas, informando que esse hábito se acabara. Num segundo encontro o Itamaraty trazia dois agrados: queria estabelecer uma missão especial junto à Frelimo antes das cerimônias da independência e oferecia a visita de uma delegação da Escola Superior de Guerra, que cancelara a passagem pela África do Sul e gostaria de visitar Moçambique. Dessa vez, Marcelino foi mais claro. Recordou que o Brasil também vivera como colônia portuguesa e que Tomás Antônio Gonzaga, por ter lutado pela liberdade de seu país, morrera desterrado em Moçambique. Ovídio lembraria que ele falou devagar, escandindo as sílabas: “As mentes e os corações moçambicanos, depois de sofrerem 14 anos de guerra, depois de verem durante todo esse tempo o Brasil apoiando Portugal — não estavam acostumadas a considerar o Brasil como um país amigo”.¹⁰⁰

Não aceitava a visita da ESG, muito menos a missão especial. Em 1963, com permissão do presidente João Goulart, a Frelimo abriu um escritório no Rio. Deposto o governo, os militares a tinham varejado, e seus funcionários foram presos e espancados. Viram-se ameaçados de expulsão para Portugal, onde seriam entregues à polícia política. Isso só não acontecera graças à intercessão do presidente do Senegal, Léopold Senghor.¹⁰¹

Machel não convidou o governo brasileiro para as cerimônias da independência e, para deixar as coisas mais claras, recebeu com honras o ex-governador pernambucano Miguel Arraes, que vivia exilado na Argélia.

No dia da independência de Angola, Ivony Melo, mulher de Ovídio,

testemunhara o tamanho do contencioso africano com o Brasil. Chegara a uma cerimônia e soubera que ficaria ao lado da viúva de Amílcar Cabral, o chefe do movimento pela libertação da Guiné-Bissau, assassinado a tiros na porta de sua casa, em 1973. Quando a senhora percebeu que teria a companhia da mulher do representante brasileiro, levantou-se, praguejou e foi embora: “Odeio essa gente”.¹⁰²

Agostinho Neto mal começara a governar, e o secretário de Estado Henry Kissinger denunciou-o como um títere dos soviéticos, sustentado pelas armas de Fidel Castro. Apesar de a presença de cubanos em Angola ter sido exposta por Savimbi e pela imprensa européia, essa carta não fora levada em conta no processo de decisão de Geisel. O Itamaraty não dera importância às denúncias, e Ovídio não vira cubanos em Luanda.¹⁰³ A partir da independência, a intervenção tornara-se ostensiva. No final de novembro havia 5 mil expedicionários de Fidel em Angola.¹⁰⁴ Uma coisa era a ditadura brasileira reconhecer o MPLA, a despeito da oposição americana e do apoio soviético. Outra, associar-se a um governo que se mantinha no poder com a ajuda dos legionários de Havana.

O *Estado de S. Paulo* atacou a posição brasileira. Chamando-a de “antinacional”, acusou-a de ter significado “um voto a favor de Cuba”, contra os Estados Unidos, a “cujos valores e objetivos maiores a Revolução de 1964 deu adesão básica”. Num raciocínio geopolítico, vislumbrou a possibilidade do estabelecimento de bases navais soviéticas no Atlântico Sul, deixando o Brasil “ao alcance de aviões de longo raio de ação e de foguetes que os russos, sem dúvida alguma, instalarão nas bases aéreas de Angola”.¹⁰⁵

Da forte oposição dos generais brasileiros ao gesto de Geisel sobreviveram suas memórias, críticas anônimas e uma, pública, revelada mais tarde pelo general Frota, quando se queixou do “reconhecimento precipitado do governo comunista de Angola, só explicável pela ânsia ideológica de prestigiá-lo”.¹⁰⁶ Um panfleto viria a dizer que o presidente, iludido na sua “ingenuidade teutônica de colonão crente”, estava desprestigiando os “órgãos de segurança” ao

mesmo tempo que reconhecia um governo comunista em Angola, entregando equipamentos e treinando suas “hordas vermelhas”.¹⁰⁷

Vivia-se um paradoxo. Quanto mais forte o MPLA ficasse, maior a maldição do apoio cubano. Quanto mais fraco, maior a prova de que reconhecê-lo fora um erro.

Silveira, preocupado, mandou Zappa reunir-se com oficiais da Comunidade de Informações e sugeriu a Ovídio que se mantivesse em casa, evitando contatos com o governo junto ao qual estava acreditado.¹⁰⁸ Geisel recusou-se a assinar o decreto que criava a embaixada do Brasil em Angola.¹⁰⁹ Sem notícias do tamanho da crise em que se metera, e sem saber que o Planalto já discutia o nome de seu substituto, Ovídio enfureceu-se.¹¹⁰ Não admitiu ficar trancado em casa. Um telegrama do dia 20 de novembro confirma sua zanga. Classificava a coluna *Zulu* como uma “aventura” resultante de uma “associação espúria com Pides e brancos mercenários de toda espécie”, verdadeiro “exército de Brancaleone”. Negava-lhe eficácia e dava combate discutindo a essência do problema:

Não terão certos governantes aprendido pelo menos alguma coisa no processo de descolonização que vai pelo mundo? No desespero que tem pela sobrevivência do seu regime de *apartheid*, a África do Sul parece disposta a qualquer loucura, mesmo que isso apresse seu fim. Da mesma forma agem os colonialistas portugueses que agora pretendem retomar a colônia. Mas que outros países mais responsáveis sejam levados de roldão, na defesa dos interesses da África do Sul, ou dos ultras portugueses, é incompreensível. [...]¹¹¹

Nesse mesmo telegrama o diplomata assinou sua sentença de morte. Minimizou a presença soviética, dizendo que havia onze russos no hotel Trópico, e ridicularizou a cubana, dizendo que ela não fora notada, “nem pelos boateiros portugueses”.¹¹² Um mês depois, com uma vara de pescar na bagagem, embarcou para Lisboa. No texto do seu telegrama o general Figueiredo anotou: “É de lascar!”.¹¹³

Brasília empacotara os personagens do conflito angolano na moldura dos grandes esquemas da política mundial, transferindo para suas terras conceitos estratégicos e ideológicos que não existiam naquele canto africano. Numa ditadura que militava na Guerra Fria, não fazia sentido o governo brasileiro apoiar o MPLA, a menos que as coisas de Angola fossem diversas, por primitivas ou, mesmo, por simples.

Eram. Um general cubano viu-se interceptado numa estrada por um grupo de angolanos, e um deles se acercou, apontando-lhe uma flecha. Queria um “sheruto”.¹¹⁴ Dominique de Roux queixava-se de que o vice-ministro das Relações Exteriores da Unita telefonava para ele em Paris, procurando pelo seu chefe, quando ambos estavam hospedados no mesmo hotel de Lusaka.¹¹⁵ Os Estados Unidos armavam a FNLA, mas a Gulf Oil, estabelecida em Cabinda, colaborava com o MPLA.¹¹⁶ Fidel lutava contra o imperialismo, mas recomendava aos seus expedicionários que não interferissem no trabalho dos americanos dos poços de petróleo.¹¹⁷ Um Estado socialista na costa atlântica e as bases navais soviéticas eram fantasias de outro mundo, pernósticos e inúteis exercícios geopolíticos.¹¹⁸

Aquilo que parecera um decisivo envolvimento americano para conter russos e cubanos, revelara-se uma aventura. Kissinger não tinha a menor idéia do que acontecia na África. Desprezara os africanistas do Departamento de Estado e acreditara numa lorota de Kenneth Kaunda. Deixara-se influenciar pela repercussão de uma vitória do MPLA sobre os conservadores, de quem Ford precisava para a eleição de novembro. Provocara a demissão do secretário de Estado assistente e não tinha a quem delegar o serviço. Tudo isso, mais falta de tempo. Passara quase todo o mês de agosto voando pelo Oriente Médio e em outubro fora à China.¹¹⁹ A trapalhada começou a acabar no dia 2 de dezembro, quando se arquivou a idéia de remeter conselheiros militares a Angola, escalando o conflito.¹²⁰ Explodiu em seguida. O *The New York Times* publicou uma reportagem expondo a extensão do apoio da CIA à FNLA e à Unita.¹²¹ A aventura custara 32 milhões de dólares.¹²² A revelação

acordou o fantasma do desastre vietnamita, no qual os americanos tinham entrado trinta anos antes com um punhado de conselheiros militares e saído havia poucos meses, com 50 mil mortos.

Três dias depois da revelação, Azeredo da Silveira reuniu-se com Kissinger. O secretário de Estado reclamou da posição brasileira, e *Silveirinha* rebateu, dizendo-lhe que os americanos não tinham informado ao Brasil que havia cubanos no MPLA, muito menos que “estavam tendo participação indireta no conflito desde julho”, apoiando a FNLA. Xequê. Kissinger admitiu que houvera uma falha nas comunicações com o colega brasileiro.¹²³

No dia 19 de dezembro, por 54 votos contra 22, o Senado dos Estados Unidos aprovou uma resolução proibindo que se botasse mais dinheiro no conflito angolano. Pouco depois percebeu-se que a expedição *Zulu*, mesmo tendo sido autorizada pelo primeiro-ministro sul-africano, fora desencadeada sem o conhecimento de seu serviço diplomático.¹²⁴ Em fevereiro, reclamando do Congresso, Kissinger considerou “arquivada” a questão.¹²⁵

A maior potência do mundo e a mais poderosa nação africana haviam-se metido numa encrenca porque acreditaram que a disputa angolana, como todas as outras, deveria ser estudada dentro de uma construção geopolítica. As duas desprezaram a opinião de seus diplomatas. O Brasil, país governado por militares, evitara o erro graças à audácia de dois funcionários do Itamaraty (Ovídio e Zappa), à tenacidade de Azeredo da Silveira e à mistura de teimosia e antiamericanismo de Geisel.

Se o Acordo Nuclear foi uma coisa que pareceu certa e terminou dando errado, a política africana pareceu errada e acabou certa. O MPLA manteve-se no poder. A Organização da Unidade Africana reconheceu o governo de Agostinho Neto em fevereiro de 1976.

A ditadura militar, cuja máquina de repressão política tivera por norma executar todos os brasileiros que viessem das centrais cubanas

de treinamento guerrilheiro, deu em Angola um ousado e solitário passo diplomático. Sem saber, aliara-se à mais bem-sucedida operação militar do castrismo depois da derrubada do general Fulgencio Batista.¹²⁶ Pelo menos dois comandantes cubanos em Angola haviam circulado clandestinamente pelo Brasil durante a fase foquista de Fidel Castro. Raúl Menéndez Tomashevich passara pelo Rio a caminho de Paris, fugindo de uma guerrilha fracassada na Venezuela. Era o chefe da missão militar cubana em Luanda.¹²⁷ O outro, *Pombo*, entrara em Havana no carro do Che, estivera com ele no Congo e passara por São Paulo, a caminho da Bolívia, preparando a guerrilha que terminaria no combate de Quebrada del Yuro, onde o Che foi capturado e ele conseguiu escapar.¹²⁸ Em Luanda havia mais que cubanos. Lá trabalhavam, como humildes colaboradores do novo governo, Chizuo Osava, o *Mário Japa*, que provocara o seqüestro do cônsul japonês em São Paulo, em 1970, e sua mulher, Maria do Carmo Brito, a *Lia* da VPR, amiga e colaboradora próxima de Carlos Lamarca.¹²⁹ Ao contrário do que sucederia com o programa nuclear, Geisel sempre teve orgulho do que seu governo fez em Angola.¹³⁰

Um dos maiores êxitos diplomáticos da história do Brasil acabou festejado na teoria, porém amaldiçoado na prática. Ítalo Zappa tornou-se o único de sua espécie a jamais receber a Ordem do Mérito Militar. Deixou o Itamaraty, em 1995, sem ter servido como embaixador num país onde pudesse comprar creme de barbear no comércio local.¹³¹ Ovídio de Melo foi desterrado para a Tailândia, onde ficou por seis anos, e de lá para a Jamaica. Mesmo estando no topo do quadro de acesso para a promoção ao posto de ministro de primeira classe, tomou noventa caronas. Foi promovido em 1985, aos sessenta anos, depois do restabelecimento do poder civil.

Zappa morreu em 1997. Sua última arte foi quebrar uma vida de silêncio para condenar a transformação da política externa brasileira num departamento de vendas e o Itamaraty numa agência de relações públicas das empresas exportadoras. Ovídio viveu o suficiente para ler as memórias de Henry Kissinger, publicadas em 1999.

Primeiro a respeito da sua geração: “Os diplomatas brasileiros perseguem os objetivos quase no anonimato, com tanta tenacidade e charme, que seus interlocutores correm sempre o risco de ser induzidos a esquecer que estão diante de uma dura e paciente busca de interesse nacional”.

Depois, a respeito da época em que ele e Zappa se meteram no caminho da política externa americana: “Considerando a maneira como tudo acabou, perguntei-me várias vezes — mais recentemente, quando escrevia estas páginas — se devíamos mesmo ter tomado aquela iniciativa. [...] O erro básico não esteve na decisão de tentar impedir que os comunistas tomassem o poder em Angola, mas na forma como pusemos tal política em prática”.¹³²

1 Para uma minuciosa análise do Acordo Nuclear e de sua negociação, Norman Gall, *Atoms for Brazil, Dangers for All, Foreign Policy* (23) e *Bulletin of the Atomic Scientists*, junho de 1976, tradução brasileira nas edições de 13 (pp. 96-7) e 20 de junho de 1976 (pp. 80-1) de *O Estado de S. Paulo*, <http://www.normangall.com/brazil_art18eng.htm>. Para a visita dos físicos, *O Globo* de 4 de fevereiro de 1969, p. 5. Para a usina, transmissão da rádio Nacional, de 11 de fevereiro de 1969.

2 Luiz Pinguelli Rosa, Fernando de Souza Barros e Suzana Ribeiro Barreiros, *A política nuclear no Brasil*, pp. 16-7. Armando Falcão, *Geisel*, p. 198.

3 Tania Malheiros, *Brasil, a bomba oculta — O programa nuclear brasileiro*, p. 29.

4 Para a frase, *Diário de Heitor Ferreira*, 29 de setembro de 1973.

5 Armando Falcão, *Geisel*, p. 199, diz nove. Dwight Porter, diretor de assuntos internacionais da Westinghouse, em *Nonproliferation issues*, p. 130, diz oito.

6 *Nonproliferation issues*, depoimento de Dwight Porter, p. 125.

7 Para o mês, *idem*. Para a cifra, Armando Falcão, *Geisel*, p. 200.

8 Maço de dezoito folhas intitulado *Minuta — Subsídios para Reunião do Alto-Comando*, carimbado “segredo” e anotado por Heitor Ferreira: “Proposta do Gabinete Militar”. APGCS/HF.

9 Maço de quarenta folhas, com a transcrição da fala de Geisel na reunião do Alto-Comando das Forças Armadas, de 10 de junho de 1974. APGCS/HF.

10 *Nonproliferation issues*, depoimento de Dwight Porter, p. 125.

11 II PND, p. 96.

12 Treze folhas, com a proposta do Gabinete Militar para a fala de Geisel na 2ª reunião do Alto-Comando das Forças Armadas, anotadas por Heitor Ferreira: “Do Hugo, +- 10 Jan 75”. APGCS/HF.

13 Duncan Burn, *Nuclear power and the energy crisis — Politics and the atomic*

industry, pp. 25 e 82-3.

14 Idem, pp. 25-8. Ver também Christian Lohbauer, *Brasil Alemanha 1964-1999 — Fases de uma parceria*, pp. 64-71.

15 *Die Zeit*, 20 de junho de 1975, citado em Kurt Rudolf Mirow, *A loucura nuclear — Os enganos do Acordo Nuclear Brasil-Alemanha*, p. 28.

16 *Nonproliferation issues*, depoimento de Dwight Porter, p. 133, e Christian Lohbauer, *Brasil Alemanha 1964-1999 — Fases de uma parceria*, p. 67.

17 *Diário de Heitor Ferreira*, 2 de janeiro e 19 de fevereiro de 1975.

18 Robert Gillette, “Nuclear exports: a US firm’s troublesome flirtation with Brazil”, revista *Science*, citado em *Nonproliferation issues*, pp. 180-3.

19 Idem.p. 182.

20 Para a Bechtel, idem, pp. 180-3. Para o pedido de adiamento, depoimento de George S. Vest, do Departamento de Estado, em *Nonproliferation issues*, p. 175.

21 *Cronologia do Governo Geisel*, de Heitor Ferreira, 22 de maio de 1975. APGCS/HF.

22 2ª reunião do Alto-Comando das Forças Armadas, de junho de 1975. APGCS/HF.

23 Nota de três folhas, sem data nem timbre, anotada por Geisel: “Lido pelo Emb EU para o Silveira, em audiência”. APGCS/HF. A nota é de 17 de junho de 1975.

24 Norman Gall, *Atoms for Brazil, Dangers for All, Foreign Policy* (23) e *Bulletin of the Atomic Scientists*, junho de 1976, tradução brasileira nas edições de 13 (pp. 96-7) e 20 de junho de 1976 (pp. 80-1), de *O Estado de S. Paulo*, <http://www.normangall.com/brazil_art18eng.htm>.

25 Memorando da conversa de Kissinger com Gromyko, 11 de julho de 1975, em William Burr, *The Kissinger transcripts*, pp. 363-4.

26 Luiz Pinguelli Rosa, Fernando de Souza Barros e Suzana Ribeiro Barreiros, *A política nuclear no Brasil*, p. 52.

27 Nota manuscrita de Geisel, de 30 de junho de 1975. AA.

28 *Manchete*, 19 de julho de 1975, citado em Armando Falcão, *Geisel*, p. 207.

29 Sebastião C.Velasco e Cruz, *O presente como história — Economia e política no Brasil pós-64*, p. 72.

30 Para a declaração de Geisel, Tania Malheiros, *Brasil, a bomba oculta — O programa nuclear brasileiro*, p. 58.

31 Anotação de Geisel na carta que recebeu de Shigeaki Ueki, de 16 de julho de 1975. APGCS/HF.

32 Delfim Netto, julho de 1998.

33 B. R. Mitchell, *International historical statistics — Europe 1750-1988*, p. 413. Tomando-se o índice 100 para 1963, a produção industrial de 1973 ficou em 170, a de 74 em 167, e a de 75 em 158.

34 Christian Lohbauer, *Brasil Alemanha 1964-1999 — Fases de uma parceria*, pp. 69-70.

35 Luiz Pinguelli Rosa, *A política nuclear e o caminho das armas atômicas*, p. 41. A capacidade instalada em 2002 era de 82,5 mil megawatts, *Ministério de Minas e Energia*, “Balanço Energético Nacional 2003”, <<http://www.mme.gov.br>>.

36 Luiz Pinguelli Rosa, *A política nuclear e o caminho das armas atômicas*, pp. 33 e 42.

37 Dez folhas, encaminhadas por Silveira a Geisel em fevereiro de 1973. APGCS/HF. O outro nome listado era o do ministro Paulo Cotrim.

38 A piada foi inventada pelo embaixador João Augusto de Araújo Castro.

- 39 Telegrama de Sergio Corrêa da Costa, embaixador em Londres, ao Itamaraty, de 24 de maio de 1974. APGCS/HF.
- 40 Inge Tvedten, *Angola — Struggle for peace and recognition*, pp. 82-3. Para o café, Fernando Andresen Guimarães, *The Origins of the Angolan Civil War*, p. 20.
- 41 Fernando Andresen Guimarães, *The Origins of the Angolan Civil War*, p. 48.
- 42 Kenneth Maxwell, *The making of Portuguese democracy*, pp. 99-100.
- 43 Fernando Andresen Guimarães, *The Origins of the Angolan Civil War*, p. 100.
- 44 John Stockwell, *In search of enemies — A CIA Story*, p. 54. Em janeiro a CIA deu à FNLA 265 mil dólares. Para os 300 mil dólares, Henry Kissinger, *Years of renewal*, p. 795.
- 45 Fernando Andresen Guimarães, *The Origins of the Angolan Civil War*, p. 159.
- 46 Idem, p. 131. Para o dinheiro português, Piero Gleijeses, *Conflicting missions*, p. 239.
- 47 Ovídio de Melo, dezembro de 1975.
- 48 Idem, *O reconhecimento de Angola pelo Brasil em 1975*, manuscrito, pp. 35-6 e 39-40. AA.
- 49 Carta do general Antônio de Spínola a Geisel, de 26 de março de 1975. APGCS/HF.
- 50 *O Estado de S. Paulo*, 10 de maio de 1975, p. 7.
- 51 Idem.
- 52 Cartão do secretário-geral do Itamaraty, Ramiro Guerreiro, a Geisel, acompanhando um telegrama do embaixador Carlos Alberto da Fontoura, de 4 de fevereiro de 1975. APGCS/HF.
- 53 Segundo Henry Kissinger, *Years of renewal*, pp. 795-7, Kaunda dizia falar em seu nome, no de Julius Nyerere (Tanzânia), Joseph Mobutu (Zaire) e Samora Machel (Moçambique). Kissinger mesmo reconhece que Kaunda forçou a mão (p. 798).
- 54 Henry Kissinger, *Years of renewal*, p. 805. A resposta é de Sheldon Vance.
- 55 Ovídio de Melo, *O reconhecimento de Angola pelo Brasil em 1975*, manuscrito, p. 37. AA.
- 56 Entrevista de John Stockwell a José Antonio Nascimento Brito, “O espião desiludido”, em *Jornal do Brasil* de 20 de agosto de 1978, Caderno Especial, p. 3. Stockwell esclareceu que em nenhum momento esse brasileiro fardado se declarou oficial do Exército. O embaixador Ovídio de Melo disse ao autor, em dezembro de 1998, que durante sua permanência em Angola nunca soube da presença de oficiais junto às tropas da FNLA. A presença desse major está registrada em John Stockwell, *In search of enemies — A CIA Story*, p. 126. Henry Kissinger, *Years of renewal*, p. 813, informa que a CIA recrutou mercenários no Brasil, em Portugal e em outros países africanos.
- 57 John Stockwell, *In search of enemies — A CIA Story*, p. 121. Falstaff nunca foi identificado.
- 58 Entrevista de John Stockwell a José Antonio Nascimento Brito, “O espião desiludido”, em *Jornal do Brasil* de 20 de agosto de 1978, Caderno Especial, p. 3. Ernesto Geisel, abril de 1995.
- 59 Entrevista de John Stockwell a José Antonio Nascimento Brito, “O espião desiludido”, em *Jornal do Brasil* de 20 de agosto de 1978, Caderno Especial, p. 3.
- 60 Ovídio de Melo, *O reconhecimento de Angola pelo Brasil em 1975*, manuscrito, pp. 50-1. AA.
- 61 Idem, p. 45.
- 62 Ovídio de Melo, janeiro de 1999.

63 Entre 1975 e 1974 Kissinger teve quatro diferentes secretários de Estado assistentes para a África. Dois deles foram afastados porque denunciavam sua política. Kenneth Maxwell, *The making of Portuguese democracy*, pp. 129-30. Para a chefe da estação da CIA, John Stockwell, *In search of enemies — A CIA Story*, p. 67.

64 Para a cifra, Kenneth Maxwell, *The making of Portuguese democracy*, p. 144.

65 Dominique de Roux, agosto de 1975.

66 Fernando Andresen Guimarães, *The Origins of the Angolan Civil War*, p. 109.

67 Dominique de Roux, outubro de 1975.

68 Fernando Andresen Guimarães, *The Origins of the Angolan Civil War*, p. 105.

69 Idem.p. 110.

70 Discurso de Fidel Castro, 7 de junho de 1976, <<http://lanic.utexas.edu/la/cb/cuba/castro/1976/19760607>>.

71 Relatório da CIA ao Comitê dos 40, de 5 de novembro de 1976, em Henry Kissinger, *Years of renewal*, pp. 814-5. Segundo Kissinger (p. 820), a África do Sul não informou aos Estados Unidos que invadiria Angola. No dia 31 de outubro a CIA acreditava que a coluna *Zulu* envolvia apenas cem ou 150 conselheiros sul-africanos, anexos às tropas de Savimbi.

72 Fernando Andresen Guimarães, *The Origins of the Angolan Civil War*, p. 110.

73 Robert M. Gates, *From the shadows — The ultimate insider's Story of five presidents and how they won the Cold War*, p. 66.

74 Kenneth Maxwell, *The making of Portuguese democracy*, p. 144.

75 Depoimento do general Victor Schueg Colás, em Luis Báez, *Secretos de generales*, p. 206.

76 Fernando Andresen Guimarães, *The Origins of the Angolan Civil War*, p. 143.

77 Idem.p. 145.

78 Relatório da CIA, de 18 de novembro de 1974, em Henry Kissinger, *Years of renewal*, p. 815.

79 Fernando Andresen Guimarães, *The Origins of the Angolan Civil War*, p. 146.

80 Claudia Furiati, *Fidel Castro*, vol. 2, p. 227.

81 Fernando Andresen Guimarães, *The Origins of the Angolan Civil War*, p. 146.

82 Idem, p. 147.

83 Claudia Furiati, *Fidel Castro*, vol. 2, pp. 227-8.

84 Para a preocupação de Fidel com Cabinda, ver o depoimento do general Ramón Espinosa Martin, em Luis Báez, *Secretos de generales*, p. 522. Ver também Claudia Furiati, *Fidel Castro*, vol. 2, p. 228.

85 Claudia Furiati, *Fidel Castro*, vol. 2, p. 229.

86 Depoimento do general Rogelio Acevedo González, em Luis Báez, *Secretos de generales*, p. 366.

87 Citado em Leycester Coltman, *The real Fidel Castro*, pp. 242-3.

88 Anatoly Dobrynin, *In confidence — Moscow's ambassador to America's six Cold War presidents*, p. 362. Henry Kissinger, *Years of renewal*, pp. 816-7, com o testemunho de Georgy Korniyenko, vice-ministro das Relações Exteriores soviético. Fidel contou ao primeiro-ministro jamaicano, Michael Manley, que agiu em segredo e que, com isso, enfureceu os russos. Leycester Coltman, *The real Fidel Castro*, p. 243.

89 Depoimento do general Alvaro López Miera, em Luis Báez, *Secretos de generales*, p. 41. Ver também Fernando Andresen Guimarães, *The Origins of the Angolan Civil War*,

p. 112.

90 Ovídio de Melo, dezembro de 1998.

91 *The Economist*, em *O Estado de S. Paulo* de 2 de novembro de 1975, p. 2.

92 *O Estado de S. Paulo*, 7 de novembro de 1975, p. 3.

93 Ovídio de Melo, janeiro de 1999.

94 Idem, dezembro de 1998.

95 Cartão do embaixador Dario Castro Alves a Heitor Ferreira, de 6 de novembro de 1975. APGCS/HF.

96 Cartão do embaixador Dario Castro Alves a Heitor Ferreira, de 6 de novembro de 1975. APGCS/HF.

97 Carta de Agostinho Neto a Geisel, de 7 de fevereiro de 1975. APGCS/HF.

98 Ovídio de Melo, *O reconhecimento de Angola pelo Brasil em 1975*, manuscrito, p. 11. AA.

99 Ítalo Zappa, 1976.

100 Ovídio de Melo, *O reconhecimento de Angola pelo Brasil em 1975*, manuscrito, p. 26. AA.

101 Idem. p. 28.

102 Ovídio de Melo, janeiro de 1999.

103 Documentadamente, por fontes cubanas, em setembro Victor Schueg Colás tornara-se chefe do estado-maior expedicionário em Luanda (Luis Báez, *Secretos de generales*, p. 206). No final de outubro estava em Angola o general Leopoldo Cintra Frias, o *Polo* (idem, p. 556). Fontes documentais do MPLA reconhecem que em agosto já estavam em Angola os conselheiros militares comandados pelo general Raúl Díaz Argüelles (Fernando Andresen Guimarães, *The Origins of the Angolan Civil War*, p. 145).

104 Fernando Andresen Guimarães, *The Origins of the Angolan Civil War*, p. 147.

105 *O Estado de S. Paulo*, 23 de novembro de 1975, p. 3.

106 *Nota para a Imprensa*, oito folhas datilografadas, rubricadas pelo general Sylvio Frota, de 12 de outubro de 1977. APGCS/HF.

107 Duas folhas de telex da Agência Rio do SNI, de 9 de março de 1976. APGCS/HF.

108 Ítalo Zappa, 1976, e carta de Dario Castro Alves a Heitor Ferreira, de 10 de dezembro de 1975. APGCS/HF.

109 Ovídio de Melo, dezembro de 1998.

110 Para o substituto, quatro folhas de Heitor Ferreira, de 10 de novembro de 1975. APGCS/HF.

111 Telegrama de Ovídio de Melo ao Itamaraty, de 20 de novembro de 1975. APGCS/HF. Quatro meses depois desse telegrama havia 36 mil soldados cubanos em Angola. Claudia Furiati, *Fidel Castro*, vol. 2, p. 230.

112 Telegrama de Ovídio de Melo ao Itamaraty, de 20 de novembro de 1975. APGCS/HF.

113 Anotação de Figueiredo no telegrama de Ovídio de Melo ao Itamaraty, de 20 de novembro de 1975. APGCS/HF.

114 Depoimento do general Alberto Colomé Ibarra, em Luis Báez, *Secretos de generales*, p. 29.

115 Dominique de Roux, 1975.

116 Para a Gulf, depoimento do presidente da subsidiária de exploração da Gulf,

Melvin Hill, em Walter Isaacson, *Kissinger*, p. 683.

117 Para as instruções cubanas, depoimento do general Ramón Espinosa Martín, em Luis Báez, *Secretos de generales*, p. 520.

118 George W. Ball, *Diplomacy for a crowded world*, p. 225.

119 Henry Kissinger, *Years of renewal*, pp. 792, 807 e 811.

120 John Stockwell, *In search of enemies — A CIA Story*, pp. 19-23.

121 Fernando Andresen Guimarães, *The Origins of the Angolan Civil War*, p. 112.

122 Kenneth Maxwell, *The making of Portuguese democracy*, p. 144.

123 Duas folhas com telex secreto exclusivo de Azeredo da Silveira a Geisel sobre sua entrevista com Henry Kissinger, de 16 de dezembro de 1975. APGCS/HF. Esse encontro está narrado também em Kissinger, *Years of renewal*, p. 742.

124 Fernando Andresen Guimarães, *The Origins of the Angolan Civil War*, pp. 195 e 129.

125 *Folha de S.Paulo*, 4 de fevereiro de 1976, p. 8. Para uma crítica da posição de Kissinger em Angola, George W. Ball, *Diplomacy for a crowded world*, pp. 217-25.

126 Vinte anos depois, Geisel surpreendeu-se ao ouvir que seu maior êxito diplomático fora conseguido numa aliança com as armas de Fidel. A associação, nessa intensidade, nunca lhe ocorrera.

127 Depoimento do general Raúl Menéndez Tomassevich, em Luis Báez, *Secretos de generales*, pp. 123-4.

128 Depoimento do general Harry Villegas Tamayo, em Luis Báez, *Secretos de generales*, pp. 540, 543 e 546.

129 Martha Vianna, *Uma tempestade como a sua memória — A história de Lia, Maria do Carmo Brito*, pp. 150-1.

130 *Ernesto Geisel*, organizado por Maria Celina d'Araujo e Celso Castro, pp. 364-5.

131 Zappa foi embaixador em Maputo, Pequim, Havana e Ho Chi Minh.

132 Henry Kissinger, *Years of renewal*, pp. 738, 809 e 811.

Mataram o Vlado

Enquanto Golbery lutava pela vida em Barcelona, a ofensiva sobre o PCB chegara a um veio rico e inesperado. Descobrira-se uma base do Partidão dentro da Polícia Militar paulista. Ela estivera invicta desde sua montagem, em 1946. Funcionava sob as rígidas normas de segurança do Setor Mil, ligando-se diretamente a um representante pessoal do secretário-geral do PC. Segundo o CIE, conseguira infiltrar um sargento no DOI por dois anos. Na sua liquidação, prenderam-se 63 policiais. Entre eles, nove oficiais da ativa, inclusive um tenente-coronel, e doze da reserva.¹

O tenente reformado José Ferreira de Almeida, o *Piracaia*, tinha 64 anos e mais de vinte de militância. Foi preso no dia 7 de julho. No princípio de agosto, deitado num colchão da carceragem do DOI, despediu-se de um capitão: “Eu não agüento mais. [...] Vou morrer”.² Acareado com um cabo, pediu-lhe “pelo amor de Deus” que contasse o que sabia. “Deus está de férias, vá tomar no...” corrigiu um dos interrogadores.³ O II Exército informou que no dia 8 de agosto *Piracaia* se enforcara. Teria amarrado o cinto do macacão à grade da cela, de forma que seu corpo pendeu com as pernas dobradas e os pés no chão.⁴ Segundo o SNI, *Piracaia* se matara “quando havia indícios de que iria nomear os prováveis contatos em outras áreas militares”.⁵ Oficialmente, era o 36° preso a se suicidar dentro de uma prisão da ditadura, o 16° enforcado, sétimo a fazê-lo sem vão livre.⁶ A morte do velho tenente e os

relatos das torturas haviam chocado os oficiais da PM, reabrindo o conflito entre Paulo Egydio Martins e o general Ednardo D'Avila Mello. Diante da ameaça de um novo arrastão na tropa, o governador se recusara a entregar os policiais suspeitos ao DOI, exigindo que os interrogassem nos quartéis da corporação. Apoiado pelo Planalto, prevalecera.⁷ Era odiado no comando do II Exército. O CIE convencera-se de que tinha 29 subversivos em sua administração. Dois eram secretários de governo (Planejamento e Gabinete Civil). Nove seriam (ou teriam sido) militantes do PCB e dois, da VAR-Palmares.⁸ Suspeitavam que pretendesse montar um serviço de informações estadual (na realidade, um banco de dados estatísticos).⁹

Com o “Discurso da Pá de Cal”, Geisel fortalecera a “tigrada”. Não só redefinira a palavra *distensão*, associando-a à regularização do abastecimento de gêneros alimentícios, como reerguera a bandeira da infiltração comunista na imprensa, nos sindicatos, na administração, “e também nos partidos políticos”.¹⁰ Atribuíra a “agentes subversivos” três dias de quebra-quebras de trens e um grave acidente, com catorze mortos e 370 feridos, ocorridos no Rio de Janeiro. Uma paralisação de seis horas em dois grandes ramais da Central do Brasil exasperara a população. Foram quebradas onze estações. Numa delas a PM foi posta a correr. Deram-se tumultos até mesmo em estações próximas à da Vila Militar, guarnecidas por tropas do Exército. O presidente da Rede Ferroviária, um general, reagira pelo manual do regime: “A única medida a ser tomada a curto prazo é o reforço da segurança, uma vez que nada pode ser feito para melhorar o serviço”.¹¹

Geisel não tinha prova de que houvesse o dedo da subversão nos quebra-quebras dos trens. Pelo contrário, sabia que havia o dedo da incompetência. Muito antes dos distúrbios, previra que o general colocado no comando da ferrovia “ia enterrar a Rede”.¹² Em junho, ao saber de uma depredação, queixara-se de que a ferrovia era um cabide de empregos e de composições obsoletas: “O Exército tomou conta, e se

desmoralizou”.¹³ (A Central do Brasil tinha 819 carros, metade no conserto.)¹⁴ O ministro dos Transportes levantara a hipótese de sabotagem, mas nada se apurou.¹⁵ O general Hugo Abreu sugerira a supressão da referência: “Talvez não tenha sido bem comprovada a sabotagem: é mais uma hipótese”. Geisel marcou a advertência com um ponto de interrogação e manteve a denúncia.¹⁶

O SNI via o pior:

Os atos comprovados de sabotagem nos trens dos subúrbios da Central do Brasil, no Rio de Janeiro, e em São Paulo, aqueles com subseqüentes depredações, os freqüentes roubos de armas, munições e explosivos de casas especializadas, em diversas partes do território nacional [...] as cartas e panfletos ameaçadores lançados em diversas áreas foram os últimos principais atos, ao que tudo indica, desencadeados pela subversão, para criar um clima de insegurança e intranqüilidade.

Completando este quadro, foram feitas ameaças de explosão de bombas, seqüestros e outros atos de terrorismo contra edifícios, casas comerciais e pessoas, particularmente militares, configurando, assim, uma situação anormal que já está influenciando no estado de espírito da população.¹⁷

Em setembro de 1975 passaram 142 pessoas pelos DOIS de todo o país.¹⁸ Os desaparecidos do ano já eram sete. Os casos de tortura haviam triplicado em relação a 1974.¹⁹ Apesar da crise paulista, o general Ednardo e seu DOI não eram os “senhores dos cárceres”. Pelo contrário. Naquele mês, no II Exército fizeram-se menos prisões (vinte) que na jurisdição do III (39).²⁰ Quatro dos sete desaparecidos tinham sido capturados no Rio e dois em São Paulo.²¹ Um deles foi visto vivo no cárcere da Barão de Mesquita.²² No dia 17, o DOI do Ceará divulgou uma nota informando que o vendedor Pedro Jerônimo de Souza, militante do PCB e membro do diretório do MDB de Fortaleza, se suicidara. Tinha 61 anos. Era o 37º suicida do regime, o 17º a se enforcar. No caso, com uma toalha de rosto.²³

A ofensiva da Comunidade expandira-se, indo além da alavancagem da rede de conexões do PCB com a qual forçava a reabertura do ciclo punitivo no Congresso. Desentocava inimigos alcançando opositores prestigiosos. O Centro de Informações da Aeronáutica pediu ao Ministério da Justiça a abertura de um processo para a suspensão dos direitos políticos do professor Fernando Henrique Cardoso, que acabara de publicar o livro *Autoritarismo e democratização*. Trabalho de leitura bem mais árdua do que dava a entender seu título, condenava a teoria esquerdista de que a América Latina estava numa encruzilhada, entre o socialismo e o fascismo. Quando ia longe, advertia do risco de “a Oposição se limitar a servir como massa de manobra do setor ‘liberalizante’ do Regime”.²⁴

O processo contra Cardoso tramitou em segredo na burocracia do Ministério da Justiça e só foi conhecido 25 anos depois. Ele ilustra a distância que separava das normas da própria máquina punitiva da ditadura o radicalismo primitivo e oportunista da Comunidade. O CISA chamava o professor de “fiel súdito de Moscou e Cuba”, cambondo da “bitolagem aos dogmas marxistas, manipulando fatos históricos na suposta evidência de que a acumulação do capital se faz através da mais-valia, pela compressão dos salários”.²⁵ O Centro de Informações da Polícia Federal classificava-o como “Fernando Henrique Cardoso, comunista”. Para o SNI, era “reconhecidamente comunista”.²⁶

O livro do professor Cardoso fora denunciado com base numa análise da Secretaria da Segurança de São Paulo, e repassada à Aeronáutica e à Polícia Federal. Com onze páginas, a resenha acusava-o de ter um espírito tomado pelo “fanatismo”. Concluía: “Ele defende expressamente, e sub-repticiamente recomenda a violência”.²⁷ Uma segunda análise, feita pelo SNI, chegava a conclusões idênticas. É improvável que seu autor tenha lido o livro. Ele colou do trabalho da polícia paulista.²⁸ Três opiniões a respeito da obra (a da FAB, a da seção de informações da Polícia Federal e a do SNI) eram cópias ou cola de um

só documento, o da Secretaria de Segurança. Todos acusavam Cardoso de “instigar a violência”. Logo ele, que acusara alguns opositores de subestimar os efeitos benéficos do Milagre sobre as massas urbanas, sugerindo que elas fossem estimuladas a reivindicar mais na educação, na moradia e “até na praia, se for o caso”.²⁹

Uma só análise, da funcionária Josélia de Oliveira Gouveia, da Polícia Federal, indicava leitura do livro. Ia na direção contrária. Qualificava-o como “proficiente e bem estruturado” e o autor como “reconhecidamente capacitado [...] pela sua erudição e técnico-cientificismo”. Concluía: “Em que pese as críticas (contundentes muitas das vezes) endereçadas à cúpula governamental e ao sistema pós-64, a abordagem é, linearmente, muito técnica, sem características dogmáticas. Não contém apelos ou incitamentos alarmantes. É um livro de difícil consumo pela grande massa”.³⁰

Armando Falcão determinou que o processo seguisse os trâmites. Em apenas 21 dias, o encarregado do caso recomendou a apreensão do livro e a suspensão dos direitos políticos do professor.³¹ O diretor-geral da Polícia Federal concordou em apreender a obra, sugeriu que Cardoso fosse responsabilizado criminalmente, mas esquivou-se de opinar a respeito de sua cassação, admitindo que “algo precisa ser feito para evitar que Fernando Henrique Cardoso continue a participar de encontros, congressos e a freqüentar [...] estabelecimentos de ensino, sindicatos e entidades de classe”.³² Falcão mostrou-se pronto para agir: “Venha o ato de proibição e instaure-se o inquérito”.³³ O ato veio. Bastava datá-lo e assiná-lo, mas o chefe-de-gabinete do ministro achou que faltaria base legal à medida.³⁴ Num parecer de oito páginas, o consultor jurídico do ministério, Ronaldo Poletti, desaconselhou a apreensão. Temia “um revés no Judiciário”, advertindo que dele resultaria “um triunfo do autor, que saberá extrair do episódio os seus proveitos pessoais”.³⁵ O processo de cassação do professor e o de apreensão do seu livro perderam velocidade.³⁶

O general Ednardo adquirira um desembarço surpreendente para os camaradas que o conheciam por tímido, até desatento. Abrira sua agenda em São Paulo, oferecendo um almoço ao diretor-geral da TV Globo e um jantar ao ex-presidente Medici.³⁷ O *Relatório Parcial de Informações* do seu estado-maior listara as “vulnerabilidades no Campo Psicossocial, que afetam a manutenção das Instituições”, e “os fatores que afetam o prestígio das autoridades Federais e Estaduais”. Reclamava da alta dos aluguéis, da falta de açúcar, do atraso numa obra rodoviária e da administração de um hospital de Taubaté. Metia-se até em briga de médico com a Santa Casa de Santos.³⁸ Contrariando a praxe dos pares, que chegavam a Brasília na véspera das reuniões do Alto-Comando, Ednardo desembarcara quatro dias antes, para a reunião de junho.³⁹ Para Moraes Rego, era candidato a presidente.⁴⁰ Tornara-se um discursivo porta-voz do emparedamento. Sua lógica podia ser percebida na progressão de duas falas, de um mesmo dia: “O Exército brasileiro é um só, onde não existe nem grupo duro nem grupo mole. É uma unidade coesa sob as ordens do general Geisel”.⁴¹

Logo depois disse que a necessidade de uma distensão era uma “balela” e lembrou: “A subversão está presente. Graças, porém, à ação dos homens que cuidam da segurança, nós estamos conseguindo manter este País em tranqüilidade”.⁴²

Repetia o ardil da retórica da indisciplina, manipulando o conceito de coesão para justificar o próprio divisionismo: é Geisel quem manda. A distensão é uma balela. Logo, Geisel acha que a distensão é uma balela. No sentido contrário: é Geisel quem manda. A distensão é uma balela. Logo, se Geisel acha que se deve prosseguir com a distensão, aqui ele não manda.

O presidente tinha um encontro marcado com a política no dia 21 de setembro. Deveria discursar na Convenção da Arena, e a redação do texto coube a Golbery. Em silêncio desde março, o escriba reassumira suas funções.

Como já acontecera no preparo de outros discursos, deu-se o diálogo das supressões com os acréscimos. Geisel cortou um terço do

texto que recebeu. Na verdade, desossou-o. Além de usar a expressão maldita (“distensão política”), o rascunho de Golbery propunha um salto à frente:

Estamos alcançando [...] novo estágio mais elevado na evolução social e particularmente política do país, fundamentado, como se impõe, num consenso de base muito mais amplo, sólido e firmado que, somente ele, poderá oferecer-nos possibilidades reais à institucionalização do regime democrático mais aperfeiçoado e verdadeiro a que a grande maioria do nosso povo indiscutivelmente aspira de fato.

A distensão [...] propiciando o clima de todo indispensável à criatividade, parece-nos preliminar essencial a uma tal institucionalização que nunca poderá traduzir-se na simples adoção do ponto de vista da minoria como não se poderá impor, também, o ponto de vista da maioria. A conciliação honesta, feita de boa-fé, entre posições inicialmente diversas [...] constitui toda a chave do problema [...]. Parece-me que será esforço que merece ser tentado num país como o nosso [...]. A ele só não ajudam as ironias que mal escondem a grosseria, a ofensa gratuita ou provocações que só não seriam deliberadas se fossem de uma ingenuidade inacreditável.⁴³

No convite à conciliação ia embutida uma resposta ao parágrafo africano de Ulysses, mas Geisel não quis uma coisa nem outra. Cortou tudo. Pela segunda vez, teve de cortar uma referência de Golbery à “caçada às bruxas” dos primeiros meses do regime.⁴⁴

Havia uma divergência mais profunda. Em janeiro de 1974, diante da mesma feitiçaria, Geisel explicara: “Eu não vou dizer isso. Eu não vou dizer que eles agora estão caçando as bruxas. A interpretação é que o Medici está caçando as bruxas. Isso é uma verdade, mas não se deve pôr”.⁴⁵ Um ano e meio depois de sua posse, já não podia culpar Medici pela caçada. Mudara a situação. Antes de sua posse Geisel não quisera ir adiante. Em setembro de 1975 queria recuar.

Golbery fizera uma homenagem aos “inauditos esforços” e aos “sacrifícios cruentos” dos agentes da segurança interna, mas desinflara-lhes o balão: “A experiência adquirida, o acervo de informações e conhecimentos coligidos sobre métodos, táticas e técnicas da subversão, o indiscutível apoio da quase-totalidade da população, tanto rural como urbana, levam-me a predizer um futuro próximo de tensões decrescentes e maior tranqüilidade social”.⁴⁶

Geisel passou a faca e disse o contrário: “O adversário [...] embora neutralizado, não foi destruído. É continuamente realimentado inclusive com meios vindos do exterior e com a utilização de insidiosa propaganda e, assim, continua em atividade, exigindo que se lhe anteponha persistente ação preventiva e mesmo repressiva, para manter o clima de ordem e trabalho indispensável ao nosso desenvolvimento”.⁴⁷

Essa formulação, além de exagerada, contradizia o que ele dissera em março, quando registrara a existência de um “ambiente mais tranqüilo de ordem, tanto aparente como real”.⁴⁸ Contradizia também o que viria a dizer a Figueiredo três dias depois. Num dos documentos mais significativos de sua presidência, manuscrito numa folha de bloco do SNI, Geisel reagiu a um relatório vindo do Ministério do Exército:

Peço que você converse na área do Exército — Frota e Confucio — dizendo que não concordo com os termos deste relatório, citadamente com a conclusão final do item 1-1. Será que o inimigo é tão forte? Será que somos tão fracos? Não estão vendo fantasmas?, etc. etc.

Também não concordo com a orientação que prevalece ainda, de sempre se resolver o problema através de prisões. Na realidade não se resolve nada e, na maioria dos casos, o processo acaba sendo contraproducente. É preciso usar um pouco mais a inteligência e ser menos apaixonado. Há uma inércia de procedimento que vem desde a atuação parcial de 1964 e que persevera, qual um realejo que só sabe tocar uma música.

Se o comunismo está tão forte como dizem — forte e ameaçador — e se vem sendo combatido tenazmente há mais de dez anos, força é convir que esse combate tem sido ineficaz. Não será o caso de fazer um honesto exame crítico, rever o que está errado e imaginar novos e melhores procedimentos?⁴⁹

Com tinta vermelha informou: “Falei com o Frota”.

Desde janeiro, a caçada ao PCB levava aos cárceres mais de duzentas pessoas. Em junho de 1974 o DOI paulista fizera apenas uma prisão. No mesmo mês de 1975, elas foram 38.⁵⁰ No final de setembro, de acordo com a documentação oficial do II Exército, havia doze presos na carceragem do DOI de São Paulo. Pelo menos dois prisioneiros estavam em outra escrita, a dos calabouços clandestinos. José Montenegro de Lima, encarregado da reconstrução do aparelho gráfico onde se voltaria a imprimir a *Voz Operária*, foi capturado na Bela Vista. Viram-no no DOI.⁵¹ Transferido para o sítio do CIE na rodovia Castello Branco, assassinaram-no com uma injeção de matar cavalos.⁵² Edwaldo Alves da Silva, o *Ramos*, segundo homem na hierarquia do PCB em São Paulo, foi seqüestrado no fim da tarde do dia 30 e trancado numa casa de dois andares, a cerca de duas horas de viagem. Torturaram-no por mais de dez horas. Seis dias depois mandaram-no para o DOI.⁵³

A quantidade de informações armazenadas pelo CIE a respeito do PCB ultrapassava, pela amplitude, o conhecimento que sua própria direção tinha a respeito de seus quadros. Haviam identificado em torno de quinhentos militantes no estado de São Paulo.⁵⁴ De cada dez capas-pretas clandestinos, nove estavam presos ou escondidos, isolados da máquina contaminada do partido. João Guilherme Vargas Netto, um dos principais dirigentes do aparelho paulista, refugiara-se no pequeno apartamento de um amigo, no centro do Rio.⁵⁵ O secretário-geral, Giocondo Dias, vivia numa casa de Vila Kosmos, sem contato direto com quem quer que fosse. Falava apenas com *Maria Paletó*, a veterana e

fiel comunista que o abrigava.⁵⁶

Em Paris, desde o início do ano, Armênio Guedes, José Salles e o casal Dora e Ailton Henrique da Costa maquinavam um meio de tirar Giocondo Dias do Brasil. Tratava-se de fazer isso sem que a polícia e o próprio partido soubessem. Salles voou para Buenos Aires, onde mobilizou três militantes do Partido Comunista Argentino para virem buscá-lo. Dora, que morava em Grenoble, seguiu para o Rio e achou a filha de *Maria Paletó*. Entregou-lhe um envelope lacrado, destinado a Dias. Nele havia um manuscrito de Armênio, lembrando cenas da infância baiana. Era a prova de que seu amigo estava na operação. Um bilhete informava que, caso quisesse sair do país, poderia escolher um entre três endereços. Na hora e dia marcados, alguém o resgataria. Não devia ter nada nas mãos, nem sacola. Dias aceitou a proposta e marcou o encontro diante do portão da Universidade Gama Filho, em Piedade. Dora passou numa Brasília marrom, abriu a porta, e ele entrou. Ao vê-la, o secretário-geral do PCB teve um instante de paz: “Eu suspeitava de que era você, mas não tinha certeza”. Em abril, depois de esconder-se em Volta Redonda e viajar de carro para Buenos Aires como se fosse turista, desembarcou no aeroporto de Genebra um cidadão argentino identificado era seu passaporte como Pablo Dias. Era Giocondo, o *Neves*.⁵⁷

Se a “tigrada” quisesse dismantelar o PCB, já o conseguira. Se queria outra coisa, outra coisa era o que queria.

Outubro começou com uma nova onda de prisões. Ela atingiu primeiro as bases universitárias paulistas do PCB. Em seguida, os jornalistas. Ednardo sabia o que estava acontecendo. Às duas da madrugada do dia 17 chegou ao DOI a estudante de história Sarita D’Avila Mello. Prima em segundo grau do general, era a *Cristiana* do PCB no aparelho da Universidade de São Paulo. Foi interrogada até o amanhecer. Torturaram-na com choques elétricos nas mãos.⁵⁸ Ednardo viria a se orgulhar da maneira equânime como tratava os presos: “Aqui

ninguém tem privilégios. [...] Ela é comunista, está presa e acabou”.⁵⁹ Depois de torturarem um preso por dez horas, “penduraram” sua mulher, despindo-a e espancando-a. Sabiam que ela não era comunista e nada tinha a contar.⁶⁰

Derrotado nas palavras, Golbery estava derrotado também diante dos fatos. Caiu no pessimismo. Retornara de Barcelona com um olho perdido, amarrado a uma nova rotina. Almoçava no Planalto (de marmitta, pois Esmeralda o convencera que era melhor não correr riscos), dormia pouco mais de meia hora no sofá de sua sala. Para um leitor voraz, passava pelo constrangimento de ter de recorrer a uma lupa para ler textos com tipografia pequena. Via uma marcha a ré na distensão: “Tratamos os estudantes a pau, depois queremos que votem na Arena. Não votam, aí a culpa é do Petrônio”.⁶¹

Do Petrônio, não, do Golbery. No DOI de São Paulo os presos ouviam o seguinte: “Você sabe onde é que você está? Aqui é o porão do regime! Agora, seu filho-da-puta, sai daqui e vai falar lá com aquele comunista de Brasília, aquele puto do Golbery! Vai se queixar lá com aquele comuna, porque a gente não vê a hora de pendurar ele aqui também!”.⁶²

Avisado por Paulo Egydio de que já haviam sido feitas oitenta prisões em São Paulo, Geisel reagiu dizendo que era necessário demitir o general Confúcio da chefia do CIE e, depois, retomou seu mote: “O Brasil tinha que ser uma ditadura. Arranjavam um ditador e eu ia embora daqui”.⁶³ No dia seguinte, falando para o público externo, foi na direção contrária:

Há muitos anos o Brasil não tem tanta liberdade política como tem hoje. Os jornais escrevem o que querem, os políticos dizem o que querem, fazem os discursos que bem entendem. Todo mundo é livre no Brasil.

Só não é livre aquele que quer perturbar a ordem. Este vai para a cadeia, para o processo. [...] A principal abertura que está faltando, e faltando muito, é a oposição abrir a janela e olhar para

fora, olhar para o mundo, ver como o mundo vive, ver o que há de terrorismo, o que há de assassinatos, o que há de crimes, o que há de perturbações pelo mundo afora.⁶⁴

As portas da carceragem do DOI já se haviam aberto ao limite de sua capacidade. Trancavam em torno de 95 presos, que superlotavam o prédio.⁶⁵ Por falta de lugar nas celas, mais de uma dezena de prisioneiros passavam dias inteiros sentados num banco de madeira, num corredor.⁶⁶ Os jornalistas eram onze, todos comunistas.

O PCB tinha trinta jornalistas nas grandes redações de São Paulo.⁶⁷ Qualquer repórter medianamente curioso seria capaz de identificar metade deles. Os comunistas formavam uma casta singular. Eram ao mesmo tempo dissidentes e disciplinados. Em muitos casos, ocupavam cargos de chefia intermediária. Para os patrões, eram um fator de moderação. Para a direção do partido, fonte de notícias e instrumento para denúncias. Tinham saído de uma vitória em abril. Uma chapa frentista organizada pelo PCB conquistara o sindicato da classe. Em 1971, os jornalistas do estado de São Paulo haviam-se tornado exemplo raro no mundo. Os pelegos que controlavam o sindicato derrotaram uma chapa cuja bandeira era a luta contra a censura. Em 1975 a esquerda vencera por dezessete votos de diferença, numa eleição de que participaram menos de metade dos 4 mil associados. Isso numa classe de 10 mil profissionais.

A blitz do DOI concentrou-se num segmento da militância do Partidão. Atingiu a revista *Visão* e a TV Cultura (Canal 2). Uma era publicação de pouca influência. A outra, emissora de audiência irrelevante, vinculada ao governo de São Paulo. Estava sob a jurisdição de Paulo Egydio Martins, nêmesis do DOI e do general Ednardo. Em setembro, numa *Apreciação* encaminhada a Geisel, o SNI incluíra uma breve análise da infiltração do PCB na imprensa. Não mencionou a TV Cultura e, quando tratou da revista *Visão*, listou apenas um comunista.

Era Zuenir Ventura, que nunca militou no PCB.⁶⁸

O DOI avançou sobre a TV Cultura associado a estímulos externos. No final de agosto, fora derrubado da direção de jornalismo da emissora um professor que, segundo o SNI, cooperava com os serviços de segurança.⁶⁹ Para o lugar, voltou ao Canal 2 o jornalista Vladimir Herzog, demitido um ano antes. Seu nome tivera o beneplácito do governador e da agência paulista do Serviço.⁷⁰

Herzog assumiu no dia 1º de setembro. Dois dias depois, sem que ele tivesse participado da decisão, a Cultura transmitiu um documentário inglês de sete minutos sobre o falecido chefe comunista vietnamita Ho Chi Minh. Mesmo tratando-se de uma televisão semi-estatal, a primeira reação não veio da Censura, mas da imprensa. “Eu acho que o pessoal do PC da TV Cultura pensa que isto aqui virou o fio...”, escreveu o jornalista Cláudio Marques, cuja coluna no *Shopping News* era uma privilegiada fonte de informações sobre o meio militar.⁷¹ Seguiu-se uma estocada de Lenildo Tabosa Pessoa, porta-voz do catolicismo ultramontano e colunista do *Jornal da Tarde*. Acusava a Cultura de falar da “opressão capitalista até em programas sobre arte medieval”.⁷² Dois deputados da Arena engordaram o comboio. Um se queixara de que o Brasil, “um verdadeiro oásis no mundo de hoje”, era mostrado pela emissora como uma terra de miséria, pobreza e desgraça. Outro pedira a apuração das denúncias contra a TV.⁷³

Vlado Herzog tinha 38 anos. Até as pedras sabiam que militava no PCB. Fosse qual fosse o partido em que militasse, isso teria pouca importância. Não desenvolvia atividade clandestina, nem era propriamente um quadro.⁷⁴ Vivera dois anos na Inglaterra, trabalhando na BBC, e levava uma vida pacata, com mulher e dois filhos pequenos. Tipo reflexivo, mais preocupado com a cultura do que com a política, seus sentimentos eram maiores que as paixões. O negócio dele era cinema, música e teatro. Na juventude, chegara a aceitar uma figuração, no papel de soldado romano, para assistir a uma ópera no Municipal.⁷⁵

Para esse homem tímido e miúdo confluíam três crises, todas

carregadas de ódio. Uma era o choque da Comunidade com Geisel. Outra, a caçada do CIE ao Partidão. A terceira, mais virulenta, era o conflito do general Ednardo com o governador Paulo Egydio Martins. A prisão de Vlado Herzog servia a todas.

A intensidade do avanço sobre as redações contrariava a lógica, pois estava-se às vésperas de uma reunião da Sociedade Interamericana de Imprensa e de um congresso dos agentes de viagens americanos. Juntos, esses eventos trariam a São Paulo e ao Rio algo como quatrocentos jornalistas estrangeiros. O general Ednardo, contudo, estava ocupado com sua guerra particular.

Sabendo-se que o DOI já comprovara a presença de comunistas na TV Cultura (um deles dirigindo o Departamento de Telejornalismo), entende-se melhor o que o general quis dizer na quinta-feira, dia 23 de outubro. Atacou os “maníacos”, “exploradores da democracia”, “que aceitam gostosamente a colaboração [dos comunistas] e dão cobertura a suas intrigas e mentiras”. “A esses dois tipos, traidores da pátria, os fascistas vermelhos e os ambiciosos de consciência acomodada, não agrada a nossa união, a nossa unidade de propósitos.”⁷⁶

Herzog fora informado de que seu nome estava na lista das próximas prisões e que os interrogadores “sabiam tudo”.⁷⁷ Preferiu preservar a legalidade política e sua rotina pessoal. Na noite de sexta-feira, foram prendê-lo, na redação. Disse aos agentes que estava terminando a edição de um telejornal, pediu tempo e prontificou-se a comparecer ao DOI na manhã seguinte. Surpreendentemente, a proposta foi aceita. Vlado Herzog não quis fugir.

Às 11h25 do sábado, o aparelho de telex da Agência Central do SNI recebeu uma mensagem, mandada pela sucursal paulista:

Às 0800 hs de hoje, dia 25 out, apresentou-se no DOI/CODI/II EX, o jornalista Vladimir Herzog, atual diretor do departamento de jornalismo da TV Cultura-Canal 2, para prestar esclarecimentos. Após ser ouvido, confessou ser militante do PCB, colaborador e promotor de reuniões em proveito da mesma organização.

O nominado permaneceu detido naquele órgão de segurança.⁷⁸

Depois que entrou no DOI, Vlado trocou as roupas e vestiu o macacão dos presos. Pela manhã, foi acareado com dois colegas. Negou que pertencesse ao PCB e ficou a sós com um interrogador numa sala do andar térreo. Os dois colegas, num corredor contíguo, ouviram seus gritos e a ordem para que fosse trazida a máquina de choques elétricos. Um rádio, em volume alto, abafava os sons. A certa altura, o noticiário informou que o generalíssimo Francisco Franco, ditador da Espanha desde 1936, recebera a extrema-unção. Um dos presos foi levado à sala e viu Herzog, encapuzado, com as mãos trêmulas e a voz débil.⁷⁹ Em algum momento, provavelmente posterior a esse encontro e anterior à hora em que se transmitiu a mensagem à Agência Central do SNI, Vladimir Herzog redigiu uma confissão reconhecendo três ou quatro anos de militância, o pagamento de mensalidades de cem cruzeiros e a realização de algumas reuniões em sua casa.⁸⁰ Das sete horas que Vlado ficou no DOI, só se sabe o que lhe aconteceu numa faixa de tempo que pode ir de uma a duas horas. Elas estão magnificamente contadas no livro que o amigo Fernando Pacheco Jordão escreveu sobre o episódio.⁸¹ No meio da tarde fez-se um grande silêncio na carceragem.⁸²

Às 22h08 a Agência Central do SNI recebeu uma nova mensagem: “Info que hoje, dia 25 out, cerca das 15 hs, o jornalista Vladimir Herzog suicidou-se no DOI/CODI/II Exército [...]”.⁸³

O DOI levou por volta de duas horas para chamar a Polícia Técnica.⁸⁴ O SNI paulista, que levava três horas e 25 minutos para notificar uma detenção rotineira, demorara sete horas e oito minutos para informar que acabara de morrer mais um preso. Era o 38º suicida, 18º a enforcar-se, dessa vez com uma “tira de pano”.⁸⁵

Segundo a comunicação feita pelo comandante do DOI, a tira de pano era a “cinta do macacão que usava”.⁸⁶ Os macacões do DOI não tinham cinto.⁸⁷ Herzog teria se enforcado amarrando o nó na primeira barra da grade, a 1,63 m do piso, e ficara sem espaço para que seu

corpo pendesse.⁸⁸ Tinha os pés no chão e as pernas curvadas. Suicídios desse tipo são possíveis, porém raros. Na história da repressão política brasileira o mais remoto fora o do inconfidente Cláudio Manuel da Costa, em 1789.⁸⁹ No porão, tornaram-se maioria. O último, em São Paulo, havia sido o de *Piracaia*, na mesma cela.⁹⁰ Dos dezessete casos anteriores de suicídio por enforcamento, oito não tiveram vão livre. Em dois, os presos teriam morrido sentados.

Herzog não precisava ter amarrado a tira de pano na grade inferior. Na cela especial nº 1 havia uma cadeira. Poderia ter subido nela e feito o nó na barra superior, projetando-se em vão livre.⁹¹ Morrera de macacão, mas fora mandado ao Instituto Médico Legal com as roupas de sua chegada ao DOI.⁹²

Mais ou menos na mesma hora que a notícia da morte de Herzog chegou a Brasília, a mulher do jornalista, Clarice, viu chegar à sua casa o presidente da Fundação Padre Anchieta, mantenedora da TV Cultura. Trazia cinco ou seis pessoas. Todas caladas. Sentaram-se na sala. Diziam que “as coisas se complicaram”.

“De repente, não sei como”, lembraria Clarice, “me veio à mente uma certeza e eu gritei: ‘Mataram o Vlado!’.”⁹³

Essa frase iria adiante.

“Mataram o Vlado”, disse, chorando, Fernando Pacheco Jordão a Audálio Dantas, presidente do Sindicato dos Jornalistas. Passava pouco da meia-noite.⁹⁴

“Mataram o Vlado”, repetiu Jordão a d. Paulo Evaristo Arns. “Não sei se não é a hora de um protesto mais forte. Quem sabe, sair pela rua”, respondeu o cardeal.⁹⁵

“General, o senhor me desculpe, mas a notícia é má. Parece que mataram — e foi a polícia ou o Exército que matou — o diretor da nossa TV Cultura de São Paulo”, disse d. Paulo Evaristo no telefone. “Essa gente desgraçada está trabalhando contra nós para destruir o governo”, reagiu Golbery, descontrolado.⁹⁶

“Vá ao Paulo Egydio”, recomendou Golbery ao jornalista Mino Carta, diretor da revista *Veja*, que lhe dava a mesma notícia. Soava enfurecido. Disse que aquilo era uma tentativa de golpe contra Geisel.⁹⁷

Quando Mino Carta ficou a sós com Paulo Egydio, na ala residencial do palácio dos Bandeirantes, o governador chorava.⁹⁸

Desde o assassinio do ex-deputado Rubens Paiva no quartel da PE do Rio de Janeiro, em 1971, era a primeira vez que morria no porão da ditadura um quadro da elite, com vida legal, cuja atividade política tinha pouco relevo até mesmo no seu cotidiano. À diferença do corpo de Paiva, que desapareceu, o de Herzog incrustara-se no DOI e no regime. Horas depois da confirmação de sua morte, começou um daqueles processos em que reações individuais e desarticuladas desembocam em comportamentos que, sem coordenação ou planejamento, constroem os grandes fatos históricos. Em todos os casos, teve-se de decidir por onde passava a linha a partir da qual o medo reprime a revolta. O medo era tanto que foi desafiado. “O medo quase entrou em pânico”, escreveu o jornalista Mylton Severiano da Silva.⁹⁹

A primeira reação veio de Clarice Herzog. Morena de olhos grandes e enorme sorriso, tinha 34 anos, onze de casamento, estudara sociologia e tivera um tio de 32 anos assassinado no Estado Novo. Ainda na noite de sábado, o medo chegou à sua casa. Pensou-se em apressar o sepultamento. Se possível, no domingo. Clarice prevaleceu, marcando-o para segunda-feira.¹⁰⁰ Disso resultaram um domingo de velório e um enterro em dia útil. Estava quebrada a norma pela qual os cadáveres do DOI eram sepultados em poucas horas, só pela família, em silêncio.

Clarice tentou uma nova autópsia, mas só conseguiu um médico disposto a examinar o cadáver. Seriam necessários três. Procurou a solidariedade da Sociedade Cemitério Israelita, a Chevra Kadisha, encarregada do ritual fúnebre judaico. Encontrou pressa e medo. Ameaçou levar o corpo para casa, mas foi intimidada pela carteira de um agente dos órgãos de segurança.¹⁰¹ O cadáver chegou ao velório do hospital Albert Einstein num caixão fechado. Ela só lhe viu o rosto. Na

manhã de domingo, quando o cardeal Arns desceu de seu carro e caminhou para o salão, foi avisado de que não deveria falar.

— Não vim falar. Vim rezar. Apenas alguns Salmos. Será a voz de Deus.

— Por favor, nem oração. São os responsáveis que lhe pedem isso.¹⁰²

D. Paulo postou-se em silêncio diante do caixão. A seu lado, estava Franco Montoro. Era a primeira vez que um arcebispo e um senador velavam um morto do regime. O franciscano Paulo Evaristo e o porão sabiam que tinham um encontro marcado. O dia começara a chegar. Esse foi o cenário em que surgiu a figura do repórter Audálio Dantas, presidente do Sindicato dos Jornalistas. Nacionalmente conhecido e respeitado, fizera fama mundial com uma reportagem baseada no diário de uma favelada, dando uma nova dimensão à vida nos quartos de despejo da miséria brasileira.¹⁰³ Calmo e senatorial, Audálio decidiu divulgar uma nota convidando os jornalistas ao sepultamento. Havia quem considerasse o convite uma imprudência.¹⁰⁴ A indignação prevaleceu. Formava-se outra vez a grande frente. Ia do cardeal ao PCB. Entrincheirado no legalismo, o sindicato não discutia as circunstâncias da morte de Herzog, o que levaria a um confronto com a palavra do II Exército. Denunciava a prisão de cidadãos com domicílio certo e emprego sabido. Reclamava que, em certos casos, a incomunicabilidade excedia os dez dias permitidos pelo AI-5 e atava a “tigrada” na própria desenvoltura: “Trata-se de uma situação, pelas suas peculiaridades, capaz de conduzir a desfechos trágicos, como a morte do jornalista Vladimir Herzog”.¹⁰⁵ Foi o melhor momento da estratégia do embaraço. Fingindo-se que o homicídio não era a questão central, encurralava-se o DOI na metodologia que praticava.

Nessa mesma noite de domingo, estavam reunidos num apartamento do bairro de Pinheiros os sete integrantes da célula do

Grupo Outubro, da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, a ECA. Eram jovens com pouco mais de vinte anos. Politicamente, trotskistas, radicais da ocasião. Buscavam sua ideologia no Comitê de Organização para a Reconstrução da IV Internacional, sediado em Paris. No Brasil inteiro, não passavam de trinta. Eram um novo tipo de militante. Detestavam a mitologia que dominava o patrimônio histórico-político da esquerda. Para eles, João Goulart era um personagem do passado; a União Soviética, ditadura que mandara os tanques à Tchecoslováquia; Che Guevara e a luta armada, modalidades de aventureirismo. À política de frentes, contrapunham uma visão popular-insurrecionista, segundo a qual a ditadura sairia por uma porta e a revolução socialista entraria por outra, como parecera ter acontecido em Portugal. Desprezavam os ícones que simbolizavam trinta anos de hegemonia do Partidão na cultura brasileira. Portinari era um mau pintor. Jorge Amado, escritor banal. Ao sambão preferiam o rock, à poesia engajada do CPC da UNE, a lírica de Mário Faustino. O horror ao “nacional-popular” levava-os a ver na canção “Caminhando”, de Geraldo Vandré, mera demagogia. O título do jornal que imprimiam refletia a essência de suas idéias: *Avesso*.¹⁰⁶ Com variados graus de simpatia, relacionavam-se com cerca de uma dezena de outros grupos. Juntos, não somavam quinhentos militantes.

As diversas denominações trotskistas formavam o primeiro grupo de militantes políticos que defendiam o socialismo ao mesmo tempo que combatiam a luta armada e o Partidão. Vinham de uma geração que não sofrera as crises vividas pelos pais e entraram na idade adulta assistindo à derrota do regime nas eleições de 1974.

Era inevitável que essa nova geração de militantes políticos aparecesse, mas não se sabia como isso aconteceria, nem onde. Ocupavam nas universidades as vagas deixadas pelos jovens de 1968. Num bilhete a Geisel, Heitor Ferreira já lhe lembrara que, no final de seu governo, teriam dezoito anos as crianças que tinham três na época da deposição de Goulart: “Desejarão ver funcionarem certos princípios liberais, não compreendendo a origem de restrições”. “E daí? O que

fazer?”, respondera o general.¹⁰⁷

Em abril de 1975, enquanto o DOI caçava a militância do Partidão, os trotskistas desencadearam uma greve na ECA. Exigiam a renúncia do diretor da escola, onde novecentos alunos padeciam num curso anacrônico. O PCB tentou conter o movimento, fracassou, e viu-se deposto da direção do centro acadêmico. Tentou negociar com o diretor, e viu-se expulso do quadro social da entidade. Por duas vezes, os trotskistas conseguiram parar outras escolas. Resistiram até o fim do semestre, mas foram derrotados. Fora a primeira greve prolongada desde 1968, e, pela primeira vez desde 68, realizou-se uma assembléia de estudantes nos gramados da USP.¹⁰⁸

A greve da ECA parecera uma excentricidade. A direção do PCB não lhe dera importância.¹⁰⁹ A máquina do regime nem a entendera. Em junho, o SNI classificou-a como mais uma exploração das “conhecidas deficiências existentes em nossas Universidades”.¹¹⁰ Um ano depois, o DOI-CODI de São Paulo ainda veria naquele movimento, em que o Partidão fora batido e repudiado pelos estudantes, apenas o exemplo do que seria uma tática de doutrinação nas salas de aula, com greves rápidas.¹¹¹ Procurando atribuir aos comunistas tudo o que acontecia no meio universitário, o CIE e o SNI não percebiam o aparecimento de uma nova militância esquerdista, radical, anti-PCB, sem ligações com as antigas organizações de luta armada.¹¹² Renato Cancian pesquisou o texto de 128 *Apreciações Sumárias* preparadas pelo SNI entre 1974 e 1977 para manter o presidente da República informado. Nelas, 63 mencionam o movimento estudantil. Em oito ocasiões associam suas agitações ao Partidão e numa ao Movimento Comunista Internacional.¹¹³

Na manhã de segunda-feira, duas gerações estavam mobilizadas pela morte de Herzog. Na primeira vinham os trezentos automóveis que seguiram o cortejo fúnebre até o cemitério israelita. Na segunda, os estudantes da USP. Uma testava o próprio medo. A outra testava o medo alheio.

No cemitério, a sociedade religiosa encarregada do funeral,

aterrorizada, apressou a cerimônia de tal forma que a mãe de Herzog perdeu o momento em que o caixão de seu filho começou a ser coberto pela terra.¹¹⁴ Quatro jornalistas que estavam presos no DOI chegaram para assistir ao sepultamento. Um se afastara, chorando. Dizia: “Eles matam, eles matam! Não pergunte nada. Não podemos dizer nada. Eles matam mesmo”. Falava-se baixo. Ouviram-se dois curtos discursos. O primeiro, da atriz Ruth Escobar: “Até quando vamos suportar tanta violência? Até quando vamos continuar enterrando nossos mortos em silêncio?”.

No segundo, Audálio Dantas recitou o *Navio negreiro*, de Castro Alves:

*Senhor Deus dos desgraçados,
Dizei-me Vós, Senhor Deus,
Se é mentira, se é verdade,
Tanto horror perante os céus.*

Antes que a multidão se dissolvesse, alguém gritou: “Reunião no sindicato à noite”.¹¹⁵ Estudantes haviam distribuído panfletos convocando o povo para uma concentração, no dia seguinte, em frente à reitoria da Universidade de São Paulo.¹¹⁶

O funeral terminara. Na USP, os jovens que testavam o medo alheio estavam começando a parar a universidade. Organizara-se uma assembléia de 1200 pessoas, e, às dezesseis horas, nada mais funcionava na escola. O general Castro informara ao Planalto que, na Faculdade de Filosofia, invadira-se o anfiteatro, na ECA puseram-se duas faixas e, na Economia e Administração, alunos estranhos aos cursos percorreram as classes, puxando a suspensão das aulas. No fim da tarde pararam também a PUC e a Fundação Getúlio Vargas. O número de estudantes em greve aproximava-se dos 30 mil.¹¹⁷ Os líderes do movimento queriam marchar pela cidade. Brotou um receio: os jornalistas poderiam se juntar à garotada. Castro avisou a Brasília: “O chefe do Estado-Maior do II Exército, general Marques, tenta dialogar com jornalistas influentes buscando obter condições para que o

sindicato não apóie a concentração prevista no panfleto dos estudantes”.¹¹⁸

Essa idéia não passara pela cabeça dos jornalistas. Os estudantes já haviam posto medo no general. A diretoria do sindicato fora chamada ao QG do Ibirapuera, e Marques recebeu-a no salão de visitas do comando. O dono do encontro não era ele, mas o coronel José Barros Paes, um homem alto, magro, com um cachimbo e um tique nervoso que lhe re-puxava o pescoço. Comandava a 2ª Seção do Estado-Maior, à qual estava subordinado o DOI. Foi ele quem mostrou aos jornalistas a primeira coleção de fotografias da cena da morte de Herzog, bem como a autópsia que ratificava o seu enforcamento. Queria cautela.¹¹⁹

No comportamento de Paes não transparecera que “o pessoal do DOI havia passado um susto muito grande”.¹²⁰ Tão grande que reuniram os presos para uma preleção em que um cidadão desenvolveu a teoria de que o PCB era dirigido por um triunvirato ultraclandestino e insuspeito: “Pode ser um cardeal... um governador de estado... um general. [...] Eles é que nós queremos pegar”. Vladimir Herzog entrava nessa história porque seria um agente soviético, transformado em braço direito de Paulo Egydio. Matara-se para não confessar. Depois, explicaram que os choques elétricos costumeiramente aplicados à platéia não faziam mal à saúde. Pediram a um preso que girasse a manivela, enquanto o chefe de uma equipe de interrogadores demonstrava sua tese segurando com os dedos as pontas dos fios desencapados.¹²¹

Geisel soubera da morte de Herzog no domingo. Na segunda-feira manteve-se num silêncio atemorizante. Foi ao Rio e abriu a reunião dos agentes de viagens com um discurso redigido dias antes. Falou numa “civilização da cordialidade” e mais no seguinte: “Quando a violência e o ódio marcam sua presença na história dos nossos dias, o Brasil contrapõe a esse quadro, o espetáculo de sua compreensão humanística da vida”.¹²²

A defesa do governo coube a Petrônio Portella, seu líder no Senado. Enfrentou com acrobática dissimulação os discursos do MDB. Sustentou a versão do suicídio, mas afiançou que “todas as providências serão tomadas”, pois “quem mais interesse tem em que o fato se elucide e as razões se apurem, é o governo”. “Tudo será feito visando que a Nação conheça as razões do ato de desespero.”¹²³ Como ocorria havia algum tempo, os debates parlamentares relacionados com a tortura e os assassinatos davam-se num clima de dissimulação, no qual a oposição evitava palavras fortes e a liderança da Arena contornava as denúncias. Ambos cuidavam de que o Congresso não fosse contaminado pelo radicalismo do porão. Quando alguém saía do tom, fingia-se não ouvir. Saiu do tom o senador Leite Chaves, do MDB do Paraná, um parlamentar ativo, moderado. Aparteando um colega, no final da sessão de terça-feira, com o plenário vazio, afirmou: “É muito grave colocar-se o Exército, uma organização muito séria, que deveria ser intocável, em meio a tanto abuso. Hitler, quando desejava praticar atos tão ignominiosos como os que estamos presenciando, não se utilizava do Exército, mas sim das forças da SS”.¹²⁴ Assim como sucedera em 1968 ao discurso de Marcio Moreira Alves, o aparte passara despercebido.

À noite, a sede do Sindicato dos Jornalistas estava repleta. Audálio Dantas preservava a todo custo sua conduta legalista. Evitava complicações chamando a assembléia de “reunião de informação”. Mantinha os comunicados em linguagem seca, sem adjetivos. Não dava seguimento às sugestões de passeatas, nem ouvidos aos estudantes. Até que aconteceu o inevitável: um jornalista propôs que o sindicato convocasse a população para um ato religioso pela memória de Herzog. A cerimônia foi marcada para a sexta-feira. Não se sabia onde, mas na manhã seguinte o cardeal Arns tomou a iniciativa. Ofereceu a catedral da Sé e informou que lá estaria.

De acordo com os costumes da ditadura, o cadáver de Herzog

deveria ter sido esquecido na tarde de domingo, depois de um rápido e silencioso enterro. A viúva estendera a crise até segunda-feira. Pelo que acontecia em São Paulo, a mobilização duraria no mínimo mais quatro dias. O tom dos editoriais da imprensa indicava uma ofensiva do embaraço. Não discutiam a procedência das acusações do DOI, muito menos as circunstâncias da morte de Herzog. Punham em xeque o conjunto da obra da “tigrada”. “Interessa-nos saber a responsabilidade por esse clima de terrorismo; pois é de terrorismo que se trata”, dizia *O Estado de S. Paulo*, referindo-se aos “porões da administração”. O *Jornal do Brasil* ia mais longe. Desafiava o conceito de repressão preventiva que Geisel expusera semanas antes: “A guerra seria mais facilmente vencida se utilizasse métodos mais compatíveis com as normas sociais. [...] Em nome da repressão preventiva podem ser atingidos, indistintamente, inocentes e culpados”.¹²⁵

O medo recuara. De certa maneira, parecia até que mudara de lado. O tonitruante secretário de Segurança de São Paulo, coronel Erasmo Dias, dotado de singular percepção política, anunciara que “guerra é guerra”, e advertira: “Nós almoçaremos essa gente antes que ela nos jante”.¹²⁶

Na quarta-feira, pouco antes do início de uma reunião rotineira do Alto-Comando do Exército, o general Confúcio, chefe do CIE, tinha consigo a transcrição da nota taquigráfica do aparte de Leite Chaves.¹²⁷

A crise voara para Brasília, buscando a nascente do regime. Como sempre sucedera, desde 1964 a anarquia militar evitava o confronto direto com a sociedade. Preferia tentar o emparedamento do presidente. Transformava o poder republicano enfraquecido em símbolo da força da indisciplina, assegurando-lhe proteção hierárquica e até mesmo legitimidade funcional. Fizera assim em 1965 com Castello, na edição do AI-2, e em 68 com Costa e Silva, produzindo o AI-5. Faria de novo.

- 1 *Relatório Parcial de Informações n° 08/75*, do CIE, de 10 de setembro de 1975, p. 20. AA.
- 2 Depoimento do capitão reformado Manoel Lopes, em *Projeto Brasil: nunca mais*, tomo V, vol. 2: *As torturas*, p. 886.
- 3 Depoimento do cabo Ezequiel Sanchez, em *Projeto Brasil: nunca mais*, tomo V, vol. 1: *A tortura*, p. 892.
- 4 *Dossiê dos mortos e desaparecidos políticos a partir de 1964*, p. 211. Para o cinto, Nilmário Miranda e Carlos Tibúrcio, *Dos filhos deste solo*, p. 333.
- 5 *Apreciação Sumária n° 03/Gab/75 — Campo Interno*, do SNI, carimbada “secreto”, de 8 de setembro de 1975, para o presidente Ernesto Geisel. AEG/CPDOC.
- 6 Levantamento do autor, baseado em Nilmário Miranda e Carlos Tibúrcio, *Dos filhos deste solo*.
- 7 Paulo Egydio Martins, junho de 1988, e *Cronologia do Governo Geisel*, de Heitor Ferreira, 14 de agosto de 1975. APGCS/HF.
- 8 O CIE informava que Jorge Wilhelm, secretário de Planejamento, pertencera ao PCB e que Luís Arrobas Martins, chefe do Gabinete Civil, militara na APML do B. Em *Relatório Especial n° 2*, do CIE, de novembro de 1975, em Ayrton Baffa, *Nos porões do SNI*, p. 98. Ver também Baffa, *idem*, p. 99.
- 9 *Relatório Especial n° 2*, do CIE, de novembro de 1975, em Ayrton Baffa, *Nos porões do SNI*, p. 98.
- 10 Ernesto Geisel, *Discursos*, vol. 2: 1975, p. 151.
- 11 *Jornal da Tarde* e *O Estado de S. Paulo*, ambos de 11 de julho de 1975, citados em “A revolta dos suburbanos ou ‘Patrão, o trem atrasou’”, de José Alvaro Moisés e Verena Martinez-Allier, em Moisés e outros, *Contradições urbanas e movimentos sociais*, pp. 36 e 39.
- 12 *Diário de Heitor Ferreira*, 3 de maio de 1975.
- 13 *Idem*, 24 de junho de 1975.
- 14 José Alvaro Moisés e Verena Martinez-Allier, “A revolta dos suburbanos ou ‘Patrão, o trem atrasou’”, em Moisés e outros, *Contradições urbanas e movimentos sociais*, p. 24.
- 15 Bilhete de Figueiredo a Geisel, de 18 de julho de 1975. APGCS/HF.
- 16 Maço de papéis referentes ao discurso, com as sugestões de Hugo Abreu e Figueiredo. APGCS/HF.
- 17 *Apreciação Sumária n° 01/Gab/75 — Campo Interno*, do SNI, carimbada “secreto”, de 25 de agosto de 1975. AEG/CPDOC.
- 18 *Resumo do Movimento dos DOI/CODI no Mês de Setembro de 1975*, em Ayrton Baffa, *Nos porões do SNI*, p. 92.
- 19 *Projeto Brasil: nunca mais*, tomo v, vol. 1: *A tortura*, p. 64. Em 1974 as denúncias de tortura foram 67. Em 1975, 585. Essa estimativa é conservadora, baseia-se na suposição de que nos três primeiros trimestres ocorreram menos de metade dos casos do ano.
- 20 Ayrton Baffa, *Nos porões do SNI*, p. 92.
- 21 *Dossiê dos mortos e desaparecidos políticos a partir de 1964*, pp. 265, 289, 302, 310, 312, 326, 358, 360.
- 22 Trata-se de Armando Frutuoso, do PC do B, visto por Gildásio Westin Cosenza, *Projeto Brasil: nunca mais*, tomo v, vol. 4: *Os mortos*, p. 52.
- 23 *Dossiê dos mortos e desaparecidos políticos a partir de 1964*, p. 212.

- 24 Fernando Henrique Cardoso, *Autoritarismo e democratização*, pp. 38 e 221.
- 25 *Informação n° 579/75*, da Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Justiça, de 2 de setembro de 1975, referindo-se à *Informação n° 320 A-2/IV Cornar*, de 18 de agosto de 1975, em *O Estado de S. Paulo* de 5 de abril de 1998. *Processo n° 65022*, Arquivo Nacional.
- 26 *Informação n° 204/16/AC/75*, da Agência Central do SNI, de 25 de agosto de 1975, originária de sua agência em São Paulo. *Processo n° 65 022*, Arquivo Nacional.
- 27 *Autoritarismo e Democratização*, sem autor nem data, da Secretaria de Segurança Pública de São Paulo. Desse documento há três cópias no processo. Uma, com o carimbo da SSP. Outra, com o carimbo da SSP e do IV Cornar, da FAB. A terceira, com o carimbo da SSP e do Serviço de Informações da Polícia Federal. *Processo n° 65 022*, Arquivo Nacional.
- 28 *Informação n° 204/16/AC/75*, da Agência Central do SNI, de 25 de agosto de 1975. *Processo n°-65 022*, Arquivo Nacional.
- 29 Fernando Henrique Cardoso, “Os mitos da oposição — 1”, em *Opinião* de 19 a 26 de fevereiro de 1973, p. 8.
- 30 Parecer de Josélia de Oliveira Gouvea, da SI/GAB/DPF, de 16 de setembro de 1975. *Processo n° 65022*, Arquivo Nacional.
- 31 *Informação 579/75-DSI/MJ*, da Assessoria Especial do Ministério da Justiça, assinada pelo delegado Jesuan de Paula Xavier, da Polícia Federal, à disposição do gabinete do ministro, de 9 de setembro de 1976. *Processo n° 65022*, Arquivo Nacional.
- 32 *Ofício n° 0243/75-CCP/DPF*, do diretor-geral do DPF, Moacyr Coelho, ao ministro Armando Falcão, de 25 de setembro de 1975. *Processo n° 65022*, Arquivo Nacional.
- 33 Despacho de Armando Falcão, de 26 de setembro de 1975, ao *Ofício n° 060/75-SIGAB/DG/DPF*, do coronel Moacyr Coelho, diretor-geral do DPF, de 24 de setembro de 1975. *Processo n° 65 022*, Arquivo Nacional.
- 34 Nota manuscrita de Alberto Rocha, chefe-de-gabinete de Falcão, de 1° de outubro de 1975. *Processo n° 65022*, Arquivo Nacional.
- 35 *Parecer 11/75*, do consultor jurídico do Ministério da Justiça, Ronaldo Rebello de Britto Poletti, de 20 de outubro de 1975. *Processo n° 65022*, Arquivo Nacional.
- 36 Em 27 de abril de 1978 o assessor do ministro, José Carlos Silva de Meira Mattos, propôs o arquivamento do processo. *Processo n° 65 022*, Arquivo Nacional.
- 37 Para Medici, *Jornal do Brasil*, 14 de março de 1976, Caderno Especial *Dois anos de Geisel: cronologia*, p. 3. Para Walter Clark, Clark e Gabriel Priolli, *O campeão de audiência*, p. 258.
- 38 *Relatório Parcial de Informações n° 06/75*, do II Exército, rubricado pelo general Ednardo. AA.
- 39 *O Estado de S. Paulo*, 21 de junho de 1975, p. 5.
- 40 Nota de Heitor Ferreira, de 22 de agosto de 1975. APGCS/HF.
- 41 *O Estado de S. Paulo*, 1° de abril de 1975, p. 7.
- 42 Idem.
- 43 Maço de doze páginas manuscritas de Golbery. APGCS/HF.
- 44 A primeira esteve no projeto de discurso que Golbery redigiu para a eleição de Geisel, em janeiro de 1974. APGCS/HF.
- 45 Conversa de Geisel com Moraes Rego e Heitor Ferreira, 10 de janeiro de 1974. APGCS/HF.
- 46 Maço de doze páginas manuscritas de Golbery. APGCS/HF.

- 47 Ernesto Geisel, *Discursos*, vol. 2: 1975, p. 175.
- 48 Idem.p. 16.
- 49 Uma folha manuscrita, de Geisel, de 24 de setembro de 1975. Não se conhece o texto do relatório a que Geisel se refere. APGCS/HF.
- 50 *Relatórios Parciais de Informações* n° 06/75 e 06/74, ambos do II Exército. APGCS/HF.
- 51 *Dossiê dos mortos e desaparecidos políticos a partir de 1964*, p. 326.
- 52 Montenegro foi preso no dia 29 de setembro. Entrevista do sargento Marival Chaves Dias do Canto a Expedito Filho em *Veja* de 18 de novembro de 1992, p. 25.
- 53 *Projeto Brasil: nunca mais*, tomo v, vol. 2: *As torturas*, p. 806.
- 54 Ayrton Baffa, *Nos porões do SNI*, p. 135. Um relatório do CIE, de 1976, informa que durante todo o ano de 1975 foram presos em São Paulo 347 militantes, ouvidos mais 145 e relacionados outros 719, perfazendo 1211 nomes.
- 55 João Guilherme Vargas Netto, dezembro de 1998.
- 56 *Maria Paletó* era o apelido de Maria Benedita da Silva.
- 57 Dora Henrique da Costa, novembro de 2003.
- 58 Para o codinome, *Folha de S.Paulo* de 13 de março de 1976, p. 4. Depoimentos de Sarita D'Ávila Mello, em *Projeto Brasil: nunca mais*, tomo v, vol. 3: *As torturas*, p. 696, e em *Vlado*, organizado por Paulo Markum, p. 177.
- 59 Para a frase, depoimento de Audálio Dantas, em *Vlado*, organizado por Paulo Markum, pp. 175-6.
- 60 Depoimento de Frederico Pessoa da Silva, em Fernando Pacheco Jordão, *Dossiê Herzog*, p. 135.
- 61 *Diário de Heitor Ferreira*, 20 de outubro de 1975.
- 62 Depoimento de Frederico Pessoa da Silva, em Fernando Pacheco Jordão, *Dossiê Herzog*, p. 194.
- 63 *Diário de Heitor Ferreira*, 21 de outubro de 1975.
- 64 Ernesto Geisel, *Discursos*, vol. 2: 1975, pp. 236-7. APGCS/HF.
- 65 Para o número, *Vlado*, organizado por Paulo Markum, p. 10.
- 66 Depoimento de Anthony de Christo, em Fernando Pacheco Jordão, *Dossiê Herzog*, p. 125. Ele passou seis dias nessa situação. Para a superlotação, ver também o depoimento de Gildásio Westin Cosenza, em Ronaldo Costa Couto, *História indiscreta da ditadura e da abertura*, p. 183.
- 67 João Guilherme Vargas Netto, dezembro de 1998. O DOI paulista, numa lista com poucos exageros, arrolou 34 nomes. *Relatório Especial de Informações* n° 01/76, do DOI-CODI do II Exército, pp. 98-9. AA. Ver também Alzira Alves de Abreu e outros, “Jornalistas e jornalismo econômico na transição democrática”, em *Mídia e política no Brasil — Jornalismo e ficção*, p. 42. De 55 jornalistas do Rio, São Paulo e Brasília entrevistados nos anos 90 resultou que, em 1975, 43% estavam ligados a alguma organização de esquerda e, destes, 60% atuavam no PCB.
- 68 Segundo o SNI, a militância de Zuenir Ventura fazia dele “coordenador das campanhas que o PCB desencadeia na imprensa e também do remanejamento dos jornalistas esquerdistas nos órgãos de divulgação do país”. *Apreciação Sumária* n° 02/Gab/75 — *Campo Interno*, do SNI, carimbada “segredo”, de 1° de setembro de 1975. AEG/CPDOC.
- 69 *Informação 2112/S-102-A11-CIE*, de 4 de novembro de 1975. Assunto: *TV Cultura — Canal 2 — S. Paulo/SP*: “Durante o tempo em que João Walter Sampaio Smolka ficou à frente do telejornalismo do Canal 2, procurou cooperar com os Órgãos de

Segurança, cooperação essa que se estendia até sua função na ECA — Escola de Comunicação e Artes da USP”. AA.

70 Paulo Egydio Martins, junho de 1988, e *Informe 247*, do SNI, intitulado *Reflexos da Morte de Vladimir Herzog — Carlos Lousada, Paulo Sawaya*, de 29 de outubro de 1975. AA.

71 Fernando Pacheco Jordão, *Dossiê Herzog*, p. 177.

72 Idem.

73 Discurso do deputado Wadih Helú, da Arena, no dia 7 de outubro de 1975, e aparte do deputado José Maria Marin a Wadih Helú, em *Vlado*, organizado por Paulo Markum, pp. 84-6.

74 Essa era a opinião de amigos pessoais, como Fernando Pacheco Jordão, dirigentes do PCB, como João Guilherme Vargas Netto, e de interlocutores do SNI, como Paulo Sawaya. Para Sawaya, ver *Informe 247*, do SNI, de 29 de outubro de 1975. AA.

75 Depoimento de Luis Weiss, em *Vlado*, organizado por Paulo Markum, p. 41.

76 *Jornal do Brasil*, 24 de outubro de 1975, p. 2.

77 Fernando Pacheco Jordão, *Dossiê Herzog*, p. 43.

78 *Telex 3193/02/ASP/75*, da agência do SNI em São Paulo à Agência Central, de 25 de outubro de 1975. APGCS/HF.

79 Depoimento de Rodolfo Konder, em *Projeto Brasil: nunca mais*, tomo v, vol. 4: *Os mortos*, p. 359.

80 Nota manuscrita de Vladimir Herzog, em Fernando Pacheco Jordão, *Dossiê Herzog*, p. 184.

81 Trata-se de *Dossiê Herzog — Prisão, tortura e morte no Brasil*.

82 Depoimento de George Duque Estrada, em Fernando Pacheco Jordão, *Dossiê Herzog*, p. 83.

83 *Telex 3195/02/ASP/75*, da agência do SNI em São Paulo à Agência Central, de 25 de outubro de 1975. APGCS/HF.

84 *Laudo de Encontro de Cadáver*, citado em Fernando Pacheco Jordão, *Dossiê Herzog*, p. 86.

85 Nota oficial do comando do II Exército, transmitida pela agência do SNI em São Paulo à Agência Central, de 25 de outubro de 1975. APGCS/HF.

86 Comunicação do DOI ao chefe da 2ª Seção do Estado-Maior do II Exército, de 25 de outubro de 1975, em Fernando Pacheco Jordão, *Dossiê Herzog*, p. 95, e *Laudo de Encontro de Cadáver*, do Instituto de Polícia Técnica. Integra em Hamilton Almeida Filho, *A sangue quente — A morte do jornalista Vladimir Herzog*, p. 55.

87 Fernando Pacheco Jordão, *Dossiê Herzog*, pp. 94-5.

88 Para a posição do corpo, foto anexada ao *Laudo de Encontro do Cadáver*, Instituto Médico-Legal, em Fernando Pacheco Jordão, *Dossiê Herzog*, p. 52. Para a altura, *Laudo de Perícia*, citado em Evanize Sydow e Marilda Ferri, *Dom Paulo Evaristo Arns*, p. 194.

89 Para a descrição da cena, *Corpo de Delito e Exame Feito no Corpo do Dr. Cláudio Manuel da Costa*, Casa do Contrato, 4 de julho de 1789, em *Autos de devassa da Inconfidência Mineira*, vol. 2, pp. 136-8. Para a falta de vão, José dos Santos Lúcio, *A Inconfidência Mineira*, pp. 227 e 240. O laudo de Herzog é bem mais sucinto que o de Cláudio.

90 Nilmário Miranda e Carlos Tibúrcio, *Dos filhos deste solo*, p. 333.

91 Fernando Pacheco Jordão, *Dossiê Herzog*, p. 51. Para a cópia xerox da fotografia onde se vê a segunda barra da grade, pasta com seis folhas e nota do general Newton

Cruz a Figueiredo, de 23 de janeiro de 1976, APGCS/HF. A foto está no Caso nº 7338-75 da Divisão de Criminalística da Secretaria de Segurança Pública de São Paulo.

92 Fernando Pacheco Jordão, *Dossiê Herzog*, p. 96. Essas roupas nunca foram devolvidas. O corpo foi entregue à família nu.

93 Depoimento de Clarice Herzog, em Fernando Pacheco Jordão, *Dossiê Herzog*, p. 28.

94 Fernando Pacheco Jordão, *Dossiê Herzog*, p. 30.

95 Idem, p. 36.

96 Evanize Sydow e Marilda Ferri, *Dom Paulo Evaristo Arns*, pp. 185-6.

97 Depoimento de Mino Carta, em *Vlado*, organizado por Paulo Markum, p. 167.

98 Idem.

99 Hamilton Almeida Filho, *A sangue quente — A morte do jornalista Vladimir Herzog*, p. XI.

100 Fernando Pacheco Jordão, *Dossiê Herzog*, p. 31.

101 Idem, p. 34.

102 *Vlado*, organizado por Paulo Markum, pp. 211-2.

103 Intitulado *Quarto de despejo*, o diário de Carolina de Jesus foi editado em diversos países, além de ter servido de roteiro para um documentário de uma emissora de televisão alemã.

104 Audálio Dantas, janeiro de 1999, e Fernando Pacheco Jordão, *Dossiê Herzog*, p. 40.

105 Fernando Pacheco Jordão, *Dossiê Herzog*, p. 49.

106 Mario Sergio Conti, José Américo Dias e Rodrigo Naves, dezembro de 1998.

107 Nota manuscrita de Heitor Ferreira a Geisel, que a respondeu. Sem data, provavelmente de 1973. APGCS/HF.

108 Renata Rangel, Mario Sergio Conti e Roberto Melo, fevereiro de 2000.

109 João Guilherme Vargas Netto, dezembro de 1975.

110 *Apreciação Sumária nº 10/75 — Campo Interno*, do SNI, carimbada “secreto”, de 17 de junho de 1975. AEG/CPDOC.

111 *Relatório Especial de Informações nº 1/76*, do DOI-CODI do II Exército, intitulado *A Subversão Comunista em São Paulo*, carimbado “reservado” e datado de abril de 1976, p. 92. AA.

112 Numa reunião da Comunidade de Segurança realizada em 3 de setembro de 1974, o representante do CISA mencionou a existência no Brasil de cinco organizações ligadas à IV Internacional. Elas tinham bases em São Paulo, Porto Alegre e Paris. Primeira Reunião Quinzenal sobre Segurança Interna, SNI, Agência Central, marcado “confidencial”. AEG/CPDOC.

113 No conjunto das 128 *Apreciações* o PCB é mencionado 23 vezes. Há duas referências ao PC do B e outras duas ao Movimento de Emancipação do Proletariado. Há uma referência, genérica, aos “trotskistas”. Nenhuma outra organização é mencionada pelo SNI.

114 Fernando Pacheco Jordão, *Dossiê Herzog*, p. 45.

115 Idem, pp. 44-6.

116 Uma folha manuscrita em papel do gabinete do chefe do SNI, intitulada *Telefonema do General Castro, 18.45/27 Out.* APGCS/HF.

117 Para o número de estudantes em greve, Fernando Pacheco Jordão, *Dossiê Herzog*, p. 60.

- 118 Uma folha manuscrita em papel do gabinete do chefe do SNI, intitulada *Telefonema do General Castro*, 18.45/27 Out. APGCS/HF.
- 119 Fernando Pacheco Jordão, *Dossiê Herzog*, pp. 49-50.
- 120 Informação dada ao SNI por Paulo Sawaya, *Informe 247*, de 29 de outubro de 1975. AA.
- 121 *Vlado*, organizado por Paulo Markum, p. 147.
- 122 Ernesto Geisel, *Discursos*, vol. 2: 1975, p. 239.
- 123 *Diário do Congresso Nacional*, 28 de outubro de 1975, seção II, p. 6101, com os debates de 27 de outubro de 1975. Ata da 174ª Sessão, em 27 de outubro de 1975.
- 124 A íntegra do aparte está em Hugo Abreu, *O outro lado do poder*, p. 109...
- 125 Fernando Pacheco Jordão, *Dossiê Herzog*, p. 58.
- 126 *Vlado*, organizado por Paulo Markum, p. 190, e Fernando Pacheco Jordão, *Dossiê Herzog*, p. 62.
- 127 *Diário de Heitor Ferreira*, 29 de outubro de 1975.

“Escolham lá um presidente”

Na noite do sábado em que morreu Herzog, por coincidência, havia festa na casa do ministro do Exército, Sylvio Frota. Durante o jantar, fizera-se um brinde ao “futuro presidente da República”.¹ Não era o primeiro. Poucos meses depois da ascensão do general ao ministério, Humberto Barreto contara a Geisel que os copos se tinham levantado com o mesmo augúrio. “Mas já?”, admirara-se o presidente.² (Um dos brindes foi erguido pelo ministro da Justiça, Armando Falcão.)³

Frota tornara-se um vitorioso. Não fanfarronava, mas prevalecia. Golbery tivera duas conversas desalentadas com Heitor Ferreira. Convencera-se de que, à maneira de Costa e Silva dez anos antes, o ministro do Exército estava arrastando as fichas: “Frota vai ser, se não sair. E não sai”.⁴

Em torno das nove da manhã de quarta-feira, dia 29 de outubro, o general Sylvio Frota telefonou para o ministro da Justiça:

Houve um fato desagradável, que criou uma situação delicada. Um senador do Paraná, Leite Chaves, apartou o senador Paulo Brossard para dizer que o suicídio do jornalista Vladimir Herzog, em São Paulo, não passa de “um crime ignominioso”, tendo feito outras considerações que envolvem o Exército. Estou reunido com o Alto-Comando e aproveitei para ventilar a questão. Ninguém aceita o insulto e queremos uma reparação imediata.⁵

Era a engrenagem da anarquia. Frota não deveria ter discutido a questão com o Alto-Comando sem antes ouvir a opinião de Geisel. Além disso, se os generais não tinham gostado do que ventilara, o manual mandava que o ministro telefonasse ao comandante-em-chefe das Forças Armadas, e não ao colega que respondia pelos negócios da Justiça. Finalmente, manipulara a reação. Não qualificara a diferença entre os generais que não aceitavam o insulto (todos) e aqueles que desejavam a “reparação imediata”. Dos dez quatro-estrelas, quatro lhe haviam dito que, antes de mais nada, era necessário ouvir o presidente.⁶ Faltava definir o que significava “reparação”. Tanto podia ser a abertura de um processo, com base na Lei de Segurança Nacional, como a pronta cassação do mandato do senador.

Frota teve em Falcão um mensageiro solícito. Em vez de transmitir a energia da crise ao seu eixo funcional, informando ao presidente que tivera do outro lado da linha o ministro do Exército na condição de comandante de um esquadrão insurreto, telefonou ao líder do governo no Senado, Petrônio Portella. Contou-lhe a encrenca, pedindo a remessa das notas taquigráficas da sessão.⁷ Pretendia enquadrar Leite Chaves na Lei de Segurança Nacional.⁸

A raposa dissolveu a crise. Pouco depois, Petrônio disse a Falcão que expurgaria a transcrição dos debates da véspera, retirando o texto do aparte do senador.⁹ Quando o *Diário do Congresso* viesse a circular, dali a duas semanas, o aparte não teria acontecido. Era um truque, mas amparava-se na praxe que dá aos oradores não só o direito de rever os textos, como o de suprimir trechos dos discursos e apartes. Petrônio tinha amizade por Leite Chaves, um advogado paraibano que se elegera senador pelo Paraná. Moravam no mesmo prédio, e suas mulheres eram amigas.¹⁰

Falcão telefonou ao general Frota, e ele aceitou a fórmula. Minutos depois, voltou atrás. O Alto-Comando insistia na reparação. Mais: a situação poderia agravar-se rapidamente, com “a tropa indo para a rua”.¹¹ Falcão informou ao presidente o que estava ocorrendo.

Geisel mandou chamar o ministro do Exército ao Planalto.

Conversaram a dois. Frota entrou no gabinete de um presidente que parecia emparedado por tudo o que acontecera nos últimos meses, nos últimos dias e nas últimas horas. Recuava desde janeiro. Redefinira o significado da distensão. Engolira as prisões paulistas e o assassinato de Herzog. Era pouco. Deveria investir contra o Congresso. Aceitaria uma cassação ou, numa hipótese falsamente moderada, a abertura de um processo que o colocaria em posição idêntica à de Costa e Silva em 1968. Geisel reagiu por reflexo e, por instinto, salvou sua presidência.

Há duas versões, bastante próximas, da frase central do encontro do presidente com Frota.

Uma, narrada por Geisel a Heitor Ferreira: “Vocês escolham lá um presidente e venham me substituir!”.¹²

A outra, narrada por Frota a Falcão: “O presidente disse que se quisessem insistir no caso tratassem de ir arranjando outro para colocar em seu lugar”.¹³

Daí em diante, avançou. Estava irritado. Não aceitava que o desconforto dos generais resultasse numa representação formal ao Judiciário. Frota baixou o tom: o procedimento poderia ser passado ao Ministério da Justiça, o que daria aparência civil ao processo. Também não. Nada. Pior: Geisel ameaçou-o com um ato pelo qual só se poderiam fazer prisões com sua autorização prévia.¹⁴ Em resumo: “A área que mais me devia ajudar, é a que me cria caso, o Exército”. Referia-se à morte de Herzog.¹⁵

O sujeito da crise mudara ao sabor do desfecho. Pela manhã, quando telefonou a Falcão, Frota informou que “ninguém” aceitava o insulto e “queremos uma reparação imediata”. Embutia a primeira pessoa do plural. À tarde, narrando a conversa com Geisel, baldeou-se para a terceira pessoa: “se quisessem” (eles) que “tratassem de ir arranjando outro”.

Frota estava batido. Se horas antes houvera a possibilidade de a tropa sair para a rua, no meio do dia ele marchava para casa, sozinho, ao encontro de Falcão. O condestável das nove da manhã transformou-se em vítima às duas e meia da tarde. Reclamou da rispidez do

presidente, viu-se desautorizado: “Fiquei numa posição difícilima. [...] Não tenho mais condições para ficar. Devo ter perdido a confiança dos meus companheiros. Não posso continuar ministro do Exército”.¹⁶

Falcão correu ao Planalto e propôs a Geisel uma nova conversa, a três. Ela durou no mínimo uma hora. Frota chegou tenso, e o presidente recebeu-o artilhado: “Você não tem o direito de ser intransigente. [...] Então não posso deixar de aceitar uma proposta de um ministro meu?”

Começou tudo de novo e terminou tudo da mesma forma. O presidente não aceitou o processo contra o senador. Os três sabiam que Petrônio sumira com o texto do aparte. Pensou-se em usar a fita do debate. “Gravação não é prova aceitável pelos tribunais”, respondeu Geisel, num evidente despropósito, pois o registro de uma sessão parlamentar é documento público. Não queria um processo em que Leite Chaves seria réu e ele, vítima. Surgiu uma fórmula: Frota oficiaria a Falcão, consultando-o sobre a viabilidade de uma punição legal. Era uma armadilha, mas o presidente chutou-a: “Não acho bom. O ministro Falcão não vai fazer nada de concreto e, em consequência, o Exército vai exigir a cabeça dele”.¹⁷

Nessas sete horas de crise, Geisel agiu sozinho. Se contou a Golbery a primeira conversa, certamente não contou a segunda.¹⁸ Não contou, portanto, que o ministro do Exército manipulara a própria demissão. Heitor Ferreira registrou que o presidente tivera um “arranca-rabo grande com Frota” e falara em demiti-lo.¹⁹ Heitor não soube que Geisel tivera a chance e deixara de fazê-lo. O desemparedamento do presidente tinha um derrotado (Frota), mas não tinha vencedor. O choque ficara em segredo. Fora os três interlocutores da reunião do Planalto, ninguém soube do tamanho desse confronto.

Tanto em Brasília como em São Paulo, temia-se que a outra ponta do problema fosse para a rua. A garotada das universidades em greve assustara o regime, que, por sua vez, assustava a oposição. Quem

planejasse um confronto dispunha de uma oportunidade com dia e hora marcados: a tarde de sexta-feira, quando a catedral da Sé abriria as portas para a cerimônia em memória de Herzog. O Sindicato dos Jornalistas e a Arquidiocese informavam que haveria um culto ecumênico, mas os estudantes espalharam pela cidade cerca de mil cartazes impressos em papel de embrulho convocando a população para um “ato público em repúdio ao assassinato de Vladimir Herzog”.²⁰ Os temores agravavam-se porque Geisel deveria desembarcar em São Paulo na véspera, para uma permanência de dois dias. Golbery resumiu seus receios: “Tem gente dos dois lados querendo botar a procissão na rua”.²¹

O SNI distribuiu à imprensa uma nota lançando-se em defesa do porão (“Não há ‘prisões em massa’ e sim prisões legais”). Repetiu a essência da palestra feita dias antes aos presos do DOI: “Por que não considerar que [Herzog] teria fatos muito mais comprometedores a revelar e que preferiu, com grandeza militante, ocultar pelo silêncio que a morte acarreta?”. Fingia onipotência, mas mostrava medo: “Por que não considerar que [...] se suicidou consciente de que a agitação nacional e internacional que se seguiria fosse, talvez, o último e grande trabalho que prestaria ao partido?”.²²

O texto foi distribuído com a exigência de que não houvesse referência à sua origem. Falhou. A *Folha de S.Paulo* publicou a nota com o lembrete de que aquilo era o que “dizem as autoridades”. O *Globo* identificou-a como “considerações” dos “órgãos de segurança”. A TV Globo transmitiu-a a seco. O SNI acusaria o golpe, culpando o locutor Cid Moreira: “A Nota referente ao ‘affaire’ Herzog, lida no *Jornal Nacional*, de 29 out 75, por aquele mesmo apresentador, além de merecer restrições quanto à leitura, provocou, nos telespectadores, indagações e dúvidas, pela falta de expressão do intérprete, que não citou o nome do suicida”.²³

Geisel recusou uma proposta para que cancelasse a viagem a São Paulo.²⁴ Desembarcaria com uma agenda que incluía a visita à Bienal de Artes Plásticas. Confirmou que ficaria hospedado na ala residencial

do palácio dos Bandeirantes, onde morava o governador Paulo Egydio. Expediu na frente o seu secretário de Imprensa, Humberto Barreto, para que buscasse contatos com jornalistas. Na noite de quarta-feira, numa mesa do hotel Hilton, Barreto sentou-se com o repórter Marcos Sá Corrêa, da revista *Veja*, e narrou-lhe a contrariedade do presidente: “O homem está puto”. Surpreendeu-o, descartando a hipótese do suicídio de Herzog, e assegurou que, como já dissera em conversas anteriores, Geisel pretendia acabar com a tortura.²⁵

Durante o desembarque do presidente em Congonhas, refletiu-se na pérgola da pista do aeroporto o constrangimento dos hierarcas. Estavam divididos em blocos. De um lado, os militares. Do outro os civis. Só Geisel transitou pelos dois.²⁶ No palácio, trancou-se com os comandantes. Perguntou a Ednardo em que pé estava o IPM destinado a investigar a morte de Herzog. Não havia, inclusive porque o ministro Frota determinara que não houvesse. Pois haveria. Geisel explicou que a morte do jornalista ocorrera numa repartição militar e, portanto, a investigação era imperativa. Mandou que comunicasse sua decisão a Frota e que, desde logo, lhe dissesse que o encarregado do inquérito deveria ser um general.

Testemunha da cena, Moraes Rego contou:

Quando Geisel deu a ordem, Ednardo ficou assustado [...]. Falou com o Frota e voltou insistindo: “Mas, presidente, o meu pessoal de informações vai ficar descoberto, porque vai ter que parar o trabalho para depor”.

Geisel: “Você coloca outros nessas funções. Mas tem que haver um inquérito. Não pode haver crime, ou morte, dentro de uma organização militar sem ser apurado”.²⁷

(Em 1940, o capitão Geisel presidira um IPM destinado a apurar “as causas determinantes do acidente do qual resultou a morte do cavalo nº 500 do Departamento de Equitação”).²⁸

Numa conversa a sós, Ednardo voltou ao assunto. Argumentou que o inquérito policial-militar revelaria a identidade dos oficiais,

sargentos e soldados que serviam no DOI, queimando-os. Nada. Geisel sugeriu-lhe que, se fosse o caso, trocasse a equipe. Queria o inquérito. Para contrariedade de Frota e de Figueiredo, que encampou a defesa do anonimato dos torturadores, o IPM foi instaurado.²⁹

Não se destinava a apurar as causas determinantes da morte do preso da cela especial nº 1, mas “as circunstâncias em que ocorreu o suicídio do jornalista Vladimir Herzog”.³⁰

A parcialidade arrogante do IPM refletia o medo que a “tigrada” impunha, mas também o medo que sentia. Na sugestão da inocuidade do inquérito, estava o temor da investigação. Ele foi enunciado por um agente do DOI, ao deixar um preso sozinho numa sala: “Vê lá o que vai fazer, hein? Se aparecer mais um cadáver aqui, os homens fecham a nossa quitanda”.³¹

A ditadura tinha outro medo, o das passeatas. Vocalizava-o ameaçando. “Observadores militares” ouvidos pel’*O Estado de S. Paulo* avisavam que o governo usaria “todo o rigor contra a desordem”. Mais específico, o secretário de Segurança pedia “cuidado com as minorias ativistas do Partido Comunista, atuando no sentido de querer transformar inocentes úteis em pavio de dinamite”.³² O SNI viria a se convencer de que a ação dos estudantes “guardou proporção com as atividades para o desmantelamento do PCB”.³³ Tratava-se de uma das maiores demonstrações de incompetência da Comunidade de Informações desde a sua criação. Confirmava a macumba segundo a qual os generais estão sempre planejando as batalhas da guerra passada. O PCB nada tivera a ver com as passeatas que os estudantes tentavam organizar. Pelo contrário: quem organizava as manifestações era a esquerda de um novo tempo, anticomunista. Os generais já não sabiam em que guerra estavam.

O Sindicato dos Jornalistas mantivera-se na linha de formalidade e intransigência de Audálio Dantas. Ele nunca ouvira falar nas siglas trotskistas. Reconhecia os estudantes radicais pelas propostas. Já

derrubara a idéia de uma passeata e dissera a um grupo de jovens que deveriam chegar ao culto normalmente, sem manifestação.³⁴ À noite, tranqüilizara-se ao saber que os alunos da USP haviam decidido, em assembléia, que seriam presença silenciosa na catedral.³⁵ Passados 24 anos, ele lembraria que nesses dias “caminhava sobre as nuvens, flutuando na tensão”.³⁶ Testava o próprio medo. A solidariedade que recebera parecia o sentimento do mundo, mas refletia o medo das gentes. Chegaram-lhe algumas dezenas de telegramas. Todos de entidades. De sindicatos, só cinco ou seis, todos de jornalistas. Dos outros, nem telefonema.³⁷

À noite, Paulo Egydio abriu os salões do palácio para 1500 convidados, em homenagem a Geisel. Contrariando a opinião da direção nacional do MDB, toda a bancada oposicionista atendeu ao convite do governador. Até o deputado Alberto Goldman, líder do partido na Assembléia, militante do PCB, Alvo 37 do serviço de escuta telefônica do SNI, citado em pelo menos 23 ocasiões por onze presos do DOI paulista.³⁸

— Presidente, o MDB está apreensivo com o que vem acontecendo em São Paulo, quanto ao respeito dos direitos humanos — disse Goldman, quando conseguiu acercar-se de Geisel.

— Não pensem que eu não entendo o significado de suas presenças aqui, neste momento — respondeu o general.³⁹

No dia seguinte, Geisel resolveu retardar sua partida. Só regressaria a Brasília depois que o culto ecumênico na Sé terminasse. Pela manhã, a Censura proibiu que as rádios e televisões mencionassem a cerimônia.⁴⁰ No início da tarde, dois secretários de Paulo Egydio procuraram o cardeal Arns em sua casa. Levavam-lhe um apelo para que não comparecesse à catedral:

— Pode haver tiroteio, mortes, o senhor será o responsável.

— Lá estarei, para evitar mortes. O Pastor não abandona as ovelhas, quando ameaçadas — respondeu d. Paulo.

— Haverá mais de quinhentos policiais na praça com ordem

de atirar, ao primeiro grito — informaram os secretários.⁴¹

Com 385 barreiras espalhadas pela cidade, a polícia armou-se para impedir a marcha das passeatas que temia. Produziu um dos maiores engarrafamentos da história de São Paulo. Não houve passeatas. Oito mil pessoas chegaram em silêncio à praça da Sé, transbordando pelas escadarias da catedral. A maioria eram jovens universitários. Antes da entrada dos celebrantes, um padre pedia ao público que repetisse as preces do culto, nas quais havia um refrão: “Nas minhas dores, ó senhor, fica a meu lado!”.⁴²

Entraram o cardeal, o rabino Henry Sobel, mais vinte sacerdotes, entre eles d. Helder Câmara, arcebispo de Olinda e Recife.

D. Paulo Evaristo chegou ao seu encontro com a ditadura:

Ninguém toca impunemente no homem, que nasceu do coração de Deus, para ser fonte de amor.

Não matarás. Quem matar, se entrega a si próprio nas mãos do Senhor da história e não será apenas maldito na memória dos homens, mas também no julgamento de Deus.

No fim da cerimônia, o cardeal recomendou: “Os estudantes da Universidade de São Paulo pedem para avisar que não imprimiram nenhuma espécie de documento e que não se responsabilizam por qualquer publicação que porventura correr neste recinto. Esta casa é de Deus e por isso peço que este culto ecumênico seja revestido apenas de caráter religioso”.⁴³

A um repórter que lhe pediu algumas palavras, d. Helder respondeu: “Para que falar em voz alta, meu filho, se todos nós estamos conversando em silêncio?”.⁴⁴

A multidão calada e altiva se dissolveu na praça. Levava consigo um sentimento de superioridade, de civilização.

Na praça da Sé, naquela tarde de 31 de outubro de 1975, a oposição brasileira passou a encarnar a ordem e a decência. A ditadura,

com sua “tigrada” e seu aparato policial, revelara-se um anacronismo que procurava na anarquia um pretexto para a própria reafirmação.

O SNI registrou “a calma com que transcorreu o culto ecumênico em São Paulo”. Ouviu o silêncio e comentou-o em sua *Apreciação Sumária*:

Se tranqüiliza no que se refere à manutenção da ordem pública, não deixa de causar apreensão relativamente ao aspecto contestador. Igreja, imprensa e a classe estudantil — só para mencionar as áreas atualmente mais agitadas — comprovaram a possibilidade de se aliarem, sem desordem, numa posição comum de contestação ao governo ou, mais precisamente, aos militares.⁴⁵

No final da tarde de segunda-feira chegou ao Planalto a notícia de que a edição de 28 de outubro do *Diário do Congresso* começara a circular. Continha o aparte do senador Leite Chaves. Nunca se comprovou de quem foi a mão misteriosa que providenciou não só o seu reaparecimento, mas também a impressão dos debates em apenas quatro dias úteis, quando isso levava até duas semanas.⁴⁶ A reação de Petrônio Portella foi imediata. Ele articulou a retenção dos exemplares que estavam na gráfica e coordenou o recolhimento das cópias mandadas aos gabinetes dos senadores. Heitor Ferreira anotou: “Ordem para recolher, suspender, destruir o *Diário*”.⁴⁷ Escaparam 150 exemplares, e um deles foi entregue ao general Sylvio Frota.⁴⁸

A molecagem que poderia levar a uma crise militar foi novamente dissolvida pelo desembaraço de Petrônio Portella, que providenciou uma reimpressão expurgada do *Diário do Congresso*. Petrônio reuniu-se com Leite Chaves e mostrou-lhe que só havia um caminho: a retratação imediata, pública. Percebendo que fora empurrado para o papel de espoleta, Leite Chaves aceitou a humilhação. Petrônio ajudou-o a escrever uma nota acrobática, na qual se retratava sem se referir a uma só palavra do que dissera.⁴⁹

Leite Chaves falou no dia seguinte, diante de um plenário lotado:

Reconheço que a cada dia cresce em todos os países o papel do Exército e das forças Armadas no Setor de Segurança. Exaltamos a indispensabilidade de sua atuação para preservar a ordem e a paz social. [...] O Exército e as Forças Armadas credenciaram-se no passado e credenciam-se no presente ao respeito dos brasileiros, acionando, sempre que necessário, os mecanismos de segurança para manter a paz.⁵⁰

Acabou sob aplausos. Assim como sucedera na praça da Sé, a oposição parlamentar passara a encarnar a ordem. A humilhação de Leite Chaves expulsara do Congresso a mandinga destinada a envolvê-lo na crise militar provocada por uma declaração que nenhum órgão de imprensa publicara e que vagava por Brasília em cópias de uns poucos exemplares de um *Diário do Congresso* que fora recolhido. Teotônio Vilela, um arenista que se distanciara da ditadura, festejaria: “Volta-se a respirar normalmente em Brasília e no Brasil. O circo dos histriões desarmou-se. Nas rodas dos tristes, a face contraída abriu-se com sinais de alívio”.⁵¹

1 *Diário de Heitor Ferreira*, 29 de outubro de 1975, referindo-se a um informe levado a Geisel pelo general Hugo Abreu.

2 Humberto Barreto, fevereiro de 1999, e Ernesto Geisel, março de 1995. Ver também *O Estado de S. Paulo* de 11 de outubro de 1977, p. 5.

3 Humberto Barreto repetiu ao autor, em diversas ocasiões, que Falcão brindou a Frota pouco tempo depois de sua ida para o Ministério do Exército. Em dezembro de 1998 e fevereiro de 2003, recapitulando o episódio, insistiu na época do brinde, mas disse não se lembrar se ele partiu de Falcão. Estava certo de que o episódio se dera durante um jantar na casa do ministro da Justiça. O general Reynaldo Mello de Almeida, em agosto de 1998, informou que foi testemunha da cena em que Falcão ergueu o brinde a Frota. Não lembrava, contudo, a época. Chega-se assim a uma certeza e a uma dúvida: é certo que Falcão brindou ao futuro de Frota, mas não se sabe se ele fez isso logo depois da posse do general, em 1974, ou no jantar de outubro de 75.

4 *Diário de Heitor Ferreira*, 29 de outubro de 1975.

5 “Diário de Armando Falcão”, em Falcão, *Tudo a declarar*, p. 385.

6 Idem, p. 387. Eram os generais Reynaldo Mello de Almeida (comandante do I

Exército), Euler Bentes Monteiro (chefe do Material Bélico), Dilermando Gomes Monteiro (chefe de Ensino e Pesquisa) e Fernando Belfort Bethlem (comandante militar da Amazônia).

7 Para o telefonema, “Diário de Armando Falcão”, em Falcão, *Tudo a declarar*, p. 386. Para o pedido das notas, Leite Chaves, abril de 2004.

8 Hugo Abreu, *O outro lado do poder*, p. 110. Leite Chaves, *Por um amanhã de justiça*, p. 115.

9 “Diário de Armando Falcão”, em Falcão, *Tudo a declarar*, p. 386.

10 Leite Chaves, janeiro de 1999.

11 “Diário de Armando Falcão”, em Falcão, *Tudo a declarar*, p. 386. A expressão “a tropa indo para a rua” é transcrição literal do que Falcão ouviu de Frota.

12 *Diário de Heitor Ferreira*, 29 de outubro de 1975.

13 “Diário de Armando Falcão”, em Falcão, *Tudo a declarar*, p. 387.

14 “Diário de Armando Falcão”, em Falcão, *Tudo a declarar*, p. 387.

15 *Diário de Heitor Ferreira*, 29 de outubro de 1975.

16 “Diário de Armando Falcão”, em Falcão, *Tudo a declarar*, p. 387.

17 “Diário de Armando Falcão”, em Falcão, *Tudo a declarar*, p. 388.

18 *Diário de Heitor Ferreira*, 29 de outubro de 1975.

19 *Cronologia do Governo Geisel*, de Heitor Ferreira, 29 de outubro de 1975. APGCS/HF.

20 Renata Rangel, Mario Sergio Conti e Roberto Melo, fevereiro de 2000.

21 *Diário de Heitor Ferreira*, 29 de outubro de 1975.

22 Fernando Pacheco Jordão, *Dossiê Herzog*, pp. 88-9.

23 *Apreciação Sumária n° 12/Gab/75 — Campo Interno*, do SNI, carimbada “segredo”, de 10 de novembro de 1975. AEG/CPDOC.

24 *Ernesto Geisel*, organizado por Maria Celina d’Araujo e Celso Castro, p. 370.

25 Humberto Barreto e Marcos Sá Corrêa, fevereiro de 1999.

26 Paulo Egydio Martins, junho de 1988.

27 Depoimento do general Moraes Rego, em *A volta aos quartéis*, organizado por Maria Celina d’Araujo, Gláucio Ary Dillon Soares e Celso Castro, p. 66.

28 *Livro de Assentamentos* de Geisel, com folhas soltas colecionadas numa capa dura. APEG.

29 Depoimento do general Moraes Rego, em *A volta aos quartéis*, organizado por Maria Celina d’Araujo, Gláucio Ary Dillon Soares e Celso Castro, p. 65. Fernando Pacheco Jordão, *Dossiê Herzog*, pp. 20 e 103.

30 *Portaria n° 03-SJ*, do general comandante do II Exército, de 30 de outubro de 1975, em *Caso Herzog — A sentença. Integra do processo movido por Clarice, Ivo e André Herzog contra a União*, p. 24.

31 Depoimento de Rodolfo Konder, em Fernando Pacheco Jordão, *Dossiê Herzog*, p. 44.

32 Fernando Pacheco Jordão, *Dossiê Herzog*, p. 64.

33 *Apreciação Sumária n°11*, marcada “segredo”, de 3 de novembro de 1975. AEG/CPDOC.

34 Audálio Dantas, janeiro de 1999. Depoimento de Audálio Dantas, em *Vlado*, organizado por Paulo Markum, p. 179.

- 35 Fernando Pacheco Jordão, *Dossiê Herzog*, p. 70.
- 36 Audálio Dantas, janeiro de 1999.
- 37 Idem, e depoimento de Audálio Dantas, em *Vlado*, organizado por Paulo Markum, p. 184.
- 38 Para a interceptação telefônica, bilhete de Heitor Ferreira a Figueiredo, de 29 de julho de 1975. APGCS/HF. Para os depoimentos, *Relatório Especial de Informações n° 1/76*, do DOI-CODI do II Exército, intitulado *A Subversão Comunista em São Paulo*, carimbado “reservado” e datado de abril de 1976. AA.
- 39 Alberto Goldman, *Caminhos de luta*, p. 138.
- 40 Paolo Marconi, *A censura política na imprensa brasileira — 1968/1978*, p. 294.
- 41 Carta de d. Paulo Evaristo Arns a Fernando Pacheco Jordão, em Jordão, *Dossiê Herzog*, p. 10.
- 42 Fernando Pacheco Jordão, *Dossiê Herzog*, pp. 70 e 72.
- 43 Evanize Sydow e Marilda Ferri, *Dom Paulo Evaristo Arns*, p. 201.
- 44 Fernando Pacheco Jordão, *Dossiê Herzog*, p. 69.
- 45 *Apreciação Sumária n° 11/Gab/75*, carimbada “secreto”, de 3 de novembro de 1975. AEG/CPDOC. Essa *Apreciação* registra: “Vem, então, a triste conclusão, que o analista aponta a contragosto: a opinião pública, na sua maioria, não acreditou na palavra oficial”.
- 46 Para os prazos de impressão do *Diário do Congresso Nacional*, José Sarney, novembro de 1975.
- 47 *Diário de Heitor Ferreira*, 3 de novembro de 1975.
- 48 Hugo Abreu, *O outro lado do poder*, p. 110.
- 49 Leite Chaves, fevereiro de 1999.
- 50 *Diário do Congresso Nacional*, 5 de novembro de 1975, seção II, p. 6435. Ata da 183ª Sessão, em 4 de novembro de 1975.
- 51 Discurso de Teotônio Vilela (Arena-AL), em *Diário do Congresso Nacional*, 7 de novembro de 1975, seção II, p. 6544. Ata da 187ª Sessão, em 6 de novembro de 1975.

Mágica besta

Durante todo o recuo de 1975, Geisel tentou contemporizar cora a indisciplina do porão e com o radicalismo de Frota. Desde 1964, quando chefiara a missão mandada por Castello Branco ao Nordeste para investigar casos de tortura, tentava reproduzir o estratagema da pedra limpa. Aceitava o que tivesse acontecido, desde que não voltasse a acontecer. A cada concessão feita, vira-se diante de nova exigência. Na crise de outubro encarara a crueza de seu emparedamento público. Escapara por pouco. Consumira perto de dois anos de mandato procurando articular uma coesão militar assentada na racionalidade de um projeto político. Em vez de se fortalecer na busca de uma saída para a ditadura, vira produzir-se uma alternativa para sua continuidade: Sylvio Frota.

O general que supusera ser “mais soldado” adquirira vôo próprio. Frota era um oficial obediente e reservado. Não fazia, em nenhum aspecto, o gênero do ministro militar que tutela o governo. Distanciava-se de Geisel numa questão de fundo. Para ele, tanto o presidente como o ministro do Exército desempenhavam funções delegadas pela Revolução, cujo poder constituinte emanava das Forças Armadas. Em nome da tropa, oferecia “apoio franco e irrestrito” ao “intérprete maior e fiel executor” dos “propósitos renovadores e saneadores da Revolução de 1964”.¹

Era uma percepção oposta à de Geisel, que via o seu governo

amparado “pelo povo, pela Aliança Renovadora Nacional e pelas Forças Armadas”, nessa ordem: “Eu fui eleito pelo Congresso. Não vou ficar no poder sustentado pelas baionetas do Frota”.²

Descontadas enormes diferenças de comportamento, Frota estava para Geisel assim como Costa e Silva estivera para Castello. Tornando-se candidato, o ministro cavalgaria o futuro. Foi esse desdobramento que o presidente quis obstruir, advertindo Armando Falcão: “Não admito que haja mosca azul de ministro do Exército, e comigo não vai ser como o Costa e Silva com o Castello”. Falcão sugeriu-lhe que tivesse “mais contatos” com Frota. “Ele é que deve ter comigo”, respondeu.³ Ironia da ditadura. O político a quem o general recomendara que freqüentasse os ministros militares, via-se na posição de aconselhá-lo a conversar mais com seu ministro do Exército.⁴ Talvez Falcão estivesse conversando demais, talvez Geisel estivesse conversando de menos, mas, com certeza, estavam conversando sobre assuntos distintos.

O presidente decidiu tirar Ednardo do comando do II Exército. Dependendo dos remanejamentos militares do fim do ano, poderia fazê-lo em dezembro, se não em março.⁵ Resolveu transferir o coronel Paes da 2ª Seção do Estado-Maior do II Exército e proibir os DOIS de prender suspeitos sem a aprovação de uma autoridade superior.⁶ Isso no campo das providências imediatas. Pensando um pouco adiante, decidiu nomear Moraes Rego, que acabara de ser promovido a general, para o comando da 11ª Brigada de Infantaria Blindada, aquartelada em Campinas. Era um procedimento natural e foi recebido por Frota sem objeções.

Chamado à casa do ministro do Exército, o novo general não acreditava no que ouvia: “Você vai se dar muito mal em Campinas! Você é amigo do governador de São Paulo, de Campinas você vai falar com ele pelo telefone, eu vou saber o que vocês falam, e você vai se dar muito mal. [...] Pode ir para Campinas, mas conte essa conversa ao presidente”.⁷

Moraes Rego contou, e foi além: “O Castello tinha muito receio de cindir o Exército, mas às vezes tem que haver ação, e correr-se o risco”.

“O Frota é burro. Então ele não vê...” respondeu Geisel.

Foi uma reação fria, sem exasperação, quase perplexa. O presidente preparou-se para a hipótese de demiti-lo. Evitando turbulências, seu substituto seria o chefe do Estado-Maior. A essa altura, Golbery achava que Armando Falcão devia ir junto.⁸

Heitor Ferreira anotou em seu *Diário*: “Bem, podem vir tempos interessantes aí”.⁹

Frota foi chamado ao Alvorada no dia 24 de novembro. À tarde, Golbery e Heitor advertiram Geisel do risco de uma esquivia. Queriam que a conversa tivesse o propósito da demissão, pois se ela evoluísse para um esclarecimento, poderia acabar repetindo o desfecho da crise de outubro.

“Não, não. Eu tenho que conversar francamente com ele. Se ele não se acomodar, não fica como ministro!”, rebateu Geisel.

“Quod est o que achamos, vai se acomodar... [...] Saí pessimista e vim tomar estas notas. Não vai acontecer nada”, registrou Heitor.¹⁰

Acertou. Seu registro seguinte informa:

A conversa durou 40 minutos. Diz o Humberto que o PR deu uns gritos com o Frota. Mas no fim aconteceu o que não queríamos e que já prevíamos: ficou naquela do mal-entendido, do desculpe, etc.

Queríamos a demissão do Frota. Quem? Figueiredo, Golbery, Moraes Rego, Humberto, eu, e até certo ponto o Hugo. Mas que nada! Agora, o Frota está:

1) alertado e

2) magoado.

Mágica besta...

O que o PR nos contou: “Ele entregou os pontos. [...] Ele se

apresentou inteiramente desarmado... [...] Estava admirado de eu estar zangado... [...] Ficou nisso. [...] Eu disse a ele, vamos tirar o Ednardo de São Paulo. [...] Não falei certas coisas que sabia pelo SNI... Ele caiu das nuvens.[...]”.

Hugo comentou que foi melhor ter sido assim, sem demissão. O PR respondeu que não sabia, não... “talvez não... Eu não pude levar até o ponto que queria”.

Silêncio. Longo silêncio. “Bom, esta está resolvida. Vamos ver agora a outra... Deus queira que não haja outra. [...]”

A verdade é que o PR perdeu a parada. Nós perdemos. [...]

Um péssimo dia hoje.¹¹

O dia seguinte também.

Moraes Rego contou a Heitor, em segredo, que enquanto Geisel e Frota conversavam, Hugo Abreu o chamara ao seu gabinete e, trancando a porta, dissera-lhe que havia um “elemento complicador no problema: o Golbery estava muito contra o Frota, para abrir caminho para o Figueiredo ser presidente”.¹²

Estranho num ninho de amigos, Hugo Abreu deu esse salto misturando ingenuidade e audácia. Geisel nunca lhe dissera palavra sobre a sucessão. Tinha motivos para supor que ela estivesse aberta. Conhecendo a lealdade canina de Moraes Rego ao presidente, ele só poderia ver na candidatura de Figueiredo uma manobra exclusiva de Golbery se o chefe do Gabinete Civil estivesse trabalhando sem o estímulo ou, pelo menos, o conhecimento de Geisel. Mais: só poderia ter essa conversa com Moraes Rego se fosse possível tê-lo como aliado contra o chefe do SNI. Nenhuma das duas proposições fazia nexos. Em agosto, conversando com Heitor Ferreira a respeito da sucessão, Moraes Rego considerara Figueiredo uma solução natural: “É ele mesmo”.¹³

O recuo de 1975 fora um fracasso. Faltara-lhe consistência à direita porque não levava ao único desfecho eficaz: a neutralização de Golbery. Geisel teve o pretexto da debilidade física. Poderia ter conseguido isso numa só conversa, informando-o de que o projeto de abertura estava abandonado. É certo que assim provocaria o pedido de demissão do chefe do Gabinete Civil. Essa conversa não aconteceu porque o projeto não estava abandonado. O presidente, ao contrário de seu amigo, julgava possível conduzi-lo sem expor ao país fraturas da ordem militar. Tendo vivido num Exército dividido, temia acabar com o “milagre” que supunha ter-se estabelecido em 1964.

Ao mesmo tempo que condenava os generais, Geisel tinha uma obsessão disciplinar. Via-se como comandante das Forças Armadas, mas gostava de lembrar a frase de Floriano Peixoto em que ele se considerava “a ovelha do regimento”, a mascote que acompanha a tropa para onde quer que ela vá. Nas suas palavras: “Antes de mais nada eu sou homem da minha classe”.¹⁴

O comandante e a ovelha não eram figuras contraditórias, mas complementares. Floriano, a quem Geisel muito admirava, foi um marechal sucedido na Presidência por um civil, e também o governante brasileiro em cujo mandato foram mortos mais oficiais rebelados. Reprimindo a revolta da Armada e a insurreição federalista de 1893, suas tropas levaram ao pelotão de fuzilamento um marechal-barão e dezessete oficiais da ativa. Em combate, mataram um almirante.¹⁵ A “ovelha do regimento” segue a tropa por fidelidade, não por conformismo.

Geisel mantinha separadas, quase estanques, suas duas militâncias. Agia como se houvesse dois presidentes. Um, encarregado dos quartéis, outro, da política. O chefe de um consulado militar queria restabelecer o primado do poder da Presidência. O chefe político procurava atribuir ao consulado uma legitimidade constitucional capaz de assegurar a ordem militar. Manobra difícil, tinha como pré-condição a disciplina da máquina repressiva. Sem isso, ele não teria autoridade para os passos seguintes.

O presidente supôs que poderia cumprir essa condição valendo-se do estratagema segundo o qual seriam esquecidas as desordens passadas em troca do bom comportamento no futuro. Na contraface desse acordo, Golbery pedira a d. Paulo Evaristo Arns que se deixasse para trás o passado. A manobra fracassara. Em seu governo haviam desaparecido cerca de sessenta pessoas e tivera três suicidas (todos presos pelos DOIS, todos enforcados sem vão livre). Se com tudo isso nada acontecera, faltavam motivos ao porão para acreditar que algo pudesse acontecer.

Fora do porão, o pacto não fazia nexos. Como a tortura prosseguia, passado não havia. Os debates parlamentares e a relativa liberdade de imprensa encareciam a hipoteca, tirando as denúncias da clandestinidade. Entre 1972 e 1973, dois generais e um coronel viram os filhos desaparecer e não puderam expor publicamente sua dor.¹⁶ Em 1975, o general Pedro Celestino tentara ser ouvido pelo presidente do governo que apoiara. Quando não conseguiu, entregou uma carta ao MDB. Um veterano conservador como o jurista Caio Mário da Silva Pereira, presidente da Ordem dos Advogados do Brasil e chefe-de-gabinete de dois ministros durante o mandato de Castello Branco, dissera que não denunciava torturas porque nunca obtivera “especificações objetivas”. Foi apanhado pela palavra. Do presídio Tiradentes, em São Paulo, recebeu um documento listando 21 modalidades de suplícios e 151 nomes ou apelidos de torturadores, assinado por 35 presos.¹⁷ Caio Mário remeteu-o a Golbery, lembrando a “origem divina” do “respeito aos direitos da pessoa humana, que a civilização ocidental levou milênios a proclamar”.¹⁸ Com os papéis na mão, o Serviço Nacional de Informações tomou duas providências: pediu à Polícia Federal um exame grafotécnico das 35 assinaturas, pois suspeitava que elas “foram feitas pela mesma pessoa”, e procurou entrevistar os presos, para saber se realmente haviam assinado a denúncia. Quanto às torturas e aos torturadores listados, silêncio.¹⁹

Herzog foi assassinado pela segunda vez no IPM que investigou as causas de sua morte. Apesar de o coronel Paes e dois carcereiros terem dito que os presos do DOI vestiam “roupas especiais”, o encarregado do inquérito não teve a curiosidade de perguntar se vinham com cinto. Não se cuidou apenas de evitar a verdade. Impediu-se que ela aparecesse. Quando um preso disse que ouvira os gritos de Vlado durante a sessão de torturas, o procurador que acompanhava o inquérito se recusou a registrar a informação: “Ouvir é subjetivo”. Quando a mãe do jornalista disse que, ao perder o filho único, tivera vontade de morrer, o procurador ditou ao escrivão que “naquele momento [ela] sentiu vontade de suicidar-se, também”.²⁰ Nomeado para “apurar em que circunstâncias ocorreu o suicídio do jornalista Vladimir Herzog”, o general Fernando Guimarães de Cerqueira Lima concluiu que ele se suicidara exatamente nas circunstâncias descritas, desde a primeira hora, pelo comando do II Exército.

Ednardo D’Avila Mello festejou: “O resultado do inquérito é a melhor resposta para aqueles que intrigam, mentem, que se baseiam em boatos e que procuram jogar o povo contra o Exército. Enfim, uma resposta aos irresponsáveis e aos nazistas vermelhos”.²¹

O Centro de Informações da Aeronáutica foi mais longe. Enviou a todos os oficiais-generais da Força Aérea um *Documento de Informação*. Alertava os brigadeiros para o fato de que as “organizações subversivas” dominavam “o MDB, O Clero, o ensino e, praticamente, todos os meios de comunicação social”. Responsabilizava Geisel por um possível “retorno à situação existente no início da década de 60”. Concluía que “se o governo não se dispuser, ou não puder usar os instrumentos adequados à neutralização dessas organizações é possível que, em futuro próximo, repressão violenta tenha de ser empregada, sob condições ainda mais adversas — como aconteceu no Chile [...]”.²²

Era de golpe que se tratava. A ofensiva contra o PCB rendera ao CIE provas abundantes de que havia comunistas na máquina administrativa e, sobretudo, no MDB paulista. Para quem estava na caçada, o silêncio do governo parecia tolerância. O coronel Erasmo Dias

chegou a desafiar o coronel Wilberto Lima, assessor especial de Geisel, que lhe encaminhara uma denúncia de arbitrariedades cometidas pelo comandante da PM de São Paulo: “Por que não se dá atenção às informações em relação aos deputados comunistas [...] como se dá às denúncias de colegas de farda inatacáveis [...]?”.²³

No dia 28 de dezembro, o presidente encontrou-se com o governador Paulo Egydio e discutiu o caso dos deputados comunistas. Dias depois, assinou o decreto cassando dois deles — Marcelo Gatto (federal) e Nelson Fabiano (estadual). O DOI comprovava com pelo menos oito depoimentos suas militâncias e contatos. Geisel reteve o papel em duas ocasiões. Temeu que o episódio se transformasse em bola-de-neve. Determinou que os dois deputados não fossem chamados pela polícia para depor.²⁴

Era a primeira vez que o presidente usava o AI-5 para uma punição política. Em Brasília, os boatos antecipavam a existência de uma lista com sessenta outros nomes.²⁵ Os cassados não foram chamados para depor, nem pelo Exército, nem pelo DOPS. Chamou-os a Polícia Federal, subordinada a Armando Falcão.²⁶ O general Ednardo, novamente vitorioso, comemorou o seu segundo aniversário no comando do II Exército com a pompa habitual da tropa formada e de uma missa, sem a presença de Paulo Egydio, mas com a companhia do presidente da Federação das Indústrias de São Paulo. O major-capelão agradeceu a Deus “pela tranqüilidade e segurança que a comunidade dos irmãos não fardados tem experimentado”. A proeminência do general era tamanha que uma cerimônia inexpressiva como a posse de seu secretário no comando do CPOR foi enfeitada pelo presidente regional da Arena e por quatro secretários de governo.²⁷ Paulo Egydio já informara que “não é hora de falar. [...] Quando for a hora de falar, eu aviso”.

Falaria o senador Dinarte Mariz, vivandeira rancorosa e apocalíptica: “Estamos no limiar de uma luta encarniçada, daí por que acredito na hipótese de mudanças radicais no panorama político”.²⁸

O DOI do II Exército retomara a ofensiva contra o PCB. Já não havia dirigentes para prender. Estavam exilados, presos, ou escondidos, até mesmo dos outros comunistas. O DOI caçava o que podia, simples militantes, operários com emprego e domicílio certo. Puxando um humilde fio, prenderam um escriturário, um enfermeiro e Sebastião de Almeida, o *Deco*, vendedor de bilhetes de loteria, semi-analfabeto.²⁹ Fazia ponto em frente a uma fábrica de autopeças, a Metal Arte. Lá ele recolhia contribuições para o PCB e distribuía três exemplares da *Voz Operária*?³⁰

O enfermeiro Geraldo Castro da Silva recebeu golpes de palmatória nas mãos e nos pés, choques na barriga e nas pernas. Quando pediu por Deus que não lhe batessem mais, ouviu: “Aqui não adianta pedir nem a Deus nem ao diabo, se eles caírem aqui também entram no pau”. O vendedor de bilhetes levou pancadas e choques. Seus interrogadores queriam os nomes da rede de recepção clandestina da *Voz Operária*. Souberam que Manoel Fiel Filho, do setor de prensas metálicas da Metal Arte, estava nela. Na manhã de 16 de janeiro, uma sexta-feira, havia dezenove presos na rua Tutóia.³¹ Manoel Fiel foi tirado do serviço. Tinha 49 anos e era um pau-de-arara típico. Viera do interior de Alagoas nos anos 50, começara como padeiro e cobrador de ônibus. Tornara-se metalúrgico e, com dezenove anos na empresa, chegara a chefe de setor. Ganhava 3300 cruzeiros de salário e tinha um sobrado, a mulher, Tereza, e duas filhas.³²

Faltava pouco para a hora do almoço quando ele apareceu inesperadamente em casa. Vinha escoltado por dois homens que carregavam submetralhadoras embrulhadas em papel de jornal. Revistaram a casa, procurando um “jornalzinho”. Não o acharam. Disseram a sua mulher que ficasse calada. O marido voltaria à noite, talvez no dia seguinte.

— O que vou dizer pra minha filha quando ela chegar e perguntar pelo pai? — perguntou Tereza.

— A senhora diz pra ela que o Manoel teve que fazer um trabalho extra na fábrica.

— Mas meu marido não faz hora extra à noite. Nunca fez e a menina não vai acreditar.

— Então a senhora fala pra ela o que bem entender.

— Não chora, nega, que eu vou voltar logo.

Fiel abraçou a mulher e deu-lhe um beijo na testa e acompanhou a escolta. Também chorava.

Tereza Fiel foi à delegacia de seu bairro para dar queixa do seqüestro do marido. Ninguém se dispôs a ajudá-la.³³

Não se sabe o que sucedeu a Fiel durante a sexta-feira. Na manhã de sábado, ao ser acareado com o vendedor de bilhetes, teria admitido que recebera três exemplares da *Voz*.³⁴ Tomou uma cotovelada no ventre, curvou-se e gemeu. Retiraram-no da sala. Além do nome das pessoas a quem entregava os dois exemplares restantes, é difícil que Manoel tivesse muito a contar.

Do andar de cima, onde era interrogado por um senhor grisalho, com uma pedra azul num anel, Geraldo Castro da Silva ouviu a voz de um preso: “Pelo amor de Deus não me judiem tanto que vocês me matam”.

Passava pouco do meio-dia quando a porta da sala em que o enfermeiro estava se abriu e ele pôde ouvir: “Chefe, o omelete está feito”.³⁵

Às 22h20 um Dodge Dart parou em frente ao sobrado de Fiel, na Vila Guarani. Desceu um cidadão e disse a Tereza Fiel: “Vim avisar que seu marido suicidou-se. Aqui estão suas roupas”.

Num saco plástico de lixo estavam a calça, o blusão, os sapatos, o cinto e uma nota de dez cruzeiros. Faltavam as meias azuis de náilon.³⁶

Manoel Fiel Filho fora o 39º suicida do regime, o 19º a se enforcar. Como Cláudio Manuel da Costa, com as meias, sem vão livre.

O primeiro oficial a ser informado da morte de Fiel foi o subcomandante do DOI, major Dalmo Lúcio Muniz Cirillo, o *Dr. Flávio*,

*Major Hermenegildo, Lúcio e Garcia.*³⁷ Dos 522 majores da artilharia só dez tinham a Medalha do Pacificador, com palma. Ele era um.³⁸ Seu nome estivera na primeira lista de torturadores recebida por Golbery em 1972.³⁹ E também na última, remetida ao Planalto pelo presidente da OAB.

O corpo do operário foi entregue à sua mulher na noite de sábado por agentes do II Exército que se faziam passar por funcionários do Instituto Médico Legal.⁴⁰ O velório não deveria durar mais de duas horas, e não se poderia avisar ninguém além da família. Durou hora e meia. Alguns parentes de Fiel diziam aos amigos que ele morrera “de doença”. Ao contrário do que sucedera em outubro com Vladimir Herzog, a morte do metalúrgico Manoel Fiel foi encapsulada. O II Exército não emitiu nota oficial. Um policial recomendara aos familiares que ficassem calados, e Tereza levou as filhas para fora da cidade.

Os serviços de informação do governo, que prendiam vendedores de bilhetes de loteria em nome da segurança nacional, mantiveram no escuro o presidente da República e o ministro do Exército. O chefe do CIE, general Confúcio, não avisou Frota, porque seus informantes paulistas lhe pediram “boca-de-siri”.⁴¹ O chefe do SNI, general Figueiredo, também recebeu a notícia, mas não a comunicou ao presidente.⁴²

Entre nove e dez horas da noite de domingo, quando Geisel se preparava para dormir, tocou o telefone da granja do Riacho Fundo.⁴³ Era o governador Paulo Egydio:

— Presidente, desculpe incomodá-lo. Morreu outro preso no DOI, outro enforcamento. Eu procurei o Figueiredo e o Golbery, mas não os achei.

— Paulo, não tome providência nenhuma. Você terá notícias minhas.⁴⁴

- 2 Para o apoio, Ernesto Geisel, *Discursos*, vol. 2: 1975, p. 301. Para a legitimidade, *Diário de Heitor Ferreira*, 9 de dezembro de 1975.
- 3 *Diário de Heitor Ferreira*, 4 e 5 de novembro de 1975.
- 4 Armando Falcão, *Tudo a declarar*, p. 325.
- 5 *Diário de Heitor Ferreira*, 5 de novembro de 1975.
- 6 Idem, 4 de novembro de 1975.
- 7 Depoimento do general Moraes Rego, em *A volta aos quartéis*, organizado por Maria Celina d'Araujo, Gláucio Ary Dillon Soares e Celso Castro, p. 62.
- 8 *Diário de Heitor Ferreira*, 21 e 23 de novembro de 1975. O chefe do EME era o general Fritz Manso.
- 9 *Diário de Heitor Ferreira*, 21 e 23 de novembro de 1975.
- 10 Idem, 24 de novembro de 1975.
- 11 *Diário de Heitor Ferreira*, 25 de novembro de 1975.
- 12 Idem, 26 de novembro de 1975.
- 13 Nota manuscrita de Heitor Ferreira, de 22 de agosto de 1975. APGCS/HF. Essa é a única referência conhecida de Moraes Rego a respeito da sucessão até 1978, quando ele assume a chefia do Gabinete Militar. Em seu depoimento ao CPDOC, em *A volta aos quartéis*, organizado por Maria Celina d'Araujo, Gláucio Ary Dillon Soares e Celso Castro, p. 75, sustenta que, até o assassinato de Herzog, Geisel não tinha candidato.
- 14 *Ernesto Geisel*, organizado por Maria Celina d'Araujo e Celso Castro, p. 437.
- 15 Fábio Luz e Davi Carneiro, *Floriano — Memórias e documentos*, vol. 6: *A Invasão Federalista em Santa Catarina e Paraná*, p. 31. Foi fuzilado o marechal Manoel de Almeida Gama Lobo d'Eça, barão de Batovi.
- 16 Desapareceram: Paulo César Botelho Massa, filho do general Cristovão Massa; Paulo Costa Ribeiro Bastos, filho do general Othon Bastos, e Sônia Maria de Moraes Angel Jones, filha do coronel João Luiz de Moraes.
- 17 Carta de 28 folhas dos presos políticos do Presídio da Justiça Militar Federal de São Paulo a Caio Mário da Silva Pereira, de outubro de 1975. APGCS/HF.
- 18 Carta de Caio Mário da Silva Pereira a Golbery, de 26 de novembro de 1975. APGCS/HF.
- 19 *Memo n° 2917/SI-Gab*, marcado “confidencial”, de 12 de dezembro de 1975. APGCS/HF.
- 20 Fernando Pacheco Jordão, *Dossiê Herzog*, p. 108.
- 21 Fernando Pacheco Jordão, *Dossiê Herzog*, p. 110.
- 22 *Documento de Informações n° 046/CISA*, do CISA, de 24 de novembro de 1975. APGCS/HF.
- 23 Ayrton Baffa, *Nos porões do SNI*, p. 74.
- 24 *Diário de Heitor Ferreira*, 2 de janeiro de 1976.
- 25 Marco Aurélio Borba, “Avançar ou recuar, eis a questão”, em *Opinião* de 16 de janeiro de 1976, p.3.
- 26 *Diário de Heitor Ferreira*, 7 de janeiro de 1976.
- 27 *Folha de S.Paulo*, 16 de janeiro de 1976, p. 4.
- 28 Idem, p. 3.
- 29 O escriturário é Antonio d'Albuquerque, *Projeto Brasil: nunca mais*, tomo V, vol. 1: *A tortura*, p. 347. O assistente de enfermagem, Geraldo Castro da Silva, e o vendedor

de bilhetes, Sebastião de Almeida. Para esses casos, Carlos Alberto Luppi, *Manoel Fiel Filho — Quem vai pagar por este crime?*, pp. 63 e 54. Para a educação do vendedor, seu depoimento, em Luppi, idem, p. 68.

30 Para o ponto, Nilmário Miranda e Carlos Tibúrcio, *Dos filhos deste solo*, p. 350.

31 Depoimentos de Geraldo Castro da Silva e Sebastião de Almeida, em Carlos Alberto Luppi, *Manoel Fiel Filho — Quem vai pagar por este crime?*, pp. 64-8.

32 Ricardo Kotscho, “Manoel, da fábrica da Mooca para a morte”, em *O Estado de S. Paulo* de 21 de janeiro de 1976, p. 16. Ver também Carlos Alberto Luppi, *Manoel Fiel Filho — Quem vai pagar por este crime?*, p. 21.

33 Carlos Alberto Luppi, *Manoel Fiel Filho — Quem vai pagar por este crime?*, p. 60.

34 Idem, p. 69.

35 Depoimento de Geraldo Castro da Silva, em Carlos Alberto Luppi, *Manoel Fiel Filho — Quem vai pagar por este crime?*, pp. 64-5.

36 Carlos Alberto Luppi, *Manoel Fiel Filho — Quem vai pagar por este crime?*, p. 16.

37 Para o Dr. Flávio, informação dada pelo sargento Marival Chaves Dias do Canto ao repórter Expedito Filho, em dezembro de 1991. Para os demais, carta dos presos paulistas a Caio Mário da Silva Pereira, de outubro de 1975. APGCS/HF.

38 *Almanaque do pessoal militar do Exército*, de 1975, p. 265. A concessão da palma destina-se, geralmente, a reconhecer atos de bravura, e na maioria dos casos ela foi concedida por motivos inteiramente estranhos às atividades do porão. Entre os outros nove condecorados, mais três passaram pelo porão: Lício Augusto Ribeiro Maciel, do CIE, Carlos Alberto Brilhante Ustra e Enio Pimentel da Silveira, do DOI-SP.

39 Uma folha de papel rasgada, manuscrita por pessoa desconhecida, e uma folha de bloco, com notas de Golbery e Heitor Ferreira. Sem data, cerca de setembro de 1972. APGCS/HF.

40 Para a verdadeira identidade, nota do capitão Nelson Dias Dourado, assistente de Figueiredo, de 19 de janeiro de 1976, em sete folhas de bloco manuscritas, intituladas *Caso Demissão Ednardo*, anotadas por Heitor Ferreira. APGCS/HF.

41 Depoimento do general Enio Pinheiro, em *A volta aos quartéis*, organizado por Maria Celina d’Araújo, Gláucio Ary Dillon Soares e Celso Castro, p. 230.

42 *Diário de Heitor Ferreira*, 19 de janeiro de 1976.

43 *Ernesto Geisel*, organizado por Maria Celina d’Araújo e Celso Castro, p. 374. Ernesto Geisel, outubro de 1985.

44 Paulo Egydio Martins, junho de 1988.

PARTE II O murro na mesa

Uma noite de cão

No dia 18 de janeiro de 1976, um domingo, o general Ernesto Geisel não dormiu: “Passei uma noite de cão. [...] irritado, pensando em como iria agir. Não falei com ninguém. Fiquei deitado, me virando na cama e matutando no que iria fazer. E vi que a solução era tirar o Ednardo do comando do II Exército”.¹

Suspeitando que o assassinato do operário Manoel Fiel Filho no DOI de São Paulo tivesse sido premeditado, tomou-o como um desafio. Nunca se estabeleceu uma prova conclusiva de que a morte de Fiel tenha sido uma provocação, mas o aparecimento de outro suicida, novamente enforcado, na mesma carceragem onde Vladimir Herzog fora pendurado 84 dias antes, dava à seqüência um inevitável caráter de confronto.

Geisel nunca enumerou as conjecturas que o acompanharam nas horas de insônia que viveu no Riacho Fundo. A decisão central — demitir Ednardo D’Avila Mello —, tomou-a em menos de meia hora.² Até o amanhecer, tomou outras. A mais surpreendente foi manter Golbery longe da crise. Poderia ter-lhe telefonado à noite, ou mesmo pela manhã. Nas primeiras horas do dia, mandou que o ajudante-de-ordens convocasse os generais Figueiredo, Hugo Abreu e Sylvio Frota. Durante o verão não despachava no Planalto nas manhãs de segunda-feira. Recebeu-os no Alvorada (aonde Golbery não foi chamado).

O presidente lançou-se ao primeiro choque frontal e público com

um chefe militar. Era o choque que evitara em 1964, quando fizera vista grossa às torturas que haviam sido praticadas em quartéis do Nordeste, e que evitara nos primeiros anos de governo, quando se vira encurralado por Frota no caso da prisão do ex-deputado Marco Antônio Coelho. Foi ao choque sem deixar espaço de negociação, nem mesmo para salvar aparências. Sumária, a demissão negou a Ednardo o direito de argumentar que passara o fim de semana fora de São Paulo. Imediata, estabeleceu a relação de causa e efeito com a morte do operário. No depoimento a Maria Celina d'Araujo e Celso Castro, Geisel comparou a punição imposta ao comandante do II Exército ao hábito do marechal francês Joffre de transferir para a cidade de Limoges os comandantes ineptos da frente na Primeira Guerra Mundial: “No combate, quando você tem um chefe que é inepto, você afasta. E às vezes afasta de uma maneira ostensiva para servir de exemplo aos outros. Como se dissesse: ‘Vocês tenham cuidado no procedimento, senão vai acontecer o mesmo com vocês’”.³

Geisel exemplou o general para restabelecer a autoridade da Presidência. Evitou personalizar o episódio, poupando a figura de Ednardo, para quem sempre teve boas palavras, chamando-o até de “amigo”. No mesmo depoimento a Maria Celina d'Araujo e Celso Castro, numa construção que só as memórias verbais estimulam, ele disse: “Eu não puni o comandante, eu procurei resolver um problema do Exército!”.⁴

O regime acumulara em torno de trezentos mortos e cerca de 6 mil denúncias de tortura, mas, na noite de 18 de janeiro de 1976, o problema do general Ernesto Geisel relacionara-se com a disciplina militar, não com os direitos humanos. Entendia a ditadura como uma modalidade de governo às vezes necessária e, no caso brasileiro, conveniente. Aceitara a tortura e os assassinatos porque vira neles recursos lógicos para a defesa do Estado. Seu limite era a anarquia militar. Perdera quase dois anos de mandato buscando um caminho que lhe permitisse restaurar o primado da Presidência da República sem golpear colegas de farda. Sabia que, se chegasse a esse ponto,

estaria levando água ao monjolo da oposição, que, havia onze anos, vinha pedindo a punição dos torturadores. O DOI não lhe deixara alternativa. Era o Exército que tinha um problema, e ele o estava resolvendo.

Figueiredo foi à reunião do Alvorada acompanhado por seu assistente, o capitão Dias Dourado. Dourado tivera dois primos mortos no Araguaia. Um em tiroteio, outro fuzilado, mas evitava falar no assunto.⁵ Às nove da manhã, anotou um recado vindo do SNI:

Manoel Fiel Filho

— Operário da Metal Arte — S. Paulo.

— Cometeu suicídio no sábado dia 17 de janeiro nas dependências do DOI/II Exército, aproximadamente às 13:30 hs.

— Perícia feita pela equipe do DOPS concluiu que o nominado cometera auto-suicídio por estrangulamento usando uma meia de nylon.

— Segundo laudo pericial o corpo não apresentava quaisquer sinais de violência.⁶

O ministro Frota, reunido com Geisel, mostrou-se surpreso com a notícia.⁷ O presidente colocou-o diante de um caso encerrado: Ednardo seria imediatamente demitido e substituído pelo general Dilermando Gomes Monteiro. Mais: Frota deveria exonerar o chefe do Centro de Informações do Exército, general Confúcio Danton de Paula Avelino.⁸ O ministro reagiu de forma exemplar. Expediu um radiograma urgentíssimo ao comando do II Exército registrando seu “grande aborrecimento e tristeza” com a notícia do “suicídio” de Fiel e ordenando:

Repetição sistemática esse fato vg pois é terceira vez que acontece
vg deve ser apurada em rigoroso inquérito vg visando a levantar
vg não somente causas e responsabilidades no caso específico de
Manoel Fiel Filho vg como também as razões e circunstâncias vg
entre elas comportamento dos elementos de vigilância de presos

vg que teriam concorrido vg de uma maneira ou outra vg para estes atos de desespero pt⁹

Ednardo estava no QG do Ibirapuera, presidindo uma reunião dos generais sob seu comando. Foi chamado ao telefone. Era Frota. Demorou-se pouco e voltou à sala: “Fui exonerado”.

Ia recomeçando os trabalhos, mas o comandante da 2ª Região Militar, Ariel Pacca da Fonseca, seu substituto legal, ofereceu-se educadamente para tomar-lhe o lugar.¹⁰

Às 11h45, o capitão Dias Dourado recebeu um segundo relato:

[...] — Nominado era casado com dois filhos e não há qualquer sinal de violência no corpo.

— Foi encontrado estrangulado com uma meia de nylon de homem. Não está caracterizado suicídio.¹¹

Virou o jogo. Entre as 9h e as 11h45 estrangulou-se o suicídio.

Chegando ao Planalto, Figueiredo encontrou-se com Heitor Ferreira: “O Golbery tinha razão. Agora só falta fazer Bum!!”.¹² “Bum”, para Golbery, significava a explosão de Frota, mas o ministro tivera uma conduta impecável. Aborrecera-se por não ter sido avisado da morte do preso, aceitara a exoneração de Ednardo e concordara com a demissão do chefe do CIE.

No meio da tarde, Geisel perguntou a Heitor Ferreira: “Não pode deixar de divulgar, não é?”.¹³ Até as 18h ninguém soubera que Ednardo havia sido defenestrado. A morte de Fiel fora noticiada, mas, ao contrário da de Herzog, não moveu procissões. O governador Paulo Egydio, seguindo a recomendação recebida na noite anterior, permaneceu calado. O secretário de Imprensa, Humberto Barreto, convocou os jornalistas e leu-lhes uma nota lacônica comunicando que o general Ednardo fora demitido do comando do II Exército e transferido para o Departamento de Ensino e Pesquisa, cujo chefe, Dilermando Gomes Monteiro, iria para a guarnição de São Paulo. Assombrados e estupefatos, os comandos militares ouviram a notícia pelos programas

informativos das rádios.¹⁴

No dia seguinte, produziu-se um silêncio aterrorizante. Quem perdeu não reclamou. Quem ganhou não festejou. Dos quatro grandes jornais, apenas a *Folha de S.Paulo* divulgou a demissão com algum destaque, um título em três colunas, no alto da capa. Só *O Estado de S. Paulo*, numa curta nota de primeira página, associou a queda de Ednardo à morte de Fiel. O Congresso estava em férias, o que desobrigava os parlamentares oposicionistas de usar a tribuna. Ulysses Guimarães, que terminava uma viagem de doze dias a cinco estados do Norte e Nordeste, evitou o assunto.¹⁵

Ednardo resignou-se e decidiu requerer sua transferência para a reserva. Queixou-se da ação imperial do presidente, que considerou uma “deselegância”.¹⁶ Desarmado de argumentos para discutir a resolução, colocou-a no campo das boas maneiras. À falta de outra, essa viria a ser a trincheira do descontentamento. “Isso não se faz”, dissera, a portas fechadas, o comandante da 9ª Região Militar, general Gentil Marcondes Filho.¹⁷ Nenhuma autoridade civil ou militar defendeu Ednardo. O discreto cardeal Sales, do Rio de Janeiro, telefonou a Geisel, solidarizando-se com a providência.¹⁸

O mutismo da oposição significava respeitoso resguardo. Estava-se diante de uma crise militar de proporções desconhecidas. Geisel tomara uma decisão solitária, aceitando todos os riscos que ela trazia. Quanto a isso, parecia haver consenso. O senador Gilvan Rocha, do MDB, diria que “a política brasileira está no fim de um ciclo”, sem que se arriscasse a prever “aonde ela vai dar”. Seu oposto, Dinarte Mariz, acreditava que o país estava “dentro de um processo político cujos rumos ainda não pude, por mais esforços que tenha feito, alcançar. Não tenho noção do que possa acontecer”.¹⁹

Nas primeiras 48 horas a demissão pareceu ter saído a preço de custo. Ao contrário do que sucedera com Herzog, quando o velório e o culto ecumênico engrandeceram o episódio, a morte do operário Fiel —

um católico praticante — não mobilizou a Igreja. O cardeal continuou em férias, e o bispo da região leste foi encarregado de rezar a missa de sétimo dia, não na Sé, mas na pequena paróquia de Vila Guarani. A Arquidiocese informou que a escolha beneficiava os vizinhos de Fiel, favorecendo-lhes o acesso ao templo.²⁰ De volta a São Paulo, Ulysses Guimarães disse que “o remanejamento de comandantes militares é uma decisão íntima do presidente da República e uma intromissão de nossa parte nesse setor não teria cabimento”.²¹

Era uma paz de comédia. Fingia-se que a exoneração de Ednardo fora um “remanejamento”, quando fora punição. Se era impossível acreditar que Fiel tivesse se suicidado, muito mais difícil seria fazer crer que Ednardo perdera o comando num ato de rotina, sem relação com a morte do operário. A associação feita pelo *Estado* soara incômoda. Como sempre acontecia nesses casos, tentou-se transferir o problema do seu centro para algum lugar da periferia. Houvera um assassinato no DOI, e o presidente da República demitira o comandante do II Exército, mas nada disso teria importância. Grave mesmo seria ligar uma coisa à outra. Numa conversa telefônica com um repórter d’O *Estado de S. Paulo*, Humberto Barreto vocalizara o óbvio: Ednardo fora demitido porque Fiel morrera. O telefone estava grampeado, e o diálogo, circulando pelo palácio, demonstrava que um dos mais próximos colaboradores de Geisel violara a coreografia da crise.

Heitor Ferreira mandou um bilhete ao presidente:

No dragão Humberto x *Estadão*, acho que ele (Humberto) fez muito bem em — *off record*— chamar o foco para a ligação dos fatos “morte do preso” “demissão do comandante”.

A ligação havia.

Era a chave da força de sua atuação.

Disfarçá-lo poderia ser bom para o General comandante, mas não para o Presidente.²²

Na quarta-feira, num audacioso editorial, o *Estado* disse o que Geisel gostaria de ter dito:

O gesto destemido do presidente Ernesto Geisel marca uma situação histórica: a reversão imposta à avalanche de descalabros [...]. Não começa, nem termina na pessoa do general Ednardo D'Avila Mello. Feito em nome das instituições, é na restauração destas que parece destinado a se consumir. No que tange à responsabilidade imediata do general Ednardo D'Avila Mello, duas hipóteses são verossímeis: ou permitia os excessos que não podia desconhecer ou lhe faltaram condições, internas ou externas, de coibi-los.²³

Heitor Ferreira registraria em seu *Diário*: “Falcão preocupado. Ele e o Frota estão excitados com os jornais”. O ministro mudara de posição. Convocara uma reunião do Alto-Comando do Exército para a manhã seguinte. “Para que o Frota convocou essa reunião?! Vai haver debate!”, reclamou Geisel.²⁴

Ia. Hugo Abreu expôs o raciocínio que levava Frota a chamar os generais: “O Sr. Ministro ficou em dúvida sobre o acerto da decisão tomada, com seu apoio, e convocou o Alto-Comando para dar explicações”.²⁵ Era um estímulo à desordem. Não competia ao ministro discutir o acerto de uma determinação do presidente, muito menos explicar-se a subordinados.

O Alto-Comando do Exército adquirira existência formal em 1952, metera-se em política pela primeira vez na crise que acabou no suicídio de Getulio Vargas. Sua importância vagara ao sabor da personalidade dos ministros. O general Henrique Lott, condestável da segunda metade dos anos 50, reunira-o no dia seguinte à posse e nunca mais. Depois de 1964, coubera-lhe a tarefa de organizar as listas de promoções ao generalato, o que determinava a realização de três encontros anuais. Orlando Geisel, ministro por cinco anos, convocou-o em quinze ocasiões, o mínimo indispensável.

Em dezenove meses, Frota reunira os generais pelo menos

dezesseis vezes. Rompendo a praxe, desligara o gravador durante as discussões estranhas ao temário profissional.²⁶ Dera aos encontros do Alto-Comando uma competência estapafúrdia e marota. Estapafúrdia por transformar um plenário técnico em conselho de administração da República. Marota, por investi-lo de poderes que a hierarquia não lhe dava mas a desordem permitia fingir que tinha. Ritualizara a racionalização da indisciplina. Havia uma Revolução, as Forças Armadas eram o seu poder constituinte e o presidente da República, seu delegado. Assim, o Alto-Comando do Exército, presidido pelo ministro, seria uma instância de poder supra-republicana.

Ao contrário de Costa e Silva, que durante o consulado de Castello Branco usara construções semelhantes para manipular a indisciplina, Frota acreditava nessa proposição. Em vez de representar o governo no Exército, representaria o Exército no governo.²⁷ Posição conveniente, mas embaraçosa, pois, se pressupunha a existência de um poder supremo, ele não conseguia impô-lo ao presidente. Movia-se num paradoxo, desempenhando o duplo papel de ministro e comissário. Com um capacete, encarnava a disciplina do imaginário das ditaduras militares. Com outro, a anarquia da vida real do regime. Quando prevaleceu como comissário, foi um ministro fraco. Quando se fortaleceu como ministro, cumprindo as determinações de Geisel, tornou-se comissário frouxo. Foi o que lhe aconteceu nos dias seguintes à demissão do comandante do II Exército.

Frota preparara o roteiro dos debates do Alto-Comando com um telegrama aos comandantes militares, no qual lhes pediu que relatassem a repercussão do defenestramento de Ednardo. Levou à reunião um documento escrito e o texto de uma mensagem que recebera do Sindicato dos Metalúrgicos do município de São Paulo exigindo a “punição rigorosa” dos responsáveis pela morte de Fiel.²⁸ Pretendia solicitar a Falcão que punisse o sindicato.

Dois dos quatro comandantes de tropa estavam descontentes. Um era o general Oscar Luiz da Silva, do III Exército.²⁹ O outro, Moacyr Barcellos Potyguara, da guarnição do Nordeste, respondera ao

telegrama de Frota com um quadro ameaçador: “Pessoal militar sentiu grande frustração era ver um alto chefe ex servir pasto subversivos infiltrados política e imprensa, sem meio defesa; órgãos segurança apreensivos podendo ter sua eficiência diminuída no combate à subversão”.³⁰

Difícil. Potyguara estava em Brasília. Não se pode saber quais comandantes de tropa consultou. Mesmo que tenha consultado todos, não refletiu nem registrou a opinião do general Luiz Gonzaga de Andrada Serpa, o *Serpa Preto*, da 7ª Região Militar e da 7ª Divisão de Exército. Oficial respeitado, era o comandante de tropa com maior poder de fogo no Nordeste. Sua família vinha dos Andrada da Independência, e seu avô fora um dos grandes chefes militares do Império. Oficial reservado, faltava-lhe a notoriedade exuberante do irmão Antonio Carlos (o *Serpa Louro*, também general). Os dois estiveram nas conspirações contra Vargas e Goulart, bem como no radicalismo dos primeiros anos da ditadura. Suas ligações com o presidente eram nulas. Uma discreta rivalidade separara os irmãos Serpa dos Geisel.

Serpa respondera ao telegrama de Potyguara no mesmo dia:

Informo Vossa Excelência que os fatos ocorridos em São Paulo, praticamente não tiveram repercussão nas Organizações Militares da 7ª RM/DE.

Tomo, entretanto, a liberdade, face as minhas responsabilidades de comando, de alertar a Vossa Excelência sobre a possibilidade de criação de crises artificiais. Também julgo oportuno tratar no presente expediente do problema dos DOI. Com cerca de sete anos de existência prestaram, evidentemente, grandes serviços ao Exército e coletividade, com sacrifício de vidas, tomando a seu cargo, inclusive missões policiais. Creio todavia que atualmente devia sofrer uma reformulação, no sentido de se voltarem particularmente para as atividades específicas de informações, fundamentais para a segurança,

deixando as ações de natureza policial, sob nossa orientação, a cargo das polícias federal e estaduais.³¹

A crise artificial foi destruída antes do começo dos trabalhos. Logo que Frota declarou aberta a sessão, o comandante do I Exército, Reynaldo Mello de Almeida, pediu a palavra e chamou a atenção dos colegas para o fato de que não iria discutir a decisão de Geisel, “pois o Alto-Comando não tinha competência para isso”. Não foi rebatido. Outros quatro generais o acompanharam.³² Reynaldo acabara de dissolver a reunião do comitê do comissário Sylvio Frota.

Estranho personagem. Circunspecto e formal, sempre atrás de óculos escuros de fundo de garrafa, o general Reynaldo tinha tudo para ser uma celebridade, mas o temperamento retraído transformara-o numa pessoa desprovida de vaidade. Filho de José Américo de Almeida, encarnação civil da Revolução de 30 no Nordeste, nada devia ao pai. Fizera uma carreira militar impecável e ganhara a quarta estrela pelo voto unânime do Alto-Comando.³³ Fora do quartel, ocupava-se como radioamador ou consertando televisões. Era uma das poucas pessoas a quem Geisel se referia como amigo.³⁴

Conheceram-se nos anos 30. Um, cadete de Realengo, em férias na Paraíba. O outro, tenente e sete anos mais velho. O herdeiro do senhor da terra vira no filho de um imigrante alemão o modelo de oficial que pretendia vir a ser. Decidira-se pela arma da artilharia porque essa era a de Geisel. Octogenário, haveria de lembrar-se com afeto dos dias em que o tenente deixava que montasse seu alazão Ambolê. Serviram juntos pela primeira vez em 1934 e, um ano depois, atiraram contra os comunistas rebelados na Escola de Aviação.³⁵ Em 1961, o coronel Reynaldo chefiava o Estado-Maior de Geisel durante a crise da renúncia de Jânio Quadros. Em 1964, quando foi promovido a general, recebeu a espada das mãos de seu amigo. Chamava-o de “chefe”. Nem “presidente”, nem “Ernesto”.

Na formação do governo, Geisel pensara em colocá-lo na Vice-Presidência, no Ministério do Exército ou no Gabinete Militar. Por conta de uma hostilidade que lhe dedicava seu irmão Orlando, resolveu nomeá-lo para o comando do I Exército.³⁶ Ao comunicar a decisão ao general Dale Coutinho, percebeu que a proposta caíra mal. “Eu sei, ô Coutinho [...] eu quero botar lá por uma questão de segurança, viu. É um camarada que é meu amigo e que eu confio cem por cento”, encerrou Geisel.³⁷ Reynaldo estabelecera boas relações com o cardeal Sales e cultivava o empresariado carioca com estudada reserva. Frota tinha-lhe ciúmes.³⁸ Via nele um eventual substituto. Ia ao Rio de Janeiro quase toda semana, mas dispensara-o de recebê-lo no aeroporto. Nomeava comandantes de tropa para a jurisdição do I Exército sem a gentileza da consulta ao general.³⁹

Reynaldo era um comandante rigoroso. A lealdade ao Exército projetava-o como um dos mandarins da ditadura. A lealdade a Geisel somada à distância que o separava de Frota fazem de sua posição diante da demissão de Ednardo um reflexo da problemática imposta pela tortura e pela anarquia à disciplina militar.

Desde março de 1974, quando assumira o comando do I Exército, haviam desaparecido seis pessoas na sua área. Duas foram vistas, vivas, no DOI da Barão de Mesquita.⁴⁰ Os aparelhos que o CIE mantivera em Petrópolis e no Alto da Boa Vista tinham sido desativados, mas a máquina de torturas do quartel da PE continuava a funcionar.⁴¹ Passaram por ela tanto Marco Antônio Coelho como o jornalista Sergio Gomes da Silva.

Durante a reunião do Alto-Comando, Reynaldo entregou a Frota um documento de três páginas. Reconhecera a autoridade do presidente, mas mostrou-se preocupado com o “desprestígio” imposto a Ednardo e com o “surgimento, no consenso dos militares, da idéia de que o governo dá maior prioridade aos problemas relacionados com a distensão política do que os ligados à Segurança Nacional”. Temia que, por “desmotivação e falta de confiança”, o aparelho de repressão se retraísse. Propunha um surto repressivo: “Fazer o Sistema de

Segurança Interna funcionar e operar, a curto prazo, com os cuidados indispensáveis, objetivando demonstrar que a repressão às ações subversivas e contestatórias ao regime continuarão a serem realizadas com firmeza e decisão”.

Prender esquerdistas era a parte fácil. O general preocupava-se com a parte difícil: “[A] radicalização da ação anticomunista fora do controle militar, determinando reaparecimento de organizações paralelas, atualmente inativas [...]. Estas organizações irão constituir-se, seguramente, em elementos perturbadores da ordem pública em grandeza imprevisível, podendo ser dado início a lutas incontroláveis e altamente danosas à nacionalidade”.⁴²

Sabia do que estava falando. Em 1968, o Rio de Janeiro havia sido o principal foco e base de operações do terrorismo militar. Temia que voltasse a sê-lo. Alguns veteranos estavam na reserva, outros em Brasília. Vinham combatendo com o mimeógrafo em que imprimiam panfletos contra o governo. Depois da demissão de Ednardo retomaram o bombardeio postal. Dispararam um simulacro de anúncio fúnebre dando conta do “enterro do Exmo. Sr. Gen. Ex. Sylvio Frota”, “falecido no despacho Presidencial do dia 19 de janeiro de 1976, quando foi apunhalado covardemente o Cmt. do II Exército que sucumbiu na defesa dos ideais da nossa revolução”.⁴³

O ministro recebera uma cópia do anúncio e abatera-se. Tomava esse tipo de ataque como reflexo da debilidade de sua liderança. Circulou o murmúrio de que perdera o sono e tivera um ligeiro desmaio.⁴⁴ Assim como não procurara identificar os autores dos panfletos que meses antes chamavam Golbery de “advogado dos comunistas” e “lacaio da Dow Chemical”, o ministro do Exército não teve interesse em identificar os agentes de seu funeral.⁴⁵

Levou o panfleto a Geisel, causando-lhe má impressão. Nervoso e inseguro, em nada lembrara ao presidente o ministro que, na manhã do dia 19, surpreendido pela notícia da morte de Fiel, parecera um comandante enérgico.⁴⁶ A ambigüidade de Frota reabriu a discussão da conveniência de sua demissão. Hugo Abreu achava que “a linha de ação

mais segura será procurar mantê-lo no cargo, pelo menos temporariamente, para não criar um novo problema”.⁴⁷ Geisel consultou Reynaldo. Mesmo sabendo que poderia vir a ser o substituto de Frota, o amigo desestimulou-o, argumentando que o Exército não agüentaria mais um choque.⁴⁸ Convinha pisar no freio.

Puxou-se o freio de mão entregando-se o IPM que investigaria a morte de Manoel Fiel Filho ao coronel Murilo Alexander, um pára-quedista de 51 anos que chefiava o estado-maior da 2ª Divisão de Exército. Numa patifaria do acaso, Alexander tornou-se o oficial que, tendo sido mobilizado na tentativa de dissimulação do primeiro assassinato documentadamente ocorrido num quartel da ditadura, foi chamado para presidir o último inquérito que dissimulou um suicídio de preso ocorrido num cárcere do Exército.⁴⁹

No dia 22 de novembro de 1969, cumprindo ordens do tenente-coronel Luiz Helvecio da Silveira Leite, do CIE, ele partira do quartel da PE de Deodoro com destino ao Hospital Central do Exército. Levava o cadáver do estudante de medicina Chael Charles Schreier, o *Joaquim* da VAR-Palmares, um ex-estudante de medicina de 23 anos.⁵⁰ Chael tinha dez costelas quebradas e uma extensa hemorragia interna. Morrera de pancada.⁵¹ O Centro de Informações do Exército queria simular sua internação, mas fora repelido pelo general-diretor do hospital. Alexander era sócio fundador do CIE e de seu braço terrorista, o grupo responsável por dezoito dos vinte atentados a bomba ocorridos no Rio de Janeiro em 1968. Ele mesmo explodira uma carga de dinamite no escritório do príncipe herdeiro da Coroa imperial, em Petrópolis, e participara de um atentado malsucedido à embaixada da Polônia.⁵² Em 36 dias, o coronel tomou dezesseis depoimentos, colecionou cinco laudos e informou ao país que Manoel Fiel Filho se suicidara.⁵³

Ednardo fora-se, mas faltava a cabeça do chefe do CIE. Frota, que no primeiro dia da crise concordara em demiti-lo, remanchou. Além disso, ganhara um aliado: o general Hugo Abreu. Nenhum dos dois

sabia o tamanho da conta de Confucio com o presidente. Geisel considerava-o um mau oficial, não o quisera no CIE e amargava o arrependimento de ter cedido a um apelo sentimental de Dale Coutinho. Diante de uma gestão do chefe do Gabinete Militar, Geisel rebateu: “Não senhor. Não me venha com coisinhas. O Confucio sai. Eu não tenho confiança nele, é o quanto basta de motivo para ele sair. Está bem que não seja amanhã de manhã, embora eu o devesse ter tirado no dia! Mas que ele sai, sai”.⁵⁴

Não saiu. Hugo Abreu pedia cautela, até porque Confucio vinha dizendo que a sua queda significaria a desmoralização de Frota. Geisel estourou: “Você está sempre na psicologia do verde-oliva. Não me interessa a opinião do verde-oliva. [...] Não me interessa a moçada da Vila. [...] Falta chefe nessa droga”.⁵⁵

Dois dias depois, seria menos candente, porém mais específico: “Façam as ilações que quiserem. Se eu não posso tirar um general-de-brigada, não posso mais nada! Ele tem que ir embora. [...] O ministro não pode ter duas amarras! A lealdade dele é com o presidente! O Confucio é incapaz para a função! Foi um dos erros que cometi. [...] Devia ter feito pé firme. Daqui a uns dias vou mandar um recado para ele (Frota): ‘Peço que me mande pelo portador o decreto de exoneração do Confucio’”.⁵⁶

Durante um despacho, Geisel levantou o assunto com o ministro do Exército e foi surpreendido pela resposta. Ele disse que ia “pensar”.⁵⁷ Heitor Ferreira, que se habituara a prever as reações de Frota, anotou: “Termina engolindo”.⁵⁸ Passada uma semana, o *Diário Oficial* publicou a exoneração de Confucio Danton de Paula Avelino da chefia do Centro de Informações do Exército.

1 Ernesto Geisel, organizado por Maria Celina d’Araujo e Celso Castro, pp. 374-5.

2 Ernesto Geisel, outubro de 1985.

3 Ernesto Geisel, organizado por Maria Celina d’Araujo e Celso Castro, pp. 375-6.

4 Idem.

5 São os irmãos José Lima Piauhy Dourado, o *Ivo* ou *José*, e Nelson Lima Piauhy Dourado, o *Nelito*. Nelson Dias Dourado, fevereiro de 1987. Dourado revelou que um de seus primos recebeu ordem para correr e foi metralhado. É provável que tenha sido José, morto no dia 25 de janeiro de 1974.

6 Nota assinada pelo capitão Dias Dourado, às 9h, em sete folhas de bloco, manuscritas e anotadas por Heitor Ferreira, intituladas *Caso Demissão Ednardo*. APGCS/HF. Para sua presença no Alvorada, tenente-coronel Nelson Dias Dourado, fevereiro de 1987.

7 Para a surpresa de Frota, Ernesto Geisel, novembro de 1988.

8 *Diário de Heitor Ferreira*, 19 de janeiro de 1976.

9 *Radiograma n° 54*, do ministro Sylvio Frota ao comandante do II Exército, de 19 de janeiro de 1976, em sete folhas de bloco intituladas *Caso Demissão Ednardo*. APGCS/HF.

10 General Gustavo Moraes Rego, dezembro de 1984.

11 Nota em duas folhas, do capitão Dias Dourado, intitulada *Manoel Fiel Filho*, de 19 de janeiro de 1976, às 11h45, em sete folhas de bloco intituladas *Caso Demissão Ednardo*. APGCS/HF.

12 *Diário de Heitor Ferreira*, 19 de janeiro de 1976.

13 Idem.

14 Para “estupefação” e “assombro”, *Apreciação Sumária n° 05/Gab/76 — Campo Interno*, do SNI, carimbada “secreto”, de 2 de fevereiro de 1976. AEG/CPDOC.

15 *Folha de S.Paulo*, 20 de janeiro de 1976, p. 3.

16 Carlos Alberto Luppi, *Manoel Fiel Filho — Quem vai pagar por este crime?*, p. 25.

17 General Gustavo Moraes Rego, dezembro de 1984.

18 *Diário de Heitor Ferreira*, 22 de janeiro de 1976.

19 *Folha de S.Paulo*, 24 de janeiro de 1976 (p. 5) e 10 de fevereiro de 1976 (p. 4).

20 *O Estado de S. Paulo*, 22 de janeiro de 1976, p. 20.

21 *Folha de S.Paulo*, 22 de janeiro de 1976, p. 4.

22 Bilhete manuscrito de Heitor Ferreira a Geisel, que o visou. Sem data, marcado “confidencial”. APGCS/HF.

23 *O Estado de S. Paulo*, 21 de janeiro de 1976, p. 3. Essa veio a ser a formulação pública de Geisel, vinte anos depois.

24 *Diário de Heitor Ferreira*, 21 e 22 de janeiro de 1976.

25 *Informação para o Senhor Presidente*, do general Hugo Abreu, intitulada *Exoneração do Comandante do II Exército*, carimbada “secreto”, sem data, de janeiro de 1976. APGCS/HF.

26 *Aspectos Históricos do Alto-Comando do Exército*, organizado pelo general Octavio Costa, de 26 de julho de 1979. Entre sua posse, em julho de 1974, e junho de 76, Frota convocou 21 reuniões do Alto-Comando, da 66ª à 86ª. Para o gravador, p. 15. APGCS/HF.

27 Walder de Góes, *O Brasil do general Geisel*, p. 78.

28 Para o texto do telegrama, Carlos Alberto Luppi, *Manoel Fiel Filho — Quem vai pagar por este crime?*, p. 19. O presidente do sindicato era Joaquim dos Santos Andrade, o *Joaquinzão*. Para a leitura durante a reunião, *Informação para o Senhor Presidente*, do general Hugo Abreu, marcada “secreto”, sem data, de janeiro de 1976. APGCS/HF.

29 *Informação para o Senhor Presidente*, do general Hugo Abreu, intitulada *Exoneração*

do Comandante do II Exército, de janeiro de 1976, e duas folhas de xerox, datilografadas, carimbadas “secreto”, sem assinatura, datadas “Rio, 25/1/1976”, com a anotação de Geisel: “Do Falcão (conversa com Reynaldo)”. APGCS/HF.

30 Telegrama do general Moacyr Barcellos Potyguara, comandante do IV Exército, ao general José Maria de Andrada Serpa, comandante da 1ª Região Militar, de 21 de janeiro de 1976, às 13h50. APGCS/HF.

31 *Mensagem de Serviço n° 05-E/2*, da 7ª Região Militar — 7ª Divisão de Exército, ao comandante do IV Exército, de 21 de janeiro de 1976. APGCS/HF.

32 *Informação para o Senhor Presidente*, do general Hugo Abreu, intitulada *Exoneração do Comandante do II Exército*, marcada “secreto”, sem data, de janeiro de 1976. APGCS/HF. Eram os generais Euler Bentes Monteiro (chefe do Departamento de Material Bélico), Venitius Nazareth Notare (chefe do Departamento de Comunicações), Dilermando Gomes Monteiro (chefe do Departamento de Ensino e Pesquisa, nomeado para o comando do II Exército) e o general Ariel Pacca da Fonseca (comandante interino do II Exército). Segundo Hugo Abreu, mostraram-se descontentes os generais Moacyr Barcellos Potyguara (IV Exército), Oscar Luiz da Silva (III Exército) e Ramiro Tavares Gonçalves (Departamento Geral do Pessoal).

33 Conversa de Geisel com Golbery e Heitor Ferreira, 21 de novembro de 1973. APGCS/HF.

34 Conversa de Geisel com o general Dilermando Gomes Monteiro, 19 de fevereiro de 1974: “De todos os generais, o mais meu amigo é o Reynaldo”. APGCS/HF.

35 General Reynaldo Mello de Almeida, agosto de 1998.

36 Para a Vice-Presidência, *Diário de Heitor Ferreira*, 11 de abril de 1973. Para o Ministério do Exército e a hostilidade de Orlando Geisel, Ernesto Geisel, novembro de 1994.

37 Telefonema de Geisel a Dale Coutinho, 20 de fevereiro de 1974. APGCS/HF.

38 *Ernesto Geisel*, organizado por Maria Celina d’Araujo e Celso Castro, p. 226.

39 General Reynaldo Mello de Almeida, agosto de 1998.

40 Desapareceram: Elson Costa, Hiran de Lima Pereira, Jayme Amorim de Miranda, Itair José Veloso, Armando Frutuoso e Thomaz Antônio da Silva Meirelles Neto. Os dois últimos foram vistos no DOI. *Dossiê dos mortos e desaparecidos políticos a partir de 1964*, pp. 265 e 392.

41 Para a desativação das casas de Petrópolis e do Alto da Boa Vista, general Leonidas Pires Gonçalves, março de 1999.

42 *Relatório Especial de Informações n° 01/76*, de 21 de janeiro de 1976, assinado por Reynaldo Mello de Almeida e marcado “confidencial”, intitulado *Exoneração do Comandante do II Exército e sua passagem para reserva*. APGCS/HF.

43 Uma folha com cópia xerox do anúncio fúnebre, de 22 de janeiro de 1976, datada por Heitor Ferreira. APGCS/HF.

44 Duas folhas de xerox, datilografadas, carimbadas “secreto”, sem assinatura, datadas “Rio, 25/1/1976”, com a anotação de Geisel: “Do Falcão (conversa com Reynaldo)”. APGCS/HF.

45 *Manifesto dos Voluntários da Pátria*, obtido pela Agência Rio do SNI em 19 de março de 1975, e *Novela da Traição*, quarto capítulo, de agosto de 1975. APGCS/HF.

46 *Diário de Heitor Ferreira*, 27 de janeiro de 1976.

47 *Informação para o Senhor Presidente*, de Hugo Abreu, intitulada *Exoneração do Comandante do II Exército*, marcada “secreto”, sem data, de janeiro de 1976. APGCS/HF.

48 General Reynaldo Mello de Almeida, agosto de 1998. O general lembrava-se de ter tratado do assunto com Geisel durante uma conversa que tiveram, logo depois da

demissão de Ednardo, em Minas Gerais. Geisel foi a Minas no dia 17 de fevereiro.

49 Fiel teve o último inquérito, mas não foi o último suicida. Em dezembro de 1976 o combinado CIE-DOI do “Massacre da Lapa” prendeu e levou para o DOI O economista João Batista Franco Drummond. Simularam que ele se matou pulando do alto de uma caixa-d’água, em outro lugar, quando tentava fugir. De acordo com o trabalho da comissão presidida pelo deputado Nilmário Miranda, o último suicida do regime foi o taxista carioca Lourenço Camelo de Mesquita, militante do PCB. Segundo a versão oficial ele se enforcou, em julho de 1977, sentado num vaso sanitário, usando uma cueca e a corda da descarga. Lourenço morreu numa cela da 1ª Companhia de Polícia do Exército, o mesmo quartel onde morrera Chael. Não se instalou inquérito para apurar as circunstâncias de sua morte. Assim, os suicidas foram 41, vinte deles enforcados, onze sem vão livre.

50 Coronel Luiz Helvecio da Silveira Leite, maio de 1985. Helvecio revelou que foi o autor da ordem para que Alexander fosse à Vila Militar.

51 Necropsia de Chael Charles Schreier, em *Projeto Brasil: nunca mais*, tomo v, vol. 4: *Os mortos*, p. 81.

52 José Amaral Argolo e outros, *A direita explosiva no Brasil*, pp. 261-2 e 238. O atentado contra o escritório do príncipe foi uma forma de protesto contra a enfiteuse que a família real cobra aos proprietários de imóveis em Petrópolis.

53 Carlos Alberto Luppi, *Manoel Fiel Filho — Quem vai pagar por este crime?*, p. 21.

54 *Diário de Heitor Ferreira*, 27 de janeiro de 1976.

55 Idem, 3 de fevereiro de 1976.

56 *Diário de Heitor Ferreira*, 5 de fevereiro de 1976.

57 Idem, 10 de fevereiro de 1976.

58 Idem, 11 de fevereiro de 1976.

A campanha do regresso

Parecia restabelecida a autoridade do presidente sobre os quartéis, mas não era bem assim. Dias depois da demissão de Ednardo, o *Jornal do Brasil* noticiara que “Geisel tem todo apoio do Alto-Comando do Exército”. Heitor Ferreira mandou-lhe um bilhete perguntando: “Verdade ou fofoca?”.

“±”, respondeu o presidente.

Heitor passou a questão a Golbery.

“Mais + que -”, escreveu o general.¹

A punição do comandante do II Exército resultara na afirmação do poder de Geisel e também na criação de novos embaraços para exercê-lo. Firmara sua chefia, mas esse prestígio não lhe ampliava o raio de ação. A oposição queria mais, e mais ele não queria dar. Além disso, mantinha-se aferrado a uma conduta pela qual não misturava políticos às suas maquinacões militares. Comandava a política dos “casacas” e a dos generais como mundos separados.

A caminho da metade do mandato, o presidente estava com a autoridade e o projeto de distensão empacotados na própria sucessão. Passaria o governo no dia 15 de março de 1979. Medici, conduzindo a mais imperial das sucessões republicanas, desencapuzara Ernesto Geisel nove meses antes da posse. Fizera isso com a proteção da Censura, e, mesmo assim, ela tivera de reiterar em pelo menos oito ocasiões que, “de ordem superior”, era proibido tocar no assunto.² Sem

dispor desse modelo para a troca de guarda, num cálculo conservador, Geisel deveria desencapuzar seu candidato no início de 1978.

Desde dezembro de 1973, via o general Figueiredo como “uma das hipóteses de ser o futuro presidente”.³

Até junho de 1975, sempre com o nome do chefe do SNI à mão, mantivera dois civis na lista. Um, Paulo Egydio Martins, parecera-lhe intempestivo: “Se ele em São Paulo é tão assustado, imagina como presidente do Brasil!”. O outro era o governador de Minas Gerais, Aureliano Chaves, cuja administração admirava.⁴ O resultado eleitoral de 1974, no qual Aureliano e Paulo Egydio haviam sido derrotados pelo MDB, somado às dificuldades com Frota levaram-no à certeza de que precisava de outro general. Os dois nomes fardados formavam um delicado estratagema. Frota, o candidato de oposição ao governo, encarnava um projeto de radicalização do regime. Figueiredo, o candidato do presidente, era parte dessa mesma ditadura. De um lado, Geisel trazia o chefe do SNI na manga. Do outro, estava o ministro do Exército, candidato natural desde maio de 1974, quando assumira o cargo.

O presidente sabia que não legaria um Milagre Econômico ao seu sucessor. Fechara 1975 com um crescimento de 4,2% do PIB e a inflação em 29,4% (5,1 pontos abaixo da de 74). Aumentara as exportações em 8% num ano em que o comércio mundial se expandira 5%.⁵ Baixara o déficit comercial de 4,7 para 3,5 bilhões de dólares.⁶ Até que não foi mau, mas dos tempos de Delfim Netto restava apenas saudade. O II PND, de Reis Velloso, tornava-se vaga esperança. O quadro econômico aconselhava cautela política.⁷ Num artigo de jornal em que se defendia o deslocamento da preferência pelas exportações para uma maior preocupação com o consumo interno, capaz de permitir uma ampliação das “bases de legitimação política”, Golbery sublinhara essas quatro palavras.⁸ Queria legitimação, mas não havia de onde tirá-la.

Tratava-se de fabricar um candidato sem que houvesse candidatura. Como chefe do SNI, o general Figueiredo já não vestia farda. Usava paletós apertados e óculos escuros. Parecia muito mais

um delegado de polícia que um projeto de presidente, sobretudo quando se comparava sua postura à circunspeção de Medici e à marcialidade de Geisel. Não conversava com políticos e aparecia pouco em público. Desde as primeiras semanas de governo, Heitor Ferreira passara a abastecê-lo de livros. Um dos primeiros foi *Como se faziam presidentes*, trabalho sobre as sucessões da República Velha lido por Geisel em 1973.⁹

— Já leu? — perguntou Heitor.

— Não li. Vou lê-lo. Mas não creio que eu e tu possamos lucrar alguma coisa...¹⁰

Até o final de 1976, Heitor mandou-lhe pelo menos vinte volumes de bibliografia presidencial. Dois — uma biografia do general americano George Marshall e o clássico de Robert Sherwood sobre as relações de Franklin Roosevelt com seu amigo e assessor Harry Hopkins — saídos da biblioteca pessoal de Geisel. Além deles, ia desde *El Guarani a su alcance* até o relato d'*Os mil dias* do governo Kennedy. Autor brasileiro contemporâneo, só um: os dois volumes d'*Os donos do poder*, de Raymundo Faoro. Ficção, *Ardil 22*, do americano Joseph Heller, e nada mais. Leitura para o chefe do SNI, três: um trabalho do vice-diretor da CIA, uma biografia do almirante Canaris, chefe do serviço de informações militares do Terceiro Reich, e outra do representante dos serviços ingleses junto à Casa Branca durante a guerra. Heitor divertia-se fazendo circular pelo Planalto papéis, artigos e livros. Remetia até tiras de Charlie Brown, mas havia cálculo tanto nas brincadeiras como na seleção. Faoro, por exemplo, trocava a posição de inconspícuo autor de um clássico da historiografia brasileira pela notoriedade de presidente da Ordem dos Advogados do Brasil. Em maio de 1975, Heitor Ferreira distribuiu uma de suas melhores (e mais sibilinas) criações. Coubera numa folha de papel e se chamava *A Sucessão — Drama em Três Atos — Produção e Direção de Ernesto Geisel*.

Dizia o seguinte:

1º Ato: Econômico

2º Ato: Militar

3º Ato: Político

A peça, que vem sendo representada com altos e baixos desde 1891, exige cuidadosa montagem e cenários atualizados e a criação de efeitos especiais para cada um dos atos. A escolha inicial do elenco e a distribuição de papéis ocupa vitalmente o diretor.

O 1º Ato é o mais longo e cria o clima, 3 anos.

O 2º Ato é chave, tenso. Demanda direção enérgica. Dois anos.

O 3º Ato é breve e apoteótico, nas últimas versões. Sete meses.

O produtor-diretor, uma vez decidido a levar a peça à cena, tem, de início, grande liberdade de ação, na preparação dos cenários, na escolha dos atores, nos retoques no roteiro; essa liberdade vai diminuindo, chegando a um ponto em que os três cenários já estão prontos, os atores já ocupam o palco e as coxias, e o drama tem que se desenrolar como está.

O atual produtor-diretor foi assistente de produção na versão de 1966, levada à cena em produção curtíssima, de Castello Branco, mas sob a direção nos 2º e 3º atos de Costa e Silva; conhece a fundo as dez últimas versões.¹¹

Em junho, Heitor mandou uma cópia da peça a Figueiredo, que aceitou o jogo sério embutido na brincadeira:

Com referência à peça *A Sucessão* em que você, com muito espírito e com a autoridade de “contra-regra” da peça de 1966, coloca a questão diante do “produtor-diretor” — seria bom ter presentes os seguintes pontos:

1º — A primeira fase (econômica) é básica e preparatória da fase seguinte. Seu desenrolar até um bom êxito depende, entretanto, da atuação de “atores estrangeiros”, peças-chave em

teatros extrafronteiras, em particular de além-mar... Esse “1º ato” tem o seu bom sucesso na dependência, também e particularmente da crise internacional e, em primeiro plano, da questão do petróleo.

2º — A 2ª fase é por demais delicada pois que, consoante o desenrolar da 1ª, a capacidade de decisão do “produtor-diretor” pode ficar tolhida pela limitação dos futuros atores fardados a nomes que não tenham capacidade para atuar de forma a garantir um aplauso da “platéia” ao ato final.

3º — Há que se ter em vista o “ensaio” dessa mesma peça pelo “grupo concorrente”, inclusive usando atores com “contrato permanente” com o grupo do nosso produtor-diretor, mas que podem se transferir de palco caso lhes seja oferecido o papel de “estrelas”...¹²

O general temia que Frota levasse o palco para os quartéis, representando um novo e aplaudido papel. Seu chefe-de-gabinete, Newton Cruz, chegou à mesma ansiedade, por outro caminho: “Fico também muito preocupado com o produtor-diretor sendo aplaudido e vaiados os atores, todos por ele escolhidos. Podem os atores rebelar-se contra o papel ou contra a direção... A rebeldia, por sua vez, poderá ser ostensiva — o que implicará mudança de atores ou cancelamento de papéis — ou velada — do que poderão resultar apresentações simultâneas, com outro roteiro, sobre o mesmo tema”.¹³

Tradução: é política arriscada encurralar Frota e os órgãos de segurança. Podem derrubar o governo ou, no mínimo, insubordinar-se.

O maior obstáculo diante de Figueiredo era a saúde, abatida por dois padecimentos. O primeiro, imperceptível, sua cardiopatia. O coronel Americo Mourão, médico de Geisel e chefe do serviço de saúde do Planalto, vira uma anomalia num eletrocardiograma feito em outubro de 1974.¹⁴ Novo exame, seis meses depois, indicara que seu

coração não ia muito bem.¹⁵ O outro, excruciante, era uma hérnia de disco. Ela não o incomodava havia seis anos, até que em fevereiro de 1975 uma crise o levou ao hospital. Em três semanas, o general começara a perder a sensibilidade numa perna.¹⁶ Geisel visitou-o na granja do Torto e assombrou-se. Encontrou-o gessado da virilha ao pescoço.¹⁷ Convencera-o a voar para o Rio de Janeiro, onde deveria ser operado.¹⁸ Um ano depois, Figueiredo assegurava: “Não sinto absolutamente nada! Estou completamente recuperado e com mais energia que muito tenente...”.¹⁹ Era a saúde dos candidatos.

O segundo obstáculo estava na hierarquia militar. Frota achava-o “muito moderno”, expressão da caserna que distingue os oficiais de acordo com a antiguidade na patente.²⁰ Em tese, o candidato João Baptista Figueiredo precisava ter quatro estrelas nas dragonas até outubro de 1978 para ser eleito presidente. Continuaria “moderno”, mas não obrigaria o Alto-Comando a “bater continência para baixo”, expressão criada em 1969 para carbonizar a candidatura do três-estrelas Albuquerque Lima.

Figueiredo assumira o SNI como general-de-brigada e fora promovido a general-de-divisão em julho de 1974. No *Almanaque do Exército* de 1975 era o 33º da fila. Estava entalado. Dos dez generais-de-divisão à sua frente, cinco eram fortes candidatos à promoção.²¹ Dos dez seguintes, só um.²² Geisel estimara que dificilmente conseguiria promovê-lo antes de novembro de 1978.²³ (Pelo ritual, as promoções se davam em março, julho ou novembro.)

Em 1973, ainda na Petrobrás, o coronel Moraes Rego produzira um mapa com a projeção do quadro de generais do futuro governo. Nele, Figueiredo chegaria à quarta estrela em março de 1979.²⁴ Tarde demais. Talvez em novembro de 1978, dias depois da eleição, mas também seria tarde. “Vão ficar os quatro-estrelas espinhados”, observaria Geisel.²⁵ Achava necessário promovê-lo “pelo menos” em julho. Melhor mesmo em março, mas então só poderia fazê-lo passando aquilo que Heitor Ferreira denominara “limpa-trilho”.²⁶ Os trilhos poderiam ser limpos de duas maneiras: caroneando-se generais-de-

divisão ou oferecendo-lhes cargos fora do Exército.

Se Geisel condicionasse sua vontade à margem de manobra do *Almanaque*, teria de esperar até 1979 para resolver o problema. Deveria aceitar uma influência ainda que indireta do Alto-Comando, reconhecendo-lhe o poder de anular o candidato ao obstruir sua promoção à quarta estrela. Seria um erro palmar. Num fim de semana de julho de 1976, conversando com Heitor Ferreira na piscina do Riacho Fundo, dissera-lhe: “Vai ser como general-de-divisão mesmo”.²⁷ Essa frase pressupunha que terminaria o mandato com força suficiente para enquadrar os quatro-estrelas espinhados.

Figueiredo duvidava que pudesse chegar a tempo. Uma projeção do SNI, feita no início de 1975, colocara-o como 18º da fila na composição de uma mesa onde havia quinze lugares.²⁸ No final do ano seguinte, ele próprio compusera dois mapas. Num, “com a ‘Cousa’”, poderia ser promovido em março de 1978. No outro, “sem a ‘Cousa’”, não tinha chances. A “Cousa”, no código de Heitor Ferreira, era a demissão de Frota e a conseqüente abertura de mais uma vaga.²⁹

Se Figueiredo sabia como era difícil apressar sua quarta estrela, Frota sabia como era fácil retardá-la. Por mais que o presidente tivesse liberdade para escolher entre os nomes remetidos pelo Alto-Comando, não podia afrontá-lo.³⁰ Em alguns casos, Geisel promovera generais que preferia ver na reserva. Em novembro de 1976 dera a quarta estrela a Carlos Alberto Cabral Ribeiro. Gordo, avermelhado e agressivo, fora personagem decisivo na mobilização do II Exército pela derrubada de João Goulart. Veterano da linha dura, estivera na repressão paramilitar às passeatas de 1968.³¹ Tornara-se censor-geral do I Exército durante os primeiros meses do governo Medici. Desse período, Geisel guardara um juízo: “Esse é que é o maluco”. Moraes Rego dizia que era “mau mesmo, mau”. Estimara que seria preterido.³² Figueiredo não queria sua promoção.³³ Hugo Abreu nunca pensara em vê-lo com quatro estrelas. Avaliara-o assim: “Sempre foi muito definido como

revolucionário. Não parece ter condições para ser promovido a general-de-exército: não é muito inteligente, faltam-lhe condições físicas e capacidade de liderança. É muito radical e é duvidoso que se possa contar com sua lealdade”.³⁴

Geisel intuía: “O Frota vai querer fazer o Carlos Alberto Cabral Ribeiro”.³⁵ Fez.

Às manobras do ministro do Exército, Figueiredo contrapunha, ainda com cautela, o peso do SNI. Senhor do sistema de escuta telefônica do governo, ouvia quem queria. Recebia uma seleta dos DGS, ou “dragões” (nome dado pelo Serviço aos grampos). Em média, dez por dia. Os “dragões” tornaram-se o principal corpo de tropa de sua campanha presidencial. Era um candidato que não falava, ouvia. Diante de uma proposta para que se suspendesse a escuta no telefone de um coronel recém-chegado ao generalato pois não ficava bem o governo ouvir um oficial que acabara de promover, Figueiredo respondeu: “Não! Agora é que vai botar as unhas de fora!”.³⁶ Conhecem-se trinta indicações documentadas de escutas que passaram por ele nos três primeiros anos de governo.³⁷

Por menos que a sucessão fosse discutida em público, em 1976 a relativa liberdade de imprensa permitira o aparecimento de palpites ocasionais. Em julho, um artigo do jornalista Sílvio Leite, do *Jornal de Brasília*, listara três possíveis candidatos: o novo comandante do II Exército, Dilermando Gomes Monteiro, Figueiredo e Euler Bentes. O primeiro, por simpático. O segundo, pela confiança de Geisel. Euler, o quatro-estrelas que chefiava o Departamento de Material Bélico, por pretender mudar a política econômica.³⁸

Um mês depois, baseado em “dragões” e oitivas do que dizia o governador de Goiás, Irapuan Costa Jr., o chefe da Agência Central do SNI informava:

Prezado chefe General Figueiredo

Aí vai uma informação sobre a atuação do General Euler e que confirma os “DG” recentes e o acompanhamento das atividades do Governador Irapuan.

— o General Euler está muito preocupado com seu futuro político;

— julga que o Governo está com alguma manobra preparada;

— considera que se não contar com o apoio de Governadores e da imprensa estará liquidado politicamente;

— pensa que após as eleições de novembro haverá reformulação ministerial e que poderá, então, obter um ministério com base política;

— tem a idéia de que o General Medici e o Presidente Geisel têm um acordo firmado em torno do nome do General Figueiredo para PR e, em consequência, para frustrar esse acordo, considera que é vital antagonizar o Pres Geisel com o General Medici.³⁹

Euler tinha 59 anos e, por conta de uma carreira rápida, iria para a reserva em março de 1977. Nas reuniões seguintes à morte de Vladimir Herzog e à demissão de Ednardo, quando Frota tentara vocalizar uma Sublevação do Alto-Comando, mantivera-se ao lado do presidente. Em janeiro, o coronel Alacid Nunes, ex-governador do Pará, lembrara numa conversa que “já andam os nomes por aí” e o incluía entre os prováveis sucessores de Geisel.⁴⁰

Já em 1972, o general fora o primeiro nome mencionado pelo próprio Geisel para a sua sucessão. Cogitara entregar-lhe o Ministério do Interior: “Uma excelente posição para ele ser o seguinte, no fim de cinco anos. Eu admito isso”.⁴¹

Até fevereiro de 1974, o general Euler Bentes foi lembrança freqüente nas conversas do largo da Misericórdia, onde se cozinhou a estrutura do governo. Geisel pensara em nomeá-lo chefe do Estado-Maior do Exército, ministro do Interior e dos Transportes.⁴² Moraes Rego sugerira que lhe dessem a presidência da Petrobrás. Heitor

Ferreira chegara a listá-lo para a chefia do Gabinete Militar e, também, como provável interventor para comandar a fusão dos estados do Rio de Janeiro e da Guanabara.⁴³ O presidente decidiu colocá-lo no futuro Ministério da Previdência, resultante de um desmembramento da pasta do Trabalho. Como isso dependia de um rápido processo legislativo, garantira: “O Euler vai ser ministro em abril”.⁴⁴

Durante um encontro com Figueiredo assegurara que o nomearia, mas recebera de volta uma cautelosa restrição. “Eu me dou muito bem com ele, nunca tive atrito nenhum com ele, mas ele é difícil de tratar, e só prevalece a opinião dele, e ele fica naquele negócio, ele ganha pelo cansaço”, respondeu o general.⁴⁵

Heitor Ferreira, que presenciara a conversa, anotou: “O Euler ministro civil — não será a determinação do sucessor? Mesmo inconsciente?”.⁴⁶

Seria ministro na certa, se para tantas alternativas tantos inimigos não tivera. O marechal Cordeiro de Farias dizia que era muito bom “moralmente”, “mas está num nacionalismo feiço”.⁴⁷ Orlando Geisel não o julgara pronto para uma cadeira de ministro: “É bom, trabalhador, mas radical”.⁴⁸

Golbery atirou em Euler com uma argumentação diversa e indireta. Retornando de um almoço, atribuiu ao seu interlocutor a seguinte especulação: “Suponha [...] o Euler num ministério. Bom, então esse é o sucessor. [...] É o sentimento que eu tenho”.⁴⁹

O general voltou a ser uma alternativa para a chefia do Estado-Maior do Exército. Discutindo com Dale Coutinho a formação da cúpula do ministério, Geisel disse-lhe:

— Eu não sei que juízo você tem dele, nem sei se o meu juízo está certo em relação ao Euler. Ele fez carreira muito rápida, muita gente não gosta dele. Muita gente diz que ele não foi revolucionário, mas que ele é um camarada trabalhador, e capaz, eu acho que não há dúvida.

— A capacidade dele, não discuto. [...] gosta de impor as

idéias dele, meio ranheta, e sempre comandou fácil, porque sempre comandou negócio de construção [...]. Agora, realmente, nessa parte da Diretoria Geral de Economia e Finanças no tempo do Orlando, ele foi um grande auxiliar — respondeu Dale Coutinho, acrescentando que pensara em seu nome para a chefia do Departamento de Material Bélico.⁵⁰

Quando os dois se despediram, o comandante do I Exército, general Sylvio Frota, estava escolhido para o Estado-Maior.

No Ministério do Interior, Geisel pôs um técnico inexpressivo, sugerido na última hora. Nenhum nome freqüentara as listas ministeriais com a versatilidade de Euler. Ainda assim, ele ficara sem convite algum. Golbery chamou-o de “o mais ex-quase”.⁵¹ Levando-se em conta que Geisel nomeara três ministros de quem nunca ouvira falar e um cujo nome não lembrara, resta uma pergunta: por que Euler acabara comandando a mesa da chefia do Departamento de Material Bélico?

Fora congelado pela distância que o separava do grupo de conselheiros do largo da Misericórdia e pelos juízos ambivalentes que esses conselheiros fizeram a seu respeito. Era menos nacionalista que Geisel, menos radical que Dale Coutinho e Frota, menos ranheta que Orlando. Dirigira a Sudene no início do governo Costa e Silva e se demitira, atacando o ministro Delfim Netto, quando o general Albuquerque Lima saiu do Ministério do Interior. Voltara à farda e passara pelo Departamento de Economia e Finanças, pondo em ordem as contas do Exército. Acabara com o expediente da “economia administrativa”, pelo qual os comandantes podiam poupar recursos com destinações específicas, gastando-os como quisessem. Fora acusado de pretender transformar o Exército numa empresa. Era um mudo. Em seu disciplinado e eficiente retorno à tropa ecoava o regresso do tenente Geisel à Vila Militar, em 1934.

Pelas divisórias convencionais do Exército, o general tinha uma biografia desalinhada. Pertencera à diretoria do Clube Militar que

derrotara os “fritadores de bolinhos” em 1950, mas se demitira quando sua revista tomou posição antiamericana na Guerra da Coréia.⁵² No dia 31 de março de 1964 comandava a Escola de Comunicações e recusara equipamentos aos revoltosos, mas depois de 1º de abril incorporara-se ao grupo de oficiais-engenheiros ligados a Albuquerque Lima.⁵³

Ao contrário de quase todos os similares desse grupo, nunca se associara a pronunciamentos liberticidas, muito menos à repressão política. Geisel admirava-lhe o profissionalismo. Cogitara colocá-lo em tantas posições por considerá-lo um “pé-de-boi”.⁵⁴ Acreditara que, pondo-o no Estado-Maior, afastaria da função a urucubaca da descontinuidade administrativa. A média de permanência dos chefes do EME era de pouco mais de doze meses. Ele poderia ocupar o posto por três anos. No Ministério do Interior, por trabalhador, tocara projetos. No dos Transportes, sua figura austera faria conveniente contraponto à exuberância do antecessor, Mário Andreazza. No da Previdência, provavelmente repetiria a gestão racionalizadora que impusera às finanças do Exército.

Homem de poucas encrências, nunca tivera contato, direto ou indireto, com o “grupo do nosso produtor-diretor”. Não o procuraram, nem ele os procurou. Raramente foi visto fora de sua rotina, que se resumia ao gabinete, à casa e ao sítio do Pica-Pau Amarelo, em São Pedro da Aldeia. Esse administrador renomado concluía a carreira militar na edificação de mais um dos grandes projetos da ditadura: a indústria de material bélico. Recebera o cargo com os anacronismos e as megalomanias da época. O Exército vinha estudando a construção de um morteiro fazia mais de vinte anos. Tinha o protótipo, mas não tinha o propelente. Sustentava um parque fabril parasita que comera 231 milhões de cruzeiros entre 1971 e 1973.⁵⁵ Uma fábrica do Exército em Bonsucesso, montada para fazer máscaras, fez bandejas e painéis, e aceitou uma encomenda da Petrobrás para produzir 16 mil tonéis de gasolina mas só conseguiu entregar 2500. Outra, em Curitiba, devia montar viaturas e montou fogões. Planejou chegar aos 4 mil, ficou em 250.⁵⁶ Em julho de 1975, reciclara-se o problema, criando-se uma nova

empresa estatal, a Indústria de Material Bélico, Imbel.

Limitada ao ministro do Exército e ao chefe do SNI, a sucessão presidencial estava envenenada pelo risco do regresso. Toda sucessão fechada é, por definição, uma manobra destinada a manter no poder quem nele está. Costa e Silva, Medici e Geisel preservaram a essência da grande coligação que amparara seus antecessores. O arco de interesses que tomou o poder em abril de 1964 continuava mandando em 76 e pretendia mandar até 84, quando terminaria o governo do sucessor de Geisel. Nesse sentido, Frota e Figueiredo tinham bases com propósitos idênticos.

Frota encarnava uma indefinida idéia restauradora. Em tese, poderia até concordar com a distensão, mas seria incapaz de conviver com suas conseqüências. Na conduta, guardava certa semelhança com Costa e Silva, que primeiro consolidara a posição nos quartéis, para só depois pensar no que ia fazer. Tornara-se estuário da hostilidade militar a Golbery e convencera-se — com razão — de que o chefe do Gabinete Civil trabalhava para tirá-lo do ministério.

Refletia paixões militares difusas, mas, à diferença de Costa e Silva, não estimulava indisciplinas. Somava à força do cargo o apoio de civis que, mesmo concordando com suas idéias, afluíam (ou refluíam) de acordo com a certeza do êxito. Armando Falcão, por exemplo, afluíra durante o recuo de 1975. Refluíra em fevereiro do ano seguinte, depois de testemunhar o predomínio de Geisel nas crises provocadas pelas duas mortes no DOI paulista, e dera a substituição do ministro por “inevitável e necessária”.⁵⁷ Como ela não aconteceu, voltaria a fluir.

No dia 2 de setembro de 1976, Frota deu um daqueles passos aparentemente protocolares e ingênuos que marcam os rituais das ditaduras. Acompanhado por cinquenta oficiais-generais, foi à sessão conjunta do Congresso convocada para homenagear a Semana de Caxias. Sessões desse tipo não eram comuns. Também não era comum convidar-se o ministro para sentar-se junto à Mesa Diretora.⁵⁸ O general conversou amistosamente com senadores da oposição e chamou

dois deles para a cerimônia de posse do comandante do IV Exército. No dia seguinte sua fotografia estava na primeira página do *Jornal de Brasília*.⁵⁹ Era coreografia de candidato.

Sem a mobilidade de Frota, Figueiredo dispunha do SNI, da preferência de Geisel e de um trunfo quase mágico. Sua candidatura costurava o passado ao futuro. O chefe do Gabinete Militar de Medici tornara-se a única ponte com o ex-presidente e alguns de seus melhores amigos, marginalizados desde 1974. Poucos governantes foram tão diferentes no estilo e nos propósitos quanto Medici e Geisel. Uma virtuosa característica dos militares disciplinados, pela qual um ex-comandante não se mete nos assuntos do sucessor assim como o sucessor não presta vassalagem ao antecessor, mantinha-os afastados. Medici magoara-se porque o presidente não o procurava, mas lembrava: “O João sempre que vem ao Rio me procura, e essa ligação é verdadeira”.⁶⁰

Se as lealdades políticas pudessem ser medidas apenas pelo exercício da prerrogativa de nomear e demitir, Geisel fora fiel ao antecessor. Conservara no cargo 66% dos 87 mandarins de Medici. (Medici ficara com 50% da alta burocracia de Costa e Silva.)⁶¹ Predominava uma amarga distância entre os dois. Ela sempre existira, ditada sobretudo pela separação geográfica. Medici passara quase toda a carreira no Rio Grande do Sul. Geisel, no Rio de Janeiro. Ambos ocupavam parte do tempo livre jogando buraco, mas nunca jogaram juntos. À falta de convívio, somaram-se cautelas. Geisel evitava que se criasse a falsa impressão de que buscava conselhos e Medici, que se pensasse que pretendia dá-los. Desde a posse, os generais encontraram-se duas vezes, sempre cerimoniosamente. A principal queixa que o presidente tinha do antecessor era impessoal, pois incluía o próprio irmão: “Não preparou nada. Ele e o Orlando ficaram sentados em cima do tacaieiro”.⁶²

Medici dividia seu tempo entre a fazenda de Bagé e o apartamento do Rio de Janeiro. Mantinha-se em penitente silêncio público, mas, nas conversas reservadas, mostrava-se amargurado. “Se arrependimento

matasse, eu já estaria morto”, dissera ao filho.⁶³ “Há dois anos e meio que estou debaixo de pau”, queixara-se ao jornalista Roberto Marinho.⁶⁴

Quando a imprensa passou por um surto de noticiário sobre escândalos da administração anterior (nenhum deles envolvendo o ex-presidente), Figueiredo foi ao Rio de Janeiro com um roteiro manuscrito de 22 tópicos, informando que Geisel mandava dizer-lhe, entre outras coisas, o seguinte:

Jamais teve iniciativa de mandar investigar qualquer fato. Sempre determinou que o SNI e o ministério da Justiça tomassem medidas para evitar o que está acontecendo. [...]

O PR não tem saída [...]. Não pode, ostensivamente, ser contra sejam os fatos apurados.⁶⁵

Mário Andreazza, príncipe do Milagre e ministro dos Transportes de Medici, já arregaçara as mangas pela candidatura de Figueiredo. Tinha experiência, pois em 1965, como coronel, fora um dos articuladores do marechal Costa e Silva. Num documento preparado no segundo semestre de 1976, concebeu o que deveria ser “a nossa linha de ação”. Tratava-se de insistir em caracterizar a candidatura do chefe do SNI como resultado da vontade de Geisel e torcer para que a “Cousa” acontecesse, “estimulando, ao máximo, a divulgação de manifestações favoráveis ao general Frota”. Feito isso, Convinha criar “o consenso de que o futuro Presidente terá de ser ainda um militar, não necessariamente um general do Exército, levando em conta que somente um Militar poderá bem avaliar os limites permissíveis pela Revolução em termos de sua institucionalização”.⁶⁶

O que significava essa institucionalização, Andreazza não dizia, nem sabia. Se soubesse, talvez não dissesse. Figueiredo tampouco. Sua candidatura tinha os contornos indefinidos das maquinações das ditaduras. Era certo que, comparado com Frota, ele se alinhara com a política de abertura de Geisel, mas isso derivava muito mais do interesse que das convicções. Não há registro de nenhuma ação do chefe do SNI pelo avanço da distensão. Seu Serviço chegava a ser um

agitador da anarquia, sustentando que “no interesse de sua própria sobrevivência” a Revolução “delegou” ao presidente o poder de resolver as questões políticas nacionais.⁶⁷ A análise das 128 *Apreciações Sumárias* preparadas pelo Serviço entre 1974 e 1977 para leitura de Geisel e disseminação na cúpula do governo mostra que Figueiredo foi um aliado do porão até a véspera de todos os momentos decisivos, transformando-se num corajoso colaborador do presidente e de sua distensão no dia seguinte a todas as paradas decididas. O general costumava comparar a distensão aos elásticos: “A gente estica e encolhe, conforme a coisa. Depende da habilidade de quem vai esticar. Não esticar muito para não arrebentar, nem afrouxar, para não ficar franzido”.⁶⁸

1 Uma folha com cópia de notícias do *Jornal do Brasil*, de 21 de janeiro de 1976, com anotações manuscritas de Heitor Ferreira, Geisel e Golbery. APGCS/HF.

2 Paolo Marconi, *A censura política na imprensa brasileira — 1968/1978*, pp. 243, 244, 248, 249, 255, 256 e 257. *Jornal do Brasil*, 18 de junho de 1978, Caderno Especial, pp. 2 e 3.

3 Conversa de Geisel, Golbery e Heitor Ferreira, 10 de dezembro de 1973. APGCS/HF.

4 Para ambos, *Diário de Heitor Ferreira*, 25 de junho de 1975 e 22 de janeiro de 1976.

5 Esses números estavam subestimados. Revistos, o crescimento do PIB ficou em 5,2%, a inflação em 29,3%, e o crescimento das exportações foi de 9%. *Banco Central*, “Economia e Finanças”, “Séries Temporais”, <<http://www.bc.gov.br>>, Séries 7326 e 2303.

6 Ernesto Geisel, *Mensagem ao Congresso Nacional*, 1976, <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/ul337/000014.html>>.

7 Geisel a Heitor Ferreira, em novembro de 1975: “Não tem sentido acabar com o AI-5 neste quadro econômico”. *Diário de Heitor Ferreira*, 25 de novembro de 1975.

8 Anotação de Golbery em Marcílio Marques Moreira, “Continuamos plantando”, em *Jornal do Brasil* de 22 de fevereiro de 1976, Caderno Especial *Economia* 76. APGCS/HF.

9 Para a leitura de Geisel, bilhete a Heitor Ferreira, de 20 de outubro de 1973. APGCS/HF.

10 Nota manuscrita de Heitor Ferreira a Figueiredo, que a respondeu, de 22 de julho de 1974. APGCS/HF.

11 Duas folhas manuscritas de Heitor Ferreira, uma de 31 de maio de 1975 e outra, endereçada a Figueiredo, de junho do mesmo ano. APGCS/HF.

12 Duas folhas manuscritas, de Figueiredo a Heitor Ferreira, de 4 de junho de 1976. APGCS/HF.

13 Carta de Newton Cruz a Heitor Ferreira, de 11 de junho de 1975. APGCS/HF.

- 14 Coronel-médico Americo Mourão, fevereiro de 1998.
- 15 *Diário de Heitor Ferreira*, 17 de março de 1975.
- 16 *Cronologia do Governo Geisel*, de Heitor Ferreira, 13 de janeiro de 1975, APGCS/HF, e *Diário de Heitor Ferreira*, 30 de janeiro de 1975.
- 17 Coronel-médico Americo Mourão, fevereiro de 1998.
- 18 *Diário de Heitor Ferreira*, 31 de janeiro de 1975.
- 19 Bilhete manuscrito de Heitor Ferreira a Figueiredo, que o respondeu, de 27 de janeiro de 1976. APGCS/HF.
- 20 Depoimento do general Adyr Fiúza de Castro, em *A volta aos quartéis*, organizado por Maria Celina d'Araujo, Gláucio Ary Dillon Soares e Celso Castro, p. 192.
- 21 José Fragomeni (comandante da 2ª Divisão de Exército), Antonio Carlos de Andrada Serpa, Hugo Abreu, Walter Pires de Carvalho (comandante da Vila Militar) e o general Ernani Ayrosa da Silva.
- 22 O general Milton Tavares de Souza.
- 23 Resposta manuscrita de Geisel a um bilhete de Heitor Ferreira, de 17 de outubro de 1974, APGCS/HF, e *Diário de Heitor Ferreira*, 15 de junho de 1974.
- 24 Uma folha, de Moraes Rego, intitulada por Heitor Ferreira *Primeira Versão do Quadro — Petrobrás*, 1973. APGCS/HF.
- 25 *Diário de Heitor Ferreira*, 15 de junho de 1974.
- 26 Bilhete manuscrito de Heitor Ferreira a Geisel, que o respondeu, de 17 de outubro de 1974. APGCS/HF.
- 27 *Cronologia do Governo Geisel*, de Heitor Ferreira, 11 de julho de 1976. APGCS/HF.
- 28 Duas folhas do SNI intituladas *Generais-de-Exército a partir de 25 Nov 78*, de 8 de abril de 1975, com um bilhete de Newton Cruz a Heitor Ferreira, encaminhando-lhe o “trabalho” a pedido de Figueiredo. APGCS/HF.
- 29 Duas folhas de bloco do SNI, de 20 de outubro de 1976, manuscritas por Figueiredo e tituladas e datadas por Heitor Ferreira. APGCS/HF.
- 30 O Alto-Comando votava e remetia ao presidente uma lista. Para a primeira vaga, iam três nomes. Para cada vaga seguinte, mais dois.
- 31 Capitão Sérgio Miranda de Carvalho, março de 1985.
- 32 Para “maluco” e “mau”, conversa de Geisel com Moraes Rego, 20 de dezembro de 1973. Para a estimativa, uma folha com um quadro de promoções, anotada por Heitor Ferreira “Do Moraes Rego, fevereiro de 1976”. APGCS/HF.
- 33 Nota de Heitor Ferreira, de 6 de fevereiro de 1976. APGCS/HF.
- 34 Conjunto de cinco folhas, duas grampeadas e três soltas, com dados para a promoção de dois generais à quarta estrela em 31 de julho de 1976. São papéis enviados por Hugo Abreu a Geisel e carimbados “confidencial”. APGCS/HF.
- 35 *Diário de Heitor Ferreira*, 28 de janeiro de 1976.
- 36 Bilhete manuscrito de Heitor Ferreira a Figueiredo, que o respondeu, de 29 de março de 1976. APGCS/HF. Era o telefone do general Rubens Resstel.
- 37 Estão documentadas da seguinte maneira: bilhetes de Heitor Ferreira a Figueiredo, sem data, provavelmente de abril e junho de 1974, e de 29 de março, 31 de agosto e 29 de novembro de 1976; bilhete de Figueiredo a Heitor Ferreira, de cerca de junho de 1974; bilhete de Newton Cruz a Heitor Ferreira, sob a remessa de quatro dragões “por recomendação do general Figueiredo”, de 12 de maio de 1975; conversas de Figueiredo com Heitor Ferreira, de maio e junho de 1975; bilhete de Ari Carracho a Heitor Ferreira, de agosto de 1975; bilhete de Newton Cruz a Heitor Ferreira, de 21 de agosto

de 1975; bilhete de autoria desconhecida a Newton Cruz, de 27 de agosto de 1975; nota de Figueiredo a Heitor Ferreira, de setembro de 1975; nota de Geisel a Figueiredo, de 25 de novembro de 1975; nota de Figueiredo a Heitor Ferreira, de 29 de dezembro de 1975; nota de Heitor Ferreira a Figueiredo, de 13 de fevereiro de 1976; nota de Heitor Ferreira a Figueiredo, de março de 1976. APGCS/HF. *Diário de Heitor Ferreira*, 4 de junho de 1976. Apesar dessa profusão de documentos relacionados com a escuta, não há “dragões” propriamente ditos, com transcrições brutas, no arquivo de Golbery. Acham-se alguns originais no arquivo do tenente-coronel Luiz Helvecio da Silveira Leite.

38 “A sucessão de Geisell”, de Silvio Leite, em *Jornal de Brasília* de 12 de julho de 1976.

39 Uma folha do SNI, com bilhete do general Sebastião José Ramos de Castro a Figueiredo, marcada “confidencial”, de 31 de agosto de 1976, visado por Golbery. APGCS/HF.

40 Nota de Heitor Ferreira a Geisel, que a visou, de 13 de janeiro de 1976. APGCS/HF. A nota relata uma conversa com Armando Falcão.

41 *Diário de Heitor Ferreira*, 26 de março de 1972.

42 Para o Estado-Maior e a Previdência, conversa de Geisel com Dale Coutinho, 16 de fevereiro de 1974. Para os Transportes, conversa de Geisel com Moraes Rego, 9 de janeiro de 1974. Para o Interior, conversa de Geisel com Golbery e Heitor Ferreira, 23 de janeiro de 1974. APGCS/HF.

43 Para a sugestão de Moraes Rego, *Diário de Heitor Ferreira*, 17 de janeiro de 1972.

44 Reunião de Geisel com Figueiredo, 9 de fevereiro de 1974. APGCS/HF.

45 Reunião de Geisel com Figueiredo, 9 de fevereiro de 1974. APGCS/HF.

46 Uma folha manuscrita de Heitor Ferreira, intitulada *Da Conversa EG & Figueiredo na Noite de 9 de Fevereiro de 1974*. APGCS/HF.

47 *Diário de Heitor Ferreira*, 18 de fevereiro de 1972.

48 Idem, 15 de agosto de 1972.

49 Conversa de Golbery com Heitor Ferreira, 7 de fevereiro de 1974. APGCS/HF.

50 Conversa de Geisel com Dale Coutinho, 16 de fevereiro de 1974. APGCS/HF.

51 Recorte do *Jornal de Brasília*, de 1974, sem data, anotado por Golbery e Heitor Ferreira. APGCS/HF.

52 Nelson Werneck Sodré, *Do Estado Novo à ditadura militar*, p. 30.

53 Observação feita por Geisel, em *Diário de Heitor Ferreira*, 20 de março de 1972. Carta de Heitor Herrera a Heitor Ferreira, de 15 de agosto de 1978, APGCS/HF.

54 Conversa de Heitor Ferreira com Geisel, 23 de janeiro de 1975. APGCS/HF.

55 O general Sylvio Frota disse que esse parque vivia “parasitariamente”. *Segunda Reunião do Alto-Comando das Forças Armadas*, 20 de janeiro de 1975. APGCS/HF.

56 *Segunda Reunião do Alto-Comando das Forças Armadas*, 20 de janeiro de 1975. APGCS/HF.

57 Nota de Heitor Ferreira a Geisel, que a visou, de 2 de fevereiro de 1976. APGCS/HF. A nota narra uma conversa com Armando Falcão.

58 *Jornal de Brasília* (p. 1) e *O Estado de S. Paulo* (p. 5), ambos de 3 de setembro de 1976.

59 *Jornal de Brasília* (p. 1) e *Jornal do Brasil* (p. 15), ambos de 3 de setembro de 1976.

60 Cinco folhas datilografadas, sem assinatura, intituladas *Conversa no Apartamento de Medici, na Rua Julio de Castilhos. Dia 30 de Agosto de 1976, das 16 às 18:45 Horas*,

visadas por Geisel e marcadas por Heitor Ferreira como “Roberto Marinho”. APGCS/HF.

61 Ben Ross Schneider, *Politics within the State — Elite bureaucrats & industrial growth in authoritarian Brazil*, p. 31.

62 *Diário de Heitor Ferreira*, 17 de maio de 1975.

63 Roberto Nogueira Médici, *Medici — O depoimento*, p. 34.

64 Cinco folhas datilografadas, sem assinatura, intituladas *Conversa no Apartamento de Medici, na Rua Julio de Castilhos. Dia 30 de Agosto de 1976, das 16 às 18:45 Horas*, visadas por Geisel e marcadas por Heitor Ferreira como “Roberto Marinho”. APGCS/HF.

65 Cinco folhas de bloco manuscritas por Figueiredo, intituladas por Heitor Ferreira *Roteiro de Figueiredo para Conversa com Medici no Rio na Noite de 3 de Setembro de 1975*. APGCS/HF.

66 Duas folhas datilografadas, de Mário Andreazza, remetidas a Figueiredo em 25 de janeiro de 1978 com a seguinte anotação: “Este papel foi feito faz dois anos, aproximadamente”. APGCS/HF.

67 *Apreciação Sumária nº 15*, do SNI, de 26 de abril de 1976. AEG/CPDOC.

68 *Conversa de Figueiredo com Heitor Ferreira*, 28 de maio de 1975. APGCS/HF.

O terror de casa

Geisel esticou o elástico logo depois da demissão de Ednardo, preparando-se para a eleição municipal de 15 de novembro de 1976. Foi uma ação deliberada, cujo objetivo era dobrar a espinha da oposição. Tratava-se de “balizar limites às ações adversárias permitidas”. Anos depois, Golbery explicaria a tática:

Algumas valiosas regras de ação poderão ser apontadas para uma manobra dessas [...]:

1. Cada par de ações (contra a direita e contra a esquerda) deve desencadear-se em prazo curto, uma seguindo-se logo à outra, para que se crie a convicção geral de sua solidariedade e se evidencie não estar o poder central agindo sob a influência de qualquer delas — reforço de posição própria, independente;
2. Intervalos entre pares solidários de ações devem ser dos mais variados, garantindo-se-lhes efeitos de surpresa;
3. as seqüências esquerda-direita e direita-esquerda devem suceder-se sem qualquer regularidade perceptível;
4. as ações devem ser as mais distantes possíveis entre si, quanto a seu espaço social de aplicação, isto é, alvos preferenciais deverão ser as extremas da direita ou esquerda, permitindo-se aos elementos mais moderados delas desvincularem-se.¹

Era uma versão complicada da técnica do cravo e da ferradura.

Sua aplicação imediata fora sugerida pelo general Reynaldo Mello de Almeida na reunião do Alto-Comando, três dias depois da demissão de Ednardo. Golpeada a direita, queria que se golpeasse a esquerda. Ele mesmo cuidaria disso.

No início de março foram presos no Rio de Janeiro dois professores (um deles, economista do Conselho Interministerial de Preços, do Ministério da Fazenda) e um jornalista.² Todos acusados de militância no PCB. Seguiram-se mais de uma dezena de intimações. Era a *Operação Grande Rio*. Pouco tinha a ver com os arrastões do DOI do II Exército sob o comando de Ednardo. As prisões feitas no Rio foram prontamente reconhecidas.³

Era no propósito que a operação diferia dos arrastões paulistas. Enquanto o DOI de São Paulo superlotara a carceragem, buscando conexões entre os comunistas da cidade e o MDB, além de suas arcanas articulações com o próprio governo, houvera no Rio uma ação de “guerra psicológica”. Destinara-se a tirar proveito político da intimidação “para fazer face ao crescimento da propaganda adversa e da ação comunista”. Pretendera expor as “falsas lideranças”, “desmascarando-as e desmoralizando-as”, “para comprometer suas atividades profissionais atuais ou futuras”.⁴ Com esse objetivo, exibiram o vídeo do depoimento de um preso a três dos mais poderosos dirigentes dos meios de comunicação nacionais: Roberto Marinho, dono das Organizações Globo, Walter Clark, diretor de sua televisão, e Armando Nogueira, chefe da central de jornalismo da emissora.⁵

Por mais temores que a *Operação Grande Rio* tenha espalhado, não chegou a abalar a posição de um dos jornalistas que mais procurou atingir. Henrique Caban, aos 44 anos, era o segundo homem da redação d’*O Globo*. Filho de um barbeiro comunista polonês, nunca tivera partido além do PCB. Os militares obtiveram vários depoimentos que o incriminavam. Pior: conseguiram o cheque, no valor de um salário mínimo, com que pagara sua última contribuição ao Partidão e o mostraram a Roberto Marinho.

— Caban, você deu dinheiro ao Partido Comunista? — perguntou-lhe o patrão.

— Dr. Roberto, durante o Estado Novo meu pai esteve preso e minha família foi sustentada pelo Socorro Vermelho. Sempre que me pedirem dinheiro para ajudar famílias de presos, eu vou dar.

— Mas em cheque, Caban? — respondeu Marinho.⁶

As prisões da *Operação Grande Rio* deram-se na última semana das férias parlamentares, que haviam amortecido tanto o assassinato de Manoel Fiel Filho como a demissão do general Ednardo. Reaberto o Congresso, estaria reaberta a Casa sobre a qual sempre caíam os raios. Em novembro, seriam escolhidos 3790 prefeitos. Esse seria o primeiro grande teste da ditadura depois do naufrágio de 1974. Armando Falcão informou que a subversão passara a se “fingir de morta”.⁷ O líder do governo na Câmara defendeu a radicalização da campanha, em nome do interesse dos cidadãos por disputas mais aguerridas.⁸ Num lance inédito, no dia 31 de março o presidente almoçou na Vila Militar, intitulou-se “velho soldado” e disse que não havia lugar melhor para comemorar o aniversário da Revolução que “um quartel de nosso Exército”. Lembrou que os militares “souberam se sobrepor à intriga, à incompreensão, à calúnia e à injúria”, dando ao país doze anos de estabilidade.⁹

De volta, o Planalto recebia acenos de paz. Ulysses Guimarães divulgara uma nota suave, referindo-se ao “triunfalismo messiânico” e ao “erro filosófico” da Revolução. Seu tom era diferente do que usara no ano anterior: “Não lhe faço a injustiça de negar acertos, bem como a inatacável honradez de intenções e de comportamento pessoal e de homem público, de que o Presidente Geisel é exemplo”.¹⁰

Assim como a Revolução Portuguesa de 1974 assustara os

militares e encantara a oposição, havia um incêndio em Buenos Aires, produzindo ventos idênticos, com sinal contrário. O governo civil argentino desmanchava-se. A ordem democrática, restabelecida em 1973, ao cabo de um Gran Acuerdo Nacional conduzido pela ditadura militar instalada desde 66, resultara na volta de Juan Perón à Casa Rosada. Agora, o Estado agonizava nas mãos de sua viúva, Maria Estela, a Isabelita, que assumira a presidência em julho do ano seguinte, depois da morte do raposo. Ex-bailarina de cabaré panamenho, governava uma catástrofe havia dezesseis meses sob estado de sítio.¹¹

O peso sofrera sete reformas ministeriais em treze meses e duas brutais desvalorizações em menos de um ano, a inflação fechara 1975 em 738% e, projetando-se os resultados do primeiro trimestre, poderia terminar 1976 em 3000%. O país estava praticamente sem reservas.¹² A partir da posse da senhora, o terrorismo matara duas pessoas por dia.¹³ A esquerda fizera um total de 687 vítimas nos últimos cinco anos. A direita, artilhada na Aliança Anticomunista Argentina (AAA), eliminara em torno de mil, 549 nos três meses anteriores.¹⁴ Entre eles, dois brasileiros. Um era o pianista Tenório Jr., que acompanhava Vinicius de Moraes num show na casa Gran Rex.¹⁵ Em dois seqüestros de empresários o terrorismo esquerdista amealhara 61 milhões de dólares.¹⁶

Desde outubro de 1975, os militares tinham ordens para “aniquilar” os “elementos subversivos”. Logo depois foram autorizados a usar “métodos especiais de interrogatório”, e o comandante do exército, general Jorge Rafael Videla, advertira: “Na Argentina deverão morrer todas as pessoas que seja necessário para que volte a reinar a paz”.¹⁷

A decomposição do governo atingira proporções inauditas, e a destituição de Isabelita tornara-se fava tão contada que, no dia 5 de março de 1976, o embaixador brasileiro em Buenos Aires fora procurado por um emissário do golpe. Estava interessado em articular uma campanha de defesa internacional da imagem da futura ordem. Informou que a Casa Rosada cairia antes do dia 17. Tomaram-na no dia

Os militares empossaram uma junta encabeçada pelo general Videla, trancaram Isabelita numa mansão e fizeram terra arrasada das instituições do país, dando início a um período que chamaram de “Proceso de Reorganización Nacional”. Uma “ordem de batalha” comunicara que “a Argentina é um dos campos de combate da Terceira Guerra Mundial”.¹⁹ O general Iberico Saint Jean, ex-adido do exército no Rio, nomeado governador da província de Buenos Aires, avisou: “Primeiro vamos matar todos os subversivos. Depois vamos matar seus colaboradores, depois os simpatizantes e os indecisos. Finalmente, vamos matar os indiferentes”.²⁰

Fechando um ciclo que começara no Brasil em 1964, os generais governavam toda a América situada abaixo da linha do equador.²¹ Os cravos de Lisboa haviam dado à oposição brasileira o direito de sonhar com uma revolta dos quartéis que derrubasse a ditadura. Agora, a vez de sonhar era da direita. Pouco depois do início do “Proceso”, uma comitiva de oficiais argentinos foi recepcionada pelo comandante do DOI do Rio.

Passando por Brasília, o secretário de Estado americano Henry Kissinger viu uma parte desse sonho: “Uma confiável fonte brasileira descreveu um acordo Brasil-Argentina segundo o qual os dois países caçam e eliminam terroristas que tentam fugir da Argentina para o Brasil. Unidades militares brasileiras e argentinas já teriam operado conjuntamente e dentro das fronteiras do outro [país] quando necessário”.²²

O Brasil já não tinha terrorismo de esquerda, Geisel não era Perón, mas os tanques de Buenos Aires estimularam a esperança de radicalização do regime. Ela se manifestou dias depois, num panfleto que trazia a marca registrada das produções de 1975, a vinheta de Golbery na força:

Temos ao nosso lado e ainda bem vivo na memória o exemplo da Argentina [...]. Queriam “devolver o governo ao povo”, “entregá-lo a quem fosse maioria”. Prepararam às escondidas a traição às Forças Armadas desse país irmão e entregaram o governo ao corrupto Perón. [...]

Que os usurpadores do poder em Brasília não sejam tão debilóides a ponto de pensarem que entregarão o país ao comunismo sem levar o Brasil a uma guerra civil ou a uma guerrilha sem quartel onde, por certo, milhares de inocentes pagariam com suas vidas a traição e a vilania de uns poucos corruptos aliados de comunistas e de pseudoliberais desonestos!

Geisel — ainda é tempo de te libertares do jugo desse novo Rasputin, traidor maquiavélico, que a continuar com suas patranhas, poderá levar-te, tal qual Getúlio, a uma autojustiça! [...]

Geisel, nós te pedimos por tudo que nos é sagrado — livra-te desse caolho maldito!²³

O radicalismo militar não chegou a esboçar um projeto argentino. Articulou-se, como sempre, na construção de surtos arbitrários baseados na magnificação de pequenos incidentes. Tratava-se de buscar crises na esquerda. Mais precisamente, na ala combativa do MDB, que se denominava grupo Autêntico. Seu núcleo era formado por 23 deputados federais (numa bancada de 158).²⁴ Denunciando prisões e tomando riscos, eram eles que davam ao partido o tom oposicionista, e isso lhes assegurava 31 das cadeiras no Diretório Nacional, onde a ala moderada detinha a maioria, com 36.²⁵ De um lado, os “autênticos” legitimavam a atuação conciliadora. De outro, embaraçavam a prudência. Essa cumplicidade objetiva assegurava a harmonia interna do MDB, mas não refreava paixões. Um dos mais destacados “autênticos”, o pernambucano Jarbas Vasconcelos, evitava cumprimentar seu colega e conterrâneo Thales Ramalho, secretário-geral do partido.²⁶

O ritmo dos golpes “esquerda-direita e direita-esquerda” sugeria um passo contra a oposição. Ele deveria vir antes do início da campanha eleitoral. A oportunidade apareceu na segunda metade de março, no Cine Gaúcho, em Palmeira das Missões, no noroeste do Rio Grande do Sul. Num comício de noite de sexta-feira, com o desembaraço típico dessas situações, dois deputados do grupo Autêntico mandaram suas brasas.

Primeiro falou Nadyr Rossetti. Tinha 38 anos e estava no terceiro mandato. Elegera-se com o apoio do PCB e 73 mil votos. Sua audácia já levava Ulysses Guimarães a procurá-lo para pedir-lhe moderação nos debates parlamentares, pois poderia acabar provocando o fechamento do Congresso.²⁷ No trecho mais agressivo do discurso, disse que “a queda do regime é coisa certa. Se não for por podre, pela corrupção”.²⁸

Pouco depois, foi a vez de Amaury Müller. Chegara à Câmara em 1970, com duas cadeias na biografia. Tivera o voto comunista de Porto Alegre, mas dissociara-se do PCB, aproximando-se dos grupos à esquerda. Não pretendia ir à manifestação. Trocava o pneu do carro num posto de gasolina quando encontrou um veterano das cassações de 1964. Ele lhe disse que fora aconselhado a não ir ao comício, pois poderia parecer provocação. Müller esquentou-se. Levou-o à reunião e inscreveu-se como orador.²⁹

O deputado homenageou o amigo cassado e pronunciou o nome proibido: Leonel Brizola, o ex-governador exilado cuja sombra se projetava na política do Rio Grande, sobressaltando o governo. Disse mais:

Estamos num regime de golpe, não de revolução, dominados pela aristocracia fardada. [...]

O que houve em primeiro de abril foi uma quartelada com fuzis e metralhadoras compradas com dinheiro de quem paga impostos. [...]

Chegou a hora de pôr um fim à ditadura.³⁰

Nenhum deles disse nada de novo, mas Müller viria a se assustar,

dias depois, com a manchete do *Correio do Povo*, de Porto Alegre: “MDB critica o regime e homenageia cassados”.³¹

Com a publicação de trechos dos discursos armou-se a crise em Brasília. O líder do governo na Câmara, José Bonifácio, chamou-os de “energúmenos” e lembrou que “o AI-5 é para ser aplicado”.³² Em seguida, o Alto-Comando do Exército se reuniu. Era sessão de rotina, mas o comandante das tropas do Sul, general Oscar Luiz da Silva, tinha uma gravação do comício do Cine Gaúcho. Não se conhece documento capaz de assegurar que o assunto foi discutido pelos generais. No mesmo dia, contudo, Golbery estava a favor da cassação de Müller e Rossetti.³³

Geisel permaneceu em silêncio por toda a semana. Recebeu um estudo onde se analisavam três linhas de ação.

A primeira — “Nada Fazer” — tinha a grande vantagem de proteger a imagem do governo, e seis inconvenientes. O pior deles estava no risco de “acirrar a campanha eleitoral de modo a comprometer a realização das próprias eleições”.

A segunda — “Aplicar a Lei de Segurança Nacional” — prestigiaria o Poder Judiciário, mas obrigaria o governo a esperar pela decisão e, novamente, “estimularia a ação de grupos radicais de direita”.

A terceira — “Aplicar o Ato Institucional nº 5” — prejudicaria a imagem do governo, porém “fortaleceria a confiança das Forças Armadas e dos setores revolucionários” e “tranquilizaria o meio empresarial”. “Imporia ao MDB definir-se como partido democrático, ou apoiar pronunciamentos de parlamentares de nítida conotação revanchista e comuno-subversiva.” Finalmente, “evitaria o surgimento de possíveis ações de grupos de radicais de direita”.³⁴

O líder do MDB na Câmara, deputado Laerte Vieira, chamou os dois deputados ao seu gabinete e sugeriu que se retratassem preparando um texto curto, cauteloso.

— De maneira nenhuma — respondeu Müller.

— Olha, Laerte, eu prefiro perder o meu mandato, se é que

vou perdê-lo, pela mão da ditadura, do que pela mão dos meus eleitores — disse Rossetti.³⁵

Além de não quererem retratar-se, não acreditavam que seriam cassados. “Éramos lambaris em água de peixe gordo”, recordaria Müller.³⁶ Enganara-se.

No dia 29 de março, doze dias depois do comício de Palmeira das Missões, Geisel cassou os dois. Era a primeira vez que usava o AI-5 para punir cidadãos por terem expressado juízos políticos.

O MDB reagiu com cautela, mas um dos peixes gordos do grupo Autêntico subiu à tribuna e disse o que pensava. Denunciou as cassações, pediu um “basta” e discorreu sobre a manipulação do medo como forma de preservação do regime. Nas notas taquigráficas, expurgadas, afirmou: “Estamos nos acostumando à falta de liberdade. [...] Estamos nos acostumando com o desaparecimento de brasileiros”. Na realidade, dissera mais: “Estamos nos acostumando com o desaparecimento de brasileiros (sua tortura, sua morte presumida!)”. Concluía denunciando: “Estamos quase que inermes diante desses grupos que manipulam o poder. E sabemos que estes grupos podem cassar! Podem torturar!, podem até matar, mas não podem afastar dois elementos inarredáveis da história de qualquer povo: o Tempo e a História”.

Na versão pública, foi desidratado: “Estamos quase que inermes. Podem cassar, mas não podem afastar dois elementos inarredáveis da história política de qualquer povo: o Tempo e a História!”.³⁷ Lysâneas Maciel sabia o tamanho de seus desafios. Era um deputado que recitava nomes de torturadores. Chamava de “assassinos” os assassinos e de “maluco” o brigadeiro João Paulo Burnier, condestável da repressão na FAB até a primeira metade do governo Medici. Classificava de “energúmenos” o comandante Clemente José Monteiro, suserano da central de torturas da ilha das Flores, e o capitão José de Ribamar

Zamith, condômino do DOI carioca e senhor da violência política na Baixada Fluminense.³⁸

Estava no segundo mandato. Caso raro de evangélico com militância na esquerda, não era quadro do PCB, mas dele recebera apoio. Sua militância em defesa de presos políticos, uma campanha bem-feita e o entusiasmo da juventude universitária deram-lhe 98 mil votos, tornando-o o terceiro mais votado da bancada carioca. Refletindo a extensão da vitória do MDB no estado, nenhum arenista o igualara. Geisel sabia, havia pelo menos dois anos, que o Partidão apoiava Lysâneas. Desde 1974 o SNI censurava-lhe a correspondência e acompanhava seus passos.³⁹

Em junho de 1975, o presidente resolveu cassá-lo. Queria um golpe “a quente”.⁴⁰ O SNI acusara-o de produzir folhetos com “sub-reptício convite à resistência e ao terrorismo nos meios universitários”.⁴¹ Vigiam-no com volúpia. Quando uma universidade do Paraná pediu autorização ao comando da 5ª Região Militar para que o deputado fizesse uma palestra aos alunos, ela foi concedida “só para poder gravar”.⁴² Feita a gravação, Figueiredo atacava-o por ter dito “imundices”, “incitando os estudantes contra as Forças Armadas”.⁴³ Por ter batalhado pela formação de uma CPI para investigar o paradeiro dos desaparecidos, ganhara a qualificação de “lacaio do imperialismo vermelho” no segundo capítulo da panfletagem da *Novela da Traição*.⁴⁴

Lysâneas foi cassado no fim da tarde de 1º de abril de 1976, 72 horas depois do discurso de solidariedade aos dois gaúchos. Informado da sentença, subiu à tribuna e começou um discurso de despedida: “Esta Casa perdeu a altivez e a compostura...”.

O vice-líder da Arena, Cantídio Sampaio, interrompeu-o, protestando. Lysâneas disse-lhe que não daria apartes a um “assassino, torturador de estudantes, membro do Esquadrão da Morte”.⁴⁵ Cantídio devolveu: “Subversivo, agitador, antibrasileiro e comunista”. O presidente da Mesa desligou os microfones e encerrou a sessão. Faltou pouco para que os dois saíssem no braço. Quando deixava o plenário, quiseram carregá-lo em triunfo, mas Lysâneas dispensou a

coreografia.⁴⁶ Passou era casa, fez as malas e foi para o aeroporto. O pneu do avião furou, e ele teve de esperar por duas horas. Descobriu depois que tinham varejado sua bagagem, furtando-lhe papéis, entre os quais uma carta de Danielle Mitterand, mulher do chefe socialista francês François Mitterand.⁴⁷

O MDB levou seis dias e pelo menos seis reuniões para redigir a nota de protesto contra a cassação de Lysâneas. Somente às cinco da manhã de 5 de abril chegou-se a um texto consensual. Pela banda moderada, o negociador fora Tancredo Neves. Ele já dormia quando um deputado o procurou para comunicar-lhe mais uma alteração no texto. Haveriam de viver um dos grandes diálogos da esperteza política nacional.

— Dr. Tancredo, eu estou aqui porque o grupo reuniu-se e entendeu ser indispensável retirar uma expressão...

— Retirar pode; não pode é colocar — respondeu Tancredo.⁴⁸

A cautela fazia sentido. No mesmo dia o SNI propagava sua análise rotineira da situação política e avisava: “A aplicação do AI-5 a Lysâneas Maciel seria apenas uma dentro de uma série ainda por desenvolver-se, longa e imprevisível”.⁴⁹

Diante da nota moderada, o Serviço mostrava seu descontentamento:

Pressente-se, na redação do documento, uma pálida tentativa de conciliar. No mesmo texto, as tendências dos moderados e radicais. Tentativa inútil, pois no seu todo, a nota oficial — Do MDB à Nação — é efetivamente contestatária e contestador, além de mistificador, se apresenta o MDB, numa posição friamente decidida. [...] Admite-se difícil, talvez impossível, a convivência harmônica do MDB com os termos e as regras revolucionárias.⁵⁰

No mesmo surto que levou Lysâneas, Geisel praticou uma das mais surpreendentes violências de seu governo. Foi um episódio rápido.

Quando os papéis que tratavam do assunto passaram pela mesa

do general Newton Cruz, ele disse: “Chiii”.⁵¹ O coronel José Maria de Toledo Camargo, assessor especial de Geisel, telefonou-lhe logo que soube do veto. O presidente mandou que discutisse o caso com o ministro Armando Falcão. Toledo Camargo custou a achá-lo. Anos mais tarde, contaria: “Quando ele me ouviu, respondeu que era isso mesmo, que ia ser proibido e que os comunas precisavam aprender. Era coisa do pessoal dos serviços”.⁵²

Estava feito. O governo proibira a TV Globo de transmitir a peça *Romeu e Julieta*, dançada pelo corpo de baile do teatro russo Bolshoi. A gravação era de janeiro e iria ao ar numa rede mundial de emissoras, liderada pela CBS americana, atingindo 112 países e 300 milhões de pessoas. Comemorava os duzentos anos do Bolshoi.⁵³

Não se via coisa igual desde 1942, quando a Censura do Estado Novo vetara o noticiário cinematográfico da chegada de Winston Churchill a Moscou.⁵⁴ Dois anos antes o Bolshoi fora impedido de dançar em Belém.⁵⁵ No governo Medici negara-se licença para a entrada no Brasil da Filarmônica de Moscou, mas permitira-se a apresentação do balé Moisseiev.⁵⁶ Ademais, o Kirov já dançara no Rio.⁵⁷ Proibira-se a transmissão do enlatado depois que a Globo começara a anunciá-lo. Por quê?

Responde Armando Falcão: “No ano de 1976, organizara-se um extenso programa de comemoração da passagem da Revolução Russa de 1917. [...] Ora, naquela altura dos acontecimentos, tudo que cheirasse a propaganda da União Soviética era combatido com radicalismo”.⁵⁸

Idéia de quem?

“Do Falcão”, informaria Geisel.⁵⁹

“Chegou-me às mãos, então, uma nota do SNI, solicitando a proibição da transmissão do espetáculo”, explicaria Falcão, em suas memórias.⁶⁰

“Você junta o Castro⁶¹ com o Falcão e dá balé Bolshoi”, lembraria Newton Cruz.⁶²

No dia seguinte Geisel recebeu um bilhete de Heitor Ferreira, que

acabara de voltar de uma visita à Vila Militar do Rio:

Uma lástima que o senhor não cheque mais certas coisas sem importância com seus amigos. Ao que me consta, nem mais com Golbery.

A proibição do ballet teve a pior repercussão que o senhor possa imaginar. De início, pensei que — como sempre, — eram apenas eu e meia dúzia de gente mais chegada que, incompreensiva para os grandes problemas da subversão, se surpreendera desagradavelmente com o que nos pareceu “o extremo”.

Mas hoje, na Vila Militar, me encheram com esse negócio. Que foi obscurantismo, que perdemos votos, que era videotape sem perigo. Até o Pires⁶³ [...]!

Então me animei a lhe transmitir uma opinião que não é mais minha — eu não tenho mais opinião — de que foi um desastre. Quem fez, não sei: Que razões inteligentes terá havido, não é para meu bico. A opinião é péssima. Desculpe.

Se o senhor ficar brabo [...] ou perguntar se eu quero sentar na sua cadeira — as razões que me ocorrem — desculpe duas vezes; não desejo amolá-lo; quero que o senhor passe sempre muito bem e contente. Interpreto como obrigação lhe dizer o que todos me falaram. Não me dá o menor gosto aporrinhá-lo.

Geisel reconheceu: “De acordo. Mas de vez em quando se pode errar. Não é?”.⁶⁴

O erro do Bolshoi não teve a banalidade que a visão retrospectiva sugere. Geisel não era um primitivo, capaz de supor que um balé enlatado ameaçasse o regime. Também não era um distraído, capaz de pensar que a proibição do espetáculo passaria despercebida. O erro estivera no uso exorbitado da força. Cassara três deputados em menos de uma semana, golpeara a esquerda do MDB e, como diria mais tarde,

dera “um pouco de pasto às feras”.⁶⁵

Essa expressão sugere uma benévola premeditação, em que uma violência menor se justifica diante de um objetivo maior. Um caso, ocorrido na rotina repressiva da ditadura, mostra a naturalidade com que Geisel e Golbery davam pasto às suas feras. Em dezembro de 1975, num processo instruído por Armando Falcão e acompanhado pelo chefe do Gabinete Civil, o presidente determinou a expulsão da estudante Marie Hélène Russi, uma suíça de 28 anos, do país. Ela fora presa no arrastão de Ibiúna e posta para fora da Faculdade de História da Universidade Federal da Bahia. Militar no radicalismo esquerdista e, depois de mais uma prisão, pagara dois anos de cadeia. Reorganizara sua vida, trabalhando como secretária de um curso de pós-graduação, e preparava-se para prestar outro vestibular. A jovem viera para o Brasil com quatro anos de idade, alfabetizara-se em português, nunca estivera na Suíça. Nenhum desses argumentos sensibilizou o governo. Em maio de 1976, com amparo numa decisão unânime do Supremo Tribunal Federal, a polícia colocou-a num avião com destino a Genebra.⁶⁶

Episódios como esses ensinavam que não havia pasto que chegasse, pois às feras não bastava expulsar uma estudante que tinha tantos vínculos com a Suíça quanto Geisel com a Alemanha, proibir um vídeo de balé russo ou cassar deputados. Queriam o poder. O presidente, que fora um defensor de todas as radicalizações institucionais da ditadura, percebia que o tacape do AI-5 se transformara no oposto do que pretendia ser. Os instrumentos ditatoriais davam força ao fraco e fraqueza ao forte: “Com os poderes excepcionais você ficava numa situação difícil. Se não os usasse, era chamado de frouxo. Se os usasse, era acusado de ter cedido às pressões”.⁶⁷

Montado no ressentimento da “tigrada”, o ministro do Exército vivia num mundo de tenebrosas fantasias. No mesmo dia em que o *Diário Oficial* circulava com a demissão do general Confúcio, o CIE

recebera um informe dando conta de que “grupos de dois e quatro indivíduos estranhos têm sido vistos no eixo Marabá—São João do Araguaia—São Domingos—Palestina, os quais procuram não se aproximar das cidades”.⁶⁸ A guerra do CIE não acabara. Um cidadão incapaz de explicar de onde vinha e para onde ia havia sido capturado no sul do Pará. Interrogado pelo *Major Curió*, o famoso veterano do Araguaia, confessara-se guerrilheiro. Levado ao Rio, durante o percurso do Galeão ao DOI reconheceu o prédio de um hospital. O capitão que o escoltara mandou fotografá-lo e pesquisar os hospícios da cidade. O homem era freguês do Pinel. Confessara-se guerrilheiro para safar-se dos espancamentos a que o submetiam, queixava-se até de um fuzilamento simulado.⁶⁹ O CIE captara a armação de mais dois focos. Um, em Roraima. Outro, articulado por cubanos e soviéticos, na fronteira peruana. (Na versão do SNI, esse foco tinha treinamento de portugueses e angolanos.) Temia-se que entre os hippies vindos do Caribe estivessem pombos-correios de Fidel Castro.

A subversão amazônica descoberta pela “tigrada” poderia ser coisa muito maior que o fracassado projeto de guerra popular do PC do B no Araguaia. Segundo o Centro de Informações do Exército, havia cinco bispos, 28 religiosos e nove freiras metidos em maquinações sediciosas na Região Norte. O CIE acreditava que a ação desses religiosos era coordenada, de Roma, pelo cardeal Sebastiano Baggio, nuncio apostólico no Brasil de 1964 a 1967.⁷⁰ Prefeito da Congregação dos Bispos do Vaticano, Baggio era um dos homens mais poderosos da Cúria e, àquela altura, possível sucessor do papa Paulo VI.

Uma guerrilha na Amazônia traria vantagens diretas a quem fosse escalado para combatê-la. A *Operação Sucuri*, que engoliu o PC do B no Araguaia, teve um orçamento de 157 360 cruzeiros. O pagamento das diárias ficava com 80% das despesas.⁷¹

As exorbitâncias, o tempo e os fatos deram um ar farsesco, quase folclórico, aos fantasmas do CIE. Contudo, inúmeras ameaças enfrentadas pela direita militar tiveram base real. Os oficiais que nelas acreditavam não cultivavam fantasias, mas tão-somente um

anacronismo. Eles tentavam combater em 1976 a guerra de 69. Um coronel que tivesse suspeitado da intenção de chineses e cubanos de fabricar uma guerrilha na Amazônia e assegurasse que o PCB, subsidiado por Moscou, estava infiltrado no MDB e na imprensa, poderia parecer um conspiromaniaco. Na realidade, o PCB estava infiltrado no MDB e na imprensa, e o “Ouro de Moscou” existia. Fidel Castro efetivamente treinara e subsidiara o surto terrorista do final dos anos 60 e início dos 70, e a China dera instrução militar a três turmas de militantes do PC do B.⁷²

Em 1976 não havia cubanos montando uma guerrilha na Amazônia, mas, três anos antes, um de seus destacados comandantes militares, o general Arnaldo Ochoa, concebera uma versão guerrilheira do filme *Fitz-carraldo*. Planejara descer o rio Amazonas num barco artilhado por cem experimentados combatentes cubanos, inclusive ele.⁷³ Padres de esquerda trabalhando na região, decerto havia. As fantasias do CIE podem ser vistas como um risco inerente à atividade de um serviço de informações. Desbastados os exageros, verifica-se que se ia além. Se em 1969 a máquina repressiva da ditadura fora apanhada de surpresa, em 76 a situação era diversa.

Num fenômeno comum à hipertrofia dos aparelhos repressivos, passara-se ao fabrico de ameaças. O CIE desinformava seu público quando encorpava a conspiração clérigo-esquerdista enxertando-lhe a coordenação do moderado Baggio. Desinformava também quando sustentava, em 1976, que o PCB aderira à luta armada, tendo treinado pelo menos mil militantes por meio de seus serviços especiais.⁷⁴

Ecoando a “ordem de batalha” argentina, o CIE dizia que “o Movimento Comunista Internacional terá de fazer enfrentamento direto com o Brasil”. Isso indicava que o perigo era maior do que se supunha: “A infiltração nos órgãos de governo, na imprensa, instituições internacionais, criam condições favoráveis ao trabalho de massa em toda a população brasileira, montando uma imagem de incredulidade das ações comunistas e a proteção de seus militantes”.⁷⁵

Mais: “O infiltrado é antes de tudo um legalista, procura agir

sempre dentro da Lei e da Ordem. Em nome da lei, ou nos desvãos da lei, dá pareceres que facilitam a atuação dos subversivos, e, em nome da lei, os absolve. Condena com veemência as supostas ilegalidades praticadas no combate à subversão”.⁷⁶

Não havia saída. Se a esquerda se movia, era acusada de mover-se. Se recuava, era acusada de fingir-se de morta. A “tigrada” precisava da desordem. Como ela não existia, tinha de providenciá-la.

A transformação do PCB numa organização pronta para a militarização era mentira deliberada. A afirmação resultava de uma colagem desonesta de antigos documentos.⁷⁷ O CIE sabia que o Partido Comunista, desarticulado, nem secretário-geral tinha.⁷⁸ Giocondo Dias estava em Moscou desde maio de 1976.

Por mais desonestidade que houvesse nas montagens, havia gente disposta a acreditar em bruxas guerrilheiras, esquerdistas e episcopais. O general Sylvio Frota, por certo, acreditava. Tudo seria uma questão de boa-fé malbaratada se, ao lado disso, não estivesse em curso outro processo, novo.

Entre agosto e setembro de 1976 o CIE listara 46 “ações e atentados terroristas”. Informava: “A tentativa de retomada de ações terroristas no país que ora se assiste, enquadra-se na estratégia do Movimento Comunista Internacional, permanecendo válida a conceituação de Lenine sobre a guerra: ‘A paz é a continuação da guerra por outros meios’”. Depois de citar Mao e Trotsky, lembrava que se estava diante de uma guerra “permanente, indivisível e global”.⁷⁹

Debulhados, os 46 episódios resultavam no seguinte: 31 referiam-se a ameaças, nove das quais telefônicas, duas produzidas por “onda de boatos”. Restavam quinze. Descontando-se ocorrências em que nunca foram comprovadas motivações políticas, tais como a explosão de uma carga de dinamite num caminhão, de três engenhos caseiros, de uma granada numa residência e de três elevadores numa indústria, sobravam nove. Subtraindo-se uma granada achada intacta, um assalto

e uma depredação, tinham sido seis os atentados de verdade.⁸⁰

Todos os seis derivavam de uma nova modalidade de terrorismo. Era o “reaparecimento de organizações paralelas” de que falara o general Reynaldo na reunião de janeiro do Alto-Comando. Dias depois desse alerta, conversando com Armando Falcão, fizera uma sibilina profecia: “Não é absurdo imaginar que a extrema esquerda planeje praticar atentado ou seqüestro, na área da OAB OU da ABI, e atribuir a autoria à extrema direita”. Mais: “Há possibilidade de agressão a elementos dos meios de comunicação social, a pretexto de desagrarar o Exército, se não pararem certos comentários mais ácidos”.⁸¹

As bombas chegaram à sede da Ordem dos Advogados do Brasil e à da Associação Brasileira de Imprensa no dia 19 de agosto. Não vinham da esquerda. Depois de seis anos de silêncio, o terrorismo de direita voltara a ser ouvido.⁸² Na OAB o pavio apagou. Na ABI explodiu num banheiro, danificando quase todo o sétimo andar. Ambas eram acompanhadas por manifestos assinados pela Aliança Anticomunista Brasileira (saídos da mesma máquina de escrever),⁸³ e um deles informava: “A Associação Brasileira de Imprensa (ABI), totalmente dominada pelos comunistas, foi escolhida para esta primeira advertência. De agora em diante, tomem cuidado, seus ‘lacaaios de Moscou’. Não daremos trégua. Já que as autoridades recolhem-se covardemente, nós passaremos a agir”.⁸⁴

No dia 26 de setembro, o bispo de Nova Iguaçu, d. Adriano Hypólito, deixou o prédio da Cúria levando em seu Volks um jovem casal. Três veículos encurralaram-no. Encapuzado e algemado, foi posto no banco de trás de um Chevrolet vermelho. Vagaram por 45 minutos, até que pararam num descampado. Tentaram obrigá-lo a beber cachaça, tiraram sua roupa e borrifaram-lhe um líquido frio pelo corpo.

“Bispo vermelho, chegou a tua hora. [...] Chegou a hora da vingança, traidor da pátria”, disse um dos seqüestradores.

Abandonaram-no numa esquina de Jacarepaguá, nu, amarrado como um quadrúpede.

Socorrido, d. Adriano pediu uma calça.

“Mas o senhor está sangrando”, informou o cidadão que o desamarrara.⁸⁵

“Pegamos ele e pintamos de vermelho. Ficou todo vermelhinho”, contaria mais tarde o coronel Luiz Helvecio da Silveira Leite. Autor de pelo menos oito atentados a bomba em 1968, Helvecio fora sócio fundador do CIE, participara da tentativa de ocultação do assassinato de Chael Charles Schreier e estava no núcleo de redatores de panfletos contra o governo. Fazia tudo isso no exercício da função de subchefe da Agência Central do SNI.⁸⁶

Enquanto d. Adriano contava sua história numa delegacia, deram-se duas outras explosões. Uma na Glória, em frente à CNBB. Haviam detonado o carro do bispo.⁸⁷ A segunda foi no Cosme Velho, no pátio interno da casa de Roberto Marinho, debaixo do quarto de dormir do jornalista mais poderoso do país. Ele lia, na cama. Foi protegido pelo pesado cortinado da janela, mas ainda assim o impacto jogou-o ao chão. Um copeiro feriu-se. Anos mais tarde Marinho contaria que no ataque estivera um ex-repórter d’*O Globo*, demitido depois de servir, por muito tempo, como elo entre o jornal e a Comunidade de Informações. Perdera o emprego porque se recusara a cumprir uma cobertura rotineira de manobras militares.⁸⁸

Um detetive particular, contratado por Marinho, levou três meses para identificar a equipe que pusera a bomba na mansão. Comprovou que, tanto no carro do bispo como na casa do jornalista, usara-se o mesmo tipo de explosivo. Cronometrando distâncias, concluiu que o seqüestro de d. Adriano, a destruição do Volks e a bomba do Cosme Velho foram obra de um só grupo. Relatou tudo isso ao coronel que chefiava a seção de informações do I Exército.⁸⁹ O SNI explicou o atentado culpando a vítima: “Admite-se que a causa principal seja a presença de comunistas em diversos setores das empresas que dirige”.⁹⁰

O SNI e o CIE reconheciam que os atentados podiam ter saído da

direita. O CIE dizia: “É lícito no entanto supor que, pelas características apresentadas, algumas das ações terroristas levadas a cabo não tenham suas origens no Movimento Comunista Internacional e, sim, em grupos radicais que por seus atos pretendem levar o atual governo a refrear os mecanismos de distensão⁹¹ ou levá-la a um impasse”.⁹²

No caso do seqüestro de d. Adriano, considerando os danos políticos causados ao governo, concluiu que se podia atribuir sua autoria também “a extremistas de esquerda, interessados na subversão genérica”.

Certo mesmo é que, para o CIE, O bispo não prestava:

A atuação costumeira do bispo de Nova Iguaçu/Ri, D. Adriano Mandarinó Hypólito, permite qualificá-lo como um consciente ativista da esquerda clerical, permanentemente engajado em atividades típicas dos seguidores da chamada “teologia da libertação”. [...] Suas atividades caracterizam-se por uma contumaz propaganda contestatória e uma doutrinação ideológica de fundo nitidamente marxista. [...] Insere-se em um quadro de verdadeira guerra psicológica adversa.⁹³

O SNI dizia a mesma coisa: “D. Adriano Mandarinó Hypólito, que usa em seu brasão uma foice e uma cruz [...] obteve extraordinária projeção no País e fora dele, graças à cobertura da imprensa e às manifestações de apoio de elementos interessados em mobilizar o povo brasileiro, avesso ao terrorismo, em favor das causas esquerdistas que defendem”.⁹⁴

Previsto com oito meses de antecedência, o surto terrorista de direita conseguiu o beneplácito que lhe fora dado em 1968, durante a anarquia do consulado de Costa e Silva. Seu núcleo era o mesmo, as bases funcionais continuavam na Comunidade. Dizer que seus militantes eram desconhecidos seria atribuir aos comandantes militares da época exagerada incompetência. Descontando-se o fato de que Roberto Marinho identificou os autores do atentado que o alvejara, tanto os panfletos como as bombas tinham autoria conhecida. Fingia-se

que havia uma ameaça terrorista de esquerda, e se fazia de conta que o terrorismo de direita era um mistério.

Havia desinteresse em denunciar publicamente os detonadores. Num panfleto de 1975, Figueiredo e Newton Cruz deram-se a um debate com aquilo que viria a ser chamado pelo jornalista José Amaral Argolo de “a direita explosiva”.⁹⁵ Eles responderam, com notas manuscritas, ao texto de uma transcrição que lhes chegara do Rio.

O PANFLETO: Vários são os comunistas, “corruptos e negociastas” que se acham nos mais altos postos do governo, participando da administração nefasta que aí se encontra.

FIGUEIREDO: E muitos são os “corruptos e negociastas” que pululam entre “revolucionários autênticos”...

O PANFLETO: A “distensão” está levando civis e militares a posições incômodas de meros expectadores⁹⁶ [...].

FIGUEIREDO: Que merda!

NEWTON CRUZ: Sempre a “distensão”... O maior inimigo da Revolução hoje é a burrice...

O PANFLETO: Filiem-se, como nós, ao “Movimento de Recuperação”. FIGUEIREDO: Não, obrigado! [...] Vocês são uns “filhos-da-puta”!⁹⁷

Providência para identificá-los, nenhuma. Três meses depois, Newton Cruz receberia uma mensagem anônima. Era pessoal. Numa folha em que se reproduzira uma das fotografias da cela onde Vladimir Herzog pendia, morto, escreveram: “Herzog fez isso porque merecia. Faça-o também”. E mais: “Traidor, cachaceiro”.⁹⁸ O general examinou o material e percebeu que a fotografia, tirada de baixo para cima, não fora publicada na época da morte do jornalista. Ele a vira num documento enviado pelo CIE aos comandos do Exército, aos outros Centros de Informações militares e à Agência Central do SNI.

Sua conclusão: “Para mim, até prova em contrário, o meu detrator ou os meus detratores *pertencem ao CIE ou à Agência Central do SNI*”.⁹⁹

Sua reação: “Liguei para o Helvecio. Ele negou que fosse o autor. Eu lhe disse: ‘Helvecio, você é um filho-da-puta. Só não vou aí quebrar sua cara porque não tenho prova’”.¹⁰⁰

Os autores dos atentados não eram identificados porque o governo temia o embaraço. Imaginando-se que uma ação fulminante resultasse na descoberta do núcleo paramilitar que seqüestrara d. Adriano, de duas uma: ou o caso ia adiante ou simulava-se uma investigação. Se fosse adiante, seus responsáveis iriam para a cadeia. O coronel Helvecio era um revolucionário da tarde de 31 de março de 1964, arquivo vivo do CIE, colecionador de documentos internos do SNI. O teatrinho do mistério aprofundava a cumplicidade que protegia os terroristas. Os comandos militares e a cúpula do governo estavam presos num processo de intimidação próximo à chantagem. Nada faziam porque tinham medo de um desfecho cruel para o regime, e, como nada faziam, mais fariam os terroristas.

Em setembro, no Centro Brasileiro de Análise e Planejamento, o Cebrap, onde Fernando Henrique Cardoso liderava a produção de um grupo de acadêmicos expulsos da USP, explodiu uma bomba. Coisa pequena, sem a intenção de fazer vítimas. Passadas duas semanas, o SNI, que tinha antiga implicância com a instituição, levou ao presidente um exame do trabalho dos professores e, sem se referir à bomba, acusou-os de participar do “planejamento e condução das atividades político-partidárias do MDB”.¹⁰¹

Numa madrugada de novembro, na casa onde funcionava o semanário *Opinião*, explodiu outra bomba. Um panfleto deixado no quintal informava: “Da próxima vez ajustaremos contas pessoais com esses excrementos humanos!”.¹⁰²

Entre o final de 1976 e o início de 77 o núcleo de panfleteiros de Brasília discutiu o mais audacioso plano terrorista concebido no país. Queriam matar Geisel. Há duas versões do que se conversou. Uma, revelada em 1996, é do coronel Alberto Fortunato, que pusera bombas

em alvos esquerdistas durante o surto de 68: “Estudamos a possibilidade de obter um foguete (desses portáteis, de ombro) e, com ele, abater o helicóptero no qual viajava diariamente. [...] Um dos nossos subiria ao terraço de um dos ministérios, aguardaria o momento da decolagem, efetuaria o disparo e desceria calmamente [...] misturando-se aos demais funcionários”.¹⁰³

A outra, contada em 1985, é do tenente-coronel Helvecio: “Pessoas que estavam na guarda pessoal de Geisel, comandada pelo Pedrozo,¹⁰⁴ vieram me procurar. Eles se propunham a executá-lo. ‘Chefe, é só o senhor marcar o dia que a gente queima o homem.’ Eu não concordei e disse a eles que não poderíamos fazer isso porque o Brasil não era nenhum país africano”.¹⁰⁵

“Então, quer dizer que escapei de boa”, comentou Geisel, anos depois.¹⁰⁶

Golbery deu um toque de piada ao seu comentário: “Não há como se crer ou deixar de crer nisso. Uma coisa, porém, eu não perco de vista. Eu não confiava no Pedrozo. Essa desconfiança não tem origem na política, mas no fato de que ele, depois de um dia de trabalho, ia para casa e ficava meia hora plantando bananeira, numa posição de ioga. Eu não confio em gente que faz essas coisas”.¹⁰⁷

A parolagem de Fortunato foi, no mínimo, uma secreta bravata. Pode-se duvidar que seus parceiros fossem capazes de operar um lançador de foguetes. Ou, ainda, que fossem capazes de se arriscar a algumas dezenas de anos na cadeia. O fato de haver oficiais da reserva (um deles ocupando cargo de chefia no SNI) dispostos a discutir o assassinato do presidente da República indica apenas o grau de exasperação e indisciplina em que viviam.

A fanfarronice poderia ser vista como prova definitiva da existência de um “aparelho autônomo”, bode expiatório usado depois para encobrir a responsabilidade dos chefes militares nos assassinatos e na tortura de presos políticos. Não era o caso. Ainda que independentes, a *Operação Grande Rio* e os atentados faziam parte de um processo de intimidação da sociedade e de neutralização da

militância oposicionista. No jargão da Comunidade, eram lances de uma “guerra psicológica”. Não se coordenavam, mas resultavam complementares. Condenando o seqüestro do bispo, o CIE descreveu esse processo:

O principal combate a esse tipo de subversão só pode ser realizado eficazmente também no campo psicológico, tendo por base a identificação e o desmascaramento dos ativistas da esquerda clerical [...]. Além disso, esse combate, para conduzir aos objetivos desejados, exige o planejamento e a execução de operações psicológicas adequadas, em que se leve em conta a natureza específica da ameaça a neutralizar, as singularidades da instituição em que seus agentes se acobertam e, particularmente, a probabilidade de reação favorável do público-alvo disputado. O desrespeito a esses e a outros fatores igualmente importantes conduz a resultados precários, quando não inteiramente contrários aos que se deseja alcançar.¹⁰⁸

Um oficial terrorista que lesse a análise do CIE veria nela muito mais uma crítica operacional do que uma condenação disciplinar. O documento não caracterizou o seqüestro como crime, mas como episódio “radical” e “danoso”, cujos “resultados negativos” permitiram à oposição “exigir do Governo rapidez e energia na apuração dos fatos e insinuar que as naturais dificuldades inerentes a essa ação resultam de um favorecimento das autoridades a grupos radicais de direita”.¹⁰⁹

Nada mais verdadeiro.

O terrorismo militar de 1976 guardava alguma semelhança com o que sucedera em 68, quando o braço clandestino do CIE estimulava a radicalização política e aprofundara a anarquia nos quartéis. No governo de Costa e Silva as bombas nos teatros, os seqüestros e os panfletos eram parte de um confronto que tanto os generais como Carlos Marighella chamavam de “guerra revolucionária”.

Oito anos depois, essa modalidade de confronto desaparecera. O radicalismo da ditadura prendera-se na obsessão do contrário. Só havia um tipo de terrorismo no Brasil, o dos militares indisciplinados. A subversão da ordem migrara da plataforma da esquerda para a agenda da direita.

A despeito das violências políticas que praticava, Geisel firmara a posição do governo como fiel de um processo em que conviviam eleições, Congresso e imprensa. A distensão obrigava o regime a conviver com um novo tipo de problema. Medici orgulhava-se de que, à diferença de Geisel, governara cinco anos sem suspender um só mandato parlamentar. Só em 1976 seu sucessor cassara quatro deputados federais. A mudança estava em outra contabilidade. As denúncias de tortura, em todo o ano, ficaram em 156. Com Medici, oscilaram entre 736 e 1206.¹¹⁰

1 Uma cópia xerox de folha datilografada, anotada por Golbery e Heitor Ferreira, de 1980. APGCS/HF. Esse papel se relaciona com a conferência que Golbery fez na Escola Superior de Guerra em julho de 1980. Ele não consta do texto da edição da conferência, publicado em Golbery do Couto e Silva, *Geopolítica e poder*, pp. 497-8.

2 *Folha de S.Paulo*, 8 e 10 de março de 1976, p. 3 e p. 4.

3 Para o reconhecimento das três prisões, *Folha de S.Paulo* de 9 de março de 1976, p. 4.

4 *Relatório Especial de Informações nº 01/76*, de 23 de março de 1976, em Fernando Molica, “Estado promovia guerra psicológica contra adversários”, em *Folha de S.Paulo* de 27 de março de 1994, Caderno Especial *30 anos depois*, p. B9.

5 Walter Clark e Gabriel Priolli, *O campeão de audiência*, p. 224.

6 Henrique Caban, abril de 1999.

7 *Folha de S.Paulo*, 9 de março de 1976, pp. 1 e 4.

8 Idem, 12 de março de 1976, p. 3.

9 Ernesto Geisel, *Discursos*, vol. 3: 1976, pp. 47-8.

10 Ulysses Guimarães, *Rompendo o cerco*, p. 149. *Folha de S.Paulo*, 24 de março de 1976, p. 3.

11 Para bailarina, Maria Sáenz Quesada, *Isabel Perón*, pp. 37-8.

12 William C. Smith, *Authoritarianism and the crisis of the Argentine political economy*, p. 230. Para as reformas ministeriais, Maria Sáenz Quesada, *Isabel Perón*, p. 337.

13 Entre a posse de Isabelita e sua deposição, mataram-se 284 pessoas. “Evolution of terrorist delinquency in Argentina”, 1979. Sem autor nem editora, texto guardado na

Biblioteca da Escola de Assuntos Internacionais da Universidade de Columbia.

14 Iaian Guest, *Behind the disappearances — Argentina's dirty war against human rights and the United Nations*, pp. 20 e 454. Guest cita dados da Comisión Nacional sobre la Desaparición de Personas, Conadap.

15 Para o desaparecimento de Tenório, no dia 18 de março, ver Frederico Mendonça de Oliveira, *O crime contra Tenório*. O outro brasileiro é Sidney Fix Marques dos Santos, desaparecido em fevereiro de 1976. *O Globo*, 28 de maio de 2000, p. 41.

16 Maria Sáenz Quesada, *Isabel Perón*, p. 303. O Exército Revolucionário do Povo teria cobrado 5 milhões à Esso para libertar um de seus diretores e os montoneros, 61 milhões pelo resgate do empresário Jorge Born.

17 Maria Sáenz Quesada, *Isabel Perón*, p. 363, e Horacio Verbitsky, *El Vuelo*, pp. 85-6.

18 Telegrama do embaixador João Batista Pinheiro ao Itamaraty, de 5 de março de 1976. APGCS/HF.

19 Donald C. Hodges, *Argentinas "dirty war"* p. 128.

20 Marguerite Feitlowitz, *A lexicon of terror — Argentina and the legacies of torture*, p. 32.

21 No Uruguai, mesmo havendo uma ditadura militar, continuava na presidência o fazendeiro Juan Maria Bordaberry. Seria dispensado em junho.

22 Telegrama de Kissinger aos embaixadores americanos em Santiago, Brasília, Buenos Aires, Montevideu e Assunção, de 20 de agosto de 1976, em *Folha de S.Paulo* de 22 de agosto de 2002, p. A1 1, "Ação anti-subversão uniu Brasil e Argentina", de Marcio Aith e Marcelo Starobinas.

23 Cópia de um panfleto endereçado a Gastão Fuhr, residente no SMU, Setor Militar Urbano, recebida pelo SNI em 9 de abril de 1976. APGCS/HF.

24 Para o número, Ana Beatriz Nader, *Autênticos do MDB, semeadores da democracia*, p. 16.

25 *Apreciação Sumária n° 05/Gab/75 — Campo Interno*, do SNI, carimbada "secreto", de 22 de setembro de 1975. AEG/CPDOC.

26 Thales Ramalho, outubro de 1999.

27 Depoimento de Nadyr Rossetti, em Ana Beatriz Nader, *Autênticos do MDB, semeadores da democracia*, p. 329.

28 *Zero Hora*, 30 de março de 1976, p. 10.

29 Amaury Müller, abril de 1999.

30 *Apreciação Sumária n°12*, do SNI, de 29 de março de 1976, AEG/CPDOC, e *Zero Hora*, 30 de março de 1976, p. 10.

31 Amaury Müller, abril de 1999.

32 *Folha de S.Paulo*, 25 e 26 de março de 1976, p. 3 para as duas edições.

33 *Cronologia do Governo Geisel*, de Heitor Ferreira, 26 de março de 1976. APGCS/HF.

34 Duas folhas com um estudo de linhas de ação política para o governo, encapadas. Geisel visou a capa. APGCS/HF.

35 Amaury Müller, abril de 1999.

36 Amaury Müller, abril de 1999.

37 Transcrição do discurso de Lysâneas Maciel, em seu depoimento a Marieta de Moraes Ferreira, Américo Freire, Marly Silva da Motta e Carlos Eduardo Sarmento, em Ferreira e outros, *Vozes da oposição*, p. 22.

38 Depoimento de Lysâneas Maciel, em Ana Beatriz Nader, *Autênticos do MDB*,

semeadores da democracia, p. 287. Para “assassinos”, bilhete de Hélio Bernd a Heitor Ferreira, de março de 1976. APGCS/HF. Para Clemente José Monteiro, ver *Projeto Brasil: nunca mais*, denúncia nº 1302, tomo v, vol. 3: *As torturas*, pp. 153-4. Para Zamith, denúncias nºs 1786 (idem, tomo v, vol. 3: *As torturas*, p. 869) e 1027 (idem, tomo v, vol. 2: *As torturas*, p. 649).

39 *Sumário Informativo*, do SNI, de 20 de junho de 1974. *Apreciação Sintética da Situação Interna*, de 12 de junho de 1975. AEG/CPDOC.

40 Para a decisão expressa de cassá-lo, *Diário de Heitor Ferreira*, 20 de junho de 1975. Para a busca da ocasião, idem, 26 de maio e 2 de junho de 1975.

41 *Sumário Informativo*, da Agência Rio de Janeiro do SNI, de 20 de junho de 1974, enviado à Agência Central. APGCS/HF.

42 Informação dada a Geisel por Figueiredo. *Diário de Heitor Ferreira*, 27 de maio de 1975.

43 Figueiredo a Heitor Ferreira, junho de 1975. APGCS/HF. Ver também *Apreciação Sumária nº 10/75 — Campo Interno*, do SNI, carimbada “secreto”, de 17 de junho de 1975. AEG/CPDOC.

44 *Novela da Traição*, segundo capítulo, cerca de março de 1975. Pasta enviada pelo SNI a Heitor Ferreira, com um cartão de Newton Cruz. Contém onze panfletos. APGCS/HF.

45 Thomaz Coelho, *À sombra do sistema (De Castelo a Geisel)*, p. 122.

46 *Folha de S.Paulo*, 2 de abril de 1976, p. 3.

47 Depoimento de Lysâneas Maciel, em Ana Beatriz Nader, *Autênticos do MDB, semeadores da democracia*, p. 286.

48 Thomaz Coelho, *À sombra do sistema (De Castelo a Geisel)*, p. 123.

49 *Apreciação Sumária nº 13*, do SNI, de 5 de abril de 1976. AEG/CPDOC.

50 *Apreciação Sumária nº 14*, do SNI, de 12 de abril de 1976. AEG/CPDOC.

51 General Newton Cruz, março de 1988.

52 General José Maria de Toledo Camargo, janeiro de 1986.

53 *Folha de S.Paulo*, 27 de março de 1976, p. 29.

54 Stanley E. Hilton, *Brazil and the Soviet challenge, 1917-1947*, p. 185.

55 *Folha de S.Paulo*, 27 de março de 1976, pp. 1 e 29.

56 Telegrama da agência France Presse, de 23 de maio de 1970. AA.

57 Nota de Heitor Ferreira a Golbery, de 1974. APGCS/HF.

58 Armando Falcão, *Tudo a declarar*, p. 374.

59 Ernesto Geisel, 1984.

60 Armando Falcão, *Tudo a declarar*, p. 374.

61 General Sebastião José Ramos de Castro, chefe da Agência Central do SNI.

62 General Newton Cruz, março de 1988.

63 General Walter Pires de Carvalho, comandante da Vila Militar.

64 Bilhete de Heitor Ferreira a Geisel, de 31 de março de 1976, com anotação de Geisel. APGCS/HF.

65 *Ernesto Geisel*, organizado por Maria Celina d’Araujo e Celso Castro, p. 390.

66 *Processo nº 5422*, de 28 de janeiro de 1976, Supremo Tribunal Federal. Dois casos semelhantes, ocorridos no governo Castello Branco, foram mandados ao arquivo pelo ministro da Justiça, Carlos Medeiros Silva. Marie Hélène Russi nunca regressou ao

Brasil. Vive na Suíça, onde dirige um serviço público de atendimento a idosos, com 2 mil clientes e Seiscentos colaboradores. Entrevista de Marie Hélène Russi a Renato Cancian, março de 2003.

67 Esse raciocínio foi repetido por Geisel ao autor em diversas ocasiões.

68 *Relatório Especial de Informações nº 01/76*, do CIE, de 1º de julho de 1976, p. 27. AA. O SNI já achara guerrilhas e projetos guerrilheiros no Araguaia, no Ceará, no Maranhão e na fronteira com o Peru. *Apreciação Sintética da Situação Interna*, de 12 de junho de 1975, e *Apreciações Sumárias* de 15 de julho de 1974 e 3 de novembro de 1975. AEG/CPDOC.

69 Informação dada por um oficial que servia no DOI do Rio, cuja identidade fica preservada, abril de 2002.

70 *Relatório Especial de Informações nº 01/76*, do CIE, de 1º de julho de 1976, pp. 27-35. AA.

71 *Relatório da Operação de Informações Realizada no Sudeste do Pará — Operação Sucuri*, do capitão Sebastião Rodrigues de Moura, o *Major Curió*, de 24 de maio de 1974. AA.

72 Para uma lista de dezoito pessoas treinadas na China, ver *Folha de S.Paulo* de 22 de novembro de 1968, p. 10, com a reportagem de Edson Flosi intitulada “China prepara brasileiros para fazerem guerrilha em nosso país”.

73 Denise Rollemberg, *O apoio de Cuba à luta armada no Brasil*, p. 62.

74 *Relatório Especial de Informações nº 01/76*, do CIE, de 1º de julho de 1976. *Relatório Especial de Informações nº 1/76*, do DOI-CODI do II Exército, intitulado *A Subversão Comunista em São Paulo*, carimbado “reservado” e datado de abril de 1976. AA.

75 *Relatório Especial de Informações nº 01/76*, do CIE, de 1º de julho de 1976, p. 37. AA.

76 Maço de 25 folhas, do *Relatório Especial de Informações*, do CIE, de novembro de 1975, sem assinatura. Documento guardado no arquivo do coronel Luiz Helvecio da Silveira Leite, em poder do jornalista Ayrton Baffa em 1987. Baffa se refere a esse documento na página 98 de seu livro *Nos porões do SNI*.

77 O CIE capturara documentos relacionados com o funcionamento da Seção de Trabalhos Especiais do PCB. Eles descreviam um plano elaborado no início dos anos 70, que previa a intervenção dos comunistas numa crise político-militar semelhante à de 1961. Nada a ver com guerrilha ou ações terroristas. Givaldo Siqueira, janeiro de 1999.

78 No *Relatório Parcial de Informações nº 09/76*, de 10 de outubro de 1976, o CIE registra que Dias está no exterior. AA.

79 *Relatório Parcial de Informações nº 09/76*, do cm, rubricado pelo general Antonio da Silva Campos, marcado “confidencial”, de 10 de outubro de 1976, do arquivo do coronel Luiz Helvecio da Silveira Leite, em poder do jornalista Ayrton Baffa.

80 Idem.

81 Duas folhas de xerox, datilografadas, carimbadas “secreto”, sem assinatura, datadas “Rio, 25/1/1976”, com a anotação de Geisel: “Do Falcão (conversa com Reynaldo)”. APGCS/HF.

82 O último atentado ocorrera em maio de 1970, contra a redação do semanário *O Pasquim*. Flavio Deckes, *Radiografia do terrorismo no Brasil — 66/80*, p. 132. Seus autores foram militares lotados no CIE. José Amaral Argolo e outros, *A direita explosiva no Brasil*, p. 261.

83 Flavio Deckes, *Radiografia do terrorismo no Brasil — 66/80*, pp. 99 e 103.

84 *Folha de S.Paulo*, 20 de agosto de 1976, p. 4.

85 Narrativas de d. Adriano Hypólito, em *Repórter* de dezembro de 1977, nº 1, transcritas em Flavio Deckes, *Radiografia do terrorismo no Brasil* — 66/80, pp. 100-2. Para a marca do carro, José Amaral Argolo e outros, *A direita explosiva no Brasil*, p. 284, e *As relações Igreja-Estado no Brasil*, organizado por Fernando Prandini, Victor A. Petrucci e frei Romeu Dale, O. P., vol. 4, pp. 240-50.

86 Coronel Luiz Helvecio da Silveira Leite, maio de 1985. O coronel morava em Brasília e não participou do atentado. Segundo o coronel Pedro Maciel Braga, estava no seqüestro de d. Adriano Hypólito o coronel José Goulart Camara. Em 1968 ele comandava o 1º Batalhão de Comunicações, no Rio de Janeiro, onde provavelmente foram torturados e mantidos em cativeiro por catorze dias os irmãos Rogério e Ronaldo Duarte, seqüestrados no centro da cidade. Para o depoimento do coronel Maciel Braga, José Amaral Argolo e outros, *A direita explosiva no Brasil*, p. 234.

87 José Amaral Argolo e outros, *A direita explosiva no Brasil*, p. 284.

88 Roberto Marinho, agosto de 1987, e detetive Bechara Jalkh, abril de 1999. Evandro Carlos de Andrade, setembro de 1987 e abril de 1999.

89 Bechara Jalkh, abril de 1999. Em seu depoimento a José Amaral Argolo e outros, *A direita explosiva no Brasil*, pp. 234-84, o coronel Alberto Fortunato revelou que soube dos detalhes do seqüestro de d. Adriano Hypólito por um de seus participantes, o coronel Goulart Camara. Assegurou também que a equipe era integrada por pára-quedistas.

90 *Apreciação Sumária nº 38/Gab/76* — *Campo Interno*, do SNI, carimbada “secreto”, de 4 de outubro de 1976. AEG/CPDOC.

91 Grafia do original.

92 *Relatório Parcial de Informações nº 09/76*, do CIE, de 10 de outubro de 1976. AA.

93 Idem.

94 *Apreciação Sumária nº 38/Gab/76* — *Campo Interno*, do SNI, carimbada “secreto”, de 4 de outubro de 1976. AEG/CPDOC.

95 José Amaral Argolo e outros, *A direita explosiva no Brasil*.

96 Grafia do original.

97 Cópia xerox do *Telex RJ-061 UG AC 4819/71/ARJ/75*, de 6 de outubro de 1975, anotada por Sebastião Ramos de Castro e Newton Cruz, com duas folhas manuscritas de Figueiredo e uma de Newton Cruz. APGCS/HF.

98 Pasta do SNI, do general Newton Cruz a Figueiredo, datada de 23 de janeiro de 1976. APGCS/HF.

99 Carta de Newton Cruz a Figueiredo (com a ênfase), encaminhando-lhe a pasta com o documento anônimo e uma cópia da fotografia, de 23 de janeiro de 1976. APGCS/HF.

100 General Newton Cruz, março de 1996.

101 *Apreciação Sumária nº 36/Gab/75* — *Campo Interno*, do SNI, carimbada “secreto”, de 21 de setembro de 1976. AEG/CPDOC.

102 *Opinião*, 19 de novembro de 1976, pp. 1 e 3.

103 José Amaral Argolo e outros, *A direita explosiva no Brasil*, p. 306.

104 O tenente-coronel Germano Arnoldi Pedrozo, chefe da segurança de Geisel.

105 Coronel Luiz Helvecio da Silveira Leite, maio de 1985. Helvecio ressaltou nessa conversa que não foi procurado por oficiais.

106 Ernesto Geisel, 1985.

107 Golbery do Couto e Silva, 1985.

108 *Relatório Parcial de Informações nº 09/76*, rubricado pelo general Antonio da Silva

Campos, chefe do CIE, de 10 de outubro de 1976. AA.

109 Idem.

110 *Projeto Brasil: nunca mais*, tomo v, vol. 1: *A tortura*, p. 64, quadro 114.

O Buraco Negro

Em janeiro de 1976, Geisel decidiu viajar para a França e para a Inglaterra. Seria a primeira visita de um governante brasileiro à Europa democrática desde 1963, quando João Goulart fora ao funeral do papa João XXIII. Fugia à escrita, pois o costume levava os presidentes antes aos Estados Unidos. Num encontro com o secretário de Estado Henry Kissinger, Geisel dissera-lhe que só iria a Washington quando o governo americano retirasse sobretaxas impostas a produtos brasileiros.¹ Entendia que “nossa política deve ser com os americanos [...] mas para tornar essa associação mais frutuosa, é preciso tratar com os outros”.²

Não queria passear por castelos, nem ver plataformas de petróleo. Cumpriu uma programação de caixeiro-viajante. Embarcou em abril para a França, no dia 26, decolou de volta no dia 28, passou uma semana no Brasil, voou para Londres no dia 4 de maio e regressou no dia 7. Essas viagens, aplaudidas pelo MDB, pretendiam quebrar o complexo de inferioridade da ditadura, sempre assombrada pela condenação internacional da tortura e da intimidação política. Temiam-se manifestações, má imprensa e até violências. Tamanho era o medo do mundo que, numa visita que fizera a Londres e a Paris nesse período, o chanceler Azeredo da Silveira levava consigo seis guarda-costas.³

As viagens transcorreram sem sobressaltos. Isso se deveu ao real abrandamento do regime, associado ao interesse dos anfitriões em

vender equipamentos ao Brasil. As dificuldades da economia mundial produziram excesso de dinheiro nos bancos e falta de encomendas nas grandes nações. Em 1975, a França e a Inglaterra haviam sofrido a maior queda de produção industrial desde 46. Os franceses estavam no sétimo ano de déficit comercial, a caminho do maior desequilíbrio dos últimos dez anos. A Inglaterra entrara no quinto ano consecutivo de déficit na balança, e seu governo recorrera ao Fundo Monetário Internacional para defender a cotação da libra. Num artigo intitulado “O Brasil traz suas contas para a Europa”, a revista inglesa *The Economist* resumira os motivos de Geisel:

A visita é mais do que uma operação de relações públicas de uma ditadura militar. Ele também quer dinheiro ou, pelo menos, a confiança necessária para levantá-lo no mercado de capitais da Europa. [...] O governo pretende injetar 23 bilhões de libras — na última estimativa — em programas de auto-suficiência que vão de hoje a 1980. Até lá, espera parar de importar aço, papel, fertilizantes e produtos petroquímicos, reduzindo drasticamente a compra de metais não ferrosos e de inseticidas. Tudo o que ele precisa é de dinheiro.⁴

Quando o presidente desceu em Orly, a revista *Paris-Match* dedicava dezesseis páginas ao Brasil, “o maior empreendimento aberto aos pioneiros do mundo”. Tinha até um perfil, escrito pelo repórter Jean Manzon, que estivera com Geisel na granja do Riacho Fundo e submetera o texto à revisão de Heitor Ferreira.⁵ Manzon fizera sua fama na glorificação do governo de JK. Era um artista do jornalismo colorido e oficialista. Misturou estradas, pássaros e, em página inteira, uma garota (a linda modelo Rose di Primo) com uma das menores tangas da época. Parecia uma reportagem, mas não constava do índice da revista.⁶ Era matéria paga, pelo Banco do Brasil.⁷ Sem o mesmo sucesso, chegara a ser negociada uma edição especial do *Le Monde Diplomatique*. O agente do jornal francês pedira o apoio do governo para vender páginas de publicidade a 80 mil francos cada uma. Segundo a

embaixada em Paris, ele se propunha a passar dez dias no Brasil “a fim de encontrar-se com autoridades brasileiras, com vistas à redação de artigos de natureza econômica e coleta de dados sobre o crescimento industrial do país, que apareceriam em edições de *Le Monde* quotidiano”.⁸

Geisel levou na comitiva cinco ministros e doze guarda-costas.⁹ Foi recebido com as salvas tradicionais da esquerda. Houve uma manifestação de comunistas diante da prefeitura de Paris, um protesto dos dominicanos no *Le Monde*, jornal que o chamou de “frio, austero, solitário”, e um comentário do *Le Nouvel Observateur* registrando que, durante sete anos, contrapusera-se à tortura um sucesso econômico que agora naufragava. Isso era irrelevante para a grandiloquência com que o presidente Valéry Giscard d’Estaing aplaudiu o visitante. De acordo com ele, depois da Segunda Guerra, ao lado da ressurreição francesa, “o Brasil emergiu como uma potência mundial”.¹⁰

A despeito da pompa e dos elogios, a colheita francesa foi magra. Deixou-se para depois a assinatura de um pacote de 2,5 bilhões de dólares destinados à construção de usinas hidrelétricas, um dos principais itens da agenda presidencial.¹¹ Naqueles dias, as peças do quebra-cabeça do que aconteceu em Paris foram poucas e imperceptíveis.

Uma bela e jovem pianista que trabalhava no setor cultural da embaixada fora demitida em janeiro.¹² O adido do Exército deixaria o posto em maio.¹³ A pianista chamava-se Mariza Tupinambá e era protegida de Roberto Campos, embaixador em Londres, que comparava suas curvas às da ponte de San Francisco.¹⁴ O adido era o coronel Raimundo Saraiva. Ele transmitira, no dia 9 de abril, um telex de sete páginas ao Estado-Maior do Exército.¹⁵ Relatava um encontro, testemunhado por dois diplomatas lotados na embaixada, com o banqueiro Jacques de la Broissia, cunhado do presidente francês, conde e vice-presidente do Crédit Commercial de France. Broissia era

figurinha carimbada na grã-finagem financeira do Brasil. Estivera em São Paulo em novembro de 1974, às vésperas da eleição. Deixou vestígio por conta do jantar que lhe foi oferecido por ricos paulistas.¹⁶ Denunciava que seu banco, depois de ter intermediado uma comissão de 6 milhões de dólares na venda de equipamentos para a usina de Água Vermelha, fora colocado na lista negra da embaixada em Paris por ter-se recusado a tirar 60 milhões de dólares aos fornecedores de Tucuruí.¹⁷

No dia 12, o chefe do Estado-Maior, general Fritz Manso, levou o relatório de Saraiva ao ministro Sylvio Frota. Ele cumpriu os trâmites e remeteu o assunto ao SNI.¹⁸

O Serviço conhecia a folhagem que Saraiva sacudira. Pouco mais de dois anos antes, quando se armara o bloqueio à candidatura de Delfim Netto ao governo de São Paulo, o general Figueiredo endossara uma denúncia segundo a qual o então ministro da Fazenda dissera a um grupo financeiro francês que a barragem de Água Vermelha seria construída pela empreiteira Camargo Corrêa. “Antes da concorrência”, explicava Figueiredo.¹⁹ Bloqueada a ambição política de Delfim, o assunto foi relegado ao mundo das maledicências.

O embaixador de 1976 não era o *Gordo* de 74. Se Delfim tivesse feito algo de errado em Paris, tisonaria o governo de Geisel. Se tivesse feito antes, tisonaria o de Medici. Se tivesse feito antes e depois, tisonaria ambos. Nos três casos, embaraçaria a ditadura e atrapalharia a candidatura de Figueiredo. Com os papéis na gaveta, Frota ficara a montante. No dia 22 de abril, menos de uma semana antes do embarque de Geisel para a França, o chefe do SNI informou a Heitor Ferreira:

1) Já falei com o General Bento²⁰ [...] para que este determinasse o afastamento (alheamento) do Coronel Saraiva do assunto.

2) Penso que o mesmo deveria ser feito pelo Ministro Silveira em relação a alguns de seus auxiliares na embaixada em Paris.

3) É guerra de grupos. Pode haver verdades, mas também

pode ser fofoca de interesses.

4) Que tal uma ação direta sobre o Delfim?²¹

O papel foi a Geisel, e ele o visou. Ao lado do item 4, pôs um ponto de interrogação.

Acabara de nascer o “Relatório Saraiva”.

Enxotada da embaixada em Paris, Mariza Tupinambá mudou-se para a Inglaterra. Fora ela quem apresentara Broissia aos diplomatas brasileiros que promoveram seu encontro com o coronel.²² (Dois anos depois, Tupinambá foi presa no aeroporto de Atenas com três cigarros de maconha na bolsa. Voltaria a Londres, onde se manteria com uma ajuda de setecentas libras mensais, dada pela empreiteira Odebrecht.)²³ Raimundo Saraiva regressara ao Brasil e, aos poucos, sua acusação haveria de se tornar um segredo de polichinelo.²⁴

A temporada inglesa de Geisel foi um sucesso. A Grã-Bretanha tinha banqueiros regurgitando petrodólares e industriais precisando de encomendas.²⁵ O presidente reuniu-se com os dois grupos. Primeiro vieram os banqueiros. Disse-lhes que, a despeito do déficit de conta corrente (6,9 bilhões de dólares), o Brasil tinha de continuar crescendo, “porque é difícil aceitarmos uma recessão por motivos políticos”. Reconheceu que carregava uma dívida externa de 22 bilhões de dólares, mas mostrou-lhes que, descontadas as reservas (4 bilhões), ela equivalia a apenas duas vezes o valor da estimativa das exportações naquele ano.²⁶ Crédito, havia. Para a banca londrina, emprestar dinheiro ao Brasil era um dos bons negócios da praça. Para o governo, cada dólar emprestado que entrava compensava outro dólar que faltava para o equilíbrio das contas externas. Comprava o que pudesse, desde que fosse a prazo. Depois da banca, o presidente recebeu os industriais. Queriam vender material ferroviário, turbinas, usinas siderúrgicas, explorar petróleo e até urânio.²⁷ Negociaram-se créditos que somaram por volta de 1,5 bilhão de dólares.

Em tese, eram novos investimentos estrangeiros, confirmação da saúde financeira do governo e do prestígio do país. Enfim, o reconhecimento da potência emergente. Era um pouco de tudo isso, mas também uma busca obsessiva por dinheiro, para tapar os ralos da administração. O noticiário oficial informava que a viagem rendera um empréstimo de cerca de 200 milhões de libras para o sistema ferroviário nacional. Metade seria gasta na compra de máquinas britânicas. A outra metade viria em dinheiro. Os ingleses tentaram, sem êxito, vincular o desembolso da segunda metade ao cronograma das obras de montagem do material importado. No ano seguinte, o ministro dos Transportes pediu uma parte desse capital para pagar contas em atraso com empreiteiras nacionais.²⁸

A pompa inglesa impressionara o general. Para quem não queria ver castelos, o presidente chegou ao palácio da rainha de carruagem e cartola (apertada).²⁹ Passou pela propriedade dos duques de Marlborough, viu Oxford e foi à Abadia de Westminster homenagear em seu túmulo o almirante Cochrane, soldado da fortuna que combatera pelo Brasil na guerra da Independência. O prefeito de Londres surpreendeu-o tomando uma caipirinha no salão renascentista do Guildhall.³⁰ A rainha-mãe encantou sua mulher presenteando-a com uma manta de lã, “muito boa para cobrir as pernas quando a senhora tomar chá no jardim”.³¹ Durante o banquete que Elisabeth II lhe ofereceu no grande salão de Buckingham, o tenente Ernesto Geisel, com a grã-cruz da Ordem do Banho espetada na casaca, virou-se para a noiva, a quem prometera uma vida de “miséria dourada”, e disse-lhe: “Quem diria, dona Lucy, nós aqui no meio deste soçaite”.³²

É do embaixador Roberto Campos a perfeita descrição do sucesso da viagem:

Se a captação de recursos financeiros [...] foi útil sob o ponto de vista do balanço de pagamentos — pois que atravessávamos a grave crise cambial que sucedeu ao primeiro choque do petróleo — seu significado político não foi menos importante. [...] Uma

visita oficial à Inglaterra, com hospedagem pela rainha no palácio de Buckingham, significava se não um selo de aprovação, pelo menos uma diferenciação entre a revolução modernizante do Brasil e as pitorescas ditaduras latino-americanas. A imagem que se projetaria no rádio e na televisão seria a de um país executor de uma revolução modernizante, e não apenas vítima de uma quartelada.³³

A discussão da quartelada estava vencida. O MDB aceitara a realidade e passara a explorar as contradições da lógica do regime. Não se tratava mais de insistir na falta de legitimidade da ditadura, mas de buscar a demonstração de sua ineficácia. As dificuldades econômicas haviam desmontado o mito do êxito do arbítrio. A oposição se beneficiava com a exibição das anomalias que a onipotência transmitira ao cotidiano dos poderosos. Invertia-se a lógica do Milagre. Se a ditadura fora conveniente pelo bom desempenho, o mau desempenho tornava-a inconveniente.

Tomando-se apenas os indicadores arrolados pelo SNI nas *Apreciações Sumárias*, que chegavam regularmente à mesa de Geisel, em 1975 a alta do custo de vida ficara pouco acima de 30%. (Fecharia 1976 em 46%, o maior índice desde 64.) O país crescera 4% e perdera 1,6 bilhão de dólares das reservas internacionais (uma queda de 30% em relação a 1974). Temia-se um racionamento de gasolina.³⁴ Quando o governo anunciou um corte de 2% nos investimentos públicos, o SNI valeu-se da opinião de “alguns grupos econômicos” e alertou para os “efeitos prováveis da desaceleração brusca — o aumento da capacidade ociosa das indústrias e a possibilidade de desemprego”.³⁵

O regime que em 1972 congestionara as impressoras de passaportes da gráfica Harrisons de Londres teve de enfrentar o déficit comercial criando um empréstimo compulsório para quem viajasse para o exterior. A classe média alta, que conhecera o mundo do Milagre, via-se obrigada a jejuar cosmopolitismo.

Assim como a capacidade punitiva do AI-5 produzira uma força que enfraquecia o presidente, a centralização do poder banalizava suas decisões. Depois de uma longa reunião interministerial, Golbery, encabulado, contaria: “Acabo de sair de uma discussão na qual se decidiu o aumento dos táxis em Curitiba. Não ando de táxi há três anos e não vou a Curitiba há mais de dez. O que é que eu posso dizer a respeito desse assunto? Estamos mandando tanto que não mandamos mais nada. Concentramos o poder de tal forma que produzimos um buraco negro, capaz de absorver qualquer energia”.³⁶

O governo mandava tanto que o ministro da Agricultura ocupou duas páginas do *Diário Oficial* regulamentando “a padronização, classificação e comercialização interna” do pepino. Poderia ser “comum” ou “caipira”, longo, médio e curto. Seu comprimento tinha de ser medido “no eixo que vai da base de inserção do pedúnculo ao ápice do fruto”. As caixas de comercialização deveriam ter 495 mm x 230 mm x 355 mm, não sendo permitida a mistura de pepinos comuns com caipiras. Quem quisesse embalar pepinos de forma diversa precisava requerer licença ao Ministério da Agricultura.³⁷

A “revolução modernizante” produzira uma nobiliarquia de altos funcionários. Denominando-se tecnocratas, sugeriam impessoalidade e distanciamento político. Diferiam das nobiliarquias anteriores pela durabilidade do sistema que os mantinha. Haviam-se habituado ao conforto urbano que Brasília dá à classe média alta. Acumularam privilégios numa cidade onde o poder é a forma suprema de diferenciação. O automóvel, o endereço e o círculo de relações sociais eram determinados pela posição de cada um numa hierarquia que lhes parecia eterna.

Por mais que tentasse, o presidente não conseguia saber quantos funcionários tinha o governo federal.³⁸ Estimava-se que fossem 600 mil, com uma frota de 7200 carros oficiais.³⁹ O diretor do DASP suspeitava que, fora das normas, gastava-se uma quantia superior à da folha do funcionalismo. Golbery descobrira nichos onde havia trezentas pessoas ganhando indevidamente em gabinetes ministeriais. Capturara folhas

de pagamento paralelas no Serpro e no IPEA, com as quais se complementavam salários de hierarcas do Executivo.⁴⁰ Sem sucesso, baixara três normas administrativas, tentando restringir as despesas de cama e mesa às casas dos ministros.⁴¹

Geisel exercitava o repertório da moralidade militar dos anos 50, mas tinha sob suas ordens uma máquina segura de si, poderosa e esquiva. Livrara-se do palácio Laranjeiras doando-o ao governo do Rio de Janeiro, mas não pudera suspender a construção de uma residência oficial para o vice-presidente. Mandara desligar a rede de 650 telefones oficiais que os correios mantinham no Rio, mas não conseguira enxugar as representações dos ministérios na ex-capital. Reduzira o número de funcionários da Presidência de 1458 para 1258, mas essa contração exigia que se acreditasse que na granja do Torto, onde vivia Figueiredo, não havia funcionários. (No Ipê, Golbery era servido por trinta. Geisel, por 76 no Alvorada e 31 no Riacho Fundo.)⁴²

O Planalto viria a descobrir que era impotente para disciplinar uma funcionária cuja camionete fora vista transportando um cão dálmata pelas ruas do Rio. Diante de uma denúncia publicada na imprensa, Golbery acionara a máquina de informações do governo. A investigação concluíra que o animal fora atropelado e que sua dona não conseguia que um táxi a atendesse. A funcionária passava no carro oficial, vira a cena e se dispusera a levar a mulher e o cão a um veterinário. Confrontado com a inverossimilhança da explicação, o general reconheceu que o haviam enrolado e anotou: “Veja que romance... Mas vale o alerta”.⁴³

A ditadura que aceitava um romance de comiseração por um cachorro haveria de ouvir uma novela de crueldade com um trabalhador. Os personagens eram impecáveis. A autora da denúncia, Iris Coelho, modelo de lealdade ao governo, ex-secretária do marechal Castello Branco, funcionária do arquivo do SNI, depositária de alguns dos maiores segredos da República. A vítima, Antonio Medeiros de Oliveira, porteiro de um edifício de Ipanema, com onze anos de serviço e quatro filhos. Ele fora levado pela polícia depois que, na garagem do

prédio, nove automóveis foram arrombados e seus rádios roubados. Ficara 24 horas preso. Na volta, Iris Coelho o viu e, em carta ao general Golbery, assim descreveu o sucedido:

O pobre estava todo machucado, os tímpanos perfurados. Aplicaram-lhe choque, bateram-lhe a cabeça contra a parede. Foi fichado como ladrão de automóveis e arrombador. [...]

Só porque é uma pessoa humilde e não tem nada, acham que pode servir de bode expiatório. [...]

Se lhe escrevo, General, é porque sempre o tive em alta conta.⁴⁴

Golbery mandou que se investigasse o caso.

A delegacia para onde tinham levado o preso informou que ele nada sofrera, pois lá não se praticavam violências. Reinterrogado, Antonio negou que tivesse passado por constrangimentos. A senhora foi chamada a depor. Confirmou o que escrevera ao general e disse que vira o porteiro com inchaços no rosto e no torso.⁴⁵ Acaream-nos. Do que disse o porteiro a respeito das queixas feitas a Iris, lavrou-se o seguinte:

[Estava] chorando, muito nervoso, quando falou com D. Iris, razão pela qual acredita que a mesma tenha interpretado mal as suas palavras; que o declarante já escutara falar em outras ocasiões, que em casos de furtos a Polícia costumava submeter os suspeitos a torturas, com espancamentos e choques, perfuração de tímpano etc., razão pela qual temeroso de vir a passar por isto, falou sobre tal fato com D. Iris, acreditando que a mesma tenha entendido erroneamente o que falou, pensando que o declarante tivesse sido submetido a tais atos, o que em verdade de forma alguma ocorreu; que não sofreu qualquer espécie de lesão corporal.

E os inchaços?

“Eram provenientes de alergia que possui e lhe ataca sempre que fica bastante nervoso.”

Diante disso, conforme o registro da polícia, Iris deu por “insubsistente a denúncia que efetuou [...] visto que não passou de um mal-entendido, face a dificuldade de expressão do Sr. Antonio Medeiros de Oliveira”.⁴⁶

O episódio terminou com um bilhete de Iris Coelho a Heitor Ferreira: “Sinto muito, acredite que lastimo realmente ter sido causa de tanto trabalho e perda de tempo. Do modo como o processo se encaminhava, achei que a melhor solução seria aquela que foi dada na acareação com o porteiro. Creia-me, aprendi uma grande lição”.⁴⁷

Não havia no palácio do Planalto quem acreditasse que Iris Coelho, aos 45 anos, fosse incapaz de reproduzir corretamente uma conversação. O marechal Castello Branco ditava-lhe a memória das audiências com diplomatas estrangeiros. Em 1973, Heitor Ferreira propusera seu nome para secretariar os trabalhos do largo da Misericórdia.⁴⁸

Geisel assumira reclamando dos confortos que seu irmão dera aos generais.⁴⁹ Tinham casa, dois carros e, no mínimo, três empregados.⁵⁰ Dois anos depois, carregava uma urucubaca desmoralizante. Orlando estava fora do governo desde março de 1974 e continuava morando no palácio da Laguna, a mansão tijuicana dos ministros do Exército. Hospedara-se por alguns dias, enquanto esperava a pintura de seu apartamento no Leme, mas quebrara uma perna e permanecera. Vivia numa cadeira de rodas e respirava mal. Usufruíu um abuso. Em 1969, Costa e Silva recebera emprestado o palácio Laranjeiras, numa gentileza que beneficiava um ex-presidente entrevado. Além disso, tivera amparo legal, num Ato Complementar. Orlando Geisel tornara-se um constrangimento, mas nem o ministro do Exército nem — muito menos — o irmão estavam dispostos a dizer-lhe que deveria se mudar.

Surpreso ao saber que os ministros eram obrigados a viajar em jatinhos da Força Aérea, Heitor Ferreira tentara descobrir a origem da exigência. Não conseguiu. Chegou à suposição de que a ordem datava

de 1969 e do receio de que fossem seqüestrados. Numa só semana, colecionou seis pedidos de ministros requisitando aviões para a mesma manhã de sexta-feira, com o mesmo destino: Rio de Janeiro.⁵¹ Quando Geisel voltou de Londres, um fiscal da Receita, de plantão na alfândega do aeroporto de Brasília, fora impedido de abrir a bagagem da comitiva.⁵²

Os abusos abalavam a mitologia da ditadura. Capaz de exonerar generais e cassar deputados, ela nada podia diante das mumunhas da meganha carioca e dos pequenos prazeres dos burocratas. É verdade que os regimes anteriores (e os seguintes) conviveram, cada um à sua maneira, com malfeitorias semelhantes. A diferença estava na pretensão da onipotência. Expostos pela imprensa, os abusos envergonhavam o governo. Em julho de 1976, numa memorável série de reportagens, Ricardo Kotscho mostrou ao país o significado de um termo do cotidiano de Brasília: *mordomia*.

Três edições sucessivas d'O *Estado de S. Paulo* contaram que o ministro do Trabalho tinha um plantel de 28 empregados, o de Minas e Energia, piscina térmica. A mulher de um diretor do Banco do Brasil mandara trocar uma geladeira com dois meses de uso porque o trinco enguiçara. Na casa do governador de Brasília compraram-se, num só dia, dezessete quilos de melão, catorze de ameixas, 280 litros de leite e 6825 pãezinhos. Numa só encomenda, 47 frascos de laquê. Isso no campo da conservação do corpo. Para o espírito, os mandarins requisitavam à Censura filmes proibidos. Tanto da produção pornográfica, como *Emmanuelle* com seu contorcionismo num banheiro de avião, como da excomunhão política, no caso de *Estado de sítio*, do grego Costa-Gavras. Nele havia uma cena em que oficiais do Exército brasileiro ensinavam, em presos, modalidades de tortura (era a aula do "tenente Ailton", dada na Vila Militar do Rio em 1969).⁵³

A palavra *mordomia* incorporou-se ao vocabulário nacional designando privilégios indevidos, mas, no início da campanha eleitoral de 1976, foi recebida com irritação pelo governo e furor pelo seu líder na Câmara: "O Ministro não pode ficar, numa recepção indagando: 'Quanto

custa esta leitoa? Qual foi o preço deste peru?’ [...]. Há um conjunto de forças conspirando contra o Brasil. Mas, na raiz de tudo, pode ser que esteja o comunismo internacional”.⁵⁴

Poucas vezes uma reação parlamentar cristalizou com tamanho realismo o esgotamento de uma proposta política. Num governo em que o “Relatório Saraiva” descansava nas gavetas de Frota e Figueiredo, a exposição das mordomias pulverizara-lhe o monopólio da moralidade. Atribuindo a denúncia da própria lassidão ao fantasma do comunismo, José Bonifácio associava o anticomunismo à defesa da mordomia. Doze anos depois da chegada do marechal Castello Branco ao Planalto, subversão já não havia. O combate à corrupção deixara de ser uma bandeira do regime. Passara à sala de troféus da oposição.

A última reportagem de Kotscho estava nas bancas no dia em que o SNI capturou em Brasília a letra de uma marchinha que Ulysses Guimarães pretendia usar na campanha. Dizia assim:

Vote no MDB.

*Você sabe por quê.*⁵⁵

O governo ia para o seu segundo teste eleitoral.

1 Ernesto Geisel, organizado por Maria Celina d’Araujo e Celso Castro, p. 337.

2 *Diário de Heitor Ferreira*, 28 de janeiro de 1976.

3 Roberto Campos, *A lanterna na popa — Memórias*, p. 950. Para Paris, Antonio Delfim Netto, 1996.

4 *The Economist*, 1º de maio de 1976.

5 Nota de Heitor Ferreira a Geisel, de março de 1976, referindo-se à edição de *Paris-Match* que estaria nas bancas no dia 26 de abril. Para a ida ao Riacho Fundo, *Cronologia do Governo Geisel*, de Heitor Ferreira, 21 de março de 1976. APGCS/HF.

6 *Paris-Match*, 1º de maio de 1976. Devo ao embaixador Marcos de Azambuja a localização desse suplemento. AA.

7 Anotação de Humberto Barreto no *Telegrama 032858 AIG/DEI Confidencial — Urgente*, da embaixada do Brasil em Paris. APGCS/HF.

8 *Telegrama 032858 AIG/DEI Confidencial — Urgente*, da embaixada do Brasil em Paris. APGCS/HF.

9 *Lista Final Oficiosa* da comitiva de Geisel, datada de 5 de abril de 1976. APGCS/HF.

- 10 *Folha de S. Paulo*, 25 de abril de 1976, pp. 1 e 5.
- 11 Para a questão das hidrelétricas, *O Estado de S. Paulo* de 1º de maio de 1976, pp. 1 e 9, e *Jornal do Brasil* de 13 de maio de 1976, pp. 1, 18, 21 e 25.
- 12 Mariza Tupinambá, *Eu fui testemunha*, p. 29.
- 13 Depoimento do coronel Raimundo Saraiva Martins à CPI da Dívida Externa Brasileira, em 15 de setembro de 1983, citado em Dickson M. Grael, *Aventura, corrupção, terrorismo*, p. 39.
- 14 Mariza Tupinambá, *Eu fui testemunha*, p. 9. Cartão-postal de Roberto Campos a Mariza Tupinambá, manuscrito, em Tupinambá, *idem*, Anexo II, p. 177.
- 15 Informação do general Sylvio Frota, transmitida ao coronel Dickson Grael pelo general Adyr Fiúza de Castro, em Grael, *Aventura, corrupção, terrorismo*, pp. 28 e 52. Ver também *O Estado de S. Paulo* de 27 de outubro de 1983, p. 5.
- 16 *Folha de S. Paulo*, 15 de novembro de 1974, coluna “Tavares de Miranda”, p. 34, também para o título e o parentesco.
- 17 Dickson M. Grael, *Aventura, corrupção, terrorismo*, pp. 56 e 68, com o segundo depoimento do coronel Raimundo Saraiva à CPI da Dívida Externa. A hidrelétrica de Água Vermelha, na bacia do rio Paraná, foi construída pela empreiteira Camargo Corrêa para a CESP entre 1973 e 1979. Com potência instalada de 1400 megawatts, teve um financiamento de 248 milhões de dólares de um consórcio de bancos organizado pelo Crédit Commercial de France. *O Estado de S. Paulo*, 1º de março de 1973.
- 18 *O Estado de S. Paulo*, 27 de outubro de 1983, p. 5. Dickson M. Grael, *Aventura, corrupção, terrorismo*, p. 62, transcrevendo uma informação dada pelo deputado Flávio Bierrenbach, baseada no depoimento prestado pelo general Frota.
- 19 Telefonema de Figueiredo a Golbery, 18 de fevereiro de 1974. APGCS/HF.
- 20 Bento Bandeira de Mello, chefe-de-gabinete de Frota.
- 21 Bilhete de Figueiredo a Heitor Ferreira, de 22 de abril de 1976, visado por Geisel. APGCS/HF.
- 22 Depoimento do coronel Raimundo Saraiva, em Dickson M. Grael, *Aventura, corrupção, terrorismo*, p. 56.
- 23 Mariza Tupinambá, *Eu fui testemunha*, pp. 43 e 57.
- 24 As denúncias contra Delfim Netto nunca foram apresentadas publicamente pelos seus acusadores. Saraiva preservou o sigilo de seu relatório, e o Estado-Maior do Exército nunca o divulgou. Broissia e os diplomatas que participaram do encontro com o coronel se calaram. Figueiredo, eleito presidente, nomeou Delfim para o Ministério da Agricultura e, depois, para o do Planejamento.
- 25 Roberto Campos, *A lanterna na popa — Memórias*, p. 970.
- 26 Nove folhas manuscritas da intérprete Ulla Schneider, intituladas *Reunião do Presidente & Ministros e Altos Representantes dos Bancos Federais com um Grupo de Banqueiros Ingleses*, de 6 de maio de 1976. APGCS/HF.
- 27 Nove folhas manuscritas da intérprete Ulla Schneider, intituladas *Reunião com Industriais, Chefiados pelo Ministro Varley (Indústria)*, de 6 de maio de 1976. APGCS/HF.
- 28 Maço de dezoito folhas enviadas pelo ministro Dyrceu de Araujo Nogueira a Golbery, de 17 de outubro de 1976. APGCS/HF. Ver também Roberto Campos, *A lanterna na popa — Memórias*, p. 971, e Lafayette Prado, *Transportes e corrupção — Um desafio à cidadania*, p. 89.
- 29 Para a cartola, Ernesto Geisel, 1994.
- 30 De volta ao Brasil, Geisel presenteou-o com doze garrafas de cachaça. *Ernesto Geisel*, organizado por Maria Celina d’Araujo e Celso Castro, pp. 356-7.

- 31 Lucy Geisel, 1994. Ver também *Ernesto Geisel*, organizado por Maria Celina d'Araújo e Celso Castro, p. 358.
- 32 Humberto Barreto, 1977, e Ernesto Geisel, 1994.
- 33 Roberto Campos, *A lanterna na popa — Memórias*, p. 972.
- 34 *Apreciações Sumárias nº 12/Gab/75*, do SNI, de 10 de novembro de 1975 (para a inflação), e *nº 06/Gab/76*, de 9 de fevereiro de 1976 (para o crescimento e o consumo de combustível). AEG/CPDOC.
- 35 *Apreciação Sumária nº 46/Gab/76 — Campo Interno*, do SNI, carimbada “secreto”, de 29 de novembro de 1976. AEG/CPDOC.
- 36 Golbery do Couto e Silva, 1977.
- 37 *Portaria nº 494*, de 15 de julho de 1976, no *Diário Oficial da União*, parte I, seção I, de 6 de agosto de 1976, pp. 10430-2.
- 38 Bilhete de Heitor Ferreira a Geisel, que o respondeu, de 1976. APGCS/HF.
- 39 Entrevista do coronel Darcy Siqueira, diretor do DASP, a Álvaro Pereira, “O governo e a mordomia”, em *Veja* de 25 de agosto de 1976, pp. 3-6.
- 40 Conversas de Heitor Ferreira com Golbery, abril e junho de 1974. APGCS/HF.
- 41 Em 1º de agosto de 1975, o Gabinete Civil baixou o *Aviso-Circular nº 683, Reservado*, determinando que se coibissem as “despesas de mordomia” fora das casas dos ministros. Em 1º de maio de 1976 baixou a *Circular nº 1*, reiterando a ordem. Em 17 de julho de 1976, Geisel baixou o decreto nº 78 077, regulando o assunto. Ver Paulo Brossard, *O ballet proibido*, pp. 43-58.
- 42 Mapa dos funcionários da Presidência, visado por Geisel, de julho de 1975. APGCS/HF.
- 43 “Coluna do Zózimo”, em *Jornal do Brasil* de 7 de março de 1975, com anotações de Heitor Ferreira e Golbery, e quatro folhas com o processo de investigação, com a *Info 6*, do delegado do Ministério da Fazenda no Rio de Janeiro, de 11 de março de 1975. APGCS/HF.
- 44 Carta de Iris Coelho a Golbery, de 22 de maio de 1976. APGCS/HF.
- 45 Depoimento de Iris Coelho na 14ª DP, 27 de julho de 1976. APGCS/HF.
- 46 Maço de 34 páginas do que foi o resultado da investigação em torno do caso de tortura do vigia Antonio Medeiros de Oliveira, com o auto de sua acareação com Iris Coelho, de 16 de agosto de 1976. Carta do governador Floriano Faria Lima a Golbery, acompanhando o processo instaurado na Secretaria de Segurança do Rio de Janeiro. APGCS/HF.
- 47 Carta de Iris Coelho a Heitor Ferreira, de 1º de novembro de 1976. APGCS/HF.
- 48 Bilhete de Heitor Ferreira a Geisel, de 21 de agosto de 1973. APGCS/HF.
- 49 *Diário de Heitor Ferreira*, 27 de dezembro de 1971.
- 50 Conversa de Geisel com o general Reynaldo Mello de Almeida, 17 de dezembro de 1973. APGCS/HF.
- 51 Bilhete de Hélio Bernd a Heitor Ferreira, de 14 de janeiro de 1976. APGCS/HF.
- 52 *Folha de S.Paulo*, 9 de maio de 1976, p. 5.
- 53 Ricardo Kotscho, *A prática da reportagem*, pp. 54-5.
- 54 Ricardo Kotscho, *A prática da reportagem*, p. 53.
- 55 *Informe nº 4638/31 /AC/76*, do SNI, de 4 de agosto de 1976, carimbado “confidencial”. AA.

Abaixo a ditadura

Dias depois da derrota eleitoral de 1974, o Conselho de Desenvolvimento Econômico reuniu-se no Planalto. Saiu uma discussão sobre o baixo preço dos cavacos de madeira. Geisel aborreceu-se: “Eu não quero saber de cavacos. Quero saber de eleição”.¹ Quando o Gabinete Militar criticou a “falta de comunicação popular” num de seus discursos: “O presidente não é nenhum demagogo! [...] Não pretendo ir à massa. Não sou Getulio nem Medici!”.² Acreditava que poderia cuidar da próxima eleição como um gerente, mantendo-se longe dos palanques.

Em 1976, jogou-se na campanha. O quadro do poder nos municípios refletia um resultado de 1972, obtido pouco depois dos festejos do Sesquicentenário da Independência, no esplendor do Milagre. A Arena controlava 88% das prefeituras e 91% das câmaras de vereadores. Tinha mais prefeitos em Minas (638) que o MDB em todo o país (463). Era um predomínio insustentável, mas havia espaço para o êxito, a despeito de um crescimento da oposição.

O governo jogou com a pessoa do presidente, a máquina da administração e a força do regime.

No dia 1º de maio Geisel estava num palanque. Ao estilo de Vargas, chegou a Volta Redonda depois de ter assinado o aumento do salário mínimo e começou seu discurso dirigindo-se aos “trabalhadores do Brasil”.³ Criticado por sua desenvoltura, rebateria: “Já me

chamaram de camelô da Arena... Mas eu não ligo”.⁴

O SNI monitorou a campanha eleitoral em cada estado como se fora um serviço de informações da Arena. Mobilizou-se até a rede capilar do Movimento Brasileiro de Alfabetização, o Mobral. Em Campinas, o comandante da guarnição, general Moraes Rego, participou, fardado, de reuniões para coletar reivindicações comunitárias. Apressara, para “obter o efeito”, um financiamento da Caixa Econômica ao Guarani, um dos clubes de futebol da cidade.⁵

No primeiro grande golpe casuístico sobre a legislação eleitoral, alterou-se o formato da propaganda gratuita na televisão. Desde que ela fora instituída, dez anos antes, os candidatos dispunham de algumas dezenas de segundos para passar mensagens verbais. Com a mudança, que viria a ser conhecida como “Lei Falcão”, emudeceu-se a disputa. Só se podiam mostrar fotografias, acompanhadas de pequenos currículos, nada mais. Além disso, as estações de rádio e televisão viram-se proibidas de transmitir discursos de candidatos. Essa providência, equânime na aparência, dava ao governo o monopólio da comunicação.

Geisel modificara seu discurso político. Valia-se do arbítrio do regime para intimidar a oposição, mas dissociava-se da eternização e do aprofundamento da ditadura. Numa visita a Vitória, conversara com políticos da Arena, e um deles, ao relatar o encontro à imprensa, disse que o general lhes pedira que se mobilizassem para a campanha eleitoral, pois queria “vencer e aumentar o percentual democrático, evitando a possibilidade de uma ditadura”.⁶ Tradução: se o governo perdesse, corria-se o risco de uma virada de mesa. Corolário: para quem quisesse virar a mesa, será melhor perder a eleição do que ganhá-la.

O presidente havia dito mais ou menos isso, e tanto o senador como os jornalistas sabiam que nessas ocasiões um coronel carregava um gravador para eventuais confrontos do que o general dizia com o que se publicava. Bastava conferir. Geisel atropelou a gravação e explodiu a esperteza. Chamou Humberto Barreto, mandou que se esquecesse a existência da fita e lhe passou um desmentido. Dissera que o país precisava seguir um processo democrático normal. “As

palavras são textuais: a ditadura não é a opção”, informou Humberto.⁷

Dias depois, em seu gabinete, o presidente teve o primeiro encontro formal com jornalistas. Recebeu, por uma hora, cinco repórteres políticos, sob o compromisso de que a conversa não seria divulgada. Repetiu suas velhas queixas da imprensa, mas retomou o ponto: “Nunca uma ditadura é melhor que a pior democracia. Sei que não existe a perfeição com que sonhamos, mas, que diabo, por que vamos desistir de querer o melhor. Ditadura nunca é melhor do que outra solução. [...] A ditadura é a corrupção generalizada e impune”.⁸

Restava saber o que era a “ditadura”. Para a oposição, era o regime do AI-5. Para Geisel, uma radicalização punitiva. Para ambos, a interrupção da política de distensão. Nessa equação cabia quase tudo, menos o radicalismo militar. Faltavam pouco mais de três meses para a eleição, e, inesperadamente, o presidente reencontrou-o.

Ao anoitecer do domingo 22 de agosto de 1976, na curva do quilômetro 165 da via Dutra, uma carreta carregada de gesso seguia a caminho de São Paulo, e um Opala, com um passageiro no banco de trás, ia para o Rio. Depois dele vinha um ônibus da Viação Cometa. Tocou-lhe a traseira esquerda. Num átimo, desgovernado, o Opala saiu da pista, chocando-se com a carreta, uma Scania-Vabis de doze rodas. Ela o arrastou por trinta metros, destruindo-o.⁹ O passageiro do Opala ficou irreconhecível. Quando a polícia viu a carteira de identidade do cadáver do banco de trás, o Brasil começou a saber que Juscelino Kubitschek estava morto. Na beira da estrada, alguns viajantes choravam.

Quem era aquele morto, isso não se sabia direito.

O construtor de Brasília era um cassado, banido da vida pública havia doze anos, intimidado por um processo em que a ditadura o acusava de enriquecimento ilícito. Sentia-se “exilado no seu próprio país”.¹⁰ Mantinha um diário onde registrava segredos da vida pessoal, mas evitava transcrever conversas políticas.¹¹ Ninguém julgou

necessário incomodar Geisel na granja do Riacho Fundo para levar-lhe a notícia do desastre.

JK era um homem marcado pelo sorriso, mas havia um sofredor escondido na exuberância. Em meados de junho, batizara em casa a neta Júlia. Num breve discurso, dizendo-se feliz, saudara a presença dos pais da menina, sua filha Márcia e o empresário Baldomero (*Be*) Barbará, de quem fora sócio num banco. Tinha ao lado a mulher, Sarah. Anunciou: “Aqui, no cimo desta pequena colina, pretendo construir uma ermida, que se chamará Ermida Santa Júlia”.¹²

Horas antes, anotara em seu diário as amargas emoções que carregava. Júlia nascera depois da separação de Márcia e Baldomero. Essa situação agoniara Juscelino, sobretudo porque, a seu ver, Sarah Kubitschek mostrara-se leniente em relação ao genro. Sentia-se encurralado: “JK é o bandido, o mentiroso, o traidor, etc. etc. Como se não bastassem os 46 anos de interminável incompreensão e convivência insuportável”.¹³

Na raiz do desentendimento estava uma paixão de 28 anos por Lúcia Pedroso, loura bela, mulher de um ex-deputado. JK registrava os encontros no diário como “Audiência”, “Espanhol” ou “Constantino”.¹⁴ Viam-se, em geral, uma vez a cada três dias. Sarah Kubitschek sabia do caso fazia pelo menos quinze anos, mas, desde julho, a relação do casal se deteriorara. Aos 74 anos, Juscelino fugia do ambiente “terrível”, “irrespirável” e “pavoroso” que o afligia: “Não aceito o tratamento de campo de Treblinka em que se transformou a minha casa”.¹⁵

Passava a maior parte do tempo numa fazenda, em Luziânia, nos arrabaldes de Brasília. Era diabético. Os médicos assustaram-no dizendo que tinha lesões na retina direita e uma suspeita de cirrose hepática.¹⁶ Seis anos antes, submetera-se a uma cirurgia radical para extirpar um câncer de próstata. Saíra com duas seqüelas que o deprimiam. Uma era a incontinência urinária. A outra lhe afetara o desempenho sexual. Compensava o declínio físico com reposições hormonais.¹⁷ Achava que não duraria muito.

Esse JK entristecido e recluso só existia em sua própria

introspecção. Juscelino produzia grandiosidades como se precisasse delas para manter um ritmo agitado, custoso, porém frugal. Fizera assim com a prefeitura de Belo Horizonte e com o Brasil. No fim da vida, sua grandiosidade cabia numa última obra, a fazenda JK. Eram trezentos alqueires de cerrado goiano. Naquela terra ácida, de cupins e formigas, Juscelino via florestas, bosques e belvederes. Projetava estradas e ermidas. Inventava um cultivo de 200 mil pés de café e uma criação de gado de raça. Cortava o mundo em cavalgadas matinais. Chamava olho-d'água de fonte e morrote de monte. Dava a um o nome do neto e ao outro, o de Sinai. O homem em cujo governo surgira a indústria automobilística e a produção de aço duplicara, enquanto a renda per capita dos brasileiros crescera 4% ao ano, queixava-se: “A minha escala de grandeza se reduziu. Em lugar de planejar a prosperidade do Brasil, planejo a construção de uma cocheira na fazenda”.¹⁸

No meio da madrugada, quando o caixão de Juscelino chegou ao saguão da Editora Bloch, na Glória, restava saber quem seria sepultado naquela segunda-feira. Ao amanhecer, havia pouco mais de dez pessoas no salão de mármore. Era o velório do proscrito, condenado ao silêncio do cerrado.

A cena continha um detalhe romântico, saído do mundo benevolente e generoso que JK construía. Os caixões, idênticos, eram dois. As filas de cadeiras destinadas aos familiares, alinhadas diante dos catafalcos, também eram duas. Numa sentavam-se os Kubitschek. Na outra, os Ribeiro, parentes do motorista Geraldo, o *Platão*. Os dois amigos morreram juntos, 36 anos depois de terem se conhecido. Por ordem de Sarah Kubitschek, juntos seriam velados.

De manhãzinha, das ruas centenárias de Diamantina, vieram os primeiros sinais da última grandiosidade de JK, a única de que participaria sem tê-la projetado. O alto-falante da catedral de Santo Antônio informou que a Associação Comercial pedia que as lojas não abrissem as portas. Os sinos davam a cada hora o dobre de finados. Despontaram panos *pretos nas janelas do casario colonial*. Em Belo Horizonte, o governador Aureliano Chaves decretou luto por três dias.

Na esplanada dos ministérios, em Brasília, os mastros do Supremo Tribunal Federal e do MEC hastearam as bandeiras a meio pau. O comércio não funcionou. Só as floriculturas aceitavam encomendas.¹⁹

Geisel chegou ao Planalto às nove horas. Reclamou por não ter sido avisado à noite. Acenou para um grupo de sindicalistas que o esperava na base da rampa, disse-lhes que era “um prazer vê-los” e subiu para o gabinete. Lá comemoraria, sem a presença dos jornalistas, o 65º aniversário de Golbery. Pouco depois, começou a discutir o tratamento que o governo daria ao adversário morto. A bandeira do Planalto estava hasteada no topo do mastro. Era um mau sinal. O Supremo e os ministérios que as haviam baixado ergueram-nas.²⁰

No Rio, a manhã chegou com um sol de rachar, coisa rara no fim de agosto. Ao pé do morro da Glória, num lugar que sempre se vê, aonde raramente se vai e por onde nunca se passa a pé, o bloco de vidro negro da editora não atraía transeuntes. JK estava fora de mão. O último grande velório da cidade — o do estudante Edson Luis de Lima Souto, em 1968 — tinha acontecido no centro, na Assembléia Legislativa.²¹

Pouco depois das nove o romancista Josué Montello mal conseguiu entrar no saguão. Lá esteve o teatrólogo Guilherme Figueiredo, irmão do chefe do SNI. Da janela de um prédio uma faixa dizia: “JK: O Sol veio dar adeus”. As pessoas saltavam dos ônibus e iam para a fila. Curvado, chegou o marechal Cordeiro de Farias, veterano de todas as conspirações de seus 75 anos de vida, ministro de Castello e amigo de Geisel.²² O arquiteto Lucio Costa, que traçara a cruz de Brasília, retirou-se com duas palavras: “Morte adequada”.²³

Geisel convocou ao seu gabinete os ministros Armando Falcão e Sylvio Frota.

— Tanto pedi a Deus que esse homem não morresse no meu governo! Agora, vamos enfrentar o caso. Acho que devemos decretar luto oficial, por três dias. Entendo que é de direito o luto oficial — disse o presidente.

— Sou contra qualquer homenagem do governo a esse homem. Era um contra-revolucionário, que foi cassado, punido pela Revolução. Posso informar a Vossa Excelência que a repercussão no Exército será negativa.²⁴

Frota falava como um ministro forte diante do cadáver de um proscrito fraco. Saíra do Rio de manhã, muito provavelmente indo de sua casa, no Grajaú, ao Galeão. Nesse percurso suburbano aquela segunda-feira parecera um dia qualquer. Não era. Na hora em que se discutia no Planalto o cerimonial da morte de Kubitschek, no Rio a questão era outra. JK deveria ser levado para o aeroporto Santos Dumont. Como?

Sarah Kubitschek aceitou a proposta da rua: “Se o povo quer levá-lo [...] isso deverá ser feito”. Antes que o caixão partisse, tirou uma saudade do arranjo que o enfeitava, quebrou-lhe a haste e colocou a flor na lapela do costume preto.²⁵ JK seguiu no sentido contrário ao de Edson Luis em 1968. De mãos dadas, a família ia à frente de um coro de 3 mil pessoas:

Como pode

O peixe vivo

Viver fora

Da água fria?

Como poderei viver,

Como poderei viver

Sem a tua, sem a tua,

Sem a tua companhia?

Ou ainda:

Já podeis, da Pátria filhos,

Ver contente a mãe gentil.

Já raiou a liberdade

No horizonte do Brasil.

Em Brasília, o presidente do Senado, Magalhães Pinto, adversário de JK, mandara baixar a meio pau sua bandeira. Embaixadas, empresas e universidades já tinham feito a mesma coisa. Parecia um ato natural. Dois meses antes, na Bolívia, Hugo Banzer decretara luto pela morte do general que depusera. Geisel, Falcão e Frota continuavam reunidos:

— Eu sei, Frota, mas compreenda a posição do governo, que tem de ver o quadro geral. Honras militares, de modo algum. Também ponto facultativo, não. Mas luto oficial, devemos conceder.

— Presidente, não discuto suas ordens. Cumpro-as. Só quis dar-lhe uma opinião. Meu voto — repito — é contrário.²⁶

Frota não estava sozinho. O general Hugo Abreu, chefe do Gabinete Militar, também discordava do luto oficial: “Inimigo é inimigo”.²⁷

Às 13h08 a bandeira do palácio do Planalto desceu a meio mastro.

Às 16h05 Juscelino Kubitschek retornou a Brasília à frente da maior manifestação popular da história da cidade. A imprensa estimaria em 350 mil pessoas a soma das multidões e dos cortejos que confluíram para o aeroporto, a catedral e o cemitério do Campo da Esperança. A catedral, onde seria rezada uma missa de corpo presente, estava lotada havia mais de uma hora. A aglomeração espichava-se até a praça dos Três Poderes.²⁸

JK entrou na igreja nos braços do povo e nos braços do povo voltou à rua. O ministro da Indústria e Comércio, Severo Gomes, acompanhou o cortejo em seu carro oficial. O presidente da Eletrobrás, Antonio Carlos Magalhães, no de um amigo. Petrônio Portella estivera na catedral: “O clima era de forte hostilidade ao governo. Cumprimentei a viúva, que se portou bem, e retirei-me”.²⁹

Era uma hostilidade cruel. A de quem sofre. Foram poucos os gritos de “Abaixo a ditadura” e muitas as entoações de “Peixe vivo”. O lamento da modinha dava a Juscelino Kubitschek afeto e saudade, sentimentos afastados da política brasileira desde 1964. JK foi sepultado

quase à meia-noite, sob a luz dos holofotes do Corpo de Bombeiros. Produzira sua última grandiosidade. Oito anos depois da edição do AI-5, trouxera o povo de volta às ruas.

Frota exagerara a amplitude e a profundidade do ódio político com que se perseguia Juscelino. O luto foi entendido como o que era, um luto. O general exagerara também a consistência de suas próprias convicções. Dois dias depois daquele surpreendente funeral, lia uma ordem do dia comemorativa do Dia do Soldado em que dizia: “O Brasil depende da união de todos nós, quaisquer que sejam nossos caminhos, destinos, origens e idades”.³⁰

A rua despertara em Frota os sentimentos de congraçamento e tolerância que ele reprovava dois dias antes. Se o general acreditasse no que disse na quarta-feira, não teria tentado negar ao Estado brasileiro, na segunda, a expressão do luto pela morte de um ex-presidente.

Deve-se ao coronel Argos Gomes de Oliveira, que servia na 5ª Região Militar, no Paraná, a única manifestação de desgosto pelo reconhecimento prestado a JK. Durante o governo Castello Branco colecionara acusações contra o ex-presidente e reclamava, numa carta ao general Figueiredo: “Estamos assistindo a ‘choradeira’ nacional pela morte de JK, muito bem urdida e explorada pelos comunas e seus eternos aliados irresponsáveis, os corruptos [...]. Isto está acontecendo [...] porque o ‘herói’ não foi para a cadeia”.

O protesto do coronel Argos vale mais pela resposta que Geisel escreveu à sua margem: “O lamentável é que as provas não eram provas de qualquer valor jurídico. Na realidade, eram indícios, embora todos soubéssemos da ladroeira consumada. Eu penso [que] não houve, nem haveria condenação”.³¹

O presidente retomaria o bordão: “A única solução para satisfazer o coronel é ir para a ditadura. Será que ele quer? Quem vai ser o ditador?”.³²

Os últimos meses da campanha eleitoral de 1976 revelaram um

Geisel diverso daquele que presidira o pleito de 74. O “camelô da Arena” lançara-se num desempenho de chefe político que jamais desejara. A coletânea de suas falas de 1974 traz a íntegra de cinco discursos feitos nos dois meses anteriores à eleição. Neles, referiu-se duas vezes à Revolução e outras duas ao povo.³³ Na coletânea de 1976 listaram-se 21 falas. Nelas, mencionou a Revolução em dezessete ocasiões e o povo, em cinqüenta.³⁴ A formulação mais sintética dessa mudança deu-se em Campinas, quando ele disse: “Povo e Governo caminham juntos, são uma coisa só. O Governo é um governo do povo e para o povo. Assim como a Revolução é uma revolução do povo”. A intenção, explicitou-a em Nova Iguaçu: “É preciso que o povo nos compreenda, que o povo nos ajude e que o povo nos apóie”. Estava nos palanques pedindo apoio. Em Teresina, doze dias antes da eleição, foi adiante: “Nós temos que aperfeiçoar o nosso regime político, vale dizer, aperfeiçoar a nossa democracia, essa tão sonhada democracia, tão decantada no papel por muitos, esquecidos, entretanto, da nossa realidade”.³⁵

Abertas as urnas da eleição municipal de 15 de novembro, a Arena proclamou-se vitoriosa. Elegera 3176 prefeitos, contra 614 do MDB. Refinando-se os números, prosseguia vitoriosa. Nos municípios onde houvera disputa, prevalecera em 2079 e perdera em 499.³⁶ Dissolvera-se o receio de um avanço maciço do MDB. O partido do governo conseguira preservar a solidez de sua base municipal.

Em 1974 o oficialismo errara nas previsões por otimista. Dois anos depois, errara-as por pessimismo. Em outubro, o SNI assegurara à Arena apenas 2460 prefeituras, deixando 777 indefinidas. Feitas as contas, o governo levava quase todos os municípios onde o Serviço não arriscara palpite.³⁷

Consumiram-se semanas na vã tentativa de comparar os números da eleição parlamentar de 1974 com os votos municipais de novembro. Heitor Ferreira expôs a Geisel a única comparação que lhe parecia possível: a dos votos dados a cada partido na composição das câmaras de vereadores com aqueles dados dois anos antes para a Câmara dos Deputados. Resultava que o governo vencera por 11,9

milhões de votos a 11 milhões. Vinha ganhando as eleições para as câmaras de vereadores por 11,3 milhões a 9 milhões. Heitor concluía que a Arena, além de majoritária, era um partido ascendente.³⁸

Já a Agência Central do SNI, embora reconhecesse a recuperação da Arena, listava maus augúrios:

1. O MDB tivera 1,4 milhão de votos a mais que a Arena nas eleições para as câmaras de vereadores das capitais e vencera em dez delas.³⁹ Sofrera duas derrotas surpreendentes, em Curitiba e no Recife, mas prevalecera em todas as outras capitais com mais de 350 mil eleitores.

2. Elegera os prefeitos em dez das catorze cidades com mais de 100 mil eleitores.

3. Nas 67 cidades com mais de 40 mil eleitores, tivera 94 mil votos a mais que a Arena.

O Serviço advertia: “Fica evidenciado o êxito alcançado pelo MDB nos centros de maior expressão eleitoral, inclusive nas capitais [...]; além disso, é preciso que se leve em conta que o MDB não concorreu às eleições em 1339 municípios”.⁴⁰

As análises divergentes do SNI e de Heitor Ferreira refletiam desejos e objetivos diversos. Um gostaria de frear. O outro, de acelerar.

No dia seguinte à eleição, o senador Petrônio Portella anunciou que o governo estava pronto para abrir uma rodada de negociações com o MDB, em busca de um acordo que permitisse a aprovação, pelo Congresso, das emendas constitucionais necessárias para uma reforma do Judiciário. Dizia isso com a autoridade de quem estava escolhido por Geisel para presidir o Senado. A raposa saía da toca.

Responsabilizado pelo desastre de 1974, Petrônio passara os últimos dois anos num paciente trabalho de bastidores. Deixara a presidência da Arena para um protegido, fixara-se na liderança da bancada do governo no Senado e, sobretudo, no gabinete do general Golbery. Camaleônico e cauteloso, movia-se sem rastros. Salvo na

costura do resgate do senador Leite Chaves, encobriria quase todos os seus movimentos. Sabia-se desprezado por uma parte da imprensa, detestado pela direita da Arena e vigiado pelos militares. Ganhara a confiança de Geisel e a estima de Golbery. Não cultivava generais, e só foi à sala do general Figueiredo no final de 1976.⁴¹ Tinha boas relações na oposição e um amigo no secretário-geral do MDB, deputado Thales Ramalho. Viam-se quase toda semana.⁴²

Pernambucano apaixonado pelo idioma e sem outro ofício além da política, Thales parecia-se, no elitismo e na frieza, com os marqueses do Império. Era um caso raro de anticomunista ostensivo no MDB. Valendo-se de uma fraternal amizade com o marechal Cordeiro de Farias, planejava, e presenciara, o encontro de Golbery com Ulysses Guimarães, em 1975. Verdadeiro mago na previsão de resultados eleitorais e embates parlamentares, movia-se, como Petrônio, na alma do Congresso.⁴³ Eram antigos conhecidos, do tempo em que, no Rio de Janeiro, militavam no movimento estudantil. (Petrônio, agora na Arena, outrora na esquerda. Thales, agora no MDB, então à direita.)⁴⁴ Na noite da edição do AI-5 Petrônio o procurara em casa, certo de que seria cassado. Compartilharam suas ansiedades numa mesa do restaurante Xadrezinho.⁴⁵

Thales sempre estivera convencido de que a ditadura não seria derrubada, iria embora. Conversara com Juscelino pouco antes de sua morte e contara-lhe o segredo do encontro com Golbery. O ex-presidente surpreendera-se ao verificar que aquilo acontecera e que levara tanto tempo para saber. Estimulou-o a buscar mais contatos: “Só há um meio de sair disso, é conversando com esse pessoal. Se tentarmos sair militarmente, seremos destroçados”.⁴⁶ JK pediu-lhe que organizasse uma reunião com Ulysses e Tancredo, para que discutissem o assunto. Duas semanas depois, numa estrada dos arrabaldes do Recife, Thales quebrou a bacia num desastre de automóvel. No mês seguinte, JK morreu na Dutra.

Thales Ramalho negociava com Petrônio Portella o caminho que o resultado da eleição de 1974 congelara: uma nova ordem

constitucional, sem o AI-5. A reforma do Judiciário era seu disfarce.

Na madrugada de 6 de dezembro de 1976 Maria Thereza Goulart dormia ao lado do marido no quarto da fazenda La Villa, em Corrientes, na Argentina. Tinham almoçado na cidade de Paso de los Libres. Viram mais uma vez a ponte que leva a Uruguaiana e ao Brasil, uma paisagem que lhes causava sofrida melancolia.⁴⁷ Jango conversara até tarde com o capataz, tomara um caldo e deitara-se. Sua mulher acordou com o barulho de uma janela e foi fechá-la: “Acendi a luz e fui ver. Voltei e apaguei a luz. Mas senti que ele estava respirando diferente e acendi a luz. Ele parecia sem ar e soltou a cabeça. Pensei que tivesse desmaiado. Chamei, sacudi e aí comecei a gritar. Saí correndo pelo mato de pijama para chamar o capataz. Ele veio armado pensando que era assalto. Pedi que ele pegasse o carro e chamasse um médico”.⁴⁸ Não havia mais nada a fazer. Aos 58 anos, João Goulart morrera. Vestido com um pijama e coberto por uma mortalha branca, o único presidente brasileiro morto fora de sua terra teve um curto velório na sede de sua fazenda.

Durante doze anos de exílio, Goulart tentara negociar seu retorno inúmeras vezes. Um primo de Getúlio Vargas conversara com Orlando Geisel e Golbery. Um antigo ajudante-de-ordens escrevera a Figueiredo.⁴⁹ O ex-presidente queria apenas viver em paz, sem ser humilhado. A ditadura sabia que ele pusera para correr os enviados de um grupo ultra-esquerdista argentino.⁵⁰ Purgara dez anos de cassação, passara incólume por uma dezena de inquéritos, mantivera-se afastado das últimas eleições municipais, nunca ofendera os governantes brasileiros, nem se colocara na primeira linha das denúncias contra os crimes da ditadura. Vivia como um próspero estancieiro, cuidando de uma grande fazenda na Argentina, duas no Uruguai e no Paraguai. Coisa de 20 mil hectares. A elas se somavam 14 mil hectares em São Borja e outros 48 mil no Pantanal mato-grossense.⁵¹ Pode-se estimar que as propriedades rurais, urbanas e os capitais investidos de Jango totalizassem um patrimônio de 30 milhões de dólares.

Em setembro, diante da notícia de que ele estava disposto a arriscar a travessia, o general Frota determinara: “João Goulart deverá ser imediatamente preso e conduzido ao quartel da PM, onde ficará em rigorosa incomunicabilidade, à disposição da Polícia Federal”.⁵²

A ditadura espezinhava João Goulart, como se quisesse chamá-lo para a briga que ele evitou em abril de 1964. Jango morrera sem chão. Seus últimos meses de vida foram tensos e sofridos. Tentara obter um visto de residência permanente no Uruguai, para livrar-se dos constrangimentos impostos aos asilados, mas fora rechaçado. Não queria mais ficar na Argentina. Sentia-se ameaçado pela pistolagem das ditaduras. Pretendia passar um tempo na Europa, em Londres, com os filhos, ou em Paris, num pequeno apartamento.⁵³ Emagrecera, parara de beber, mas continuava fumando (dois maços por dia). Com um passado de cardiopata relapso já atingido por dois enfartes, seu fôlego não resistia a uma caminhada.⁵⁴ Morto, Jango não era o que fora. Transformara-se naquilo que se temia que fosse. A ditadura fabricou uma alucinação, associando o temor que tivera das colunas esquerdistas de 1964 ao medo que teve da multidão que carregou o caixão de JK pelas ruas.

Fala a Censura: “De ordem superior, fica proibida a divulgação, através do rádio e da televisão, de comentários sobre a vida e a atuação política do Sr. João Goulart. A simples notícia do falecimento é permitida, desde que não seja repetida sucessivamente”.⁵⁵

O corpo do ex-presidente ainda estava no quarto de dormir de La Villa quando, em Uruguaiana, o comandante da 2ª Brigada de Cavalaria Mecanizada, general Mário Galvão Carneiro da Cunha, acordou o delegado da Polícia Federal e transmitiu-lhe a ordem recebida do Ministério do Exército: o cortejo não poderia passar. Silvio Frota determinara que se a família quisesse levar o corpo de Jango para São Borja, deveria fazê-lo de avião.

Um representante da família ligou para o superintendente da Polícia Federal no Rio Grande do Sul. Era o coronel Solon d’Avila, que consultou o vice-presidente Adalberto Pereira dos Santos, seu amigo do

tempo da guerra. O general consultou Geisel: “O pedido era para que o corpo entrasse por Uruguaiana e eu concordei, desde que o séquito fosse margeando até São Borja. Não podia ficar passeando pelas cidades do Rio Grande”.⁵⁶

No início da tarde uma garoa abafava o ar quente em Paso de los Libres. O carro com o caixão de Goulart tomou o caminho da ponte que ele vira na véspera. Parou na alfândega, e lá receberam as notícias de Brasília. Deveriam seguir pela Argentina, até San Tomé. Atravessariam o rio Uruguai numa balsa e alcançariam São Borja. Isso triplicaria a duração da viagem. Havia poucos dias Jango dissera a um amigo que não aceitava voltar ao Brasil “como boi de contrabando”.⁵⁷ Era o que o governo tentava impor ao ex-presidente morto.

Depois de cerca de uma hora de negociações, João Goulart poderia entrar em Uruguaiana, desde que acompanhasse um veículo da Polícia Federal e os 180 quilômetros de estrada fossem percorridos sem parada. Quando a viúva quis parar por alguns minutos, disseram-lhe que devia pedir que aumentassem a velocidade do carro em que estava, ganhando tempo para juntar-se novamente ao cortejo quando ele passasse. Em Brasília, Geisel negou a Jango o luto oficial que dera três meses antes a Juscelino Kubitschek. Mais uma vez, a bandeira do Congresso, depois de ter sido hasteada a meio pau, foi obrigada a arrender-se.⁵⁸

No final da tarde, os sinos da igreja de São Francisco de Borja anunciaram a entrada de João Goulart na cidade onde nascera. Atrás dele vinham quinhentos veículos. Era o segundo filho da terra que, tendo chegado à Presidência da República, regressava morto, num cenário de sacrifício. O outro fora Getúlio Vargas, seu amigo e protetor. Havia mil pessoas na praça, debaixo de chuva. “Um silêncio e um medo pavorosos”, lembraria Cláudio Braga, secretário de Goulart desde 1967. Ainda assim, deram-se alguns gritos a “Jango”.⁵⁹ O velório duraria toda a noite, esperando por seus filhos, que viviam na Inglaterra.

Denise Goulart chegou à igreja pouco depois das onze da manhã. Veio com o irmão, João Vicente. O caixão estava coberto pela bandeira

brasileira, e um grupo de senhoras pediu a Denise que o cobrisse também com uma faixa branca onde se lia, em letras vermelhas: “Anistia”.

Pelo plano da Polícia Federal, o caixão iria para o cemitério no carro fúnebre que o trouxera. Uma multidão calculada em 30 mil pessoas levou Jango nos braços. Foi um percurso de menos de um quilômetro por ruas enlameadas. Perto do jazigo onde discursara em 1954 diante do esquife de Getúlio Vargas, Tancredo Neves voltou a falar: “Na mensagem solene que se traduz nesta cerimônia de hoje, há uma advertência que se reflete em todas as consciências: ‘É que ainda existem brasileiros que esperam voltar à Pátria’”.⁶⁰

A tolerância do governo com o funeral de JK converteu-se em malvadeza no de Jango. A tentativa de impedir que o cortejo do ex-presidente se transformasse numa coluna do oposicionismo gaúcho produziu uma manifestação humilhada e triste. A ditadura quis tirar qualquer conteúdo político ao funeral de Goulart. Quase conseguiu. Com a faixa de letras vermelhas que colocou sobre o caixão do pai, Denise Goulart deu à morte de Jango uma grandeza imprevista. No dia seguinte a palavra *anistia* estava na primeira página do *Jornal do Brasil*.⁶¹

Em dezembro de 1976 a campanha pela anistia tinha as características do gênero: era ao mesmo tempo uma conquista remota, mas inevitável. Dois anos antes, quando Therezinha Godoy Zerbine e outras nove senhoras criaram em São Paulo o Movimento Feminino pela Anistia, parecera coisa de parentes de militares cassados. Ela era a mulher de um dos oficiais mais prestigiosos do “dispositivo” janguista. Em menos de quatro meses levava a Brasília um manifesto com 12 mil assinaturas.⁶² Juntava-se à luta do marechal Pery Bevilacqua, persistente defensor da anistia desde 1966.

Na conta de Therezinha Zerbine, havia 5 mil brasileiros exilados e trezentos presos.⁶³ Nas contas do governo, cerca de 7 mil pessoas foram

cassadas, banidas, aposentadas ou atingidas por outra modalidade de arbítrio.⁶⁴ Ela foi de porta em porta, do gabinete de Golbery à presidência da CNBB. Conseguiu que o senador Franco Montoro lesse seu manifesto da tribuna. O SNI achou-a em julho de 1976, colando cartazes na reunião da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, em Belo Horizonte, e viu-a como parte da “especial atenção do Movimento Comunista Internacional” para com o Brasil.⁶⁵

1 *Diário de Heitor Ferreira*, 4 de dezembro de 1976.

2 Uma pasta com dois maços de papéis, de 30 de dezembro de 1974. Num, um expediente do Conselho de Segurança. Noutro, notas manuscritas de Geisel. APGCS/HF.

3 Ernesto Geisel, *Discursos*, vol. 3: 1976, p. 89.

4 Relatório de Rubem de Azevedo Lima a Cláudio Abramo, narrando a conversa reservada de Geisel com cinco jornalistas, no palácio do Planalto, ocorrida no dia 20 de julho de 1976. APGCS/HF.

5 Para o Mobral, depoimento do general Moraes Rego, em *A volta aos quartéis*, organizado por Maria Celina d'Araújo, Gláucio Ary Dillon Soares e Celso Castro, p. 64. Para o financiamento ao Guarani, bilhete de Heitor Ferreira a Golbery, que o respondeu. Sem data, provavelmente de outubro/novembro de 1976. APGCS/HF.

6 *Folha de S.Paulo*, 12 de junho de 1976, pp. 1 e 3.

7 *Folha de S.Paulo*, 12 de junho de 1976, p. 1.

8 Relatório de Rubem de Azevedo Lima a Cláudio Abramo, narrando a conversa reservada de Geisel com cinco jornalistas, no palácio do Planalto, ocorrida no dia 20 de julho de 1976. APGCS/HF.

9 *Correio Braziliense*, 23 de agosto de 1976, p. 1. Claudio Bojunga, *JK, o artista do impossível*, p. 701, e Ronaldo Costa Couto, *Brasília Kubitschek de Oliveira*, pp. 319-20. Para a controvérsia sobre o episódio, *Relatório final — Comissão Externa destinada a esclarecer em que circunstância ocorreu a morte do ex-presidente Juscelino Kubitschek, em 22 de agosto de 1976, em acidente rodoviário ocorrido na Rodovia Presidente Dutra, Quilômetro 165, no município de Resende*, Câmara dos Deputados, Brasília, 2001.

10 *Diário de JK*, 26 de julho de 1976.

11 JK encontrou-se no dia 11 de fevereiro de 1975 com o ex-embaixador americano no Brasil John Moors Cabot. Muito provavelmente, encontrou-se com o general Vernon Walters, vice-diretor da Central Intelligence Agency (20 de julho de 1974). Almoçou com o ex-ministro Mário Andreazza (31 de maio de 1976) e jantou com o general Affonso Albuquerque Lima (15 de junho de 1976). Além disso, encontrou-se quatro vezes com o deputado Tancredo Neves (15 de outubro de 1973, 25 de março, 3 e 18 de junho de 1976). Em nenhum dos casos detalhou as conversas.

12 *Correio Braziliense*, 24 de agosto de 1976, 2º caderno, p. 16.

13 *Diário de JK*, 17 de julho de 1976.

14 Claudio Bojunga, *JK, o artista do impossível*, p. 669.

- 15 *Diário de JK*, 1º, 6 e 14 de julho de 1976.
- 16 Para a retina, *Diário de JK*, 19 de fevereiro de 1976. Para o fígado, idem, 30 de abril de 1976.
- 17 Para as seqüelas da cirurgia, depoimento do médico José Bolívar Brant Dumont, em Ronaldo Costa Couto, *Brasília Kubitschek de Oliveira*, pp. 299-301.
- 18 *Diário de JK*, 5 de agosto de 1976.
- 19 *Correio Braziliense* (pp. 4, 5 e 13) e *Folha de S.Paulo* (pp. 1, 10 e 11), ambos de 24 de agosto de 1976.
- 20 *Folha de S.Paulo*, 24 de agosto de 1976, p. 12.
- 21 Na época a Assembléia funcionava na Cinelândia, onde hoje funciona a Câmara dos Vereadores.
- 22 *O Globo* (p. 8) e *Jornal de Brasília* (p. 8), ambos de 24 de agosto de 1976.
- 23 *Folha de S.Paulo*, 24 de agosto de 1976, p. 5.
- 24 “Diário de Armando Falcão, 23 de agosto de 1976”, em Falcão, *Tudo a declarar*, p. 391.
- 25 *Folha de S.Paulo*, 24 de agosto de 1976, p. 5.
- 26 “Diário de Armando Falcão, 23 de agosto de 1976”, em Falcão, *Tudo a declarar*, p. 391.
- 27 José Maria de Toledo Camargo, *A espada virgem — Os passos de um soldado*, p. 182.
- 28 *Correio Braziliense*, 24 de agosto de 1976, pp. 10-1.
- 29 “Diário de Armando Falcão, 23 de agosto de 1976”, em Falcão, *Tudo a declarar*, p. 121.
- 30 *Folha de S.Paulo*, 25 de agosto de 1976, pp. 1 e 4.
- 31 Carta do coronel Argos Gomes de Oliveira a Figueiredo, de 24 de agosto de 1976, anotada por Geisel. No dia 11 de outubro de 1982 esse mesmo coronel mandou outra carta a Figueiredo, criticando-o. Ele escreveu: “É louco!”. APGCS/HF.
- 32 Anotação de Geisel numa carta do coronel Argos Gomes de Oliveira a Figueiredo, de 24 de agosto de 1976. APGCS/HF.
- 33 Ernesto Geisel, *Discursos*, vol. 1: 1974. Desprezaram-se os discursos feitos no exterior e aqueles pronunciados no Brasil durante a visita de governantes estrangeiros.
- 34 Ernesto Geisel, *Discursos*, vol. 3: 1976.
- 35 Idem, pp. 269, 294 e 314.
- 36 Uma folha, com os dados eleitorais de 1976, anotada por Heitor Ferreira, e *Apreciação Especial*, do SNI, de 20 de novembro de 1976. APGCS/HF.
- 37 *Informação n° 280/15/AC*, do SNI, de outubro de 1976. APGCS/HF.
- 38 Nota de Heitor Ferreira a Geisel, de 21 de novembro de 1976. APGCS/HF.
- 39 Os prefeitos das capitais não eram eleitos, mas escolhidos pelo governador do estado.
- 40 *Apreciação Especial*, do SNI, de 20 de novembro de 1976. APGCS/HF.
- 41 Dois bilhetes de Heitor Ferreira a Figueiredo, um pedindo-lhe que receba Petrônio, e outro em que o encontro é agendado para 25 de novembro de 1976, ambos sem data. APGCS/HF.
- 42 Thales Ramalho, julho de 1999.

43 Thales Ramalho acertou todas as vitórias do MDB na eleição de 1974 para o Senado. Errou apenas com a previsão de vitória para Mato Grosso. *Folha de S.Paulo*, 8 de novembro de 1974, p. 4.

44 Para a posição de Petrônio e Thales no movimento estudantil nos últimos anos da década de 40, Roberto Gusmão, maio de 1999. Petrônio foi secretário da revista *Movimento*, da União Metropolitana dos Estudantes.

45 Thales Ramalho, maio de 1999.

46 Idem. Thales localiza essa conversa no dia 4 de julho de 1976. JK registra um encontro com ele, durante um jantar, no dia 23 de maio de 1976.

47 Depoimento de Eva de León Gimenez à Comissão Externa da Câmara.

48 *Folha de S.Paulo*, 23 de novembro de 1997, p. 16.

49 Conversa de Golbery com Ernesto Geisel, 6 de dezembro de 1974, e carta do tenente-coronel Ernani Correa de Azambuja a Figueiredo, de 11 de outubro de 1974. APGCS/HF.

50 *Diário de Heitor Ferreira*, nota apensa à entrada de 13 de fevereiro de 1973, intitulada *Resumo da Conversa com Cordeiro*. Conversa de Golbery com Geisel, 30 de janeiro de 1974, APGCS/HF. Nessa ocasião Jango foi procurado pelo ERP.

51 Cláudio Braga, dezembro de 2003. Depoimento de Deoclécio Barros Motta à Comissão Externa da Câmara. Em seu depoimento à Comissão, João Vicente Goulart refere-se a duas fazendas no Uruguai.

52 Telegrama do ministro Sylvio Frota ao Departamento Geral de Investigações Especiais da Secretaria de Segurança Pública do Rio, em *Folha de S.Paulo* de 21 de maio de 2000, “Telegrama revela plano contra Goulart”, de Luís Antonio Ryff e Mário Magalhães, p. A14.

53 Para a decisão de ir morar em Londres, entrevista de Maria Thereza Goulart a Mauricio Dias, “O último dia de Jango”, em *Jornal do Brasil* de 19 de maio de 2000, p. 12. Para a decisão de passar alguns meses em Paris, depoimento de João Vicente Goulart à Comissão Externa da Câmara dos Deputados, destinada a esclarecer em que circunstâncias se deu a morte do ex-presidente João Goulart.

54 O primeiro enfarte de Jango ocorreu em 1963, durante uma visita oficial ao México. O segundo, em 1964, no Uruguai, de acordo com o depoimento de seu filho à Comissão Especial da Câmara, junho de 2000.

55 *Jornal do Brasil*, 7 de dezembro de 1976, p. 18.

56 Ernesto Geisel, dezembro de 1986.

57 Entrevista de Cláudio Braga em *Jornal do Brasil* de 20 de maio de 2000, p. 11.

58 José Mitchel, “Destino de Jango detonou crise”, em *Jornal do Brasil* de 7 de maio de 2000, p. 21.

59 *Jornal do Brasil*, 8 de dezembro de 1976, p. 17.

60 Idem.

61 *Jornal do Brasil*, 8 de dezembro de 1976.

62 Therezinha Godoy Zerbine, *Anistia — Sementes da liberdade*, p. 7.

63 Em 2003 tramitavam no Ministério da Justiça 20 mil ações de cidadãos que pediam reparações ao governo. *O Estado de S. Paulo*, 3 de junho de 2003, p. A6.

64 Duas folhas, sem assinatura, de 31 de dezembro de 1978. Esse levantamento totaliza 5396 punições num quadro, ressaltando que podem ocorrer casos de dupla ou de tripla contagem. Noutro quadro, somam 1387 punições militares. APGCS/HF.

65 *Apreciações Sumárias nº 29 e 14*, do SNI, de 2 de agosto e 12 de abril de 1976. AEG/CPDOC.

PARTE III A cama de Alice

A surpresa de Alice¹

Golbery costumava comparar a política de abertura à “cama de Alice, que está num lugar quando ela vai dormir e noutro quando ela acorda”. Tratava-se da seguinte passagem de *Alice no país das maravilhas*: “Como tudo está esquisito hoje! E ontem as coisas aconteciam exatamente como de costume. Será que fui trocada durante a noite? Deixe-me pensar: eu *era* a mesma quando me levantei esta manhã? Tenho uma ligeira lembrança de que me senti um bocadinho diferente. Mas, se não sou a mesma, a próxima pergunta é: ‘Afim de contas quem sou eu?’ Ah, *este* é o grande enigma!”.²

Quem era quem no final de 1976? Três anos de abertura haviam mudado a cena política. Como Alice, a ditadura e a oposição sentiam-se diferentes.

A capacidade desmobilizadora do regime refluía. Se de 1964 a 1973 cada mudança da ditadura correspondera a um novo grau de desmobilização, depois das eleições de 74, em apenas dois anos, dera-se o inverso. A sociedade mobilizava-se, de forma lenta, gradativa e segura. Nem o governo nem a oposição sabiam com que velocidade e em que direção ela seguiria. A distensão passara por surtos de autoritarismo, mas Geisel conseguira preservar seu principal objetivo: jamais avançar até um ponto de onde fosse necessário abandonar uma posição demarcada. De um lado, a oposição queria mais. De outro, as mudanças haviam sido suficientes para que o ministro do Exército

acreditasse que a ditadura sofria influências socialistas. Não estava só. O general Milton Tavares de Souza, poderoso chefe do CIE no mandato de Medici, a quem Geisel via como um radical disciplinado e respeitável, advertia: “Há uma poeira vermelha nos olhos do povo e de grande parte das autoridades brasileiras”.³

O MDB impusera-se como partido oposicionista e começava a se apresentar como alternativa de poder. Dissolvidas, as siglas ultra-esquerdistas dos primeiros anos da década haviam-se convertido em redes de relações pessoais, fonte de denúncias dos crimes do regime. O que sobrou, até de nome mudara. A AP e um pedaço do MR-8 transformaram-se num grupo denominado Refazendo. O PC do B, tendo-se aproximado de uma facção esquerdista da Igreja, embutira-se no movimento Caminhando.

Pode-se estimar que houvesse nessa época entre 2 mil e 5 mil exilados, quase todos espalhados pela Europa. Eles já não aguardavam a hora do retorno triunfal, mas uma anistia ainda implausível, cuja negociação passava necessariamente pelo governo. O desterro que lhes assegurara a liberdade inibira a militância. *Joana*, exilada desde 1974, quando abandonou a clandestinidade, contava: “Cheguei a sonhar várias vezes com companheiros que tinham sido assassinados e que me diziam em sonho: ‘Puxa, que legal, você está aí, você está continuando, está tudo bem’. De repente você não está mais nada, não está continuando nada, está lavando as fraldas!”.⁴ Exilado desde 1968, o ex-deputado Marcio Moreira Alves antecipava com frieza o futuro da diáspora: “A luta desenvolveu-se sem eles e [...] o comando dessa luta provavelmente não lhes será oferecido numa bandeja de prata. Poderão até voltar nos braços do povo, mas esses braços serão de acolhida e não braços que os levantem como estandartes”.⁵

Em 1967, o cineasta Glauber Rocha vocalizara sua simpatia premonitória pela luta armada. Paulo, o intelectual de *Terra em transe*, amaldiçoara: “Este povo, cuja tristeza apodreceu o sangue, precisa da morte mais do que se possa supor”.⁶ Dez anos depois, foi a poesia quem melhor captou um país diferente. O grupo Nuvem Cigana, que

publicava livretos com os versos de autores cariocas desconhecidos, lançou o *Almanaque Biotônico Vitalidade*, em cuja apresentação informava:

CONTRA-INDICAÇÃO

*não deve ser ministrado
àqueles que propõem a
morte como única forma
de vida⁷*

Muitas coisas tinham acontecido. A mais profunda fora uma inexorabilidade demográfica. O Brasil tinha 110 milhões de habitantes. Sua população urbana estava em cerca de 70 milhões. Nela havia cerca de 7 milhões de jovens entre os dezenove e os 23 anos.⁸ Eles eram a maioria numa população de 1 milhão de estudantes universitários.

Tinham entre sete e onze anos quando João Goulart foi deposto, entre onze e quinze na noite do AI-5. Para eles, a Revolução de 1964 era algo tão distante quanto fora o fim da Primeira Guerra para o tenente Geisel. Cresceram longe da mitologia do poder bolchevique. Seus pais tinham visto a entrada do Exército Vermelho em Berlim e ouvido os bips do Sputnik em órbita ao redor da Terra. Os filhos viram a entrada das tropas russas em Praga e o passeio de um americano na Lua. Ouviam o silêncio dos dissidentes da ditadura do proletariado. As livrarias vendiam *Arquipélago Gulag*, do escritor Alexander Soljenitsin, um mapeamento dos campos de concentração comunistas, contrabandeado para o Ocidente. A lenda cubana partira-se em duas lascas. Numa ficara o fracasso do Che na Bolívia. Na outra, a ditadura de Fidel em Havana. A Guerra do Vietnã terminara, e os encantadores vietcongues tornaram-se algozes de um povo que fugia do país em jangadas de junco. A juventude de 1976 associava a ditadura de esquerda à de direita que lhe impunha o “sufoco”. Na expressão cruel do jovem filósofo francês André Glucksmann: “Brejnev c’est Pinochet”.

O pedaço dessa mocidade que se alinhava com a oposição não carregava derrotas. Adolescentes durante o surto terrorista, votaram pela primeira vez em 1974, e presenciaram a vitória do MDB. Era a ditadura que tinha medo deles, não eles dela. Em maio de 1975, ao saber da greve da ECA, Geisel perguntara: “Como é que está o negócio dos estudantes? Estão buscando solidariedade, temos que liquidar o foco”.⁹

A lógica do regime fazia supor que houvesse alguma semelhança entre esse movimento estudantil e o de 1968. Analisando a greve na ECA e outra, de universitários baianos, o Centro de Informações e Segurança da Aeronáutica (CISA) atribuíra exigências absurdas aos “líderes estudantis comunistas” e explicara o fato de os jovens não terem saído às ruas com a hipótese de que “as lideranças [...] tenham julgado não haver chegado, ainda, o momento propício a um confronto”.

Avisara:

Parece não haver dúvidas de que o que está ocorrendo, na área universitária, é um teste de comando comunista [...] É possível que novas agitações [...] sejam desfechadas, e níveis mais elevados de agressividade sejam intencionalmente atingidos. [...] Se um ou mais estudantes for vitimado (e ninguém saberá ao certo, por quem), haverá excelente motivo a ser explorado pela propaganda comunista mundial, contra o Governo brasileiro, sob a regência do Movimento Comunista Internacional, ou dizendo, às claras, sob a batuta do governo soviético, comandando o Partido Comunista da União Soviética e, através deste, os demais Partidos Comunistas [...].¹⁰

Engano completo. Em 1968, uma parte da juventude estudantil divergira do PCB, mas tivera-o como aliado anacrônico. Em 1976, o Partidão, aliado ao MDB, era um suspeito para a militância radical, ativa e predominante das universidades.

Sucedera uma mudança no meio intelectual brasileiro. Nela, silenciosamente, o Partido Comunista perdera a hegemonia cultural que mantinha desde 1945. Ou, para usar uma expressão de Daniel Pécaut, perdera a chave do “acesso à modernidade”.¹¹ Uma mistura de talento, compadrismo e sacralização associara ao Partidão os maiores nomes da inteligência nacional. O melhor exemplo dessa anomalia, e de sua conexão com a cultura oficial, esteve na glorificação da arquitetura de Oscar Niemeyer, contemporânea da esquecida suavidade funcional de Affonso Eduardo Reidy (criador do Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro). Havia menos espaço para o lirismo de Alberto Guignard do que para o miserê chique de Candido Portinari, ou para as repetitivas marinhas do pintor-marujo José Pancetti. A seca nordestina, dominada pela obra de Graciliano Ramos, não deixava lugar para *O Quinze*, de Rachel de Queiroz. *Os donos do poder*, a construção weberiana de Raymundo Faoro, tornara-se obra rara logo depois do esgotamento da primeira edição, no final dos anos 50. Esperara dezessete anos pela segunda e chegara à terceira em dois. Já a historiografia marxista de Nelson Werneck Sodré era sistematicamente republicada. Festejava-se o trânsito da direita para a esquerda, como ocorrera com Alceu Amoroso Lima, mas não se tolerava a mutação de Gilberto Freyre do centro para a direita. Mesmo censurado, Nelson Rodrigues nunca recebera da esquerda a solidariedade que ela cobrava na defesa de seus intelectuais, às vezes perseguidos por uma militância de todo estranha à produção cultural. Pelo contrário. Em 1950, Nelson foi chamado de “cloaca do que a classe dominante tem de mais podre e escatológico”.¹² Em 1966, os comunistas guardaram silêncio quando se proibiu a venda do romance *O casamento*.¹³

A natureza autoritária dessa nobiliarquia esquerdista não estava só na imposição dos eleitos, mas no controle da pluralidade. Os abençoados do PCB eram sacrários da rosa do povo. Quanto aos outros, viviam sob a suspeita da alienação. A influência do partido, e daquilo que se poderia chamar de esquerda tradicional, não bastava para anular intelectuais. Apenas os abafava. Manuel Bandeira e João Cabral

de Mello Neto não se diferenciavam pela poesia, mas porque um fora amigo do rei, comensal do presidente Castello Branco, enquanto o outro escrevera *Morte e vida Severina* e sofrera por ter aderido ao comunismo. A maior editora do país, a Civilização Brasileira, pertencia ao comunista Ênio Silveira. Foi dela a iniciativa de traduzir (durante a ditadura) quase toda a obra do pensador comunista italiano Antonio Gramsci, tornando-o um autor mais publicado no Brasil que nos Estados Unidos e, provavelmente, na França. Tudo isso numa moldura que não apreciava o novo cinema francês, o romance de Marcel Proust, as angústias de Franz Kafka, a arte abstrata (com indulgência para Pablo Picasso), o rock'n'roll e a psicanálise.

O moralismo estatutário dos comunistas os havia afastado das bandeiras de 1968 que, tendo sobrevivido à restauração conservadora, impuseram-se à cultura ocidental: a liberdade sexual, a descriminação moral da droga e o experimentalismo artístico. Como observou Gilberto Velho, documentando a mudança de rumo de um grupo de 25 jovens adultos da elite carioca, quase todos com curso superior: “Ser marxista passa a ser, progressivamente, um estigma [...] demonstração insofismável de ‘caretice’”.¹⁴ Nos gramados da Universidade de São Paulo, a cautela e a postura de militância heróica dos comunistas valeram-lhes dois apelidos: *Cuecão* e *Meia Oito*.¹⁵

Indo além do PCB, as ortodoxias marxistas perderam influência. Iniciara-se o declínio da cultura de engajamento, na qual a vitória da revolução significava objetivo e clímax das existências. Se ao fim da ditadura de Vargas correspondeu o sucesso d’*Os subterrâneos da liberdade*, romance em que Jorge Amado esculpira o mulato comunista Carlos (Marighella), desafiando torturadores, em 1977 lia-se *Zero*, de Ignácio de Loyola Brandão, onde havia um personagem oposto: “Sabe, tem gente que tem neurose de guerra. Ele tem neurose de heroísmo”.¹⁶ A nova geração suspeitava da estética da resistência. Aos 24 anos, a poeta Ana Cristina Cesar, aluna do curso de letras da PUC carioca, reclamava da “literatura de solidariedade” e do “realismo populista” que espargia “simpatia por qualquer produto ‘perseguido’”.¹⁷ Numa carta de

junho de 1976, ela explicitaria um dos aspectos da perplexidade de Alice: “Teve época que eu piamente acreditei que bastava ter opiniões de esquerda pra ser de esquerda. A ideologia vinha primeiro. É a política alucinatória”.¹⁸

Terminava a época das alianças automáticas. Pensava-se que se poderia fundar um partido de esquerda juntando veteranos de 1964, mas o professor Antonio Candido de Mello e Souza surpreendeu-se ao ver que seu amigo Fernando Henrique Cardoso, fugaz militante do PCB nos anos 50, mostrava-se “bastante crítico em relação a nós, antigos socialistas, que visivelmente lhe parecíamos saudosistas”.¹⁹ Em 1977, no ABC paulista, militantes da Liga Operária²⁰ foram ao Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo para pedir aos trabalhadores que organizassem um protesto contra a prisão de três de seus quadros. Foram recebidos pelo presidente, eleito dois anos antes com 97% dos votos dos operários. Ele lhes mostrou que não misturaria sindicato com socialismo.

Chamava-se Luiz Inácio da Silva, Lula. Tinha 31 anos, língua presa e sotaque nordestino. Descera de Garanhuns, com a mãe, num pau-de-arara. Chegaram a São Paulo em 1952, buscando o pai, que carregava sacos de café no porto de Santos.²¹ Vendera amendoim e doces nas ruas, e aprendera a ler aos dez anos.²² Tornara-se metalúrgico aos catorze, mas só entrara na sede do sindicato aos 22.²³ Vivera a expansão industrial paulista, durante a qual, num raro processo histórico, a classe operária triplicara.²⁴ Em apenas dezoito anos, a indústria automobilística brasileira saíra da irrelevância para a lista das dez maiores do mundo. Em 1976, o ABC produzia perto de 1 milhão de veículos por ano. Para muita gente, o jovem presidente do Sindicato de São Bernardo ainda era o irmão do militante comunista José Ferreira da Silva, apelidado *Frei Chico* por conta de uma calva que parecia tonsura. Lula devera sua entrada na diretoria do sindicato ao irmão, mas era um personagem mais complexo, novo.

Tivera um dedo decepado por uma prensa. Uma hepatite matara-lhe a mulher, grávida. Casara-se com a viúva de um motorista de táxi assassinado.²⁵ Na noite de 4 de novembro de 1969, quando os locutores que transmitiam o jogo Corinthians x Santos anunciaram que a polícia havia matado Carlos Marighella, sua preocupação continuou onde estivera: na vitória do *Timão*, que fechara o primeiro tempo em 2 x 0. Queimara o rosto estourando rojões na comemoração da conquista da Copa, em 1970. No tempo do Milagre a vida do trabalhador parecera-lhe “um sonho”: “As empresas disputavam os empregados nas portas das fábricas, oferecendo condições e salários melhores”.²⁶ A oferta de empregos para metalúrgicos em São Bernardo crescia uma média de 8,3% ao ano.²⁷ É dessa época a primeira viagem internacional de Lula. Vinte anos depois de ter vindo para o Sul de caminhão, foi para o Japão de jato. Passou pelos Estados Unidos e deixou lembranças no programa de sindicalismo da Universidade Johns Hopkins.²⁸ Conseguiu que a Justiça do Trabalho obrigasse as empresas a computar as horas extras no cálculo do 13º salário e das férias, e expandisse a estabilidade das gestantes por dois meses além do parto.²⁹ Tivera o governador de São Paulo na posse e numa festa do sindicato. Afastava-se prudentemente do radicalismo esquerdista.³⁰ Nessa articulação, a professora Maria Hermínia Tavares de Almeida já percebera que os operários de São Bernardo construía uma “nova corrente sindical”: “Algo próximo do ‘sindicalismo de negócios’ (*business union*) norte-americano: combativo, ‘apolítico’, solidamente plantado na empresa, tecnicamente preparado para enfrentar e resolver os problemas gerais e específicos de seus representados”.³¹

Dissociando-se do corporativismo trabalhista deixado pelo Estado Novo e das clivagens políticas trazidas pela ditadura, era uma novidade.

Até a praia mudara. Movera-se a esquina da rua Montenegro,³² derradeira sede da nobreza esquerdista próxima ao PCB. Em 1976, a “praia” ficava algumas dezenas de metros adiante, na frente do hotel Sol

Ipanema. Lá estavam “garotas de batom vermelho com sovacos e pernas cabeludas e pentelhos, muitos pentelhos, escapando dos biquínis compostos de cuecas zazá e sutiãs de lenços indianos, além de desejos de inaugurar novos comportamentos”.³³

O general Milton Tavares de Souza achava que “nada de importante acontece no país sem a ação dos comunistas”, mas a direção do PCB, reunida em Moscou, numa das dachas de Stalin, já começava a duvidar da sua influência política no Brasil.³⁴ A garotada foi para a rua, e o Partidão estava fora dessa. Os jovens tinham a praia do Sol Ipanema na cabeça, a graça do *Pasquim* no repertório e os artigos de *Opinião* na bolsa de couro cru.

Os estudantes voltaram à vida política nacional logo depois do início do ano letivo de 1977. A PUC do Rio juntou 5 mil debaixo dos seus pilotis e fez uma greve de dois dias.³⁵ Em seguida, a Universidade de São Paulo resolveu sair à rua. Planejavam uma passeata que cortaria a cidade, terminando no centro. O governo respondeu com um bloqueio que mobilizou dezenas de milhares de policiais e produziu um engarrafamento monumental. A moçada contentou-se em marchar até um largo próximo à escola. Calculou-se que a passeata juntou 2500 pessoas. Uma faixa que pedia mais verbas para a educação ia à frente. Outras, atrás, revelavam o verdadeiro propósito da manifestação: queriam “liberdades democráticas”.³⁶ “Parecia um sonho. Estávamos novamente na rua”, contaria mais tarde a jornalista Renata Rangel.³⁷

1 Uma versão deste capítulo foi publicada no livro *Cultura em trânsito 70/80 — Da repressão à abertura*, de Heloisa Buarque de Hollanda, Zuenir Ventura e Elio Gaspari, pp. 12-37.

2 Lewis Carroll, *Alice — Edição comentada, Aventuras de Alice no país das maravilhas & Através do espelho*, pp. 20-1.

3 *O Estado de S. Paulo*, 2 de outubro de 1976, p. 14.

4 *Memórias das mulheres no exílio*, de Albertina de Oliveira Costa, Maria Teresa Porciúncula Moraes, Norma Marzola e Valentina da Rocha Lima, p. 337. (O depoimento de Joana é de julho de 1977.)

5 Marcio Moreira Alves, em *De muitos caminhos*, organizado por Pedro Celso Uchoa

Cavalcanti e Jovelino Ramos, p. 236. (A primeira edição dessa obra é de novembro de 1976.)

6 Ismail Xavier, *Alegorias do subdesenvolvimento — Cinema Novo, tropicalismo, cinema marginal*, p. 59.

7 Heloisa Buarque de Hollanda, *Impressões de viagem*, p. 116.

8 *Anuário estatístico do Brasil — 1977*, p. 122.

9 *Diário de Heitor Ferreira*, 22 de maio de 1975.

10 *Documento de Informações nº 046/CISA*, de 24 de novembro de 1975. APGCS/HF.

11 Daniel Pécaut, *Os intelectuais e a política no Brasil*, pp. 143 e 145.

12 Artigo assinado por O. M. na revista *Para Todos*, nº 3, de abril de 1950, citado em Dênis de Moraes, *O imaginário vigiado — A imprensa comunista e o realismo socialista no Brasil (1947-1953)*, p. 153.

13 Ruy Castro, *O Anjo Pornográfico — A vida de Nelson Rodrigues*, p. 352.

14 Gilberto Velho, *Nobres & anjos — Um estudo de tóxicos e de hierarquia*, p. 103.

15 Renata Rangel, Mario Sergio Conti e Roberto Melo, fevereiro de 2000.

16 Renato Franco, *Itinerário político do romance pós-64*, p. 124.

17 Ana Cristina Cesar, “Malditos marginais hereges, beijo”, 1977, em *Escritos no Rio*, pp. 109-19.

18 Carta de Ana Cristina Cesar a Maria Cecília Londres Fonseca, de 21 de junho de 1976, em *Ana C. — Correspondência incompleta*, organizado por Heloisa Buarque de Hollanda e Armando Freitas Filho, p. 115.

19 Antonio Candido de Mello e Souza, em *Rememória*, organizado por Ricardo de Azevedo e Flamarion Maués, p. 42. Para a militância de Fernando Henrique Cardoso no PCB, *Folha de S.Paulo* de 5 de fevereiro de 2000, coluna “Painel”, p. 4: “Em jantar no Alvorada, FHC surpreendeu o ministro Aloysio Nunes Ferreira, Roberto Freire (PPS) e Paulo Hartung (PPS) ao contar passagens de sua militância no PCB, nos anos 50. ‘Estamos em casa. Aqui só tem quadro formado no velho Partidão’, exclamou Ferreira”.

20 Anos depois a Liga tomaria o nome de Convergência Socialista.

21 Para um depoimento autobiográfico de Luiz Inácio Lula da Silva, ver *Lula, o filho do Brasil*, de Denise Paraná, pp. 47-50. Frei Betto, *Lula — Biografia política de um operário*, p. 17. Para o primeiro emprego como metalúrgico, Soraya Aggege, “O primeiro patrão”, em *O Globo* de 28 de outubro de 2002, Caderno Especial *Lula presidente do Brasil*, p. 5.

22 Emir Sader e Ken Silverstein, *Without fear of being happy*, p. 39.

23 Frei Betto, *Lula — Biografia política de um operário*, pp. 18 e 23.

24 John Humphrey, *Capitalist control and worker’s Struggle in the Brazilian auto industry*, p. 34. São Paulo tinha 456671 operários em 1949 e 1411 396 em 1974.

25 Para a morte da mulher e o casamento, Emir Sader e Ken Silverstein, *Without fear of being happy*, p. 40.

26 Luiz Inácio Lula da Silva, abril de 1993.

27 Essa taxa deu-se entre 1972 e 1978. Em John Humphrey, *Capitalist control and workers struggle in the Brazilian auto industry*, p. 139.

28 Para a viagem ao Japão, Emir Sader e Ken Silverstein, *Without fear of being happy*, p. 41. Para a passagem pelos Estados Unidos, Mario Garnero, *Jogo duro — O caso Brasilinvest e outras histórias de velhas e novas Repúblicas*, p. 130.

29 Kátia Rodrigues Paranhos, *Era uma vez em São Bernardo*, p. 88.

30 O governador Paulo Egydio Martins compareceu à festa durante a qual o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo ganhou da prefeitura um terreno para a construção de seu clube de campo. *Tribuna Metalúrgica*, julho de 1977, p. 6.

31 Maria Hermínia Tavares de Almeida, “O sindicato no Brasil: novos problemas, velhas estruturas”, revista *Debate e Crítica*, nº 6, 1975, São Paulo, citada em Kátia Rodrigues Paranhos, *Era uma vez em São Bernardo*, p. 144.

32 Hoje Vinícius de Moraes.

33 Scarlet Moon de Chevalier, *Areias escaldantes — Inventário de uma praia*, p. 26.

34 João Falcão, *Giocondo Dias*, p. 332.

35 Ana C. — *Correspondência incompleta*, organizado por Heloisa Buarque de Hollanda e Armando Freitas Filho, p. 145.

36 *Folha de S.Paulo*, 31 de março de 1977, pp. 24-30.

37 Renata Rangel, Mario Sergio Conti e Roberto Melo, fevereiro de 2000.

A tortura da pessoa jurídica

Antonio Gallotti, presidente da Light, estava na sala de sua mansão da rua São Clemente. Convidara algumas dezenas de amigos para homenagear o jornalista John Oakes, ex-chefe da página editorial do *The New York Times*. Velho liberal, Oakes fora um dos responsáveis pela marca de tolerância política do jornal da família. Não gostava de ditaduras. Gallotti estivera à frente do IPÊS, o consórcio de plutocratas e militares que ajudara a derrubar João Goulart em 1964. Desde então, era um dos mais poderosos empresários brasileiros, parceiro de cartas de Costa e Silva e interlocutor de Golbery, conselheiro da PUC e do Chase Manhattan Bank. Sozinho, *Tony* tinha mais senso de humor que todo o patronato nacional reunido. Resumindo a situação do país para seu convidado, disse-lhe: “O governo passado torturava pessoas físicas. O atual tortura as pessoas jurídicas”.¹

Típica da graça de Gallotti, a piada era melhor que a realidade. Quando o governo torturara pessoas físicas, tivera-o como defensor. Em Toronto, sede da matriz da Light, alguns estudantes compraram ações da empresa para exercer o direito de voz na assembléia dos acionistas e condenaram-na por investir no Brasil da ditadura. Gallotti e o presidente mundial da Light rebateram as acusações. Ele próprio narrou o episódio a Golbery, lembrando que dera “adequadas respostas” às “perguntas provocadoras”. Acrescentou: “O presidente da Companhia, no Canadá, enfrentou-os com energia e propriedade,

impedindo que os ataques pudessem impressionar o grande número de acionistas presentes (mais de 400), não obstante o sentido demagógico e a veemência com que falaram em falta de liberdade, torturas etc. etc. [...]”.²

O que torturava os empresários era o grau de incerteza imposto por Geisel às relações entre eles e o governo. Num jantar com o coronel José Maria de Toledo Camargo, chefe da Comunicação Social do Planalto, um grupo de homens de negócio paulistas listara padecimentos. Na escala administrativa, reclamavam das posições divergentes de alguns ministros.³ De fato, Simonsen e Velloso não se entendiam. Por motivos diferentes, alternavam-se em brigas com Severo Gomes, da Indústria e Comércio.

O dinheiro do BNDE, mesmo sendo barato, atrelara a indústria privada às grandes estatais. Os projetos siderúrgicos dependiam da Siderbrás e, em certos casos, da Vale do Rio Doce, que se lançara na produção de alumínio e celulose. A petroquímica dependia da Petrobrás, cuja subsidiária passara a controlar o maior complexo de produção de fertilizantes. O empresário Carlos Villares, um dos barões do setor de máquinas pesadas, migrara de uma “posição de otimismo, de confiança” em 1974 para a de cobrança em 76: “É preciso que o governo defina com urgência as regras do jogo, delimitando o campo de atuação das empresas estatais e privadas”.⁴

O governo atraía a indústria pesada para um programa de investimentos do qual recuara. Em 1976, tanto a Petrobrás como a siderurgia estatal tiveram taxas de crescimento negativas.⁵ Outro barão da indústria, Cláudio Bardella, lastimava que o programa de investimentos de 43 bilhões de dólares do II PND tivesse encalhado e se queixava da ambigüidade de Brasília: “Num dia o governo defende a indústria nacional, no outro importa um terminal açucareiro da França”.⁶ Reis Velloso, despido da bata de profeta do desenvolvimentismo, classificara a taxa de crescimento de 10,6% observada nos dez primeiros meses de 1976 de “surpreendente e indesejada”.⁷

O panfletarismo do II PND, o dinheiro do BNDE, os abundantes empréstimos internacionais e a decisão de empurrar a economia para a frente haviam criado a fantasia de um novo modelo de desenvolvimento. Ela terminara. Tentara-se uma articulação de elementos incompatíveis, viciada pela componente imediatista que embutira. Geisel não associara o crescimento econômico a um destino manifesto do “Brasil Potência”. Pretendera realizar os sonhos de tenente de 1930 e de coronel do Conselho Nacional do Petróleo, mas procurara sobretudo proteger seu mandato das conseqüências políticas que lhe seriam impostas por uma recessão. Formara a caixa bilionária do BNDE buscando uma fonte de fortalecimento do poder econômico do Planalto. Quisera induzir a iniciativa privada a crescer sob a liderança das grandes estatais não só porque não confiava no empresariado, mas também porque o estatismo de sua geração (à esquerda e à direita) derivava de uma visão autoritária do poder. Tinha preferência pelas empresas do governo porque, ao robustecê-las, poderia infundir hierarquia e ordem ao mercado. Hierarquia e ordem eram dois conceitos essenciais à sua maneira de pensar. O que diferenciou os generais-presidentes brasileiros de tantos outros ditadores do Terceiro Mundo nesse período de créditos fáceis foi a impessoalidade de suas obsessões e projetos. Autoritário, estatista e nacionalista, Geisel via no autoritarismo, no estatismo e no nacionalismo o caminho certo para o Brasil.

Para crescer, superando os constrangimentos impostos à economia pela crise do petróleo, o governo endividava o país. Em três anos, captara 11,8 bilhões de dólares.⁸ Entre 1974 e 1976, a relação entre o serviço da dívida e as exportações passara de 33% para 47%.⁹ Os empréstimos tomados em 1977 fariam da dívida brasileira, que se aproximaria dos 30 bilhões de dólares, a maior do mundo subdesenvolvido. Falando a um grupo de jovens que iniciavam carreira no Citibank, Walter Wriston, seu presidente, dava uma idéia do significado dessa situação: “A previsão para a operação brasileira no

ano que vem é produzir lucros maiores que toda a operação internacional do banco na época em que eu comecei a trabalhar nela”.¹⁰

A importação do terminal açucareiro francês de que se queixara Bardella era consequência da fome de dólares. Quando os empresários brasileiros tentaram impedir que se comprassem equipamentos ferroviários ingleses, alegando que a lei protegia os similares nacionais, Geisel baixou um decreto isentando-os dos impostos de importação. Para preservar um financiamento de 410 milhões de dólares, recorreu a um casuísmo: bloqueou o acesso da indústria nacional a 24 milhões em encomendas.¹¹

A economia, cada vez mais dependente da entrada de recursos externos, perdera fôlego industrial e ganhara ânimo financeiro. Os empresários reclamavam dos juros, mas o dinheiro caro era uma fatalidade. Sem pagar taxas superiores às do mercado internacional, seria impossível captar os petrodólares. Sem eles, impossível crescer. Havia um tóxico na bonança. Tornara-se preferível tomar dinheiro emprestado no exterior e aplicá-lo no mercado financeiro nacional a investi-lo na produção. Num único semestre, o Bradesco conseguira um lucro equivalente ao seu capital.¹² Em 1976, as multinacionais instaladas no Brasil captaram no exterior 1,51 bilhão de dólares, quase o dobro do que captaram em 73.¹³ Os balanços de 49 grandes empresas revelaram que 39 haviam lucrado mais no papelório que no chão das fábricas.¹⁴ Nas palavras do ex-ministro do Planejamento Hélio Beltrão: “O sistema atualmente vigente está inconscientemente transformando todos nós em uma espécie de agiotas do desenvolvimento. E, afinal, o desenvolvimento nacional precisa mais de sócios do que de credores”.¹⁵

Marcos Vianna, o presidente do BNDE, que em 1975 se orgulhava de movimentar uma carteira de investimentos superior à do xá do Irã, propôs a Velloso uma inversão de rumo. Pressentiu um “quadro de grande perplexidade [...] que começa a introduzir, no âmbito do setor privado, sérios reflexos em termos de posicionamento político dessa

categoria econômica”.¹⁶ Pretendendo conter a expansão do poder das empresas estatais, ofereceu um plano de desenvolvimento para a iniciativa privada. Produziu um documento tão sintético quanto revolucionário. Inexeqüível, foi uma audaciosa tentativa de redefinição do pacto de poder da economia nacional.

O trabalho, sigiloso, fora encaminhado por Vianna a Velloso em 22 de março. No início de abril Golbery soubera que ele circulava em São Paulo. O SNI capturara uma cópia, sem assinatura, no dia 20 de maio, e, seis dias depois, o plano estava publicado no *Jornal de Brasília*.

Propunha-se a “reverter o processo” de avanço do Estado, retirando-o de todas as atividades econômicas mas deixando-lhe o monopólio do petróleo, a extração de minério de ferro e minerais estratégicos, bem como a fabricação de aeronaves, a produção de vacinas e as comunicações internacionais. Era a maior iniciativa desestatizante da história nacional desde a infância da República. Deu em nada.

Vianna listara 36 grupos a serem convocados para tocar os projetos de desestatização (a palavra *privatização* ainda não entrara no léxico do poder). Incluía os maiores bancos (Bradesco, Itaú, Unibanco e Bozano), grandes empreiteiras (Camargo Corrêa, Mendes Júnior e Odebrecht), companhias mineradoras (Antunes e Ermírio de Moraes) e grupos industriais (Ultra, Klabin, Matarazzo e Villares). Era uma relação preliminar. Retratava o patronato nacional. Das 36 empresas, pelo menos trinta eram familiares.

As estatais seriam compradas com os recursos de empréstimos do BNDE vinculados aos lucros dos empreendimentos, portanto, sem prazo de resgate. O estratagema foi imediatamente exposto pelo economista Paul Singer:

A iniciativa privada nacional continua tão incapaz como antes de concentrar capital e de aplicá-lo nas dimensões e pelos prazos requeridos nas novas áreas de inversão que se abrem. [...] Pelo jeito, a inventiva brasileira celebra mais um de seus triunfos:

acabamos de descobrir a acumulação de capital por geração espontânea! O cidadão se apresenta, recebe uma companhia estatal ou paraestatal (grande, se possível) e a vai comprando com os seus próprios lucros.¹⁷

Nesse período circulara no governo a primeira minuta do que viria a ser um texto intitulado *Ação para a empresa privada nacional*. Fora redigido por Velloso e pretendia demarcar os limites do Estado. Sem a amplitude e o detalhamento cartorial da proposta de Vianna, estabelecia que a iniciativa privada atuaria complementarmente nas concessões de serviços públicos, firmando o compromisso de que a produção de equipamentos seria entregue às forças do mercado.¹⁸ Opinando sobre a proposta, o general Hugo Abreu condenara a idéia: “Parece mais uma rendição do governo e o pior é que uma rendição desnecessária”.¹⁹

Severo Gomes foi menos categórico, porém mais analítico. A seu juízo, nada havia a discutir:

As pressões emergentes na campanha “antiestatizante” atuam no sentido de reduzir a ação do Estado como empresário ou como disciplinador das atividades privadas, para a ampliação do livre jogo das forças econômicas.

Ora, se a liberdade até hoje praticada conduziu à concentração da renda em termos sociais e regionais, tanto quanto à desnacionalização da economia, fácil é imaginar-se as conseqüências de sua ampliação.²⁰

Diante do dilema, Geisel equilibrou-se sem o apoio de seus dois principais colaboradores: o chefe do Gabinete Civil e o ministro da Fazenda. Simonsen sempre desprezara o PND. Conversando com Golbery, fora mais longe. Condenara a lei que proibia a importação de produtos capazes de concorrer com similares nacionais, base da política protecionista sobre a qual se edificara a indústria brasileira. Argumentara, com humor, que “duas mulheres são sempre iguais” mas

ninguém está disposto a deixar de diferenciá-las.²¹ Golbery estava de acordo. Achava que se chegara a um ponto em que o regime praticava a política do governo Castello Branco “multiplicada por menos um”.²²

De certa maneira, passados três anos do dia em que Golbery — então presidente da Dow Química — sentara com Geisel para rever seu primeiro discurso como futuro presidente da República, ecoava no Planalto uma pequena frase da proposta que levava: “[As] grandes empresas multinacionais cujo potencial, para o bem, ou talvez para o mal é, e sê-lo-á, em escala maior talvez, condição essencial ao próprio Desenvolvimento da Nação”.

Geisel descarnara o juízo prospectivo. Ficara apenas com a dúvida: “As grandes empresas multinacionais cujo potencial para o bem, ou talvez para o mal, ainda não nos é dado avaliar”.²³

Diferenças tão profundas só não se refletiram no cotidiano do poder por conta da lealdade de Golbery e da disciplina filial com que Simonsen acompanhava o presidente. Ao cosmopolitismo de Simonsen contrapunha-se, numa escala menor, o nacionalismo de Severo Gomes. Desde os primeiros dias de governo, ele fora um defensor das facilidades de crédito para a empresa nacional. Numa de suas conversas com Geisel, impressionara-o expondo o estrangulamento financeiro a que havia sido submetido o empresariado brasileiro. “Ele acha que a gente tem que botar um negócio mostrando que, sem combater esse capital estrangeiro e sem entrar a economia da empresa estatal, o governo deve fazer um esforço para neste processo de levar a empresa privada para diante e para permitir que ela se expanda e etc. Eu acho uma idéia. Como fazer, é outra guerra...”, observara o general.²⁴

Severo compartilhava uma teoria de Velloso segundo a qual as crises davam à economia brasileira impulsos que a levavam a melhorar de qualidade. “Bendita a crise”, dizia.²⁵ Tivera a coragem de louvar JK, dizendo que ele livrara o Brasil do “entorpecente fatalismo, colonial, tropical, racial e subdesenvolvimentista”. Em 1974, acreditara que o

choque do petróleo (mercadoria que, a seu ver, estaria destinada a desaparecer em dez ou vinte anos) coincidira com o fim do “colonialismo político” e poderia produzir “uma nova etapa, agora de cunho essencialmente econômico, na história das lutas pela emancipação dos povos”. Dois anos depois, queixara-se de que “todo o peso da crise dramática do petróleo, que ameaçava a renda das nações mais ricas do mundo, foi silenciosamente transferido para um grande número de países pobres”. Queria mais controles para o capital estrangeiro e mais liberdade para as estatais: “O Estado, no Brasil [...] realiza investimentos onde [...] a iniciativa privada nacional seja impotente e a estrangeira desinteressada ou indesejável”.²⁶

Rápido no raciocínio, cáustico nas respostas, era um interlocutor temido. Numa reunião social, o presidente do Banco Central, Paulo Lira, tentou alfinetá-lo, chamando de “gente burra” quem defendia o nacionalismo econômico e as empresas estatais.

“Então você está na obrigação de provar que é inteligente, o que é difícil”, respondeu-lhe o ministro.²⁷

Vivaz e elegante, Severo circulava tanto pela esquerda paulista como pela noite de Brasília. Velloso reclamava que ele não o procurava, tratando diretamente com Geisel.²⁸ Simonsen considerava-o primitivo em matéria de teoria econômica. Golbery tinha-o como uma peça descartável, mas apreciava-lhe a irreverência e a capacidade de informar-se. Severo ia além das divergências em torno do crédito. Em 1974, anotara a narrativa que dois pesquisadores do Cebrap lhe fizeram das torturas sofridas por eles no DOI do II Exército. Negociara a ida dos demais professores (entre os quais estava Fernando Henrique Cardoso) à rua Tutóia, tomando o compromisso de liberá-los ao anoitecer, livres de qualquer violência física. Intercedera pela libertação da professora Maria da Conceição Tavares.²⁹ Vocalizava as reivindicações de um pedaço da indústria paulista, mas não refletia, nem de longe, seu comportamento. Depois de uma série de discursos cuja pimenta econômica embaraçara o governo, mencionara a existência de “forças de extrema direita que impedem uma maior abertura política”.³⁰

Haviam-se passado dois anos da suspensão da censura aos grandes jornais e um ano da demissão do general Ednardo D'Ávila Mello, mas até janeiro de 1977 nenhum empresário de porte fizera reparo algum à ditadura. Tratava-se de atraso ditado não pelo receio da reação do Planalto, mas pelo medo do quartel-general do Exército. Lá, costurava-se a candidatura do general Sylvio Frota. A plutocracia mantinha-se inerte porque não sabia para que direção a bandeira tremularia. Buscava certezas naquilo que Golbery chamaria de um “ambiente de incerteza essencial”.³¹

Poucas vezes a obstinação caudatária do patronato brasileiro refletiu-se com tanta clareza quanto numa entrevista de Laerte Setubal Filho, diretor da FIESP e vice-presidente da indústria de placas Duratex. Ele reclamou: “O governo tem o dever de informar quais são as suas prioridades na área política; se a sucessão presidencial; se o problema de uma provável maioria oposicionista no Congresso; se a composição dos governadores; se a forma das eleições. Atualmente, o empresariado, os políticos estão aturdidos, pois não sabem o que o governo pretende”.³²

Queria uma ordem do dia.

O governismo da cúpula do empresariado durante os três primeiros anos do mandato de Geisel torna-se mais revelador quando se leva em conta que o MDB criticava a política do governo nos seus aspectos macroeconômicos, denunciando a má distribuição da renda, ou nos casos de microgestão que resultavam em escândalos financeiros, mas apoiava-a no projeto de financiamento da indústria nacional. Seu mais credenciado parlamentar, o senador Roberto Saturnino (saído da nata da burocracia do BNDE), defendera a concessão de empréstimos oficiais a juros negativos.³³

A primeira manifestação de uma liderança patronal em defesa das liberdades democráticas, ainda que tardia, seria periférica e fracassada.³⁴

José Papa Júnior, presidente da Federação e Centro do Comércio do Estado de São Paulo, tinha 36 anos e um pequeno banco. Ascendera ao cargo em 1969, quando o empresariado estivera mobilizado no estímulo à repressão política. Naquela época, dissera que “temos o indeclinável dever de apoiar as autoridades constituídas, no empenho de preservar a paz”, homenageando as “Forças Armadas, que se cobriram de glórias nas trincheiras e nos céus da Europa”.³⁵

Ele discursou brevemente, no dia 1º de fevereiro de 1977, na reunião plenária da Federação do Comércio. Festejava-se o presidente do Banespa, por ter privatizado a empresa de turismo do banco. Desse discurso há um registro, feito pelo SNI: “Papa Júnior disse, em resumo, que o empresariado também pensa em discutir eleições diretas a governador e adequação do estado de direito, desde que não significasse a anarquia, insegurança e que fossem respeitados os princípios da segurança interna”.³⁶

Nada de mais. Terminada a cerimônia, Papa Júnior foi jantar na casa do banqueiro Rodolpho Bonfiglioli. O dono do Banco Auxiliar de São Paulo e da fábrica de alimentos Cica reunira duzentos casais em seu palacete paulista. Um festão. Mulheres de vestidos longos, algumas lindas. Homens com sobrenomes listados na história da cidade ou nos projetos do BNDE (Vidigal, Mellão, Bardella, e Ermírio de Moraes). *Rudy* abriu o pavilhão de caça, ornamentado com as cabeças dos bichos que matara em safáris pelo mundo. Era uma noite para o bom gosto. Severo Gomes chegara com a mulher, Henriqueta. Retomou o discurso em defesa da abertura, argumentando que o empresariado devia entrar no debate.

— Quais garantias o senhor nos dá? — perguntou um dos convidados.

— Ninguém precisa de garantias, todos têm que aprender a arriscar. Não há garantia alguma — respondeu o ministro.³⁷

Noutra roda, Papa Júnior instou-o a prosseguir na sua luta: “Peço-lhe isso de joelhos”. E ajoelhou-se.³⁸

A festa estava chegando ao fim, e Severo preparava-se para ir embora, quando um dos convidados, Carlos D'Alamo Lousada, interpelou-o.

Lousada era um veterano ativista daquela categoria que o marechal Castello Branco denominara “vivandeiras”. Andara pelo IPÊS, onde deixara fama de leviano.³⁹ Fora oficial-de-gabinete de Costa e Silva, e futricava o governo paulista com coronéis da Presidência e torturadores do DOI do II Exército. Informava ao SNI. Em outubro de 1975, levava ao Serviço uma denúncia contra um secretário de Paulo Egydio que, segundo ele, chamava o ex-presidente Medici de “ladrão”. Dizia que o funcionário “tinha que estar preocupado com os comunas que estão lá [na Secretaria] e não com Medici”.⁴⁰

Há três versões do encontro de Lousada com Severo. Duas foram redigidas 48 horas depois do incidente. Dessas, uma é do SNI e a outra, do próprio Lousada.

Segundo o Serviço, acontecera o seguinte:

Ao fim do jantar, já na porta de saída, quando se despedia de Rodolpho Bonfiglioli [...] o ministro foi interrompido por Carlos d'Alamo Lousada, que acusou o atual governo de se preocupar exclusivamente com o ocorrido durante o governo Medici, deixando de realizar coisas construtivas. Como a interpelação foi feita em termos bastante altos, mais algumas pessoas, inclusive jornalistas, se achegaram ao local. Aí, o ministro respondendo a Lousada, chamou-o de “coroinha”. Este retrucou dizendo que não era “coroinha” e que o ministro não passava de um esquerdista festivo. O ministro, em termos de baixo calão, chamou Lousada de fascistóide. O ministro e Lousada ofenderam-se mutuamente, sendo separados pelos circunstantes. Em seguida o ministro acompanhado por Papa Jr. e Bonfiglioli foi levado até o carro, tendo deixado a reunião.⁴¹

Segundo Lousada, a coisa fora bem pior:

Passava de 00:00 hora, o ministro já sob o efeito da bebida fazia comentários sobre o governo Medici, taxando-o de facista, assim como criticando de militaristas àqueles que apoiavam o AI-5. Disse ainda que o mundo estava caminhando pela adoção da linha socialista para melhor distribuição de rendas. Foi interpelado pelo Sr. Lousada que disse não concordar que o Brasil viesse a ser socializado, e não saber porque o ministro defendia a idéia de um estado socialista no Brasil e porque ele (ministro) se preocupava tanto com o governo Medici e não com as esquerdas dentro do seu ministério. O ministro respondeu: “Porque o Medici é facista e você [Lousada] também é facista, militarista a favor do AI-5”. Lousada retrucou dizendo ser a favor do AI-5 e que o ministro era da esquerda festiva e incompetente, razão pela qual foi afastado, pelo seu irmão, da fábrica do Vale do Paraíba porque quando lá esteve, a fábrica quase quebrou. A discussão foi violentíssima, inclusive com o uso de palavras de baixo calão. O “bate-boca” prolongou-se, com o ministro perdendo totalmente o controle de suas palavras, recebendo e fazendo ofensas inúteis. O “affaire” terminou quando o Sr. Severo Gomes foi retirado do grupo pelos Srs. Pecora e Papa Jr., e com muito jeito colocado em seu carro, tomando destino desconhecido.⁴²

A terceira versão apareceu no *Jornal do Brasil* e no *O Estado de S. Paulo*, oito dias depois. Curiosamente, os dois jornais, em reportagens próprias, narraram o incidente com as mesmas palavras. Nessa narrativa, como na do SNI, não há referência às ocasiões em que Severo teria chamado o ex-presidente Medici de “fascista”. *O Estado* foi mais longe. Esclareceu que o insulto estava embutido numa “versão divulgada em Brasília”.⁴³

A versão que correu mais rápido foi a de Lousada, pois no meio da madrugada ele telefonou a Roberto Médici, filho do ex-presidente.⁴⁴ Na manhã seguinte a notícia chegou a Brasília e, mais tarde, a Geisel. Essa circunstância encurralara o ministro. Se tivesse chamado Medici de

“fascista”, estaria perdido, mas também estaria perdido se desmentisse a acusação.

O incidente noturno de Severo ficou fora dos jornais. Já o discurso que Papa Júnior fizera na Federação do Comércio antes de ir para o jantar, estrelou o espaço político. Uma verdadeira surpresa. No dia seguinte sua assessoria de imprensa divulgara uma nota oficial transcrevendo o que teria dito o empresário: “Abre-se, agora, [o ciclo] da instauração e consolidação das franquias democráticas, do sistema representativo, da participação popular na vida nacional”.⁴⁵ Mais: “O País deve iniciar a retomada do pleno Estado de Direito. Queríamos um regime democrático, e não um regime espúrio quando preparávamos o movimento de 31 de março”.⁴⁶

A última frase soava troncha, mas era deliberadamente ambígua. Fora redigida por Rui Nogueira Martins, um amigo de Papa, dado às letras e ministro do Tribunal de Contas. “Espúrio” podia ser tanto o regime de 1977 como o de João Goulart.⁴⁷ A primeira manifestação de rebeldia empresarial ocorrera numa cerimônia em que se comemorava uma das primeiras privatizações do aparelho do Estado. Era plausível que algum empresário dissesse coisa parecida. Não se esperava que esse empresário fosse *Zizinho* Papa.

O SNI, de imediato, procurou associar o inesperado a uma construção mais complexa. Dias antes, Reis Velloso estivera na FIESP, falando para um plenário quase vazio. Juntando os dois fatos, o Serviço informou:

Alguns meios empresariais de São Paulo e Rio de Janeiro vêm apresentando esses acontecimentos como coisa articulada pelas duas Federações em favor da candidatura de Delfim Netto à presidência da República, que seria colocada em termos irreversíveis após um violento processo de desmoralização do Presidente da República e de todo o sistema militar. Essa reação

seria a maneira de impedir que o governo federal continuasse a promover as medidas que visam a redistribuição da riqueza nacional. É voz corrente nos meios empresariais a existência de uma “caixinha” com a finalidade de financiar a candidatura do Sr. Delfim Neto à sucessão presidencial.⁴⁸

O patronato repudiou a posição de Papa Júnior. O presidente da FIESP, Theobaldo de Nigris, viu nela “um pouco de sofreguidão”.⁴⁹ O industrial Luis Eulalio Bueno Vidigal Filho, cuja candidatura à sucessão de De Nigris vinha sendo articulada pela grande indústria em nome de uma renovação, condenou o teor da nota.⁵⁰ O presidente da Associação Comercial de São Paulo, Paulo Maluf, solidarizou-se com Geisel e informou que “o empresariado paulista está coeso em torno de sua Excelência, de seu governo e do regime”.⁵¹ O banqueiro Olavo Setubal, prefeito de São Paulo, recusou-se a comentá-la.⁵² Calados ficaram o presidente da Comissão Nacional das Bolsas de Valores e as Federações das Indústrias do Rio Grande do Sul e de Minas Gerais.⁵³ À de Pernambuco ofereceu seu apoio à “lucidez e firmeza” de Geisel, lembrando “o caos anterior a março de 1964”.⁵⁴ Só o presidente da Associação Comercial da Bahia o defendeu.⁵⁵ Entre os empresários paulistas, a voz dissonante veio de Dilson Funaro, o dono da fábrica de brinquedos Trol: “O Ato 5 é um instrumento desnecessário. [...] O país está pronto para a normalização”.⁵⁶

No dia seguinte à divulgação da nota, Papa foi ao Rio de Janeiro, onde deveria ser empossado no conselho da Interbrás, a recém-nascida estatal de comércio exterior. Não lhe deram posse, nem satisfações: “Senti-me como um leproso”. Retornando a São Paulo, percebeu a confusão que armara e se viu acuado. Em poucos dias, alguns grandes correntistas de seu banco sacaram em torno de 7 milhões de cruzeiros, dinheiro equivalente a 15% dos depósitos. Um só cliente sacara 2 milhões. Temendo a escuta do governo, os amigos passaram a não conversar sobre política quando lhe telefonavam. Chegou a ler na imprensa a notícia de sua provável cassação.⁵⁷

Os aplausos vieram dos defensores da democracia, de quem não se podia esperar outra coisa. O senador Paulo Brossard chamou a nota de “o mais importante documento da história política brasileira atual”.⁵⁸ Ulysses Guimarães foi além, considerando-a o mais importante acontecimento ocorrido desde 1964.⁵⁹ O cartunista Ziraldo, do *Jornal do Brasil*, retratou um cidadão ajoelhado, no caminho de Damasco, enquanto um observador comentava: “Habemus Papa”.⁶⁰ A repercussão que a imprensa dera à nota de Papa Júnior em apenas quatro dias, levava-a a acumular 165 pontos na tabulação com que o Planalto monitorava as três principais notícias publicadas nas primeiras páginas de 48 jornais de treze cidades. Cada manchete valia 10 pontos e os outros textos, 5. Naquele período, destaque maior só havia sido dado à controvérsia em torno do Acordo Nuclear que o Brasil assinara com a Alemanha (530 pontos).⁶¹

Dias depois do início da crise, José Papa Júnior subiu a uma suíte do hotel Hilton de São Paulo, para se encontrar reservadamente com o ministro da Fazenda. Eram amigos. Mario Henrique Simonsen foi rápido: “Que cagada, Zizinho. Você tem que ir embora. Vá para Paris”.⁶²

Presidindo uma federação que reunia pequenos comerciantes, vindo de uma família modesta, Papa Júnior não cabia no modelo da plutocracia queixosa. Não cabia por duas razões. Primeiro, porque agira como um franco-atirador. Segundo, porque o grande empresariado não queria se queixar. Pelo contrário, preferia ficar calado.

Recuando, Papa Júnior visitara o governador Paulo Egydio Martins e reformulara a qualificação do regime, chamando-o de “maravilhoso”.⁶³ Almoçara com um informante do SNI em São Paulo e, com ele, embarcara para Brasília. Esteve com o chefe da Agência Central, Sebastião Ramos de Castro. O general foi polido, porém constrangedor. Pouco adiantou que Papa Júnior argumentasse com o sentido ambíguo dado em sua nota ao adjetivo *espúrio*.⁶⁴

Passados poucos dias, acompanhado da mulher, do filho de seis anos e da babá, viajou para Nova York. Passeou durante uma semana, seguindo depois para a Disney, onde se divertiu por outros dez dias com

o filho.

Enquanto a crise provocada pela nota do regime “espúrio” ocupava espaço na imprensa, o efeito da breve discussão de Severo Gomes com D’Alamo Lousada dominava os bastidores. Ele conseguira seu objetivo. Transformara o ministro num símbolo do surdo antagonismo que separava Geisel do antecessor.

Severo sentou-se com Golbery para examinar a situação. Tinha-o como um interlocutor freqüente, mas não sabia que, em dezembro, o general o colocara numa lista de hierarcas a serem substituídos numa eventual manobra de “reforço do governo”.⁶⁵ Disse-lhe:

— Eu acho que há dois caminhos. O primeiro é eu pedir demissão.

— Também acho — concordou Golbery.⁶⁶

Severo levou ao Planalto a carta com que devolvia o cargo. Geisel respondeu-a com uma ponta de afeto e sinceridade. Lembrou-lhe que deixava o ministério, “em face de acontecimentos recentes, de outra ordem”, “em benefício do próprio governo”. Registrava que via nisso uma “prova de amizade que muito me desvanece”.⁶⁷

Aos 52 anos, Severo Gomes começava a viver sua maturidade como opositor ao regime que o fizera ministro por duas vezes. Nos anos seguintes, emoldurou a demissão na paisagem das divergências ideológicas que tivera com o burocratismo de Reis Velloso e, sobretudo, com o cosmopolitismo de Simonsen. Essas divergências eram reais e poderiam vir a expeli-lo do governo, mas sua demissão, em fevereiro de 1977, foi resultado do que aconteceu na casa dos Bonfiglioli.

Uma cena de fim de noite derrubara do ministério um provável porta-voz do empresariado industrial paulista, e o primeiro choque de um dirigente patronal com a ditadura resultara no isolamento e exílio momentâneo de José Papa Júnior. Vitorioso, Simonsen socorreu-o. Diante do murmúrio de que ele teria seus direitos políticos suspensos, o ministro informou: “Chegaram a dizer que o Governo pretende castigar o empresariado paulista. Ora, isto significaria uma forma de

masoquismo quase absoluto. Imagine se vamos fazer uma retaliação contra São Paulo. Isto seria cuspir para o alto”.⁶⁸

1 Antonio Gallotti, 1977.

2 Carta de Antonio Gallotti a Golbery, de 17 de junho de 1974. APGCS/HF.

3 Nota. do coronel José Maria de Toledo Camargo a Geisel, de 18 de outubro de 1976. APGCS/HF.

4 *Negócios em Exame*, outubro de 1974, e *Veja*, 21 de abril de 1976, em Carlos Lessa, *A estratégia de desenvolvimento 1974-1976*, pp. 140 e 109. Para a Petroquisa, *Nota Confidencial ao Ministro Reis Velloso*, de Marcos Vianna, de 22 de março de 1976, transcrita pelo SNI em 20 de maio e publicada pelo *Jornal de Brasília* de 26 de maio, p. 6.

5 Henri Philippe Reichstul e Luciano G. Coutinho, “Investimento estatal — 1974/80: Ciclo e crise”, em *Desenvolvimento capitalista no Brasil — Ensaio sobre a crise*, organizado por Luiz Gonzaga de Mello Belluzzo e Renata Coutinho, vol. 2, pp. 57 e 60.

6 *Negócios em Exame*, 26 de maio de 1976, em Carlos Lessa, *A estratégia de desenvolvimento 1974-1976*, p. 146.

7 *Negócios em Exame*, 27 de outubro de 1976, em Carlos Lessa, *A estratégia de desenvolvimento 1974-1976*, p. 176.

8 Paulo Davidoff Cruz, “Notas sobre o endividamento brasileiro nos anos setenta”, em *Desenvolvimento capitalista no Brasil — Ensaio sobre a crise*, organizado por Luiz Gonzaga de Mello Belluzzo e Renata Coutinho, vol. 2, p. 75.

9 Para a relação da dívida com as exportações, Luciano G. Coutinho e Luiz Gonzaga de Mello Belluzzo, “Política econômica, inflexões e crise: 1974/1981”, em *Desenvolvimento capitalista no Brasil — Ensaio sobre a crise*, organizado por Belluzzo e Renata Coutinho, vol. 1, p. 214.

10 Phillip L. Zweig, *Wriston*, pp. 619 e 429.

11 Sebastião C. Velasco e Cruz, *Empresariado e Estado na transição brasileira*, p. 197.

12 Bilhete de Paulo Belotti a Heitor Ferreira, de 13 de julho de 1976. APGCS/HF.

13 Paulo Davidoff Cruz, “Notas sobre o endividamento brasileiro nos anos setenta”, em *Desenvolvimento capitalista no Brasil — Ensaio sobre a crise*, organizado por Luiz Gonzaga de Mello Belluzzo e Renata Coutinho, vol. 2, p. 86. Ver também Carlos Lessa, *A estratégia de desenvolvimento 1974-1976*, p. 191.

14 *IstoÉ*, 11 de outubro de 1978, citada em Carlos Lessa, *A estratégia de desenvolvimento 1974-1976*, p. 191.

15 *Negócios em Exame*, 22 de dezembro de 1976, em Carlos Lessa, *A estratégia de desenvolvimento 1974-1976*, pp. 241-2.

16 *Nota Confidencial ao Ministro Reis Velloso*, de Marcos Vianna, de 22 de março de 1976, transcrita pelo SNI em 20 de maio de 1976. APGCS/HF.

17 Paul Singer, “A opinião da Imprensa”, em *Opinião* de 14 de maio de 1976, p. 10.

18 Carlos Lessa, *A estratégia de desenvolvimento 1974-1976*, p. 106.

19 *Informação para o Sr. Presidente da República, Documento sobre o Problema de Estatização da Economia*, anotado por Geisel: “Parecer do Hugo sobre a 1ª minuta”. APGCS/HF.

- 20 Documento anotado por Geisel: “Parecer do Severo sobre a primeira minuta”. APGCS/HF.
- 21 Conversa de Simonsen com Golbery, 5 de fevereiro de 1974. APGCS/HF.
- 22 Golbery do Couto e Silva, 1977.
- 23 Dois maços, um sem data e com folhas datilografadas, e outro de agosto de 1973 e com folhas manuscritas por Golbery, com versões para a fala de Geisel na Convenção da Arena. APGCS/HF.
- 24 Conversa de Geisel com Golbery e Moraes Rego, 6 de março de 1974. APGCS/HF.
- 25 “Coluna do Castello”, em *Jornal do Brasil* de 22 de dezembro de 1975, “A ceia do governo”, p. 2.
- 26 Severo Gomes, *Tempo de mudar*, pp. 86, 141, 11, 62 e 132.
- 27 André Gustavo Stumpf e Merval Pereira Filho, *A segunda guerra — A sucessão de Geisel*, p. 63.
- 28 *Diário de Heitor Ferreira*, 14 de abril de 1975.
- 29 Francisco de Oliveira, fevereiro e abril de 1998, e José Arthur Giannotti, fevereiro de 1998. Maria da Conceição Tavares, novembro de 1994.
- 30 *Jornal do Brasil*, 22 de janeiro de 1977, pp. 1 e 19.
- 31 Golbery do Couto e Silva, junho de 1980, na apresentação do volume *Tempo de Congresso*, de Petrônio Portella, p. X.
- 32 Ricardo Bueno, “A abertura empresarial”, em *Opinião* de 11 de fevereiro de 1977, p. 8.
- 33 Discurso de Roberto Saturnino no Senado, de 8 de abril de 1975, em Saturnino, *Política econômica e estatização*, p. 36.
- 34 Sebastião C. Velasco e Cruz, *Empresariado e Estado na transição brasileira*, pp. 237-75.
- 35 *Folha de S. Paulo*, 23 de julho de 1969, p. 3.
- 36 Operação “Garoa” — *Relatório*, da Agência Rio de Janeiro para a Agência Central do SNI, de 4 de fevereiro de 1977. Numa anotação do general Sebastião Ramos de Castro para o general Figueiredo, ele informa que essa mensagem é “resultado do processamento feito diretamente em SP”. APGCS/HF.
- 37 *Jornal do Brasil*, 9 de fevereiro de 1977, p. 15.
- 38 José Papa Júnior, dezembro de 1999.
- 39 Depoimento de Jorge Oscar de Mello Flôres em *Na periferia da história — Jorge Oscar de Mello Flôres*, organizado por Maria Celina d’Araujo, Ignez Cordeiro de Farias e Lucia Hippolito, p. 169.
- 40 Uma folha do SNI, de 22 de setembro de 1975, intitulada *Carlos Lousada* e marcada “confidencial”. Para outro exemplo de informações levadas ao Serviço, duas folhas do SNI, de 29 de outubro de 1975, intituladas *Reflexos da Morte de Vladimir Herzog*, *Carlos Lousada* [...], marcadas “confidencial”. AA.
- 41 Cópia do *Telex RJ063 UU AC 650/30/ARJ/77 04FEV/0040*, da Agência Rio do SNI, intitulado Operação “Garoa” — *Relatório*. APGCS/HF.
- 42 Narrativa de Carlos D’Alamo Lousada ao SNI, inserida na transmissão do texto da Operação “Garoa”. APGCS/HF. Respeitada a ortografia do documento.
- 43 *Jornal do Brasil* (p. 15) e *O Estado de S. Paulo* (pp. 4 e 5), 9 de fevereiro de 1977.
- 44 Para o telefonema de Lousada a Roberto Médici, *Veja* de 16 de fevereiro de 1977, pp. 25-6.

- 45 Ricardo Bueno, “A abertura empresarial”, em *Opinião* de 11 de fevereiro de 1977, p. 7.
- 46 Nota do Serviço de Imprensa da Federação e Centro do Comércio do Estado de São Paulo, de 3 de fevereiro de 1977. AA.
- 47 Na sua *Apreciação Sumária* entregue a Geisel uma semana depois, o SNI resolveu o problema trocando o tempo do verbo. Papa Júnior teria dito “Queríamos um regime democrático”. *Apreciação Sumária* nº 6, do SNI, de 9 de fevereiro de 1977. AEG/CPDOC.
- 48 Cópia do *Telex RJ063 UU AC 650/30/ARJ/77 04FEV/0040*, da Agência Rio do SNI, intitulado *Operação “Garoa” — Relatório*. APGCS/HF.
- 49 *Jornal de Brasília*, 5 de fevereiro de 1977, p. 2.
- 50 *O Estado de S. Paulo*, 9 de fevereiro de 1977, p. 5.
- 51 *Opinião*, 18 de fevereiro de 1977, p. 7.
- 52 *Folha de S. Paulo*, 8 de fevereiro de 1977, p. 4.
- 53 Para a CNBV e para as Federações das Indústrias, *Jornal de Brasília* de 5 de fevereiro de 1977, p. 2.
- 54 Telex de Tulio Brandão Matos, presidente da Federação das Indústrias de Pernambuco, a Geisel, de 7 de fevereiro de 1977. O telegrama é assinado também pelos presidentes das seguintes organizações empresariais de Pernambuco: Associação Comercial, Centro das Indústrias, Sindicato dos Bancos, Cooperativa dos Produtores de Açúcar e Alcool, e Sindicato da Indústria do Açúcar. APGCS/HF.
- 55 *O Popular*, 6 de fevereiro de 1977.
- 56 *Opinião*, 11 de fevereiro de 1977, p. 12.
- 57 José Papa Júnior, dezembro de 1999. Para uma referência ao risco da cassação, *O Estado de S. Paulo* de 9 de fevereiro de 1977, p. 5.
- 58 *O Estado de Minas*, 5 de fevereiro de 1977, p. 1.
- 59 *Folha de S. Paulo*, 7 de fevereiro de 1977, p. 2.
- 60 *Jornal do Brasil*, 6 de fevereiro de 1977, p. 10.
- 61 *Manchetes dos Jornais como Veículo de Ação Psicológica*, dias 3, 4, 5, 7 e 8 de fevereiro de 1977. APGCS/HF.
- 62 José Papa Júnior, dezembro de 1999.
- 63 “Coluna do Castello”, em *Jornal do Brasil* de 6 de fevereiro de 1977, “Com peso específico”, p. 2, e *Veja*, 16 de fevereiro de 1977, pp. 20-34.
- 64 José Papa Júnior, dezembro de 1999.
- 65 Uma folha manuscrita de Golbery, provavelmente de dezembro de 1976. Ao lado de Severo, Golbery listara o ministro de Minas e Energia, o presidente do Banco Central e o superintendente da Sudene. APGCS/HF.
- 66 Golbery do Couto e Silva, abril de 1977.
- 67 Carta de Geisel a Severo Gomes, de 8 de fevereiro de 1977. APGCS/HF.
- 68 *Folha de S. Paulo*, 12 de fevereiro de 1977, p. 1.

Um país empacotado

Desde novembro de 1974, quando faltara à Arena a maioria de dois terços no Congresso, condição necessária para a aprovação de quaisquer emendas constitucionais, a ditadura perdera a capacidade de produzir um projeto autônomo de reforma política. Mais que isso: pusera em risco a permanência no poder do arco de interesses que capturara o governo em 1964. Geisel reconheceu, cinco meses depois do desastroso resultado eleitoral, que “um projeto nosso de reforma custaria muito, pois o MDB, para concordar, teria forte poder de barganha”.¹ Em janeiro de 1975, referindo-se ao impacto que uma derrota na eleição parlamentar de 78 teria sobre a de seu sucessor, foi claro: “Se essa hipótese de perdermos se verificar, eu não vou contra a vontade do povo”. Golbery rebateu: “O Colégio Eleitoral vai eleger quem o presidente determinar”.²

Durante dois anos, Geisel contemplou o enigma. Chegou a sondar a hipótese da dissolução dos partidos.³ Parecera uma fórmula milagrosa. Bastaria usar o Ato Institucional, permitir a criação de uma ou duas siglas, melar a composição do Congresso e começar tudo de novo. O presidente abandonou-a e explicou a Heitor Ferreira: “Ah, meu caro, se eu tiver que fazer isso, vou fazer muito mais coisas nesse Ato que extinguir os partidos”.⁴

Para sobreviver, o regime precisava do “muito mais”. Respeitando as regras que ele próprio estabelecera, a hegemonia da Arena tinha data

marcada para acabar: no dia 15 de novembro de 1978 seriam realizadas eleições diretas para a escolha dos governadores e para a renovação de dois terços do Senado, de toda a Câmara dos Deputados e de todas as assembleias legislativas. Num cálculo conservador, a oposição era favorita no Rio Grande do Sul, em São Paulo e no Rio de Janeiro.

Em maio de 1975, Geisel achava possível conviver com três dos maiores estados do país sob administração do MDB. Conhecendo o grau de dependência que o governo federal impunha aos governadores, considerava-se “o papaizinho deles”.⁵ A eventual docilidade dos governadores oposicionistas era apenas um lado da questão. O outro, a natureza do mandato de todos eles, inclusive os da Arena, era bem mais complexo. Em fevereiro de 1977, lidando com esse lado do problema, Geisel já percebera a armadilha em que o governo caíra e vislumbrava uma saída: “Vão terminar o MDB me obrigando a ir para um Ato. [...] Não abro mão da indireta. 22 governadores eleitos pelo povo, o único poder do presidente indireto será o dinheiro”.⁶

Havia ainda o problema do Senado. Figueiredo explicara-o: “Para um total de 66 senadores, o MDB já tem garantidos vinte [...]; para que tenha a maioria (34) bastará que eleja 14 novos senadores dos 44 a serem eleitos nos 22 estados, o que me parece fácil, já que será comum a eleição, em alguns estados, de um senador de cada partido”.⁷

Uma ditadura em que a oposição tivesse a maioria no Senado e governasse os estados onde se concentravam quase dois terços do Produto Interno Bruto seria uma contradição em termos. O general começou a cuidar do “muito mais” no final de fevereiro. No dia 23, Heitor Ferreira anotou: “Geisel conversa com Golbery no Alvorada: ‘reformas, sucessão, Figueiredo’”.⁸

Quando Petrônio Portella anunciou que pretendia discutir com a oposição o projeto de reforma do Judiciário, buscava uma maneira de avançar mudanças que desmontassem as armadilhas em que a ditadura estava presa, preservando-a. Tentava um compromisso que, de saída, liquidasse a eleição direta dos governadores. Não enunciava o desejo, nem trazia propostas, apenas metáforas.

Mestre das hipérboles, o senador chamou Ulysses Guimarães para uma conversa fiada no fundo do plenário da Câmara e contou-lhe que se lembrara dele havia pouco tempo, quando Golbery lhe expusera sua teoria das “sístoles e diástoles”. Era uma das construções preferidas do general. Mapeava a história do Brasil como uma sucessão de períodos em que se alternaram regimes centralizadores e regimes descentralizadores. Coisa simples: o poder nacional contraíra-se no Império, irradiara-se na República Velha, voltara a se contrair no Estado Novo e a irradiar-se na redemocratização de 1945. Em 1977, vivia-se o ocaso da sístole iniciada em 64, renunciando-se a diástole da redemocratização.⁹

Num de seus melhores momentos, narrado a Luiz Gutemberg, Ulysses manteve o nível metafórico da conversa e lembrou a Petrônio que, além de ser um termo da biologia, “sístole” é também uma expressão da gramática. Denomina o deslocamento do acento tônico de um vocábulo para a sílaba anterior. Depois de uma sístole, *Dario* vira *Dário*. “[Sístoles e diástoles] ajustavam o ritmo dos versos, mas não alteravam o significado das palavras”, explicou.¹⁰

O presidente do MDB não queria negociar. Petrônio procurou-o formalmente no dia 9 de março. Conversaram por quase duas horas. No dia seguinte, Ulysses reuniu o Diretório Nacional, contou que lhe fora oferecido o sacrifício das eleições diretas dos governadores e o início de entendimentos que pudessem levar a uma reforma política. Pediu aos quinze pares que opinassem. Resultou o óbvio: o sacrifício foi repudiado por 15 x 0.¹¹ Ele repetira, com rapidez e método, o golpe que aplicara ao encontro secreto que tivera com Golbery, em 1975. De novo, transferia ao governo o risco de uma crise que estava nele, e não no MDB. Era Geisel quem não conseguia aceitar o MDB com maioria no Senado, governando o Rio, São Paulo ou o Rio Grande do Sul. Como em 1975, Ulysses contrariava a opinião do secretário-geral do partido.

Principal defensor da conciliação, Thales achava necessário conjurar o confronto. Separava-os uma diferença de propósitos derivada de uma compreensão diversa do presente e diversa, sobretudo, da visão

do futuro. Refletiam a própria crise interna do MDB.

Thales queria negociar o fim da ditadura. Ulysses queria o passo seguinte: o poder. Uma vitória em 1978, com a eleição de governadores do MDB nos principais estados, poderia tirar das mãos do regime o controle da sucessão presidencial. Nas palavras de Carlos Castello Branco, o mais respeitado colunista político do período, mesmo que o governo não fosse para o MDB, poderia acontecer o seguinte: “Como a disputa entre os militares é muito intensa, e o general Figueiredo que é o mais forte está sendo contido pelo Alto-Comando e dificilmente chegará a general de quatro estrelas (o grau hierárquico pra se chegar a presidente), a coisa pode embaralhar e saírem para a solução civil”.¹²

No Planalto, queria-se preservar o poder. Por mais diversas que fossem as opiniões dos conselheiros de Geisel e por mais variadas que fossem as fórmulas disponíveis, não há registro de uma só voz no governo em defesa da manutenção das regras constitucionais fixadas sete anos antes, pela Junta Militar, as quais renunciavam a vitória oposicionista.

Da posição de Golbery entre o final de 1976 e o início de 77, conhecem-se duas folhas de bloco, com anotações garatujadas, sem data, feitas provavelmente em dezembro de 76. Ele listara idéias intituladas *Institucionalização Política — Processo*.

Para logo, defendia a antecipação da eleição presidencial, trazendo-a de janeiro de 1979 para outubro de 78. (Com isso aceleraria a escolha de Figueiredo. Sagrando-o um mês antes da eleição geral de novembro, turbinaria a campanha eleitoral da Arena.)

Numa lista de providências de longo prazo, buscava a maioria no Senado, trabalhando com diversas fórmulas. Numa, recriava o instituto da sublegenda, pelo qual se permitia que os partidos lançassem vários candidatos, ficando a cadeira para quem tivesse mais votos na legenda mais votada. (O recurso destinava-se a absorver as divergências internas da Arena, que a haviam paralisado em 1974.) Noutra,

estabelecia que tanto os governadores como os senadores seriam escolhidos por voto indireto. Implodia o bipartidarismo, admitindo a existência de até quatro siglas. Os deputados seriam eleitos por meio de um sistema distrital misto, e o voto seria vinculado, obrigando o eleitor a alguma forma de fidelidade partidária.

Numa fase seguinte, que denominara *Institucionalização*, o destino do AI-5 está num rabisco: “AI-5 (cassação, recesso) X Constituição de Castello Branco (salvar a face, legitimidade)”. O significado do X permitiria supor que Golbery estivesse opondo uma idéia a outra. Nesse caso, desejava eliminar o AI-5.¹³

Em janeiro de 1977, o general Hugo Abreu entregou a Geisel seu projeto de reforma. Partia da premissa de que a ascensão do MDB ao governo era “inaceitável” e se ia para um “beco sem saída”. Propunha a supressão das eleições diretas para governador e a prorrogação dos mandatos parlamentares, estendendo o dos deputados de quatro para cinco anos e o dos senadores de oito para dez. (A manobra preservava a maioria no Colégio Eleitoral e adiava o problema da maioria no Senado para 1982.) Sugeria a dissolução dos partidos, que seriam substituídos por duas novas siglas ou, se fosse o caso, quatro. Para chegar a isso, via três caminhos: o uso do AI-5, a votação pelo Congresso e um referendo popular. Preferia o referendo e pedia pressa. A seu ver, a reforma política deveria estar na rua até março.¹⁴

O governo tinha um projeto de emenda constitucional em tramitação no Congresso. Tratava da reforma do Judiciário e vinha sendo discutido desde o final de 1975. A emenda mudava a estrutura da Justiça, mas preservava dois dispositivos de força: negava o instituto do habeas corpus aos acusados de crimes contra a segurança nacional e mantinha o poder do Executivo de remover e aposentar juizes. O combate a essa prerrogativa era chamado de “restauração dos predicamentos da magistratura”.

Geisel já obtivera o apoio do MDB para aprovar três emendas

banais. Dessa vez, precisava que a oposição aceitasse discutir a reforma do Judiciário, liberando os votos de seus parlamentares. Pela lei da fidelidade partidária, instrumento do regime destinado a acorrentar a bancada governista, ficava sem o mandato o parlamentar que desafiasse uma questão fechada pelo Diretório Nacional. Se o MDB não fechasse a questão, o governo aprovava a emenda. O presidente sabia que dispunha dos 39 votos necessários para completar os dois terços requeridos pela Constituição. Se não conseguisse, já avisara a Petrônio: “Colocarei o Congresso Nacional em recesso e decretarei a reforma”.¹⁵

Petrônio, que vinha conversando em segredo com Thales Ramalho, recebera a garantia de que o caminho seria desobstruído. Thales tinha a palavra dos moderados do MDB. A bancada do partido no Senado já se definira pela abertura da questão. A da Câmara votara contra, mas trinta deputados haviam-se manifestado publicamente pelo acordo.¹⁶ A decisão seria sacramentada na manhã de 25 de março, numa reunião do Diretório Nacional.

Na noite anterior, um pedaço da cúpula do MDB encontrara-se no apartamento que Ulysses dividia com um colega.¹⁷ Tancredo Neves sustentara a conveniência de se permitir a reforma. Ele era um oráculo da ala moderada do partido, mas nesse caso seu raciocínio frio mostrava a sensibilidade do ex-ministro de Getúlio Vargas e do ex-presidente do Conselho dos Ministros na experiência parlamentarista do início dos anos 60. Tancredo não via motivo para se ir a um choque por conta de um tema (os “predicamentos da magistratura”) incompreensível para a opinião pública. Ademais, não fazia sentido lutar por um Judiciário que sempre decidira em favor do regime. Queria transferir o combate para outro campo, noutra ocasião. Era inevitável que o governo propusesse a emenda constitucional cancelando as eleições diretas para os governos estaduais. O líder da ala moderada acreditava que essa seria a hora e o lugar certos para brigar. Às cinco da manhã, quando a conversa terminou, Ulysses apoiara a tática. Combinaram até a coreografia da reunião do Diretório, que começaria quatro horas depois. Caberia a Tancredo o encaminhamento de

proposta de liberação da bancada. Em seguida, falaria o senador Franco Montoro, endossando-a.

O ex-primeiro-ministro fez um bonito discurso. Analisou o projeto valendo-se de um dos recursos de retórica que mais apreciava, agressivo na condenação do acessório, suave na defesa do essencial. Criticou a emenda e concluiu propondo que o partido votasse livremente. Repetiu o argumento da madrugada: “O confronto, se um dia tivermos que travá-lo, há de ser num instante em que tenhamos ao nosso lado a opinião pública, a imprensa e a consciência democrática da Nação. [...] Ainda não chegou a hora de nos lançarmos ao teste do confronto”.¹⁸

No plenário, o senador Paulo Brossard estava disposto a ficar calado. Quando Tancredo terminou, diversos colegas pediram-lhe que falasse. Presidindo a sessão, Ulysses saiu do trato. Em vez de chamar Montoro, chamou Brossard.

O senador gaúcho desarticulou a construção dos moderados. Citou as críticas que Tancredo fizera ao projeto, elogiou sua biografia e argumentou que, tendo dito o que dissera e sendo quem era, não podia propor que a questão ficasse aberta. Quanto ao confronto, argumentou que o projeto do governo era parte de algo maior, destinado a emparelhar a oposição: “Se uma alcatéia falasse, não teria outra linguagem”.¹⁹

Brossard ainda não terminara quando Tancredo percebeu que fora logrado. Levantou-se de sua cadeira, na primeira fila do plenário, e acercou-se de Thales Ramalho: “Vamos votar pelo fechamento da questão, senão vamos sair daqui apedrejados”.²⁰ Por unanimidade, o Diretório fechou a questão.

Desfeita a reunião, Ulysses procurou Thales. Tinham combinado almoçar em sua casa, com Tancredo. Ouviu o seguinte: “Na minha casa não tem mais almoço”. Thales e Tancredo comeram a sós, num pequeno restaurante. A partir desse dia as relações de Tancredo Neves com Ulysses Guimarães jamais foram as mesmas. Tão elegantes quanto dissimulados, eles conviveram por mais onze anos sem atritos públicos

e sem nenhuma confiança. Distanciaram-se porque seus projetos já não dispunham do nível de fraternidade que a fraqueza política soldara. O futuro de Tancredo dependia de uma saída negociada da ditadura. O de Ulysses, do colapso.²¹ Tancredo precisava de Ulysses para que suas manobras não fossem apedrejadas. Ulysses precisava de Tancredo para evitar que o radicalismo dos quartéis voltasse a mutilar a oposição. Na sessão do Diretório, ambos perceberam que os projetos se neutralizavam. Naquela manhã, Ulysses neutralizou Tancredo.

Chegara-se ao “beco sem saída”. A bancada do MDB estava obrigada a derrubar a reforma do Judiciário. Derrotou-a nos dois turnos de votação. Num, por 237 x 155. No outro por 241 x 157. Faltaram quarenta votos para completar os dois terços, e o projeto foi ao arquivo. Poucos minutos depois da proclamação do resultado um jornalista telefonou a Golbery e perguntou-lhe o que ia acontecer.

— O Congresso será fechado — respondeu o general.

— Quando?

— Nas próximas 48 horas.²²

Às oito da manhã de 1º de abril, 13º aniversário da “Revolução Redentora de 31 de Março de 1964”, Geisel reuniu o Conselho de Segurança Nacional. Valendo-se dos poderes do AI-5, fechou o Congresso por tempo indeterminado.

Era o terceiro recesso imposto pelo regime. Deu-se sem a tropa de 1966 e sem a onda de prisões de 68. Faltou-lhe até a histeria da Censura de todas as crises anteriores. Os poderes legislativos foram transferidos a um núcleo de seis pessoas, depreciativamente denominado de “Constituinte do Alvorada”.²³ Depois de catorze dias de deliberações, produziram o texto da Emenda Constitucional nº 8, que entraria para a vida política e a história brasileira com o apelido de “Pacote de Abril”.

Houve premeditação no golpe, mas não houve coordenação. Geisel

passara a chave no Congresso sem um projeto definido de reforma política. A reunião do Conselho de Segurança, da qual participaram todos os ministros e os três chefes de Estado-Maior das Forças Armadas, fora tão inexpressiva que, 23 anos depois, o general não se lembrava de tê-lo convocado.²⁴

Assim como sucedera na edição do AI-5, a sessão do Conselho foi assombrada por duas obsessões. Numa, atribuiu-se a culpa da crise à oposição. Armando Falcão condenou a “frouxidão, a covardia e a confusão” da cúpula do MDB. Azeredo da Silveira atacou-lhe a “intransigência”. Noutra, alguns ministros defenderam a legalidade do que se estava fazendo, como se isso fosse necessário ou tivesse alguma importância. Mario Henrique Simonsen lembrou que o recesso era coisa normal nos regimes constitucionais e chamou de “ditadura da minoria” o comportamento do MDB. Ney Braga sustentou que o recesso estava previsto no Ato 5, “aprovado pela Constituição”.²⁵

Ainda que distendida, a reunião teve dois ecos da missa negra de 1968. O general Frota apoiou o recesso com o boné de comissário: “Três dias atrás, no dia que foi rejeitada a proposta do presente projeto, eu entrei em ligação com todos os comandantes de área [...] e todos eles estavam de acordo e davam a Vossa Excelência irrestrito apoio e que o caminho era esse que Vossa Excelência citou [...] de modo que me credenciaram para dizer isso a Vossa Excelência [...]”. O general Dyrceu Nogueira, ministro dos Transportes, lembrou que “seria o caso, também, de limpar também a casa do Congresso”. (Dias antes, Hugo Abreu propusera ao presidente a cassação do mandato dos “elementos radicais do MDB”).²⁶ Quatro outros ministros pediram que o recesso fosse breve.²⁷

Se o marechal Costa e Silva reunira o Conselho em 1968 para teatralizar uma votação, Geisel teatralizava não só a votação, mas também o propósito. Na sua breve exposição, tratou apenas da crise provocada pela derrota da emenda de reforma do Judiciário. Admitindo-

se que o objetivo do recesso tivesse sido somente esse, bastaria sancioná-la, ali mesmo, e a questão estaria resolvida. O Congresso não fora fechado para que se reformasse o Judiciário. O que se queria era o “muito mais”, a liberdade para emendar dispositivos político-eleitorais da Constituição. Quase todos os ministros defenderam a conveniência de se aproveitar a ocasião para avançar essas mudanças. Reis Velloso, num voto analítico, mostrou que o governo tinha três caminhos: fazer só a reforma do Judiciário, baixar o quórum constitucional de dois terços necessário para as emendas constitucionais, destravando a porta para novas reformas depois da reabertura do Parlamento, ou fazer tudo de uma vez, aproveitando o recesso.

Golbery falou pouco. Retomou os conceitos que garatujara em dezembro. Sustentou a necessidade de uma reforma profunda “para que se institucionalize o processo revolucionário de uma vez por todas e não se venha fazendo, para empregar a frase dos nossos economistas, levando sempre o governo com a barriga. Quer dizer, resolvendo a cada dia crises que se sucedem sem ter a oportunidade de apresentar ao país uma perspectiva de longo prazo, um panorama de estabilidade e ordem pela evolução natural do sistema implantado”. Achava que se devia usar o recesso para fazer todas as mudanças desejadas: “Por um motivo doutrinário e por um motivo prático de poder andar ligeiro, e em segurança, eu creio que nós temos que aproveitar a oportunidade de fazer tudo o que for necessário para assegurar uma perspectiva mais ampla à evolução política do país”.

Terminada a colheita da unanimidade, a reunião se dissolveu num bate-papo. A certa altura, Simonsen falou em “normalização da vida política do país”. Cortaram-no: “Aperfeiçoamento...” Discutiram o cerimonial da divulgação, e ficou entendido que o presidente faria um pronunciamento ao país. Numa brincadeira, um dos ministros sugeriu que, ao estilo de Falcão, deixassem o Planalto anunciando que não havia “nada a declarar”.

Nos dias seguintes, trabalhou-se. Como fizera em outras crises políticas, Golbery abriu um “Minimax” para orientar-se. Era uma folha

dividida em três colunas. A da esquerda intitulava-se “Mínimo” e a da direita, “Máximo”, cada uma com dezenove itens. As duas listas tinham quinze pontos comuns.²⁸ Na do meio, os compromissos. Os conceitos mediam a profundidade das modificações, não as preferências do general.

Numa hipótese (a do esforço mínimo), preservava o texto da Constituição de 1969. Na outra (do esforço máximo), admitia um retorno à Carta de 1967. Nos dois casos, incorporava dispositivos essenciais do AI-5, preservando o poder do presidente de cassar mandatos e decretar o recesso do Congresso enquanto vigorasse o estado de emergência, durante o qual seriam suspensas as garantias individuais. Restabelecia o habeas corpus.

Tomada pela hipótese da Carta de 67 (a melhor), a proposta de Golbery era uma variante pobre do projeto que, oito anos antes, Costa e Silva não chegara a assinar. O marechal pretendia incorporar todo o AI-5, reservando-se o direito de suprimir seus dispositivos por decreto. O estratagema de 1969 poderia levar, em tese, à revogação completa do Ato. A variante do “Minimax”, não.

Dois depoimentos — de Geisel e de Armando Falcão — sustentam que Golbery defendeu o fim do AI-5 durante os trabalhos da “Constituinte do Alvorada”.²⁹ Ao longo dos vinte anos seguintes, Geisel argumentou que, na época, faltava-lhe força militar para revogar o Ato. Pelo mesmo motivo, congelou duas outras propostas do general: o abrandamento da Lei de Segurança e a mudança da Lei de Imprensa, que a tornava mais simples e expedita. (Confirmando uma implicância de Golbery com a distribuição de patacas pelos ministros e governadores, num canto do “Minimax” ele anotou: “condecorações”)

O “Pacote de Abril” foi anunciado no dia 14. Pela primeira vez desde 1823, quando d. Pedro I dissolveu a Constituinte, o Executivo legislou com a colaboração dos presidentes das duas Casas do Congresso fechado. O do Senado, Petrônio Portella, era o principal

conselheiro de Golbery. O da Câmara, deputado Marco Maciel, despachava no Gabinete Civil e cruzava suas salas carregando pastas de papelão de cujo interior transbordavam tiras de documentos com pedaços da legislação estripada na produção da nova ordem política e eleitoral.³⁰

Geisel pôs de lado a idéia da revisão constitucional e o conceito de institucionalização defendido por Golbery. Limitou-se ao necessário para a preservação da maioria da Arena e da vitalidade eleitoral do regime. Não era pouca coisa:

1. Tornou indiretas as eleições dos governadores e alterou a composição do colégio eleitoral nos estados, incluindo uma percentagem de representações dos municípios. Fez isso calculadamente, para evitar que o MDB capturasse, pelo voto indireto, o governo de São Paulo e do Rio Grande do Sul. Deixou-o com aquilo que sempre tivera, o Rio de Janeiro.³¹

2. Assegurou a maioria no Senado tornando indireta a escolha de um dos dois senadores que seriam eleitos em 1978. Com um só voto — o seu — deu à Arena 21 cadeiras. Enquanto esse artifício existiu, seus beneficiários foram conhecidos como “senadores biônicos”. O apelido ecoava um personagem cibernético de seriado de televisão. (Pelo “Minimax”, Golbery dava essas cadeiras aos governadores, cujo mandato terminaria em 1978.)

3. Aplacou as facções da Arena nos estados e municípios restabelecendo a sublegenda na eleição de um dos senadores.

4. Alterou o sistema de cálculo das representações dos estados na Câmara dos Deputados. As bancadas passaram a ser formadas de acordo com a população, não mais com base no eleitorado. Abandonou-se a escala regressiva para a determinação do tamanho das representações. Nenhum estado teria menos que seis deputados, ou mais que 55. Pelo cálculo antigo, São Paulo, que se tornara um reduto do MDB, teria 81 cadeiras.

5. Dividiu em dois o estado de Mato Grosso. (Na estimativa de um deputado da região, a bancada federal, que tinha seis deputados da

Arena e dois do MDB, ficaria com treze para a Arena, enquanto a oposição continuaria com dois.)³²

6. Estendeu para seis anos o mandato dos seus sucessores e alterou a composição do Colégio Eleitoral que escolheria o futuro presidente, reduzindo a influência das representações dos estados mais populosos. Entre outras utilidades, a ampliação do mandato ressaltava o problema da idade do general Frota, que, se escolhido, deixaria o governo aos 75 anos, contra 66 de Figueiredo.

O mandato de seis anos teve a oposição expressa do general Hugo Abreu, que propusera encurtá-lo para quatro: “Não me parece vantajoso estender-se para seis anos o mandato do Presidente da República. Há vantagens na renovação periódica da equipe presidencial [...]. É preciso notar que não poderemos abandonar a hipótese de um Presidente que se revele menos apto ao exercício do cargo”.³³

Essas eram as mudanças esperadas. Assim como acontecera em 1968 quando, no vácuo do AI-5, todos os restaurantes foram obrigados a incluir no cardápio um prato popular (apelidado *Sunabão*), amarrou-se o pacote numa laçada de demagogia. Geisel abrandou a essência draconiana da “denúncia vazia”, que permitia aos senhorios expulsar os inquilinos. Além disso, estendeu as férias dos trabalhadores de vinte para trinta dias. Essas duas medidas foram suficientes para dar ao pacote uma inédita popularidade.

Preparando-se outro pedaço do futuro, baixara-se o quórum das reformas constitucionais de dois terços para maioria absoluta do Congresso. Na reunião do Conselho de Segurança esse dispositivo fora defendido por seis ministros.³⁴ Era a limpeza dos trilhos obstruídos desde 1974, prenúncio de novas propostas de emendas. Mudado o quórum, o governo recuperava a capacidade de impor à oposição um projeto autônomo de reformas constitucionais.

No dia em que o pacote foi anunciado, o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil elegeu, por diferença de dois votos, um

novo presidente para a instituição. Era o advogado Raymundo Faoro, um enorme gaúcho de 52 anos. Sua personalidade retraída juntava um humor cáustico e três sólidas formações. Uma, jurídica, como procurador do Estado do Rio de Janeiro. Outra, histórica. Nos anos 50, escrevera *Os donos do poder*, um clássico no qual sustentara que o país vivera, desde a Colônia, sob o mando de um patronato resultante da associação da burocracia do Estado com os interesses da plutocracia. A terceira, literária. Tinha acabado de publicar *A pirâmide e o trapézio*, um estudo da obra de Machado de Assis. Nunca fizera política, e chegara à presidência da OAB porque os advogados não queriam que o cargo fosse ocupado por personalidades que tivessem militância partidária. Em contrapartida, muitos dos seus colegas viam com reserva a eleição de um servidor público para a presidência da Ordem.³⁵ Como representante do Conselho Federal de Cultura no Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, votara com o governo pelo arquivamento do caso do ex-deputado Rubens Paiva, assassinado no DOI do Rio mas dado por desaparecido pelo I Exército.³⁶

Depois de ler o texto do pacote, Faoro surpreendeu seus pares. Disse que a redução do quórum para a votação de emendas constitucionais era uma “porta entreaberta”.³⁷ Aonde ela levava, não sabia.

Quatro dias depois da reabertura do Congresso, Golbery começou a trabalhar naquilo que Heitor Ferreira denominara de “Plano Mestre”, a sacração do general João Baptista Figueiredo como sucessor de Ernesto Geisel.

1 Anotação de Geisel, de 6 de abril de 1976, respondendo a um bilhete de Heitor Ferreira. APGCS/HF.

2 *Diário de Heitor Ferreira*, 16 de janeiro de 1975. O Colégio Eleitoral que escolheu o sucessor de Geisel teve 581 pessoas. Eram os senadores, os deputados e representantes das assembleias legislativas estaduais.

3 Anotação de Heitor Ferreira, depois de uma conversa com Humberto Barreto, de 14 de abril de 1975. APGCS/HF.

4 *Diário de Heitor Ferreira*, 16 de abril de 1976.

5 Idem, 7 de maio de 1975.

6 Nota manuscrita de Heitor Ferreira, de 21 de fevereiro de 1977, sobre uma conversa que tivera com Geisel na véspera, no Riacho Fundo. APGCS/HF.

7 Nota de Figueiredo a Heitor Ferreira, de 28 de agosto de 1975. APGCS/HF.

8 *Cronologia do Governo Geisel*, de Heitor Ferreira, 21 e 23 de fevereiro de 1977. APGCS/HF.

9 Para uma versão completa dessa teoria, ver Golbery do Couto e Silva, “Sístoles e diástoles”, em seu *Geopolítica e poder*, pp. 478-500.

10 Luiz Gutemberg, *Moisés, codinome Ulysses Guimarães*, p. 157.

11 *Folha de S.Paulo*, 10 (p. 4) e 11 de março de 1977 (pp. 1 e 4).

12 *Informação n° 0027/19-A/AC/SNI/1977*, da Agência Central do SNI, de 25 de janeiro de 1977, citando um trecho de uma entrevista de Carlos Castello Branco a *O Pasquim*, transcrito no semanário goiano *Opção* de 9 a 15 de janeiro de 1977. APGCS/HF.

13 Duas folhas de bloco com manuscrito de Golbery, dos primeiros dias de abril de 1977. APGCS/HF.

14 Oito folhas do general Hugo Abreu para Geisel, intituladas *Estudo para o Sr. Presidente da República — Reforma Política — Sugestões*, carimbadas “confidencial”, de 10 de janeiro de 1977. APGCS/HF. A proposta prorrogava também os mandatos de prefeitos e vereadores.

15 Armando Falcão, *Tudo a declarar*, p. 351.

16 Para a bancada no Senado, Maria d’Alva Gil Kinzo, *Legal opposition politics under authoritarian rule in Brazil*, p. 177. Para os trinta deputados, rádio Aparecida, 24 de março de 1977.

17 Era o apartamento do senador Nelson Carneiro. Thales Ramalho, julho de 1999.

18 Maria d’Alva Gil Kinzo, *Legal opposition politics under authoritarian rule in Brazil*, p. 176.

19 Paulo Brossard, junho de 1999.

20 Thales Ramalho, julho de 1999.

21 Devo essa percepção (e muito mais) ao deputado Thales Ramalho, que a formulou da seguinte maneira: “Ambos eram candidatos à Presidência. Um sabia que só a levaria numa eleição indireta. O outro sabia que só a levaria numa eleição direta”. Thales Ramalho, julho de 1999.

22 Golbery do Couto e Silva, março de 1977.

23 Para os integrantes, Armando Falcão, *Tudo a declarar*, p. 352. Geisel, Golbery, Falcão, Petrônio Portella (presidente do Senado), Marco Maciel (presidente da Câmara) e Francelino Pereira (presidente da Arena).

24 *Ernesto Geisel*, organizado por Maria Celina d’Araujo e Celso Castro, p. 394.

25 As referências à reunião baseiam-se no conteúdo de duas fitas cassete intituladas *Pacote de Abril* por Heitor Ferreira. APGCS/HF.

26 *Informação para o Sr. Presidente*, intitulada *Situação Política*, carimbada “confidencial”, de 29 de março de 1977. APGCS/HF.

27 Azeredo da Silveira, Simonsen, Quandt de Oliveira e Luiz Gonzaga do Nascimento Silva.

28 Uma folha manuscrita de Golbery, datada de 14 de abril de 1977 por Heitor Ferreira, que anotou: “Papel original em que Golbery lançou o ‘minimax’ do que depois

se chamou Pacote de Abril”. APGCS/HF.

29 Ernesto Geisel, abril de 1995, e Armando Falcão, *Tudo a declarar*, p. 353.

30 Cena presenciada pelo autor.

31 Para uma análise do Pacote e dos casuísmos eleitorais da ditadura, ver “Manipulações casuísticas do sistema eleitoral durante o período militar, ou Como usualmente o feitiço vira contra o feiticeiro”, de David Fleischer, em *21 anos de regime militar*, organizado por Gláucio Ary Dillon Soares e Maria Celina d’Araujo, pp. 175-7.

32 Nota de Heitor Ferreira a Geisel, de 29 de abril de 1977, transmitindo um cálculo do deputado Benedito Canelas. APGCS/HF.

33 *Informação para o Sr. Presidente*, intitulada *Emenda Constitucional*, de 6 de abril de 1977, anotada por Heitor Ferreira: “Do Hugo”. APGCS/HF.

34 Armando Falcão, Mario Henrique Simonsen, Araripe de Macedo, Ney Braga, Ângelo Calmon e Reis Velloso.

35 Josaphat Marinho, julho de 1999.

36 *Jornal do Brasil*, 22 de outubro de 1978, p. 1, e Caderno Especial, p. 5. Para o voto, *Veja*, 1º de novembro de 1978, pp. 24-8.

37 Raymundo Faoro, 1999. Ver também a entrevista de Faoro a Marcelo Coelho, em *Folha de S.Paulo* de 14 de maio de 2000, caderno *Mais!*, pp. 4-13.

Bye, bye, Brother

Em meados de 1975, durante a euforia da assinatura do Acordo Nuclear Brasil-Alemanha, ninguém deu grande atenção ao surgimento de um candidato a presidente dos Estados Unidos. Chamava-se Jimmy Carter. Dentuço inexpressivo e esquisito, vinha de Plains, vilarejo de um pequeno estado sulista. Nunca tivera cozinheira em casa.¹ Mal conseguia arrecadar os fundos necessários para que sua campanha decolasse. Tinha dificuldades para juntar 75 mil dólares por mês.² Caipira no aspecto, apresentava-se como um estranho ao mundo das tramas políticas. Era governador da Geórgia e, desde a Guerra Civil, nenhum sulista presidira a União. Nunca trabalhara em Washington, e, desde 1913, nenhum americano chegara à Casa Branca sem ter passado pelo Congresso ou pela burocracia federal.

Despercebido, estivera no Brasil em 1972, comboiando uma delegação de homens de negócios pelo Rio de Janeiro, São Paulo e Recife. Segundo o general Arthur Moura, adido militar americano na época, o governador apreciara os esforços do regime brasileiro no combate ao terrorismo e viajara por conta da fabricante de aviões Lockheed.³

Filho de um pequeno fazendeiro, Carter tinha uma religiosidade cívica. Vivia numa região onde, entre 1961 e 1962, queimaram-se seis igrejas de negros. Vinha da elite branca segregacionista, mas tangenciava a linha da simpatia pelo movimento em defesa dos direitos

civis dos negros. Recusara-se a participar do Conselho dos Homens Brancos do lugarejo.⁴ Junto com a mãe, ajudara a campanha de Andrew Young, um jovem pastor, amigo de Martin Luther King, que viria a ser o primeiro deputado negro eleito no Sul desde 1870. Em março de 1976, no meio da campanha presidencial, o deputado ajudara-o a vencer a prévia da Flórida, na qual poderia ter sepultado sua candidatura. O apoio de Young o associara à mística da militância pelos direitos civis.

Dias depois dessa vitória, Jimmy Carter trouxera uma novidade ao debate: o tema dos direitos humanos. Propusera uma política externa que restabelecesse a autoridade ideológica dos Estados Unidos, afastando-os das ditaduras. Tratava-se de requalificar a questão da democracia dentro da grande aliança anticomunista. Num país de fortes raízes religiosas, propenso a acreditar em sua superioridade moral, porém abalado pela renúncia do presidente Richard Nixon e pela derrota no Vietnã, a idéia era pelo menos conveniente. Pareceu conversa fiada, formulação genérica de um candidato que evitava controvérsias. Nem sequer ganhara espaço na imprensa.⁵

Antes de se meter em política, Carter fora oficial de Marinha. Trabalhara nos primórdios do projeto de construção de submarinos nucleares. Em 1952, estivera numa equipe mandada ao Canadá com a tarefa de ajudar a desmontar um reator que derreteria. Fizera seu serviço em noventa segundos, submetido ao máximo de radiação suportável por um ser humano.⁶ Atribuía-se, sem nenhuma titulação acadêmica, a condição de “físico nuclear”. Em maio, discursando numa conferência das Nações Unidas, defendera uma moratória internacional na compra e venda de usinas de enriquecimento e reprocessamento de combustível atômico.⁷ De novo, pareceu promessa de campanha.

Dois temas genéricos, declaratórios, indicavam o aparecimento de um candidato capaz de tumultuar as boas relações do governo dos Estados Unidos com a ditadura brasileira. Finava-se o tempo em que o presidente Richard Nixon recebera o general Medici nos jardins da Casa Branca dizendo: “Nós sabemos que para onde o Brasil for, para lá irá o

resto do continente latino-americano”.⁸ A administração republicana de Gerald Ford fizera uma suave oposição ao Acordo Nuclear e começara a se afastar, sem estridência, dos regimes ditatoriais. Podia-se dar a esse luxo. Passados três anos da derrubada do presidente chileno Salvador Allende, a América do Sul já não estava sob a ameaça da subversão comunista. Pelo contrário, padecia do choque da quimioterapia das ditaduras. Os generais controlavam o governo em oito de seus dez países.⁹ O continente, que desde 1850 celebrara em média quarenta eleições presidenciais por década, fecharia a de 70 com apenas catorze.¹⁰

Em 1973, com Allende no governo e Nixon na Casa Branca, o secretário de Estado Kissinger defendera uma “política pragmática e gradualista”: “Se as violações de direitos humanos não forem tão ofensivas a ponto de não podermos conviver com elas, vamos fazer o que pudermos para aumentar nossa influência no país”.¹¹ Em 1976, quando a junta argentina já tinha começado a maior matança ocorrida na América do Sul durante o século XX, o professor disse ao almirante-chanceler César Augusto Guzzetti: “Eu tenho um ponto de vista fora de moda, que é apoiar os amigos. [...] Quanto mais depressa vocês triunfarem, melhor”.¹² Numa reunião com o general Pinochet, em Santiago, Kissinger adiantou-lhe pontos de um discurso em que defenderia os direitos humanos, mas esclareceu: “Não me referirei ao Chile. [...] Minha avaliação é que vocês são a vítima de todos os grupos esquerdistas do mundo”.¹³

Para o público, a conversa do secretário de Estado americano era outra. Lembrava que “a necessidade de proteger e ampliar os direitos fundamentais da humanidade é um dos temas mais importantes do nosso tempo”.¹⁴ Geisel incomodava-se com esse tipo de formulação. Tinha uma antiga e expressa má vontade contra a natureza “imperialista” dos governos dos Estados Unidos.¹⁵ Um ano antes, autorizara o SNI a discutir com um representante do serviço secreto alemão os planos do general Antônio de Spínola para invadir Portugal. Agora, ao saber que o chefe da estação da CIA em Brasília tentara um

contato com Heitor Ferreira e que o professor Kissinger gostaria de conversar com Golbery durante sua passagem pelo Brasil, em fevereiro, respondera: “Nem uma coisa, nem outra. Conversa é comigo. [...] E esse país vem falar em direitos humanos e criticar o Brasil... Eu fico com pena de ver os Estados Unidos assim. Era um país que devia estar firme como líder”.¹⁶

Kissinger estava longe de ser uma fonte de problemas. Descera em Brasília, conversara 55 minutos com Geisel. Estivera com Golbery e contaria que viu nele um professor de matemática que falava como um filósofo.¹⁷ Repetira o bordão dos estrangeiros que desejavam agradar a ditadura (“O Brasil é um País que surge como potência mundial”) e assinara um memorando de entendimento que parecia refletir um novo poderio. Estabelecia que o secretário de Estado e o ministro das Relações Exteriores do Brasil deveriam se reunir a cada seis meses para discutir temas relevantes de interesse mútuo e da ordem universal.¹⁸ Deu em nada. Dois meses depois, o Planalto foi informado, sem aviso prévio, de que o governo americano impusera uma sobretaxa às exportações de sapatos brasileiros. Isso numa relação comercial em que o Brasil acumulara, em quatro anos sucessivos, um déficit de 4,65 bilhões de dólares.¹⁹

O problema viria a se chamar Jimmy Carter. O avanço de sua candidatura tornara-se uma sucessão de maus sinais. Em setembro, já como candidato oficial do Partido Democrata, foi à convenção da B’nai B’rith, a mais ativa organização judaica de defesa dos direitos humanos, e disse: “Não podemos olhar para o outro lado quando um governo tortura pessoas ou as encarcera por causa de suas crenças, ou quando nega às minorias tratamento justo ou o direito de emigrar. [...] É preciso ficar entendido que o fato de uma nação [...] negar a seu povo os direitos humanos básicos influenciará a atitude de nosso povo em relação ao governo desse país”.²⁰

Era fácil identificar o alvo. Carter transformara a grandeza moral das bandeiras dos negros do Sul num instrumento de afirmação da política externa dos Estados Unidos sobre a da União Soviética. O

conceito vinha dos anos 60, mas sua funcionalidade fora reciclada pelo professor Zbigniew Brzezinski, principal formulador da agenda de política externa do candidato. Nobre polonês, chegara à América como refugiado. Era professor da Universidade Columbia e rival obsessivo de Kissinger. Entendia que a causa dos direitos humanos era justa e invencível, pois colocaria a URSS e o bloco comunista numa eterna e inglória defensiva. Além disso, seria uma política de baixo custo.

Baratíssima. Carter deu a primeira pancada no governo brasileiro numa entrevista a *Playboy*, onde explicou a idéia da moralidade de sua política externa:

Quando Kissinger diz, como fez há pouco, que o Brasil tem um tipo de governo compatível com o nosso, bem, aí está o tipo de coisa que nós queremos mudar. O Brasil não tem um governo democrático. É uma ditadura militar. Em muitos aspectos é altamente repressiva para os presos políticos. Nosso governo deve corresponder ao caráter e aos princípios morais do povo americano e nossa política externa não pode contorná-los em troca de vantagens temporárias.²¹

O governo Geisel reagiu a todos os sinais de adversidade com uma mistura de frieza e soberba. Por frio, nunca lhes dera resposta, até porque o republicano Gerald Ford poderia vencer o pleito, reelegendo-se. Por soberbo, insistira na crença de que, na eventualidade de uma vitória democrata, uma coisa era a verbosidade do candidato e outra seriam os atos do presidente.

Na madrugada de 3 de novembro, Jimmy Carter elegeu-se presidente dos Estados Unidos. Em frente ao hotel em que estava hospedado, uma banda tocava “Happy days are here again” (“Os dias felizes voltaram”). A bandeira americana, que desde 1964 tremulara na direção do regime, tinha trocado de vento. Mantendo-se na defesa, Geisel saudou o resultado, prevendo que seria benéfico para as relações do Brasil com Washington.

Elas começaram a piorar em menos de quinze dias. Carter anunciou sua disposição de evitar que o Acordo Nuclear prosperasse, e a equipe de transição informou à embaixada alemã que a futura administração se opunha à entrega das usinas nucleares ao Brasil. A revista *Der Spiegel* atribuiu ao chanceler Helmut Schmidt o comentário de que já havia encontrado uma saída honrosa para o caso.²² Em Brasília, saiu da casca o embaixador John Crimmins. Comemorou abertamente a vitória democrata e aproveitou uma cerimônia na Assembléia Legislativa de Minas Gerais para dizer coisas que nem Lincoln Gordon, nos piores momentos de hostilidade a João Goulart, ousara: “Quando os governos deixam de satisfazer aos propósitos para os quais foram criados, ou negam os direitos inalienáveis dos cidadãos aos quais devem a sua razão de ser, eles podem ser mudados ou, em última instância, depostos”.²³

Geisel não o estimava. Diria mais tarde que ele “era contra nós”.²⁴ Era, fazia tempo. Saíra da Universidade Harvard para o Exército e chegara a tenente-coronel na frente italiana. Fizera carreira no Departamento de Estado lidando com informações e tendo por especialidade a América Latina. Falava português com fluência. Em 1970, participara de um grupo de trabalho do Conselho de Segurança Nacional, encarregado de formular uma linha de ação para a política americana no Brasil. Do estudo resultara a recomendação de um “apoio seletivo”, capaz de “evitar um envolvimento excessivo”, sem “sacrificar a influência que temos sobre o governo”.²⁵ Chegara a Brasília em 1973, substituindo um colega conservador e recluso. Num gesto simbólico, dera uma entrevista anódina ao semanário *Opinião*, que vivia sob severa censura prévia do governo.²⁶

Antes mesmo da posse de Carter, dera-se uma reviravolta no comportamento da diplomacia americana no Brasil. Nela misturaram-se os novos tempos e as convicções religiosas do presbiteriano Frederic

Chapin, cônsul-geral dos Estados Unidos em São Paulo. Na segunda semana de dezembro de 1976 ele procurou o cardeal Arns. Pediu que conversassem a sós.²⁷ Contou-lhe que um grupo de dirigentes do PC do B ia se reunir secretamente na cidade. O encontro havia sido delatado, e eles seriam presos. Convinha mandar um recado aos capas-pretas. O cardeal valeu-se de uma professora da PUC e soltou o aviso. Supunham tratar-se de evitar mais prisões. Desde janeiro de 1976, quando assumira o comando do II Exército, o general Dilermando Gomes Monteiro não tivera mortos no I DOI nem tiroteios nas ruas.

Chapin substituíra o cônsul Robert Corrigan, que recebera em casa o comandante do DOI paulista. Chefiava um consulado que anos antes mantivera um plantonista no cárcere da rua Tutóia, lendo depoimentos obtidos sob tortura. Em 1970, seus funcionários mandavam a Washington notícias falsas, sinalizando um abrandamento da repressão. A máquina do governo americano, que em 1964 acertara com Golbery uma troca sistemática de informações sobre atividades subversivas, já não batia só à porta do SNI e do DOI. Ia também à Arquidiocese.

O cônsul tinha razão. A reunião do comitê central do PC do B estava vendida. Errara quanto às intenções da “tigrada”. Na manhã de 16 de dezembro, o comandante do DOI paulista ordenou o ataque à casa 767 da rua Pio XI, no Alto da Lapa. Ângelo Arroyo, único sobrevivente da comissão militar da guerrilha do Araguaia, foi atingido no peito ao sair do banheiro. Pedro Pomar, veterano de três cadeias e dois levantes, morreu em seguida. No fim da operação, acompanhado de agentes que chupavam laranjas, apareceu o delegado Sérgio Fleury.²⁸

Episódio inesperado, o “Massacre da Lapa” reapresentava a brutalidade das operações militares do início dos anos 70. O comando do II Exército endossou a matança. Em Brasília, Figueiredo mandou uma *Informação* a Geisel, relatando o ocorrido.²⁹ Repetia, em linhas gerais, a versão oficial:

1. O DOI do IIº Ex. acompanhava há três meses atividades do

Comitê Nacional do PC do B desenvolvidas em ligação com a USP. [Falso. A operação fora montada pelo CIE. De Brasília, vieram o chefe de sua seção de operações, coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, e algo como quatro homens. Outra equipe viera do Rio e se aquartelara no II Exército.]³⁰

2. O local das reuniões [...] [era] uma casa da rua Pio XI na Lapa.

3. Foi planejada uma entrada nesse aparelho para apreensão da documentação, de vez que havia levantamento completo das pessoas que entravam e saíam do “aparelho”. [Certo. Depois de segui-los, o DOI prendera seis dos oito comunistas que deixaram a casa.]³¹

4. Foi planejada a ação para a madrugada de hoje quando não se esperava haver elementos em seu interior. [Falso. Dois dias antes o chefe do Estado-Maior do II Exército oficiou ao secretário de Segurança de São Paulo pedindo que desviasse o trânsito vizinho e montasse um sistema de apoio para tranqüilizar os moradores, pois a operação destinava-se à “detenção de militantes”.]³²

5. Ao haver a penetração estavam, entretanto, três elementos que reagiram a bala e foram mortos, já identificados como Ângelo Arroyo e Pedro Bento Ventura Pomar, dirigentes do PC do B, sendo o último o articulador da guerrilha do Araguaia. [Mentira. Pomar e Arroyo estavam desarmados.]

6. O terceiro elemento tentou fugir pela caixa-d'água, tendo entretanto caído à rua, fraturado o crânio e sido atropelado por um automóvel, falecendo em consequência. [Falso. O terceiro morto, o economista João Batista Franco Drummond, fora preso à noite, depois de ter sido deixado perto da avenida Nove de Julho, e morrera horas antes do ataque, no DOI. A simulação pretendia fabricar um suicida fora do DOI. Ela livrou o general Dilermando Gomes Monteiro do estigma que acompanhou o general Ednardo D'Avila Mello até sua morte, em 1984.]³³

Ao meio-dia, Chapin foi à Cúria Metropolitana. Abatido, narrou a chacina ao cardeal. Disse-lhe que tinha os nomes de diversos militantes do PC do B presos nas últimas 24 horas.³⁴

Um deles era Aldo Arantes, ex-presidente da UNE. Seus interrogadores divertiam-se dizendo que não havia torturas no Brasil, pois faltava pouco para a posse de Jimmy Carter e “o embaixador dos Estados Unidos no Brasil estava fazendo grande pressão sobre o governo brasileiro em relação à questão dos Direitos Humanos”. Era o sinal para o início de mais uma sessão de suplícios.³⁵ Quando seus dois advogados conseguiram vê-lo, Aldo Arantes chegou à sala do delegado Fleury amparado em dois policiais. Os choques que tomara na Cadeira do Dragão o impediam de sentar-se.³⁶

Por mais pessoais que tenham sido os motivos de Chapin e por mais primitiva que fosse a ironia do torturador, ambos faziam parte de uma nova ordem, na qual se acabara a simpatia que a elite democrata americana tivera com a ditadura brasileira. Um dos mais diligentes especialistas em América Latina do circuito de Washington, Sol Linowitz, divulgara um conjunto de propostas ao presidente eleito. Entre elas, estava o congelamento do Acordo Nuclear e a lembrança de que o Brasil é um dos países que “violam sistemática e flagrantemente os direitos humanos, onde a tortura se tornou uma prática comum e até mesmo institucionalizada”.³⁷

Tendo sido presidente do conselho da Xerox e embaixador na OEA, Linowitz tivera uma relação cordial com o governo Costa e Silva. Homem elegante, vivia na casta de poderosos de Washington, uma fauna que o presidente eleito mal conhecia e, de certa forma, desprezava. Quem Carter conhecia, ia mais longe. Andrew Young, escolhido para chefiar a representação americana nas Nações Unidas, queria que o governo impusesse sanções comerciais às ditaduras do Brasil e do Chile. Em 1970, ele fora um dos signatários da carta aberta que servira de introdução ao dossiê *Terror in Brazil*, organizado pelo

professor Ralph Della Cava, a quem o Itamaraty negava visto de entrada. Apresentando depoimentos de presos supliciados, a carta dizia que “o terror e a tortura são usados em seu país como um instrumento de governo”.³⁸ Outro signatário, Brady Tyson, tivera por muito tempo uma flâmula da Polícia Federal em seu escritório. Lembrava-lhe a expulsão do Brasil, nos anos 60. Tyson viria a ser um destacado colaborador de Young.

Era como se um pedaço da Passeata dos Cem Mil tivesse chegado à Casa Branca. “Cem mil na passeata? Não sei, pode ter sido a metade”, dissera, em 1969, o general Carlos de Meira Mattos.³⁹ A passeata de Carter pegara o general em Washington. Com três estrelas no ombro, era a maior patente militar no exterior. Representava o governo brasileiro na Junta Interamericana de Defesa. Fizera uma das mais completas carreiras de sua geração. Estivera na FEB como capitão, prendera oficiais legalistas em 1961 e três anos depois marchara sobre o nada, tomando Goiânia. Comandara a força expedicionária que coadjuvara a invasão americana da República Dominicana. Em 1966, cumprindo ordens do marechal Castello Branco, vestindo um uniforme de campanha e intitulado-se “um servidor do poder militar”, fechara o Congresso.⁴⁰

Meira via no governo Carter a influência de um “grupo de ‘jovens liberais’”. “Pleiteiam para os EUA uma posição de grande defensor da paz, não pela dissuasão, mas pelo exemplo de boa-fé.” Contava ao chefe do EMFA que Young, “negro, nomeado embaixador”, “iniciou suas atividades em Nova York, sede da ONU, participando de uma cerimônia fúnebre pela alma de um guerrilheiro negro rodesiano morto no choque contra as forças de segurança do governo da Rodésia”.⁴¹

A nova administração dissociava-se da ditadura brasileira exatamente nos dias em que o *Jornal do Brasil* publicava, em três edições sucessivas, cerca de cinquenta documentos da biblioteca do último presidente democrata, Lyndon Johnson.⁴² Revelavam a extensão da interferência da Casa Branca na deposição de João Goulart. Com doze anos de atraso, a *Operação Brother Sam* entrava na historiografia

das relações Brasil-Estados Unidos. Fora o codinome da força-tarefa composta de um porta-aviões e sete navios, com 110 toneladas de munição e 552 mil barris de combustível. Criada na tarde de 31 de março de 1964, deveria zarpar em direção ao litoral paulista para socorrer a revolta. Por desnecessária, fora desarticulada três dias depois. Sobrevivera apenas como documentação. A frota americana entrou na percepção dos brasileiros por uma porta, enquanto, pela outra, saía a política externa que ajudara a sustentar a ditadura.

Para os militares que haviam derrubado Goulart, a conduta de Carter era incompreensível. Combatiam na Guerra Fria ao lado dos americanos. Tinham derrotado o terrorismo e as guerrilhas comunistas, estavam abrandando o regime e, de uma hora para outra, sentiam-se isolados, confundidos com Pinochet. Viam como excentricidade aquilo que viria a ser uma profunda mudança de rumo da política americana. O anticomunismo, industrializado pela associação de Washington com a direita mundial, jogara uma pesada hipoteca sobre os Estados Unidos. Dos 46 países em que mantinham programas de ajuda militar, só dez eram considerados livres pelos observadores da organização Freedom House. Entre os 36 aliados americanos estavam algumas das piores ditaduras do mundo: o Irã do xá Reza Pahlevi, o Zaire de Joseph Mobutu e o Chile de Pinochet.⁴³

O próprio Pinochet, que em 1973 se beneficiara da indulgência concedida pelos americanos aos generais que derrubavam governos de esquerda, tornara-se ditador condenado e audacioso. Duas semanas depois do golpe, solicitara a Washington o envio de um técnico para colaborar na escolha de uma localidade onde se pudesse erguer, no menor tempo possível, um presídio para 3 mil pessoas. Pedira barracas infláveis e lençóis.⁴⁴ Agora, tinha o FBI no encalço de seu serviço de segurança.⁴⁵ O general estendera o terror político de sua ditadura a outros países, indo inclusive ao território dos Estados Unidos. Em setembro de 1976, sua polícia secreta explodira, a quinze minutos da

Casa Branca, o carro em que estavam uma cidadã americana e o economista Orlando Letelier, ex-chanceler de Allende. Em Buenos Aires, os agentes de Pinochet haviam explodido o carro em que estava o general Carlos Prats, comandante do exército durante o governo de Allende. Em Roma, um pistoleiro baleara na cabeça um dirigente do Partido Democrata Cristão.

Uma semana depois do assassinato de Letelier, a embaixada dos Estados Unidos em Buenos Aires revelara ao Departamento de Estado a existência da *Operação Condor*.⁴⁶ Resultava de uma articulação iniciada entre o final de 1974 e o início de 75. Juntava formalmente as “tigradas” chilena, argentina, uruguaia e paraguaia. A brasileira compareceu à primeira reunião da quadrilha como observadora. Pinochet pretendeu montar, em Santiago, um Escritório de Coordenação e Segurança encarregado de manter um arquivo “semelhante ao que a Interpol tem em Paris, mas dedicado à subversão”.⁴⁷ Na sua face clandestina, destinava-se a formar uma versão internacional do Esquadrão da Morte.⁴⁸

Em janeiro de 1975, Geisel mostrara-se contrário a um envolvimento direto do SNI com os chilenos: “Eles que venham aqui ver a ESNI”.⁴⁹ Nessa época já existia uma sólida relação de intercâmbio do SNI com os serviços de informação do Chile e da Argentina. Ia além de “ver a ESNI”. O chefe da DINA, general Manuel Contreras, contou anos mais tarde que funcionava em Manaus um centro de treinamento antiguerreiro ao qual remetia turmas de oficiais a cada dois meses. Um dos instrutores do centro era o adido militar francês, general Paul Aussaresses, veterano da guerra da Indochina e auto-intitulado “maestro” do dispositivo de torturas dos pára-quedistas do general Jacques Massu na Argélia, em 1957.⁵⁰

Segundo os dados colhidos pelos americanos na Argentina, até 1976 a participação do Brasil na *Operação Condor* restringira-se à troca de informações.⁵¹ Agentes brasileiros interrogaram presos no Chile e no Paraguai.⁵² Um telegrama da CIA de agosto de 1976 revelou que Brasília cooperava com as operações de inteligência da *Condor*. Chegou a

oferecer-lhe equipamento de telecomunicações, mas mantivera-se longe do Esquadrão da Morte.⁵³ Enquanto os generais argentinos se faziam passar por uma “Junta de Cavalheiros”, o atentado a Letelier criminalizou Pinochet, facilitando a vida da nova administração americana com as chamadas “tirantias amigas”.

Assim como sucederia à ditadura do Irã e das Filipinas, o governo brasileiro deixara de ser um aliado preferencial para a preservação das áreas de influência regionais da nova administração americana. A suposição de que o presidente Carter esqueceria as promessas de candidato se mostrara vã. Num dos mais significativos trechos de seu discurso de posse, informara que “nosso compromisso com os direitos humanos precisa ser absoluto”.⁵⁴

Faltava lidar com o “físico nuclear”. Em pouco mais de um ano, os interesses comerciais associados ao projeto haviam feito progresso. Assinaram-se os contratos para a construção dos reatores de Angra 2 e 3, ao preço de 873 milhões de dólares, e a abertura de uma linha de crédito no valor de outros 4,3 bilhões.⁵⁵ A Nuclebrás prometia encomendas de 1,2 bilhão de dólares à indústria nacional nos dez anos seguintes. Seu presidente assegurava que a primeira recarga das usinas de Angra 2 e 3 seria feita com combustível produzido no Brasil.

A crítica de Carter ao Acordo Brasil-Alemanha parecera coisa de diletante, mas era a posição de um dos mandarins da diplomacia do Partido Democrata. George Ball, um ex-banqueiro de investimentos que estivera no olho do furacão da crise de 1964, considerara o Acordo uma “irresponsabilidade” da Alemanha. A seu juízo, não havia sistema de salvaguardas capaz de impedir que o Brasil desenvolvesse um programa nuclear próprio.⁵⁶ Logo ele, que no dia 2 de abril, como subsecretário de Estado, transmitira ao embaixador Lincoln Gordon um “boa-noite e parabéns”, felicitando-o pelo trabalho que fizera durante a derrubada de Jango.

A ação contra o Acordo foi fulminante. Mal começou a trabalhar

no Salão Oval, Carter mandou o vice-presidente Walter Mondale a Bonn. Ameaçava o chanceler Helmut Schmidt com a suspensão do fornecimento de urânio aos reatores alemães.⁵⁷ Na primeira entrevista coletiva, o secretário de Estado Cyrus Vance propôs que o Acordo fosse congelado, até quando o governo americano pudesse oferecer alternativas aos seus dois pontos nevrálgicos: a construção das usinas de enriquecimento e de reprocessamento de urânio. Pelo texto do Acordo, ambas dariam ao Brasil a capacidade de participar, em seu território, da produção de combustível atômico. A primeira usina dependia do avanço de uma tecnologia que a Alemanha ainda não tinha desenvolvido no nível industrial. A segunda, mais barata e mais acessível, poderia operar logo que os novos reatores de Angra entrassem em funcionamento. A usina de reprocessamento foi sedada em poucas semanas. O governo de Bonn adiou a entrega do projeto e dos dados necessários para a construção.⁵⁸

Geisel receara que a Alemanha cedesse publicamente às pressões. Pensou em denunciar o governo americano em cadeia nacional de rádio e televisão.⁵⁹ Cogitou reunir o ministério e quis ouvir os ministros da área econômica para antever, de um lado, as possíveis pressões comerciais e, de outro, “o que se poderia ‘barganhar’”.⁶⁰ Quis saber a opinião de Heitor Ferreira e recebeu de volta a sugestão extrema de “algumas medidas de demonstração”: “Pedir a saída do pessoal da CIA, mandar embora os da Comissão [Militar] Mista”.⁶¹ Havia tempo o presidente cultivava a idéia de defenestrar a delegação militar, mas achou que era muito.⁶² A seu ver, não se devia “abrir uma guerra contra o americano”. “O que eu quero é que [...] as centrais venham e não se deteriore com os Estados Unidos.”⁶³

Às 16h30 da sexta-feira 4 de março, o conselheiro político da embaixada americana em Brasília foi ao Itamaraty cumprir uma formalidade. Levava consigo o texto de um relatório sobre a situação dos direitos humanos no Brasil. Era a cópia de um documento enviado pela Casa Branca ao Capitólio, no cumprimento de uma lei sancionada em junho do ano anterior pelo presidente Gerald Ford. Ela obrigava o

Executivo a informar ao Congresso em que grau os direitos humanos eram respeitados pelo governo nos países aos quais os Estados Unidos davam algum tipo de assistência militar. Era um relatório interno, mas o Congresso tinha poderes para divulgá-lo. O embaixador Crimmins acabara de receber o texto pela mala diplomática e achou melhor encaminhá-lo ao Itamaraty, temendo que seu conteúdo vazasse em Washington durante o fim de semana.⁶⁴ Geisel soube da notícia na granja do Riacho Fundo. Equilibrado na análise, embaraçoso na linguagem, o relatório, de 29 parágrafos, era devastador no tom. Grafava *Revolução* entre aspas, dizia que desde 1964 o governo estivera “sob o controle real dos militares”. Mencionava “poucos” casos recentes de “abusos” de presos políticos, mas reclamava da tortura de presos comuns. Reconhecia lisamente que Geisel liberalizara o regime, apesar da oposição existente em “várias organizações de segurança”. Concedia ao governo o abrandamento da censura e qualificava as eleições de 1974 como “as mais livres do Brasil, em mais de uma década”. Salvo algumas referências a relatórios da Anistia Internacional (exigidas pela lei), nos quais se denunciava que até 1975 a tortura era uma prática generalizada, não dizia muito mais do que já se podia escrever na imprensa nacional. Retrato sincero para um cidadão americano, atrevido para um general brasileiro, nada tinha a ver com a equipe de Carter. Fora concluído em dezembro, na embaixada em Brasília, durante a presidência de Ford, e ninguém lhe tocara uma vírgula em Washington.⁶⁵

O mesmo governo que acolhia com satisfação as análises laudatórias de Kissinger, exasperou-se com o texto entregue ao Itamaraty. No início da noite a embaixada recebeu o documento de volta, com a observação de que havia nele “comentários e conclusões tendenciosas e inaceitáveis”, tornando-se “impróprio para nossos arquivos”.⁶⁶ O embaraço viera da publicidade, não do procedimento. O porta-voz do governo brasileiro reconheceria, dias depois, que “pelo fato de não ser classificado como secreto”, o relatório “já continha, em si, o germe de sua publicação”.⁶⁷ Na manhã de sábado, Heitor Ferreira

passou um recado a Figueiredo: “Formou-se um grande bolo entre ontem e hoje nas relações com os EUA. Um pouco na área em que o Golbery temia. E já estamos revidando e preparando mais respostas, sobre as quais o Presidente ainda vai decidir. Mas todas fortes”.⁶⁸

A decisão veio em poucas horas, e Geisel mandou convocar Crimmins ao Itamaraty. Às nove da manhã, o embaixador foi recebido pelo secretário-geral, que lhe entregou uma nota em que o governo brasileiro rejeitava, a partir daquele momento, qualquer assistência militar que “dependa, direta ou indiretamente”, de julgamentos do governo americano em assuntos de sua “exclusiva competência”.⁶⁹

Refugava-se um crédito de 50 milhões de dólares para compra de armas e uma ajuda de 100 mil para programas de treinamento. Um crédito semelhante, dado no ano anterior, não fora usado. Uma semana depois, Geisel mandou que Crimmins fosse chamado de novo ao Itamaraty. Dessa vez, informaram-no de que o governo decidira denunciar toda a legislação que regulava as relações militares com os Estados Unidos. Estava morto o Acordo de Assistência Militar assinado pelos dois países em 1952. A Comissão Militar Mista, que funcionava no Rio de Janeiro, seria fechada. Acabava-se também o programa de intercâmbio pelo qual, entre 1970 e 1975, as forças armadas americanas treinaram 8500 militares brasileiros.⁷⁰

Típico exercício da Guerra Fria, o Acordo Militar nascera no rastro de uma negociação fracassada, na qual os americanos buscavam o envio de uma divisão de infantaria brasileira para a Guerra da Coreia. Passados 25 anos, tornara-se um pastel de vento.⁷¹

Para Geisel, era “nada”, mero canal de aquisições de armamento obsoleto, enfeitado por um esquema de mordomias. Antes de sua posse, o general que chefiava a missão americana tivera a ousadia de mandar a Lucy Geisel uma carteirinha para que pudesse comprar comida e bugigangas no duty-free que mantinha no Rio.⁷²

Para os americanos, pouco mais que nada. Em 1970 o Conselho de Segurança Nacional dos Estados Unidos classificara-o como uma “acomodação política”, pois “nenhuma ameaça à segurança do Brasil ou

dos EUA justifica qualquer assistência ao Brasil”.⁷³ Entre 1966 e 1972 Washington reduzira a sua representação militar no país em 47% e chegara a pensar em cortar, de sessenta para 25 pessoas, o contingente do Rio de Janeiro. Desde 1972, os Estados Unidos haviam fornecido anualmente, em média, 31 milhões de dólares em armas e gastado 710 mil treinando militares brasileiros.⁷⁴

O efeito da resposta foi ruidoso, mas emocional, pois as duas burocracias militares produziram uma acomodação paralela. O Brasil manteve sua Comissão de Compras em Washington. As manobras navais conjuntas prosseguiram. Preservou-se o intercâmbio entre as escolas de comando e estado-maior dos dois exércitos, bem como a cadeira de Português na Academia Militar de West Point.⁷⁵

Nunca um presidente brasileiro praticara tamanho ato de hostilidade contra os Estados Unidos. Apanhado de surpresa na sexta-feira, Geisel rebatera no sábado. Dera uma resposta lógica, a única que poderia tirá-lo da defensiva. Como a ajuda militar dependia da avaliação, eliminando-se o essencial, caducava o acessório. Não havendo acordo, nada haveria a relatar. O general manteve-se ao largo das patriotadas, desestimulando aplausos nacionalistas. Golbery chegara a ironizar: “Se aceitarmos apoio político, acabam fazendo uma passeata que começará na Cinelândia, aplaudindo o presidente. Quando chegar à Presidente Vargas, estará gritando ‘Abaixo o imperialismo’. Na praça Mauá incorporará uma faixa pedindo a legalidade do Partido Comunista”.⁷⁶

Geisel cassara o Acordo Militar Brasil-Estados Unidos. À diferença do que acontecia aos deputados que perdiam o mandato e voltavam emudecidos às suas cidades, o embaixador Crimmins perseverou no enunciado básico da política de Carter: “O ponto de vista do governo dos Estados Unidos é de que a preocupação pelos direitos humanos transcende as fronteiras nacionais”.⁷⁷

Cristalizara-se uma divergência muito mais ideológica do que prática. Em 1977, o declínio da repressão política brasileira tornava despropositada qualquer comparação com a brutalidade instalada nos

países próximos. A Argentina vivia um massacre que provocaria o desaparecimento de pelo menos 8900 pessoas.⁷⁸ Presos sedados eram embarcados em aviões e jogados em alto-mar. Chamava-se a isso “El Vuelo”.⁷⁹ (O Centro de Informações da Aeronáutica via a coisa assim: “Dado que o lançamento de cadáveres no estuário do rio da ‘Plata’ causa, vez por outra, problemas no Uruguai, com o aparecimento de corpos mutilados nas praias, estão sendo empregados fornos crematórios de hospitais estatais para cremação de subversivos abatidos”).⁸⁰ A ditadura uruguaia vinha construindo a estatística que resultaria no exílio de um em cada dez cidadãos, na detenção de um em cada cinquenta e na condenação de um em cada quinhentos.⁸¹ No Brasil, pela primeira vez desde a deposição de Goulart, um ano, o de 1977, haveria de terminar sem que o governo fosse diretamente acusado da morte de dissidentes políticos.⁸²

Geisel carregava, inteiro, o saco de maldades da ditadura. O que o distanciava de Carter, aproximando-o dos generais Videla e Pinochet (que recusaram a ajuda militar americana), não era apenas uma visão diversa da questão dos direitos humanos, mas uma compreensão antagônica da democracia. O paradoxo era produto do poder, não do equívoco. Geisel acreditava que os americanos não tinham de se meter nos assuntos de seu governo. Convencera-se de que os Estados Unidos enfraqueciam os aliados que combatiam o comunismo. Acima de tudo, não se poderia instalar no Brasil um regime com os pré-requisitos que Jimmy Carter considerava básicos para a existência de um estado de direito. No seu tradicional discurso de 31 de Março, lastimou as divergências com Washington, louvando as relações com as ditaduras próximas, “que hoje em dia são melhores do que em qualquer outra época”.⁸³

Dialogando com o texto de um discurso do secretário de Estado Cyrus Vance, Geisel e Golbery expressaram a perplexidade política que Carter lhes provocara.

Vance, um aristocrático advogado, que participara da inauguração das negociações que levaram ao fim da Guerra do Vietnã, dissera, num discurso: “Gostaria de definir o que entendemos por ‘Direitos Humanos’. Em primeiro lugar está o direito dos cidadãos de não terem a sua integridade pessoal violada pelo governo”.

Geisel respondeu: “Só da violação governamental? E a violação por parte de outros?”.

VANCE: [...] todos os signatários da Carta das Nações Unidas comprometeram-se a observar e respeitar os direitos humanos básicos. Assim sendo, nenhum membro das Nações Unidas pode reivindicar como assunto exclusivamente seu os maus-tratos aos seus cidadãos [...].

GOLBERY: !! Que dedução?!

VANCE: Nossa política está de acordo com nossa tradição, nossas obrigações internacionais e nossas leis.

GEISEL: Que tradição? Com os índios e negros?

VANCE: Nossa tarefa é manter esta fé, pelo nosso exemplo e nosso estímulo.

GEISEL: A intenção é boa! A realidade pode ser diferente!⁸⁴

Tudo teria sido fácil se a realidade fosse diferente e o governo pudesse ter reconhecido a ocorrência de milhares de casos de tortura e de centenas de assassinatos, informando que essa página começara a ser virada antes mesmo que o nome de Jimmy Carter tivesse saído da Geórgia. Mas o caminho estava obstruído à esquerda e à direita. À esquerda, pela possibilidade de a oposição pedir a punição dos torturadores (no máximo) ou a anistia das vítimas (no mínimo). À direita, pelas convicções de Geisel. Se elas não bastassem, havia as do general Frota, que oferecia sua “gratidão” aos “anônimos e abnegados defensores da ordem pública”, vítimas da “calúnia e da perfídia” de “insidiosa campanha da subversão internacional”.⁸⁵

Sem saída, o governo protegia-se com formulações acrobáticas. Azeredo da Silveira propunha que, diante do “espírito de cruzada

internacional pró-direitos humanos que parece dominar a política externa norte-americana”, se abandonasse a posição “dominantemente defensiva”, partindo para o ataque. Como?

No plano conceitual, caberia acentuar, em todos os foros em que isto fosse pertinente, que a conceituação clássica, que identifica direitos humanos com liberdades civis, está ultrapassada. Hoje, o atendimento de certas necessidades socioeconômicas do indivíduo, tais como alimentação, educação, assistência à saúde e à velhice, etc., constituem parte tão essencial dos direitos do homem quanto a garantia de suas liberdades individuais contra eventuais desmandos de autoridades governamentais.⁸⁶

Em reuniões reservadas, o chanceler acusava os Estados Unidos de aticar a oposição, sobretudo na sua campanha pela restauração do habeas corpus.⁸⁷

Já o general Ivan de Souza Mendes, ex-colaborador de Geisel na Petrobrás e comandante da Escola de Comando e Estado-Maior, queixava-se: “Parece que os americanos estão agindo exatamente ao contrário do que seria desejável, fazendo mesmo admitir como possível, uma infiltração de elementos comunistas, ou pelo menos esquerdistas, nas altas esferas do Governo. Quem perde, afinal de contas, é todo o Bloco Ocidental”.⁸⁸

Uma América do Norte associada a ditadores amigos e torturas, desejável para os generais brasileiros, tornara-se uma obsolescência em Washington. O chanceler soviético Andrei Gromyko via na campanha de Carter uma manobra de “subversão ideológica contra a URSS”. Um documento do governo húngaro, capturado pela CIA, revelava que a liderança russa estava “mortalmente preocupada com o que tende a ser uma genuína tentativa de derrubar o regime soviético”.⁸⁹

Os embaraços impostos aos ditadores anticomunistas davam a Carter autoridade para golpear o inimigo principal. Assim como informara ao embaixador russo Anatoly Dobrynin que apoiaria ostensivamente os dissidentes soviéticos, escrevera a Geisel dizendo que

“tivemos desentendimentos no passado, e vamos tê-los de novo”.⁹⁰

Partiu da Casa Branca a iniciativa do próximo desentendimento. Carter anunciou que sua mulher, Rosalynn, passaria pelo Brasil, durante uma visita de duas semanas a sete países da América Latina. Apelidaram-na *Magnólia de Aço*. Jimmy fora o primeiro namorado (na verdade, ela se apaixonara por uma fotografia, antes de conhecê-lo). Tinha a aparência de uma professora primária, vestia-se com a simplicidade de vendedora de armarinho e parecia nunca ter ido a um cabeleireiro. Desde Eleanor Roosevelt, nenhuma mulher de presidente americano tivera tanto poder político na Casa Branca. À diferença dela, alavancava o marido, sem construir uma personalidade própria. Carter chamava-a de “parceira”.

“Os latinos são machos. Detestam gringos e mulheres. O que mais a senhora quer saber?”, disse-lhe um deputado, no meio de uma das aulas preparatórias para a viagem.⁹¹

Na mosca. O presidente da Costa Rica recebeu-a acompanhado da mulher e de assessores. Respondia-lhe olhando para a platéia masculina, mas rendeu-se quando ela passou a fazer perguntas consultando um caderno.⁹²

Muitas seriam as más lembranças que Geisel guardaria de Carter. Nenhuma foi mais funda que o constrangimento de obrigá-lo a discutir assuntos de Estado com sua mulher.⁹³ Nunca tratara de política com Lucy ou com a filha. Aborrecia-se quando a irmã Amália, que ajudara a educá-lo, arriscava simples palpites. Entendia que Jimmy fora eleito presidente mas Rosalynn, coisa nenhuma. Incomodara-se com a decisão de Richard Nixon de mandar a mulher, Pat, a sua posse, mesmo sabendo que não conversariam nada além de banalidades.

Rosalynn Carter desceu em Brasília no dia 6 de junho de 1977. Conversou duas vezes com Geisel, numa audiência matutina e durante o jantar que ele lhe ofereceu no Alvorada. Desses encontros de constrangida cordialidade sobrevivem três registros, as memórias dos

dois e as notas da tradutora brasileira.

“Ela tinha um professor que veio junto, o Sr. Pastor, que a instruía”, lembrou Geisel.⁹⁴ O general Meira Mattos já informara ao EMFA que “Pastore”, um professor de trinta anos, pertencia ao “grupo liberal” que cercava Carter.⁹⁵ Atrevido, rápido e cruelmente irônico, Robert Pastor, da Universidade da Geórgia, era um feliz militante da causa da redemocratização continental. Poucas vezes um especialista em assuntos latino-americanos teve tanto acesso ao presidente dos Estados Unidos.

“Bob Pastor, nosso assessor de Segurança Nacional para Assuntos Latino-Americanos, tinha estudado a região durante anos. Ele me ajudou muito. Parecia ter todas as respostas”, contaria Rosalynn.

“Ela sentava, abria o caderno e apresentava sucessivamente os itens da nossa conversa”, recordaria Geisel, que redigira, numa folha de bloco, um esquema de sete pontos para a reunião.

“Antes de sair de casa, fiz um resumo das posições diplomáticas do nosso governo. [...] Toda vez que encontrava com um chefe de Estado, repassava esse sumário. Isso me tomava uns cinco ou dez minutos, dava uma idéia da visão de Jimmy sobre a região e fazia com que o governante percebesse que eu estava informada”, esclareceria Rosalynn.

Quando se reuniram, Geisel ouviu-a recitar “o compromisso decidido de seu marido com a causa dos direitos humanos”: “A política exterior americana deve representar o que há de melhor nos Estados Unidos e [...], por isso mesmo, não seria possível aceitar, fora de suas fronteiras, o que tampouco aprovava internamente”. Rosalynn admitiu que a posição americana “poderia talvez gerar certos mal-entendidos a curto prazo”, mas mostrou-se convicta de que “acabariam por prevalecer os princípios morais”.⁹⁶

Enquanto falava, deu-se conta de que o presidente se valia da intérprete mas entendia inglês. Estava certa.

Geisel entrincheirou-se. Expôs-lhe sua visão socioeconômica dos direitos humanos: “Trata-se de problema com implicações que não

podem ser solucionadas, plena e milagrosamente, da noite para o dia. Num país pobre, como o é o Brasil, sua total solução depende de um esforço progressivo. [...] Grandes esforços foram feitos no setor de habitação, alimentos, educação, saúde e outros”.

Daí em diante foi ao ataque. Segundo as notas da tradutora, lembrou um discurso em que Carter considerara anacrônica a “fobia anticomunista” e enunciou sua discordância:

O Sr. Carter teria razão no que diz respeito à posição de seu próprio país face ao comunismo, mas [...] tal atitude não se poderia generalizar [...]. Países como o Brasil [...] onde persistem sérias deficiências nos setores econômico e social, são mais vulneráveis, havendo solo fértil para a proliferação de tais idéias. A nação precisa, portanto, estar alerta para evitar sua propagação. O Brasil já passara por duas experiências dolorosas e não desejaria vê-las repetidas. Embora a índole de seu povo seja basicamente contrária a idéias comunistas devido ao sistema econômico em vigor e a sua formação religiosa, não podemos perder de vista as deficiências básicas de nossa estrutura social.

Rosalynn endureceu:

Solicitou a palavra para esclarecer que julgava tratar-se de um mal-entendido. O que dissera o presidente Carter fora que, no passado, os EUA apoiavam de forma irrestrita todo e qualquer regime, por mais repressivo que fosse, pelo simples fato de ser anticomunista. Atualmente, apesar do relaxamento de tensões, persiste a concorrência ferrenha entre os dois sistemas. Frisou, no entanto, que o Sr. Carter julga que as democracias industriais são livres, não por serem fortes, mas que sua força se deve à liberdade econômica e social de que desfrutam. [...] A História apóia as democracias.

Geisel respondeu que tinha entendido perfeitamente a posição de Carter, “sobretudo em relação à fobia anticomunista, surgida, afinal,

nos próprios EUA, berço do ‘Macartismo’ e de várias políticas exageradas de repressão às idéias de esquerda”. Ademais, enquanto os Estados Unidos enfrentavam “o imperialismo soviético, cujo perigo permanece”, o que se desejava evitar no Brasil era “a infiltração interna”. “Trata-se de problema enfrentado pelo Brasil e não pelos Estados Unidos.”

Rosalynn recuou meio passo. Elogiou as medidas liberalizadoras que o presidente tomara, fazendo questão (duas vezes) de fixá-las no tempo: “no decorrer do ano passado”. Tradução: noves fora o “Pacote de Abril”. Em seguida, avançou dois. Pediu ao general que ajudasse a “levar à Justiça elementos da Polícia e funcionários do Governo” que interferiam no livre exercício dos direitos humanos. Depois, pediu que assinasse a Convenção Americana de Direitos Humanos. Geisel lembrou-lhe que a Convenção previa o funcionamento de uma corte supranacional, o que para ele significava um atentado à soberania brasileira. Não assinaria.

A conversa ia para o seu final. Geisel já tinha espetado o alfinete do “berço do ‘Macartismo’”, mas faltava outro: “[O] que caracteriza melhor [...] o respeito profundo do Brasil e dos brasileiros pelos direitos humanos [é] a ausência de preconceitos raciais e religiosos. O Brasil seria talvez realmente um exemplo para o mundo, com sua sociedade multirracial convivendo em harmonia. Com uma legislação que data de muitos anos e que pune severamente quaisquer tendências racistas”.

Rosalynn respondeu que “nos EUA de fato permaneciam problemas dessa índole, embora muito tivesse sido feito em anos recentes para corrigi-los”.

Foram setenta minutos de desentendimento. Despediram-se combinando que discutiriam a questão nuclear no jantar. À noite, no Alvorada, cada um tinha uma ponta de dúvida sobre a própria conduta durante a manhã. Geisel perguntou-lhe o que achara do encontro, marcado pelo que chamou de “extrema franqueza”. Rosalynn disse-lhe que esperava “não ter-se excedido”.

Recomeçaram polidamente. Geisel, dizendo que não havia divergências de fundo na posição dos dois países sobre o uso da energia

nuclear. Rosalynn, respondendo que seu marido “compreendia a posição brasileira”. Se a conversa continuasse assim, poderiam ter passado ao capítulo das banalidades, mas os registros da tradutora informam:

O Presidente discordou, em vista da classificação feita pelo Sr. Carter, de “processos sensíveis”.

Seguiu-se uma discussão durante a qual a Sra. Carter procurava convencer o Presidente de que, de fato, representa um perigo para todo o hemisfério a possibilidade de se utilizar os subprodutos da geração de energia nuclear para a fabricação de armas.

Era a usina de reprocessamento. Ambos estavam de acordo no essencial: tendo os reatores e a usina, o Brasil poderia desenvolver uma tecnologia própria. Discordavam no desfecho. Segundo Geisel, o combustível reprocessado produziria energia. Na insinuação da sra. Carter, a bomba. Foi discussão mesmo. Rosalynn lembraria que “não consegui levá-lo a reconhecer que poderia ter energia nuclear sem ter a usina de reprocessamento. Sem dúvida, ele sabia disso”. Veladamente, ameaçou-o com um boicote euro-americano de fornecimento de urânio enriquecido. A certa altura, Geisel acusou-a de estar “abordando um problema baseada apenas em suposições”. Mostrou-lhe que o governo americano condenava a corrida armamentista e a proliferação nuclear enquanto vendia armas e continuava explodindo bombas em testes subterrâneos. Rosalynn disse que seu marido suspendera as explosões.

“Perdoe [...]. Está aqui. O jornal de ontem deu a notícia de uma experiência no deserto de Nevada”, respondeu Geisel. (O general estava certo. Ela não sabia do teste.)

Rosalynn percebeu um sinal de sua secretária. Sugeriu-lhe que fossem ao banheiro. Trancaram-se, e aos sussurros (tinham sido instruídas em Washington para não dizer nada, em país algum, que não quisessem ouvir gravado) ela lhe deu um recado do embaixador Crimmins, que estava à mesa. Pedia-lhe que amenizasse a conversa,

pois pressionara demais o presidente. Voltou disposta a falar de crianças e criados, mas Geisel quis continuar a discussão.

“A noite terminou cordialmente, com o entendimento de que nós havíamos concordado em discordar”, escreveria Rosalynn.

Ela partiu para o Recife, com uma agenda sentimental. Visitaria uma família que conhecera durante sua viagem de 1972. A truculência da polícia pernambucana, a falta de respeito do governo pelos direitos alheios e a inépcia dos hierarcas de Brasília haveriam de incorporar um novo item ao programa da mulher do presidente dos Estados Unidos.

Três semanas antes, a polícia detivera dois americanos malvestidos que puxavam uma carroça em direção ao bairro de Afogados. Eram o padre católico Lawrence Rosebaugh e o menonita Thomas Capuano. Viviam com os mendigos do Mercado São José e recolhiam xepas de feira para cozinhar uma sopa que juntava pivetes, pobres e prostitutas numa prece noturna. “Vocês devem ser comunistas para fazer isso”, disse-lhes um agente. Os religiosos ficaram incomunicáveis durante 72 horas na carceragem da Delegacia de Roubos e Furtos, onde homens e mulheres eram mantidos nus. Apanharam da polícia e de outros presos, assistiram a uma sessão de palmatória. Libertados, contaram ao cônsul americano o que lhes acontecera.⁹⁷

Quando Rosalynn Carter decolou de Washington, o Departamento de Estado já sabia o que sucedera no Recife. Chegara-se a admitir o cancelamento da escala, como forma de protesto, mas um funcionário do governo americano vira a coisa de outro jeito: “O incidente só demonstra a utilidade da viagem”. O Itamaraty fora notificado pela embaixada dos Estados Unidos em Brasília. O governador de Pernambuco, sabendo do desconforto, determinou a abertura de um inquérito e temperou o caso com uma nota fatalista: “O ideal mesmo era que não houvesse ladrões nem prisões”.⁹⁸ Veja narrara todo o incidente, mostrando que ele poderia ser astuciosamente associado à viagem. A edição da revista estava nas bancas cinco dias antes do desembarque de Rosalynn. Ninguém moveu um dedo para dar explicações aos

missionários, e muito menos aos brasileiros.

Segundo as memórias da sra. Carter, ela chegou ao Recife sem saber do caso. Foi informada pelo cônsul de que Rosebaugh e Capuano queriam vê-la. Pesou o tamanho da encrenca e telefonou ao marido. Queria encontrá-los: “Era nossa gente sendo maltratada”.⁹⁹ Carter concordou. Parecia uma decisão natural, mas ia no sentido contrário ao da tradição do Departamento de Estado no Brasil. A embaixada silenciara em 1970, quando se prenderam três professores e um fotógrafo americano, em ocasiões diferentes, sem justificativa alguma.¹⁰⁰ Os dois religiosos foram à casa do cônsul vestindo as roupas modestas que costumavam usar. Um calçava sandálias Havaianas. Rosalynn Carter os recebeu por vinte minutos e os acompanhou ao jardim. À noite, a cena foi longamente mostrada pelo principal noticiário de televisão americano. Na manhã seguinte, a fotografia da mulher do presidente dos Estados Unidos com os missionários barbudos estava no alto da primeira página do *The New York Times* e do *The Washington Post*. Ela transformara em acontecimento internacional uma viagem que o governo brasileiro empacotara no formalismo do protocolo e quase conseguira esterilizar.

“Tínhamos alcançado o nosso objetivo a respeito dos direitos humanos”, escreveria mais tarde.¹⁰¹

De Washington, o general Meira Mattos confirmava o êxito de Rosalynn Carter. Considerava “desastrosa” a repercussão da viagem e assegurava: “Este ‘show’ saiu preparado daqui, para ser como foi”. Tudo coisa de um “grupo de jovens” interessado em “afastar cada vez mais os EUA dos países governados por militares”. “Em suma, não se trata de um governo sério.”¹⁰²

1 Rosalynn Carter, *First lady from Plains*, p. 160.

2 Peter G. Bourne, *Jimmy Carter*, p. 273.

3 Carta de Arthur S. Moura a Jimmy Carter, de 21 de setembro de 1976. APGCS/HF. O texto da carta está em português, e nela Moura não se identifica como general do

exército americano. Nessa época ele trabalhava na empreiteira Mendes Júnior.

4 Jimmy Carter, *Why not the best?*, p. 73.

5 Lars Schoultz, *Human rights and United States policy toward Latin America*, p. 113.

6 Jimmy Carter, *Why not the best?*, pp. 59-60.

7 *Folha de S.Paulo*, 14 de maio de 1976, p. 10.

8 *The New York Times*, 31 de dezembro de 1971. A frase, em inglês: “We know that as Brazil goes so will go the rest of the Latin-American continent”.

9 Havia ditaduras militares no Brasil, Argentina, Uruguai, Paraguai, Chile, Bolívia, Peru e Equador.

10 Enrique Ochoa, “The rapid expansion of voter participation in Latin American presidential elections, 1845-1986”, citado em Brian Loveman, *For la patria*, p. 174.

11 Lars Schoultz, *Human rights and United States policy toward Latin America*, p. 110.

12 Transcrição da conversa de Kissinger com o almirante César Guzzetti, de 7 de outubro de 1976. *Clarín* e *The Miami Herald*, 4 de dezembro de 2003.

13 Transcrição da reunião de Kissinger com o general Pinochet, de 8 de junho de 1976. Peter Kornbluh, *The Pinochet file*, documento 14, p. 3.

14 Lars Schoultz, *Human rights and United States policy toward Latin America*, p. 111.

15 *Ernesto Geisel*, organizado por Maria Celina d’Araujo e Celso Castro, p. 342.

16 *Diário de Heitor Ferreira*, 5 de fevereiro de 1976. Para a busca de contato da CIA com Heitor Ferreira, carta de Joseph Kiyonaga a ele, de 26 de janeiro de 1976, APGCS/HF.

17 Henry Kissinger, *Years of renewal*, p. 740.

18 *Folha de S.Paulo*, 20 e 22 de fevereiro de 1976, p. 5 e pp. 4-5.

19 *O Globo*, 1º de outubro de 1977, p. 20.

20 Lars Schoultz, *Human rights and United States policy toward Latin America*, p. 113.

21 *Playboy* (edição americana), novembro de 1976, pp. 74-5. O texto da entrevista tornou-se conhecido no dia 20 de setembro. Elizabeth Drew, *American journal — The events of 1976*, p. 430. A *Revista do Homem* (título que a edição brasileira tinha na época) publicou a entrevista como um encarte especial no seu número 15, de outubro de 1976, mas suprimiu a referência ao Brasil.

22 *Jornal do Brasil*, 9 de dezembro de 1976, p. 4.

23 *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930*, coord. de Alzira Alves de Abreu e outros, vol. 2, p. 1005.

24 *Diário de Heitor Ferreira*, 5 de fevereiro de 1976, e *Ernesto Geisel*, organizado por Maria Celina d’Araujo e Celso Castro, p. 336.

25 *Decision Memorandum 69*, do National Security Council — Interdepartmental Group for Inter-American Affairs, marcado “secreto”, de 14 de agosto de 1970. DEEUA.

26 *Opinião*, 1º de julho de 1974, p. 5.

27 Pedro Estevam da Rocha Pomar, *Massacre na Lapa*, pp. 20 e 46. Entrevista de d. Paulo Evaristo Arns a Kenneth Serbin, 29 de julho de 1999, cedida ao autor.

28 Pedro Estevam da Rocha Pomar, *Massacre na Lapa*, pp. 17-21.

29 *Informação*, do SNI, encaminhada por Heitor Ferreira num bilhete a Geisel, que o anotou. APGCS/HF.

30 Coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, junho de 1988. Ver também o depoimento do ex-sargento Marival Chaves Dias do Canto à Comissão Externa de Desaparecidos

Políticos Pós 1964, da Câmara dos Deputados. Notas taquigráficas da sessão de 19 de novembro de 1992, p. 71.

31 Pedro Estevam da Rocha Pomar, *Massacre na Lapa*, p. 33.

32 Ofício do general Carlos Xavier de Miranda ao secretário Erasmo Dias, de 14 de dezembro de 1976, em Pedro Estevam da Rocha Pomar, *Massacre na Lapa*, anexo fotográfico.

33 *Folha de S.Paulo*, 1º de agosto de 1993, p. 19, com a sentença da juíza Marianina Galante, da 5ª Vara Federal de São Paulo, e Pedro Estevam da Rocha Pomar, *Massacre na Lapa*, p. 19.

34 Pedro Estevam da Rocha Pomar, *Massacre na Lapa*, p. 20.

35 Carta manuscrita de Aldo Arantes, em *Projeto Brasil: nunca mais*, tomo v, vol. 1: *A tortura*, pp. 216-21.

36 Marcelo Cerqueira, 1976.

37 *Jornal do Brasil*, 21 de dezembro de 1976, pp. 1 e 8.

38 *Terror in Brazil, a dossier*, opúsculo publicado em Nova York, em abril de 1970, pelo The American Committee for Information on Brazil.

39 Entrevista do general Carlos de Meira Mattos a Raimundo Rodrigues Pereira em *Veja* de 1º de outubro de 1969, p. 6.

40 Para “servidor do poder militar”, *Veja* de 18 de dezembro de 1968, p. 20.

41 Cartas do general Carlos de Meira Mattos ao chefe do EMFA, general Moacyr Barcellos Potyguara, de 1º de janeiro e 10 de fevereiro de 1977. APGCS/HF.

42 *Jornal do Brasil*, 18 (pp. 19-22), 19 (Caderno Especial) e 20 de dezembro de 1976 (pp. 12-3).

43 Para a lista dos países, *U.S. Overseas Loans and Grants, Obligations and Loan Authorizations July 1, 1945 - September 30, 2001*, da U.S. Agency for International Development (USAID): <<http://-qesdb.cdie.org/gbk/index.html>>. Para a classificação, *Freedom in the world — Political rights and civil liberties*, editado por Raymond Gastil, pp. 10-3.

44 Telegrama da embaixada americana em Santiago para o Departamento de Estado, de 28 de setembro de 1973. DEEUA. Para as relações do governo americano com a junta chilena, ver Peter Kornbluh, *The Pinochet file*, e John Dinges, *The Condor years*. O *National Security Archive*, <<http://www.gwu.edu/~nsarchiv/>>, é uma fonte inestimável de documentos.

45 O FBI investigava a morte de Orlando Letelier. Em agosto de 1977, o Bureau montou uma operação para fotografar os passaportes dos 56 agentes do CNI (ex-DINA) que iriam aos Estados Unidos acompanhando o general Pinochet e nas viagens precursoras da visita. Telegrama do escritório do FBI em Buenos Aires para Washington, de 31 de agosto de 1977. DEEUA.

46 Telegrama da embaixada americana em Buenos Aires, de 28 de setembro de 1976. DEEUA.

47 *Primera Reunión de Trabajo de Inteligencia Nacional*, de 29 de outubro de 1975. DEEUA.

48 Telegrama da embaixada americana em Buenos Aires, de 28 de setembro de 1976. DEEUA.

49 *Diário de Heitor Ferreira*, 10 de janeiro de 1975.

50 Para o centro de Manaus, John Dinges, *The Condor years*, p. 107. Para a participação de Aussaresses, mencionada por Contreras, script de *Esquadrões da Morte, a escola francesa*, documentário de Marie-Monique Morin, de 2003. AA. Aussaresses esteve no Brasil entre 1973 e 1975.

51 Para a limitação da participação brasileira, telegrama da embaixada americana em Buenos Aires, de 28 de setembro de 1976. Para a confirmação de que o Brasil participa da *Condor*, memorando americano de cerca de abril de 1977. DEEUA.

52 John Dinges, *The Condor years*, pp. 66 e 97.

53 Telegrama da CIA, de 12 de agosto de 1976. *National Security Archive*: <<http://www.gwu.edu/~nsar-chiv/news/20010306/>>.

54 Lars Schoultz, *Human rights and United States policy toward Latin America*, p. 113.

55 *O Estado de S. Paulo*, 23 de julho de 1976, pp. 1 e 35.

56 George W. Ball, *Diplomacy for a crowded world*, p. 266.

57 Helmut Schmidt, *Men and powers*, p. 187.

58 *O Estado de S. Paulo*, 5 de março de 1977, pp. 1 e 14.

59 Nota de Heitor Ferreira a Geisel, sem data, provavelmente de 2 de fevereiro de 1977. APGCS/HF.

60 Nota manuscrita de Geisel, sem data, anterior a 31 de janeiro de 1977. APGCS/HF.

61 Nota de Heitor Ferreira a Geisel, sem data, provavelmente de 2 de fevereiro de 1977. APGCS/HF.

62 Para a idéia de fechar a Comissão Militar Mista, *Diário de Heitor Ferreira*, 7 de maio de 1975.

63 Nota de Heitor Ferreira, de 21 de fevereiro de 1977, referente a uma conversa que teve com Geisel no Riacho Fundo. APGCS/HF.

64 Timothy J. Power, “Brazil and the Carter human rights policy”, p. 93.

65 Entrevista do embaixador John Crimmins a Timothy J. Power, em Power, “Brazil and the Carter human rights policy”, p. 85.

66 Timothy J. Power, “Brazil and the Carter human rights policy”, p. 93.

67 Entrevista do coronel José Maria de Toledo Camargo em *Folha de S. Paulo* de 11 de março de 1977, p. 8.

68 Nota de Heitor Ferreira, sem data, provavelmente de 5 de março de 1977. APGCS/HF.

69 Duas folhas do Itamaraty, intituladas *À Embaixada dos Estados Unidos da América*, de 4 de março de 1977, revistas e alteradas por Geisel. APGCS/HF.

70 Timothy J. Power, “Brazil and the Carter human rights policy”, pp. 98 e 104.

71 Para o desejo americano da idade de tropa brasileira para a Coreia, Sonny B. Davis, *A brotherhood of arms*, pp. 124-32. Para o Acordo, pp. 132-5.

72 *Ernesto Geisel*, organizado por Maria Celina d’Araujo e Celso Castro, pp. 350-1, “Privilege and cigarette ration card n° 310, em nome de Mrs. Ernesto Geisel”, e carta do general Maurice Kendall a Geisel, de 27 de março de 1974, APGCS/HF. Geisel anotou: “Não pretendo usar!”.

73 *Analytical Summary — Brazil Program Analysis (NSSM 67)*, p. 5. DEEUA.

74 Sonny B. Davis, *A brotherhood of arms*, pp. 197, 225 e 228. Na percentagem estão excluídos os adidos e os guardas da embaixada, no apêndice “Economic Support”, p. 1, em *Analytical Summary — Brazil Program Analysis (NSSM 67)*, DEEUA.

75 Sonny B. Davis, *A brotherhood of arms*, p. 204.

76 Golbery do Couto e Silva, abril de 1977.

77 *Folha de S. Paulo*, 6 de março de 1977, p. 9.

78 *Nunca más — Informe de la Comisión Nacional sobre la Desaparición de Personas*, p.

16.

79 Horacio Verbitsky, *El Vuelo*, pp. 29-30, 32 e 58-60.

80 *Informe n° 013/A-2*, do III Comar, escrito num formulário do CISA, de 11 de agosto de 1977, era “Argentinos eram jogados em rio, diz Aeronáutica”, reportagem de Mário Magalhães em *Folha de S.Paulo* de 24 de maio de 2000, p. A4.

81 Lawrence Weschler, *Um milagre, um universo*, p. 93.

82 Segundo o *Dossiê dos mortos e desaparecidos políticos a partir de 1964*, p. 224, em 1977 foi assassinado, no Paraná, o mecânico José Soares dos Santos. O advogado Décio Freitas atribuiu esse crime a “agentes de segurança, aparentemente desligados dos órgãos oficiais”.

83 Ernesto Geisel, *Discursos*, vol. 4: 1977, pp. 72 e 74.

84 Treze folhas intituladas *Discurso do Secretário de Estado dos EUA Cyrus Vance na Universidade da Geórgia, Dia 30 de Abril de 1977*, e nota de Heitor Ferreira: “Com anotações de G & G”. APGCS/HF.

85 *Jornal do Brasil*, 27 de maio de 1977, p. 2.

86 Três folhas com *Informação* de Azeredo da Silveira a Geisel, intitulada *Direitos Humanos. Atuação Brasileira em Organismos Internacionais*, de 8 de março de 1977. APGCS/HF.

87 Voto de Azeredo da Silveira na sessão do Conselho de Segurança Nacional que discutiu o recesso do Congresso, em abril de 1977. APGCS/HF.

88 Carta de Ivan de Souza Mendes a Heitor Ferreira, de 16 de março de 1977. APGCS/HF.

89 Robert M. Gates, *From the shadows — The ultimate insider’s story of five presidents and how they won the Cold War*, p. 90. Ver também Anatoly Dobrynin, *In confidence — Moscow’s ambassador to America’s six Cold War presidents*, p. 388.

90 Duas folhas com a transcrição, pela embaixada americana, de uma carta de Carter a Geisel, de 30 de março de 1977. APGCS/HF.

91 Rosalynn Carter, *First lady from Plains*, p. 198.

92 Idem, pp. 206-7.

93 Quando o casal Carter visitou o Brasil em 1984, Geisel recusou-se a receber o ex-presidente. Carter procurou alcançá-lo por telefone, em sua casa de Teresópolis. Geisel não o atendeu. “Eu recebi a senhora Carter porque, como presidente, não podia me recusar. Como cidadão, não recebi nem ele nem ela. Era meu direito.” Ernesto Geisel, 1984.

94 *Ernesto Geisel*, organizado por Maria Celina d’Araujo e Celso Castro, p. 351.

95 Carta do general Carlos de Meira Mattos ao general Moacyr Barcellos Potyguara, chefe do EMFA, de 1º de fevereiro de 1977. APGCS/HF.

96 *Lembrete n° 146*, do Itamaraty, marcado “secreto”, intitulado *Registro da Conversa entre a Senhora Rosalynn Carter e o Presidente Ernesto Geisel, segundo Anotação da Intérprete, Senhora Ulla Schneider*, de 7 de junho de 1977, e *Lembrete n° 151*, marcado “secreto”, intitulado *Registro da Conversa da Senhora Rosalynn Carter com o Presidente Ernesto Geisel por ocasião do Jantar Oferecido no Palácio da Alvorada, segundo Anotações da Intérprete, Sra. Ulla Schneider*, de 10 de junho de 1977. APGCS/HF.

97 *Veja*, 1º de junho de 1977, p. 22. Ver também Marcos de Castro, *Dom Helder — Misticismo e santidade*, pp. 170-5.

98 *Veja*, 1º de junho de 1977, p. 22.

99 Rosalynn Carter, *First lady from Plains*, p. 218.

100 Foram presos os professores Werner Baer, da Fundação Ford, Carlos Manuel Pelaez e Riordan Roett, ambos da Universidade Vanderbilt, e o fotógrafo Allen Kobrin. *United States policies and programs in Brazil*, pp. 302-3.

101 Rosalynn Carter, *First lady from Plains*, p. 218.

102 Carta do general Carlos de Meira Mattos ao general Moacyr Barcellos Potyguara, chefe do EMFA, de 23 de junho de 1977. APGCS/HF.

A rachadura do Planalto

No dia 13 de junho de 1977 o general Hugo Abreu encaminhou a Geisel mais um de seus documentos intitulados *Informação para o Sr. Presidente*. Propunha a cassação do mandato de três deputados federais e dois estaduais do MDB. Todos tinham algum envolvimento com o PCB OU com o PC do B.¹

Nele, Golbery anotou um pedido a Heitor Ferreira: “O Hugo voltará à carga algum dia, com suas aleivosias. Convém preparar um arquivo com documentos como este”.²

O palácio do Planalto estava em guerra. O *Satânico Dr. Go* artilhava-se contra o chefe do Gabinete Militar. Nunca haviam sido íntimos. Via-o como um estranho. Começara a considerá-lo um adversário quando percebeu que patrocinava a promoção a general de dois coronéis a quem dedicava seu raro sentimento de rancor e vingança. Um era Amerino Raposo. Estivera na linha dura e trabalhara nos primeiros anos do SNI. Durante a disputa pela sucessão de Castello Branco, ajudara a equipe do general Costa e Silva.³ Golbery tinha-o na pontaria: “Esse aí, nós vamos arrebentar com ele depois”.⁴

Quando Hugo Abreu pôs Amerino Raposo na lista de coronéis por cuja promoção o Planalto poderia ter simpatia, Heitor Ferreira reclamou com Geisel, lembrando-lhe a antiga desavença.

— Eu sei, mas isso são julgamentos subjetivos dele e seus — respondeu o presidente.

— Subjetivo não, o meu é muito objetivo, com base na sacanagem que ele fez quando estava no Serviço [...] — rebateu Heitor.

— Bem, o Hugo não sabe disso, e você acha sacanagem, mas o Amerino podia achar que fazia isso pelo bem do Brasil, contra nós.⁵

Quando chegou a hora das promoções, Geisel fulminou o coronel dizendo a Hugo Abreu: “O Amerino é um fofoqueiro contra nós e nós vamos promovê-lo?”.⁶

O coronel encalhou, mas havia outro.

Era Rubens Resstel. Combatera na FEB e, na noite de 31 de março de 1964, fora um dos principais responsáveis pela rebelião do II Exército. Oficial de boa estampa, tinha relações qualificadas no meio civil. Golbery levava-o para a chefia da seção econômica do SNI. Vendo o coronel no radicalismo da linha dura, pusera-o para fora. Figueiredo o detestava. Geisel afastara o seu nome na composição do Gabinete Militar.⁷

Hugo Abreu recomendou a promoção de Resstel com três fortes argumentos: “Esteve na FEB e recebeu a Cruz de Combate de 1ª Classe; teve ação destacada na Revolução; possui valor profissional”.⁸

Figueiredo jogou bruto. Dias antes das promoções de março de 1976, o SNI mandou a Geisel um “dragão” futricando sobre a duração do expediente da mulher de Resstel, procuradora da Superintendência de Seguros Privados.⁹

Geisel conhecia a má opinião que Golbery e Figueiredo tinham do coronel. Mesmo assim, promoveu-o. Pesou na sua decisão o desempenho de Resstel na guerra, testemunhado pelo marechal Castello Branco, que o estimava. Segundo Heitor Ferreira, esse episódio, com um travo de desfeita pessoal, marcou o pior momento das relações de Golbery com seu velho amigo. É possível que o presidente lhe tenha aplicado a manobra política que com tanto gosto recomendava: “Cada par de ações (contra a direita e contra a esquerda) deve desencadear-se

em prazo curto, uma seguindo-se logo à outra”. Se a demissão do general Ednardo D’Avila Mello, em janeiro, fora uma pancada no cravo, capaz de incentivar a idéia do predomínio do chefe do Gabinete Civil, a promoção de Resstel, dois meses depois, representara, dentro do Exército, o golpe na ferradura.

Com o beneplácito de Geisel, o chefe do Gabinete Militar avançara sobre a jurisdição do general da Casa Civil, assumindo funções de interlocutor do governo com os donos de órgãos de comunicação. Não era pouca coisa. Golbery transformara suas relações com a imprensa num poderoso instrumento político. Ao contrário da lenda que gostava de propagar, era acessível e loquaz. Conversava com inúmeros jornalistas que lhe pediam audiência, desde que aceitassem as regras de seu jogo: não podiam citá-lo nem atribuir o que dele ouviam a “fontes” do governo, do palácio ou fosse lá de onde fossem.

Hugo Abreu recebeu quase todos os donos de jornais. Em alguns casos concordou que designassem interlocutores para conversas mais freqüentes. Oficial vivido na tropa, procurou enquadrar numa moldura lógica, hierárquica e disciplinada as relações do Planalto com empresas proprietárias de meios de comunicação. Sua intervenção no *Jornal do Brasil* está documentada. Foi uma ofensiva intimidadora. Num primeiro lance, Geisel determinou a suspensão de toda a publicidade oficial que se dava à organização. O dreno equivalia a 5% do faturamento, num ano em que o periódico esperava conseguir uma margem de lucro de 3%.¹⁰ Em seguida, impôs o general como negociador do governo.

Numa reunião que durou duas horas e meia, Manoel Francisco do Nascimento Brito, dono do *JB*, ouviu do chefe do Gabinete Militar que o jornal estava no limite da subversão. Mencionou a “consideração do governo”, lembrando-lhe a concessão recente de isenção tributária para a compra de máquinas no exterior.

Narrando a conversa a Geisel, contou: “Para encerrar, disse a ele, textualmente: ‘Considero, hoje, o *JB* como inimigo. Gostaria de poder

considerá-lo como amigo'. Respondeu-me estar certo de que tal iria acontecer".¹¹

O general não queria se queixar. Queria controle. Informou a Nascimento Brito que o Gabinete Militar monitoraria o jornal e que um coronel "ligar-se-ia com ele sobre qualquer coisa que julgássemos conveniente". De volta ao Rio, Nascimento Brito recomendou aos seus colaboradores: "Vamos baixar os flaps".¹²

Hugo Abreu concebera um sistema inepto de censura. Exercitou seu poder obtendo editoriais favoráveis ao governo, mas escaparam-lhe entre os dedos notícias que acabavam por exasperá-lo. (Num exemplo desse desequilíbrio, ele podia conseguir que um jornal fizesse um editorial contra a linguagem de alguns deputados do MDB, mas não podia impor uma norma pela qual não se publicariam trechos de discursos desses mesmos deputados.) Em janeiro, o general sugeriu a Geisel um pacote de "medidas contra o *Jornal do Brasil*".¹³ Lamentou a "absoluta falta de escrúpulos" de Nascimento Brito e arquitetou um ataque progressivo. Iria da suspensão do crédito e da radicalização do corte da publicidade oficial à pressão sobre os anunciantes privados, passando por uma devassa fiscal e pelo descredenciamento em órgãos governamentais de todos os jornalistas do *JB*. Finalmente, cogitava a hipótese de abrir um processo, amparado na Lei de Segurança Nacional, que colocasse o periódico sob intervenção.

Em apenas quatro meses, lidando com um astucioso dono de jornal, Hugo Abreu revelara-se um negociador crispado no método e anacrônico nos objetivos. Propunha uma ofensiva típica dos manuais militares, inviável no quadro político da ocasião.¹⁴ O desfecho intervencionista era um absurdo. Só tivera similar durante o Estado Novo, quando Getúlio Vargas confiscara a propriedade d'O *Estado de S. Paulo* à família Mesquita. Além disso, o general não tinha retaguarda. Golbery continuava conversando com jornalistas do *JB*, Mario Henrique Simonsen mantivera intactas suas relações com a cúpula do jornal, e o presidente da Eletrobrás, Antonio Carlos Magalhães, recusara-se a cumprir a primeira ordem de boicote publicitário. Se isso fosse pouco,

Nascimento Brito tornara-se um interlocutor de Sylvio Frota.

As limitações pessoais de Hugo Abreu eram somente um aspecto da questão. Sua contrariedade com a candidatura de Figueiredo à Presidência transformara-o num cliente preferencial da vigilância do SNI e da marcação de Golbery. Ao menor erro, seus movimentos eram mostrados a Geisel. Horas depois da reunião do Conselho de Segurança, quando se decidira o fechamento do Congresso, o tenente-coronel Kurt Pessek, assistente-secretário de Hugo, encontrou-se com um repórter da revista *Veja* e contou-lhe os bastidores da crise. A narrativa que o jornalista atribuiu a Pessek foi essencialmente correta, com uma só demasia: “Ele admite que o Conselho de Segurança analisou a possibilidade de iniciar imediatamente a ‘temporada de caça’, com exame de uma lista inicial de parlamentares [...]. Chegou mesmo a situar a época das cassações: depois das reformas (jurídica e política), mas antes do final do recesso”.¹⁵

Durante a reunião ninguém discutira lista de cassações. A conversa de Pessek, transmitida por telex pela sucursal de *Veja* em Brasília à sua sede, em São Paulo, foi interceptada e acabou na mesa de Heitor Ferreira. Ele mostrou o telex a Pessek e remeteu-o a Geisel com uma proposta: “Não acha o senhor que convém dar este telex ao general Hugo?”.

O presidente respondeu: “Já falei — e diz ele — que agora está cortado”.¹⁶

Meses depois de ter-lhe aberto o espaço, Geisel mudou de idéia: “Vou deixar passar mais uns tempos e tirar do Hugo esse assunto com jornais”.¹⁷

Hugo Abreu marcaria sua permanência no governo e na política pela tenacidade com que combateu a escolha do general João Baptista Figueiredo para a Presidência da República. Segundo a memória de Geisel, havia aí um envenenamento que remontava até mesmo a um desencontro de mordomias ocorrido em fevereiro de 1974. O general

fora notificado de que não viveria nos 48 mil metros quadrados da granja do Torto, onde Figueiredo se instalara em 1969, montando cavalariças e uma pista de saltos.¹⁸ De acordo com norma administrativa, ao trocar o Gabinete Militar pela chefia do SNI, Figueiredo deveria ter-se mudado para uma das mansões da Península dos Ministros e entregado o Torto ao sucessor.

Por força do cargo, Hugo Abreu cultivava boas relações com Sylvio Frota. Visitava-o duas ou três vezes por mês. Defendera sua demissão durante a crise da morte de Herzog, mas mudara de idéia, convencido de que o ministro do Exército se subordinaria ao presidente. Numa iniciativa ingênua, chegara a buscar o apoio de Golbery para manter o general Confúcio na chefia do CIE. Heitor Ferreira começou a estranhá-lo no início de 1976 e anotou em seu *Diário*: “Os pontos de vista do Hugo coincidem normalmente com os do Frota”.¹⁹

Em suas conversas com Frota, Hugo Abreu dera por entendido que o ministro do Exército “passara a não aceitar que se impusesse ao país um candidato inventado”.²⁰ Aproximaram-se pela oposição que faziam à candidatura de Figueiredo e àquilo que ambos viriam a chamar de “grupo palaciano”.

Para o chefe do Gabinete Militar, a escolha do chefe do SNI era produto de uma teia de intrigas e maquinações comandada por Golbery, a qual se ramificava nos gabinetes de Heitor Ferreira e Humberto Barreto, que acabara de trocar a Assessoria de Imprensa do Planalto pela presidência da Caixa Econômica Federal. Estava certo. Todos os três trabalhavam por Figueiredo, e ele atrapalhava o “Plano Mestre”.

Hugo supunha que Geisel estivesse fora da manobra. Estava errado. O presidente nunca o chamara para discutir os nomes da sucessão, mas queria ser substituído por Figueiredo. Voltara a tratar do assunto com Golbery, em fevereiro de 1977, numa de suas raras conversas políticas no Alvorada.²¹ Dois meses depois, no Riacho Fundo, confirmara a Heitor Ferreira o que lhe dissera em julho do ano anterior: “O Figueiredo pode ser, mesmo como general-de-divisão. Desde quando quatro estrelas é regra?”.²²

Havia um “grupo palaciano”, mas Hugo Abreu não percebera (ou não quisera perceber) que Geisel fazia parte dele. O general não se dera conta, mas era ele quem estava fora do time. Flutuava na própria independência. Durante o funcionamento da “Constituinte do Alvorada” (para a qual não foi convidado), propusera a prorrogação do mandato dos parlamentares e lembrara que seria necessário “conseguir um artifício capaz de fazer com que o Partido do Governo pudesse crescer, em detrimento da Oposição que teria suas hostes reduzidas”. Acreditava que o governo precisava controlar, “no mínimo”, 70% da representação parlamentar. Golbery anotou ao lado: “Como?” Temendo que o artifício atraísse parlamentares, sem trazer eleitores, o general preferira a extinção dos partidos existentes, com a formação de dois novos. Golbery voltou a marcar o documento: “E daí?”.²³ Dias depois, o chefe do Gabinete Militar examinou o projeto do pacote, e nele não aparecia nenhuma das suas sugestões.

Hugo Abreu movia-se no mundo político com o radicalismo voluntarista dos oficiais que fizeram a carreira no quartel. Dando ordens aos subordinados e recebendo-as dos superiores, eles vivem num quadro intelectual em que o inimigo, uma vez identificado, deve ser neutralizado pela força. A natureza anárquica da ditadura brasileira transformara essa característica do poder militar numa justificativa para salvacionismos ingênuos (no caso do *JB*) ou delinqüentes (no caso da política de extermínio). O general comandara os pára-quedistas que combateram a guerrilha do Araguaia em 1973. Lá, sua tropa não fizera prisioneiros. Em 1977, no palácio do Planalto, cercado e vigiado, o prisioneiro era ele.

1 *Informação para o Sr. Presidente*, de Hugo Abreu, intitulada *Atividades Subversivas de Deputados*, visada por Geisel, marcada “confidencial”, de 13 de junho de 1977. Eram os deputados federais Marcos Tito, Airton Soares e Santilli Sobrinho, e os estaduais Edson Khair (RI) e Alberto Goldman (SP). APGCS/HF.

2 Bilhete de Golbery a Heitor Ferreira, juntado à *Informação para o Sr. Presidente* de 13 de junho de 1977. APGCS/HF.

- 3 *Diário de Heitor Ferreira*, 21 de julho de 1972, e conversa de Figueiredo com Geisel, de 9 de fevereiro de 1974, APGCS/HF.
- 4 Nota apensa ao *Diário de Heitor Ferreira*, 28 de setembro de 1973, registrando uma conversa com Figueiredo. Para a fala de Golbery, conversa com Heitor Ferreira, 27 de dezembro de 1973, APGCS/HF.
- 5 *Diário de Heitor Ferreira*, 11 de janeiro de 1975.
- 6 Idem, 31 de março de 1975.
- 7 Conversa de Geisel com o general Dilermando Gomes Monteiro, 19 de fevereiro de 1974. APGCS/HF.
- 8 Uma folha com manuscrito de Hugo, intitulada *Observações*, sem data. APGCS/HF.
- 9 Nota de Geisel a Figueiredo, de 25 de março de 1976. APGCS/HF.
- 10 Depoimento de Walder de Góes, chefe da sucursal do *JB* na época, em Maurício Maia de Souza, “Henfil e a censura — O papel dos jornalistas”, p. 143.
- 11 Duas folhas de Hugo Abreu, intituladas *Conversa com o Diretor do JB*, datadas de 8 de setembro de 1976, visadas por Geisel. APGCS/HF.
- 12 Manoel Francisco do Nascimento Brito, setembro de 1976.
- 13 *Informação para o Sr. Presidente*, de Hugo Abreu, intitulada *Medidas contra o Jornal do Brasil*, carimbada “secreto”, de 3 de janeiro de 1977. APGCS/HF.
- 14 Para uma visão do estilo de Hugo Abreu nessa negociação, ver o depoimento de Walder de Góes em Anne-Marie Smith, *Um acordo forçado — O consentimento da imprensa à censura no Brasil*, p. 80.
- 15 Duas folhas de telex da revista *Veja*, com texto do repórter Carlos Henrique, transmitido às 23h45 de 1º de abril de 1977. APGCS/HF.
- 16 Bilhete de Heitor Ferreira a Geisel, que o visou, de 17 de agosto de 1977. APGCS/HF. Para outra referência a esse episódio, ver José Maria de Toledo Camargo, *A espada virgem — Os passos de um soldado*, p. 204.
- 17 Quatro folhas de Heitor Ferreira, de maio de 1977, listando trechos de conversas com Geisel anteriores a esse dia. APGCS/HF.
- 18 *Ernesto Geisel*, organizado por Maria Celina d’Araujo e Celso Castro, p. 272. Essa versão está também no depoimento do general Octavio Costa, em *A volta aos quartéis*, organizado por Maria Celina d’Araujo, Gláucio Ary Dillon Soares e Celso Castro, pp. 114-5. Quando convidou Hugo Abreu para o cargo, no dia 7, Geisel se esqueceu de avisá-lo de que Figueiredo continuaria na granja. Mais tarde, Moraes Rego contou-lhe que iria para outra casa. Três dias depois, na presença de Hugo, o general Ivan de Souza Mendes criticou a permanência de Figueiredo no Torto. Telefonema de Moraes Rego a Heitor Ferreira, 10 de março de 1974. APGCS/HF.
- 19 *Diário de Heitor Ferreira*, 27 e 28 de janeiro de 1976.
- 20 Hugo Abreu, *O outro lado do poder*, p. 118.
- 21 *Cronologia do Governo Geisel*, de Heitor Ferreira, 23 de fevereiro de 1977. APGCS/HF.
- 22 Bilhete datilografado de Heitor Ferreira a Geisel, de 16 de maio de 1977, referindo-se a uma conversa de 20 de abril. Nessa entrada de sua *Cronologia*, Heitor registrou: “É o Figueiredo. Mesmo como general-de-divisão”. APGCS/HF.
- 23 *Informação para o Sr. Presidente da República*, de Hugo Abreu, intitulada *Reforma Política*, de 2 de abril de 1977, com anotações de Golbery. APGCS/HF.

A geração de 1977 vai para a rua

Depois do “Pacote de Abril”, o ronco dos estudantes fez-se ouvir novamente. Pediam a libertação dos presos políticos, o restabelecimento das liberdades democráticas, e distribuíam uma carta aberta à população: “Hoje, consente quem cala”. Na primeira semana de maio a Universidade de São Paulo iniciou uma greve que tirou 60 mil jovens das salas de aula, levando 10 mil às ruas, onde se viram aplaudidos pela população. Quando começou a chuva de papel picado, os jovens se abraçavam. Alguns choravam.¹

A movimentação irradiou-se, com graus variáveis de mobilização, pelo Rio de Janeiro, Brasília, Belo Horizonte, Salvador e Porto Alegre. Um silêncio mostrava que aquela garotada era mais esperta do que se pensava e estava mais organizada do que se supunha, ninguém gritava “Abaixo a ditadura”. De maneira geral, a imprensa respeitava um código de cumplicidade: não se fotografavam rostos e não se identificavam líderes.²

Os estudantes marchavam ao largo da oposição legal. Sempre superestimando a influência dos comunistas, o SNI apontava a existência de “uma dissensão³ entre ativistas do PCB e da linha trotskista”. Dizia que o Partidão recomendava moderação e informava que ele tinha “o apoio da maioria”.⁴ Em São Paulo, uma das molas dessas manifestações chamava-se Liberdade e Luta, quintessência do trotskismo. Apelidada *Libelu*, batizou a chapa com que os militantes da

clandestina Organização Socialista Internacionalista disputaram (e perderam) a primeira eleição do DCE-Livre da USP. Não eram majoritários nem hegemônicos, eram simbólicos. Nas suas festas havia pessoas bonitas, maconha e Rolling Stones. A *Libelu* tinha oitocentos militantes em todo o país, mais da metade na Universidade de São Paulo, cinquenta no Rio Grande do Sul e uma ninharia no Rio de Janeiro e em Salvador. Mal haviam sido percebidos como grupo organizado em 1975, quando tentaram sair em passeata para o culto em memória de Vladimir Herzog. Acusavam o MDB de “complementar a repressão direta”, na busca da “continuidade da política da burguesia, num momento em que a repressão pura e simples não consegue mais sufocar as contradições sociais”.⁵

As passeatas juntavam dois tipos de estudantes. Na primeira categoria estavam as lideranças das organizações surgidas nas universidades e algumas centenas de seguidores. Na USP predominava o grupo Refazendo. Na Federal da Bahia, o PC do B. Na Universidade de Brasília, ninguém. Só no Rio de Janeiro se percebia a influência do Partido Comunista. Os militantes aparelhados eram severos, hostis à maconha, apenas tolerantes com a liberação sexual. Na segunda categoria estava a multidão. Eram jovens que tinham incorporado aos seus costumes algumas das bandeiras de 1968. Em menos de uma década as mulheres haviam tomado um pedaço da política e do mercado de trabalho. Todos compartilhavam com os trotskistas o refinamento cultural e o horror à ditadura e ao Partidão, nessa ordem. Nas assembléias estava a vanguarda de uma parte da mocidade, unida no seu desprezo pelos hábitos conservadores e pelas alianças táticas da esquerda tradicional. Ana Cristina Cesar escreveu a uma amiga: “Você sabe que o país está começando a se sacudir, há manifestações pelo menos estudantis nas capitais, apoio escrito de professores, MDB, mães de presos... [...] Mal ou bem estou lá, me cagando de medo”.⁶

Diante das primeiras agitações nas universidades, os generais

Figueiredo e Hugo Abreu, bem como o ministro Armando Falcão, acharam que poderiam enfrentar a questão intimidando a moçada com o recurso ao tacape do decreto nº 477. Editado em 1969, permitia a expulsão dos alunos envolvidos em atividades políticas.⁷ Ao lado da sigla do AI-5, era um dos símbolos da legislação ditatorial. Caminho radical, pressupunha represálias imediatas e, por definição, arriscava-se a ampliar o problema. Figueiredo e Hugo não prevaleceram, e sua tática ficou na geladeira. O ministro da Educação, Ney Braga, foi à televisão pedir “paz” aos estudantes.⁸ Armando Falcão determinou aos governadores que tomassem “medidas preventivas, apropriadas e efetivas” para impedir a realização de manifestações contra o governo.⁹ Nenhum dos dois mencionou a centena 477.

Se o governo não queria radicalizar, a oposição não queria produzir pretextos. Os caciques do MDB davam à garotada uma solidariedade simbólica. O cardeal Arns, de São Paulo, chegou a enunciar seu receio de que o movimento estudantil estivesse se desviando para a radicalização.¹⁰ Sabia do que estava falando. Pelo menos uma organização esquerdista clandestina deslocava estudantes para o chão das fábricas. Na madrugada de 28 de abril a polícia prendeu três deles, todos empregados em metalúrgicas do ABC, quando saíam para uma panfletagem que convocava o povo para manifestações durante o Primeiro de Maio. Em seguida, deteve outros cinco militantes, todos universitários.¹¹ Lula afastou o Sindicato de São Bernardo do movimento de apoio irrestrito aos presos. Ele recordaria o episódio: “Aí o pessoal da Convergência vinha conversar comigo para fazer uma nota de solidariedade. Eu falava: ‘Olha, a gente faz nota de solidariedade. Agora, é importante a gente frisar na nota que ele não estava cumprindo a atividade sindical’”.¹² (Noutra lembrança, Lula foi mais sucinto: “Vieram me procurar para fazer um ato de protesto. [...] Deviam ter procurado a gente antes da confusão, não depois”).¹³ A confusão estava feita. As manifestações pela libertação dos oito presos espalharam-se pelas universidades. Aconteceram em Brasília, no Rio de Janeiro, em Ribeirão Preto e São Carlos. Representantes de diversas tendências

reuniram-se num auditório da PUC paulista e criaram um comitê. Reapareceu a palavra maldita: “Anistia”.

Do outro lado das passeatas, o general Frota convocara o Alto-Comando do Exército para mais uma reunião e tratara de dois assuntos estranhos à administração do Exército: “problemas estudantis, [e] indícios de infiltração de extremistas nos Ministérios”.¹⁴

O frotismo se movia.

O CIE vinha colecionando denúncias de infiltração comunista no governo e acabara de levar o assunto aos generais de quatro estrelas. Falando ao público externo, Frota mostrara mais uma vez sua gratidão “aos companheiros que, engajados mais diretamente na árdua missão de informações e segurança, velam pela tranquilidade geral, a despeito das incompreensões, levadas, muitas vezes, aos extremos da calúnia e da perfídia”.¹⁵

Vigiando-o, o SNI compusera o que supunha ser o esquema de campanha de Frota. Com o pé atrás, Heitor Ferreira passou-o a Geisel:

E lhe confesso que minha vontade é não passar, porque a meu ver — eu tenho cá minhas convicções — o senhor está começando a ficar zangado com quem lhe fala nisto, no Frota. Paciência. A partir deste 1º de junho só lhe encaminho o que for inevitável. Meu computador de segunda classe continua dando, por mais cartões que coloque nele: “Substituindo o ministro da Guerra o seu Presidente vai até o último dia fortíssimo. Não substituindo, pode entrar bem”.¹⁶

No dia seguinte, Heitor mandou ao presidente um bilhete informando-o de que o mais celebrado colunista social de Brasília fora convidado para uma conversa com coronéis do gabinete de Frota. Ele ouvira:

— É para já. Temos que tornar irreversível a candidatura. Vamos

criar um sistema de apoio que ninguém resista.¹⁷

— Vamos conversar — respondeu Geisel.

A oportunidade surgiu dois dias depois, no sábado 4 de junho. Heitor era uma das poucas companhias habituais durante o fim de semana, na granja do Riacho Fundo. Estavam na varanda da casa quando veio um telefonema do general Hugo Abreu para o presidente. Foram para o quarto do ajudante-de-ordens, e Geisel atendeu a ligação. Hugo Abreu falou das manifestações na Universidade de Brasília. Havia dezesseis estudantes presos. A certa altura o presidente exasperou-se, chegou mesmo a ser ríspido. Terminada a conversa, Geisel e Heitor retornaram à varanda. Nova chamada, dessa vez do general Sylvio Frota. O assunto era o mesmo, mas Geisel tratou o ministro com alguma delicadeza. Heitor reclamou: “O senhor esculhambou o Hugo e fala macio com o Frota”. Geisel atirou-lhe o telefone.¹⁸

1 Renata Rangel, fevereiro de 2000.

2 Para um exemplo desse tipo de edição, *Jornal da Tarde* de 6 de maio de 1977.

3 Grafia do original.

4 *Apreciação Sumária n° 18*, do SNI, de 18 de maio de 1977. AEG/CPDOC.

5 *Plataforma Liberdade e Luta para o DCE-Livre da USP*, folheto. AA. Para os costumes e a estimativa do tamanho da *Libelu*, Renata Rangel, Mario Sergio Conti e Roberto Melo, fevereiro de 2000.

6 Ana C. — *Correspondência incompleta*, organizado por Heloisa Buarque de Hollanda e Armando Freitas Filho, pp. 250-1.

7 *Informação para o Sr. Presidente*, de Hugo Abreu, intitulada *Movimento Estudantil*, narrando uma reunião da qual participaram, além dele, o general Figueiredo e o ministro Ney Braga, da Educação. APGCS/HF.

8 *O Estado de S. Paulo*, 18 de maio de 1977, pp. 1 e 14.

9 Nota oficial do Ministério da Justiça, de 9 de maio de 1977. APGCS/HF.

10 *Jornal do Brasil*, 16 de junho de 1977, p. 24.

11 Arquivo do DEOPS, Série Dossiês: N. 50-Z-O-15 381. Agradeço essa pesquisa a Renato Cancian. Foram presos os estudantes-metalúrgicos Celso Brambilla (Mercedes-Benz), José Maria de Almeida (Laminação S/A) e Márcia Basseto Paes (Auto Metal).

12 Denise Paraná, *Lula, o filho do Brasil*, p. 124.

13 Luiz Inácio Lula da Silva, abril de 1993.

14 Resumo da reunião de 26 de maio de 1977, na pasta *História do Alto-Comando do Exército*, escrita em 16 de julho de 1979, a propósito da 100ª reunião do ACE. APGCS/HF.

15 *Jornal do Brasil*, 27 de maio de 1977, pp. 1-2.

16 Bilhete datilografado de Heitor Ferreira a Geisel, que o visou, de 1º de junho de 1977. APGCS/HF.

17 Nota de Heitor Ferreira a Geisel, que a anotou, de 1º de junho de 1977. APGCS/HF. Heitor narrou a Geisel uma conversa que tivera com o jornalista Sérgio Ross, da revista *Manchete*. O jornalista almoçara com o cronista social Gilberto Amaral.

18 Nota manuscrita de Heitor Ferreira, sobre um bilhete que mandou a Geisel no dia 1º de junho de 1977 (“O PR e eu tivemos uma discussão acalorada, quase briga”), e *Cronologia do Governo Geisel*, de Heitor Ferreira, 4 de junho de 1977 (“Tempestade com Geisel no Riacho Fundo. Estudantes”). APGCS/HF. O telefone, preso à parede por um fio, caiu no chão. O barulho chamou a atenção do ajudante-de-ordens, que veio para o quarto. Geisel e Heitor voltaram para a varanda e, pouco depois, almoçaram juntos. Heitor Ferreira, abril de 2004, e Ernesto Geisel, 1994.

O jogo da tensão

O papel do SNI que Heitor Ferreira passara a Geisel antes que ele lhe jogasse o telefone era uma análise do “plano de ação” de Frota. Segundo esse documento, os assessores do ministro do Exército pretendiam aproximá-lo da Comunidade de Informações e dos políticos, divulgando uma imagem de bom administrador. O general deveria mover-se no meio militar inaugurando obras e, no meio civil, comparecendo a cerimônias em que lhe oferecessem títulos de cidadania honorária de estados.

O palácio rastreava os movimentos dos colaboradores do ministro. Seu amigo Adyr Fiúza de Castro, comandante da 6ª Região Militar, com sede em Salvador, soubera que o SNI lhe grampeara os telefones.¹ O secretário-geral do ministério foi plotado em São Paulo.² O assessor jurídico articulava no Rio a programação de uma homenagem da Associação Comercial a Frota.³ O próprio ministro tratava de banalidades com uns poucos parlamentares. Um encontro com quatro deputados, por exemplo, derivara de uma paixão comum pelo Vasco da Gama.⁴ Convidara os senadores da Comissão de Agricultura da Câmara para uma palestra a respeito das obras do Exército no interior do país, com direito a almoço no *Forte Apache*. Estivera num coquetel de deputado e permitira que os generais lotados em Brasília organizassem uma cerimônia comemorativa de seu terceiro ano no ministério. Eram indicações ralas, até mesmo viciadas, porém convincentes para quem já

estava convencido.

Um lembrete secreto do ministro Armando Falcão informara Geisel de que Frota conversara durante duas horas e meia com o dono do *Jornal do Brasil*, Nascimento Brito. Junto, estivera o empresário carioca Armando Daudt d'Oliveira. Conhece-se o registro da reação de Heitor Ferreira, que o leu:

Então o Nascimento Brito, o Daudt e o Frota “conversaram duas horas e meia” e eram aqueles itens?

Quem é que quer engolir essa? É forte, não?

Outra inocente pergunta: por que iria o ministro do Exército dizer “a quem obedece é ao presidente da República”. Como terá o assunto chegado a isso? Elementar, Watson.⁵

Nascimento Brito guardou na memória vários encontros com o general, sempre no salão de reuniões do Alto-Comando. Frota o impressionara por tomar chá com queijo-de-minas. Numa dessas ocasiões, o ministro do Exército declarou-se candidato. Mais: convidou Nascimento Brito para o Ministério das Relações Exteriores. (Armando Daudt fora chamado para a chefia do Gabinete Civil.)⁶ Segundo Falcão contaria a Heitor Ferreira, o engajamento de Nascimento Brito na candidatura de Frota levava-o a Paris no final de 1975, para uma conversa com Delfim Netto, na qual se sugeria que a nova ordem reservaria a ele o cobiçado governo de São Paulo, que lhe fora negado por Geisel em 74.⁷

Geisel reclamava que Frota lhe era apresentado como um “espantalho”.⁸ Durante todo o primeiro semestre de 1977 os movimentos de candidato do ministro foram pífios. Ele não dependia de cerimônias, nem do noticiário da imprensa, muito menos de conversas com parlamentares. Seu futuro estava associado a uma questão de método. Seria o próximo presidente da República se a sucessão viesse a ser amarrada a qualquer uma das seguintes condições (ou a ambas):

1. O nome do candidato deveria passar pelo Alto-Comando (como o de Medici).

2. Um surto de desordem neutralizaria o presidente (como a desordem militar de 1965 beneficiou Costa e Silva).

Nos dois casos, com graus diversos de pressão, Geisel terminava emparedado.

As condições pressupunham um nível acentuado de tensão política. Até por convicção, era isso que Frota buscava. Em fevereiro, o comandante do III Exército, general Fernando Belfort Bethlem, anunciara a descoberta de um projeto de infiltração subversiva nas Forças Armadas e na imprensa. Denúncia requeentada, dizia o seguinte: “O Exército merece atenção maior e de mais duração. As gerações antigas não têm salvação já que, com raras exceções, estão comprometidas com a ditadura. O que se faz necessário é uma infiltração profunda nas novas gerações de Oficiais, nos tenentes e capitães de hoje que, por muitos motivos, inclusive o da idade, sejam sensíveis a uma pregação revolucionária”.⁹

Ao mesmo tempo que considerava a ditadura uruguaia “um exemplo de democracia para o mundo”, Bethlem queixava-se do governo de Jimmy Carter, dizendo que “vivemos numa luta constante e ferrenha contra o comunismo. Muitas vezes, nessas lutas, sofremos a incompreensão de nossos aliados”.¹⁰

Os aliados os compreendiam e queriam distância. Do Rio de Janeiro, o cônsul americano avisava Washington que comprovara um episódio em que “as polícias federais argentina e brasileira estariam investigando cidadãos argentinos no Brasil e possivelmente cooperando para a sua repatriação”. Chegara ao cônsul o caso do líder estudantil Guillermo Torres Castaños, capturado na avenida Atlântica e torturado por policiais argentinos e brasileiros.¹¹ Em outubro de 1976 o CIE distribuiu à “tigrada” uma lista com os nomes de 149 argentinos procurados em seu país “por terem praticado ações subversivas”. Pedia que prendessem os que não tivessem papéis em ordem, “vigilância cerrada” para os demais.¹²

Essa comunhão das ditaduras era antiga. Em dezembro de 1974, agentes do CIE seqüestraram três exilados paraguaios que viviam na região de Foz do Iguaçu. Descobrira-se um plano para assassinar o presidente Alfredo Stroessner, ditador do país desde 1954.¹³ Com as confissões dos prisioneiros, Geisel determinou a Figueiredo que as fizesse chegar às mãos do presidente paraguaio. Foi claro: só às dele, nem às do general Andrés Rodriguez, comandante da 1ª Divisão de Cavalaria e pai da futura nora de Stroessner.¹⁴ Nos anos seguintes o governo paraguaio fuzilou o suposto arquiteto do plano e desapareceu com quatro dos conspiradores envolvidos na trama.¹⁵

Ninguém esperava que Bethlem dissesse coisa diferente. Bethlem era um general sem maior identificação com a política de distensão. Já o comandante do II Exército, Dilermando Gomes Monteiro, que desceu em São Paulo para substituir Ednardo D'Avila Mello, tomara um curso imprevisto. Além de referendar o “Massacre da Lapa”, parecia reencarnar o antecessor. Diante da notícia de que se torturava um preso, reagiu classificando-a de “aleivosia” inventada por “falsos patriotas”. Denunciou “o intuito de lançar a opinião pública contra órgãos de segurança — cujo único interesse é a manutenção da paz e da tranqüilidade geral”.¹⁶ O preso era Aldo Arantes, ex-presidente da UNE. Passara pelo menos cinco dias na cela inglesa do DOI carioca, “nu, algemado, de mãos para trás, de capuz, sem comer e sem dormir, fazendo as necessidades fisiológicas dentro da cela”, submetido a “sons diabólicos, alguns dos quais pareciam penetrar no cérebro como um saca-rolhas”. Depois disso, amarraram-no a uma cadeira e deram-lhe choques elétricos.¹⁷

No Congresso, o frotismo formara uma pequena bancada. Era composta de deputados audaciosos, porém na sua maioria ligados àquela massa inexpressiva que se denomina baixo clero. O mais exaltado era o mineiro Sinval Boaventura. Um dia depois de encontrar-se com Frota, denunciara a infiltração esquerdista no Centro Brasileiro

de Análise e Planejamento, o Cebrap, onde a AAB pusera uma bomba um mês antes.¹⁸

Figueiredo parecia imobilizado pela própria base de sua candidatura, o pedestal do palácio. Mantinha-se recluso, mas valia-se de um poderoso comitê de campanha. Em conversas reservadas, Golbery e Heitor Ferreira asseguravam que a escolha estava feita e se chamava Figueiredo. Foi o repórter Villas-Bôas Corrêa quem primeiro contou boa parte do que ouvia. Em abril, anunciou n’O *Estado de S. Paulo* que “o candidato do governo é, indubitavelmente, o general João Baptista Figueiredo”.¹⁹ Atribuiu a especulação a Thales Ramalho, secretário-geral do MDB. Em maio, na revista *IstoÉ*, Villas-Bôas foi adiante: “Nas rodas do palácio não se guarda mais qualquer cerimônia. O candidato é mesmo o general João Baptista Figueiredo, escolhido e sagrado”.²⁰ Nos dois casos, o principal informante fora Golbery. Viam-se regularmente, sempre sob a norma de silêncio em relação ao nome do general. “O Golbery nunca me disse categoricamente que ia ser o Figueiredo. Ele encaminhava o raciocínio e, ao final, só havia uma conclusão possível, a de que ia ser o Figueiredo”, contaria Villas.²¹ Entre os interlocutores do repórter estava Heitor Ferreira. Escrevia, sem rodeios: “Não adianta espernear, fazer cálculos, provar que não dá, etc.: o próximo presidente é o Figueiredo. Isso tenho mandado dizer a muita gente”.²² O secretário de Geisel ia além. Já cuidava da silhueta do candidato e o aconselhava:

— Acho que o senhor reconsideraria os óculos escuros, que acha? Pode fixar a imagem (sei do problema dos olhos vermelhos).

O general respondeu:

— Meu problema não é fixar imagem! É não piorar da minha conjuntivite...

Heitor mandou-lhe um colírio e reabriu a questão:

— Três gotas em cada olho, “dois olhos claros e bonitos...”

Figueiredo agradeceu:

— Vejo que o amigo está muito preocupado com a minha imagem... O que adiantará melhorar o “figurino” e a fisionomia se a alma continua a mesma? Ficaré um contraste chocante entre o exterior e o interior!... Melhor será deixar eu ficar como sempre fui. De qualquer forma vou pingar de acordo com a sua recomendação.²³

Às notícias que davam o chefe do SNI como fava contada, contrapunham-se outras. De um lado, informava-se que a sucessão presidencial ainda era um assunto fechado, e, portanto, Figueiredo seria apenas um nome numa lista de generais. De outro, pensava-se que a disputa poderia ser alterada, com o aparecimento de um candidato militar apoiado pela oposição.

Na primeira linha, uma “alta fonte da presidência” passara adiante a informação de que o presidente não fizera escolha alguma. Mais: a rotina das promoções dos generais não seria modificada. Heitor remeteu a notícia ao chefe do SNI, perguntando: “Hugo?”.

“Não sei... está com cheiro... Mas não posso garantir”, respondeu Figueiredo.

Dias depois surgiu a notícia de que Geisel poderia escolher o substituto entre “seus assessores mais próximos, o ministro do Exército, o chefe do SNI, general João Baptista Figueiredo, ou o chefe do Gabinete Militar, general Hugo Abreu”.

Heitor sublinhou o nome de Hugo e devolveu o papel a Figueiredo: “É ele! Elementar...”.²⁴

Na segunda linha, a do candidato da oposição, o SNI listara artigos de jornal indicando que o MDB poderia vir a lançar o nome do general Euler Bentes Monteiro. Era coisa preocupante:

É fácil concluir que, caso arenistas e emedebistas se congreguem em torno do nome de um oficial-general e o apresentem como candidato de conciliação, não será fácil ao Governo apresentar

outro candidato, mormente se for militar, pois isso poderá criar a imagem de um divisionismo no seio das Forças Armadas. Ademais, a opinião pública terá dificuldades em aceitar e compreender por que razões o Governo apresentará candidato também militar para se opor a um nome apresentado como de conciliação nacional.

Dizia mais: “Verifica-se, portanto, que está em curso uma hábil manobra política destinada a tentar ultrapassar o Sr. Presidente da República, arrebatando-lhe a condução do processo sucessório, concorrendo, ademais para provocar cisões nas Forças Armadas”.

Como lhe Convinha, oferecia uma sugestão que beneficiava Figueiredo: “Vê-se, assim, que na medida em que o governo retarde sua decisão quanto à indicação do seu candidato à sucessão presidencial, aumenta o risco do MDB apresentar seu candidato militar de ‘conciliação nacional’, concretizando sua estratégia de colocar o Governo em situação difícil quanto ao problema”.²⁵

O aparecimento dos estudantes nas ruas adicionara um ingrediente inesperado ao jogo político. Com eles, 1977 poderia lembrar 1968. Salvo em São Paulo, a agitação universitária circunscrevera-se, deliberadamente, às escolas. Em termos de organização, ela se movia com dois objetivos. Num, marcava datas para o que denominava Dia Nacional de Luta. No outro, pretendia organizar, em Belo Horizonte, o que seria um Encontro Nacional dos Estudantes, disfarce para um relançamento da UNE. Era coisa coordenada, mas desligada da oposição partidária. Em menos de um mês as manifestações, em diversas cidades, mobilizaram 50 mil jovens.²⁶

Havia-se restabelecido a mística do movimento estudantil. Desde o final do século XVIII, os universitários brasileiros sempre foram a vanguarda da elite. Assim sucedeu na derrubada do Estado Novo e na crise de 1961. Dividiram-se em 1964, viram-se derrotados em 68, mas

nunca estiveram numa posição em que associassem sua militância ao atraso imposto ao país pela elite que reabasteciam a cada geração. Em São Paulo, ao som da “Marcha fúnebre” de Chopin e carregando velas roxas, um grupo de estudantes da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco enterrara a Constituição, pedindo a volta ao estado de direito.²⁷ Era um sinal. De 1967 a 1974 o Ministério da Justiça dos generais Costa e Silva e Medici fora ocupado por dois ex-diretores da escola, os professores Luiz Antonio da Gama e Silva (redator do AI-5) e Alfredo Buzaid.

O regime enfrentou a crise das universidades com cautela. Beneficiou-se da presença de Paulo Egydio Martins, ex-líder estudantil, no governo de São Paulo, e da de Ney Braga, um hábil político paranaense, protegido pela remota condição de coronel da reserva, no Ministério da Educação. Tendo-se agüentado até o final de maio sem maiores conflitos, faltava só um mês para que a maré refluisse, desmobilizada pelas férias escolares de julho.

Foi quando alguém teve a idéia de sabotar a reunião da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, marcada para a segunda semana de julho, em Fortaleza. Com 12 500 sócios, a SBPC fazia do seu congresso anual uma festa da cultura, demonstração da vitalidade acadêmica do país. No ano anterior, juntara 7500 participantes em Brasília. O SNI contabilizara que, entre 33 moções aprovadas pela comunidade universitária, onze tinham “caráter nitidamente político e contestatório”. Uma delas falava em anistia.²⁸ Golbery supunha que o governo podia se livrar do embaraço negando verbas e retirando o amparo logístico que sempre dava aos encontros da Sociedade.²⁹ Quase conseguiu. Sem o apoio dos governos estaduais e tendo perdido três dos quatro patrocinadores oficiais, o físico Oscar Sala, presidente da SBPC, tentou tirar o evento da jurisdição federal. A Universidade de São Paulo pareceu-lhe boa escolha, mas o reitor, Orlando Marques de Paiva, não quis receber os professores. A reunião foi cancelada.

A comunidade científica, que parecera impotente, desencadeou a maior mobilização da história da academia brasileira. D. Paulo Evaristo

Arns resolveu o problema da sede, oferecendo a PUC paulista. Professores e alunos, carregando cartazes com uma fala de Galileu (“Eppur si muove”),³⁰ foram pedir dinheiro na rua. A reunião realizou-se. O governo conseguiu apenas radicalizá-la, levando ao ridículo os administradores universitários que obedeceram à sua orientação. A Universidade Federal de Santa Catarina, a Embrapa e o Instituto Tecnológico da Aeronáutica proibiram seus professores de enviar trabalhos à Sociedade. O reitor da Unesp comunicou que “é permitido, mas não é autorizado ir ao congresso”.³¹ O SNI, que chegara a comemorar a suspensão do encontro, passou recibo do fracasso da manobra: “O clima de euforia observado leva a concluir que as esquerdas sentem-se fortalecidas com a realização do conclave, pelo excepcional apoio recebido, particularmente, da imprensa”.³²

O movimento estudantil e a ditadura precisavam de um duelo. A tolerância das reitorias inibira a ação da polícia, contendo a agitação nos limites da universidade. A militância paulista conseguiu uma bandeira mobilizadora no dia 1º de maio, a prisão de oito integrantes da Liga Operária.³³ Daí em diante, seguiu o manual dos agitprop. Começa-se pedindo a libertação dos que acabaram de ser presos, passa-se a pedir a soltura de todos os outros. A cada concessão, uma nova reivindicação. Os estudantes tiveram a simpatia de boa parte da sociedade. Dez mil manifestantes marcharam pelo viaduto do Chá. Andaram apenas quinhentos metros e viram-se obrigados a recuar, bloqueados por um forte aparato policial. No caminho, foram saudados pelo povo das calçadas e do alto dos edifícios de escritórios. Como em 1968.

O duelo aconteceu em Brasília. Lá, os estudantes acharam no reitor José Carlos Azevedo o dragão de que necessitavam. Oficial da reserva da Marinha, doutor pelo Massachusetts Institute of Technology, o *Capitão* era um administrador competente e um quadro dos bastidores do regime. Dava-se mal com Ney Braga e, numa eventual

restauração, parecia aposta segura para o seu lugar. Os estudantes da UnB e Azevedo encrencaram em dois pontos. Queriam rever a política de jubramento dos maus alunos (em oito anos haviam sido desligados 1753 jovens) e rediscutir as taxas administrativas cobradas pela universidade, cujos cursos eram gratuitos. Quando a agitação começou, 450 dos 5 mil alunos exigiram a realização de um plebiscito para decidir a respeito da propriedade dessas práticas.³⁴ Era coisa pequena.

Azevedo respondeu informando que puniria dezenove alunos envolvidos numa manifestação ocorrida no campus em meados de maio. Nenhum outro reitor tomara esse caminho. Dois mil estudantes reuniram-se em assembléia e decretaram greve. Como em 1968, cantou-se “Caminhando”.³⁵

No sábado em que Geisel jogou o telefone em Heitor Ferreira o governo tinha de um lado a radicalização da UnB e, de outro, a possível realização, em Belo Horizonte, do Encontro Nacional dos Estudantes. O problema de Minas Gerais foi resolvido com 348 detenções e com o bloqueio das estradas que levavam à cidade. O de Brasília foi agravado com a invasão da universidade por uma tropa de 2 mil PMs. A essa altura haviam sido detidos cerca de oitocentos estudantes, e paralisadas as atividades de três das maiores universidades públicas do país (UnB, UFRJ e USP), além das duas grandes escolas católicas (as PUCS do Rio e de São Paulo).

Em todas as cidades, o governo persistia na sua política de repressão acautelada, evitando que as lideranças estudantis buscassem em ações repressivas a energia capaz de realimentar as manifestações. Duas passeatas organizadas em São Paulo, bem como o reaparecimento da garotada na avenida Rio Branco, nove anos depois das jornadas de 1968, haviam sido contidas sem providências que estimulassem a radicalização. Essa regra só não valia em Brasília, onde os estudantes se mantinham dentro dos limites da escola. Lá, os universitários e o reitor estimulavam a tensão. Uns estendendo a greve. O outro, perseverando e ampliando as punições disciplinares.

No pano de fundo da crise, por delegação que recebera de Geisel,

estava Hugo Abreu. Valendo-se do título de secretário-geral do Conselho de Segurança Nacional, assumira as funções de coordenador das ações do governo. Era a ele que respondia o reitor Azevedo. O general mandou ocupar a universidade.³⁶ Foi nesses dias que Hugo Abreu propôs a Geisel a cassação de cinco parlamentares do MDB.

Vistas separadamente, a atuação do general na crise da UnB e a proposta de cassações tinham origens e objetivos diversos. Juntas, exemplificavam a estratégia da tensão. Petrônio Portella pressentia dificuldades. Tentara negociar os conflitos da Universidade de Brasília e nada conseguira além do temor de uma crise hipertensiva. Uma enfermeira foi ao seu gabinete medir-lhe a pressão e constatou o sangue-frio de Petrônio: 14 x 9.³⁷ Senadores da Arena e do MDB chegaram a fechar um acordo de bastidores, cancelando os debates do Senado por dois dias, para evitar que discursos agressivos pusessem mais lenha na fogueira. Ao contrário do que supunha a máquina de informações do governo, os estudantes e a oposição parlamentar podiam se entender numa ou noutra iniciativa, mas não estavam articulados. Como em 1968, a liderança universitária desprezava a oposição consentida. É dessa época um comentário de Petrônio, registrado pelo jornalista Evandro Paranaguá: “Quando vocês entrarem no camburão do Frota, já vão me encontrar lá dentro”.³⁸

Já tinham entrado no camburão, e sido levados para o cárcere da rua Barão de Mesquita, seis estudantes cariocas acusados de militar no clandestino Movimento de Emancipação do Proletariado, o MEP. Em dois meses, o número de jovens que dormiram na cadeia talvez tenha chegado a uma centena, mas nenhum deles se queixara de torturas. O arrastão do MEP conduziu os estudantes para as celas inglesas e para a rotina de choques elétricos do DOI do I Exército.³⁹

Na noite de 27 de junho, amparados em decisão judicial, Ulysses Guimarães, os líderes do MDB nas duas Casas do Congresso e o presidente da fundação de estudos políticos do partido falaram ao país

em rede nacional de rádio e televisão. Denunciaram as arbitrariedades do governo. Lastimaram a cassação do mandato de um deputado federal (Marcos Tito, de Minas Gerais), que lera como seu, da tribuna, o texto de um editorial da *Voz Operária*, o jornal clandestino do PCB. Examinando-se os quatro discursos com o propósito de buscar pretextos para um incidente, pouco se consegue. Ulysses Guimarães recorrera às suas frases de efeito: “O AI-5 é forte para cassar mandatos conferidos pelo povo, mas é fraco para cassar a inflação que flagela o povo”.

O deputado Alencar Furtado fora além. Dissera o seguinte:

Sempre defendemos os direitos humanos. Hoje, menos que ontem, ainda se denunciavam prisões arbitrárias, prisões injustas e desaparecimento de cidadãos. O programa do MDB defende a inviolabilidade dos direitos da pessoa humana, para que não haja lares em prantos, filhos órfãos de pais vivos — quem sabe? — mortos, talvez. Órfãos do talvez e do quem sabe. Para que não haja esposas que enviúvam com maridos vivos, talvez; ou mortos, quem sabe? Viúvas do quem sabe e do talvez.⁴⁰

Alencar simbolizava a maior vitória obtida pelos “autênticos” dentro do MDB. Em fevereiro, numa votação surpreendente, derrotara o moderado Laerte Vieira, por nove votos de diferença, tomando-lhe a liderança do partido na Câmara. Cearense de 52 anos, fizera política no noroeste do Paraná, para onde se mudara em 1952. Chegara à Câmara em 1971 e, quatro anos depois, o CIE o colocara na relação dos deputados contaminados por ligações com o PCB.⁴¹ Diante do “Pacote de Abril” fora para a tribuna e dissera que o Brasil, em vez de ser governado pelo povo, era governado por “um homem com importância olímpica de um Zeus”.⁴² Achou que seria cassado, mas nada lhe aconteceu.⁴³ O SNI listava-o entre os parlamentares do MDB que tinham simpatia por uma candidatura militar oposicionista.⁴⁴ Sua conduta como líder da bancada era a de um político cauteloso.

Às onze horas da manhã seguinte ao programa de televisão, o

general Sylvio Frota teve seu despacho quinzenal com Geisel. Era uma terça-feira. No final da tarde, Heitor Ferreira remeteu a Golbery uma papeleta onde estavam arroladas as audiências do dia. Marcou uma flecha na direção do nome do ministro e perguntou ao amigo:

“G.?”

“?”, respondeu Golbery, num sintético “sei lá”.⁴⁵

Isso é tudo o que se sabe desse encontro.

Quando jornalistas perguntaram a Figueiredo se vira o programa, ele respondeu: “Vi. Não gostei e acho que ninguém gostou. É desta maneira que eles querem o diálogo?”.⁴⁶ No início da tarde da quarta-feira, Petrônio Portella telefonou para Thales Ramalho:

— Thales, vamos ter uma reação.

— Uma?

— Uma.

— De quem?

— Do líder.

Petrônio pediu ao amigo que mantivesse o segredo, mas Thales mostrou-lhe que tinha o dever moral de avisar Ulysses. “Não lhe conte nada dentro do prédio do Congresso”, disse o senador. A notícia só foi dada ao presidente do MDB na sala do apartamento de Thales.

— Vamos ter a cassação do Alencar.

— Só do Alencar? — perguntou Ulysses.⁴⁷

Brasília estava tomada por boatos de que a lista teria dez nomes, e certamente o de Ulysses, mas quando ele deixara a casa de Thales, por volta da meia-noite, levava a palavra de Petrônio de que haveria uma só vítima.

Alencar Furtado foi cassado na quinta-feira, menos de 72 horas depois de seu discurso. Era o 548º cidadão punido pelo regime com a cassação de seu mandato, coroando um confisco de mais de 5 milhões de votos.⁴⁸ Na reconstituição de Thales Ramalho verifica-se que no dia 29, antes mesmo da 48ª hora, Geisel já decidira cassar o líder do MDB

na Câmara, e permitira que o senador Petrônio Portella soubesse de sua decisão.

Essas datas são relevantes para a análise de um telegrama que o ministro Sylvio Frota enviou aos quartéis na mesma quinta-feira, dia 30:

Comunico a Vossa Excelência que ontem, através do chefe do gabinete militar da presidência da República, reafirmei senhor presidente repercussão negativa área militar pronunciamentos líderes oposição pela TV e reiterei expectativa Exército pela pronta resposta aquele ataque Revolução. Ainda ontem recebi, do chefe do Gabinete Militar da presidência da República, seguintes informações: réplica imediata sendo feita através Congresso Nacional; resposta oficial Arena pela TV não pode ser instantânea por motivos burocráticos junto Justiça Eleitoral; Ministro da Justiça está agindo sentido responsabilizar e processar os quatro políticos MDB fizeram uso palavra durante programa TV; Sr. Presidente República revogará lei propiciou programa após resposta Arena, valendo-se mesmos meios utilizados para promulgá-la. Manifesto V. E. minha convicção tratar-se ação comunista para atacar brios Forças Armadas e colocá-las oposição governo, razão pela qual renovo recomendações sentido necessidade manter coesão comandos torno seus chefes. Presente mensagem é extensiva subordinados.⁴⁹

Resulta claro que:

1. na quarta-feira, dia 29, Frota não falou com Geisel, mas com Hugo Abreu. Segundo as memórias do chefe do Gabinete Militar, o ministro relatou-lhe a contrariedade dos comandantes;⁵⁰

2. quando Hugo falou com Frota, não tinha a informação de que Alencar Furtado seria (ou poderia vir a ser) cassado.

O telegrama — um manifesto à tropa — é um primor de ambigüidade a serviço da anarquia. Frota informava que pedira, em nome do Exército, uma “pronta resposta” mas não a obtivera. Deduzira

que a “ação comunista”, tendo ofendido os “brios” dos militares para colocá-los em “oposição” ao governo, criara uma situação que o levava a recomendar a “coesão [dos] comandos [em] torno [dos] seus chefes”. A tortura (sujeito oculto da fala de Alencar Furtado) alimentava uma crise militar, estimulando a desordem e sugerindo o emparedamento do presidente da República. De novo, a crise não tinha nenhum componente relacionado com políticas públicas. Nada a ver com nada, só com a violência política, metabolizada pela anarquia militar. Até a demissão de Ednardo a ditadura foi prisioneira de uma tortura presente. Depois dela, tornava-se refém da tortura passada. No final do expediente, quando registrava os principais acontecimentos do dia, Heitor Ferreira anotou: “Geisel diz a Golbery que tira Frota”.⁵¹

Era a quarta vez que chegava a essa decisão.⁵²

1 *Folha de S.Paulo*, 12 de julho de 1987, p. A6.

2 Nota de Heitor Ferreira a Geisel, de 1º de junho de 1977. APGCS/HF.

3 Três folhas, sem assinatura, de 8 de junho de 1977. APGCS/HF.

4 Uma folha com cópia de um telex e um recorte, anotada pelo general Castro: “Para conhecimento do Chefe do SNI”, de 10 de junho de 1977. No recorte estava uma notícia da coluna “Decálogo” do *Jornal de Brasília* de 9 de junho de 1977. APGCS/HF.

5 Nota de Heitor Ferreira, do início de 1976. APGCS/HF.

6 Manoel Francisco do Nascimento Brito, outubro de 2000. Brito localizou essa conversa nos “meses anteriores a outubro de 1977”. Há uma referência ao convite no artigo “Foi assim”, do coronel Tulio Teixeira, publicado na *Tribuna de Petrópolis* de 3 de dezembro de 2000, p. 9. Nele Teixeira relata um encontro na casa de Armando Daudt d’Oliveira. O anfitrião revelou que também ocuparia um cargo relevante na administração. Nascimento Brito, em sua entrevista, disse que seria a chefia do Gabinete Civil.

7 Nota de Heitor Ferreira a Geisel, que a visou, de 2 de fevereiro de 1977. APGCS/HF.

8 *Cronologia do Governo Geisel*, de Heitor Ferreira, 30 de abril de 1974. APGCS/HF.

9 *O Estado de S. Paulo*, 25 de fevereiro de 1977, p. 13. *Veja* de 2 de março de 1977, p. 23, informa que esse documento havia sido lido, parcialmente, vários meses antes, pelo deputado José Bonifácio de Andrada.

10 *O Globo*, 6 de abril de 1977, p. 8, e 4 de maio de 1977, p. 9.

11 Telegrama do cônsul americano no Rio, narrando o caso de Castaños, seqüestrado no dia 24 de julho de 1977 (sem ter sido recambiado), Marcelo Starobinas, “Argentino relata tortura em praia do Rio”, em *Folha de S.Paulo* de 1º de setembro de 2002, p. A14.

12 “Brasil ‘caçou’ argentinos no país”, em *Folha de S.Paulo* de 20 de maio de 2000, p.

A10.

13 *Diário de Heitor Ferreira*, 5 e 6 de dezembro de 1974, e exposição de Geisel na 2ª reunião do Alto-Comando das Forças Armadas, de 20 de janeiro de 1975, APGCS/HF. Para o plano do assassinato, Marcelo Bauer e Jayme Brener, “A sombra do Condor”, em *IstoÉ* de 10 de março de 1993, p. 55. Ver também *Folha de S.Paulo* de 22 de maio de 2000, p. A10.

14 *Diário de Heitor Ferreira*, 9 de dezembro de 1974. Em 1989 o general Rodriguez depôs Stroessner.

15 Marcelo Bauer e Jayme Brener, “A sombra do Condor”, em *IstoÉ* de 10 de março de 1993, p. 57.

16 Nota do general Dilermando Gomes Monteiro ao auditor da 2ª CJM, de 3 de fevereiro de 1977, em Pedro Estevam da Rocha Pomar, *Massacre na Lapa*, pp. 40-1.

17 Carta manuscrita de Aldo Arantes, em *Projeto Brasil: nunca mais*, tomo v, vol. 1: *A tortura*, pp. 216-21. *O Globo*, 2 de setembro de 1977, p. 8. As denúncias de Aldo Arantes foram tornadas públicas pelo seu advogado, Marcelo Cerqueira.

18 *Cronologia do Governo Geisel*, de Heitor Ferreira, 28 de outubro de 1976. APGCS/HF.

19 *O Estado de S. Paulo*, 16 de abril de 1977, p. 3.

20 Villas-Bôas Corrêa, “O futuro já tem nome”, em *IstoÉ* de 11 de maio de 1977, p. 9.

21 Villas-Bôas Corrêa, dezembro de 1999.

22 Bilhete de Heitor Ferreira ao autor, de 27 de abril de 1977. APGCS/HF.

23 Recorte de jornal anotado e bilhete, ambos de Heitor Ferreira a Figueiredo, e suas respostas, de 19 de maio de 1975. APGCS/HF.

24 Nota de Figueiredo a Heitor Ferreira e dois recortes de *O Estado de S. Paulo*, anotados por Heitor, sem data, de cerca de junho de 1977. APGCS/HF.

25 *Apreciação Especial*, do SNI, intitulada *Sucessão Presidencial*, rubricada pelo general Sebastião Ramos de Castro, marcada “confidencial”, de 16 de maio de 1977. APGCS/HF.

26 *Veja*, 25 de maio de 1977, pp. 26-31.

27 Goffredo Silva Telles Junior, *A folha dobrada — Lembranças de um estudante*, p. 926.

28 *Apreciação Sumária nº 27*, do SNI, de 19 de julho de 1976. AEG/CPDOC.

29 Golbery do Couto e Silva, junho de 1977.

30 “No entanto, ela [a Terra] se move.”

31 *Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência*: <www.sbpnet.org.br/sobre/historia.htm>.

32 *Apreciação Sumária nº 26*, do SNI, de 13 de julho de 1977. AEG/CPDOC.

33 *Veja*, 11 de maio de 1977, p. 20.

34 *Veja*, 27 de abril de 1977, pp. 67-8.

35 Idem, 8 de junho de 1977, pp. 23-4.

36 Para a ordem, José Carlos Azevedo, janeiro de 2000. Para uma narrativa de Hugo Abreu, *O outro lado do poder*, pp. 63-8.

37 Para a pressão de Petrônio, *Veja* de 15 de junho de 1977, p. 20.

38 Evandro Paranaguá, “Virgílio, bipontos: Adeus”, em Vários Autores, *Virgílio Távora, pt para sempre*, pp. 77-9.

39 *Projeto Brasil: nunca mais*, tomo v, vol. 1: *A tortura*, com as denúncias de André Teixeira Moreira (pp. 296-301), Claudio da Rocha Roquete (pp. 652-5), Fernanda

Duclos Carisio (p. 921); vol. 2: *As torturas*, com as denúncias de José Mendes Ribeiro (pp. 591-2) e Luiz Arnaldo Dias Campos (pp. 812-5), e vol. 3: *As torturas*, com a denúncia de Maria de Fátima Martins Pereira (pp. 103-5).

40 *Veja*, 6 de julho de 1977, p. 28.

41 *Informação nº 0362/S-102-A5-CIE*, do CIE, sobre a *Participação do PCB no Pleito de Nov 74*, de 11 de março de 1975. AA.

42 *Jornal do Brasil*, 16 de abril de 1977, p. 20.

43 Ana Beatriz Nader, *Autênticos do MDB, semeadores da democracia*, p. 51.

44 *Apreciação Especial*, do SNI, de 16 de maio de 1977, intitulada *Sucessão Presidencial*. APGCS/HF.

45 Uma folha de *Audiências do Sr. Presidente*, de 28 de junho de 1977, anotada por Heitor Ferreira e Golbery. APGCS/HF.

46 *Folha de S.Paulo*, 29 de junho de 1977, p. 1. Na *Apreciação Sumária nº 25*, do SNI, de 29 de junho, o programa de TV foi mencionado superficialmente, sem adjetivos, e a fala de Alencar Furtado coube em treze palavras anódinas. AEG/CPDOC.

47 Thales Ramalho, julho de 1999.

48 Para 548°, Lucia Klein e Marcus F. Figueiredo, *Legitimidade e coação no Brasil pós-1964*, p. 150. Nessa pesquisa registraram-se 540 cassações antes do governo Geisel. Nele, as cassações foram oito. Calculando-se uma média de 10 mil votos para cada cassado, confiscaram-se 5,5 milhões. Um documento de 1978 estima que as cassações de mandatos com suspensão de direitos políticos foram 581. *Punições por Atos Revolucionários de 9 de Abril de 1964 a 31 de Dezembro de 1978*. APGCS/HF.

49 *Telegrama 665/Min Ex*, de 30 de junho de 1977. APGCS/HF.

50 Hugo Abreu, *O outro lado do poder*, p. 119.

51 *Cronologia do Governo Geisel*, de Heitor Ferreira, 30 de junho de 1977. APGCS/HF.

52 A primeira, na crise provocada pela reação de Frota ao discurso do senador Leite Chaves, depois da morte de Vladimir Herzog, está registrada no *Diário de Heitor Ferreira*, 29 de outubro de 1975. A segunda, quando Frota tentou impedir a ida do general Moraes Rego para Campinas, está no *Diário de Heitor Ferreira*, 23 de novembro de 1975. A terceira, quando Frota convocou o Alto-Comando para discutir a demissão do general Ednardo D'Ávila Mello, está no *Diário de Heitor Ferreira*, 27 de janeiro, 3 e 7 de fevereiro de 1976.

PARTE IV A hora de Ernesto Geisel

Figa mostra um rosto

A candidatura do general Figueiredo foi para a rua na primeira semana de julho de 1977. Na saída de uma missa de sétimo dia, o chefe do SNI falou com os jornalistas. Perguntaram-lhe se era candidato a presidente da República. Respondeu que a questão dependia de três requisitos: “O primeiro é o presidente Geisel querer. O segundo é eu querer”. O terceiro: “Desde que haja um movimento entre militares e políticos”. No dia seguinte, a resposta estava na manchete do *Jornal de Brasília*: “Figueiredo admite candidatura se Geisel e políticos apoiarem”.¹

Em seguida, conversando com o repórter Carlos Henrique, da revista *Veja*, o presidente da Caixa Econômica Federal, Humberto Barreto, ditou-lhe: “Pode botar em letra de forma. Assim que o presidente abrir a temporada, eu estarei ao lado da candidatura do Figueiredo a candidato”.² A frase foi publicada na edição que começou a circular no domingo, 10 de julho. Dois dias depois, numa entrevista a *O Estado de S. Paulo*, Humberto decidiu ser mais claro: “Estou convencido de que o general João Baptista Figueiredo constitui a melhor solução para o Brasil, como futuro presidente. Uma das razões para minha crença é a perspectiva de maior abertura democrática, com ele”.³

Barreto era o mais próximo dos colaboradores de Geisel. Com 44 anos, fora colega do filho do presidente e era seu parceiro de biriba desde os anos 50. O melhor amigo, quase um familiar. Se dizia uma coisa dessas, refletia o pensamento do general. A frase agitou o mundo

político, insinuando o beneplácito presidencial ao lançamento público da candidatura do chefe do SNI. Não houvera combinação, e Geisel chegara a se aborrecer com o gesto de Barreto, sem que viesse a repreendê-lo.⁴ Limitara-se a informar, por meio do porta-voz do Planalto, que o debate da sucessão só seria aberto em 1978.

Humberto Barreto foi ao palácio do Planalto para conversar com Golbery e encontrou-o com “um sorriso que ia de orelha a orelha”. “Só você podia fazer isso, e nenhum de nós podia pedir, mas saiba de uma coisa, o *Alemão* está furioso. Enfim, quem entende de Geisel é você”, disse-lhe o general. Com sua calma sertaneja, Barreto absorveu a advertência, conversou e foi-se embora. Quando entrou no pequeno elevador privativo dos mandarins do Planalto, cruzou com Figueiredo.

— Seu filho-da-puta... — disse-lhe o chefe do SNI.

— Pára com isso. Você não quer outra coisa — respondeu Barreto. Eles haviam jantado juntos uma semana antes.

Os dois foram para um canto da garagem do palácio. Confabularam por quase meia hora.⁵

No decorrer da semana, Heitor Ferreira entregou a jornalistas de sua confiança em pelo menos quatro redações (*Veja*, *IstoÉ*, *Jornal do Brasil* e *O Globo*) um maço de fotografias e textos que viria a ser chamado “Pacote de Julho”.⁶ O resultado ficou visível no domingo. Os jornais traziam extensos perfis do general e as duas revistas, sua fotografia na capa. Desencapuzara-se o candidato.

O país aprendeu que o chefe do SNI nascera numa casa de vila do bairro de São Cristóvão, tinha uma irmã e quatro irmãos (o teatrólogo Guilherme Figueiredo, dois generais e um dentista). Sua primeira professora chamara-se Zulmira e a primeira neta, Tatiana. Fora o primeiro de turma nos três principais cursos do Exército, e o nome de sua mulher era Dulce. Divertia-se montando cavalos e resolvendo problemas matemáticos. (Era capaz de demonstrar a fórmula da equação de segundo grau, mas atrapalhava-se para provar que os ângulos internos de um triângulo somam 180 graus.)⁷ Fumava cigarros

Max (americanos). Fazia versos ruins:

Fecha a guarda ao picareta.

De tantos a profissão,

Falso, se usando a caneta,

A fala ou a educação.⁸

O noticiário ressaltava três traços de seu perfil político. De um lado, a herança paterna da luta do general Euclides Figueiredo contra o poder pessoal e a ditadura de Getúlio Vargas. De outro, a ligação com Golbery, a quem conhecera em 1958 e que em 64 o levava para o SNI. Finalmente, a disciplinada fidelidade a Geisel e ao projeto de distensão. Fixava o retrato de um militar austero e reservado, avesso à política e ao alpinismo social. Fazia sete anos que estava no Planalto, e era praticamente desconhecido.

Figueiredo, o *Figa*, cavalgava um tipo, não uma personalidade. Castello Branco fizera o gênero do oficial de estado-maior francês. O chefe do SNI encarnava o Cavalariano estourado, vulgar, enfeitado por um senso de humor autoderrogatório. Ao escolher um codinome, intitulara-se “Bagual”, sinônimo gaúcho de “chucro”.⁹ Geisel apreciava-lhe a capacidade de “dar botinadas”. Suas histórias eram preciosas, baseadas sempre na memória de incidentes com personagens já mortos, sem testemunhas vivas. Contava que, como aspirante, desafiara Getúlio Vargas. Por primeiro aluno, recebera o espadim das mãos do ditador, que lhe desejara uma carreira brilhante, tal qual a do pai. “Obrigado, presidente. O único perigo é que eu termine preso, como meu pai.”¹⁰ Ainda era tenente, dizia, quando mandara o major Castello Branco “à merda”.¹¹ Coronel, dissera a João Goulart que seu governo seria derrubado.¹² Era um interlocutor direto. O general queixava-se do próprio temperamento: “Eu tenho um gênio [...] eu sou um sujeito impulsivo que de vez em quando faço besteiras e depois me arrependo e sou meio violento”.¹³

Ao contrário das personalidades de Medici e Geisel, que passaram inalteradas pelo poder, a de Figueiredo fora reciclada, nem tanto por

sua iniciativa, mas com sua concordância. Oito das dezenove fotografias em que aparecera nas revistas *Veja* e *IstoÉ* o mostravam na companhia de cavalos. O cavaleiro atlético escondia um cardiopata teimoso. Agravava os padecimentos da coluna ao persistir no exercício do hipismo. O general severo também era uma construção. Uma ex-funcionária do SNI, Edine Souza Correia, viria a acusá-lo de tê-la seduzido nas cavalariças do Torto, em 1971. Ela era menor de idade. Quatro anos depois, foi nomeada auxiliar de censura na Polícia Federal e, em 1976, acabara de ser transferida para o SNI. (Essa relação foi escandalosamente divulgada em 1988 pela senhora. Ela pedia dinheiro a Figueiredo, acusando-o — falsamente — de ser o pai de seu filho. Dois telefonemas gravados, uma ordem de pagamento e um bilhete manuscrito do general permitem afirmar que quando ela estava com dezessete anos ele já a conhecia e que lhe mandou um cartão de boas-festas dizendo: “Meu jardim tem muitas folhas caídas, mas tem uma flor...”. Num telefonema disse-lhe que “te amei”. Em juízo, sempre negando que tivesse intimidade com a senhora, reconheceu que ela freqüentava a granja do Torto.)¹⁴

O militar profissional, com estampa e mitologia de *troupier*, estava no Exército havia mais de quarenta anos, mas passara apenas cinco fora do circuito de uma ajudância-de-ordens, dos cursos e das mesas. Somara mais tempo nos serviços de informação do que em comando de tropa. Não fora à guerra. Mantivera-se ao largo do radicalismo verbal dos oficiais indisciplinados. Como chefe do Gabinete Militar de Medici, estivera na montagem da máquina que entregara ao Exército o comando das operações de polícia política.¹⁵ Segundo um oficial do DOI do Rio de Janeiro, em pelo menos uma ocasião vira um preso ser torturado.¹⁶ Quando o Ministério Público paulista encurralou o delegado Sérgio Fleury, ele se preocupou: “Se esse camarada falar, é um perigo para uma porção de gente”.¹⁷ Havia sido um precoce, leal e ativo defensor da escolha de Geisel para a Presidência. Tinha com ele uma relação disciplinada e respeitosa. Chamava-o de “senhor”. Nos meses que antecederam a formação do governo, fora um operador qualificado,

abastecendo o presidente da Petrobrás com fatos, opiniões e conselhos.

Geisel pusera-o na chefia do SNI acreditando que fosse capaz de conter as intrigas contra Medici e de regenerar o Serviço. Dissera-lhe: “Você sabe que o SNI, como está, é melhor fechar [...]. Ou nós consertamos o SNI [...] ou então vamos acabar com esse troço, porque como está, não vai. Não processa coisa nenhuma, só veicula boato”.¹⁸ Pouco mudara o Serviço. Pelo contrário. Manteve-o como caudatário dos sentimentos, temores e inquietações do porão.

Alguns meses antes, Figueiredo telefonara ao ministro da Fazenda, Mario Henrique Simonsen, dizendo-lhe que acabara de fechar um dossiê incriminando, por corrupto, um diretor do Banco do Brasil. Queria sua demissão. Simonsen pediu-lhe que mandasse o papelório, para que o examinasse. Golbery entrou no circuito, ordenando-lhe que preparasse a demissão pois era desnecessário examinar os documentos. Simonsen recordaria: “Fui-me embora para casa, onde escrevi uma carta de demissão. À noite o Golbery foi lá em casa, e eu o recebi com a carta pronta. O Geisel telefonou, e eu mandei dizer que não estava. Botei os cachorros na rua. Avisei ao Golbery que no dia seguinte entregava a carta e que assim ficava tudo mais fácil, para o SNI, para o Velloso e para a inflação”.

Geisel deu-lhe razão. A leitura do dossiê revelou que se denunciava por ilícita a simples concessão de um financiamento. Como a documentação mostrava que o empréstimo fora contratado em condições costumeiras, a acusação mudou de figura. O caso não seria de corrupção, mas de favorecimento, uma vez que a empresa não poderia ter feito a dívida (que quitara). Simonsen ligou para o diretor do Banco do Brasil e perguntou-lhe quem aconselhara a concessão do empréstimo. “Foi o Figueiredo”, respondeu o funcionário. Simonsen concluiu que o chefe do SNI dera andamento ao processo sem tê-lo lido. (Ou o lera e deixara o protegido entregue à má sorte.)¹⁹

No SNI de Figueiredo conviviam um comitê de escuta eleitoral e as piores manobras contra Golbery. Ele navegava na ambigüidade. Tinha como colaborador direto o general Sebastião Ramos de Castro, um

radical. A relação com o subordinado permitira que Castro lhe enviasse uma carta criticando a ligação do chefe do Gabinete Civil com lideranças da Igreja e lastimando que a imprensa associasse a figura do general com o prosseguimento da distensão: “O senhor dirá — ‘São fofocas e falsidades’. Está bem, porém o certo é que concorrem para o clima de desconfiança e que mina a confiança no Presidente Geisel”. Era uma reflexão “para seu conhecimento exclusivo”.²⁰ Figueiredo passou-a a Golbery.

A admiração de Geisel por Figueiredo era sincera. Em 1972, pensara em carregá-lo como vice.²¹ Apesar disso, tinha na memória dois episódios cinzentos, ambos remontando ao período anterior a sua posse. Num, Figueiredo esquivara-se de levar a Medici um pedido para que desmontasse a pretensão de Orlando Geisel, interessado em continuar no Ministério do Exército.²² Noutro, teria assegurado a Medici que seu provável sucessor estava afastado de Golbery.²³ Essa mentira, por utilitária, não teve importância na época, assim como Geisel e Golbery não se incomodaram com as gestões de Figueiredo, no início de 1974, solicitando-lhes que dessem a Medici a impressão de que relutava em participar do novo governo.²⁴ Quando seu nome surgiu nas listas de ministros, dissera ao presidente: “Estão me botando em campo sem eu ter assinado contrato”.²⁵ Falso. Fora convidado mais de um mês antes, e aceitara. Sabia até que fracassara uma tentativa de desalojá-lo da granja do Torto.²⁶

A capacidade de Figueiredo de representar o tipo do militar enquadrado, dissimulando as manhas políticas do candidato, chegou ao exagero quando, dois dias depois do aparecimento do “Pacote de Julho” na imprensa, escreveu a Heitor Ferreira que houvera uma “onda publicitária em torno do meu nome”.²⁷ Pelo menos catorze fotografias publicadas nas reportagens de *Veja* e *IstoÉ* haviam saído de seu álbum familiar.

A dissimulação do general nunca foi levada em conta por Geisel. As principais críticas que o presidente fazia ao chefe do SNI, em raros momentos de insatisfação, relacionavam-se com o seu desempenho.

Valendo-se do livro *Peter principie*, um sucesso da época, dissera que ele atingira a fase da “incompetência criativa”.²⁸ Criticava-o, ora por “displicente”, ora pela associação dos problemas de saúde à disposição pessoal. Anotando trechos de uma conversa com Geisel, em junho de 1976, Heitor Ferreira registrou: “Com esse problema de coluna e sobretudo com problema de coronárias... E eu não vejo no Figueiredo... sinceramente... eu aliás já disse isso várias vezes a você... apetite pra... pra essa coisa...”.²⁹

Pelo seu depoimento público, Geisel escolheu Figueiredo por motivos que, mesmo sendo verdadeiros, juntam opiniões mas não formam um ponto de vista.

O primeiro: “A solução ainda teria que ser um militar. E dentro da área militar quem se sobressaía era o Figueiredo”.³⁰

A partir do surgimento da candidatura de Frota e da hostilidade de uma parte dos comandantes militares à distensão, é certo que Geisel não poderia ter escolhido um civil. Para que a seleção recaísse sobre os governadores Paulo Egydio Martins ou Aureliano Chaves, o presidente precisaria ter uma base política unida e solidamente popular. Não a tinha. Nenhum dos dois dispunha sequer da Arena dos seus estados. A Paulo Egydio faltava o apoio do ex-governador Laudo Natel, bem como o do ex-prefeito Paulo Maluf e do ex-ministro Delfim Netto. A Aureliano faltava o amparo do ex-governador Magalhães Pinto (ele próprio candidato). Ademais, ambos haviam perdido a eleição de 1974, e nada indicava que vencessem a de 78.

Em janeiro de 1975, o presidente entendera que “enquanto as forças armadas não forem enquadradas, enquarteladas, não será possível um civil na presidência”.³¹ Um ano depois, vendo Figueiredo “encolhido e afetando grossura”, Geisel voltara a mencionar o nome de Aureliano Chaves, mas a simpatia pelo governador submergiu.³²

Restrita aos militares, a escolha entrava num funil. O militar tinha de ser um general-de-exército. Frota não servia. Pelo menos dois outros generais poderiam competir com Figueiredo. Um era Reynaldo Mello de Almeida. O outro, Euler Bentes Monteiro, que Geisel julgara

habilitado para o cargo, num comentário superficial feito em 1972.

Segundo Geisel, Figueiredo foi o ungido pelo seguinte:

Ele tinha assistido a boa parte do governo do Castello, pois desde o começo foi levado pelo Golbery para a Agência Central do SNI. Depois [...] foi servir com o Medici e o acompanhou no governo como chefe da Casa Militar. Acompanhou também o meu governo do primeiro ao último dia. Quer dizer, acompanhou três governos, sendo que dois no dia-a-dia. Tinha uma experiência e uma visão muito grande das coisas, da estrutura governamental, dos problemas nacionais. Inclusive, tinha conhecimento dos homens. Sua chefia no SNI lhe permitiu acompanhar a atuação dos remanescentes da subversão e de grande parte dos homens públicos do país. A pessoa mais qualificada, do ponto de vista de conhecimento dos problemas nacionais, era portanto o Figueiredo. Não havia ninguém que tivesse tanta identificação com o governo do Brasil.³³

Essa explicação, repetida em diversas ocasiões, ampara-se em dados factuais. Figueiredo chegara ao Planalto em setembro de 1969. Desde então, participava de reuniões diárias com o presidente, durante as quais se reviam os principais problemas da administração e da política. Eram os despachos conjuntos com os chamados “ministros da Casa”.³⁴ Estimando-se que, em quase oito anos, essas reuniões tivessem durado apenas uma hora, Figueiredo tornara-se o cidadão brasileiro de nível ministerial com mais tempo de serviço acumulado no gabinete do presidente em todo o período republicano. (Em 1976, os encontros dos “ministros da Casa” somaram 324 horas.)³⁵

A assiduidade dera ao general uma inédita intimidade com o poder, mas a sua transposição para o domínio dos assuntos de Estado confunde presença com participação. Mantendo-se em funções de assessoria, conhecera o poder, porém não o exercera. Nesse sentido, a ação do general Euler Bentes, que reformara o sistema de contabilidade do Exército, tivera sobre a instituição um impacto muito maior que a

atuação de Figueiredo no Gabinete Militar e no SNI. Uma coisa era estar no Planalto enquanto Orlando Geisel chefiava o Exército e Delfim Netto comandava a economia. Outra era participar, de forma relevante, nas decisões do governo. Em cinco anos de convivência, Figueiredo e Delfim sentaram-se a sós, por mais de quinze minutos, em menos de cinco ocasiões.³⁶

Uma coisa era saber dos hábitos e das conversas de um político grampeando-lhe o telefone e lendo informes do SNI a seu respeito, sem jamais tê-lo visto. Outra bem diversa seria lidar com ele. Até meados de março de 1975 Figueiredo não estivera pessoalmente com o deputado Marco Maciel, que viria a presidir a Câmara.³⁷

Do enunciado de Geisel pode-se entender que, como assessor, Figueiredo adquirira um cabedal de conhecimentos que o habilitaria ao exercício da Presidência. Nos registros do governo, vê-se que não há decisão política relevante de que tenha participado na condição de formulador engajado. De um lado isso era consequência de seu virtuoso recato. De outro, poderia ser resultado de um vicioso despreparo na lide das grandes questões nacionais.

Nas entrelinhas da argumentação de Geisel (e de Golbery), a qualificação de Figueiredo estava na sua capacidade de preservar o poder do conjunto de pessoas e de interesses que governava o Brasil desde 1964. Admitindo-se o critério da exclusividade militar, o general Euler Bentes já não preenchia esse segundo requisito, mas Reynaldo poderia preenchê-lo. O que diferenciou um do outro foi a existência de uma articulação, dentro do palácio, para levar Figueiredo à Presidência. As características arroladas por Geisel e repetidas com frequência por Golbery não fizeram do candidato um favorito. Justo o contrário, serviram para transformar o favorito em candidato.

Geisel ungiu Figueiredo porque supunha estar fazendo o certo, mas também porque cedeu ao impulso dos governantes que desejam ser sucedidos por um amigo a quem possam influenciar. Nesse sentido, faltou-lhe a simplicidade de Medici, capaz de escolhê-lo sem que tivessem relações pessoais e sem sequer trocarem opiniões a respeito do

futuro do país.

Golbery tramou a candidatura do chefe do SNI não só porque a julgava funcional, mas também porque assim se colocaria na Presidência um oficial que sempre o tivera por chefe, tratava-o de “senhor” e, de certa maneira, conforme percebera, nele projetava a figura paterna.³⁸ Trabalhou por Figueiredo supondo que continuaria a ser o ministro mais poderoso do governo.

Heitor Ferreira chamava a sucessão de “a segunda guerra”, numa referência oblíqua à “primeira”, vencida em 1965 por Costa e Silva. Derrotado, o jovem capitão fora para o quartel de Ponta Porã, na fronteira com o Paraguai. Demitira-se do Exército e trabalhara por três anos no Projeto Jari, do milionário americano Daniel Ludwig, até ser convidado por Geisel para cuidar dos “meus assuntos”, na Petrobrás. Com *Figa* na Presidência, era provável que fosse nomeado ministro. Mesmo que isso não acontecesse, continuaria a ser uma das sombras mais poderosas de Brasília. Nenhum secretário de presidente tivera por tanto tempo poder igual ao seu, nem voltaria a tê-lo.

Os motivos dos três, e de boa parte dos defensores da candidatura do chefe do SNI, juntavam à continuidade do poder o pressuposto da continuidade de uma abertura gradual capaz de ir longe, desde que não alterasse o arco de interesses estabelecido desde 1964. Com seis anos de mandato, Figueiredo deveria preservar essa coligação até os festejos dos vinte anos da Revolução. Fora das ditaduras comunistas e afro-asiáticas, longevidade semelhante só ocorrera no regime mexicano e nas duas ditaduras ibéricas.

Acontecimentos posteriores levariam todos os criadores do candidato a procurar se dissociar de sua administração. Tanto Geisel como Golbery se aferraram à teoria psicológica de que o general teve a personalidade transformada durante o exercício da Presidência. “Esse não é o Figueiredo que eu conheci”, diria Golbery quatro anos depois.³⁹ “Naquela época o Figueiredo era outro, não era Figueiredo que surgiu no governo”, explicaria Geisel.⁴⁰

Jamais houve dois Figueiredo. Houvera um general trancado no

Gabinete Militar e no SNI, protegido ora pela Censura ora pela trama destinada a torná-lo presidente. Retirado das funções militares e da redoma, expôs-se. Expondo-se, mostrou-se um primitivo. Isso sucedeu com a publicação da primeira entrevista que retratou com fidelidade seu vocabulário e a concatenação dos seus raciocínios. Em abril de 1978, disse coisas assim aos repórteres Getúlio Bittencourt e Haroldo Cerqueira Lima:

Nós temos a laranja-lima, a laranja-pêra, a laranja-baía, que têm sabores diferentes, mas nem por isso deixam de ser laranjas. [...] Assim também há democracias diferenciadas. [...]

O que é que tem [o presidente] nomear um terço do Senado? A rainha da Inglaterra não nomeia toda a Câmara dos Lordes, que equivale ao nosso Senado [...]? [...] E no império, o imperador não nomeava todo mundo, e tudo não funcionou bem por tanto tempo? [...]

Me respondam, o povo está preparado para votar? [...] O brasileiro pode votar bem, se ele não conhece noções de higiene? [...] Eu encontrei outro dia, num quartel, um soldado de Goiás que nunca escovara os dentes e outro que nunca usara um banheiro. E por aí vocês me digam se o povo já está preparado para eleger o presidente da República.⁴¹

Em julho de 1977, ainda trancado num gabinete, esse Figueiredo estava protegido pela blindagem do cargo. Seu primitivismo era um segredo. De um lado parecia folclórico, de outro, lapidável. Em todos os casos, como a saúde precária, as limitações intelectuais tornavam-se uma irrelevância diante do objetivo central da preservação dos interesses que a ditadura cultivava desde 1964.

1 *Jornal de Brasília*, 7 de julho de 1977.

2 *Veja*, 13 de julho de 1977, p. 16.

- 3 Entrevista à repórter Leda Flora, citada em Carlos Chagas, *A guerra das estrelas (1964-1984)*, p. 246.
- 4 Humberto Barreto, dezembro de 1999.
- 5 Idem, dezembro de 1999 e fevereiro de 2003.
- 6 Para uma descrição da operação por meio da qual foi distribuído o material, ver André Gustavo Stumpf e Merval Pereira Filho, *A segunda guerra — A sucessão de Geisel*, p. 46. O autor, que na época chefiava a editoria política do *Jornal do Brasil*, vinha pedindo semelhante material a Heitor Ferreira e recebeu um de seus envelopes.
- 7 João Baptista Figueiredo, janeiro de 1978.
- 8 *Veja*, 20 de julho de 1977, p. 20.
- 9 Nota manuscrita de Figueiredo a Heitor Ferreira, de 22 de junho de 1973. APGCS/HF.
- 10 *Veja*, 20 de julho de 1977, p. 23. Não há registro de que Figueiredo tenha contado essa história antes de 1977.
- 11 Conversa de Figueiredo com o jornalista Orlando Brito, 5 de janeiro de 1991. Transcrição dada por Brito ao autor. Também não há registro anterior desse incidente.
- 12 André G. Stumpf e Armando Salem, “Figueiredo candidato”, em *IstoÉ* de 20 de julho de 1977; “Sempre o primeiro da classe”, p. 8. Na época o jornalista Raul Ryff, ex-assessor de Imprensa de Goulart, assegurou ao autor que, de acordo com a lembrança de um ajudante-de-ordens de Jango, essa previsão era falsa.
- 13 Narrativa de Geisel, de uma conversa com Figueiredo, 18 de dezembro de 1973. APGCS/HF.
- 14 Para um registro do caso, *Veja* de 20 de julho de 1988 (pp. 40-4) e 17 de outubro de 1990 (p. 41); *O Globo* de 17 (pp. 1 e 3), 18 (p. 5), 19 (p. 6), 20 de julho (p. 6), e 17 (p. 6) e 18 de agosto de 1988 (p. 6); *Jornal do Brasil* de 17 (pp. 1 e 3) e 20 de julho de 1988 (p. 5), 20 de junho de 1990 (p. 12) e 14 de maio de 1991 (p. 7), e *O Dia* de 11 de janeiro de 1990 (p. 9). Ver também o depoimento do coronel Alberto Fortunato, em José Amaral Argolo e outros, *A direita explosiva no Brasil*, pp. 313-4. Edine Souza Correia perdeu na Justiça o processo de paternidade que moveu contra Figueiredo.
- 15 Circular secreta aos governadores, de 10 de novembro de 1970. Cópia recebida pelo governador José Sarney, do Maranhão. AA.
- 16 Amilcar Lobo, *A hora do lobo, a hora do carneiro*, p. 38.
- 17 Moraes Rego, narrando um encontro com Figueiredo em conversa com Geisel, Golbery e Heitor Ferreira, 3 de dezembro de 1973. APGCS/HF.
- 18 Conversa de Geisel com Golbery, narrando o convite a Figueiredo para chefiar o SNI, 18 de dezembro de 1973. APGCS/HF.
- 19 Mario Henrique Simonsen, fevereiro de 1985.
- 20 Carta do general Sebastião Ramos de Castro a Figueiredo, de 4 de junho de 1975. APGCS/HF.
- 21 *Diário de Heitor Ferreira*, 3 de outubro de 1972.
- 22 Conversas de Figueiredo com Heitor Ferreira e Golbery, de 20, 21, 23 e 28 de dezembro de 1973, APGCS/HF, e *Diário de Heitor Ferreira*, 29 de dezembro de 1973.
- 23 *Ernesto Geisel*, organizado por Maria Celina d’Araujo e Celso Castro, p. 433.
- 24 Relato de Heitor Ferreira a Geisel e Golbery, 21 de janeiro de 1974. APGCS/HF.
- 25 Telefonema de Figueiredo a Heitor Ferreira, 1º de fevereiro de 1974. APGCS/HF.
- 26 Para a data do convite, uma folha datilografada, de Heitor Ferreira, intitulada *Ordem Cronológica dos Convites para o Governo Geisel*. Para a granja, telefonema de Heitor a Figueiredo, 18 de fevereiro de 1974, no qual o general trata do caso, e

- conversa de Golbery com Heitor, 21 de dezembro de 1973. APGCS/HF.
- 27 Bilhete de Figueiredo a Heitor Ferreira, de 20 de julho de 1977. APGCS/HF.
- 28 *Peter principie*, de autoria de Laurence J. Peter e Raymond Hull, foi traduzido por Heitor Ferreira e lançado no Brasil pela editora José Olympio, em 1970, com o título *Todo mundo é incompetente, inclusive você — As leis da incompetência. Cronologia do Governo Geisel*, de Heitor Ferreira, 2 de agosto de 1975. APGCS/HF.
- 29 *Diário de Heitor Ferreira*, 10 e 25 de junho de 1976.
- 30 *Ernesto Geisel*, organizado por Maria Celina d'Araujo e Celso Castro, p. 412.
- 31 *Diário de Heitor Ferreira*, 16 de janeiro de 1975.
- 32 Nota de Heitor Ferreira a Geisel, de 22 de janeiro de 1976. APGCS/HF.
- 33 *Ernesto Geisel*, organizado por Maria Celina d'Araujo e Celso Castro, p. 412.
- 34 Os “ministros da Casa” eram os chefes do Gabinete Civil, do Gabinete Militar e do SNI. No governo Medici reuniam-se com o presidente pela manhã. Com Geisel, duas vezes por dia. O ministro do Planejamento participava da reunião matutina.
- 35 *Controle dos Despachos com os Ministros de Estado*, de 1976. APGCS/HF.
- 36 Delfim Netto, fevereiro de 2000.
- 37 Nota manuscrita de Heitor Ferreira a Figueiredo, que a respondeu, de 11 de março de 1975. APGCS/HF.
- 38 Golbery do Couto e Silva, novembro de 1981.
- 39 Golbery do Couto e Silva, 1981.
- 40 *Ernesto Geisel*, organizado por Maria Celina d'Araujo e Celso Castro, p. 435.
- 41 Getulio Bittencourt, *A quinta estrela — Como se tenta fazer um presidente no Brasil*, pp. 163-77 e 177-87. Essa entrevista foi publicada pela *Folha de S.Paulo* de 5 e 6 de abril de 1978, pp. 4-5 para as duas edições.

Habeas Faoro

Petrônio Portella estava na pequena sala de seu apartamento, na rua Joaquim Nabuco, em Copacabana. Contava ao jornalista Antônio Carbone, d'*O Estado de S. Paulo*, como recomençaria a rodada de conversas com a oposição. Era um cansativo relato de intenções fracassadas.

O presidente do Senado tentara um entendimento com o MDB no início do ano e tivera de suspendê-lo. Parecera desmoralizado pelo “Pacote de Abril”, mas logo que o Congresso foi reaberto, voltara a apresentar-se como interlocutor para uma grande negociação política. Vira-se novamente desmoralizado pela violência da cassação de Alencar Furtado. Reerguera-se pela terceira vez e fora prontamente ridicularizado pelo líder da Arena na Câmara, José Bonifácio de Andrada: “Não sou contra o diálogo, o que acho é que ele não levará a coisa nenhuma”.¹

Petrônio estava bloqueado à direita por um pedaço da bancada governista que, por não acreditar na abertura e também por não querê-la, esperava pelo desfecho do antagonismo que separava Geisel de Frota. Estava bloqueado à esquerda pelo alicate em que Ulysses Guimarães prendia as negociações com o regime. Conversava com Thales Ramalho, transitava em boa parte da bancada do MDB, mas seu caminho acabava na porta do presidente do partido. Podia-se pensar que era um voluntário sem destino.

Antônio Carbone perguntou ao senador: “O senhor pretende conversar com a sociedade civil?”.

Petrônio respondeu que sim.²

“Sociedade civil” era uma expressão mágica, saída do acervo dos conceitos hegelianos e reciclada no Brasil pela divulgação da obra do filósofo comunista italiano Antonio Gramsci. No seu significado clássico, designava o conjunto de forças políticas e sociais sem ligação orgânica com a máquina do Estado. No significado presente, encarnava um truque retórico. Surgia um ente que, por civil, não era militar e, por representar a sociedade, também não era partidário. Na sociedade civil cabia de tudo. *O Jornal do Brasil* perguntara a 41 ex-ministros da ditadura se julgavam necessária a reforma das instituições políticas. Afastados da máquina do Estado e, portanto, integrados à sociedade civil, dezessete defenderam as mudanças e 24 não quiseram opinar, mas nenhum sustentara que as coisas deviam continuar como estavam.³

Dias depois, Carbone revelou que Petrônio Portella pretendia conversar com a Igreja, as lideranças empresariais e a Ordem dos Advogados do Brasil.⁴ O senador já falara com alguns políticos, sem detalhar a expansão da agenda. É provável que tivesse essa idéia, mas nunca a explicitara. Uma vez enunciada, sua essência era óbvia: Petrônio Portella contornaria o MDB.

O primeiro sinal vindo da Igreja, imediato, dificultou-lhe o caminho. O cardeal Arns, de São Paulo, informou que, de parte do clero, deveria procurar a CNBB, “único canal oficial de diálogo para assuntos nacionais”.⁵ Para quem conhecia, como d. Arns, a aspereza das relações de Geisel com a cúpula do episcopado, o que se mostrava ao senador era uma porta travada. Petrônio tentaria destravá-la, reunindo-se com d. Ivo Lorscheiter, secretário-geral da Conferência dos Bispos. Sem a Igreja, poderia tentar o empresariado. Para quem conhecia o peleguismo das organizações e das lideranças patronais, não seria ali que ele encontraria interlocutores. Surpreendentemente, uma porta escancarou-se. Raymundo Faoro, presidente da OAB, não só aceitou a

idéia, mas anunciou que, mesmo sem ter sido procurado pelo senador, dispunha-se a recebê-lo.⁶

Cinco meses depois de ter visto uma “porta entreaberta” na redução do quórum das reformas constitucionais, Faoro começava a desempenhar um papel solitário e intelectualmente criativo na política brasileira. Petrônio (a quem a princípio tinha em má conta)⁷ queria contornar o MDB, e Faoro entendera ser necessário inverter a agenda oposicionista.

Por suas convicções, expostas n’*Os donos do poder*, era um crítico dos processos de conciliação na história nacional. Acabara de escrever o prefácio da edição venezuelana d’ *Um estadista do Império*. Definindo a conciliação que serviu de pedestal ao monumento literário que Joaquim Nabuco dedicara ao pai, Faoro lembrou:

Patrocinada pelo governo, a Conciliação por meio das influências familiares, locais, pela via dos partidos, deve integrar a ordem conservadora. Essa função legitimará por meio das instituições a monarquia, evitando o debate, o dissídio e a opção em torno das liberdades políticas. Sai desse estado, não o governo representativo, mas o governo tradicional, afirmado pelo jogo, pelo aparelhamento parlamentar, sem as aferições de confiança de baixo para cima.⁸

Para o pensamento e as intenções políticas de Geisel e Golbery, o tom ácido dessa observação era irrelevante. Interessava-lhes, como à monarquia, a função legitimadora. A Faoro interessava iniciar um processo viável de conciliação. Apresentou-o simples, compreensível e quase livre de contradita. Entrincheirou-se na defesa do restabelecimento do habeas corpus, suspenso desde dezembro de 1968.

O habeas corpus não é só uma reclamação da sociedade civil, mas uma necessidade do próprio governo, pois a boa autoridade

só pode vigiar a má autoridade pelo controle das prisões, proporcionado pelo habeas corpus.⁹

Nos fixamos no habeas corpus como medida imediata, pois entendemos que a garantia da liberdade física leva à libertação do medo. Este é o primeiro passo para que se obtenha um consenso da nação que é o pressuposto do estado de direito e da legitimidade das instituições.¹⁰

Parecia pouco, mas era tudo. O minimalismo da proposição embutia uma identidade com a manobra de Petrônio. Faoro afastara-se das principais bandeiras da propaganda oposicionista, a convocação de uma Assembléia Constituinte e a promulgação de uma anistia. A primeira surgira em 1971, durante um seminário do MDB no Recife. Servia mais para demarcar a divisão entre “autênticos” (que a defendiam) e moderados (que a condenavam) do que para mobilizar o partido. Já a anistia ganhava corpo desde que Therezinha Zerbine organizou os primeiros núcleos do Movimento Feminino pela Anistia, em março de 1975. Ao contrário da Constituinte, tinha a força da rua.

Colocadas como premissas, anistia e Constituinte pressupunham a queda ou a radical transformação do regime. O presidente da OAB transferiu-as para o elenco dos objetivos: “A Constituinte é um dos caminhos. Mas não é o único. [...] A anistia é um passo desta pacificação. Não é, talvez, um passo prévio”.¹¹ Pedia o mínimo múltiplo comum.

A agenda enxuta do presidente da OAB retomava a “estratégia incremental” proposta em setembro de 1973 pelo professor Wanderley Guilherme dos Santos, a qual fora duramente criticada no meio acadêmico e pelos “autênticos” do MDB.¹² Sugeria que a ordem política fosse descomprimida por etapas, buscando-se evitar os riscos de uma “recompressão”. Passados quatro anos, o caminho mostrava-se não apenas funcional, mas também inevitável. O “Pacote de Abril” e a cassação de Lysâneas Maciel e Alencar Furtado haviam neutralizado a vanguarda oposicionista. Um dos primeiros críticos do professor fora o

próprio Lysâneas. Ele, como todo o bloco da esquerda parlamentar, supusera possível um restabelecimento da democracia semelhante àquele que, a seu juízo, ocorrera em 1945, com as Forças Armadas derrubando a ditadura.¹³ Em 1977 ficara claro que, se os quartéis se movessem, o general Sylvio Frota derrubaria Geisel.

Faoro reconhecia que, “graças ao decoro das autoridades, já foram dados passos muito significativos para o respeito dos direitos humanos”.¹⁴ Poderia ser tomado por conciliador, mas no início de setembro dera um passo de combatente. Entregara a um repórter d’*O Globo* dois longos relatos de torturas. Neles, Aldo Arantes e Haroldo Lima, do PC do B, narravam o que lhes havia acontecido nos DOIS de São Paulo e do Rio de Janeiro entre dezembro e janeiro. Espancamentos, fome e choques elétricos.¹⁵

O *Globo* publicara os relatos, na íntegra, em quase uma página.¹⁶ Era um desafio, pois o comandante do II Exército não só negara a tortura de Aldo, como encaminhara à Justiça Militar laudos assinados pelo chefe do serviço médico da 2ª RM e por um legista civil, atestando sua incolumidade. Baseada nessas opiniões, 1ª Auditoria de Guerra rejeitara a denúncia feita pelos presos. Estava-se diante de mais um episódio da estratégia do embaraço. O governo não tinha como aprofundar a investigação, pois colocaria os torturadores do DOI no banco de testemunhas.

O general Sylvio Frota atirou de volta seis dias depois da publicação das duas denúncias. Divulgou uma nota oficial condenando os artigos que visavam “atingir o Exército”, com “referências depreciativas e, não raro, insultuosas contra seus integrantes [...] enodoando-lhes a imagem”. Soava como se Frota tratasse das torturas (ou das denúncias) de Aldo Arantes, mas o ministro não queria discutir o porão: “Esta escalada de divulgação de injúrias e falsidades tomou caminhos inaceitáveis, enveredando pela afronta, pública e clara, à cultuada figura do Duque de Caxias, acinte vomitado sobre a farda e a

espada, símbolo da honra do Exército Nacional. Os militares repelem, indignados, tais ultrajes e provocações descabidas”.¹⁷

Frota queria repetir 1968. Não deu combate às denúncias de Aldo Arantes e Haroldo Lima. Também não se lançou contra *O Globo*, braço impresso do mais poderoso conglomerado de comunicações do país, aliado e defensor do regime. Pelo contrário, classificou de “contristador” o fato de que “periódicos de reconhecidos conceito e equilíbrio agasalhem declarações de indivíduos condenados por delitos previstos na legislação comum e especial”. Anunciou que processaria os jornais que atacassem o Exército, mas individualizou um alvo livre de embaraços. Sem consultar Geisel, artilhou-se contra uma crônica do jornalista Lourenço Diaféria, publicada uma semana antes na *Folha de S.Paulo*.¹⁸

Era um comentário romântico. Louvava a conduta de um sargento que morrera em Brasília depois de se lançar num poço de ariranhas do jardim zoológico para salvar uma criança. Contrapunha seu gesto humano à pompa da delirante estátua do duque de Caxias (obra de Victor Brecheret) existente no centro da cidade. “Prefiro esse sargento herói [...]. O povo está cansado de espadas e de cavalos. O povo urina nos heróis de pedestal.”¹⁹

Diaféria foi preso. A direção da *Folha* decidiu protestar, e o jornal circulou com o espaço do cronista em branco. Ao pé da coluna, informava que o jornalista estava encarcerado. Armara-se a crise com um periódico que por muitos anos evitara embaraçar o governo mas em cuja redação se cultivavam ódios internos profundos. Desde 1967 a *Folha de S.Paulo* era chefiada pelo jornalista Cláudio Abramo, um intelectual trotskista e telúrico, mestre da técnica de edição, irreverente e elegante, respeitado pelo dono do jornal, Octavio Frias de Oliveira. Abramo dizia que num regime bolchevique nomearia Frias seu ministro da Fazenda ou da Indústria.²⁰ Frias estimulou-o a reformar o matutino, buscando um caminho que o tornasse pluralista e singular.

Naquele monstruoso prédio da rua Barão de Limeira onde se alternaram terroristas e policiais, Abramo tivera um aliado no filho de

Frias — Otavinho —, 33 anos mais jovem que ele. Passara a publicar artigos da nobiliarquia acadêmica oposicionista, abrindo para intelectuais como Marilena Chaui e Fernando Henrique Cardoso um espaço ocupado por assinaturas governistas como a do dignitário frotista Jorge Boaventura, da Escola Superior de Guerra. A *Folha* tinha em sua equipe nomes ilustres como Paulo Francis (fundador do *Pasquim*), Alberto Dines (renovador do *Jornal do Brasil*) e, na ocasião, Mino Carta (criador de *Veja*). Produzira-se aquilo que Otavio Frias Filho viria a chamar de “saco de gatos”.

Alguns gatos, como Abramo, Francis, Carta e Dines, circulavam na redação e escreviam para os leitores. Outros, para o SNI. Uma análise intitulada *O Problema da Infiltração de Esquerda nos Meios de Comunicação de Massa em SP* informara que a contaminação do jornal superava a das outras publicações e que isso se devia ao “integral controle do jornalista comunista Cláudio Abramo que há alguns anos desempenha na empresa um papel de eminência parda”. Acusava-o de esconder as notícias que denunciavam as ditaduras comunistas e de “derrubar os editores de formação democrática”.²¹

Abramo considerara imprudente a decisão de se deixar em branco o espaço da coluna de Diafêria: “Não temos armas para resistir”. Estava certo. O general Hugo Abreu telefonou a Frias no mesmo dia. Sacou munição do plano de combate contra o *Jornal do Brasil* e ameaçou processar a *Folha* com base na Lei de Segurança Nacional, suspendendo-lhe a circulação por dois meses, prorrogáveis por mais dois.²² Frias recuou. Retirou seu nome do cabeçalho do jornal, exonerou Abramo da chefia da redação, cancelou a coluna de Dines e suspendeu a publicação dos editoriais. Ao receber o substituto, o jornalista Boris Casoy, Abramo disse-lhe: “Meu caro, assumo o cargo, salve o jornal”.²³

A estratégia da tensão começava a determinar os rumos da política nacional. Na tarde de 22 de setembro de 1977, nove anos depois

da captura de 693 jovens acampados num sítio de Ibiúna, onde pretendiam realizar um congresso da UNE, os estudantes e o regime reencontraram-se num confronto de grandes proporções. Todos os governos militares e todas as gerações da esquerda juvenil viveram fixados no fantasma da recriação da UNE, dissolvida em 1964. Debaixo desse antagonismo estivera a pretensão megalomaniaca da ditadura, que, já no governo do marechal Castello Branco, supusera possível desmobilizar os estudantes. Inicialmente, o preço do equívoco fora o transbordo de um pedaço da militância universitária para as organizações armadas e, em centenas de casos, para o terrorismo. Em 1970, o chefe do Estado-Maior do Exército calculara que havia no país quinhentos presos políticos. Deles, 56% eram estudantes com uma média de idade de 23 anos.²⁴ Dos 380 mortos produzidos pela ditadura, pelo menos 114 foram jovens que passaram da política das escolas para a clandestinidade, indo daí à luta armada. Entre os mortos estavam um ex-presidente e quatro ex-vice-presidentes da UNE, mais dezesseis dirigentes de diretórios.²⁵

A recriação da UNE, em São Paulo, assombrara o trovejante secretário de Segurança, coronel Erasmo Dias. Ele se vangloriava: “Tenho 72 mil policiais nas ruas e a possibilidade dos estudantes se manifestarem é nenhuma”.²⁶ Os universitários tinham alojado em São Paulo vinte delegações daquilo que deveria ser o III Encontro Nacional dos Estudantes. Na véspera, quiseram organizar um ato público na Faculdade de Medicina da USP, mas Erasmo lhes bloqueara o caminho. A mocidade que começou a chegar à PUC, vinda de outras faculdades, ia tentar de novo. Ocuparam um salão, e havia 2 mil estudantes em frente ao teatro da escola. Apareceu um jovem e anunciou que os delegados estaduais da UNE, reunidos em outro prédio, escolheram a comissão que faria ressurgir a entidade. Chamavam os policiais de “ratos”, e havia perto de mil soldados nas cercanias da PUC.

As bombas de gás lacrimogêneo fumegaram nos jardins e na rua. Já era noite. A tropa começou uma monumental operação de cerco. Tangia os estudantes para dentro do prédio, encurralando-os.

Arrombou e varejou trinta salas de aula. O incêndio de algumas árvores dava um ar de fim de mundo ao episódio. Feriram quatro estudantes, dois deles com sérias queimaduras. Com a intermediação de professores, acertou-se que os jovens desceriam à rua. Quem não fosse da PUC seria preso. A garotada desceu num cordão, de mãos dadas.

Inspecionando-os, Erasmo divertia-se: “Quero ver quem grita ‘Abaixo a ditadura’”. (Esse grito era recente. A obstinação e o radicalismo da *Libelu* tinham arquivado o conveniente e quase bem-comportado “Pelas liberdades democráticas”).)

Assim como em Ibiúna em 1968, a invasão da PUC tinha na retaguarda uma frota de ônibus e camburões. Detiveram 1700 estudantes, levaram quinhentos para um quartel da PM e selecionaram 92, que foram remetidos ao DOPS.²⁷

Aquilo que parecera repetição de 1968 fora uma provocação inútil. Ao contrário do que ocorrera em Ibiúna, o projeto radical não vinha dos estudantes, mas da polícia. Erasmo assegurava que a UNE não seria recriada quando, por clandestina, sabia que ela podia renascer a qualquer momento, em qualquer lugar, numa assembléia, numa padaria ou numa sala de aula, como sucedeu. Na própria noite da invasão, confrontado com a notícia de que os estudantes criaram a comissão organizadora da entidade, o coronel reconheceu o óbvio: “Podem até dizer que instauraram uma República Socialista no Brasil”.²⁸ A invasão da PUC tivera a tensão por propósito e 1968 por modelo. Os jovens levados para a triagem do quartel da PM tiveram de responder a um questionário com 23 perguntas. Duas delas diziam o seguinte: “Tem conhecimento do movimento estudantil de 1968 e de 1971, que resultou em atos de terrorismo, assalto a banco, etc.”; “Sabe que o atual movimento estudantil está caminhando nos moldes dos movimentos de 1968/71?”.²⁹

Os jovens foram obrigados a assinar uma promissória de bom comportamento: “Estou ciente de que se for apanhado novamente, em passeatas, atos ou manifestações de protesto contra o regime, serei enquadrado na Lei de Segurança Nacional”.³⁰

A pirotecnia do movimento estudantil amedrontava a ditadura, incapaz de ver nele uma nova manifestação do velho camaleonismo da elite brasileira, mestra na percepção da hora de separar-se das formações políticas decadentes. Todos os jovens detidos na PUC queriam o fim do regime. Muitos queriam o socialismo, mas, assim como se dera em 1945, eram apenas uma minoria barulhenta e significativa numa dissidência transitória do andar de cima da vida nacional. Entre os 693 presos de 1968 no arrastão do Congresso da UNE, em Ibiúna, havia centenas de militantes de organizações esquerdistas convencidos de que a luta armada derrubaria os generais. Deles, 21 (3%) perderam a vida nos calabouços da ditadura e nas matas do Araguaia. Entre os 1700 detidos da PUC é provável que não houvesse nenhum defensor de guerrilhas urbanas ou rurais. Em alguns casos, a militância de 1968 deixou marcas na vida dos jovens que só viriam a ser apagadas mais de dez anos depois, com a anistia. A militância de 1977 não deixaria marca alguma. Os presos desse ano começariam a integrar a elite dirigente do país já na segunda metade da década de 80. Em 1968, em Ibiúna, os estudantes eram a desordem. Em 1977, na PUC de São Paulo, a desordem era a polícia.

No dia seguinte à invasão da PUC, o coronel Erasmo Dias proclamava: “Não há mais dúvida de que está de volta a guerra subversiva. [...] O Partido Comunista Brasileiro está agindo”. Desde 1975 o Partidão era um espectador ou, em poucos casos, um coadjuvante na agitação estudantil. Um exame do material apreendido na universidade mostraria quão distantes aquelas manifestações estavam do PCB: coletados cerca de 40 mil impressos de 167 títulos, só um deles (três volumes d’*A Revolução de Outubro e a pátria dos comunistas russos*, de Josef Stalin) tinha algo a ver com a ortodoxia bolchevique. Os estudantes liam *O Averso* (com um artigo intitulado “O discurso e o tesão”), *Movimento*, *Porandubas*, *A Semente* e até o *Programa de transição de Leon Trotsky* (274 exemplares). Essa pode ter sido a primeira grande apreensão de material considerado subversivo sem as assinaturas fáceis de Lenin, Fidel Castro e Che Guevara.³¹

Até o arrastão de Ibiúna, a ditadura reprimira prontamente o movimento operário, mas fora tolerante com os estudantes. Em 1977, reprimia o movimento estudantil e subestimava os sinais de mudança que vinham dos sindicatos do ABC paulista. Combatendo o passado (o fantasma de 1968), não entendia o presente. A idéia de que seria possível uma agitação estudantil sem o dedo dos comunistas não fazia sentido. Menos sentido fazia imaginar que pudesse surgir um movimento sindical vigoroso sem o patrocínio de uma liderança esquerdista.

Em julho a *Folha de S.Paulo* publicara um relatório sigiloso do Banco Mundial, de cinqüenta páginas, com três anexos, um dos quais sobre os salários pagos aos trabalhadores. Lá, duas tabelas informavam que, para o Banco, a inflação de 1973 havia sido de 22,5%.³² Nada a ver com os 15,5% do crepúsculo do delfinato. A Fundação Getulio Vargas (responsável pelo índice) anunciara que refizera a conta, chegando a 20,5%, mas um documento preparado por Simonsen pouco antes da posse de Geisel pusera outro número no debate: 26,6%.³³ Com o selo do Banco Mundial, a taxa de 22,5% reabria ao mesmo tempo uma discussão econômica e uma campanha sindical. Assim como Faoro contornara os temas genéricos do MDB, Luiz Inácio da Silva, o Lula, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, contornaria os métodos convencionais de negociação. A fraude de 1973 indicara a extensão do êxito da ditadura na sua política de desmobilização da sociedade. A luta pela “reposição” marcava o início do esgotamento da manipulação e da política que permitia contas mágicas como as da FGV.

A reivindicação de Lula amparava-se numa operação de lógica de ferro. Se a inflação de 1973 fora de 22,5%, os aumentos salariais calculados com base no índice de 15,5% haviam subtraído parte do dinheiro devido aos trabalhadores. Nesse caso, os patrões estariam obrigados a repor o que embolsaram. Nas contas do DIEESE, deviam

34,1% sobre os salários de 1976. “Reposição”: esse foi o ponto de apoio da alavanca que trouxe os operários de volta à vida política nacional.

Em agosto formou-se uma comissão de trabalhadores em São Bernardo. Distribuíram-se 80 mil panfletos convocando uma assembléia geral, e, na noite de 2 de setembro, cerca de 5 mil metalúrgicos lotaram o auditório do sindicato, assinaram o livro de presença e engarrafaram o trânsito nas vizinhanças.³⁴ Na *Tribuna Metalúrgica*, o colunista *João Ferrador*, numa de suas cartas aos ministros do “Brasil grande e potente”, chamava os 15,5% de “fajutamento”. Ao lado de *Ferrador*, Luiz Inácio da Silva argumentava: “Nossa pretensão se firma em fato e é reconhecidamente justa”.³⁵ Como o governo impediu que a reposição fosse discutida na Delegacia Regional do Trabalho, ele reclamava que “não podemos ficar sabendo o que os patrões estão pensando sobre o assunto”. Ia além: “Nossa discussão é com os patrões e não com o governo”.³⁶ Pela primeira vez desde 1964, uma comissão de sindicalistas foi recebida por quatro ministros (Fazenda, Planejamento, Trabalho, e Indústria e Comércio). Reuniram-se durante três horas e meia. Era também a primeira vez que o Lula de São Bernardo via um ministro da Fazenda em carne e osso. Os ministros responderam aos sindicatos dizendo que “o governo nem ao menos cogita examinar tal reivindicação”.³⁷ Simonsen e Velloso estavam diante de um novo tipo de líder sindical. Lula dizia: “Se houver possibilidade e se seus associados assim o decidirem, os sindicatos de São Bernardo, Santo André e São Caetano decretarão greve”.³⁸ O Planalto não temia greves no ABC. Receava apenas que os operários se juntassem aos estudantes, e o SNI mostrou-se aliviado quando Lula, numa de suas primeiras entrevistas à imprensa nacional, dissociou-se da garotada: “O estudante mantém o idealismo por quatro anos, depois passa a explorar a classe operária. Os estudantes estão de parabéns pelo que estão fazendo, seu papel na sociedade é este mesmo, mas não aceito a idéia de tentar envolver a classe operária”.³⁹

Uma semana depois da invasão da PUC, Petrônio Portella telefonou para Raymundo Faoro. Marcaram um encontro para a tarde de 3 de

outubro. Conversaram por pouco mais de duas horas. Na saída, o presidente da OAB tornara-se um admirador da raposa. Quando perguntaram a ele se Petrônio lhe fizera alguma proposta, protegeu-o: “Se houvesse uma proposta concreta haveria rigidez de comportamento e isso poderia, então, ser confundido até com imposição”.

Constituinte?

“Não se faz uma Constituinte sem a plena vigência do habeas corpus, das prerrogativas da magistratura e do direito de reunião.”

Haviam discutido o fim do AI-5: “Não houve divergência quanto às concepções que a OAB faz e ele também para o retorno ao Estado de Direito. É ponto comum a eliminação do arbítrio”.⁴⁰

Só a audácia de Petrônio (e as informações de que dispunha) podia tê-lo levado a dar semelhante passo. O presidente do Senado preocupava-se com o avanço do apoio à candidatura do general Frota no meio político. Haveria de discutir a questão com familiares e amigos, confessando que se o ministro do Exército prevalecesse sobre Geisel, deveria cogitar a hipótese de asilar-se numa embaixada. Em casa, chegou a mostrar preferência por países de língua espanhola.⁴¹

1 *Folha de S.Paulo*, 23 de agosto de 1977, p. 4.

2 Cena presenciada pelo autor.

3 *Jornal do Brasil*, 28 de agosto de 1977, pp. 1 e 12-5.

4 *O Estado de S. Paulo*, 8 de setembro de 1977, p. 3.

5 *Idem*, 9 de setembro de 1977, p. 5.

6 *O Estado de S. Paulo*, 9 de setembro de 1977, p. 5.

7 Raymundo Faoro, junho de 1999.

8 “Informe JB, Lição”, *Jornal do Brasil* de 24 de maio de 1977, p. 6.

9 *Folha de S.Paulo*, 15 de junho de 1977, p. 6.

10 *Jornal do Brasil*, 15 de julho de 1977, pp. 1 e 14.

11 *Jornal da Tarde*, 12 de setembro de 1977, p. 14.

12 Wanderley Guilherme dos Santos, “Estratégias de descompressão política”, terceira parte de seu livro *Poder & política — Crônica do autoritarismo brasileiro*, pp. 145-211.

13 *Idem*, p. 182.

14 *Jornal do Brasil*, 15 de julho de 1977, pp. 1 e 14.

- 15 Raymundo Faoro e Marcelo Cerqueira, setembro de 1977.
- 16 *O Globo*, 2 de setembro de 1977, p. 8.
- 17 *Jornal do Brasil*, 9 de setembro de 1977, pp. 1-2.
- 18 Para o fato de Frota não ter consultado Geisel, Hugo Abreu, *O outro lado do poder*, p. 122.
- 19 *Folha de S.Paulo*, 1º de setembro de 1977, p. 44.
- 20 Otavio Frias Filho, setembro de 2003.
- 21 *Informe 1190/31/AC/76 SCL*, do SNI, intitulado *O Problema da Infiltração de Esquerda nos Meios de Comunicação de Massa em SP*, sem autor, de 9 de abril de 1976. AA.
- 22 Mario Sergio Conti, *Notícias do Planalto*, p. 351.
- 23 Idem, p. 352.
- 24 Entrevista do general Antonio Carlos Muricy ao *Jornal do Brasil* de 19 de julho de 1970, p. 5.
- 25 Levantamento feito com base em Nilmário Miranda e Carlos Tibúrcio, *Dos filhos deste solo — Mortos e desaparecidos políticos durante a ditadura militar: a responsabilidade do Estado*.
- 26 Telegrama da agência France Presse, de 16 de junho de 1977.
- 27 *Folha de S.Paulo*, 23 de setembro de 1977, pp. 11-4. Para a invasão da PUC, Renata Rangel, Mario Sergio Conti e Roberto Melo, fevereiro de 2000.
- 28 *Folha de S.Paulo*, 23 de setembro de 1977, p. 21. A futilidade do uso de tamanho aparato policial para impedir a “recriação” de uma entidade estudantil pode ser mais bem entendida quando se recorda que no governo Kubitschek, durante a visita do secretário de Estado John Foster Dulles, a diretoria da UNE anunciou que não permitiria sua passagem pela frente da entidade, cuja sede ficava na praia do Flamengo, caminho entre o aeroporto e a residência do embaixador americano. Armou-se um poderoso dispositivo policial, Foster Dulles passou, e o governo sentiu-se vitorioso, até que a UNE declarou que vencera, pois uma hora antes da passagem da caravana de automóveis pela praia do Flamengo transferira sua sede para o prédio da reitoria da Universidade do Brasil, na enseada de Botafogo.
- 29 *Folha de S.Paulo*, 23 de setembro de 1977, p. 21.
- 30 Idem, 24 de setembro de 1977, p. 13.
- 31 *Análise das Manifestações Estudantis de 22 de Setembro Último e da Atuação Policial*, Governo do Estado de São Paulo, Secretaria de Segurança Pública, outubro de 1977. Arquivo do DEOPS.
- 32 *Folha de S.Paulo*, 31 de julho de 1977, *O relatório secreto do BIRD sobre a economia brasileira* (encarte), p. 3.
- 33 Kátia Rodrigues Paranhos, *Era uma vez em São Bernardo*, p. 92. Ver também um depoimento de Simonsen em *Jornal do Brasil* de 3 de março de 1996, Caderno Especial *Simonsen, o mago da economia*, p. 3.
- 34 Kátia Rodrigues Paranhos, *Era uma vez em São Bernardo*, pp. 93-4, e *Folha de S.Paulo*, 3 de setembro de 1977, p. 15.
- 35 *Tribuna Metalúrgica*, setembro de 1977, p. 3.
- 36 Bernardo Lerer, “Um bom começo de conversa”, em *IstoÉ* de 12 de outubro de 1977, p. 10.
- 37 *Folha de S.Paulo*, 7 e 9 de setembro de 1977, p. 23 para as duas edições. Luís Flávio Rainho e Osvaldo Martinez Bargas, *As lutas operárias e sindicais dos metalúrgicos em São Bernardo, 1977-1979*, p. 181.

38 *O Estado de S. Paulo*, 7 de setembro de 1977, em Kátia Rodrigues Paranhos, *Era uma vez em São Bernardo*, p. 100.

39 *Apreciação nº 38*, do SNI, marcada “secreto”, de 5 de outubro de 1977. Entrevista de Lula a Anamárcia Vaisencher e Bernardo Lerer, “Abertura, para quem?” em *IstoÉ* de 21 de setembro de 1977, p. 34.

40 *Jornal do Brasil*, 4 de outubro de 1977, p. 4.

41 Sonia Portella, dezembro de 2002, e André Gustavo Stumpf e Merval Pereira Filho, *A segunda guerra — A sucessão de Geisel*, p. 129.

“Um dos dois vai ter que sair”

No dia 10 de agosto, duas semanas antes das festas do Dia do Soldado, Geisel determinara ao ministro Sylvio Frota que lhe submetesse o texto da ordem do dia que leria para a tropa durante a cerimônia. Nada adiantaram os argumentos do general Hugo Abreu tentando convencer o presidente a revogar a ordem, uma “enormidade”. Hugo também não convenceu o ministro de que seria melhor obedecer, pois por trás da solicitação indelicada poderia haver uma manobra para levá-lo a um confronto e, dele, à demissão.¹

Desde o início de julho, Geisel emitira pelo menos um sinal de que pretendia demitir o ministro. Quando Humberto Barreto lançou a candidatura de Figueiredo, a única reprovação que ouviu foi: “Com isso você me dificultou a demissão do Frota”.² É certo que até o dia 18 de agosto Golbery não estava persuadido de que ele o faria. A prova disso é que pediu a Antonio Carlos Magalhães que levantasse o caso durante uma viagem em que acompanharia Geisel à Amazônia. O presidente da Eletrobrás esperou uma oportunidade, foi à cabine do avião e abriu a conversa. Teve uma resposta enfurecida: “Tiro na hora que quiser. Você não me conhece”.³

Frota achava que o presidente já não tinha força para tirá-lo. Tanto não a tinha, que não lhe mandara o texto da ordem do dia e nada lhe sucedera. O general estava no palanque do desfile militar do Dia do Soldado, e Geisel comportava-se como se nada tivesse acontecido. Mais:

conseguira a demissão de cinco funcionários do governo do estado do Paraná que seus colaboradores classificavam como esquerdistas.⁴ Estavam numa lista que entregara ao SNI identificando 97 subversivos infiltrados na máquina do Estado. Quarenta, no governo federal.⁵ Na fileira das personalidades que seriam agraciadas com a Medalha do Pacificador, colocara o médico Harry Shibata, o legista que atestara a integridade física de Marco Antônio Coelho e o suicídio de Vladimir Herzog, Manoel Fiel Filho e de pelo menos oito pessoas assassinadas no DOI de São Paulo.

Geisel achava que tirava. Tanto tirava que três dias antes o ministro obedecera à sua ordem e lhe mandara o texto que pedira. Viera com um cartão de Hugo Abreu informando: “O general Frota enviou-me, agora, a Ordem do Dia para 25 de agosto. Apressei-me em remetê-la porque sei que o senhor deseja vê-la”.⁶ (Salvo um erro de datilografia percebido por Geisel, a ordem do dia nada tivera de anormal.)

Um achava que o outro havia cedido quando, na realidade, ambos haviam sido enganados. Eram dramáticos personagens de uma comédia. O texto fora contrabandeado pelo chefe-de-gabinete de Frota e remetido a Hugo Abreu. O general mentira a Geisel. A essa altura, de acordo com uma lista de incidentes que Heitor Ferreira e Figueiredo viriam a enumerar, o presidente da República e o ministro do Exército estavam no 17º choque. Nos dois maiores (a demissão dos generais Ednardo do II Exército e Confúcio do CIE), Geisel prevalecera. Em nenhum deles Frota se impusera publicamente.⁷

Jantando em Salvador com o governador Roberto Santos, Frota ocupara o tempo com reminiscências de passagens pela Bahia e com opiniões a respeito do candomblé, sem deixar que o dono da casa levasse a conversa para a sucessão.⁸ Movia-se dentro da burocracia militar. Fora ao Rio Grande do Sul para empossar o general Fernando Belfort Bethlem no comando do III Exército e demorara-se quatro dias, recebendo homenagens e visitando quartéis. Durante as idas semanais ao Rio de Janeiro, passara a freqüentar a tropa. Inaugurara o Centro de Processamento de Dados e a nova sede (inacabada) do Clube do

Exército em Brasília. Tivera 58 dos 147 generais da ativa a cantar-lhe parabéns pelo seu 67º aniversário.⁹

Pode-se comprovar que, até o início de setembro, Frota estava em campanha contra Figueiredo, a abertura e o perigo comunista mas não soltou palavra ou insinuação pública que o colocasse como um candidato ostensivo à Presidência. É certo que a destruição da candidatura do chefe do SNI, uma inflexão política e uma caça aos subversivos levariam ao inevitável emparedamento de Geisel e, por gravidade, poderiam conduzi-lo ao Planalto. O limite de sua militância contra Figueiredo foi mostrado mais tarde por Roberto Médici, filho do ex-presidente:

— General, o senhor tem coragem de assumir um movimento contra Geisel, na sua determinação de fazer Figueiredo seu sucessor?

Respondeu-me:

— Não, Roberto, tenho coragem de, na conversa que provocarei envolvendo o nome de Figueiredo no tema sucessão, se desacatado, dar-lhe uma bofetada. Até um tiro. Mas conspirar contra ele, minha formação militar me impede.¹⁰

Segundo o general Adyr Fiúza de Castro, amigo de Frota e fundador do CIE, o ministro esteve com Geisel e disse-lhe que achava inconveniente a escolha de Figueiredo. “De modo algum isso passa pela minha cabeça. Você pode se tranquilizar. Eu só vou cogitar da sucessão em 1978”, teria respondido o presidente.¹¹ Geisel dissera a mesma coisa a Hugo Abreu.

No Planalto, as notícias eram inquietantes. Um documento de nove folhas informava que Médici se afastara do chefe do SNI, passando a uma posição de neutralidade, e alertava para o risco de se romper a “unidade da Revolução”. Dizia ainda que “o general Frota identifica-se cada vez mais com as aspirações da tropa”, e o chefe do SNI com uma “‘abertura’ impossível”. O documento trazia um aviso: os partidários do ministro do Exército anteviam “uma crise militar que imporá a

necessidade de um endurecimento em face das possibilidades de um retorno a uma situação idêntica à de 1968”.¹² O SNI, mantendo-se no hábito de atribuir suas opiniões aos outros, encaminhava o que seria a análise de diversos jornalistas:

Revelando certo conhecimento da situação predominante no Alto-Comando do Exército, consideram que em seu seio há divergências de opinião, com altos chefes que apoiarão quem for indicado pelo Sr. Presidente da República, outros simpáticos à pessoa do Ministro do Exército e outros ainda francamente contrários ao Ministro do Exército como candidato presidencial.

[...] Há comentários generalizados de que o noticiário feito pela imprensa, atingindo a oficialidade e mesmo aos sargentos, poderá levar a um divisionismo das Forças Armadas, em particular no seio do Exército.¹³

Circulava no Congresso o texto de um *Relatório Especial de Informações* assinado pelo comandante do III Exército, general Fernando Bethlem.¹⁴ Concluía que a abertura política era coisa inviável. Denunciava a existência de uma conspiração de banidos, intelectuais, jornalistas, padres e empresários que pediam a “volta ao Estado de Direito” e a “redemocratização do país” com o objetivo de devolvê-lo “aos idos de 61-62 e 63, onde predominaram os desmandos administrativos, a corrupção moral, a inversão de valores, a quebra da disciplina, a desmoralização da autoridade, a demagogia, o ‘peleguismo’, o avanço dos comunistas e dos corruptos”. Ao governo, “delegado da Revolução Democrática”, caberia cuidar de que isso não acontecesse.¹⁵ Má notícia. Não só porque alinhava o comandante da mais poderosa unidade militar do país com a retórica frotista, mas porque Geisel sempre respeitara Bethlem. Em 1974, quando teve de substituir às pressas o general Dilermando Gomes Monteiro, que fraturara uma perna andando de bicicleta, cogitara colocá-lo no Gabinete Militar. No início de 1976, Hugo Abreu chegara a incluí-lo numa lista das prováveis alternativas para ministro do Exército.¹⁶

Heitor Ferreira registrara: “Petrônio meio em pânico com Frota no Congresso”.¹⁷ A ansiedade do senador refletia a movimentação da base parlamentar do ministro. Numa bancada de 204 cadeiras, os frotistas acreditavam contar com noventa deputados. Deles, quarenta seriam votos certos e cinqüenta, simpatizantes.¹⁸ A candidatura do general fora lançada na Câmara por Siqueira Campos, um parlamentar subalterno, quase pitoresco por sua obsessão de criar o estado de Tocantins. Outro deputado reforçara o gesto. Avisava que, em outubro, Frota viajaria pelo país, aceitando homenagens de diversas câmaras de vereadores.

Na segunda metade de setembro, aparecera nas articulações do frotismo um eterno personagem das conspirações militares. Era o general Jayme Portella de Mello. Paraibano miúdo e audacioso, tinha 66 anos, conspirava desde 1950, mas estava na reserva desde 73. Fora do esplendor ao ocaso entre agosto e setembro de 1969, como chefe do Gabinete Militar da Presidência, nos dias seguintes à isquemia cerebral de Costa e Silva. Parira e embalara uma junta militar, e vira-se fulminado pela ascensão de Orlando Geisel ao Ministério do Exército. Humilhado pelo oferecimento de uma função equivalente à de chefe da mordomia do marechal entrevado, caíra para um comando de segunda (a 10ª Região Militar, com sede em Fortaleza) e acabara no “canil” da 3ª Subchefia do Departamento Geral de Serviços. Ernesto Geisel conhecia-o desde os anos 30, quando fora seu comandado na Paraíba. Detestavam-se desde os 50. Em 1964, o general pusera-o para fora do Conselho de Segurança Nacional. Era uma velha e profunda inimizade, que ressurgia num cenário assombroso. Tudo aquilo que o ex-chefe do Gabinete Militar do marechal Castello Branco não queria que lhe sucedesse (ser enquadrado pelo ministro do Exército) parecia estar acontecendo. Com o general Portella no elenco adversário, revivia um pesadelo. Em dezembro de 1965 a candidatura de Costa e Silva fora lançada por um inexpressivo deputado goiano (Anísio Rocha), levado por Jayme Portella ao gabinete do marechal. Em setembro de 1977, outro inexpressivo deputado goiano (Siqueira Campos) lançara a de Frota.

O general Portella procurara o repórter Tarcísio Holanda, do *Jornal do Brasil*, seu antigo conhecido, proporcionando-lhe a oportunidade de entrevistar o marechal Odylio Denys (ministro da Guerra de Jânio Quadros) e os dois sobreviventes do comando revolucionário de 1964. Eram o almirante Augusto Rademaker e o brigadeiro Francisco Correia de Mello. Fósforos riscados, úteis apenas para armar a protofonia de uma sucessão de pronunciamentos de ex-dignitários do regime. Jayme Portella pretendia replicar a manobra de janeiro de 1966, quando Costa e Silva firmara sua posição de candidato almoçando publicamente, no Museu de Arte Moderna, com os marechais Mascarenhas de Moraes (ex-comandante da FEB) e o mesmo Odylio Denys.

O general e o jornalista encontraram-se num apartamento da Superquadra Sul 107, em Brasília. A presença de parlamentares dava aparência de comitê eleitoral ao lugar. Alguns telefones de campanha, ar de aparelho. Chamavam-no “A Empresa”. Enquanto aguardava, Tarcísio viu que Portella estivera reunido com uma comitiva parlamentar. Nela havia notórios frotistas, mas também figuras de maior peso, como dois vice-líderes da Arena (Marcelo Linhares e Cantídio Sampaio) e o senador Jarbas Passarinho, ex-ministro de Costa e Silva e Medici.¹⁹

Um deputado governista sugerira a Ulysses Guimarães que visitasse Portella, para “ouvir as ofertas que o grupo do general Frota queria fazer à oposição”. O presidente do MDB disse que ia pensar e foi cuidar da sua vida.²⁰ Num espetáculo de inédita maturidade política, nenhum opositorista, com ou sem mandato parlamentar, metera-se na encrenca. Ao contrário do que sucedera desde a proclamação da República, não havia vivandeiras da oposição nos bivaques da crise. A extravagância a que chegara o poder militar era assunto exclusivo dos granadeiros que a sustentavam.

O general Portella disse a Tarcísio Holanda que Geisel e Golbery estavam destruindo a Revolução e se fazia necessária uma resposta. Por isso, sugeria-lhe que entrevistasse o almirante e o brigadeiro. Queria

sigilo. Com mais de vinte anos de experiência e uma doce nostalgia esquerdista, Tarcísio telefonou para o marechal Cordeiro de Farias, seu velho amigo. No dia seguinte tomaram café juntos. Com mais de meio século de conspirações na biografia, sobrevivente da Coluna Prestes e profeta do deslizamento de Costa e Silva para a ditadura, Cordeiro anotou pontos da conversa, sobretudo nomes. Foi ao Planalto e contou tudo a Golbery.²¹ Estava-se nos primeiros dias de outubro.

Brasília passava por um novo surto de panfletagem. Os *Voluntários da Pátria*, mudos desde julho de 1975, fizeram três disparos. No primeiro, informaram que “o propósito da camarilha Geisel-Golbery, é acabar com a Revolução”. No segundo, denunciavam: “A escolha palaciana geisel-golberyana representa uma clara subversão dos métodos de escolha revolucionária. Os militares que arriscam suas vidas pelo bem do país serão postos de lado para que o trabalho dos corruptos não seja prejudicado”.

No terceiro alvejavam Figueiredo: “Repudiamos a compra de estrelas com a cobertura da corrupção. As promoções militares têm de continuar sendo o resultado dos méritos acumulados na vida de caserna e no serviço desinteressado ao país e não o instrumento para a satisfação de ambições pessoais”.²²

É desses dias um informe guardado por Heitor Ferreira:

Questão sucessória

Notícias de três áreas diferentes — Brasília, Rio de Janeiro e Fortaleza/CE.

Fonte: oficiais-generais

— Aumentam, em rápida progressão, os indícios de que o Exército está se dividindo por causa do debate sobre a sucessão.

— O general Figueiredo é apontado, por aqueles que não vêem nele uma boa solução, como um risco de favorecimento do retorno das esquerdas. (Haja vista a infiltração nos órgãos públicos.)

— O ministro do Exército é visto, por adeptos de sua

candidatura, como o melhor remédio contra essa ameaça. Ele próprio vai se convencendo disso.

— O general Frota tem ainda a seu favor a tese da hierarquia.

— Preservação da hierarquia, em hora de crise, e combate às esquerdas, em qualquer situação, são duas teses que sensibilizam positivamente a grande maioria do Exército. Poderão influenciar preferências por uma candidatura que as assegure, e com elas a união dentro do Exército, mesmo que o candidato não exiba as melhores qualificações para a presidência da República. [...]

— O general Jayme Portella de Mello é um importante articulador da candidatura Frota, com atuação já registrada entre parlamentares, no Rio de Janeiro e em Brasília.²³

Anotando um informe que recebera de São Paulo, no qual se dizia que “o ministro do Exército está sensibilizando a área militar”, Figueiredo escrevera: “Parte”. À afirmação de que “o Chefe do SNI só conta com o apoio efetivo do presidente”, respondera: “Também não é tanto assim”.²⁴

No dia 4 de outubro, quando os jornais noticiavam o encontro de Petrônio Portella com Raymundo Faoro, Frota deu um passo inexplicado. Era uma terça-feira, dia de despacho rotineiro com o presidente, e o ministro não apareceu. Pior: sua assessoria informou que ele não comparecera ao despacho porque “não tinha nenhum assunto a tratar com o presidente”. “Como é possível que com esse embrulho todo ele não tenha o que tratar comigo?” perguntou Geisel a Hugo Abreu.²⁵

À noite, o presidente recebeu no Alvorada seu amigo Délio Jardim de Mattos. O brigadeiro não comandava mais nada. Estava no Superior Tribunal Militar. Calmo e irreverente, passava pelas crises como se elas fossem coquetéis. Na véspera, dissera a Golbery que Frota lhe tirara o

sono. No palácio, foi direto: “Substitua o ministro enquanto é tempo”.²⁶ No dia seguinte, Délio assegurou a Heitor Ferreira: “Geisel tira o Frota até dia 15”.²⁷ Quarenta e oito horas depois, Geisel reuniu-se com o general Reynaldo Mello de Almeida. Ele também estava no STM. Um ano antes, como comandante do I Exército, dissuadira o presidente da idéia de demitir o ministro. Temera uma crise militar capaz de derrubar o governo. Agora, não via alternativa.²⁸ Depois dessa conversa, Geisel não conseguiu dormir.²⁹

“As coisas se aceleram”, avisou Golbery a Heitor Ferreira.³⁰

As coisas se aceleravam também na “Empresa”. Depois de passar pelo gabinete de Frota, o deputado Marcelo Linhares divulgara uma nota acusando o partido governista de marginalizar o Alto-Comando do Exército na sucessão presidencial.³¹ Em seguida, discursou outro deputado, dessa vez pedindo a Geisel que considerasse o nome do ministro do Exército quando fosse escolher seu substituto. Era o quinto a subir à tribuna para dizer a mesma coisa.³² A essa altura, o general Hugo Abreu sabia (mas não contara ao presidente) que Frota expusera a dois interlocutores, um no Rio e outro em Brasília, a tese de que o Exército não aceitaria nem ficar à margem dos acontecimentos, nem que a hierarquia fosse ultrapassada.³³ O Exército, acreditava Frota, era ele.

Geisel reuniu-se no Alvorada com Golbery na sexta-feira, dia 7.³⁴ Tudo indica que discutiram a demissão do ministro. À noite, durante um jantar, Golbery revelou um segredo a Humberto Barreto: “Fique quieto. Até quarta-feira o assunto estará liquidado”.³⁵ De novo, Geisel não dormiu.³⁶

O dia seguinte foi um sábado ensolarado. Hugo Abreu preparava-se para jogar uma partida de futebol de salão, quando foi chamado ao Alvorada. Geisel recebeu-o na biblioteca: estava resolvido a demitir Frota. Era coisa para logo, mas não lhe disse quando, assim como não disse quem poria no lugar.

Dessa conversa há duas narrativas.

Hugo Abreu sustentou que “lembrei ao Presidente a delicadeza da

decisão a ser tomada, a possibilidade de estar-se baseando em dados não corretos e fabricados pela paixão dos acontecimentos”, pedindo-lhe “tempo para analisar o problema em profundidade”.³⁷

Geisel contou-a assim: “Eu lhe disse ‘Vou tirar o Frota’. Ele ainda ponderou: ‘Não faça isso...’ Respondi: ‘Já está resolvido, não adianta você falar porque eu vou tirar’”.³⁸

Hugo sabia-se derrotado. Nos últimos meses fizera o possível para preservar o ministro. Não era partidário de sua candidatura, mas via nele um obstáculo à de Figueiredo. Marcaram uma nova conversa para a segunda-feira, quando viajariam juntos para o Rio. Hugo Abreu acreditou que lhe caberia a responsabilidade da montagem do esquema militar que ampararia a providência.

À noite, Brasília tinha uma grande celebração. Era o casamento de Tatiana, filha de Lilian e Humberto Barreto. A presença do general Moraes Rego, comandante da guarnição de Campinas, passara despercebida. Amigo dos pais da noiva, nada mais natural que estivesse ali. Na verdade, viera porque sua mulher lhe contara que Lucy Geisel insistira muito no convite. “Eu disse: ‘Isso é fumaça de cacique’. Pedi licença com desconto nas férias, paguei a passagem do meu bolso e fomos.”³⁹ No domingo, o general e o presidente caminhavam em volta da piscina do Riacho Fundo. Geisel revelou-lhe aquilo que talvez só Golbery soubesse: “Vou tirar o Frota quarta-feira, dia 12, feriado. Você vai voltar a São Paulo amanhã para avisar ao Dilermando. Vai dizer-lhe também que ele não será o novo ministro. Vai ser o Bethlem”.⁴⁰ Estavam protegidos o bispo e a torre do rei: o III Exército, com a escolha de Bethlem, e o II, com o alerta a Dilermando.

Na segunda-feira, o presidente viajou para o Rio. Só então contou a Hugo Abreu a data da demissão de Frota e o nome do novo ministro. Na pérgola das autoridades da Base Aérea do Galeão, levou para uma sala o general José Pinto de Araujo Rabello, comandante do I Exército. Tinham servido juntos nos anos 30, um como capitão e o outro como tenente. Geisel fizera questão de promovê-lo à quarta estrela, e o chefe do Gabinete Militar registrara: “Pode-se contar com sua lealdade”.⁴¹

Numa ditadura que transformava o generalato em ribalta, o tímido José Pinto fora um dos primeiros oficiais a chegar à quarta estrela sem que nada se soubesse de sua vida ou de suas idéias.

— Vou tirar o Frota agora, dia 12, de modo que você se prepare — disse-lhe o presidente.

— Já vai tarde, já deveria ter tirado há muito tempo. Não há problema. Isso aqui está garantido, é área minha — respondeu o general.⁴²

Defendera a rainha.

Enquanto Geisel estava no Rio, o SNI registrara a presença de três senadores e um deputado no gabinete de Frota. Um deles, Francisco Rollemberg, fora chamado pelo ministro logo depois de concluir um discurso na Câmara. O Serviço narrou o que sucedera no gabinete: “Lá [Rollemberg] encontrou Paulo Salim Maluf. Conversaram duas horas... Ambiente muito tranqüilo. Disse [Frota] que não era candidato, mas esperava que o sr. presidente o indicasse em janeiro de 1978. Disse, ainda, que se for presidente governará com políticos e não com partidos. [...] A ‘Empresa’ continua”.⁴³

No início da tarde de terça-feira, o general Hugo Abreu mostrou a Geisel seu plano de ação. Frota seria chamado às nove da manhã seguinte. Exatamente àquela hora, um general levaria a notícia a José Pinto (que já a sabia). Um coronel do Gabinete Militar falaria pessoalmente com Dilermando (que também sabia). Um terceiro iria a Bethlem, cuidando de manter um jatinho HS no Galeão, pronto para levá-lo a Brasília. Bethlem estava de férias no Rio. Outros dois coronéis iriam aos comandantes do IV Exército e da Amazônia. Por via das dúvidas, Kurt Pessek, o assistente-secretário de Hugo, deveria notificar o comandante da Brigada Pára-Quedista, na Vila Militar. Se fosse o caso, a Brigada poderia ser deslocada para qualquer ponto do país.⁴⁴ Geisel não lhe contou que montara um dispositivo paralelo.

O senador José Sarney almoçava no centro do Rio com dois jornalistas. Estava tenso e contido. “É. Um dos dois vai ter que sair.”⁴⁵

Golbery avisara ao pessoal de serviço na Imprensa Nacional que no dia seguinte, mesmo sendo feriado, rodariam uma edição do *Diário Oficial*.⁴⁶ Hugo Abreu chamara ao palácio o comandante militar do Planalto, general Heitor Furtado Arnizaut de Mattos. Comunicara-lhe que o ministro seria demitido na manhã seguinte e pedira a ele que alertasse o comandante da 3ª Brigada de Infantaria Motorizada, uma das principais unidades do Distrito Federal. Era o general França Domingues. Casado com a filha de Orlando Geisel. Ele também já sabia, pois fora instruído pelo presidente. França convocou uma reunião com seus oficiais para as oito da manhã.⁴⁷ Era a defesa do rei.

Frota fechou o expediente e foi para casa. Levou no carro o amigo Armando Daudt d'Oliveira, que o visitava em Brasília.⁴⁸ À noite, foi ao cinema. Uma festa de black-tie, na sala restaurada do Cine Brasília, onde se comemorava a abertura da semana do cinema americano. Frota viu *007, o espião que me amava*.⁴⁹

1 Para o episódio, Hugo Abreu, *O outro lado do poder*, p. 121. Para a data, *Cronologia do Governo Geisel*, de Heitor Ferreira, 10 de agosto de 1977. APGCS/HF.

2 Humberto Barreto, dezembro de 1999.

3 Antonio Carlos Magalhães, janeiro de 2000.

4 *Jornal do Brasil*, 26 de novembro de 1977, p. 8.

5 Para a lista, *O Estado de S. Paulo* de 24 de novembro de 1977, pp. 22-3.

6 Xerox de um cartão manuscrito de Hugo Abreu a Geisel, de 22 de agosto de 1977, anotado por Heitor Ferreira. APGCS/HF.

7 Uma folha de Heitor Ferreira, visada por Geisel, e um bilhete de Figueiredo, sem data, posteriores a 12 de outubro de 1977. Heitor intitulou-o *A Causa ou A Guerra das Oportunidades Perdidas*. APGCS/HF.

8 Depoimento do general Adyr Fiúza de Castro, comandante da 6ª RM, presente ao jantar, em *A volta aos quartéis*, organizado por Maria Celina d'Araújo, Gláucio Ary Dillon Soares e Celso Castro, p. 195.

9 Para os generais, Walder de Góes, "Crise na cidade desarmada", em *Jornal do Brasil* de 13 de novembro de 1977, Caderno Especial, p. 3.

10 Roberto Nogueira Médici, *Medici — O depoimento*, p. 63.

11 Depoimento do general Adyr Fiúza de Castro, em *A volta aos quartéis*, organizado por Maria Celina d'Araújo, Gláucio Ary Dillon Soares e Celso Castro, p. 193.

12 Nove folhas, do segundo semestre de 1977, sem assinatura. Para Heitor Ferreira, o autor desse documento pode ter sido o ex-ministro Costa Cavalcanti, que na época

presidia a binacional Itaipu. APGCS/HF.

13 *Apreciação Especial nº 04/15/AC/77*, rubricada pelo general Sebastião Ramos de Castro e marcada “secreto”, de 22 de julho de 1977. APGCS/HF.

14 Para o fato de esse relatório estar circulando no Congresso em outubro, Hugo Abreu, *O outro lado do poder*, pp. 134-5.

15 *Relatório Especial de Informações — Confidencial nº 01/77 — E2*, intitulado *Apreciação da Área Política Nacional*, de 5 de setembro de 1977. APGCS/HF.

16 *Informação para o Sr. Presidente*, de Hugo Abreu, intitulada *Problemas do Exército*, carimbada “secreto”, sem data, do início de 1976. APGCS/HF.

17 *Cronologia do Governo Geisel*, de Heitor Ferreira, 23 de setembro de 1977. APGCS/HF.

18 Uma folha, marcada “confidencial”, do general Sebastião Ramos de Castro a Figueiredo, de 12 de dezembro de 1977, narrando uma conversa com o deputado froquista Francisco Rollemberg. APGCS/HF.

19 *Sete Dias da Semana*, 30 de outubro de 1996.

20 Luiz Gutemberg, *Moisés, codinome Ulysses Guimarães*, p. 160.

21 Tarcísio Holanda, em *Sete Dias da Semana*, de Brasília, 30 de outubro de 1996. Tarcísio Holanda, janeiro de 2004.

22 Três panfletos. Um deles, com o envelope, postado em 3 de outubro de 1977, endereçado a Lurdes Pena Maciel, secretária de Golbery. APGCS/HF.

23 Uma folha, sem data nem assinatura, possivelmente do SNI. APGCS/HF.

24 Duas folhas, sem autor, de 5 de outubro de 1977, anotadas por Figueiredo. APGCS/HF.

25 *Veja*, 14 de março de 1979, p. 51.

26 *O Estado de S. Paulo*, 6 de novembro de 1977, p. 5.

27 *Cronologia do Governo Geisel*, de Heitor Ferreira, 5 de outubro de 1977. APGCS/HF.

28 General Reynaldo Mello de Almeida, agosto de 1998.

29 Hugo Abreu, *O outro lado do poder*, p. 128.

30 *Cronologia do Governo Geisel*, de Heitor Ferreira, 6 de outubro de 1977. APGCS/HF.

31 Walder de Góes, em *Jornal do Brasil* de 13 de novembro de 1977, Caderno Especial *Antes e depois da queda de Frota*, p. 1.

32 *Jornal do Brasil*, 8 de outubro de 1977, p. 3.

33 Hugo Abreu, *O outro lado do poder*, p. 127.

34 *Cronologia do Governo Geisel*, de Heitor Ferreira, 7 e 8 de outubro de 1977. APGCS/HF.

35 Humberto Barreto, abril de 2000.

36 Hugo Abreu, *O outro lado do poder*, p. 128.

37 Idem.

38 *Ernesto Geisel*, organizado por Maria Celina d’Araujo e Celso Castro, p. 406.

39 General Gustavo Moraes Rego, dezembro de 1993.

40 Depoimento do general Moraes Rego, em *A volta aos quartéis*, organizado por Maria Celina d’Araujo, Gláucio Ary Dillon Soares e Celso Castro, p. 67.

41 Conjunto de cinco folhas, duas grampeadas e três soltas, com dados para a promoção de dois generais à quarta estrela em 31 de julho de 1976, enviadas por

Hugo Abreu a Geisel e carimbadas “confidencial”. APGCS/HF.

42 *Ernesto Geisel*, organizado por Maria Celina d’Araujo e Celso Castro, p. 406. Ernesto Geisel, outubro de 1985.

43 Uma folha do coronel Hélio Bernd, do SNI, a Heitor Ferreira, de 11 de outubro de 1977. APGCS/HF.

44 Hugo Abreu, *O outro lado do poder*, pp. 132-3.

45 José Sarney, outubro de 1977.

46 Walder de Góes, em *Jornal do Brasil* de 13 de novembro de 1977, Caderno Especial *Antes e depois da queda de Frota*, p. 2.

47 Hugo Abreu, *O outro lado do poder*, p. 134. Ver também o depoimento de Geisel e do general Roberto França Domingues em Ronaldo Costa Couto, *História indiscreta da ditadura e da abertura*, pp. 225 e 229. Para a hora da reunião convocada pelo general, Armando Falcão, *Geisel*, p. 243.

48 Armando Daudt d’Oliveira, maio de 1988.

49 Para o filme, *Correio Braziliense*, 11 de outubro de 1977, 2º caderno, p. 7. Para sua presença, José Maria de Toledo Camargo, *A espada virgem — Os passos de um soldado*, p. 221.

Um saiu

Em Brasília o dia 12 de outubro de 1977 era feriado em louvor a Nossa Senhora Aparecida, a padroeira do Brasil. Exceto a consagração dos quatro sinos do campanário da catedral, distante um quilômetro do palácio do Planalto, nada se esperava que sucedesse naquela quarta-feira. Era Dia da Criança. O Eixão, a grande avenida que corta a capital, estava fechado ao trânsito para que a meninada pudesse brincar. Às 8h30, logo depois de chegar ao palácio, Geisel mandou comunicar ao ministro do Exército, Sylvio Frota, que desejava vê-lo ainda naquela manhã.¹

Os dois sentaram-se à mesa de reuniões do salão de despachos do presidente.

— Frota, nós não estamos mais nos entendendo. A sua administração no ministério não está seguindo o que combinamos. Além disso você é candidato a presidente e está em campanha. Eu não acho isso certo. Por isso preciso que você peça demissão.

— Eu não peço demissão — respondeu Frota.

— Bem, então vou demiti-lo. O cargo de ministro é meu, e não deposito mais em você a confiança necessária para mantê-lo. Se você não vai pedir demissão, vou exonerá-lo.²

Em menos de cinco minutos a audiência estava encerrada. O

general levantou-se, ficou em posição de sentido por um instante e saiu sem cumprimentar o presidente.

Frota batalhou. Foi para seu gabinete, no quartel-general. De lá, convocou uma reunião do Alto-Comando. Chamou os três comandantes de exércitos que estavam em seus comandos e, também, três generais de quatro estrelas que aproveitavam em outras cidades o feriado de Brasília. O chefe do Estado-Maior, Fritz Manso, estava no Piauí. Os comandantes de três dos quatro exércitos viriam em vôos comerciais e chegariam no meio da tarde.³ O oficial de permanência do Centro de Informações do Exército telefonou para o chefe da sua seção de operações, tenente-coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, convocando-o ao *Forte Apache*.

Treze anos antes, na tarde de 31 de março de 1964, o capitão Ustra recebera a missão de sair da Vila Militar do Rio de Janeiro com uma bateria do 8º Grupo de Canhões Automáticos de 90 mm, na direção das montanhas mineiras, onde estavam as tropas rebeldes do general Olympio Mourão Filho. Deveria lutar pelo mandato de João Goulart. Não tinha disposição de fazê-lo, nem foi preciso. Jango caiu na tarde de 1º de abril. Entre outubro de 1969 e dezembro de 73 Ustra comandara o DOI do II Exército, em São Paulo. Nesse período, aproximadamente 2 mil pessoas passaram pelo pior cárcere da ditadura.⁴ Delas, 502 denunciaram torturas e pelo menos quarenta foram assassinadas.⁵ Desde dezembro de 1974, o tenente-coronel Ustra chefiava a seção de operações do CIE, onde serviam dez oficiais e por volta de cinquenta sargentos e cabos. Nos últimos tempos tivera poucos guerrilheiros para perseguir. Fazia inimigos enfrentando alguns oficiais que descobriam guerrilhas na Amazônia ou no Rio Grande do Sul, com o propósito de abandonar a rotina de Brasília e embolsar diárias de viagem.⁶

O *Major Tibiriçá* do DOI recebeu do chefe do CIE, general Antonio da Silva Campos, a missão de ir ao aeroporto de Brasília garantir a segurança dos quatro-estrelas que voavam para a capital.⁷ Ele sabia que Frota e Geisel estavam desentendidos, mas, conforme recordaria

onze anos depois, não lhe disseram que o ministro fora exonerado: “Eu achava que o Alto-Comando ia decidir”. Pelo que lhe contaram no CIE, a tropa da Polícia do Exército já tomara o aeroporto. A equipe do tenente-coronel somava doze homens. Um deles era o major Sebastião Rodrigues de Moura, o *Curió* do Araguaia. Ustra tornara-se exemplo de oficial do Exército que exterminara a esquerda armada nas cidades. *Curió* simbolizava a tropa que, em menos de dois anos, matara cerca de sessenta guerrilheiros do PC do B nas matas do sul do Pará. À frieza de um correspondia a teatralidade do outro. Enquanto Ustra se recolhera à rotina do Centro, *Curió* começava a despontar como o senhor das terras e das águas do Araguaia, onde distribuía prebendas, lotes e ameaças.

A tropa do CIE deveria esperar os generais na pista. Informariam que estavam ali para levá-los à reunião do Alto-Comando, no *Forte Apache*. Ustra surpreendeu-se ao verificar que a Polícia do Exército não tomara o aeroporto. Da tropa prometida, apareceram só alguns soldados. Dispensou-os: “Para que meter soldadinhos naquilo?”. O saguão tinha a placidez dos feriados brasileiros, salvo pela presença de agentes do SNI e de quadros da Escola Nacional de Informações (onde o tenente-coronel servira como instrutor) fotografando e filmando a delegação do CIE. Era o dispositivo de Hugo Abreu. Começara a batalha do aeroporto.

O primeiro general a chegar a Brasília foi o comandante do II Exército, Dilermando Gomes Monteiro. Ustra acercou-se dele e informou-o de que estava lá para facilitar sua ida ao *Forte Apache*, onde Frota o esperava. Caminhavam, quando veio um major do Gabinete Militar. Dilermando afastou-se para conversar com ele. Na volta, avisou:

— Ustra, você diga ao Frota que vou atender a um chamado do presidente e depois telefono.

— O senhor está bem? Não está lhe acontecendo nada? — perguntou o tenente-coronel.

— Nada.⁸

O seguinte foi o diretor do Material Bélico, Arnaldo Calderari,

amigo de Frota: “Ele saiu do avião, andou toda a pista e quando estava no portão do aeroporto, em frente ao carro, eu já tinha dito umas dez vezes que havia uma reunião do Alto-Comando. Ele ouvia e não dizia nada. Até que o genro dele, um coronel da reserva, me disse: ‘Ustra, ele vai falar com o presidente’”.⁹

Tibiriçá estava sentado num dos bancos do aeroporto. Tinha *Curió* ao lado. Cada um na sua função, em épocas e lugares diferentes, haviam participado das principais ações, êxitos e crimes da “tigrada”. *Curió* reclamou. Achou que *Tibiriçá* deixava barato para os generais.

“Se você quiser, se revolte e arque com as conseqüências”, respondeu Ustra.¹⁰

A “tigrada” do CIE estocara uns trezentos coquetéis molotov num depósito do quartel-general.¹¹ A manhã de sol do feriado da crise levara para o QG oficiais em uniforme de campanha e de bermudas. Um general, com uma pistola no coldre, disparava telefonemas.

Quem quisesse se revoltar, que se revoltasse, mas arcaria com as conseqüências. Afora algumas fanfarronadas que Frota não incentivou e muito menos permitiu que prosperassem, ninguém se revoltou.

Ernesto Geisel jogava pôquer desde a juventude. Fazia meio século que todo mundo sabia: ele não blefava. Pagou para ver. A indisciplina militar não tinha cartas.

O ministro demitido divulgou um manifesto denunciando a “complacência criminosa com a infiltração comunista e a propaganda esquerdista” num cenário em que “via ruir, fragorosamente, o edifício revolucionário”.¹² Muito adjetivo para pouca proposição. No Congresso ninguém se animou a comentar a proclamação. Um entendimento entre as lideranças mantivera o Legislativo fora da briga. Pouco depois da hora do almoço, o presidente da OAB, Raymundo Faoro, dormia num quarto de hotel de Olinda e foi acordado por Petrônio Portella: “Cuidado com suas andanças. O trânsito está muito ruim, perigoso”. Faoro estranhou, pois nada vira de anormal, nem sabia do que estava acontecendo em Brasília.¹³ Petrônio, mais uma vez, temia terminar o dia asilado numa embaixada.

Entre a audiência em que foi demitido por Geisel e a cerimônia em que transmitiu o cargo ao general Fernando Bethlem, passaram-se cerca de dez horas. Nelas, Frota esperou que a anarquia desse um golpe disciplinado. Supôs que receberia o apoio dos comandantes de tropa, e isso bastava para que o presidente fosse emparedado ou, se preferisse, deposto. Castello Branco e Costa e Silva haviam sido vítimas desse estratagema. O tempo e o silêncio de Frota deixaram a impressão de que a crise de 1977 não poderia ter outro desfecho. Geisel sempre sustentou que o ministro do Exército jamais tivera a menor chance de escapar do cadeado em que ele o prendeu.

O comportamento de um general — Antonio Bandeira, comandante da 4ª Divisão de Exército, sediada em Minas Gerais — ensina que o dia 12 de outubro teve interrogações que a ordem vitoriosa preferiu deixar para trás. Bandeira, um paraibano de 61 anos, fora um dos comandantes da primeira campanha contra a guerrilha do Araguaia. Assistira à tortura de um combatente.¹⁴ Como diretor da Polícia Federal de maio de 1973 a março de 74, assinara 110 proibições da Censura, uma a cada 72 horas.¹⁵ Explicara o seu critério a Fernando Gasparian, dono do semanário *Opinião*: “Minha ordem é a seguinte, na dúvida: corta”.¹⁶ Ao diretor-geral da TV Globo, mostrara o tamanho de suas suspeitas: “O que eu digo, seu Walter Clark, é que esse Roberto Marinho ainda não me convenceu!”.¹⁷

Há duas versões para o comportamento de Bandeira durante a manhã de 12 de outubro.

Numa, dele, teria dito a Frota: “General, isso é golpe. Entre as ordens do comandante supremo das Forças Armadas e as de um ministro já demitido, fico com as do presidente”.¹⁸

Noutra, o secretário-geral do ministério, Enio Pinheiro, conta que falou com o general e ouviu o seguinte: “Diz ao ministro que as tropas daqui estão à disposição para ele fazer o que quiser. Diz que nós o convidamos para assumir o governo em Belo Horizonte”.¹⁹

Geisel conhecia o comportamento dos generais. À noite, quando chegou ao Alvorada, encontrou um pequeno saco de batatas, com um

cartão de Heitor Ferreira: “Ao vencedor...”. Completara meio século de participação nas desordens militares. O presidente que recebeu as batatas pela demissão de Frota era o tenente que em 1930 saíra de Santo Ângelo encantado com a revolta que colocou Getúlio Vargas na Presidência da República. Era também o capitão que, em 1935, bombardeara os rebeldes da Escola de Aviação e, dois anos depois, artilhado na mesma posição, estivera pronto para canhonear a Escola, caso ela resistisse ao golpe que instituiria o Estado Novo. Passados oito anos, o major Geisel atravessou a cidade com seus blindados e cercou o palácio Guanabara para tirar o ditador Getúlio Vargas da Presidência. Como general, quisera enfrentar as tropas do III Exército que defendiam a posse de João Goulart, mas fez respeitar o compromisso parlamentarista e acompanhou o novo presidente do aeroporto até a granja do Torto. Era um notável da geração de oficiais que deixaram a marca da desordem militar na história do século XX brasileiro. Treze anos depois da noite de abril de 1964, aquela em que o general Arthur da Costa e Silva anunciara que iria “assumir essa coisa toda”, Ernesto Geisel restabelecera a autoridade constitucional do presidente da República sobre as Forças Armadas.

1 A demissão do general Frota está contada na Introdução d'A *ditadura envergonhada*, da qual se extraíram trechos para este capítulo.

2 Ernesto Geisel, 1982 e julho de 1992. Há duas versões semelhantes para esse diálogo. Uma, de Geisel, em seu depoimento a Maria Celina D'Araújo e Celso Castro (orgs.), em *Ernesto Geisel*, p. 406. A versão de Frota está em sua *Nota para a Imprensa*, de 12 de outubro de 1977. Ela se encontra resumida em Walder de Góes, *O Brasil do general Geisel*, pp. 86-7.

3 Argus Lima, do IV Exército, estava em Brasília. Frota não sabia que havia um jato à disposição de Bethlem.

4 A monografia *O Destacamento de Operações e Informações*, preparada pelo coronel Fredie Perdigão Pereira na Escola de Comando e Estado-Maior, informa que, de 1969 a maio de 77, 2541 presos passaram pelo DOI paulista. Os mortos foram 51.0 *Globo*, 9 de janeiro de 2000, p. 13.

5 *Projeto Brasil: nunca mais*, tomo v, vol. 1: *A tortura*, p. 93.

6 Carlos Alberto Brilhante Ustra, setembro de 1988.

7 Carlos Alberto Brilhante Ustra, *Rompendo o silêncio*, pp. 250-3.

8 Carlos Alberto Brilhante Ustra, setembro de 1988.

9 Idem.

10 Idem.

11 Depoimento do general Enio Pinheiro, em *A volta aos quartéis*, organizado por Maria Celina d'Araujo, Gláucio Ary Dillon Soares e Celso Castro, p. 238.

12 *Nota para a Imprensa*, de Sylvio Frota, oito páginas datilografadas, rubricadas e assinadas, de 12 de outubro de 1977. APGCS/HF.

13 Raymundo Faoro, junho de 1999.

14 Depoimento de José Genoino Neto, em *Projeto Brasil: nunca mais*, tomo v, vol. 2: *As torturas*, p. 548.

15 *Veja*, 6 de junho de 1990, p. 39.

16 José Antonio Pinheiro Machado, *Opinião x Censura*, p. 86.

17 Walter Clark e Gabriel Priolli, *O campeão de audiência*, p. 257.

18 *O Globo*, 5 de abril de 1998, p. 12.

19 Depoimento do general Enio Pinheiro, em *A volta aos quartéis*, organizado por Maria Celina d'Araujo, Gláucio Ary Dillon Soares e Celso Castro, p. 239.

APÊNDICE

BREVE NOMENCLATURA MILITAR

1. Patentes

São as seguintes as patentes dos oficiais das Forças Armadas:

MARECHAL (cinco estrelas)

Patente honorífica, extinta no governo Castello.

Ao passarem para a reserva, os generais-de-exército eram promovidos ao marechalato.

Em 1975 eles eram 73*

GENERAL-DE-EXÉRCITO (quatro estrelas)

É a patente mais alta dos oficiais da ativa.

Em 1964 o Exército tinha catorze quatro-estrelas. Quatro em comandos de exércitos, um na chefia do Estado-Maior e outros quatro na chefia dos departamentos administrativos. Juntos, formavam o Alto-Comando.

Um oficial pode ter quatro estrelas e ficar sem função, assim como pode ter função (o comando da Escola Superior de Guerra, por exemplo) e não pertencer ao Alto-Comando.

(Essa patente corresponde à de almirante-de-esquadra na Marinha e tenente-brigadeiro na Força Aérea.)

GENERAL-DE-DIVISÃO (três estrelas)

Em 1964 eram 31.** Em 1975, 42.

Os três-estrelas comandam as divisões de tropas (a 1ª Divisão de Infantaria,

da Vila Militar, por exemplo). Ocupam as vice-chefias do Estado-Maior e dos departamentos. Também chefiavam as Regiões Militares.

(Corresponde ao vice-almirante e ao major-brigadeiro.)

GENERAL-DE-BRIGADA (duas estrelas)

Em 1964 eram 73. Em 1975, 93.

Um general de duas estrelas pode comandar uma unidade importante, como a Brigada Pára-Quedista, ou uma diretoria burocrática.

Em 1964 a idade média dos generais-de-brigada ficava em pouco menos de 54 anos.

(Corresponde ao contra-almirante e ao brigadeiro.)

Pela reforma de 1967, devida ao presidente Castello Branco, nenhum oficial pode permanecer mais de doze anos na ativa como general. Além disso, cada uma das patentes deve ter 25% de seu quadro renovado a cada ano. Essas normas vigoram até hoje.

CORONEL

Em 1964 o Exército tinha 340 coronéis em funções consideradas militares. Em 1975, 408.

Na tropa, o coronel comanda um regimento.

(Corresponde ao capitão-de-mar-e-guerra da Marinha.)

Pela reforma de Castello nenhum coronel pode permanecer menos de sete e mais de nove anos na patente.

TENENTE-CORONEL

Comanda um batalhão.

Ficava-se nessa patente em torno de cinco anos.

A etiqueta militar dá aos tenentes-coronéis o tratamento de “coronel”.

(Corresponde ao capitão-de-fragata da Marinha.)

MAJOR

Comanda um batalhão.

(Corresponde ao capitão-de-corveta da Marinha.)

CAPITÃO

Comanda uma companhia.

Em 1975 o Exército tinha cerca de 2 mil capitães.

TENENTE

Comanda um pelotão.

Na média, de cada cem tenentes, seis chegam a general.

2 Estrutura

No Exército convivem duas estruturas. Uma, diretamente relacionada com as tropas de combate, é bastante simples. Outra, na qual está a burocracia, é mais complexa.

É a seguinte a estrutura de uma tropa de combate, vista de baixo para cima:

PELOTÃO

Tem um efetivo que pode variar entre trinta e cinquenta homens. É comandado por um tenente.

COMPANHIA

Três pelotões formam uma companhia. Tem de cem a 150 homens. É comandada por um capitão.

BATALHÃO

Três companhias formam um batalhão. Seu efetivo oscila de trezentos a 450 homens, comandados por um major ou tenente-coronel.

REGIMENTO

Três batalhões formam um regimento. Tem entre mil e 1500 homens e é comandado por um coronel.

BRIGADA

É uma unidade de composição mista, sempre comandada por um general de duas estrelas. Seu efetivo pode variar entre 5 mil e 10 mil homens.

DIVISÃO

Um número variável de brigadas e regimentos agrupam-se numa divisão. Essa é a principal unidade combatente. Reúne tropas das diferentes Armas. Nelas, excentricamente, as tropas de infantaria ficavam sob o comando de uma Infantaria Divisionária, conhecida como ID.

EXÉRCITO

Conhecido como “grande comando”, agrupa todas as tropas de uma determinada região geográfica.

As tropas terrestres estavam assim divididas:

I Exército, com jurisdição sobre as tropas do Rio (onde ficava o seu comando), Minas Gerais e Espírito Santo;

II Exército, incluindo São Paulo (sede do comando) e Mato Grosso;

III Exército, incluindo o Rio Grande do Sul (sede do comando, em Porto Alegre), Santa Catarina e Paraná, e IV Exército, com sede no Recife, englobando todos os estados do Nordeste.

Além desses grandes comandos ocupados por quatro-estrelas, havia dois outros, sob as ordens de generais-de-divisão:

Comando Militar da Amazônia, com sede em Manaus, e

Comando Militar do Planalto, com sede em Brasília e jurisdição sobre o Distrito Federal e Goiás.

Existiam também onze Regiões Militares, comandadas por generais-de-divisão.

A região cuida essencialmente do apoio logístico ao Exército em cuja área se situa.

Eram as seguintes as Regiões Militares:

1° RM, com sede no Rio de Janeiro;

2° RM, com sede em São Paulo;

3° RM, com sede em Porto Alegre;

4° RM, com sede em Juiz de Fora;

5° RM, com sede em Curitiba;

6° RM, com sede em Salvador;

7° RM, com sede no Recife;

8° RM, com sede em Belém;

9° RM, com sede em Campo Grande

10° RM M, com sede em Fortaleza, e

11° RM, com sede em Brasília.

* Até 1968, quando morreu, o marechal Mascarenhas de Moraes foi mantido no serviço ativo, por decisão do Congresso. Era uma homenagem ao comandante da Força Expedicionária Brasileira.

** Computaram-se os engenheiros militares (dois), médicos (um), veterinários (um) e intendentess (um).

CRONOLOGIA

1974

GEISEL E GOLBERY

Janeiro Geisel está decidido a colocar Armando Falcão no Ministério da Justiça e Azeredo da Silveira no Itamaraty, a despeito das restrições dos “puristas”.

Golbery manda dizer a Roberto Campos que pare de escrever por algum tempo.

Circula na família de Geisel a frase: “O Orlando cuida do Exército, e o Ernesto cuida do resto”.

Fevereiro Geisel diz a seu irmão Orlando que não o manterá no ministério. Nunca mais falaram de política. Orlando nunca o visitou.

Geisel cede a um apelo do general Dale Coutinho e aceita que o coronel Confucio Danton vá para o CIE. Detesta-o.

Golbery almoça com d. Paulo Evaristo Arns.

Março Geisel diz a Heitor que deve retrair sua atividade externa, limitando-se a funcionar como secretário do presidente.

Orlando Geisel tem uma isquemia cerebral, cai e quebra a perna. Continua morando na residência oficial do ministro, no Rio.

Glauber Rocha surpreende a esquerda: “Acho que o general Geisel tem tudo na mão para fazer do Brasil um país forte, justo e livre”. Chama Golbery de “gênio da raça”.

Abril Heitor se queixa: não tem o que fazer.

Golbery diz que o governo precisa mandar o delegado Fleury para longe.

Junho A Censura proíbe que se publique a declaração de um deputado contando que Golbery lhe disse, durante uma audiência, que se vai acabar com a censura.

Agosto Golbery reúne-se em Brasília com familiares de desaparecidos, levados por d. Paulo Evaristo Arns.

Setembro Misteriosos telefonemas para a casa de Golbery no Rio de Janeiro. Diante de uma ameaça de seqüestro, sua mulher, Esmeralda,

viaja para Brasília.

Novembro Heitor Ferreira depois da eleição, prevendo o seu futuro e o de Golbery: “Vamos cuidar do jardim”.

Golbery: “Ir embora, eu não devo ir”.

POLÍTICA

Janeiro O Congresso elege Ernesto Geisel. Por via das dúvidas, seu irmão Orlando deixa duas companhias de prontidão em Brasília.

Fevereiro JK aplaudido por 800 pessoas que cantam “Peixe vivo” numa festa do conde Matarazzo.

Março Geisel explicita a Heitor Ferreira sua preferência por Figueiredo como seu sucessor.

Geisel não admite que Delfim Netto dispute o governo de São Paulo.

Desaparecem David Capistrano da Costa e José Roman, do PCB.

Paulo Egydio Martins escolhido governador de São Paulo.

Caducam as cassações de 1964 (as de Jango e Jânio, entre outros).

Maior Morre o general Dale Coutinho. Sylvio Frota assume o Ministério do Exército.

Junho Reduzida a autonomia do CIE.

D. Eugênio Sales, cardeal do Rio, trata com Geisel dos desaparecidos.

Delfim encontra-se com Golbery. É a reaproximação que o levará a Paris.

O CIE justifica a ofensiva contra o PCB.

O MDB divulga uma nota levantando o caso dos desaparecidos, que àquela altura parecem ser 11.

Agosto Geisel discursa e anuncia “lenta, gradativa e segura distensão”.

Setembro Prisões no Cebrap. Pela primeira vez o DOI é enquadrado.

Outubro Eleição indireta dos governadores.

O Supremo condena Chico Pinto.

O Exército mata o último guerrilheiro do Araguaia. É Walquíria

Afonso Costa, de 27 anos, ex-aluna da Faculdade de Artes e Educação da Universidade Federal de Minas Gerais.

Novembro Eleição. A Arena é surrada. O MDB elege 16 em 22 senadores. Teve 72,75% dos votos. Aumenta sua bancada na Câmara de 87 para 160 deputados, mas não faz maioria.

JK em seu *Diário*: “Não esperava. Agradeço a Deus me ter concedido vida até hoje”.

ECONOMIA E SOCIEDADE

- O Brasil tem 104,2 milhões de habitantes. O Rio de Janeiro, 4,7; São Paulo, 6,9, e Porto Alegre, em torno de 1 milhão.
- O Brasil tem 8,7 milhões de aparelhos de TV.
- Vinton Cerf, cientista da MCI, usa uma palavra nova: *internet*.
- Com os novos preços do petróleo, os países da OPEP recebem uma receita bruta de 90 bilhões de dólares. É a maior transferência de capital já ocorrida na história em tempo de paz.
- A dívida americana chega a 100 bilhões de dólares, a maior em 24 anos.

Janeiro Inaugurada a ponte Rio—Niterói.

Simonsen acha possível fechar o ano com 20% de inflação e 10% de crescimento do PIB.

Abril No final de 1973 o litro de leite custava Cr\$ 0,90. Custa Cr\$ 1,20. O litro da gasolina dobrou de preço, para CR\$ 1,61.

Geisel intervém no Banco Halles, onde tinha parte de sua poupança.

A Censura proíbe que se fale em recessão.

Mai Falta óleo de soja.

Junho Geisel diz a Heitor que a inflação não o deixa dormir.

O governo americano sobretaxa as importações de calçados brasileiros.

Fundidos os estados do Rio de Janeiro e da Guanabara.

Julho Começa uma epidemia de meningite em São Paulo.

Setembro Geisel lança o II PND.

Inaugurado o metrô de São Paulo.

Outubro O presidente do Banco Central, Paulo Lira, diz que o Brasil é “uma ilha de tranqüilidade”.

Quebra-quebra de ônibus em Brasília e de trens no Rio e em São Paulo.

Criada a Nuclebrás.

Do início de agosto ao fim de outubro a meningite mata 731 pessoas em SP. Há uma média de 2 mil pessoas internadas.

Novembro Geisel anuncia a descoberta da bacia petrolífera de Campos. Pouca gente acredita.

MUNDO

Janeiro Terroristas argentinos seqüestram os irmãos Juan e Jorge Born. Cobram 61 milhões de dólares de resgate.

Fevereiro Sai em Lisboa o livro *Portugal e o futuro*, do general Antônio de Spínola. Diz que a questão colonial não tem solução militar.

Março Três colaboradores diretos de Nixon são indiciados no processo do caso Watergate.

Instala-se em Roma o Tribunal Bertrand Russell para julgar as ditaduras chilena e brasileira.

Abril Golpe militar em Portugal. O presidente Américo Thomaz e o primeiro-ministro Marcello Caetano são mandados para o Brasil. O Partido Comunista surge como uma força política. De capa e monóculo, o general Antônio de Spínola assumirá a presidência.

Richard Nixon entrega à Justiça as gravações que fazia em seu gabinete.

Maió A Índia explode sua primeira bomba atômica.

Valéry Giscard d'Estaing eleito presidente da França.

Julho Juan Perón morre. Assume sua mulher, Isabelita. O terrorismo já matou 284 pessoas na Argentina.

A Alemanha derrota a Holanda (2 x 1) e ganha a Copa do Mundo de

futebol.

Cai a ditadura grega. A junta de coronéis é presa, e os civis retornam ao poder.

Agosto A União Soviética manda armas para o MPLA, em Angola.

Brasil e China anunciam o reatamento de suas relações diplomáticas.

O presidente Richard Nixon renuncia. Assume Gerald Ford.

Setembro O general Spínola tenta um golpe, fracassa, renuncia e vem para o Brasil.

O braço terrorista da ditadura chilena mata em Buenos Aires o ex-ministro da Defesa, general Carlos Prats, e sua mulher.

Novembro O governador da Geórgia, Jimmy Carter, anuncia que é candidato a presidente dos EUA.

1975

GEISEL E GOLBERY

Janeiro Geisel cobra a minuta das diretrizes para o combate à subversão: “Essa fórmula das prisões indiscriminadas tem que mudar”.

Geisel reúne o Alto-Comando das Forças Armadas e diz que a ordem política do país tem que mudar.

Golbery acredita que Geisel vai mandar investigar o caso dos desaparecidos. Na época pensava-se que fossem 22.

Fevereiro Circula o primeiro panfleto da série *Novela da Traição*, contra a abertura de Geisel e a atuação de Golbery.

Golbery faz uma nota para o caso dos desaparecidos. Armando Falcão e os generais Sylvio Frota e Hugo Abreu discordam. Geisel recua.

Geisel a Frota: “Em vez de pegar mil no inquérito da *Voz Operária*, pegar dois ou três”.

Março Circula o segundo capítulo do panfleto *Novela da Traição*.

Geisel, diante de uma carta que denunciava prisão arbitrária: “Têm que acabar esses DOIS, CODIS. São organizações espúrias”.

Derrotado no caso dos desaparecimentos, Golbery diz: “Não sou mais governo”.

Geisel faz um discurso duro: “Fui e continuo a ser um dos participantes responsáveis por esta Revolução. E desejo sinceramente reafirmar-lhes que ela continuará”.

Abril Figueiredo: “Continua a carga dos generais contra o Golbery”.

Golbery descola a retina do olho esquerdo.

Mai Golbery volta ao Planalto.

Golbery encontra-se com Ulysses Guimarães e Thales Ramalho.

Junho Golbery descola a retina de novo. Sofre uma parada renal e é levado para Barcelona.

Julho Golbery retorna e interna-se no Rio.

Agosto Geisel redefine o significado da distensão. É a fala da “Pá de Cal”.

Setembro Geisel manda a Figueiredo um bilhete pedindo a revisão nas ações contra a subversão comunista: “Não estão vendo fantasmas?”.

Novembro Golbery a Heitor Ferreira e Humberto Barreto: Frota tem de sair.

POLÍTICA

- Em 1974 as denúncias de tortura haviam sido 67, número parecido com os de 1966 (66) e 1967 (50). Em 1975 retorna-se ao padrão do início da década: 585 (o maior número exclusive os dos cinco anos de Medici).

Janeiro Termina a censura n’*O Estado de S. Paulo*.

Estourada a gráfica clandestina do PCB no Rio, onde se imprimia a *Voz Operária*.

É preso o dirigente comunista e ex-deputado Marco Antônio Coelho.

Fevereiro Greve de fome de presos políticos em São Paulo.

Março Empossados os 22 governadores, todos escolhidos por Geisel.

Abril Greve na ECA da USP. OS estudantes ligados ao movimento

trotskista expulsam o PCB do quadro social.

Julho Geisel cassa o senador Wilson Campos, que pedira dinheiro a um empresário para ajudá-lo a conseguir um empréstimo no Banco do Estado de Pernambuco.

Agosto Ulysses Guimarães responde ao discurso de Geisel e inclui um parágrafo onde se refere a Idi Amin Dada, ditador de Uganda.

Morre no DOI de São Paulo o tenente reformado da PM José Ferreira de Almeida. O II Exército diz que foi suicídio, por enforcamento.

Outubro Onda de prisões de militantes do PCB em São Paulo. Segundo a Arquidiocese, foram detidas 61 pessoas.

25 Vladimir Herzog apresenta-se ao DOI. Horas depois está morto. Há 95 pessoas presas em São Paulo.

27 Herzog é sepultado. A USP, a PUC e a FGV entram em greve.

28 Leite Chaves discursa e condena as ações policiais do Exército.

29 Frota pede providências contra o senador Leite Chaves. Geisel não aceita, e desafia: arranjem outro.

31 Culto na Sé pela memória de Herzog.

Dezembro O SNI antevê um “impasse político-institucional”.

ECONOMIA E SOCIEDADE

- Surgem os jeans de grife.
- A CNBB cria a Pastoral da Terra.
- O Citibank decide emprestar ao Brasil acima do tradicional limite de 5% sobre o total de sua carteira internacional.

Janeiro Iniciada a construção de Itaipu.

O ministro da Educação, Ney Braga, encontra-se com Chico Buarque de Hollanda.

Fevereiro *O Estado de S. Paulo* começa a publicar sua série de onze artigos intitulada *Os caminhos da estatização*.

Abril Bill Gates e Paul Allen fundam a Microsoft e licenciam a linguagem de programação BASIC, que rodara nos computadores Altair, vendidos sob a forma de kits.

Maio Greve de meia hora dos 200 operários da seção de pintura da GM, no ABC.

Cinco trens e uma estação depredados no Rio. Um em São Paulo.

Realiza-se em Salzburgo o Seminário Internacional sobre Investimentos no Brasil.

Junho Brasil e Alemanha assinam o Acordo Nuclear.

Julho O governo baixa medidas restritivas para as importações.

Setembro O Citibank começa a operar seis máquinas de saques automáticos em suas agências de Nova York.

Outubro Geisel anuncia sua decisão de permitir que a Petrobrás assine contratos de risco de exploração com empresas estrangeiras.

Pressionada pelo governo, a Academia Brasileira de Letras nega assento a JK. Elege Bernardo Élis.

Dezembro O governo expande a proibição à importação de computadores. Qualquer compra tem que ser autorizada por Brasília, e o país não pode importar mais de 100 milhões de dólares por ano.

- Números do fim do ano:

crescimento do PIB: 5%;

inflação: 30%; dívida externa:

22 bilhões de dólares.

MUNDO

- A Anistia Internacional denuncia: um em cada 50 cidadãos uruguaios já foi interrogado por motivos políticos. Um em cada cinco exilou-se.

- Morrem 276 pessoas no mundo em consequência de atos terroristas. Em 1974 foram 344, e em 1976 serão 415.

- Fidel Castro discursa revendo o seu ideal de revolução continental.

Janeiro Ovídio de Melo passa por Angola. No mês seguinte é nomeado cônsul em Luanda, representando o Brasil junto aos três movimentos pela libertação da colônia: o MPLA, a FNLA e a Unita.

A CIA pede ao governo americano 300 mil dólares para ajudar a FNLA em Angola.

Fevereiro O Partido Conservador inglês, na oposição, elege uma nova líder: Margaret Thatcher.

Março O ex-presidente português Antônio de Spínola tenta um golpe, fracassa, foge para a Espanha e se asila no Brasil.

Abril Os americanos evacuam a embaixada em Saigon. O Vietcongue toma o palácio presidencial. Termina a Guerra do Vietnã.

Os moderados vencem a eleição portuguesa. Os socialistas conseguem 38% dos votos. Os comunistas, 12,5%.

Mai Começa a guerra civil em Angola.

Agosto Saddam Hussein compra aos franceses o reator nuclear Osirak, apelidado de *O'Chirac*.

Novembro Proclamada a independência de Angola. Fidel Castro manda tropas por avião e por navio, e garante a sobrevivência do governo do presidente Agostinho Neto, do MPLA.

Na ONU, o Brasil vota com a maioria e condena o sionismo como forma de racismo.

Morre em Madri o general Francisco Franco.

A DINA, polícia secreta chilena, cria a *Operação Condor*.

O general Ramalho Eanes, moderado, assume o controle da anarquia militar portuguesa.

1976

GEISEL E GOLBERY

Janeiro Geisel tem 50% de aprovação em São Paulo e 60% no Rio.

Geisel cassa os deputados paulistas Nelson Fabiano e Marcelo Gatto.

Geisel demite o general Ednardo D'Avila Mello do comando do II Exército. Dias depois decide demitir o ministro do Exército, general Sylvio Frota.

Fevereiro O general Reynaldo Mello de Almeida recomenda a Geisel, de quem é amigo, que não demita o ministro Frota.

Março Ulysses Guimarães elogia “a inatacável honradez de intenções” de Geisel.

Geisel cassa o mandato dos deputados federais Amaury Müller e Nadyr Rossetti, do MDB.

Abril Geisel visita a França. O presidente francês diz que o Brasil “emergiu como uma potência mundial”.

Circula um novo panfleto contra Golbery. Chama-o de “Gregório Branco”.

Geisel cassa Lysâneas Maciel.

Maio Circula a notícia falsa de que Golbery teve um novo descolamento de retina.

Discursando em Volta Redonda, Geisel anuncia o novo salário mínimo. Começa seu discurso como Vargas: “Trabalhadores do Brasil”. O mínimo vai a 768 cruzeiros. Geisel ganha 31 mil.

Geisel expulsa do Brasil a estudante suíça Marie Hélène Russi.

Geisel viaja para a Inglaterra.

Julho Geisel a Heitor: “Figueiredo. [...] Vai ser como general-de-divisão mesmo”.

Agosto Amália Lucy Geisel é operada de um aneurisma próximo à hipófise.

Geisel: “Já me chamaram de camelô da Arena... Mas eu não ligo”.

Setembro Geisel rabisca uma conta calculando quantos votos precisa para fazer maioria absoluta no Congresso (211), quantos tem (247) e qual a sua folga (36).

Geisel vai ao Japão.

Dezembro Golbery faz um rascunho listando reformas políticas.

POLÍTICA

Janeiro O metalúrgico Manoel Fiel é preso e morto no DOI do II Exército.

O general Luiz Gonzaga de Andrada Serpa propõe o enquadramento dos DOIS.

Março Greve de estudantes na Bahia e em Minas Gerais.

Armando Falcão proíbe a apresentação, na TV, do enlatado de um espetáculo de dança do balé Bolshoi.

Abril Greve de estudantes no Rio.

Maio Apedrejamento de trens em São Paulo.

Junho Suspensa a censura prévia na revista *Veja*.

Doze anos depois de sua deposição, Jango recebe um passaporte brasileiro.

Julho A SBPC aprova uma moção em favor da anistia.

Agosto *O Estado de S. Paulo* publica a série de três reportagens denunciando as mordomias.

Bombas na ABI e na OAB.

JK morre num acidente, na via Dutra. Seu funeral traz o povo de volta para as ruas do Rio e de Brasília.

Setembro Acompanhado por 50 generais, Frota vai ao Congresso.

Bomba no Cebrap.

Seqüestro de d. Adriano Hypólito, bispo de Nova Iguaçu. Seu carro é explodido em frente à CNBB. Na mesma noite explode uma bomba na casa do jornalista Roberto Marinho.

Novembro Eleição municipal. O MDB prevalece nas grandes cidades.

Bomba no semanário *Opinião*.

Dezembro Bomba na Editora Civilização Brasileira.

Morre João Goulart.

O CIE, apoiado pelo II Exército, mata três dirigentes do PC do B em São Paulo. É o “Massacre da Lapa”.

• O ano termina com 156 denúncias de tortura. Em 1975 foram 585.

ECONOMIA E SOCIEDADE

- Sonia Braga em *Dona Flor e seus dois maridos*, de Bruno Barreto.
- Zezé Motta em *Xica da Silva*, de Cacá Diegues.
- Novo ponto na praia: o trecho em frente ao hotel Sol Ipanema.
- O Brasil tem 11,6 milhões de aparelhos de TV.

Fevereiro Os empresários do setor de bens de capital pedem isenção de

ICMS e de IPI para as mercadorias destinadas a concorrências internacionais.

Inaugurado o DDI a partir de São Paulo. Cobre oito países americanos, inclusive os EUA.

Abril Steve Jobs e Steve Wozniak fundam a Apple Computers. Pouco antes montaram o primeiro computador pessoal dessa marca.

O governo brasileiro altera sua legislação e cria um conselho por meio do qual funda o equivalente a um cartório de concessões para fabricação de computadores nacionais.

Os EUA sobretaxam as importações de calçados brasileiros.

Geisel visita uma plantação de soja no cerrado, estimulada pelos financiamentos oficiais.

Divulgado o plano de desestatização preparado pelo presidente do BNDES, Marcos Vianna.

Junho Instituído o depósito prévio de 12 mil cruzeiros para quem viaja para o exterior. É um empréstimo compulsório por um ano.

Seca no Nordeste. Saques na Paraíba e no Ceará.

O semanário *Opinião* circula com uma reportagem de capa sobre os novos poetas. Entre eles, Ana Cristina Cesar, a Ana C, e Antonio Carlos de Brito, o Cacaso.

Glauber Rocha regressa ao Brasil.

Dezembro Proibido o romance *Feliz ano novo*, de Rubem Fonseca.

- A inflação fecha o ano em 46%, a maior taxa desde 1974. O PIB cresceu 10,2%.

MUNDO

Fevereiro O secretário de Estado Henry Kissinger chega a Brasília e saúda a ditadura: “O Brasil é um País que surge como potência mundial”.

Março Discursando em Chicago, o candidato democrata Jimmy Carter fala no compromisso dos Estados Unidos com o respeito aos direitos humanos.

Deposta e presa a presidenta argentina Isabelita Perón. Assume uma junta.

O governo de Angola convida a Gulf Oil para retornar ao país.

Abril Promulgada a Constituição portuguesa. Os socialistas ganham a eleição parlamentar.

Mai São seqüestrados e mortos em Buenos Aires um senador e um deputado uruguaio. Eram amigos de João Goulart, que vivia na cidade. Ele pensa em se mudar para a França.

Junho Seqüestrado e assassinado em Buenos Aires o ex-presidente boliviano Juan José Torres.

O general moderado, sisudo e disciplinador Antônio Ramalho Eanes é eleito presidente de Portugal.

Julho Tropas especiais de Israel atacam o aeroporto de Entebbe, em Uganda, e libertam 256 passageiros de um avião seqüestrado.

O socialista Mário Soares torna-se primeiro-ministro de Portugal.

Agosto Kissinger registra que o Brasil e a Argentina têm operações conjuntas para caçar inimigos dos dois regimes.

Setembro Numa entrevista à *Playboy*, Jimmy Carter condena a ditadura brasileira.

Morre Mao Zedong.

A DINA chilena mata, em Washington, Orlando Letelier, ex-ministro de Allende. É a *Operação Condor*.

Outubro Começam as prisões dos radicais na China.

Novembro Jimmy Carter eleito presidente dos Estados Unidos.

Dezembro Cuba tem 36 mil homens em Angola.

1977

GEISEL E GOLBERY

Início do ano Militares ligados ao CIE e ao SNI discutem um atentado contra Geisel, com um míssil portátil.

Fevereiro Geisel a Heitor Ferreira: “Vão terminar o MDB me obrigando a

ir para um Ato. [...] Não abro mão da [eleição] indireta”.

Março Por conta de um relatório do governo americano a respeito da situação dos direitos humanos no Brasil, Geisel rompe o Acordo Militar com os EUA.

Geisel sobe o tom e diz que o MDB deve apoiar seu projeto de reforma do Judiciário, pois não admitirá desafios. O MDB vota contra.

Abril Geisel fecha o Congresso, reúne aquilo que se denominou “Constituinte do Alvorada” e baixa o “Pacote de Abril”.

Geisel a Heitor: “É o Figueiredo. Mesmo como general-de-divisão”.

Junho Morre Alzira, mulher do general Orlando Geisel.

Geisel cassa o líder do MDB, deputado Alencar Furtado. Depois dessa crise, diz que demitirá o ministro Sylvio Frota.

Agosto Geisel a Heitor Ferreira: “Posso acabar com o AI-5”.

Outubro

4 O brigadeiro Délio Jardim de Mattos a Geisel: “Substitua o ministro [Frota] enquanto é tempo”.

A assessoria de Frota diz que ele não despachou com Geisel porque não tinha o que tratar.

5 Délio diz a Heitor Ferreira que Geisel demite Frota até o dia 15.

7 Geisel conversa com Golbery no Alvorada. Golbery diz a Humberto Barreto: “Até quarta-feira o assunto estará liquidado”.

12 Frota é demitido. O general Fernando Bethlem é o novo ministro.

POLÍTICA

Fevereiro José Papa Júnior, presidente da Federação e Centro do Comércio de São Paulo, chama o regime de “espúrio”. O empresariado condena o seu discurso.

Severo Gomes deixa o Ministério da Indústria e Comércio.

Março Estudantes nas ruas de São Paulo. É a primeira passeata desde 1968.

Petrônio Portella reúne-se com Ulysses Guimarães.

Abril Raymundo Faoro é eleito presidente da OAB.

O repórter Villas-Bôas Corrêa escreve n'*O Estado de S. Paulo* que o candidato do governo a presidente está escolhido e é Figueiredo.

Maio Presos em São Paulo oito militantes da Liga Operária. Oitenta mil estudantes entram em greve em todo o país.

Morre Carlos Lacerda.

Junho Dois mil policiais ocupam a Universidade de Brasília.

Rosalynn Carter no Brasil.

Julho Humberto Barreto lança o general Figueiredo à sucessão de Geisel.

Setembro Invasão da PUC-SP, 1700 estudantes detidos.

Frota manda prender o jornalista Lourenço Diaféria, da *Folha de S.Paulo*.

Outubro Petrônio encontra-se com Raymundo Faoro.

Grande remanejamento militar posterior à demissão de Frota. Mudam o chefe do CIE e os comandantes de 22 batalhões de infantaria.

Dezembro Depois de sete anos de silêncio, d. Helder discursa na Faculdade de Direito do Recife.

O governador de Minas, Aureliano Chaves, defende a anistia parcial.

Geisel chama Figueiredo e comunica que ele será o presidente da República.

- O ano termina com 214 denúncias de tortura de presos políticos.

ECONOMIA E SOCIEDADE

- A TheoryNet liga mais de 100 pesquisadores via e-mail. É a primeira lista de discussões na rede.
- A dívida externa brasileira chega a 30 bilhões de dólares. É a maior do mundo subdesenvolvido. No final dos anos 60 o Citibank lucrava 2 milhões de dólares ao ano no Brasil. Em 1977 lucra 74 milhões.

Janeiro Na lista dos livros mais vendidos, *O Esquadrão da Morte*, de Hélio Bicudo (1º); *A Ilha*, de Fernando Morais (3º); *Um olhar sobre a cidade*, de d. Helder Câmara (6º), e *Prefácio à nova economia política*, de

Celso Furtado (10º). Mil intelectuais pedem a liberação do romance *Feliz ano novo*, de Rubem Fonseca.

Inaugurado o novo aeroporto do Galeão.

Março Circula o último número de *Opinião*. O semanário publicou 5796 páginas. Para cada uma delas, teve outra censurada.

Mai O salário mínimo vai de 768 a 1106 cruzeiros. Aumento de 44,06%.

Junho Instituído o divórcio.

Estrangulada por falta de verbas, a SBPC arrisca não realizar sua reunião anual, marcada para Fortaleza. Um movimento de solidariedade faz com que ela se realize na PUC de SP.

Julho A *Folha de S.Paulo* divulga um estudo do Banco Mundial em que a inflação de 1973 é estimada em 22,5% contra os 15,5% oficiais. Lula mobiliza os metalúrgicos de São Bernardo pedindo reposição salarial de 34%.

Setembro Simonsen, com três outros ministros, reúne-se com dirigentes sindicais do ABC e avisa que “nem ao menos cogita” da reposição salarial. Nessa reunião pronuncia-se a palavra *greve*.

Dezembro O ano fecha com o Terceiro Mundo devendo 244 bilhões de dólares, quase o triplo do que devia em 1972.

- O Brasil deve 32 bilhões de dólares, seu PIB cresceu 4,9%, e a inflação ficou em 38,8%.

MUNDO

No ano Do general argentino Ibérico Saint Jean: “Primeiro vamos matar todos os subversivos. Depois vamos matar seus colaboradores, depois os simpatizantes e os indecisos. Finalmente, vamos matar os indiferentes”.

Início da guerra civil em Moçambique.

Janeiro Jimmy Carter assume a presidência dos EUA e anistia os americanos que se recusaram a combater no Vietnã.

O embaixador americano na ONU, Andrew Young, defende a

aplicação de sanções contra os governos do Brasil, Chile e África do Sul.

Carter manda o seu vice, Walter Mondale, a Bonn para congelar o Acordo Nuclear Brasil-Alemanha.

Fevereiro O governo inglês reconhece que usou cinco modalidades de tortura nos interrogatórios de suspeitos de terrorismo na Irlanda. Compromete-se a suspender essas práticas.

Março Começam a aparecer cadáveres de presos políticos argentinos no rio da Prata.

Mai D. Paulo Evaristo Arns recebe o título de doutor honoris causa de Notre Dame junto com Jimmy Carter.

Julho Criada formalmente a Clamor, entidade destinada a proteger refugiados políticos argentinos, chilenos, uruguaios e paraguaios. Tem o apoio dos cardeais Arns, de São Paulo, e Salles, do Rio de Janeiro. A polícia argentina prendeu pelo menos um refugiado no Rio.

Tropas cubanas desembarcam na Etiópia.

Agosto Jimmy Carter chega a um acordo com o Panamá e anuncia que vai assinar um novo tratado para o canal.

Setembro O ditador argentino, general Jorge Videla, vai a Washington e é recebido por Jimmy Carter. Secretamente, aceita soltar 4 mil presos.

Outubro O grupo terrorista alemão Baader Meinhof executa o empresário Hanns-Martins Schleyer, seqüestrado em 5 de setembro.

Dezembro A Anistia Internacional ganha o Prêmio Nobel da Paz.

FONTES E BIBLIOGRAFIA CITADAS

1 Obras de referência

ABREU, Alzira Alves de; BELOCH, Israel; LATTMAN-WELTMAN, Fernando, & LAMARÃO, Sérgio Tadeu de Niemeyer (coords.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930*. Vols. 1 a 5. 2ª ed. rev. e atualizada. Rio de Janeiro: Editora FGV/CPDOC, 2001.

Almanaque do pessoal militar do Exército — Oficiais. Rio de Janeiro: Ministério do Exército, Departamento Geral de Pessoal, Diretoria de Cadastro e Avaliação, 1975.

Anuário estatístico do Brasil — 1977. Brasília/Rio de Janeiro: Secretaria de Planejamento da Presidência da República/Fundação IBGE, 1978.

Dados estatísticos. Vol. 11:

Eleições estaduais e federais realizadas no Brasil em 1974. Brasília: Tribunal Superior Eleitoral/Departamento de Imprensa Nacional, 1977.

Estatísticas do século XX.

Rio de Janeiro: Fundação IBGE, 2003.

2 Fontes primárias

Arquivos, bibliotecas

Arquivo de Ernesto Geisel/CPDOC

Arquivo do Autor

Arquivo do DEOPS

Arquivo Nacional

Arquivo Privado de Ernesto Geisel

Arquivo Privado de Golbery do Couto e Silva/Heitor Ferreira

Biblioteca Lyndon B. Johnson

Departamento de Estado dos Estados Unidos da América

Informantes

Amaury Müller

Americo Mourão

Antonio Carlos Magalhães

Antonio Gallotti

Armando Daudt d'Oliveira

Armênio Guedes

Audálio Dantas

Bechara Jalkh

Carlos Alberto Brilhante Ustra

Célio Borja

Cláudio Braga

Dominique de Roux

Dora Henrique da Costa

Ernesto Geisel

Evandro Carlos de Andrade

Expedito Filho

Francisco de Oliveira

Francisco Leite Chaves

Franco Montoro

Frank Carlucci

Givaldo Siqueira

Golbery do Couto e Silva

Gustavo Moraes Rego

Heitor Ferreira

Henrique Caban

Henrique Cordeiro

Humberto Barreto

Ítalo Zappa

João Baptista Figueiredo

João Guilherme Vargas Netto

Josaphat Marinho

José Américo Dias
José Arthur Giannotti
José Augusto de Aguiar
José Carlos Azevedo
José Carlos Brant Aleixo
José Maria de Toledo Camargo
José Papa Júnior
José Roberto Afonso
José Sarney
Leonidas Pires Gonçalves
Lucy Geisel
Luiz Helvecio da Silveira Leite
Luiz Inácio Lula da Silva
Luiz Mário Gazzaneo
Manoel Francisco do Nascimento Brito
Marcelo Cerqueira
Marco Antônio Coelho
Marcos de Azambuja
Marcos Sá Corrêa
Maria da Conceição Tavares
Mario Henrique Simonsen
Mario Sergio Conti
Miro Teixeira
Nelson Dias Dourado
Newton Cruz
Otavio Frias Filho
Ovídio de Melo
Paulo Brossard
Paulo Cunha
Paulo Egydio Martins
Pedro Paulo de Sena Madureira
Raul Ryff
Raymundo Faoro

Renata Rangel
Reynaldo Mello de Almeida
Roberto Gusmão
Roberto Marinho
Roberto Melo
Rodrigo Naves
Sérgio Miranda de Carvalho
Sonia Portella
Tarcísio Holanda
Thales Ramalho
Villas-Bôas Corrêa

Periódicos — diários

Clarín

Correio Braziliense

Estado de S. Paulo

Folha de S.Paulo

Jornal da Tarde

Jornal de Brasília

Jornal do Brasil

O Estado de Minas

O Globo

O Popular

The Miami Herald

The New York Times

Zero Hora

Periódicos — semanais

Época

IstoÉ

Paris-Match

The Economist

Veja

Periódicos — outros

A Revista do Homem (versão brasileira da revista *Playboy*, de 1975 a 1978)

Diário do Congresso Nacional

Diário Oficial da União

Opinião

Playboy (edição americana)

Sete Dias da Semana

Tribuna Metalúrgica

Séries documentais, dossiês

ALMEIDA, Candido Mendes de, & BANDEIRA, Marina. *Comissão Brasileira de Justiça e Paz — 1969-1995 (Empenho e memória)*. Rio de Janeiro: Educam, 1996.

Autos de devassa da Inconfidência Mineira. Vol. 2. Brasília/Belo Horizonte: Câmara dos Deputados/Governo do Estado de Minas Gerais, 1978.

BAFFA, Ayrton. *Nos porões do SNI — O retrato do monstro de cabeça oca*. Rio de Janeiro: Objetiva, 1989.

BURR, William. *The Kissinger transcripts*. Nova York: The New Press, 1998. National Security Archive Book.

Caso Herzog — A sentença. Íntegra do processo movido por Clarice, Ivo e André Herzog contra a União. Rio de Janeiro: Salamandra, 1978.

Coletivo das Edições Avante!. *“Dossier” terrorismo*. Lisboa: Edições Avante!, 1977.

Dossiê dos mortos e desaparecidos políticos a partir de 1964. Preparado pela Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos, Instituto de Estudo da Violência do Estado (IEVE), e Grupo Tortura Nunca Mais (RJ e PE). Recife: Companhia Editora de Pernambuco/Governo do Estado de Pernambuco, 1995.

GEISEL, Ernesto. *Discursos*. Brasília: Assessoria de Imprensa e Relações Públicas da Presidência da República, 1975-78. 4 vols.

_____. *Mensagem ao Congresso Nacional*. Brasília: Departamento de

Imprensa Nacional, 1977.

KORNBLUH, Peter. *The Pinochet file — A declassified dossier on atrocity and accountability*. Nova York: The New Press, 2003.

MIRANDA, Nilmário, & TIBÚRCIO, Carlos. *Dos filhos deste solo — Mortos e desaparecidos políticos durante a ditadura militar: a responsabilidade do Estado*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo/Boitempo Editorial, 1999.

NEWFARMER, Richard S., & MUELLER, Willard F. *Multinational corporations in Brazil and Mexico — Structural sources of noneconomic power*. Report to the Subcommittee on Multinational Corporations of the Committee on Foreign Relations, US Senate. Washington: US Government Printing Office, 1975.

Nonproliferation issues. Hearings before the Subcommittee on Arms Control, International Organizations and Security Agreements of the Committee on Foreign Relations, US Senate. Washington: US Government Printing Office, 1977.

Nunca más — Informe de la Comisión Nacional sobre la Desaparición de Personas. Buenos Aires: Editorial Universitaria, 1984.

POMAR, Pedro Estevam da Rocha. *Massacre na Lapa — Como o Exército liquidou o comitê central do PC do B — São Paulo, 1976*. São Paulo: Buscavida, 1987.

PRANDINI, Fernando; PETRUCCI, Victor A., & DALE, O. P., frei Romeu. *As relações Igreja-Estado no Brasil*. São Paulo: Loyola, 1987. 6 vols.

Projeto Brasil: nunca mais. Tomo I: *O regime militar*. Tomo II, vol. 1: *A pesquisa BNM*; vol. 2: *Os atingidos*; vol. 3: *Os funcionários*. Tomo III: *Perfil dos atingidos*. Tomo IV: *As leis repressivas*. Tomo V, vol. 1: *A tortura*; vol. 2: *As torturas*; vol. 3: *As torturas*; vol. 4: *Os mortos*. Tomo VI, vol. 1: *Índice dos anexos*; vol. 2: *Inventário dos anexos*. São Paulo: Arquidiocese de São Paulo, 1985. 6 tomos.

Seminário de Salzburgo. São Paulo: Anfavea, 1975.

United States policies and programs in Brazil. Hearings before the Subcommittee on Western Hemisphere Affairs of the Committee on Foreign Relations, us Senate. Washington: us Government Printing Office, 1971.

Depoimentos, entrevistas, diários, memórias

ABREU, Hugo. *O outro lado do poder*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1979. Coleção Brasil — Século 20.

ACCIOLY NETTO. *O império de papel — Os bastidores de O Cruzeiro*. Porto Alegre: Sulina, 1998.

ALBERTI, Verena; ROCHA, Dora, & SARMENTO, Carlos Eduardo (orgs.).

- Mário Henrique Simonsen — *Um homem e seu tempo*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.
- AZEVEDO, Ricardo de, & MAUÉS, Flamarion (orgs.). *Rememória — Entrevistas sobre o Brasil do século XX*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1997.
- CAMARGO, José Maria de Toledo. *A espada virgem — Os passos de um soldado*. São Paulo: Ícone, 1995.
- CAMPOS, Roberto. *A lanterna na popa — Memórias*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1994.
- CARTER, Jimmy. *Why not the best?*. Nova York: Bantam Books, 1973.
- CARTER, Rosalynn. *First lady from Plains*. Fayetteville: The University of Arkansas Press, 1994.
- CAVALCANTI, Pedro Celso Uchoa, & RAMOS, Jovelino (orgs.). *De muitos caminhos*. São Paulo: Livramento, 1978. Coleção Memórias do Exílio — Brasil 1964/19??.
- CLARK, Walter, & PRIOLLI, Gabriel. *O campeão de audiência — Uma autobiografia*. São Paulo: Best Seller, 1991.
- COELHO, Marco Antônio Tavares. *Herança de um sonho — As memórias de um comunista*. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- COSTA, Albertina de Oliveira; MORAES, Maria Teresa Porciúncula; MARZOLA, Norma, & LIMA, Valentina da Rocha. *Memórias das mulheres no exílio*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
- D'ARAUJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillon, & CASTRO, Celso (orgs.). *A volta aos quartéis — A memória militar sobre a abertura*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.
- _____. & CASTRO, Celso (orgs.). *Ernesto Geisel*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1997.
- _____.; FARIAS, Ignez Cordeiro de, & HIPOLITO, Lucia (orgs.). *Na periferia da história — Jorge Oscar de Mello Flôres — Depoimento prestado ao CPDOC*. Rio de Janeiro: Editora FGV/SUL América Seguros, 1998.
- DOBRYNIN, Anatoly. *In confidence — Moscow's ambassador to America's six Cold War presidents*. Nova York: Times Books/Random House, 1995.
- FALCÃO, Armando. *Tudo a declarar*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989.
- FERREIRA, Marieta de Moraes, et alii. *Vozes da oposição*. Rio de Janeiro: Grafline, 2001.
- GATES, Robert M. *From the shadows — The ultimate insider's story of five presidents and how they won the Cold War*. Nova York: Simon & Schuster, 1996.
- GRAEL, Dickson M. *Aventura, corrupção, terrorismo — À sombra da*

impunidade. Petrópolis: Vozes, 1985.

KISSINGER, Henry. *Years of renewal*. Nova York: Simon & Schuster, 1999.

LOBO, Amílcar. *A hora do lobo, a hora do carneiro*. Petrópolis: Vozes, 1989. Coleção Memória dos Vencidos.

MÉDICI, Roberto Nogueira. *Medici — O depoimento*. Rio de Janeiro: Mauad, 1995.

PARANÁ, Denise. *Lula, o filho do Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

SIMAS, Mário. *Gritos de justiça — Brasil 1963-1979*. São Paulo: FTD, 1986.

SODRÉ, Nelson Werneck. *Do Estado Novo à ditadura militar — Memórias de um soldado*. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1988.

STOCKWELL, John. *In search of enemies — A CIA story*. Nova York: W. W. Norton & Company, 1978.

TELLES JUNIOR, Goffredo Silva. *A folha dobrada — Lembranças de um estudante*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

THATCHER, Margaret. *The path to power*. Nova York: Harper Collins, 1995.

TUPINAMBÁ, Mariza. *Eu fui testemunha*. Petrópolis: Vozes, 1984.

USTRA, Carlos Alberto Brilhante. *Rompendo o silêncio — OBANDOI/CODI/29 SET. 70-23 JAN. 74*. Brasília: Editerra Editorial, 1987.

3 Fontes secundárias

Brasil

ABREU, Alzira Alves de; LATTMAN-WELTMAN, Fernando, & KORNIS, Mônica Almeida. *Mídia e política no Brasil — Jornalismo e ficção*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

ALMEIDA FILHO, Hamilton. *A sangue quente — A morte do jornalista Vladimir Herzog*. São Paulo: Alfa-Omega, 1978.

ARBIX, Glauco, & ZILBOVICIUS, Mauro (orgs.). *De JK a FHC — A reinvenção dos carros*. São Paulo: Scritta, 1997.

ARGOLO, José Amaral, et alii. *A direita explosiva no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 1996.

BARRETO, Carlos Eduardo Paes. *A saga do petróleo brasileiro — A “farra do boi”*. São Paulo: Nobel, s. d.

BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Mello, & COUTINHO, Renata (orgs.).

Desenvolvimento capitalista no Brasil — Ensaaios sobre a crise. Campinas: Unicamp, 1998. 2 vols.

BITTENCOURT, Getulio. *A quinta estrela — Como se tenta fazer um presidente no Brasil.* São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1978.

BOJUNGA, Claudio. *JK, o artista do impossível.* Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

BOSCHI, Renato Raul. *Elites industriais e democracia.* Rio de Janeiro: Graal, 1979.

BROSSARD, Paulo. *O ballet proibido.* Porto Alegre: L&PM, s. d.

CANTARINO, Geraldo. *1964 — A revolução para inglês ver.* Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

CARDOSO, Fernando Henrique. *Autoritarismo e democratização.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

CASTRO, Antonio Barros de, & SOUZA, Francisco Eduardo Pires de. *A economia brasileira em marcha forçada.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

CASTRO, Marcos de. *Dom Helder — Misticismo e santidade.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

CASTRO, Ruy. *O Anjo Pornográfico — A vida de Nelson Rodrigues.* São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

CESAR, Ana Cristina. *Escritos no Rio.* Rio de Janeiro/São Paulo: Editora UFRJ/Brasiliense, 1993.

CHAGAS, Carlos. *A guerra das estrelas (1964/1984) — Os bastidores das sucessões presidenciais.* Porto Alegre: L&PM, 1985.

CHAVES, Leite. *Por um amanhã de justiça.* Brasília: s. ed., 1981.

CHEVALIER, Scarlet Moon de. *Areias escaldantes — Inventário de uma praia.* Rio de Janeiro: Rocco, 1999.

COELHO, Thomaz. *À sombra do sistema (De Castelo a Geisel).* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

COES, Donald V. *Macroeconomic crises, policies, and growth in Brazil — 1964-90.* Washington: The World Bank, 1995.

CONTI, Mario Sergio. *Notícias do Planalto — A imprensa e Fernando Collor.* São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

COUTINHO, Luciano G., & BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Mello. “Política econômica, inflexões e crise: 1974/1981”. In BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Mello, & COUTINHO, Renata (orgs.). *Desenvolvimento capitalista no Brasil — Ensaaios sobre a crise.* Vol. 1. Campinas: Unicamp, 1998. 2 vols.

COUTO, Ronaldo Costa. *História indiscreta da ditadura e da abertura — Brasil 1964-1985.* Rio de Janeiro: Record, 1998.

- _____. *Brasília Kubitschek de Oliveira*. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- CRUZ, Paulo Davidoff. “Notas sobre o endividamento brasileiro nos anos setenta”. In BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Mello, & COUTINHO, Renata (orgs.). *Desenvolvimento capitalista no Brasil — Ensaio sobre a crise*. Vol. 2. Campinas: Unicamp, 1998. 2 vols.
- DAVIS, Sonny B. *A brotherhood of arms — Brazil-United States military relations, 1945-1977*. Niwot: University Press of Colorado, 1996.
- DECKES, Flavio. *Radiografia do terrorismo no Brasil — 66/80*. São Paulo: Ícone, 1985.
- DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado — Ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis: Vozes, 1981.
- DULLES, John W. F. *Carlos Lacerda — A vida de um lutador*. Vol. 2: 1960-1977. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000. 2 vols.
- FALCÃO, Armando. *Geisel — Do tenente ao presidente*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1995.
- FALCÃO, João. *Giocondo Dias — A vida de um revolucionário*. Rio de Janeiro: Agir, 1993.
- FLEISCHER, David. “Manipulações casuísticas do sistema eleitoral durante o período militar, ou Como usualmente o feitiço vira contra o feiticeiro”. In SOARES, Gláucio Ary Dillon, & D’ARAUJO, Maria Celina (orgs.). *21 anos de regime militar — Balanços e perspectivas*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1994.
- FRANCO, Renato. *Itinerário político do romance pós-64 — A festa*. São Paulo: Editora da Unesp, 1999.
- FREDERICO, Celso (org.). *A esquerda e o movimento operário — 1964-1984*. Vol. 1: *A resistência à ditadura — 1964/1971*. São Paulo: Novos Rumos, 1987.
- FREI BETTO. *Lula — Biografia política de um operário*. São Paulo: Estação Liberdade, 1989.
- GARNERO, Mario. *Jogo duro — O caso Brasilinvest e outras histórias de velhas e novas Repúblicas*. São Paulo: Best Seller, 1988.
- GÓES, Walder de. *O Brasil do general Geisel*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1978.
- GOLDMAN, Alberto. *Caminhos de luta — Peripécias de um político na democracia relativa*. São Paulo: Núcleo de Divulgação Editorial, 1978.
- GOMES, Severo. *Tempo de mudar*. 2ª ed. Porto Alegre: Globo, 1977.
- GOENDER, Jacob. *Combate nas trevas*. 5ª ed. rev., ampliada e atualizada. São Paulo: Ática, 1998.
- GUIMARÃES, José Celso Macedo Soares. *Temos pressa*. S. 1.: s. ed., cerca de 1976.
- GUIMARÃES, Ulysses. *Rompendo o cerco*. Rio de Janeiro: Paz e Terra,

1978. UTEMBERG, Luiz. *Moisés, codinome Ulysses Guimarães — Uma biografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- HILTON, Stanley E. *Brazil and the Soviet challenge — 1917-1947*. Austin: University of Texas Press, 1991.
- HOLLANDA, Heloisa Buarque de. *Impressões de viagem — CPC, vanguarda e desbunde: 1960/70*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.
- ____ & FREITAS FILHO, Armando (orgs.). *Ana C. — Correspondência incompleta*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 1999.
- ____; VENTURA, Zuenir, & GASPARI, Elio. *Cultura em trânsito 70/80 — Da repressão à abertura*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2002.
- HUMPHREY, John. *Capitalist control and worker's struggle in the Brazilian auto industry*. Princeton: Princeton University Press, 1982.
- JORDÃO, Fernando Pacheco. *Dossiê Herzog — Prisão, tortura e morte no Brasil*. São Paulo: Global, 1979.
- KINZO, Maria d'Alva Gil. *Legal opposition politics under authoritarian rule in Brazil — The case of the MDB, 1966-79*. Nova York: St. Martin's Press, 1988.
- KLEIN, Lucia, & FIGUEIREDO, Marcus F. *Legitimidade e coação no Brasil pós-64*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1978.
- KOTSCHO, Ricardo. *A prática da reportagem*. São Paulo: Ática, 1995.
- LESSA, Carlos. *A estratégia de desenvolvimento 1974-1976 — Sonho e fracasso*. Campinas: Unicamp/Instituto de Economia, 1998.
- LOHBAUER, Christian. *Brasil Alemanha 1964-1999 — Fases de uma parceria*. São Paulo: Edusp/Konrad-Adenauer-Stiftung, 2000.
- LOPES, Roberto. *Rede de intrigas — Os bastidores do fracasso da indústria bélica no Brasil*. Rio de Janeiro: Record, 1994.
- LÚCIO, José dos Santos. *A Inconfidência Mineira*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1972.
- LUPPI, Carlos Alberto. *Manoel Fiel Filho — Quem vai pagar por este crime?*. São Paulo: Escrita, 1980.
- LUZ, Fábio, & CARNEIRO, Davi. *Floriano — Memórias e documentos*. Vol. 6: *A Invasão Federalista em Santa Catarina e Paraná*. S. L: Ministério da Educação, Imprensa Nacional, 1941. 20 vols.
- MACHADO, José Antonio Pinheiro. *Opinião x Censura — Momentos da luta de um jornal pela liberdade*. Porto Alegre: L&PM, 1978.
- MALHEIROS, Tania. *Brasil, a bomba oculta — O programa nuclear brasileiro*. Rio de Janeiro: Gryphus, 1991.
- MARCONI, Paolo. *A censura política na imprensa brasileira — 1968/1978*. São Paulo: Global, 1980.
- MARKUM, Paulo (org.). *Vlado — Retrato da morte de um homem e de uma*

época. São Paulo: Brasiliense, 1985.

MINELLA, Ari Cesar. *Banqueiros — Organização e poder político no Brasil*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo/ANPOCS, 1988.

MIROW, Kurt Rudolf. *A loucura nuclear — Os enganos do Acordo Nuclear Brasil-Alemanha*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

MOISÉS, José Alvaro, & MARTINEZ-ALLIER, Verena. “A revolta dos suburbanos ou ‘Patrão, o trem atrasou’”. In MOISÉS, José Alvaro, et alii. *Contradições urbanas e movimentos sociais*. Rio de Janeiro: Cedec/Paz e Terra, 1978.

____ et alii, *Contradições urbanas e movimentos sociais*. Rio de Janeiro: Cedec/Paz e Terra, 1978.

MORAES, Dênis de. *O imaginário vigiado — A imprensa comunista e o realismo socialista no Brasil (1947-1953)*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1994.

MORAES NETO, Geneton. *Dossiê Brasil — As histórias por trás da história recente do país*. Rio de Janeiro: Objetiva, 1997.

MORAIS, Fernando. *Chatô, o Rei do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

NADER, Ana Beatriz. *Autênticos do MDB, semeadores da democracia*. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

NOVAES, Regina Reyes. *De corpo e alma — Catolicismo, classes sociais e conflitos no campo*. Rio de Janeiro: Graphia, 1997.

OLIVEIRA, Frederico Mendonça de. *O crime contra Tenório — Saga e martírio de um gênio do piano brasileiro*. S. 1.: Atenas Editorial, s. d.

PAIM, Antonio. *A querela do estatismo*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1978.

PARANAGUÁ, Evandro. “Virgílio, bipontos: Adeus”. In VÁRIOS AUTORES. *Virgílio Távora, pt para sempre*. Brasília: Comitê de Imprensa do Senado Federal/Centro Gráfico do Senado Federal, 1988. Coleção Senador Henrique de La Rocque.

PARANHOS, Kátia Rodrigues. *Era uma vez em São Bernardo*. Campinas: Unicamp, 1999.

PÉCAUT, Daniel. *Os intelectuais e a política no Brasil — Entre o povo e a nação*. São Paulo: Ática, 1990.

PINHEIRO NETO, João. *Juscelino — Uma história de amor*. Rio de Janeiro: Mauad, 1994.

POWER, Timothy Joseph. “Brazil and the Carter human rights policy”. Tese de mestrado apresentada à Graduate School da Universidade da Flórida, 1986.

PRADO, Lafayette. *Transportes e corrupção — Um desafio à cidadania*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997.

- RAINHO, Luís Flávio, & BARGAS, Osvaldo Martines. *As lutas operárias e sindicais dos metalúrgicos em São Bernardo, 1977-1979*. São Bernardo do Campo: Associação Beneficente e Cultural dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, 1983.
- REICHSTUL, Henri Philippe, & COUTINHO, Luciano G. "Investimento estatal — 1974/80: Ciclo e crise". In BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Mello, & COUTINHO, Renata (orgs.). *Desenvolvimento capitalista no Brasil — Ensaio sobre a crise*. Vol. 2. Campinas: Unicamp, 1998. 2 vols.
- ROLLEMBERG, Denise. *Exílio — Entre raízes e radares*. Rio de Janeiro: Record, 1999.
- _____. *O apoio de Cuba à luta armada no Brasil — O treinamento guerrilheiro*. Rio de Janeiro: Mauad, 2002.
- ROSA, Luiz Pinguelli. *A política nuclear e o caminho das armas atômicas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.
- _____.; BARROS, Fernando de Souza, & BARREIROS, Suzana Ribeiro. *A política nuclear no Brasil*. São Paulo: Greenpeace, 1991.
- SADER, Emir, & SILVERSTEIN, Ken. *Without fear of being happy — Lula, the workers party and Brazil*. Londres/Nova York: Verso, 1991.
- SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Poder & política — Crônica do autoritarismo brasileiro*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1978.
- SATURNINO, Roberto. *Política econômica e estatização — Debates parlamentares*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.
- SCARTEZINI, Antonio Carlos. *Dr. Ulysses — Uma biografia*. São Paulo: Marco Zero, 1993.
- SCHNEIDER, Ben Ross. *Politics within the State — Elite bureaucrats & industrial growth in authoritarian Brazil*. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 1993.
- SILVA, Golbery do Couto e. *Geopolítica e poder*. Rio de Janeiro: UniverCidade, 2003.
- SILVA, Hélio. *1964 — Golpe ou contragolpe?*. Colaboração de Maria Cecília Ribas Carneiro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.
- SMITH, Anne-Marie. *Um acordo forçado — O consentimento da imprensa à censura no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.
- SOARES, Gláucio Ary Dillon, & D'ARAUJO, Maria Celina (orgs.). *21 anos de regime militar — Balanços e perspectivas*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1994.
- SOUZA, Maurício Maia de. "Henfil e a censura — O papel dos jornalistas". Dissertação de mestrado apresentada à Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, mai. 1999.
- STUMPF, André Gustavo, & PEREIRA FILHO, Merval. *A segunda guerra — A sucessão de Geisel*. São Paulo: Brasiliense, 1979.

- SÜSSEKIND, Flora (org.). *Correspondência de Cabral com Bandeira e Drummond*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.
- SYDOW, Evanize, & FERRI, Marilda. *Dom Paulo Evaristo Arns — Um homem amado e perseguido*. Rio de Janeiro: Vozes, 1999.
- Tempo de Congresso — Coletânea de discursos parlamentares de Petrônio Portella*. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1973.
- VÁRIOS AUTORES. *Virgílio Távora, pt para sempre*. Brasília: Comitê de Imprensa do Senado Federal/Centro Gráfico do Senado Federal, 1988. Coleção Senador Henrique de La Rocque.
- VELASCO E CRUZ, Sebastião C. *Empresariado e Estado na transição brasileira — Um estudo sobre a economia política do autoritarismo (1974-1977)*. São Paulo/Campinas: Fapesp/Editora da Unicamp, 1995.
- _____. *O presente como história — Economia e política no Brasil pós-64*. Campinas: Unicamp, 1997.
- VELHO, Gilberto. *Nobres & anjos — Um estudo de tóxicos e de hierarquia*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998.
- VENTURA, Zuenir. *3 Antonios e 1 Jobim — Histórias de uma geração: o encontro de Antonio Callado, Antonio Candido, Antonio Houaiss, Antonio Carlos Jobim por Zuenir Ventura*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1993.
- VIANA, Gilney A., & CIPRIANO, Perly. *Fome de liberdade — Relato dos presos políticos*. Vitória: Fundação Ceciliano Abel de Almeida, 1992.
- VIANNA, Martha. *Uma tempestade como a sua memória — A história de Lia, Maria do Carmo Brito*. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2003.
- WELCH, John H. *Capital markets in the development process — The case of Brazil*. Pittsburgh/Londres: University of Pittsburgh Press/MacMillan Press, 1993.
- XAVIER, Ismail. *Alegorias do subdesenvolvimento — Cinema Novo, tropicalismo, cinema marginal*. São Paulo: Brasiliense, 1993.
- ZERBINE, Therezinha Godoy. *Anistia — Sementes da liberdade*. São Paulo: s. ed., 1979.

Geral

- BÁEZ, Luis. *Secretos de generales*. Barcelona: Losada, 1997.
- BALL, George W. *Diplomacy for a crowded world — An American foreign policy*. Boston: Atlantic-Little, Brown, 1976.
- BOURNE, Peter G. *Jimmy Carter — A comprehensive biography from Plains to post Presidency*. Nova York: Scribner, 1997.
- BURN, Duncan. *Nuclear power and the energy crisis — Politics and the*

- atomic industry*. Londres: MacMillan/Trade Policy Research Centre, 1978.
- CARPOZI JUNIOR, George. *Andrew Young, the impossible man*. Nova York: Manor Books, 1978.
- CARROLL, Lewis. *Alice — Edição comentada, Aventuras de Alice no país das maravilhas & Através do espelho*. Introd. e notas Martin Gardner. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.
- COLTMAN, Leycester. *The real Fidel Castro*. New Haven: Yale University Press, 2003.
- DENHAM, Andrew, & GARNETT, Mark. *Keith Joseph*. Londres: Acumen, 2001.
- DINGES, John. *The Condor years — How Pinochet and his allies brought terrorism to three continents*. Nova York: The New Press, 2004.
- DREW, Elizabeth. *American journal — The events of 1976*. Nova York: Random House, 1977.
- EBENSTEIN, Alan. *Friedrich Hayek — A biography*. Nova York: Palgrave, 2001.
- EDWARDS, Lee. *The power of ideas — The Heritage Foundation at 25 years*. Ottawa/Illinois: Jameson Books, 1997.
- FEITLOWITZ, Marguerite. *A lexicon of terror — Argentina and the legacies of torture*. Nova York: Oxford University Press, 1998.
- FERREIRA, Hugo Gil, & MARSHALL, Michael W. *Portugal's Revolution — Ten years on*. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.
- FURIATI, Claudia. *Fidel Castro — Uma biografia consentida*. Rio de Janeiro: Revan, 2001. 2 vols.
- GASTIL, Raymond (ed.). *Freedom in the world — Political rights and civil liberties*. Boston/Nova York: A Freedom House Book, 1978.
- GLEIJESES, Piero. *Conflicting missions — Havana, Washington, and Africa, 1959-1976*. Chapel Hill/Londres: The University of North Carolina Press, 2002.
- GUEST, Iaian. *Behind the disappearances — Argentina's dirty war against human rights and the United Nations*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1990.
- GUIMARÃES, Fernando Andresen. *The Origins of the Angolan Civil War — Foreign intervention and domestic political conflict*. Nova York: St. Martin's Press, 1998.
- HODGES, Donald C. *Argentinas "dirty war" — An intellectual biography*. Austin: University of Texas Press, 1991.
- ISAACSON, Walter. *Kissinger — A biography*. Nova York: Simon & Schuster, 1992.
- JENKINS, Peter. *Mrs. Thatcher revolution — The ending of the Socialist Era*. Cambridge: Harvard University Press, 1988.

- JUDIS, John B. *The paradox of American democracy — Elites, special interests, and the betrayal of public trust*. Nova York: Pantheon Books, 2000.
- KISSINGER, Henry. *Crisis — The anatomy of two major foreign policy crises*. Nova York: Simon & Schuster, 2003.
- KUCZYNSKI, Pedro-Pablo. *Latin American debt*. Baltimore/Londres: Twentieth Century Fund/The John Hopkins University Press, 1988.
- LOVEMAN, Brian. *For la patria — Politics and the armed forces in Latin America*. Wilmington: SR Books, 1999.
- MAXWELL, Kenneth. *The making of Portuguese democracy*. Nova York: Cambridge University Press, 1995.
- MITCHELL, B. R. *International historical statistics — Europe 1750-1988*. Londres: MacMillan Press, 1992.
- QUESADA, Maria Sáenz. *Isabel Perón — La Argentina en los años de Maria Estela Martines*. Buenos Aires: Planeta, 2003.
- SCHMIDT, Helmut. *Men and powers — A political retrospective*. Nova York: Random House, 1989.
- SCHOULTZ, Lars. *Human rights and United States policy toward Latin America*. Princeton: Princeton University Press, 1981.
- SMITH, William C. *Authoritarianism and the crisis of the Argentine political economy*. Stanford: Stanford University Press, 1991.
- TVEDTEN, Inge. *Angola — Struggle for peace and recognition*. Colorado: Westview Press, 1997.
- VERBITSKY, Horacio. *El Vuelo*. Buenos Aires: Planeta, 1995.
- WESCHLER, Lawrence. *Um milagre, um universo — O acerto de contas com os torturadores*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- WOOTEN, James. *Dasher — The roots and the rising of Jimmy Carter*. Nova York: Summit Books, 1978.
- YERGIN, Daniel, & STANISLAW, Joseph. *Commanding heights — The battle between government and the marketplace that is remaking the world*. Nova York: Simon & Schuster, 1998.
- ZWEIG, Phillip L. *Wriston — Walter Wriston, Citibank, and the rise and fall of American financial supremacy*. Nova York: Crown, 1995.

*Internet **

Banco Central — <http://www.bc.gov.br/>

CASTRO, Fidel. Discurso de 7 de junho de 1976 — <http://lanic.utexas.edu/la/cb/cuba/castro/1976/19760607>

- GALL, Norman. *Atoms for Brazil, Dangers for All* — http://www.normangall.com/brazil_art18eng.htm
- GEISEL, Ernesto. Mensagem ao Congresso Nacional. Brasília, 1975 — <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/ul336/>
- _____. Mensagem ao Congresso Nacional. Brasília, 1976 — <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/ul337/>
- GRECO, Antônio do Monte & Coutinho, Carlos Sidnei. Anais do x Seminário de Economia Mineira. “Açominas: um exemplo polêmico de privatização” — <http://cedeplar.ufmg.br/diamantina2002/textos/D49.PDF>
- Ipeadata — <http://www.ipeadata.gov.br/>
- Ministério de Minas e Energia — <http://www.mme.gov.br/>
- National Security Archive — <http://www.gwu.edu/~nsarchiv/>
- NOGUEIRA, L. A. Horta. “Produção e processamento de petróleo e gás natural no Brasil: perspectivas e sustentabilidade nos próximos 20 anos” — <http://libdigi.unicamp.br/document/?view=18>
- Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência — www.sbpnet.org.br/sobre/historia.htm
- U.S. Overseas Loans and Grants, Obligations and Loan Authorizations July 1, 1945 — September 30, 2001, da U.S. Agency for International Development (USAID) — <http://quesdb.cdie.org/gbk/index.html>

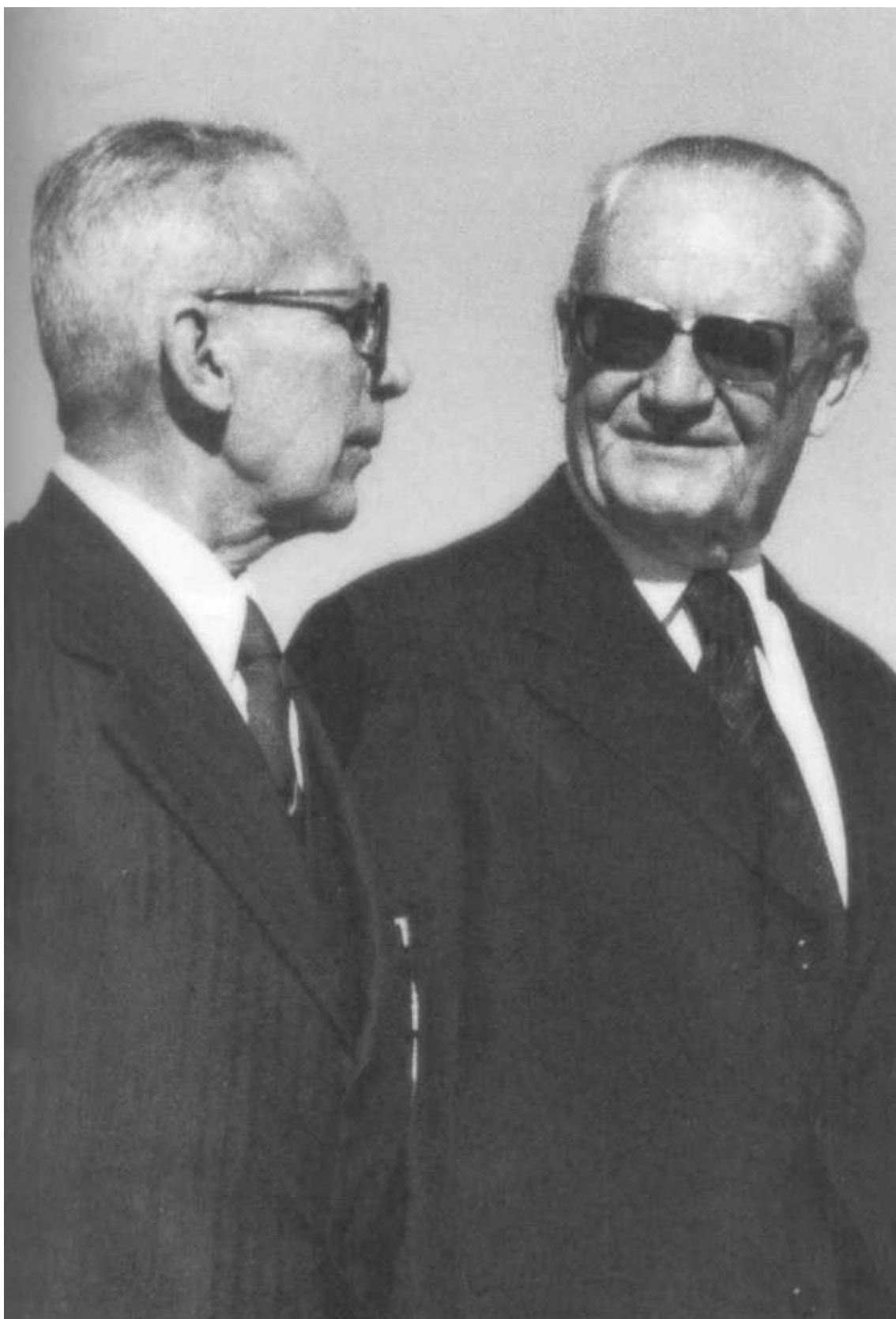
* Até maio de 2004 verificou-se o acesso aos sítios aqui mencionados.

ESTA OBRA FOI COMPOSTA POR TÂNIA MARIA DOS SANTOS EM
MINION E FOI IMPRESSA PELA RR DONNELLEY AMÉRICA LATINA EM
PAPEL PÓLEN SOFT DA COMPANHIA SUZANO PARA A EDITORA
SCHWARCZ EM JUNHO DE 2004.



http://groups.google.com/group/Viciados_em_Livros

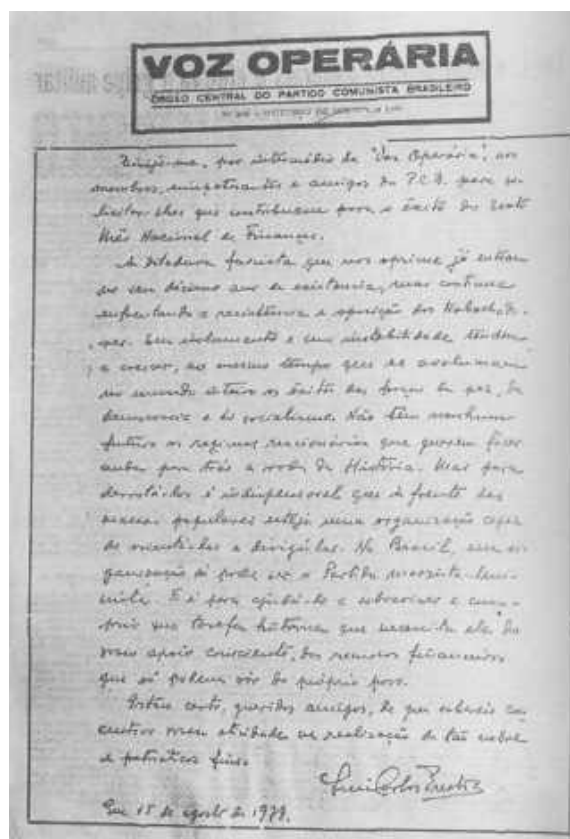
<http://groups.google.com/group/digitalsource>



Geisel, à direita, com Golbery: “Eu não tenho nenhum complexo em relação ao Golbery. Podíamos estar em posição invertida, ele Presidente e eu seu chefe do gabinete civil. Há uma identificação entre nós dois que vem de muitos e muitos anos”.



Em janeiro de 1975 o ministro da Justiça, Armando Falcão, anunciou ao país o desbaratamento da gráfica onde o PCB imprimia seu jornal clandestino, a *Voz Operária*. Golbery acreditava ter nele um aliado para conduzir as questões das torturas e dos desaparecidos. Enganou-se.



O comunista Marco Antônio Coelho, preso no DOI paulista, emagreceu 25 quilos em um mês. Sua mulher, Terezinha (acima), denunciou as torturas que ele sofria, e o Exército viu-se obrigado a mostrá-lo na televisão.



O ministro do Exército, Sylvio Frota, reclamava: “Os chavões apresentados pelos defensores dos subversivos, são sempre os mesmos, e são aceitos com uma ingenuidade que eu não posso compreender, e isso traz, realmente, no Exército [...] uma irritabilidade contra... um desencanto”.



A gráfica do PCB funcionava desde 1966 num subterrâneo, num subúrbio do Rio. Entrava-se pelo fundo de uma caixa-d'água. Nela trabalhava o operário Alberto Aleixo, irmão do ex-vice-presidente Pedro Aleixo. Preso, morreu.



Oficiais (um deles do SNI) reuniam-se na casa de um general para redigir panfletos contra Golbery. Sua figura enforcada foi desenhada por um coronel. Chamavam-no de "intelligentíssimo lacaios da Dow". Quando ele viu o primeiro panfleto, anotou: "Intriga em marcha".



Heitor Ferreira



Americo Mourão



Humberto Barreto



Newton Cruz



Germano Pedrozo



Sebastião Castro



Luiz Helvecio Leite



Alberto Fortunato



Junho de 1975. Depois de dois descolamentos de retina, Golbery perdera uma vista e tinha a outra ameaçada. Ele embarcou para uma clínica de Barcelona, especializada em tratamentos oftalmológicos, sem saber que tinha úlcera perfurada. Sua mulher achava que queriam matá-lo.



Julho de 1975. De braço dado com Esmeralda do Couto e Silva, Golbery, restabelecido, deixa o hospital, no Rio. Americo Mourão, seu médico, contou: “Dois sujeitos me disseram, mais ou menos com as mesmas palavras: ‘Deixa ele morrer’. Era gente da linha dura. Não digo os nomes”.



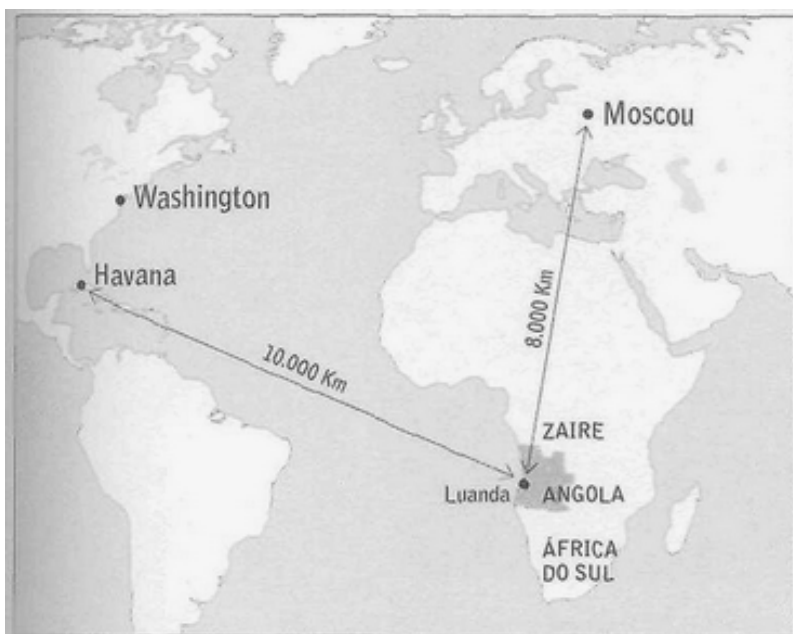
Em 1975 deu-se em Angola uma das grandes excentricidades da política mundial. Fidel Castro surpreendeu americanos e russos, botando seus soldados para brigar junto com os combatentes do MPLA de Agostinho Neto (também no cartaz), um médico que nunca tinha segurado uma arma. Aos 48 anos, *El Comandante* sonhava com uma guerra. No final do ano havia 5 mil expedicionários cubanos na África.



Maria Estela Martínez foi de bailarina de café panamenho, nos anos 50, a Isabelita, viúva do general Perón e presidente da Argentina em julho de 1974. Em março de 1976 estava deposta e presa.



O general Antônio de Spínola derrubou a ditadura salazarista em 1974. Renunciou à presidência de Portugal, asilou-se no Brasil, onde, em 1975, tramou com o SNI a invasão de seu país.



Ovídio de Melo



Italo Zappa



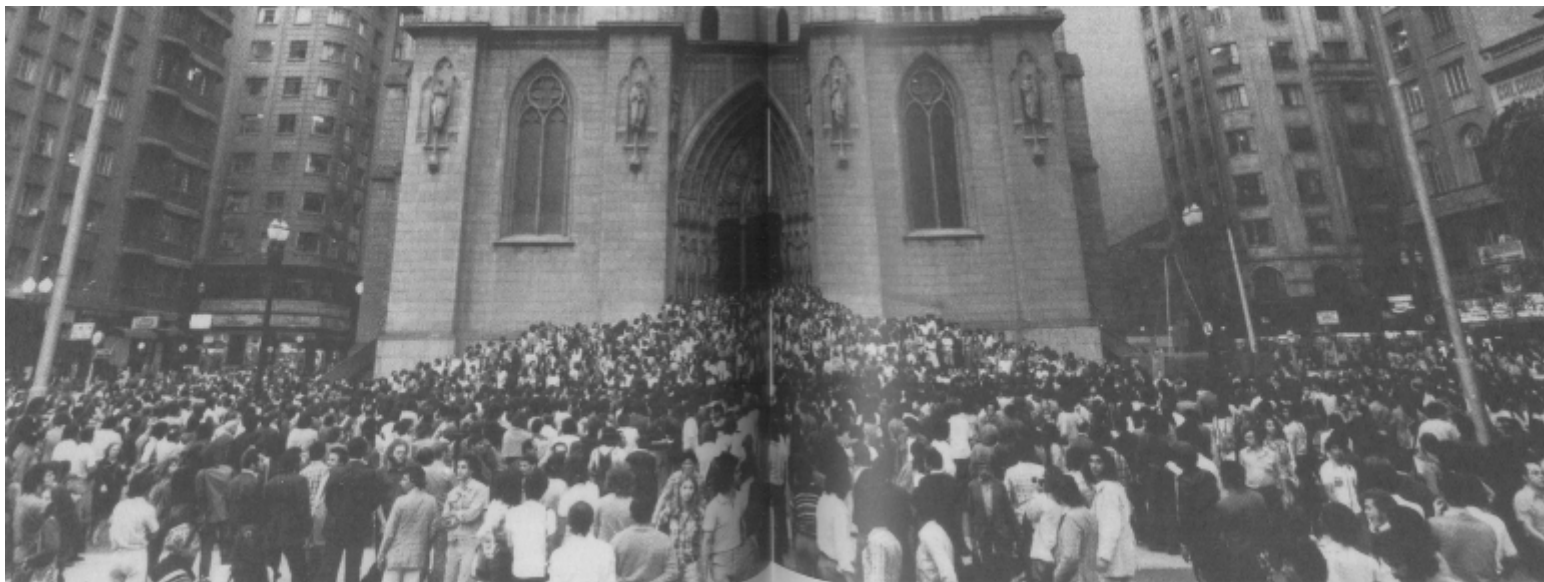
Paulo Nogueira Batista



O secretário de Estado dos EUA, Henry Kissinger (no centro), reclamou da ação brasileira em Angola com Azeredo da Silveira (à direita). O chanceler respondeu que não lhe devia contas. À esquerda está o embaixador americano John Crimmins.



Vlado Herzog (na foto, com sua mulher, Clarice) tinha 38 anos. Para esse homem tímido e miúdo confluíam três crises, todas carregadas de ódio. Uma era o choque da Comunidade de Informações com Geisel. Outra, a caçada do CIE ao Partidão. A terceira, mais virulenta, era o conflito do general Ednardo D'Ávila Mello com o governador Paulo Egydio Martins. A prisão de Vlado Herzog servia a todas.



Na praça da Sé, na tarde de 31 de outubro de 1975, a oposição brasileira passou a encarnar a ordem e a decência. A ditadura, com sua “tigrada” e seu aparato policial, revelara-se um anacronismo.



O governador Paulo Egydio Martins, de São Paulo, recorreu a Golbery para impedir que o DOI prendesse um arquiteto. O episódio envenenou sua relação com o comandante do II Exército, Ednardo D'Ávila Mello. O general dizia: “A tônica hoje em dia é dizer que o terrorismo já foi dominado, que não há mais subversão, que tudo está em calma, e que, em consequência, precisamos fazer uma distensão. Eu digo que isto é uma balela”.



O general Dilermando Gomes Monteiro foi nomeado para o comando do II Exército. Uma das primeiras pessoas que visitou foi o cardeal Paulo Evaristo Arns.



Manoel Fiel Filho foi o 39º suicida do regime, 19º a enforcar-se, 10º a fazê-lo sem vão livre.



No dia 30 de outubro, durante a crise da morte de Herzog, Geisel fez questão de permanecer em São Paulo, onde se reuniu com hierarcas do governo do estado, no palácio dos Bandeirantes. Só regressou a Brasília depois da realização do culto da Sé. Oitenta e quatro dias depois, entre nove e dez horas da noite de domingo 18 de janeiro, Geisel se preparava para dormir, quando tocou o telefone da granja do Riacho Fundo. Era o governador Paulo Egydio:

— Presidente, desculpe incomodá-lo. Morreu outro preso no DOI, outro enforcamento. Eu procurei o Figueiredo e o Golbery, mas não os achei.

— Paulo, não tome providência nenhuma. Você terá notícias minhas.

Ernesto Geisel não dormiu: “Passei uma noite de cão. [...] irritado, pensando em como iria agir. Não falei com ninguém. Fiquei deitado, me virando na cama e matutando no que iria fazer. E vi que a solução era tirar o Ednardo do comando do II Exército”.

Mais tarde ele explicou: “Eu não puni o comandante, eu procurei resolver um problema do Exército!”.



O senador Leite Chaves disse num discurso que Hitler não usava o Exército para ações policiais. Alimentou uma crise que levou Geisel a um confronto com o ministro Sylvio Frota.



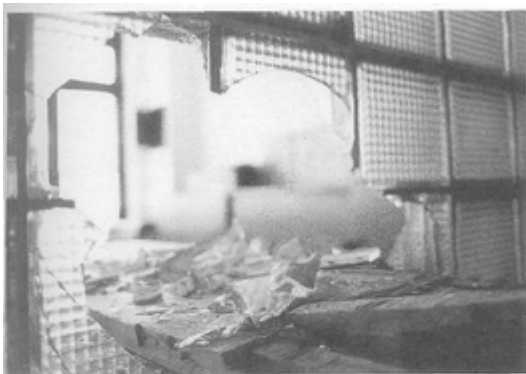
O general Reynaldo Mello de Almeida era um dos poucos amigos de Geisel no Exército. Chamava-o de “chefe”. Nem “presidente”, nem “Ernesto”. Depois da demissão de Ednardo ele advertiu da “radicalização da ação anticomunista fora do controle militar, determinando reaparecimento de organizações paralelas, atualmente inativas”. Na mosca.



Um comando paramilitar explodiu uma bomba na parede da casa do jornalista Roberto Marinho (de calça clara, à esquerda), dono das Organizações Globo. Ele estava na cama e foi atirado ao chão. Um copeiro feriu-se. Três meses depois Marinho sabia quem eram os autores do atentado.



Num mesmo dia, a Aliança Anticomunista Brasileira botou bombas na OAB e na ABI. A da OAB não explodiu. A da ABI destruiu um banheiro. Um manifesto ameaçava: “Tomem cuidado, seus lacaios de Moscou. Não daremos trégua. Já que as autoridades recolhem-se covardemente, nós passaremos a agir”.



D. Adriano Hypólito, bispo de Nova Iguaçu (ao lado, apontando), foi seqüestrado por um grupo de militares. Pintaram-no de vermelho e deixaram-no nu à beira de uma estrada. Seu carro foi explodido na Glória, em frente à sede da CNBB. “Bispo vermelho, chegou a tua hora”, disse um dos seqüestradores.





Juscelino Kubitschek retornou a Brasília à frente da maior manifestação popular da história da cidade. Calculou-se em 350 mil pessoas a soma das multidões e dos cortejos que confluíram para o aeroporto, a catedral e o cemitério do Campo da Esperança. JK entrou na igreja nos braços do povo e nos braços do povo tomou a rua. Produziu sua última grandiosidade: oito anos depois da edição do AI-5, trouxe os brasileiros de volta às ruas.

MINISTÉRIO DO EXÉRCITO
IV Ex - 7ª RN - 7ª D E
2ª SEÇÃO

RECIFE -- PE, 21 JAN 76
MENSAGEM DE SERVIÇO Nº 05-E/2

CMT IV Ex

NESTA

INFO VEX QUE OS FATOS OCORRIDOS EM SÃO PAULO VG PRATICAMENTE VG NÃO TIVERAM REPERCUSSÃO NAS OM DA 7ª RM/DE PT ESTA GRANDE UNIDADE VG EM PERÍODO INTENSIVO DE INSTRUÇÃO VG ESTÁ TOTALMENTE VOLTADA PARA SEUS TRABALHOS NORMAIS PT TOMO VG ENTRETANTO VG A LIBERDADE VG FACE AS MINHAS RESPONSABILIDADES DE COMANDO VG DE ALERTAR A VEX SOBRE A POSSIBILIDADE DE CRIAÇÃO DE CRISES ARTIFICIAIS PT TAMBÉM VG JULGO OPORTUNO TRATAR NO PRESENTE EXPEDIENTE DO PROBLEMA DOS DOIS PT COM CERCA DE SETE ANOS DE EXISTÊNCIA
TE GRANDES SERVIÇOS AO EXÉRCITO PT COLETA DE VIDAS PTVG TOMANDO A SEU CARGO VG IN PT CREIO TODAVIA QUE ATUALMENTE DEVIAM VG NO SENTIDO DE SE VOLTAREM PARTICULARMENTE EM BUSCA DE INFORMAÇÕES VG FUNDAMENTAIS PARA ELABORANDO AS AÇÕES DE NATUREZA POLICIAL VG S CARGO DAS POLÍCIAS FEDERAIS ET ESTADUAIS
RM/DE

Gm.

Em janeiro de 1976, o general Luiz Gonzaga de Andrada Serpa tornou-se o primeiro comandante militar a negar solidariedade à máquina repressiva dos DOIS. Fez isso formalmente, num telegrama (acima). Apelidado de *Serpa Preto*, comandava a 7ª Região Militar e a 7ª Divisão de Exército, com sede no Recife. Era o general com maior poder de fogo no Nordeste. Sua família vinha dos Andrada da Independência, e seu avô fora um dos grandes chefes militares do Império. Suas ligações com o presidente eram nulas.





Num bilhete a Geisel, Heitor Ferreira lembrou que, no final de seu governo, teriam dezoito anos as crianças que tinham três na época da deposição de Goulart: “Desejarão ver funcionarem certos princípios liberais, não compreendendo a origem de restrições”. “E daí? O que fazer?” respondeu o general.



Quando Geisel desceu em Orly, a revista *Paris-Match* dedicava dezesseis páginas ao Brasil. Tinha um perfil do presidente e, numa página inteira, uma garota (a linda modelo Rose di Primo) com uma das menores tangas da época. Parecia jornalismo, mas era matéria paga, pelo Banco do Brasil.



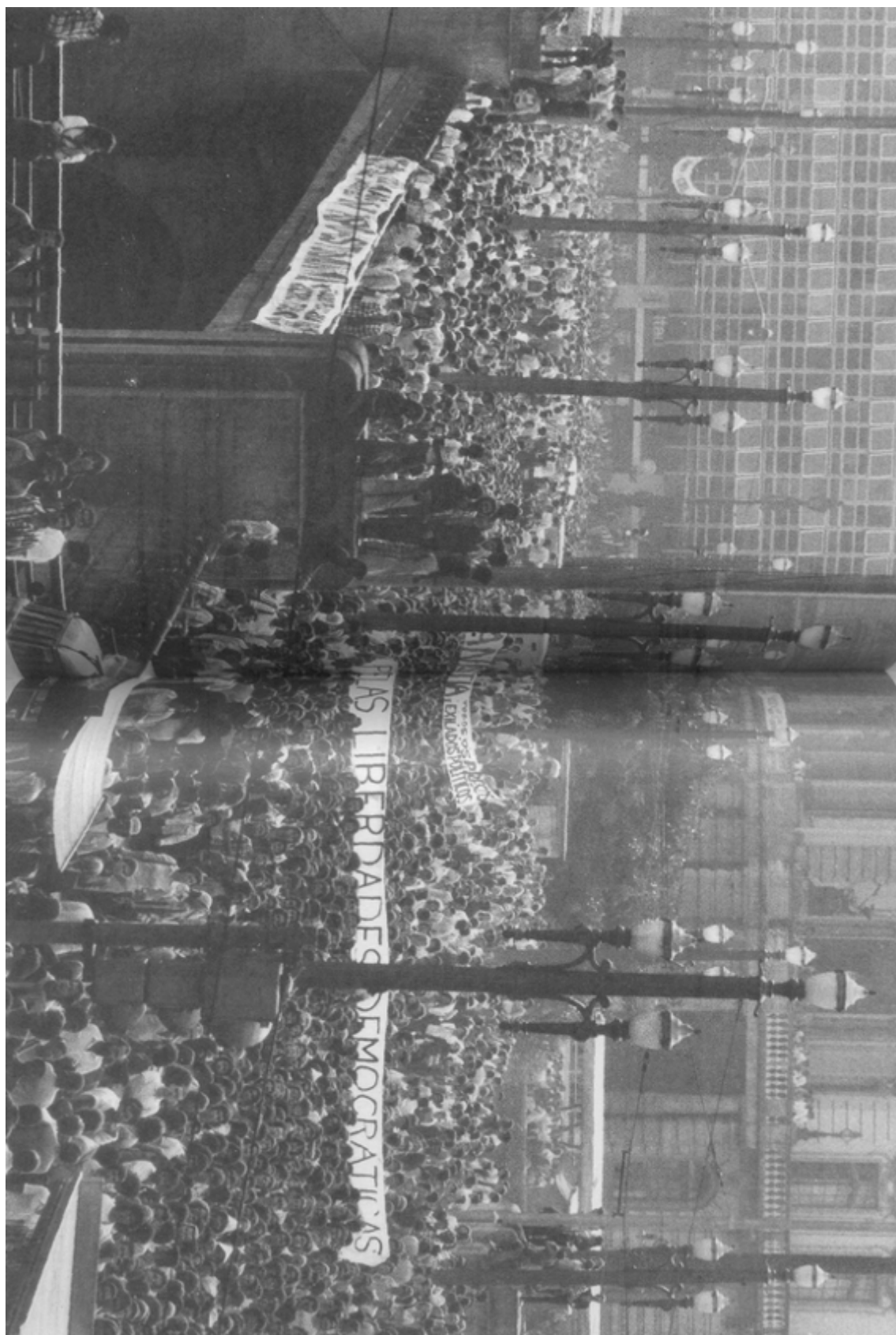
Geisel levou na comitiva cinco ministros e doze guarda-costas. Foi recebido com as salvas tradicionais da esquerda. Houve uma manifestação de comunistas diante da prefeitura de Paris e um protesto dos dominicanos no *Le Monde*, jornal que o chamou de “frio, austero, solitário”.



Durante o banquete que Elisabeth II lhe ofereceu no grande salão do palácio de Buckingham, o tenente Ernesto Geisel, com a grã-cruz da Ordem do Banho espetada na casaca, virou-se para a noiva a quem em 1940 prometera uma vida de “miséria dourada”, e disse-lhe: “Quem diria, dona Lucy, nós aqui no meio deste soçaite”.



A revista *The Economist* explicou a viagem de Geisel à Inglaterra: “A visita é mais do que uma operação de relações públicas de uma ditadura militar. Ele também quer dinheiro”.



A geração de 1977 foi para a rua (na foto, no viaduto do Chá, em São Paulo). Para eles, a Revolução de 1964 era uma coisa distante, uma conta de seus pais. Aquela garotada era mais esperta do que se pensava e estava mais organizada do que se supunha, ninguém gritava “Abaixo a ditadura”.



SONJA REGO/AGÊNCIA JB

Ulysses Guimarães



JAIR CARDOSO/AGÊNCIA JB

Nadyr Rossetti



Amaury Müller



ALENCAR MONTEIRO/AGÊNCIA ESTADO

Lysâneas Maciel



SONJA REGO/AGÊNCIA JB

Alencar Furtado



José Papa Júnior



A poeta Ana Cristina Cesar, aluna da Puc-Rio, escreveu a uma amiga: “Você sabe que o país está começando a se sacudir, há manifestações pelo menos estudantis nas capitais, apoio escrito de professores, MDB, mães de presos. [...] Mal ou bem estou lá, me cagando de medo”.



Dissociando-se do corporativismo varguista, o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo era uma novidade. Chamavam-no de Lula.

Petrônio Portella (ao lado, de terno I escuro) contornou o MDB e negociou o fim do AI-5 com a sociedade civil. Detestado pelo radicalismo militar e pela esquerda, parecia um projeto de fracasso. Raymundo Faoro deu-lhe legitimidade política. Queria que o governo admitisse o restabelecimento do habeas corpus.

Petrônio teve no secretário-geral do MDB, Thales Ramalho (abaixo), seu grande aliado. Thales parecia-se, no elitismo e na frieza, com os marqueses do Império. Era um caso raro de anticomunista ostensivo no MDB. Sempre estivera convencido de que a ditadura não seria derrubada, iria embora.





Jimmy Carter assumiu a presidência dos Estados Unidos com dois antagonismos em relação à ditadura: o Acordo Nuclear que Geisel assinara com a Alemanha e os direitos humanos. De uma hora para outra, os professores que batalhavam contra a tortura brasileira estavam na Casa Branca. O novo embaixador na ONU, Andrew Young, assinara um manifesto contra a ditadura. Seu assessor, Brady Tyson, fora expulso do país.



Carter mandou sua mulher Rosalynn ao Brasil em 1977. (Ela é a senhora à esquerda.) Geisel recebeu-a, ofendido: “Ela sentava, abria o caderno e apresentava sucessivamente os itens da nossa conversa”. Recebeu-a porque se considerou obrigado a isso. Em 1984, quando ambos haviam deixado o poder, Carter veio ao Brasil e procurou-o. Geisel contou: “Como cidadão, não recebi nem ele nem ela. Era meu direito”. Carter tentou conversar com ele pelo telefone. Não o atendeu.

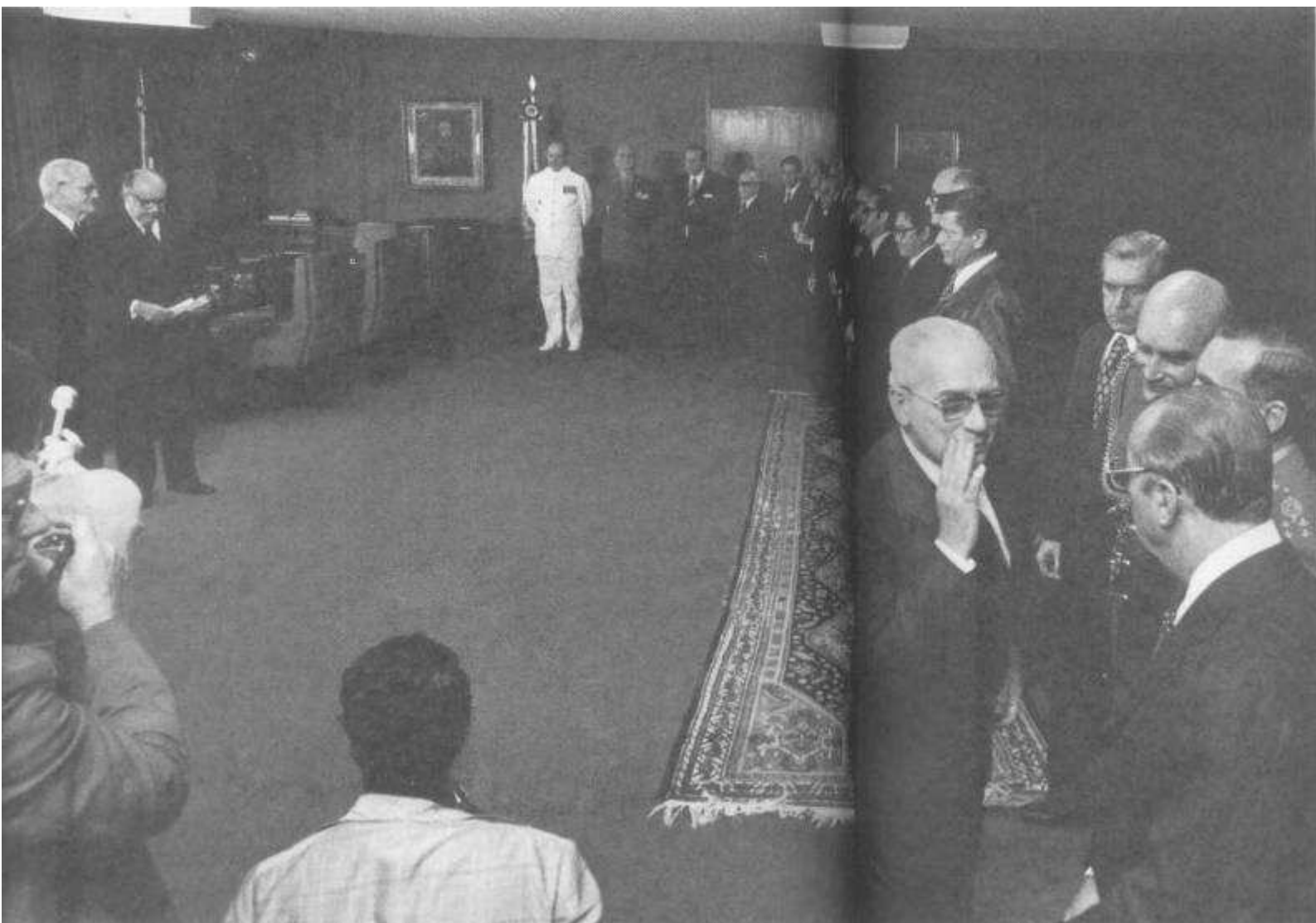


Rosalynn Carter foi para o Recife e lá, nos jardins do consulado, encontrou-se com dois religiosos americanos que conviviam com os mendigos da cidade. Haviãam sido presos e maltratados. Contaram seu caso, e no dia seguinte a cena estava na primeira página dos principais jornais americanos. Rosalynn escreveria: “Tínhamos alcançado o nosso objetivo a respeito dos direitos humanos”.



Robert Pastor no Planalto.





Figueiredo (no canto direito, ouvindo um cochicho de Golbery durante uma cerimônia no Planalto) cavalgava um tipo, não uma personalidade. O Cavalariano era cardiopata. O general de dura estampa fizera a carreira longe dos quartéis. Tornara-se o ministro com mais tempo de serviço no gabinete presidencial em todo o período republicano. A assiduidade dera-lhe intimidade com o poder, mas a sua transposição para o domínio dos assuntos de Estado confunde presença com participação. Em funções de assessoria, conhecera o poder, porém não o exercera.



CLODOMIR BEZERRA/EDITORA ABRIL

Euler Bentes



W. SABINO/AGÊNCIA IB

José Pinto Rabello



Délio Jardim de Mattos



A candidatura de Figueiredo costurava o passado ao futuro. O chefe do Gabinete Militar de Medici (abaixo) tornara-se a ponte com o ex-presidente e alguns de seus melhores amigos, marginalizados desde 1974. O chefe do SNI não foi um candidato que se fortaleceu pelo que falou, mas pelo que ouviu. Recebia em média dez escutas telefônicas por dia.



A ditadura espezinhava João Goulart, como se quisesse chamá-lo para a briga que ele evitou em abril de 1964. Seus últimos meses de vida foram tensos e sofridos. Não queria mais ficar na Argentina. Sentia-se ameaçado pela pistolagem das ditaduras. Pretendia passar um tempo na Europa, em Londres, com os filhos, ou em Paris. Emagrecera, parara de beber, mas continuava fumando (dois maços por dia). Com um passado de cardiopata relapso já atingido por dois enfartes, seu fôlego não resistia a uma caminhada. Morto, Jango não era o que fora. Transformara-se naquilo que se temia que fosse.

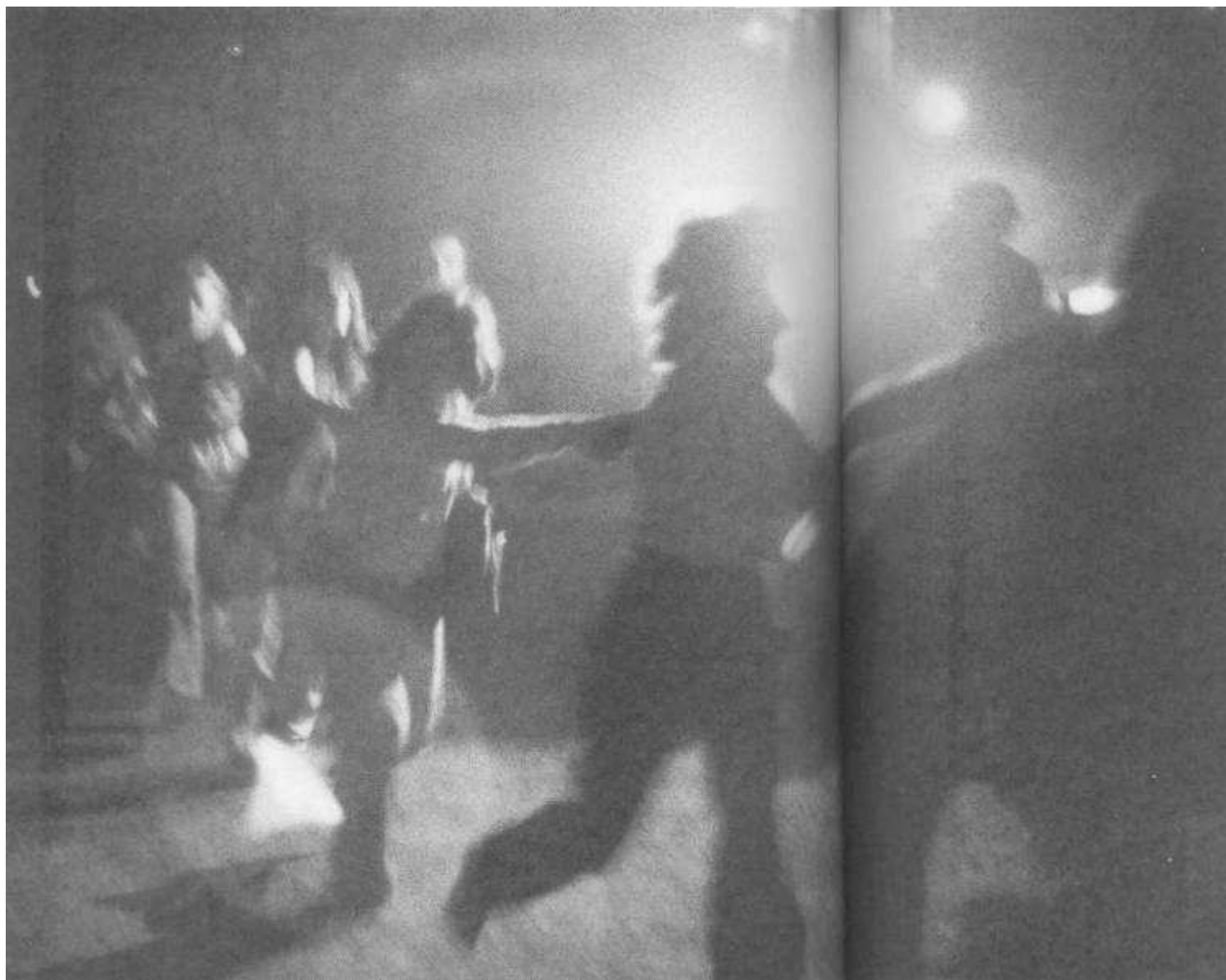




A ditadura quis tirar qualquer conteúdo político ao funeral de Goulart. Quase conseguiu. Com a faixa de letras vermelhas que colocou sobre o caixão do pai, Denise Goulart deu à morte de Jango uma grandeza imprevista. No dia seguinte a palavra *anistia* estava na primeira página do *Jornal do Brasil*



Brasília, 25 de agosto de 1977. A cordialidade de Geisel e de Frota escondia a vitória de um sobre o outro. O presidente achava que disciplinara seu ministro, obrigando-o a mostrar-lhe com antecedência a ordem do dia que acabara de ler. Frota achava que se impusera ao presidente. Dissera que não mostraria o discurso, e não o mostrou. Os dois estavam enganados.



Os jovens deixaram a PUC-SP de mãos dadas. Na rua, a polícia deteve 1700 estudantes. Quinhentos foram para um quartel. Eles queriam o fim do regime. Entre os 693 presos de 1968 no arrastão do Congresso da UNE, em Ibiúna, havia centenas de militantes de organizações esquerdistas convencidos de que a luta armada derrubaria os generais. Entre os detidos da PUC é provável que não houvesse nenhum defensor de guerrilhas urbanas ou rurais. A cena da PUC foi coisa que só acontece de vez em quando: aquela garotada era elite e vanguarda. Em 1968, em Ibiúna, os estudantes eram a desordem. Em 1977, na PUC de São Paulo, a desordem era a polícia.



CARLOS NAMBA/EDITOR ABRIL

Moraes Rego



OLÍVIO LAMAS/EDITOR ABRIL

Antonio Bandeira



Hugo Abreu



O secretário de Segurança de São Paulo, coronel Erasmo Dias, valia pelo que dizia:

“Nós almoçaremos essa gente antes que ela nos jante.” (Dias antes do culto em memória de Vladimir Herzog, na Sé.)

“Tenho 72 mil policiais nas ruas e a possibilidade dos estudantes se manifestarem é nenhuma.”

(Dia 16 de junho de 1977, horas antes da manifestação em que deteve 1700 estudantes.)

“Quero ver quem grita ‘Abaixo a ditadura’.”

(Dia 16 de junho de 1977, falando a jovens presos.)



O general era um notável da geração de oficiais que deixaram a marca da desordem militar na história do século XX brasileiro. Treze anos depois da noite de abril de 1964, aquela em que Arthur da Costa e Silva anunciara que iria “assumir essa coisa toda”, Ernesto Geisel restabeleceu a autoridade constitucional do presidente da República sobre as Forças Armadas.

"Numa engenhosidade narrativa que encadeia os fatos com amarração literária hipnótica, [neste *A ditadura encurralada*] o autor faz um relato que deixa o leitor sem fôlego. Com os protagonistas Geisel e Golbery a bater e levar, mantém uma tensão de thriller."

MÁRIO MAGALHÃES

Sobre *A ditadura derrotada*:

"[...] ainda melhor que os anteriores. [...] Recompõe os fatos com memória de elefante e paciência de camelo, conta o que aconteceu num estilo rápido e irônico, monta o cenário com técnica de teatro." — JOSÉ ARTHUR GIANNOTTI, *Revista Pesquisa Fapesp*.

"Rico em informações de bastidores [...]. Chama a atenção como um dos mais fechados períodos da ditadura militar está bem documentado." — ALUIZIO MARANHÃO, *O Globo*.

"O magistral compromisso do jornalista com os fatos evidencia ainda mais a necessidade de se abrirem os arquivos da história [...]." — DORA KRAMER, *Jornal do Brasil*.

Sobre *A ditadura envergonhada* e *A ditadura escancarada* (Prêmio Ensaio, da Academia Brasileira de Letras):

"[...] comparável, em termos de visão e detalhes, ao grande trabalho de Joaquim Nabuco sobre seu pai (*Um estadista do Império: Nabuco de Araújo*) [...]." — KENNETH MAXWELL, *Folha de S. Paulo*.

"Elio Gaspari faz história como quem escreve um romance. Os retratos que constrói ao longo do texto são memoráveis." — THOMAS E. SKIDMORE, *O Estado de S. Paulo*.

ISBN 85-359-0509-X



9 788535 905090

"Elio, como Euclides da Cunha em *Os sertões*, vai aos menores detalhes, sem perder as grandes linhas." — JOSÉ SARNEY, *Folha de S. Paulo*.

